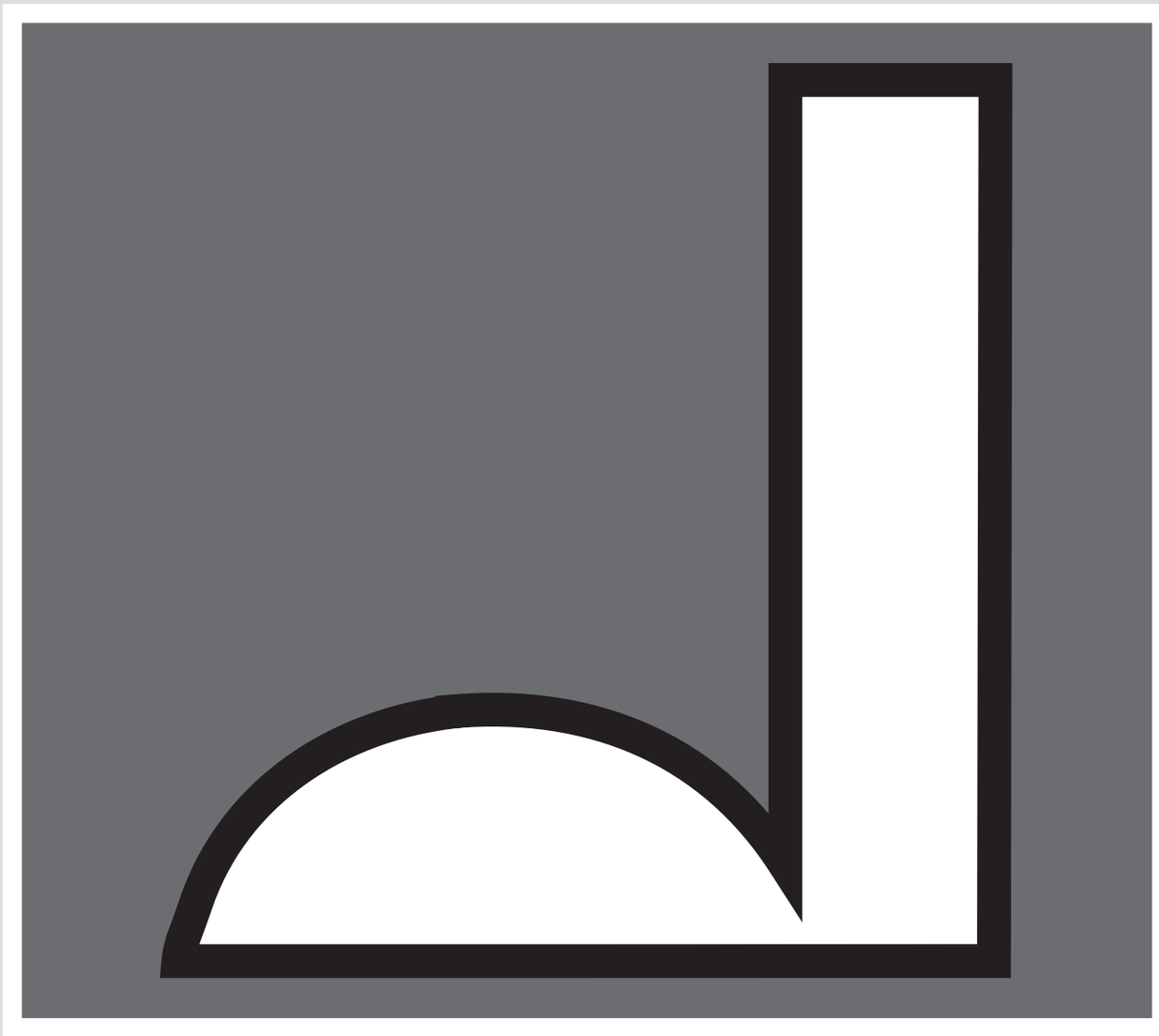
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 052 - SÁBADO, 09 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 15
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 5
Magno Malta

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amelia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (9)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (8)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

PPS - 1

Líder
Itamar Franco - PPS

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 127 e 128, de 2011 10644

2 – ATA DA 45ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE ABRIL DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 38, de 2011 (nº 243/2011, na origem), encaminhando o Relatório Anual de suas Atividades, referente ao exercício de 2010. 10645

2.2.2 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 39, de 2011 (nº 26/2011, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente a fevereiro último, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 10734

2.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 40, de 2011 (nº 84/2011, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro último, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 10745

2.2.4 – Comunicações

Da Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Acórdão nº 2.406/2010, do Tribunal de Contas da União e recomendando seu arquivamento. **(Ofício nº 13/2011, de 1º de abril do corrente)** 10795

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização **(Ofício nº 352/2011, de 8 do corrente)**. *Designação do Deputado Rodrigo de Castro, como titular, para compor a referida Comissão*. ... 10796

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 393, de 2011, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, solicitando voto de pesar pelo falecimento das crianças vitimadas no atentado ocorrido em 7 do corrente, na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro. 10796

2.2.6 – Aviso do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

Nº 144, de 2011, solicitando a substituição da Exposição de Motivos nº 37, de 18 de março último, referente à Medida Provisória nº 528, de 2011. ... 10796

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Reabertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011. 10797

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 292 anos de fundação da cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, cumprimentando todos os cuiabanos pela data festiva.... 10797

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Defesa da educação integral da criança, que frearia a escalada da violência, destacando as metas do Plano Nacional de Educação 2011/2010 a serem atingidas e a necessidade de valorização do educador..... 10799

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Preocupação com a situação dos idosos vítimas da violência doméstica. 10802

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Reflexões sobre a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, destacando manifestação do Governo brasileiro e a nota elaborada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a recomendação da OEA, por considerá-la injustificada... 10804

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Registro de reunião de S. Exª com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, no sentido de buscar fórmulas para reforçar a atuação da educação no Estado de Roraima. 10812

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à Comissão de Assuntos Sociais do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, para análise do texto final aprovado. 10812

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Apelo ao Governador do Estado do Paraná para o retorno do programa televisivo Eureka, voltado à preparação para o vestibular, na programação da TV Educativa; e outros assuntos. 10813

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de impedir que crianças e adolescentes sejam expostos à pornografia e à violência e também de que seja coibido o tráfico de armas, munição e de drogas nas fronteiras de modo a frear a violência no País, como a que vitimou as crianças da escola de Realengo. 10815

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Reforço de discurso anterior de S. Exª acerca da responsabilidade das autoridades brasileiras pela tragédia ocorrida em Realengo, no Rio de Janeiro, destacando sugestões para a melhoria da qualidade da educação brasileira..... 10821

SENADOR *ANIBAL DINIZ*, como Líder – Manifestação de pesar pela tragédia ocorrida ontem, no Rio de Janeiro, com o assassinato de crianças em uma escola municipal, externando solidariedade às famílias enlutadas; e considerações sobre o Código Florestal..... 10824

SENADOR *IVO CASSOL* – Registro da realização, no próximo mês de maio, do evento "Oscar da Mulher", na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. Retrospectiva dos 100 dias do novo governo do Estado de Rondônia. 10830

SENADOR *WILSON SANTIAGO* – Luto pela tragédia ocorrida ontem no Rio de Janeiro, com o assassinato de diversas crianças e leitura de matéria intitulada "Massacre de Realengo: porque é tão fácil matar?", de Antonio Carlos Costa, Presidente do Rio de Paz. Destaque para a importância da Defensoria Pública da União e das defensorias de todos os Estados da Federação no atendimento à população carente.. 10836

2.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Cumprimentos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária pelas ações desenvolvidas nos últimos oito anos e registradas em edição especial do **Jornal do INCRA**, destacando a promoção social dos assentados promovida pelo referido Instituto..... 10839

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Homenagem pelo transcurso, em 7 de abril, do Dia Mundial da Saúde, cujo tema deste ano é "A Resistência aos Antimicrobianos e sua Disseminação Global"..... 10840

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 28ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 16 de março de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 36**, do dia subsequente.... 10841

Ata da 29ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 17 de março de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 37**, do dia subsequente.... 10843

Ata da 32ª Sessão, Não Deliberativa, em 21 de março de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 39**, do dia subsequente..... 10844

Ata da 34ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 23 de março de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 41**, do dia subsequente.... 10845

4 – ATAS

4.1 – Atas da Comissão Temporária da Reforma Política

Ata da 6ª Reunião, realizada em 29 de Março de 2011..... 10845

Ata da 7ª Reunião, realizada em 5 de Abril de 2011..... 10851

Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de Abril de 2011..... 10867

Ata da 9ª Reunião, realizada em 7 de Abril de 2011..... 10880

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2011(*)

Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluído em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluído em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Parágrafo único. Serão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão à referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de abril de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no DSF de 13.06.2008.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de abril de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 18.02.2011.

Ata da 45ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de abril de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Acir Gurgacz, Mozarildo Cavalcanti, Geovani Borges, Marcelo Crivella, Pedro Taques e Aníbal Diniz

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 4 minutos, e encerra-se às 13 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, às 9 horas e 4 minutos, nesta sexta-feira, 8 de abril de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 38, de 2011** (nº 243/2011, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha Relatório Anual de suas Atividades, referente ao exercício de 2010.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 38, DE 2011

Aviso nº 243-GP/TCU

Brasília, 30 de março de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Relatório das Atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2010.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente

.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relatório Anual de Atividades
2010

Brasília-DF
2011

APRESENTAÇÃO

"Cada cidadão tem o direito de constatar por ele mesmo ou por seus representantes a necessidade de contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar o seu emprego, de determinar a cota, a estabilidade, a cobrança e o tempo.". Esses são direitos proclamados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão votada definitivamente em 2 de outubro de 1789.

No Brasil, esses mesmos direitos e o controle pelo cidadão de um Estado transparente são garantidos na Constituição Federal.

Assim, é com grande satisfação que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente a 2010.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. Traz os referenciais adotados pelo Tribunal, no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas, para o controle da Administração Pública.

O TCU, como impulsionador da racionalização dos gastos públicos e mantenedor da moralidade administrativa, nos seus aprofundados estudos técnicos, visa à melhoria da Administração Pública. Para tanto, torna disponíveis aos gestores orientações, determinações, recomendações e avaliações, com o objetivo de corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar a gestão e o desempenho de órgãos, entidades e programas de governo.

Todo esse acervo constitui, em essência, fonte inestimável de informações, que serve de subsídio a uma melhor formulação das políticas públicas, ao incremento da qualidade de bens e serviços, à melhoria do desempenho dos controles internos, bem como ao aprimoramento da legislação federal e à disseminação das melhores práticas observadas na Administração Federal. Controlar é, antes, orientar, avaliar, recomendar melhorias, agir preventivamente. Almeja o TCU ter uma visão cada vez mais proativa da Administração, antecipando-se aos problemas e às irregularidades e evitando a sua consumação, tornando-se, assim, elemento imprescindível para a gestão competente.

No entanto, a eficácia da atividade de controle não se esgota no âmbito do TCU. O modelo de Estado Brasileiro e o ordenamento jurídico nacional requerem a participação suplementar de outras instituições.

No ano de 2010, a **Rede de Controle da Gestão Pública** completou um ano. Trata-se de protocolo de intenções que instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário, que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, assinaram para formar uma Rede de Controle. Presente em 26 estados, a Rede foi instituída pelo TCU com o objetivo de fortalecer a integração entre tais órgãos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. No ano foram realizadas auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Também foram iniciados os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

Com efeito, a cooperação com os órgãos públicos é iniciativa fundamental para melhorar a Administração Pública e para conferir maior celeridade e racionalidade ao processo de controle. Nesse contexto, a proximidade com o Congresso Nacional assume aspecto de maior relevância, haja vista que a ele está atribuída a titularidade do controle externo.

Entre as funções do TCU, destaca-se a **apreciação das Contas do Governo da República**, encaminhada para julgamento ao Congresso Nacional. Nesse exame, o papel do Tribunal vai além da mera verificação da conformidade formal dos balanços apresentados, da execução orçamentária, da situação patrimonial e das questões contábeis. O TCU elabora verdadeiro instrumento voltado ao aperfeiçoamento da Administração Pública, cuja análise e conhecimento são essenciais ao exercício da gestão pública.

Também aponto, entre os relevantes trabalhos realizados pelo Tribunal, a entrega ao Congresso Nacional do **resultado das fiscalizações em obras públicas** custeadas com recursos federais, cujo montante, em 2010, superou **R$ 35 bilhões** em recursos fiscalizados. A atuação técnica e especializada do TCU no trabalho de fiscalização de obras públicas trouxe diversos benefícios para o Estado e para a sociedade. Possibilitou a conclusão de empreendimentos, com os padrões necessários de qualidade, preço e prazos.

Além disso, a atuação do Tribunal gera expressivos benefícios financeiros ao erário, mensuráveis e não mensuráveis. No ano de 2010, **os benefícios diretos** ao Tesouro Nacional e aos cidadãos, decorrentes da atuação do TCU, **superaram R$ 26 bilhões**, o que significa que para cada real investido no Tribunal o País economizou R$ 20. Isto sem contar a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, com o objetivo de evitar grave lesão ao erário, ou a direito alheio, que envolveu a cifra de R$ 2,46 bilhões. Tais resultados evidenciam o mérito da visão proativa adotada pelo Tribunal em relação à despesa pública.

Em relação ao aprimoramento dos processos de trabalho do Tribunal, teve especial destaque no período, o lançamento do **processo eletrônico de controle externo**, que integra, em única interface, os diversos sistemas até então operacionalizados no parque de informática do TCU. Tal medida se reveste de singular importância estratégica, haja vista constituir mecanismo de fomento à obtenção de crescentes ganhos econômicos e tecnológicos para o funcionamento do Tribunal, possibilitando um verdadeiro salto de qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Consigno ainda que a melhoria observada nos principais índices de desempenho do TCU deve-se à política de aprimoramento dos processos de trabalho; ao desenvolvimento de novas ferramentas e sistemáticas, em vista da atuação cada vez mais rigorosa e seletiva, em áreas de risco e relevância; à busca de aperfeiçoamento na estrutura legal e normativa de suporte à atividade de controle externo; ao trabalho em parceria com diversos órgãos públicos e com a Rede de Controle; e ao constante investimento em capacitação de seu corpo técnico e gerencial.

Por tudo isso, é lícito reconhecer que o TCU, embora tendo o seu espectro de atuação significativamente ampliado pelo ordenamento constitucional e legal vigente, apresenta-se como órgão de vanguarda na defesa dos interesses maiores do Erário e da Cidadania, ao contribuir não só para o aperfeiçoamento da Administração Pública como também para a implementação das políticas governamentais, conferindo, assim, eficácia aos esforços despendidos no cumprimento de sua missão institucional de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Brasília, março de 2011.

Benjamin Zymler

Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Para bem cumprir suas atribuições constitucionais e legais, assim como para assegurar o alcance de resultados mais efetivos para a sociedade, o TCU estabeleceu referencial estratégico que compreende, essencialmente, a definição de negócio, missão e visão de futuro e valores da organização, conforme se apresenta a seguir.

Negócio
Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais.

Missão
Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Visão
Ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Valores
Ética
Justiça
Efetividade
Independência
Profissionalismo

SUMÁRIO

TCU EM NÚMEROS .....
PRINCIPAIS AÇÕES DO TCU .....
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO .....
1.1. Competências e Jurisdição .....
1.2. Transferências Constitucionais e Legais .....
1.3. Estrutura .....
1.4. Deliberações dos Colegiados e Jurisprudência .....
2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO .....
2.1. Resultados do Controle Externo .....
2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente .....
2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente .....
2.1.3. Recursos Julgados .....
2.1.4. Medidas Cautelares .....
2.1.5. Julgamento de Contas .....
2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas .....
2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU .....
2.1.8. Fiscalizações .....
2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos .....
2.1.10. Benefícios das Ações de Controle .....
2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida .....
2.2.1. Administração - Geral .....
2.2.2. Agricultura .....
2.2.3. Ciência e Tecnologia .....
2.2.4. Cultura, Desporto e Lazer .....
2.2.5. Defesa Nacional/Segurança Pública .....
2.2.6. Educação .....
2.2.7. Energia .....
2.2.8. Gestão de Pessoas .....
2.2.9. Habitação, Urbanismo e Saneamento .....
2.2.10. Organização Agrária .....
2.2.11. Saúde .....
2.2.12. Segurança Pública .....
2.2.13. Transporte .....
3. OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS .....
4. CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA .....

5. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, SOCIEDADE E GESTORES PÚBLICOS .....
5.1. Audiências no Congresso Nacional .....
5.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo TCU .....
5.3. Acordos e Parcerias .....
5.4. Atividades Relacionadas a Órgãos e Entidades Internacionais.....
5.5. Ouvidoria do TCU .....
5.6. Divulgação Institucional .....
6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....
6.1. Estratégias e Planos.....
6.2. Gestão de Pessoas .....
6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros .....
7. ORGANOGRAMA DO TCU .....

TCU EM NÚMEROS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no ano de 2010 estão sintetizados abaixo.

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R$ 26,69 bilhões
Medidas cautelares adotadas	100
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	71
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R$ 2,46 bilhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	2.885
Valor das condenações	R$ 1,47 bilhão
Processos de cobrança executiva formalizados	2.561
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	103
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	109
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	2.196
Processos julgados conclusivamente	8.019
Acórdãos proferidos	18.916
Recursos julgados	1.664
Atos de pessoal analisados	107.761
Fiscalizações concluídas – Total	1.099
Fiscalizações concluídas – Solicitadas pelo Congresso Nacional	211

Para cada R$ 1 do Orçamento da União alocado ao TCU, o retorno ao País foi de R$ 20,01

PRINCIPAIS AÇÕES DO TCU

- O Tribunal aprovou o estudo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para licitação de **Trem de Alta Velocidade (TAV)**, que inclui construção, operação, manutenção e conservação da estrada de ferro entre os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. A medida do TCU possibilitou à ANTT levar adiante o procedimento licitatório para concessão do serviço de transporte de passageiros por meio do TAV. As análises do TCU resultaram na redução do valor inicialmente orçado de R$ 34,62 bilhões para R$ 33,12 bilhões, um **benefício de aproximadamente R$ 1,5 bilhão**. A ANTT estima que o somatório de receita operacional bruta totalizará R$ 192,7 bilhões durante a vigência do arrendamento, que deverá ser de 40 anos. (Acórdão nº 1.510/Plenário, de 30.6.2010, TC nº 002.811/2006-6, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefid).
- O **Banco do Nordeste do Brasil (BNB)** deverá cobrar mais de **R$ 1,5 bilhão** por empréstimos concedidos e não pagos. O TCU determinou que o BNB realize a cobrança do valor, referente a 38.530 operações de crédito. O Banco não observou normas que determinam a cobrança judicial obrigatória de pagamentos com atraso superior a 60 dias. Auditoria realizada nas áreas de recuperação de crédito e de gestão sobre os recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) identificou débitos que persistem há mais de 13 anos. O Tribunal determinou, ainda, que os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional revejam as normas sobre contabilização de prejuízos para os fundos constitucionais de desenvolvimento, como o FNE. (Acórdão nº 944/Plenário, de 5.5.2010, TC nº 002.793/2009-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-CE).
- O Tribunal condenou ex-Procurador do extinto **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) no Mato Grosso**, juntamente com dois ex-servidores e um dos advogados ao **pagamento solidário de R$ 30,9 milhões**, valor atualizado. Um dos ex-servidores também terá que devolver a quantia de R$ 3 milhões. Auditoria do TCU verificou que houve pagamento ilegal de indenização por desapropriação consensual de imóveis para construção da BR-163, implantada desde 1972. As áreas desapropriadas localizam-se nos municípios de Sinop e Sorriso. (Acórdão nº 3.005/Plenário, de 10.11.2010, TC nº 007.740/2004-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-MT).
- O TCU condenou ex-gestores do **Conselho Regional de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro (Coren-RJ)** e a empresa Compumeier Equipamentos Ltda. a **devolverem ao Conselho**, solidariamente, o valor atualizado de **mais de R$ 14,3 milhões**. Auditoria verificou que, no período de 2001 a 2008, o Coren pagava indevidamente, à empresa Compumeier pela prestação de serviços de estrutura de redes, com locação mensal de *hardware* e aquisição de componentes de equipamentos de informática. Constatou-se, ainda, que a contratada foi escolhida sem licitação e que os valores estipulados em contrato referente à locação de equipamentos e à contratação de serviços não correspondiam à real necessidade do Conselho. (Acórdão nº 3.524/2ª Câmara, de 6.7.2010, TC nº 028.990/2007-8, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-RJ).
- O Tribunal recomendou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) utilize o **Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC)** para acompanhar obras feitas com recursos da União. Em 2007, o TCU identificou 400 obras não concluídas no Brasil e determinou a criação de um Cadastro Geral de Obras. Na ocasião, o SisPAC estava sendo desenvolvido para acompanhar as obras do PAC. (Acórdão nº

617/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 016.162/2009-3, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secob).

- O TCU condenou ex-Diretor de Administração da **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)** a **devolver R$ 12,3 milhões**, valor atualizado, à ECT. A quantia deverá ser paga solidariamente com as empresas Novadata Sistemas e Computadores S.A. e Positivo Informática Ltda., integrantes do Consórcio Alpha. O ex-Diretor aprovou indevidamente o reequilíbrio econômico-financeiro de contrato firmado entre os Correios e as empresas para a aquisição de equipamentos de informática. O ex-Diretor e as empresas ainda foram multados, individualmente, em R$ 1,5 milhão. (Acórdão nº 2.837/Plenário, de 27.10.2010, TC nº 018.016/2005-1, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: 1ª Secex).
- O Tribunal determinou às **Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)** a adoção de medidas administrativas e, se necessário, a instauração de ação judicial para obter o **ressarcimento de R$ 13,7 milhões**, valor atualizado. O prejuízo apurado é referente a vantagens obtidas pelo Consórcio Themag/Engevix ao subcontratar cooperativa para realizar de serviços de acompanhamento de obras e de montagem eletromecânica. A empresa não repassou à Eletronorte valores de encargos trabalhistas que não precisou recolher devido à subcontratação. A estatal continuou pagando os encargos como se ainda fossem devidos, configurando enriquecimento ilícito do ente particular. (Acórdão nº 1.717/1ª Câmara, de 6.4.2010, TC nº 008.748/2000-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: 1ª Secex).
- O TCU iniciou a fiscalização das ações para a **Copa do Mundo de 2014.** A estimativa é de que os **gastos deverão superar R$ 25 bilhões,** considerando apenas os recursos da União e os empréstimos dos bancos oficiais. Isso inclui financiamento da construção ou reforma dos estádios, obras de transporte urbano, como metrô e corredores de ônibus, ampliação de aeroportos e de portos, desenvolvimento da infraestrutura urbana voltada para o turismo, investimentos em segurança e em saúde, além da aquisição de equipamentos e da promoção de eventos. (Acórdão nº 678/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 007.046/2010-3 e TC nº 023.646/2009-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: Adplan e Seprog).
- O Tribunal aprovou a metodologia que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizará na formação de preço do **leilão de energia elétrica** proveniente da **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, no Rio Xingu, bacia hidrográfica amazônica, no Pará. O Tribunal determinou que a EPE, proceda ao deflacionamento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em conjunto com o *spread* bancário adotado e também recomendou à EPE que aprimore os critérios de análise para a aprovação de estudos de viabilidade técnica, de modo a exigir maior qualidade e detalhamento dos estudos e poder, assim, assegurar a adequada caracterização dos empreendimentos que subsidiam as licitações de concessão de aproveitamentos hidrelétricos. (Acórdãos nº 131/Plenário, de 3.2.2010; e nº 489/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 017.309/2009-1, Relator: Ministro José Múcio, Revisor: Ministro José Jorge; Unidades Técnicas: Sefid, Secob e 8ª Secex).
- O Tribunal fixou prazo para que o Poder Executivo constitua grupo de trabalho com o objetivo de implementar o **sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais**. Segundo a decisão do TCU, a Lei 10.887/2004 reduziu a aplicabilidade do artigo constitucional que estabelece o salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como teto para pagamentos de remunerações na Administração. Também falta inclusão dos cadastros isolados dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública. A recomendação do Tribunal é no intuito de permitir a aplicação plena do teto remuneratório nos casos de acumulação legal de cargos públicos. Atualmente, não há como

identificar duplicidade de pagamento para servidores de esferas distintas: federal, estaduais ou municipais. (Acórdão nº 564/Plenário, de 24.3.2010, TC nº 030.632/2007-5, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefip)

- O Tribunal recomendou ao **Ministério da Saúde** que adote ações para aprimorar o tempo de resposta do sistema de atendimento ambulatorial nacional no **diagnóstico e combate à gripe A**. O TCU apontou fragilidade no sistema, que enfrentou dificuldades para oferecer avaliações clínicas dos pacientes com sintomas da doença no prazo de 48 horas, prazo que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado ideal para maximizar a eficácia dos medicamentos para combate da gripe A. Em relação à aquisição, estocagem e disponibilização de medicamentos aos pacientes, o levantamento do Tribunal demonstrou que, de maneira geral, as ações empreendidas no Brasil são compatíveis com as expectativas da população, pois têm o objetivo de incrementar a disponibilização de medicamentos. (Acórdão nº 634/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 010.800/2009-1, Relator: Ministro José Jorge).
- Auditoria do Tribunal encontrou **problemas nos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde**. Entre as principais constatações, destacam-se má organização, deficiência na estruturação dos sistemas municipais de saúde, maus sistemas de planejamento e infraestrutura e falta de trabalho voltado para a promoção de saúde. Além disso, em diversos municípios não havia o Plano Municipal de Saúde, nem a Programação Anual da Saúde. Em outros, havia várias falhas na elaboração dos planos. O Ministério deverá também, juntamente com as secretarias estaduais de Saúde, desenvolver mecanismos para garantir a contrapartida dos municípios no custeio de Farmácia Básica. (Acórdão nº 1.188/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 009.017/2009-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 4ª Secex).
- O Tribunal aprovou proposta de **fiscalização nos órgãos envolvidos na prevenção do uso de drogas e na repressão ao tráfico**. O objetivo é verificar a interação entre instituições e agentes responsáveis pela área, a eficiência e a eficácia das providências adotadas para implementar as ações definidas pelo Governo. (Comunicação em Plenário em 19.5.2010, Ministro Aroldo Cedraz).
- O TCU identificou falhas na estrutura física e gerencial dos órgãos que compõem o **Sistema Nacional de Defesa Civil**, que dificultam as ações do Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução em regiões do País. Constatou-se ausência de articulação entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), os órgãos estaduais e os municipais, responsáveis pelo processo de transferência de **recursos para prevenção e soluções às catástrofes**. A auditoria apontou que não há interação entre o Ministério das Cidades, que possui ação destinada a financiar o mapeamento municipal de áreas de risco, e o Ministério da Integração Nacional, responsável por transferir recursos para projetos de prevenção a desastres. O TCU determinou que a Sedec adote critérios objetivos na distribuição de recursos para obras preventivas, de forma a diminuir os prejuízos humanos e materiais resultantes de eventos naturais. (Acórdão nº 729/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 008.556/2009-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidades Técnicas: Segecex e 4ª Secex).

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU), criado em 1890 por iniciativa de Rui Barbosa, na época Ministro da Fazenda, norteia-se, desde então, pelos princípios da ética, da efetividade, da independência, da justiça e do profissionalismo, e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública. A Constituição de 1891, a primeira republicana, institucionalizou definitivamente o TCU. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional.

1.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, clama por moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado, passando a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude, do desvio, da corrupção e do desperdício e contribui, assim, para a transparência e melhoria do desempenho da administração pública e da alocação de recursos federais.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

Mais recentemente, teve destaque, a ampliação do leque de competências do Tribunal de Contas da União por meio da Lei nº 11.578, de 26.11.2007. Tal ato normativo, que trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estabeleceu que compete ao TCU,

juntamente com a Controladoria - Geral da União (CGU), fiscalizar a aplicação desses recursos e prevê situações em que deverá ser encaminhada denúncia ao Tribunal.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 71 a 74 e 161, conferiu ao TCU as seguintes competências privativas.

Competências Constitucionais	Artigos
Apreciar as contas anuais do presidente da República.	71, inc. I
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.	71, inc. II
Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.	71, inc. III
Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.	71, inc. IV
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.	71, inc. V
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.	71, inc. VI
Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.	71, inc. VII
Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.	71, inc. VIII a XI
Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.	71, inc. X
Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.	72, § 1º
Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.	74, § 2º
Efetuar o cálculo das contas referentes aos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.	161, § único

1.2. Transferências Constitucionais e Legais

O TCU calcula as quotas dos fundos constitucionais (parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal) e fiscaliza a entrega das parcelas a Estados, Distrito Federal e Municípios. Compete também ao Tribunal efetuar o cálculo dos percentuais individuais de participação da contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide - Combustíveis).

A consulta aos coeficientes de participação nos recursos do FPM, FPE e do IPI – Exportações, para o ano de 2011, bem como dos percentuais de recursos da Cide - Combustíveis, está disponível na página do TCU na Internet.

Os normativos que definem os coeficientes para 2011 são os seguintes:

• **Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**: Decisão Normativa nº 109, de 29 de novembro de 2010. Aprovou, para o exercício de 2011, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a, b e d da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

• **Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Cide**: Decisão Normativa nº 111, de 9 de fevereiro de 2011. Aprovou, para o exercício de 2011, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

1.3. Estrutura

O TCU é integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro ministros. Os Ministros-Substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

O Plenário e as duas Câmaras reúnem-se de 17 de janeiro a 16 de dezembro em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias

No dia 8.12.2010, o **Ministro Benjamin Zymler** tomou posse como **Presidente** do TCU para o ano de 2011. Na mesma ocasião, o **Ministro Augusto Nardes** assumiu a **Vice-Presidência** do Tribunal. Ambos foram eleitos no dia 1º.12.2010 para mandato de um ano, permitida uma reeleição pelo mesmo período.

O Tribunal de Contas da União, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais confiadas ao TCU. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O organograma do Tribunal consta do Anexo I deste relatório – "Organograma do Tribunal de Contas da União".

1.4. Deliberações dos Colegiados e Jurisprudência

As deliberações do Plenário e das Câmaras assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

Em 2010, o TCU aprovou 8 decisões normativas, 3 instruções normativas e 8 resoluções. Adiante estão relacionadas aquelas de maior significância.

• **Decisão Normativa nº 103, de 10 de fevereiro de 2010:** altera dispositivos da Decisão Normativa n.º 102, de 2009, a qual define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2009 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos dos demonstrativos que as comporão.

• **Decisão Normativa nº 104, de 10 de fevereiro de 2010:** aprova, para o exercício de 2010, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

• **Decisão Normativa nº 105, de 24 de março de 2010:** altera os percentuais individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso III, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2010, aprovados originalmente na forma do Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 104, de 10 de fevereiro de 2010.

• **Decisão Normativa nº 106, de 28 de julho de 2010:** aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2011.

• **Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010:** dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010 e especifica a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º.9.2010.

• **Decisão Normativa nº 108, de 24 de novembro de 2010:** dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011 e especifica a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação.

• **Decisão Normativa nº 109, de 29 de novembro de 2010:** aprova, para o exercício de 2011, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a, b e d da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

• **Decisão Normativa nº 110, de 1º de dezembro de 2010:** dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2010 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão.

• **Instrução Normativa nº 62, de 26 de maio de 2010:** estabelece normas acerca do controle exercido pelo TCU sobre os recursos públicos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014.

• **Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010:** estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal, para julgamento do TCU, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992.

• **Instrução Normativa nº 64, de 20 de outubro de 2010:** altera os arts. 7º e 11 da

Instrução Normativa-TCU nº 55, de 2007, que dispõe sobre o envio e a tramitação, no âmbito do TCU, para fins de registro, de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, eforma e pensão.

- **Resolução nº 233, de 4 de agosto de 2010:** dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos ofertados por meio de solução denominada TCU-eletrônico (e-TCU), e altera as Resoluções-TCU nºs 170, de 2004; 175, de 2005; e 191, de 2006.
- **Resolução nº 234, de 1º de setembro de 2010:** estabelece diretrizes a serem observadas pelas unidades internas do Tribunal na elaboração das normas previstas em Instrução Normativa do TCU e no tratamento das peças e conteúdos relacionados à prestação de contas das unidades jurisdicionadas.
- **Resolução nº 235, de 15 de setembro de 2010:** altera as Resoluções-TCU nºs 164/2003, 170/2004 e 178/2005, para disciplinar os procedimentos a serem observados quando do falecimento de responsável.
- **Resolução nº 237, de 20 de outubro de 2010:** altera os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução-TCU nº 206, de 2007, que estabelece procedimentos para exame, apreciação e registro dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão pelo Tribunal de Contas da União.
- **Resolução nº 238, de 3 de novembro de 2010:** altera o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União.
- **Resolução nº 240, de 23 de dezembro de 2010:** define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no ano de 2010 e 2009.

Sessões realizadas e Acórdãos proferidos

Colegiado	Acórdãos		Sessões	
	2009	2010	2009	2010
Plenário	3.023	3.367	94	94
1ª Câmara	7.306	8.170	44	42
2ª Câmara	6.664	7.379	44	42
Total	**16.993**	**18.916**	**182**	**178**

O TCU emite juízo em processos de controle externo e ao verificar, no âmbito dos seus Colegiados, a existência de decisões divergentes em matéria de sua competência, ele pode, com o intuito de superar as divergências, firmar entendimento, de caráter normativo, que orientará futuras deliberações. Em 2010, houve entendimentos firmados em três processos apreciados pelo Tribunal, conforme apresentados a seguir.

Contratações de projetos de arquitetura e urbanismo com inexigibilidade de licitação

Verificada a existência de decisões divergentes quanto à obrigatoriedade de licitar os projetos de instalações e serviços complementares, o TCU firmou o entendimento de que, nas contratações de projetos de arquitetura e urbanismo com inexigibilidade de licitação, na forma do inciso II do art. 25 da Lei 8.666/1993, devem ser obrigatoriamente licitados os projetos de instalações e serviços complementares (cálculo estrutural, água fria, esgoto sanitário, águas pluviais, instalações elétricas, cabeamento estruturado, circuito fechado de televisão, controle de acesso,

antena coletiva de televisão, sonorização, detecção e alarme de incêndio, supervisão, comando e controle de edificações, ar-condicionado central, ventilação mecânica, prevenção e combate a incêndios, gás liquefeito de petróleo, acústica, ambiente de segurança, irrigação, coleta de lixo, aspiração central e outros), conforme preveem o art. 2º do Estatuto Licitatório e o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, salvo se cabalmente demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica da dissociação, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei de Licitações. (Acórdão nº 1.183/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 015.162/2009-9, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 5ª Secex).

Análise pelo TCU dos processos de concessão de indenização a anistiados políticos

Ao apreciar matéria em que se questionou a pertinência de exame pelo TCU dos processos de concessão de reparação econômica a anistiados políticos, o Tribunal firmou o entendimento de que as concessões de reparações econômicas concedidas com recursos do Tesouro Nacional a anistiados políticos, efetuadas mediante prestações mensais, contínuas e permanentes com base no art. 1º, inciso II, da Lei n. 10.559/2002, estão sujeitas à apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal. (Acórdão nº 1.967/Plenário, de 11.8.2010, TC nº 017.239/2008-7, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: Sefip).

Tomadas de contas especiais instauradas por força da Decisão nº. 850/2000-TCU/Plenário

Constatou-se, no âmbito do Tribunal, a existência de deliberações conflitantes quando do julgamento de tomadas de contas especiais (TCEs) instauradas por força da Decisão nº 850/2000, do Plenário do TCU. Essa Decisão determinou a abertura de TCE para identificação dos responsáveis e quantificação dos danos causados aos cofres públicos, em razão do pagamento administrativo de indenização por "desapropriação consensual" em diversos processos em que o direito dos titulares dos imóveis encontrava-se prescrito. Ao julgar as dezenas de TCEs decorrentes da citada Decisão, surgiu o ponto de divergência que consistiu na condenação dos ex-gestores em débito, solidariamente com os ex-proprietários de terras desapossadas pela União, em alguns julgamentos, e em outros não.

O Plenário do TCU discutiu a matéria e firmou o seguinte entendimento quanto às TCEs instauradas por força da Decisão n.º 850/2000-TCU-Plenário:

"1. ex-proprietários de terras esbulhadas pela União, em processo de desapropriação indireta, podem ser indenizados por iniciativa da administração, de ofício ou por provocação de terceiros, desde que respeitados os comandos constitucionais, os princípios jurídicos cabíveis e as regras aplicáveis;

2. caso o direito ao recebimento de indenização se realize por meio de processos administrativos de desapropriação indireta, e o valor da indenização devida seja consenso entre o ex-proprietário e a administração, não lhe são aplicáveis as regras da Lei nº 9.469/1997, que alterou a Lei n.º 8.197/1991, pois não há litígio e não há a necessidade de renúncia de quaisquer direitos por parte da administração para que se efetive a indenização;

3. o ex-proprietário responderá pelo débito, solidariamente com os ex-gestores, se restar comprovado que houve má-fé no procedimento de avaliação do valor do

imóvel, ou em falsidade do título de propriedade ou de qualquer outro comprovante que suportou o pagamento da indenização;

4. a ocorrência da prescrição vintenária, a teor da Súmula 119 do STJ, tem presunção *juris tantum*, admitindo-se prova em contrário por meio de documentação idônea, hipótese em que o ônus recairá sobre os interessados arrolados nos autos de tomada de contas especial;

5. nos casos em que tenha ocorrido a prescrição vintenária, tendo o proprietário esbulhado recebido a indenização de boa-fé, não cabe a repetição do indébito, em face do que prescreve o art. 882 do Código Civil, devendo responder pelos prejuízos apenas os agentes públicos que deram causa ao pagamento das dívidas prescritas;

6. a emissão de decreto ou de portaria declaratória de utilidade pública interrompe a contagem do prazo prescricional." (Acórdão nº 1.180/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 018.652/2003-4, Relator: Ministro Augusto Nardes, Revisor: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: não houve).

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal - CF. Além de outras competências estabelecidas no art. 71 da CF, cabe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta.

Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública. O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no ano de 2010.

2.1. Resultados do Controle Externo

A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa. O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, além de outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados

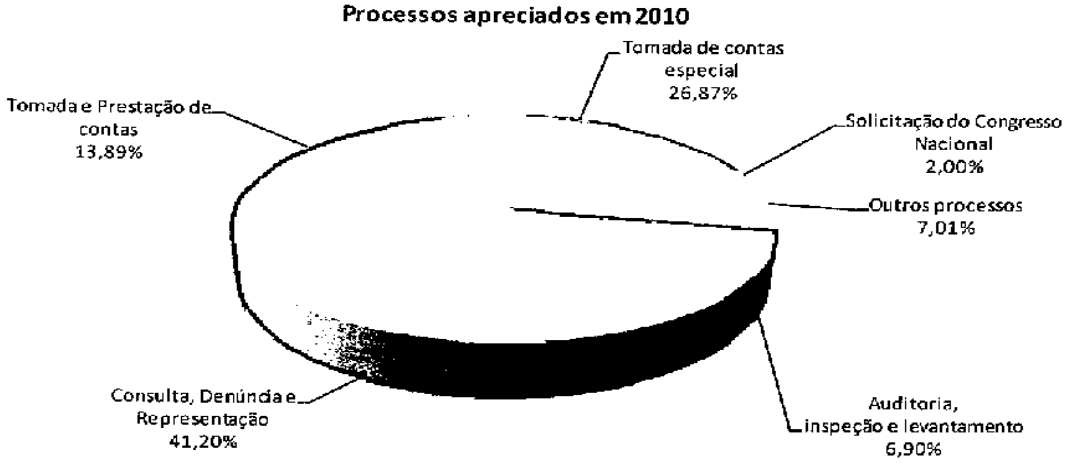
No ano foram **autuados 6.038 processos** referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram **apreciados** de forma conclusiva pelo TCU **8.019 processos** da mesma natureza.

Processos Autuados e Apreciados

Classe de Assunto	Autuados			Apreciados		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Auditoria, inspeção e levantamento	342	528	767	566	624	724
Consulta	67	89	49	68	84	66
Denúncia	459	424	388	491	523	522

Representação	2.491	2.602	2.030	2.863	3.178	2.716
Solicitação do Congresso Nacional	88	137	96	94	127	160
Tomada e Prestação de contas	1.737	587	590	1.773	2.062	1.114
Tomada de contas especial	1.304	1.888	1.400	1.924	1.965	2.155
Outros processos	405	533	718	421	495	562
Total de processos	**6.893**	**6.788**	**6.038**	**8.200**	**9.058**	**8.019**

O gráfico a seguir especifica a participação percentual dos tipos de processo no total dos julgamentos realizados em 2010.



2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No período, foram **autuados 116.686 atos** de pessoal e **apreciados 107.761 atos** dessa natureza.

O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no período de 2008 a 2010.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	2008	2009	2010
Autuados	144.083	141.751	116.686
Apreciados	111.643	114.638	107.761
Ilegais	1.855	3.285	2.035
Legais	**109.788**	**111.356**	**105.726**

Do total de **107.761 atos** referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no ano, **2.035** tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo

cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br. Nesse mesmo endereço, é possível consultar a situação dos atos de admissão, de aposentadoria ou de concessão submetidos à apreciação do Tribunal.

2.1.3. Recursos Julgados

Em observância aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, cabe recurso das deliberações proferidas pelo Tribunal. As modalidades de recursos estão previstas nos artigos nos 32 e 48 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992).

No ano, os colegiados julgaram **1.664 processos** em grau de recurso. O gráfico a seguir apresenta o resultado da apreciação de recursos nos anos de 2009 e 2010.



2.1.4. Medidas Cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais. Em 2010, foram adotadas **100 cautelares** junto a órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a **R$ 2,46 bilhão**, conforme se verifica no quadro adiante.

Medidas Cautelares

Determinação	Nº de Cautelares		Valores Envolvidos (R$)	
	2009	2010	2009	2010
Suspensão de licitação e contratos	70	8	829.672.707,95	71.363.588,37
Suspensão de repasses/pagamentos a convênios/contratos	18	63	197.927.467,53	1.824.336.170,17
Suspensão de processo seletivo para provimento de cargo público	2	20	-	516.567.127,72
Outros	1	9	-	47.767.462,71
Total	**91**	**100**	**1.027.600.175,48**	**2.460.034.348,97**

2.1.5. Julgamento de Contas

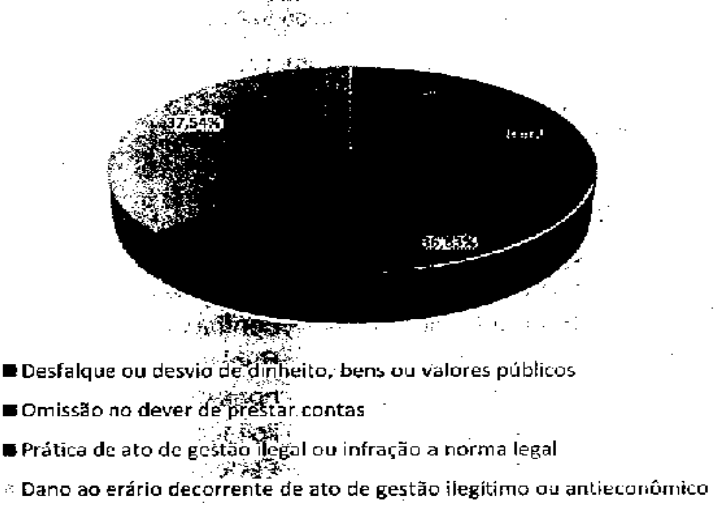
As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas são atualmente estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 63/2010.

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar tomada de contas especial - TCE, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Em 2010, o TCU julgou de forma definitiva contas de **20.445 responsáveis**. Cabe esclarecer que um processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis nos anos de 2009 e 2010, e os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas em 2010.

Motivo da irregularidade das contas



2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os **3.269 processos de contas** apreciados de forma conclusiva no ano, **1.391 (42,55%)** condenaram **2.163 responsáveis** ao pagamento de multa e/ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros **195 processos** de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a **435 responsáveis**.

A seguir, o número de processos julgados e a quantidade de responsáveis condenados nos anos de 2009 e 2010.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	2009	2010	2009	2010
Prestação de contas	53	63	124	199
Tomada de contas	32	43	81	88

Tomada de contas especial	1.297	1.391	1.917	2.163
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	**1.382**	**1.517**	**2.122**	**2.450**
Outros processos	145	195	317	435
Total	**1.527**	**1.712**	**2.439**	**2.885**

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de **multa** ou ressarcimento de **débito** no valor de **R$ 1,46 bilhão**, atualizados até a data de 31.12.2010. Em outros processos foram aplicadas **multas** no valor total de **R$ 4,5 milhão.** Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU em 2010 e 2009.

Valor das Sanções Aplicadas (R$)

Natureza	2010 (R$)			2009 (R$)
	Débito	Multa	Total	(Débito + Multa)
Prestação de contas	6.706.242,45	1.926.171,71	8.632.414,16	11.823.927,70
Tomada de contas	7.901.840,44	593.177,45	8.495.017,89	11.842.588,47
Tomada de contas especial	1.401.447.055,52	46.885.822,55	1.448.332.878,07	1.208.781.733,85
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	**1.416.055.138,41**	**49.405.171,71**	**1.465.460.310,12**	**1.232.448.250,02**
Outros processos	1.138.326,35	3.420.744,79	4.559.071,14	1.824.606,34
Total	**1.417.193.464,76**	**52.825.916,50**	1.470.019.381,26	**1.234.272.856,36**

Outras Condenações e Sanções

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou mal utilizou recursos públicos. No período, **103 responsáveis** foram considerados **inabilitados** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e **109 empresas** declaradas **inidôneas** para licitar com a Administração Pública Federal.

No Portal TCU na Internet, podem ser consultados os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

Ressalte-se que o Portal do TCU na Internet apresenta informações somente de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recurso junto ao Tribunal.

2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um Procurador-Geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores.

Cobrança Executiva

Nos termos da Lei Orgânica do TCU, Lei nº 8.443/1992, cabe ao MP/TCU promover, por intermédio da Advocacia-Geral da União (AGU), ou conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, as medidas necessárias para a cobrança judicial de débitos ou multas decorrentes de acórdãos condenatórios do TCU.

Em 2010, foram formalizados **2.559** processos de cobrança executiva (CBEX). Ao mesmo tempo, **2.438** foram submetidos aos órgãos de execução, com vistas ao ingresso da competente ação judicial de cobrança.

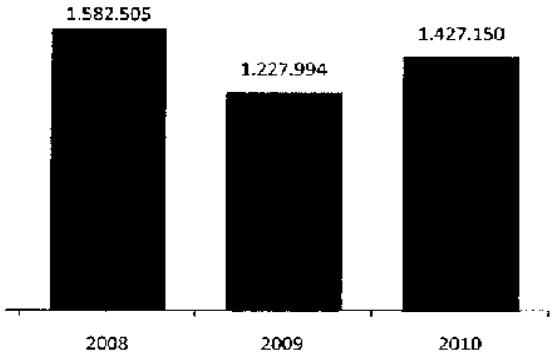
Processos de Cobrança Executiva Formalizados

Ano	Quantidade
2008	2.987
2009	2.497
2010	2.559

O acompanhamento e a supervisão sistematicamente exercidos pelo MP/TCU vêm experimentando importantes avanços em seus resultados, notadamente q à tempestividade e à quantidade de autuações de processos de cobrança executiva.

No ano, o montante envolvido nos processos de CBEX que foram encaminhados aos órgãos responsáveis para a execução judicial alcançou valor de **mais de R$ 1,4 bilhão**. Desse total, R$ 1.374.139.235,35 são referentes a débitos e R$ 53.010.981,45 a multas.

Histórico dos Montantes das Cobranças Executivas Encaminhadas aos Órgãos Executores (em R$ 1.000,00)



Em 2010, foram autuados **2.561 processos** de cobrança executiva, **envolvendo** cerca de **R$ 938 milhões**. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu **parecer** em **14.303 processos**.

Processos com Parecer do MP/TCU

Classe de Assunto	2008	2009	2010
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	7.342	6.516	9.949
Auditoria, inspeção e levantamento	87	73	54
Consulta	6	7	5
Denúncia	31	24	37
Representação	186	202	218
Solicitação do Congresso Nacional	3	5	1
Tomada e prestação de contas	1.994	2.062	2.790
Tomada de contas especial	2.743	2.646	1.232
Outros processos	11	30	17
Total	**12.403**	**11.565**	**14.303**

O Ministério Público junto ao TCU, com o intuito de promover a defesa da ordem jurídica e valendo-se da prerrogativa que lhe confere o artigo 81, inciso I, da Lei nº 8.443/92, o formulou ao Tribunal, ao longo do ano de 2010, várias representações, a fim de que fosse promovida a imediata apuração de indícios de irregularidades perpetradas em órgãos e entidades públicas federais - noticiados pela mídia ou trazidos ao conhecimento do MP/TCU por autoridades da Administração Pública - e, em conseqüência, adotadas as medidas necessárias. Entre essas representações, merecem destaque as adiante apresentadas.

- Representação sobre possíveis irregularidades na concessão de bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (TC nº 003.160/2010-6);
- Representação sobre possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) na Prefeitura Municipal de Tutóia/MA (TC nº 005.950/2010-4);
- Representação para que a Universidade de Brasília se abstenha de suspender ou promover alterações na parcela paga a seus servidores relativa à Unidade de Referência de Preços (URP) (TC nº 008.580/2010-3).
- Representação acerca de possíveis irregularidades em convênio entre o núcleo de atenção social à cidadania – Nasce e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) (TC nº 010.015/2010-8).
- Representação acerca da possibilidade da existência de fraude em licitações da Petrobras, constatadas por peritos da Polícia Federal, com as empreiteiras Camargo Correia e GDK (TC nº 013.313/2010-0).
- Representação com o objetivo de que se determine cautelarmente aos órgãos da Administração Pública Federal para que esses se abstenham de realizar pagamentos relativos a eventuais contratos firmados com a Geap (TC nº 016.076/2010-9).
- Representação acerca de descumprimento de sentença judicial, pela Infraero, em sede de ação de integração de posse de área ocupada pelo Sindicavir no Aeroporto de Brasília (TC nº 018.535/2010-0).
- Representação sobre indícios de irregularidades em licitações realizadas no Ministério da Saúde para compra de materiais hospitalares destinados a dar suporte às secretarias de saúde estaduais no combate ao surto de gripe H1N1 (TC nº 021.007/2010-1).
- Representação com vista a avaliar a conformidade, economicidade, eficácia, eficiência e efetividade dos gastos realizados pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no âmbito dos serviços de hemodiálise e terapia renal substitutiva, no período de 2006 a 2010 (TC nº 023.460/2010-5).
- Representação sobre indícios de irregularidades ocorridas no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o

Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) (TC nº 024.944/2010-6).

- Representação acerca de possíveis irregularidades na contratação da consultoria Internacional Gafney Cline & Associates pela ANP, sem licitação, para prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares brasileiras localizadas na região do Pré-Sal (TC nº 026.704/2010-2).
- Representação acerca de possíveis irregularidades cometidas pela Anac (TC nº 027.623/2010-6).
- Representação acerca de possível má aplicação de recursos na área da saúde nos municípios de Belém, Tucuruí e estado do Pará (TC nº 029.099/2010-2).
- Representação sobre indícios de falhas no atendimento e na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. (TC nº 029.582/2010-5).
- Representação acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos no âmbito de diversas entidades (TC nº 032.679/2010-6).
- Representação acerca de indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Cultura (TC nº 033.869/2010-3).

2.1.8. Fiscalizações

A fiscalização exercida pelo TCU é realizada por meio de auditorias, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos, instrumentos previstos no Regimento Interno do Tribunal.

A auditoria examina a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, bem como avalia o desempenho dos órgãos, entidades, sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia. As auditorias também subsidiam a apreciação dos atos sujeitos a registro.

A inspeção é utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos.

O levantamento tem por objetivo conhecer a organização, o funcionamento e a forma de atuação dos órgãos da administração pública, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais.

Por meio do acompanhamento, o TCU avalia o desempenho de órgãos e entidades, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

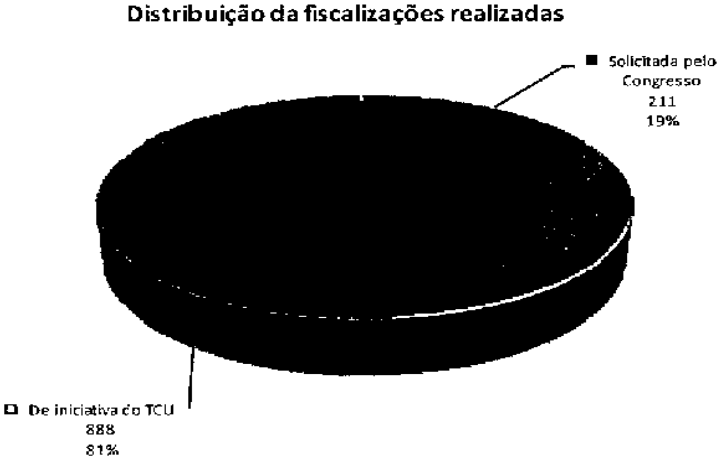
Já o monitoramento verifica o cumprimento das deliberações feitas pelo Tribunal e os resultados delas advindos.

No ano de 2010, foram concluídas **1.099** fiscalizações, envolvendo o montante de **50.602** Homens-Dia de Fiscalização (HDF). O quadro adiante traz a quantidade de fiscalizações concluídas no período.

Fiscalizações Concluídas

Tipo de Fiscalização	2008	2009	2010
Acompanhamento	18	28	41
Auditoria	140	182	595
Inspeção	183	340	315
Levantamento	201	284	104
Monitoramento	28	45	44
Total	**570**	**879**	**1.099**

O gráfico a seguir representa as fiscalizações concluídas em 2010, sendo que, do total realizado, **19% (211)** foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **81% (888),** foram de iniciativa do próprio TCU.



2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

O TCU, conforme expresso no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 45 de sua Lei Orgânica e no art. 251 de seu Regimento Interno, pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar o ato ou comunicar ao Congresso Nacional acerca do não cumprimento da deliberação do TCU.

No ano de 2010, em razão dessa prerrogativa, o Tribunal adotou diversas deliberações, a maior parte decorrente de irregularidades apuradas em atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões. Nesses casos, o TCU fixou prazo para que diversos órgãos ou entidades suspendessem, no todo ou em parte, o pagamento considerado irregular.

Em outras **103 deliberações**, o TCU determinou, em termos gerais, as medidas discriminadas no quadro adiante.

Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Determinação	2010
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em licitações	26
Suspensão de pagamento ou ressarcimento/retenção de valores em contratos	23
Anulação, suspensão, rescisão e ajustes em contratos	38
Devolução e suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	9
Anulação de atos ou contratos referentes a pessoal	6
Outros	1
TOTAL	**103**

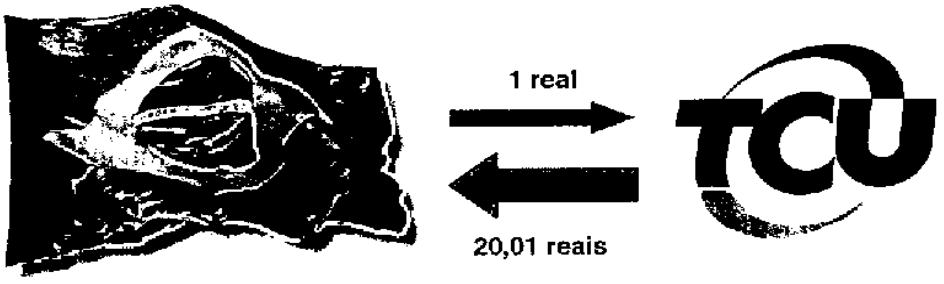
2.1.10 - Benefícios das Ações de Controle

Nem todos os benefícios decorrentes das ações de controle do TCU podem ser mensurados em reais. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado. A tabela a seguir especifica o valor dos principais benefícios financeiros gerados a partir de deliberações do Tribunal no ano de 2010.

Benefício	Valor (R$)
Aplicação de multa prevista em contrato ou em legislação específica	19.953.112,52
Compatibilização do objeto contratado com as especificações ou com o projeto	129.012.466,99
Compensação financeira	61.425.039,77
Correção de vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado	752.835.501,14
Elevação da receita	11.908.811.697,39
Elevação de preço mínimo para privatização de empresa	8.668.876,17
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	4.214.848.419,95
Glosa ou impugnação de despesa	569.067.780,49
Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de programa de Governo	8.756.672,35
Interrupção do pagamento de vantagem indevida	248.254.369,14
Redução de preço máximo em processo licitatório	3.293.501.061,06
Redução de tarifa pública	3.127.645.559,12
Redução de valor contratual	476.397.910,52
Restituição de recursos ao órgão repassador	409.430.397,74
Total geral	**25.228.608.864,35**

Somando ao valor da economia gerada por essas deliberações aquela decorrente das **condenações em débito e aplicação de multas (R$ 1.470.019.381,26)**, o **benefício financeiro** das ações de controle, em 2010, **atingiu o montante de R$ 26.698.628.245,61**, valor **20,01 vezes superior** ao **custo de funcionamento** do TCU no período (**R$ 1.334.097.924,00**).



2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no ano de 2010, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas, agrupados por função de Governo ou área envolvida.

2.2.1. Administração-Geral

Em relação ao tema Administração-Geral, o Tribunal busca ações conjuntas voltadas à fiscalização e ao controle da gestão pública.

Nesse intuito, a colaboração entre os órgãos de controle é fundamental para se obter uma ação de controle tempestiva e eficiente, capaz de acompanhar e fiscalizar a gestão pública, cada vez mais dinâmica e moderna. Assim, por meio da **Rede de Controle da Gestão Pública,** o TCU firmou importante parceria com órgãos públicos envolvidos em atividades de controle.

Rede de Controle

A Rede foi instituída mediante a assinatura de acordos de cooperação com instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário, que atuam na fiscalização do uso de recursos públicos.

A **Rede de Controle** busca maior efetividade nas ações do Estado a partir de parcerias estratégicas que devem refletir diretamente no combate a desvios de dinheiro e corrupção. A atuação coordenada também trabalha para definir diretrizes comuns e para estabelecer compromissos e ações conjuntas.

Em 2010 a **Rede** completou um ano de criação e nesse ano foram realizadas auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Também foram iniciados os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

TSE deverá adotar medidas para evitar irregularidades na obra do edifício-sede

O TCU determinou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que adote medidas para prevenir danos na execução da obra do edifício-sede do Órgão. Auditoria verificou risco ao equilíbrio contratual em relação à média dos preços do mercado, podendo causar sobrepreço na obra.

Foram constatados serviços realizados em desacordo com as etapas estabelecidas no cronograma da obra, pagamentos autorizados a partir de boletins de medição imprecisos e execução de itens da planilha em quantidades superiores ao contratado, sem a realização de termo aditivo, entre outras irregularidades.

O TCU determinou que os ajustes necessários para evitar prejuízos sejam feitos por termos aditivos que devem adotar os preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) ou os valores indicados no orçamento-base da licitação, como valores de referência para alterações na planilha orçamentária.

Determinou, também, que o TSE informe sobre a formalização dos termos aditivos, envie documentação que comprove a adequação entre os serviços faturados e os realizados em cada etapa e apresente memória de cálculo de maneira a evitar que a Administração efetue pagamentos a partir de boletins de medição imprecisos. (Acórdão nº 81/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 011.299/2008-8, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secob).

TCU faz condenação milionária a ex-Gerente do BNB em São Luís/MA

O Tribunal detectou irregularidades em empréstimos com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A verba foi administrada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em São Luís/MA para o projeto de desenvolvimento industrial Ta Chung, localizado em Rosário/MA.

O projeto tinha como objetivo montar polo industrial para a fabricação de máquinas de costura sob responsabilidade da empresa Ta-Chung Máquinas Industriais LTDA., encarregada de implantar 65 unidades fabris e cada uma delas a cargo de grupos dos trabalhadores da Indústria de Fabricação de Máquinas de Costura.

Em visita feita ao local, foi verificado que a situação do empreendimento e das máquinas era de abandono e que não houve treinamento dos trabalhadores. A fiscalização comprovou a concessão de crédito acima do limite, sem comprovação do recebimento dos bens, e obtenção indevida de recursos pagos às empresas.

O TCU condenou o ex-Gerente da Agência Centro do BNB em São Luís a devolver **R$ 44,8 milhões,** valor atualizado, sendo que **R$ 43,7 milhões** deverão ser pagos solidariamente com o representante das empresas Ta-Chung Máquinas Industriais Ltda. e Jiann Lian Comércio Importação e Exportação Ltda., fornecedora dos equipamentos. Além desses, dois representantes da projetista Almeida Consultoria Ltda. deverão devolver solidariamente mais R$ 876 mil, valor atualizado. Os montantes devem ser pagos ao FNE e ao FAT.

Os responsáveis ainda foram multados em valores que variam de R$ 5 mil a R$ 110 mil. O ex-Gerente de Negócios do BNB, também foi multado, devido à concessão irregular de empréstimos a 65 grupos de trabalhadores vinculados ao polo industrial Ta Chung. Os montantes deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional. (Acórdão nº 470/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 005.193/2004-0, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-MA)

BNB terá de cobrar dívidas de mais de R$ 1,5 bilhão

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) deverá cobrar mais de **R$ 1,5 bilhão** por empréstimos concedidos e não pagos. O TCU determinou que o BNB realize a cobrança do valor, referente a 38.530 operações de crédito, em até 180 dias. O Banco não observou normas que determinam a cobrança judicial obrigatória de pagamentos com atraso superior a 60 dias.

A decisão do Tribunal decorre de auditoria realizada nas áreas de recuperação de crédito e de gestão sobre os recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE). O TCU identificou a existência de débitos que persistem há mais de 13 anos.

Além de providenciar a cobrança dos financiamentos, o BNB também deverá aprimorar procedimentos de recuperação de crédito, implantando rotina informatizada que contemple a necessidade de manifestação do responsável, em cada caso específico, sobre a razão de não se emitir autorização de cobrança judicial de pagamentos com atraso superior a 60 dias.

O Tribunal determinou, ainda, que os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional revejam dispositivos que normatizam procedimentos contábeis para contabilização de prejuízos para os fundos constitucionais de desenvolvimento, como o FNE. A determinação foi feita com base na

constatação de que o Banco e o FNE, observam critérios diferentes para contabilizar **perdas com devedores**. Essa diferença gera elevação irreal do patrimônio do FNE, que segundo simulação feita durante a auditoria, **chega a R$ 2 bilhões**.

Os responsáveis pelas irregularidades encontradas durante a fiscalização serão ouvidos pelo TCU. (Acórdão nº 944/Plenário, de 5.5.2010, TC nº 002.793/2009-0, Relator: Ministro Valmir

Ex-Prefeito de Juazeiro do Norte/CE e empresa de construção terão de devolver R$ 17 milhões ao Tesouro Nacional

O TCU condenou ex-Prefeito de Juazeiro do Norte/CE e a empresa Planejamento e Construções Ltda. (Planurb) a devolverem, solidariamente, mais de **R$ 17 milhões**, valor atualizado, por sobrepreço na obra de construção do Centro de Apoio ao Romeiro no Município.

O relatório do TCU aponta que houve sobrepreço em serviços como sistema de drenagem, urbanização, paisagismo e aterro compactado. O ex-Prefeito e a empresa de construção ainda terão de pagar multa individual de R$ 100 mil aos cofres do Tesouro Nacional.

O ex-Prefeito entrou com embargos de declaração contra a decisão do TCU, recurso que tem efeito suspensivo sobre a condenação original. (Acórdão nº 1.853/1ª Câmara, de 13.4.2010, TC nº 275.215/1995-4, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidades Técnicas: Secob e Secex-CE).

TCU recomenda que o Ministério do Planejamento amplie monitoramento de obras públicas

O Tribunal recomendou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) utilize o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC) para acompanhar obras re com os recursos da União.

Em 2007, o TCU identificou 400 obras não concluídas no Brasil e determinou a criação de um Cadastro Geral de Obras. Na ocasião, o SisPAC estava sendo desenvolvido para acompanhar as obras do PAC.

O TCU verificou que ainda são necessárias modificações no sistema para utilizá-lo no monitoramento de obras públicas. É preciso melhorar a disponibilização de informações para a sociedade, bem como o controle e o acompanhamento dos empreendimentos. O relatório destaca que, das 400 obras inacabadas, apenas 206 tiveram suas informações atualizadas. (Acórdão nº 617/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 016.162/2009-3, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secob).

TCU rejeita recurso da Petrobras sobre licitações

O Tribunal manteve a decisão que determinou à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) que se abstivesse de aplicar às licitações e aos contratos o procedimento licitatório simplificado. Para o TCU, a empresa deve observar a Lei de Licitações.

A Petrobras alegou, mediante embargos declaratórios, que há uma contradição entre o TCU e o Poder Executivo que defende a adoção pela empresa das regras da lei do petróleo. A lei dispõe que os contratos celebrados pela Petrobras serão precedidos de procedimento licitatório simplificado.

O Ministro Augusto Nardes, relator do processo, observou que não se trata de uma contradição e sim de divergência entre o

TCU e a Advocacia-Geral da União. Portanto, não cabe à figura jurídica de embargos de declaração, utilizados para demonstrar qualquer obscuridade, omissão ou contradição no acórdão. Para o Ministro, "estes argumentos se revestem de novidade, o que é incabível pela via recursal eleita".

Ele ressaltou, ainda, que novos embargos declaratórios contra a presente decisão não suspenderão a consumação do trânsito em julgado. (Acórdão nº 1.325/ Plenário, de 9.6.2010, TC nº 016.176/2000-5, Relator: Ministro Augusto Nardes).

TCU entende que é inviável órgãos da Administração Pública aderirem a atas de registro de preços do Sistema "S"

O Ministro da Secretaria Especial de Portos formulou consulta ao TCU quanto à possibilidade de os órgãos e entidades da Administração Pública Federal aderirem a atas de registro de preços decorrentes de certames licitatórios realizados por entidades integrantes do Sistema "S", haja vista a regulamentação do sistema de registro de preços pelo Decreto nº 3.931/2001.

Com a edição desse Decreto, criou-se a possibilidade de aproveitamento de atas constantes do sistema de registro de preços por outros órgãos e entidades da Administração, não participantes do processo licitatório, desde que com anuência da entidade que realizou a licitação (gerenciador) e do próprio fornecedor.

A dúvida apresentada ao Tribunal relaciona-se com o real alcance da expressão "e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União" contida no art. 1º do Decreto nº 3.931/2001, ou seja, se abrange ou não o Sistema "S".

O TCU respondeu ao consulente que "não há viabilidade jurídica para a adesão por órgãos da Administração Pública a atas de registro de preços relativas a certames licitatórios realizados por entidades integrantes do Sistema "S", uma vez que não se sujeitam aos procedimentos estritos da Lei nº 8.666/1993, podendo seguir regulamentos próprios devidamente ublicados, assim como não se submetem às disposições do Decreto nº 3.931/2001, que disciplina o sistema de registro de preços." (Acórdão nº 1.192/ Plenário, de 26.5.2010, TC nº 007.469/2010-1, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: 1ª Secex).

Trbunal responde a consulta sobre contratação direta para realização de concurso

O TCU respondeu a consulta, formulada pelo Ministro de Estado das Comunicações, sobre dúvidas na aplicação da Lei de Licitações em contratação direta de instituição para promoção de concurso público com vistas ao recrutamento e à seleção de pessoal para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

No questionamento apresentado, o consulente indagou se seria possível a realização de certame de caráter nacional, centralizando em Brasília todo o planejamento e a efetiva execução dos processos, por intermédio da contratação de entidade de notória especialização e indiscutível capacidade e experiência em concursos públicos com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666, de 1993.

O TCU esclareceu ao Ministro que "é possível a realização de concurso para provimento de cargos ou empregos públicos, por meio da contratação direta de entidade detentora de notória especialização e inquestionáveis capacidade e experiência na matéria, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666, de 1993, sem prejuízo da observância dos demais requisitos estabelecidos na Lei para a contratação

direta, como a elaboração de projeto básico e de orçamento detalhado (art. 7º), além da razão de escolha da instituição executante e a justificativa do preço contratado (art. 26)".

(Acórdão nº 1.111/Plenário, de 19.5.2010, TC nº 010.901/2010-8, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 1ª Secex).

Ex-presidentes da União das Nações Indígenas do Acre sofrem condenação milionária

O Tribunal julgou irregulares as contas de dois ex-presidentes da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI/AC), devido a irregularidades na aplicação dos recursos de convênio celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O objetivo do convênio firmado entre a UNI/AC e a Funasa era prestar assistência básica de saúde à população indígena.

Os responsáveis deverão devolver aos cofres da Funasa mais de **R$ 9,8 milhões**, valor atualizado, por não comprovarem a aplicação dos recursos federais repassados à Organização. (Acórdão nº 4.072/1ª Câmara, de 6.7.2010, TC nº 025.832/2008-3, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-AC).

TCU aprova procedimentos adotados pela ECT para outorga de serviços postais

O Tribunal aprovou os procedimentos adotados no segundo estágio do processo de outorga de serviços postais, mediante franquia, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Conforme a análise do TCU, o edital de licitação para contratar instalação e operação de agências de correios franqueadas e a minuta de contrato estão em conformidade com os dispositivos legais.

O TCU recomendou à ECT que elabore metodologia para analisar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de franquia postal, de forma a atender à previsão da minuta do contrato. Segundo essa previsão, a empresa pode promover alterações nas tabelas de remuneração de serviços ou qualquer outra mudança que tenha impacto econômico nos contratos, desde que garantido o equilíbrio entre os participantes.

Em 2007, o Tribunal aprovou, com ressalva, os procedimentos adotados pela ECT no primeiro estágio de outorga de serviços postais. Nesse estágio, o Tribunal avaliou o estudo de viabilidade técnica e econômica do empreendimento, com informações sobre seu objeto, área e prazo de concessão ou de permissão, orçamento das obras realizadas e a realizar e custo estimado de prestação dos serviços. Também foram avaliados estudos de impactos ambientais e de projetos, obras e despesas efetuadas.

A primeira decisão do TCU, cobrando a realização de procedimento licitatório para a contratação de franquia postal, é de 1994. Ao longo desse período, os contratos existentes foram prorrogados mais de uma vez, o que contornou a exigência de licitação para outorga de serviços públicos contida na Constituição Federal. Essa exigência foi determinada pelo Tribunal em várias ocasiões. (Acórdão nº 1.905/Plenário, de 4.8.2010, TC nº 022.070/2007-9, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Sefid).

TCU condena ex-Diretor dos Correios e empresas a devolverem R$ 12 milhões

O Tribunal condenou ex-Diretor de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a **devolver R$ 12,3 milhões**, valor atualizado, à ECT. A

quantia deverá ser paga solidariamente com as empresas Novadata Sistemas e Computadores S.A. e Positivo Informática Ltda., integrantes do Consórcio Alpha.

O TCU verificou que o ex-Diretor aprovou indevidamente o reequilíbrio econômico-financeiro de contrato firmado entre os Correios e as empresas destinado à aquisição de equipamentos de informática. O reajuste resultou em débito de **R$ 5,5 milhões**, na época.

O ex-Diretor e as empresas ainda foram multados, individualmente, em **R$ 1,5 milhão**. O ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração do Material da ECT foi multado em R$ 35 mil. (Acórdão nº 2.837/ Plenário, de 27.10.2010, TC nº 018.016/2005-1, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: 1ª Secex).

Ex-gestores terão que devolver R$ 14 milhões ao Conselho de Enfermagem do Rio de Janeiro

O TCU condenou ex-gestores do Conselho Regional de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro (Coren-RJ) e a empresa Compumeier equipamentos Ltda. a devolverem ao Conselho, solidariamente, o valor atualizado de mais de **R$ 14,3 milhões.**

Em auditoria, verificou-se que o Coren pagava indevidamente, no período de 2001 a 2008, à empresa Compumeier pela prestação de serviços de estrutura de redes, com locação mensal de hardware e aquisição de componentes de equipamentos de informática. Constatou-se, ainda, que a escolha da contratada foi feita sem licitação e que os valores estipulados em contrato referente à locação de equipamentos e à contratação de serviços não correspondiam à real necessidade do Conselho.

A empresa Compumeier foi considerada fictícia em sentença penal, ou seja, teve a personalidade jurídica desconsiderada, de forma a responsabilizar seus sócios, que também foram condenados. O TCU ainda multou, individualmente, os responsáveis. (Acórdão nº 3.524/2ª Câmara, de 6.7.2010, TC nº 028.990/2007-8, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU apura falhas na Sudene e no BNB

O Tribunal fixou prazo para que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) apresente um novo plano de ação que viabilize a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e de relatório com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal na sua área de atuação. A Instituição deverá, ainda, atualizar o roteiro para apresentação da carta-consulta e o manual de apresentação de projetos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

O TCU também fixou prazo para que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) apresente plano de ação contendo atividades propícias para o treinamento dos funcionários que atuam na operacionalização do FDNE, em especial na análise, no acompanhamento e na fiscalização de projetos.

A auditoria teve o objetivo de verificar a atuação da Sudene e do BNB na administração de recursos do FDNE, especialmente quanto à execução das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A fiscalização avaliou as contratações e incentivos da PNDR, a estrutura organizacional e o controle interno, os mecanismos de aferição e fiscalização da efetividade das concessões de incentivos e operações contratadas e a extensão da inadimplência financeira.

Segundo o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, foram encontradas diversas falhas na Sudene, entre elas: ausência de medidas para atualização de documentos destinados a orientar a concessão de incentivos fiscais e a aprovação de financiamentos, desvios funcionais e falta de levantamento dos riscos que possam afetar o alcance dos objetivos do FDNE.

No âmbito do BNB, uma das irregularidades apuradas foi a realização de acompanhamento e fiscalização de projetos sem o cumprimento de regras previstas no manual de procedimentos-operações de crédito do Banco e no regulamento do FDNE. (Acórdão nº 2.297/Plenário, de 8.9.2010, TC 002.215/2010-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-PE).

TCU estuda procedimentos para fiscalização em concessões de anistia

O Tribunal firmou entendimento esclarecendo que a análise por ele efetuada em concessões a anistiados políticos, para fins de registro, decorre de competência que lhe é atribuída pelo art. 71, inciso III, *in fine*, da Constituição Federal, uma vez que tais reparações podem ser feitas na forma de pagamentos de benefícios continuados, com natureza de pensão.

O TCU também esclareceu que **não pretende, sob nenhuma hipótese, julgar o mérito da condição de anistiado das vítimas**, mas apenas verificar se a concessão do benefício obedeceu às condicionantes estabelecidas em lei, bem assim identificar os paradigmas utilizados para a fixação de seu valor.

Ressaltou, no entanto, que se encontram em fase de definição no Tribunal os procedimentos internos para permitir que as fiscalizações desses benefícios transcorram da melhor forma possível, oportunidade em que poderão ser ouvidos os órgãos responsáveis pela concessão e fiscalização das indenizações aos anistiados. (Acórdão nº 1.967/Plenário, de 11.8.2010, TC nº 017.239/2008-7, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: Sefip).

TCU aponta deficiência em teleatendimentos de agências reguladoras

O Tribunal apontou irregularidades nos serviços de teleatendimento prestados por agências reguladoras. A fiscalização realizada pelo TCU avaliou a eficácia dos setores responsáveis pelo relacionamento das agências com seus usuários, por meio de centrais de atendimento, também conhecidas como *call center*.

No caso da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), foi constatada falha de cumprimento do horário de funcionamento, que resultou no atendimento parcial da demanda. Com isso, 27,25% das chamadas não foram atendidas.

Em decorrência da falta de estruturação do *call center*, os serviços de teleatendimento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não foram considerados plenamente efetivos.

As centrais de atendimento das Agências Nacional do Transporte Terrestre (ANTT), Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apresentaram bons índices de qualidade dos serviços.

O TCU recomendou que as agências citadas com irregularidades adotem as medidas necessárias para que o serviço de relacionamento prestado pela Agência permita que o usuário obtenha informação adequada e clara sobre os serviços que

contratar. (Acórdão nº 2.799/Plenário, de 20.10.2010, TC nº 033.386/2008-1, Relator: Ministro José Jorge, Unidades Técnicas: Sefid, 4ª Secex, 8ª Secex e Secex-RJ)

TCU condena ex-funcionárias do Serpro por fraude em cadastro de pensionistas

O Tribunal condenou duas ex-funcionárias do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ao pagamento solidário de mais de **R$ 2,7 milhões**, valor atualizado. De acordo com relatório do TCU, diversos beneficiários foram indevidamente incluídos no cadastro de pensionistas do Ministério da Fazenda.

O TCU declarou as responsáveis inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal por cinco anos. Elas também foram multadas, individualmente, em **R$ 140 mil**. (Acórdão nº 3.231/Plenário, de 1.12.2010, TC nº 020.428/2010-3, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-SP).

Outras Ações

Tribunal aprova normas de auditoria

A fiscalização do TCU tem por objetivo verificar a boa aplicação dos recursos públicos federais e é realizada principalmente por meio de auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

O Tribunal, por meio do documento denominado **Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT),** estabeleceu princípios e normas que formam a base para o desenvolvimento das atividades de auditoria do TCU.

Esse manual permite entender como funciona o Tribunal e estabelece padrões técnicos e de comportamento para que os trabalhos sejam realizados com segurança, qualidade e consistência. **(Portaria-TCU nº 280, de 2010**, *in* D.O.U de 10.12.2010.

Tribunal capacita mais de 20 mil gestores em todo o País

O TCU capacitou mais de 20 mil gestores públicos em todo o País. O treinamento, ocorrido durante o ano de 2010, teve como objetivo a disseminação de conhecimentos sobre práticas corretas da Administração Pública.

A meta do TCU para 2010 representou crescimento de 38% no número de qualificados em relação a 2009, quando foram capacitados 14.500 gestores. Essa ação pedagógica do Tribunal, em parceria com outras instituições, é de suma importância, pois muitas falhas administrativas que resultam em punições ocorrem mais por desconhecimento da legislação do que por má-fé do gestor.

A escolha dos cursos oferecidos tem foco em atividades da Administração Pública que concentram as maiores irregularidades. Assim, o TCU tem investido na realização de

cursos na área de licitações e gestão de contratos, fiscalização de obras, responsabilidade fiscal do gestor público e prestação de contas dos convênios de repasse.

2.2.2. Agricultura

TCU verifica deficiência em controle de estoques públicos pela Conab

O Tribunal recomendou à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que promova a revisão do processo de fiscalização de estoques públicos de produtos agrícolas, a fim de padronizar os procedimentos adotados e minimizar a ocorrência de impropriedades no armazenamento de estoques governamentais.

Auditoria do TCU avaliou os processos de armazenamento dos estoques públicos relativos à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e de fiscalização desses ativos, os sistemas informatizados de controle de estoques utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos e, por fim, o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos.

Verificou-se que os armazéns da Conab não atendem a requisitos necessários para a recepção de produtos e a falta de um sistema adequado para o gerenciamento dos grãos armazenados torna a gestão e o controle deficientes. De acordo com o relatório, as diferenças encontradas entre a posição de estoques mantida pela matriz e pelas superintendências regionais são graves e devem ser corrigidas rapidamente.

Além disso, foi constatado que a Conab tem contratado serviços de armazenamento com empresas que possuem débitos não quitados com a União. Segundo o relatório, 48 empresas inscritas no cadastro de inadimplentes da União estavam armazenando produtos públicos mediante contrato de depósito.

O TCU recomendou que a Companhia ajuste a estrutura física dos armazéns, para que todos estejam plenamente operacionais, e desenvolva sistema informatizado voltado à fiscalização de estoques.

Além disso, o Tribunal determinou que a Conab passe a exigir a garantia de depósito em todos os contratos efetuados junto a terceiros para o armazenamento de produtos públicos e que aperfeiçoe os controles internos de estoques e os sistemas informatizados de controle de armazenamento. Determinou, ainda, que a Companhia acelere o trâmite de processos internos de recuperação de débitos provenientes de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres, de forma que possam ser concluídos dentro de 90 dias - prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça. (Acórdão nº 123/Plenário, de 3.2.2010, TC nº 009.789/2009-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas em projeto de irrigação em Cristalina (GO)

O Tribunal determinou que ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, juntamente com ex-Secretário de Recursos Hídricos e ex-Secretário do Entorno de Brasília e do Nordeste Goiano, além de outros responsáveis, terão de apresentar defesa ou devolver o valor atualizado de **mais de R$ 150 milhões** aos cofres públicos, por irregularidades em projeto de irrigação do assentamento Três Barras, em Cristalina/GO.

Relatório do Tribunal aponta que a celebração do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado de Goiás ocorreu sem os requisitos legais necessários, com previsão de exigências a serem cumpridas posteriormente. Houve discrepância entre dados adotados no projeto básico e os levantamentos efetuados no campo. A análise da viabilidade econômico-financeira do projeto ficou comprometida.

Segundo o Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, os recursos devem ser devolvidos integralmente. "O projeto de irrigação nunca foi implementado, constituindo-se num caso típico de emprego ineficiente e ineficaz de recursos públicos", explicou. (Acórdão nº 1.038/Plenário, de 12.5.2010, TC nº 021.795/2009-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-GO).

2.2.3. Ciência e Tecnologia

TCU aprova novo levantamento de governança de TI

Levantamento realizado pelo Tribunal indicou baixo nível de governança de Tecnologia da Informação (TI) na Administração Pública Federal (APF). Apenas 5% das 265 instituições pesquisadas estão em estágio aprimorado de gestão e governança de TI, sendo que 38% estão em estágio intermediário e 57% em estágio inicial.

O Ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, destacou que "a governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última".

Para traçar o perfil de governança de TI em 2010, o TCU recebeu informações de 265 instituições, como ministérios, tribunais federais, agências reguladoras, universidades federais, fundações, autarquias, secretarias e empresas públicas. Essas responderam a um questionário com 32 questões (152 subquestões), organizado segundo critérios do Gespública, programa federal coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para avaliação e melhoria da qualidade da gestão pública.

Para o Tribunal, a relevância do trabalho decorreu da possibilidade de identificação de pontos vulneráveis, o que permitirá ao TCU atuar como indutor do aperfeiçoamento da governança de TI na APF, bem como identificar e disseminar entre as unidades jurisdicionadas os bons exemplos e modelos constatados. Cada instituição participante do levantamento receberá do Tribunal uma avaliação individual, com a qual poderá analisar seu nível de governança de TI em relação às boas práticas, à situação geral da APF e à do setor em que atua. (Acórdão nº 2.308/Plenário, de 8.9.2010, TC nº 000.390/2010-0, Relator: Ministro Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Sefti).

TCU promove novo levantamento de governança de tecnologia da informação

Em 2010 o Tribunal iniciou novo levantamento na área de Tecnologia da Informação (TI) na Administração Pública Federal, com o objetivo de traçar o perfil individualizado de governança de TI dos órgãos públicos e formular recomendações

visando aperfeiçoar as normas que regem o uso e a gestão de TI. O trabalho abrange cerca de trezentos entes públicos e coletará informações das áreas de planejamento, processo de contratação, segurança da informação e capacitação de pessoal para uso e gestão de TI.

A auditoria é baseada em modelos de boas práticas reconhecidas internacionalmente, como o Cobit (*Control Objectives for Information related Technology*) e a NBR Isso/IEC 27002 (segurança da informação).

O TCU realizou em 2007 o primeiro levantamento de governança de TI, o qual identificou deficiências na área e resultou no Acórdão nº 1.603/2008-Plenário, em que há recomendações para toda a Administração Pública Federal, por meio de órgãos que regulam as matérias relacionadas à área de TI. (TC nº 000.390/2010-0; Relator: Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Sefti)

2.2.4. Cultura, Desporto e Lazer

Copa 2014: sucesso exige comprometimento

O sucesso da Copa de 2014 demanda o comprometimento da União e de todos os estados e municípios que sediarão os jogos. Somente com a concretização das melhorias propostas para as cidades-sedes do mundial, o País alcançará o êxito almejado.

Para o Mundial, estão previstas diversas obras de infraestrutura nas 12 cidades que sediarão os jogos: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Cuiabá, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

O TCU e os tribunais de contas dos estados e municípios que vão sediar os jogos trabalham em parceria para mostrar à sociedade como o dinheiro público destinado aos preparativos com a Copa do Mundo de 2014 será utilizado.

O Tribunal é responsável por acompanhar as ações do Ministério do Esporte, coordenador da Copa. Além de fiscalizar as obras realizadas com recursos federais, como as reformas em aeroportos, o TCU também analisa a forma como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal aprovam projetos e celebram contratos de financiamento das obras.

Os dados das fiscalizações devem ser publicados pelo tribunal responsável pelo acompanhamento da obra no *site* de fiscalização da **Copa (www.fiscalizacopa 2014.gov.br)**. Esse portal não contém documentos específicos de cada obra, como editais e contratos, mas apenas informações detalhadas sobre o resultado de fiscalizações feitas nas obras e serviços da Copa. O cidadão pode, ainda, usar esse *site* como meio de comunicação com os tribunais de contas, para esclarecimento de dúvidas ou apresentação de denúncias.

TCU fiscaliza gastos com a Copa do Mundo de 2014

O Tribunal iniciou a fiscalização das ações em preparação para a Copa do Mundo de 2014. A estimativa é de que os **gastos deverão superar R$ 25 bilhões**, considerando apenas os recursos da União e os empréstimos dos bancos oficiais. Isso inclui financiamento da construção ou reforma dos estádios, obras de transporte urbano, como metrô e corredores de ônibus, ampliação de aeroportos e de portos, desenvolvimento da infraestrutura urbana voltada para o turismo, investimentos em segurança e em saúde, além da aquisição de equipamentos e da promoção de eventos.

O TCU entende que, em função da diversidade de agentes envolvidos – União, estados, municípios, Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e empresas –, o planejamento e a execução das ações precisam ser orquestrados. Isso porque, a julgar pela experiência dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, existe o risco de que a despesa total venha a ser muito superior à inicialmente prevista, principalmente em função de deficiências no planejamento e do consequente atraso na execução das obras.

O primeiro trabalho do TCU relacionado à Copa concentrou-se no **mapeamento dos riscos** a que o evento está sujeito. Outras fiscalizações abrangerão desde a análise dos projetos básicos das obras até o acompanhamento das principais contratações.

No que se refere à ampliação da capacidade de aeroportos ou portos, o Tribunal analisará a execução das obras, o cumprimento dos cronogramas e a compatibilidade dos preços com as referências de mercado. Já nas obras dos estádios e nas de mobilidade urbana, nas quais a participação da União deverá se restringir a financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) e pela Caixa Econômica Federal, caberá ao TCU analisar os procedimentos de contratação de crédito e verificar a adequação e a suficiência das garantias, enquanto os tribunais de contas dos estados fiscalizarão o andamento das obras.

O TCU, juntamente com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, tem compartilhado com os tribunais de contas estaduais e dos municípios informações e métodos de trabalho, de modo a facilitar o controle das obras, que serão auditadas pelos diversos tribunais segundo os mesmos procedimentos e tendo como referência as mesmas planilhas de preços.

O TCU participa também, em parceria com o Ministério Público da União, a Controladoria Geral da União e outros órgãos, de ações preventivas para reduzir o risco da ocorrência de sobrepreços, direcionamento de licitações e outras irregularidades. (Acórdão nº 678/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 007.046/2010-3 e TC nº 023.646/2009-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: Adplan e Seprog).

TCU faz determinações sobre obras para Copa do Mundo de 2014

O Tribunal determinou prazo ao Ministério do Esporte, coordenador do comitê gestor da Copa do Mundo Fifa 2014, para que obtenha informações sobre o andamento das obras de construção ou reforma dos estádios, de infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana e que dê ciência sobre as providências adotadas. O TCU irá monitorar os riscos relacionados à realização do mundial e a sistemática de gerenciamento das ações a cargo do Governo Federal.

Relatório do Tribunal apontou a necessidade de aperfeiçoamento das atividades de coordenação realizadas pelo

Ministério do Esporte no que diz respeito à disponibilidade de informações sobre o estágio das obras. De acordo com a análise, os principais riscos associados a essa constatação são o desconhecimento pelo Governo Federal dos obstáculos que limitam o andamento das obras e, consequentemente, a não adoção de providências oportunas para sanar problemas relacionados ao cumprimento do cronograma da Fifa.

O TCU solicitou ao Ministério do Esporte e ao Comitê Organizador Local (COL), que esclareçam a notícia do descredenciamento do Estádio Morumbi e informem as providências adotadas para evitar novos descredenciamentos. (Acórdão nº 1.517/Plenário, de 30.6.2010, TC nº 028.514/ 2009-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Seprog).

BNDES deverá exigir projetos mais detalhados para financiar obras da Copa

O Tribunal determinou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exija o orçamento completo dos projetos das obras da Copa de 2014. A proposta apresentada pelo interessado em financiamento deve permitir a avaliação de custos e a identificação dos métodos e prazos de execução das obras. O TCU recomendou, ainda, que, ao analisar os projetos, o BNDES verifique se o cronograma físico-financeiro é exequível.

O Banco deverá comunicar ao Tribunal as solicitações de financiamentos de estádios e os desembolsos em relação aos créditos que vierem a ser concedidos pelo Programa ProCopa Arenas e pelo Transcarioca, projeto de corredor de ônibus na cidade do Rio de Janeiro que pretende ligar a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

O trabalho do TCU teve por objetivo verificar a regularidade da concessão de empréstimos ou financiamentos pelo BNDES aos governos estaduais e municipais para as obras relacionadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O Tribunal também expediu alerta ao BNDES para que atente para a obrigatoriedade de o contratante inserir e manter atualizados dados e documentos no **Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa de 2014.** (Acórdão nº 2.298/ Plenário, de 8.9.2010, TC 010.721/2010-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 9ª Secex).

Empresa deverá devolver R$ 6,3 milhões ao Fundo de Cultura

O TCU condenou a empresa ADL Assessoria e Consultoria S/C Ltda. a devolver, juntamente com um sócio, **mais de R$ 6,33 milhões**, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Cultura.

Os responsáveis não comprovaram a regular aplicação dos recursos repassados à empresa para execução do projeto cinematográfico "Em Cartaz É: a Representação". "Existem fortes indícios de desvio dos recursos, tais como informação inverídica sobre abertura da conta de aplicação financeira vinculada ao projeto no Banco do Brasil e não conclusão do projeto cinematográfico", ressaltou o relator do processo, Ministro José Múcio.

A ADL e o sócio foram, ainda, multados em R$ 210 mil, e a ex-Secretária de Audiovisual do Ministério da Cultura foi multada por negligência na fiscalização do cumprimento da legislação. O Ministério da Cultura deverá apresentar informações sobre a situação atual de todos os processos referentes aos projetos audiovisuais da ADL. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 2.948/1ª Câmara, de 25.5.2010, TC nº 009.857/1999-0, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: Secex-SP).

Ministério do Esporte deverá reter R$ 11 milhões por sobrepreço em contrato do Pan

O Tribunal determinou ao Ministério do Esporte a apropriação definitiva de R$ 11,7 milhões, retidos por determinação anterior, devido a sobrepreço apurado em contrato dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007.

O Ministério firmou convênio com a empresa Fast Engenharia e Montagens S/A com a finalidade de implantar infraestrutura de suporte técnico temporário e locar equipamentos necessários para a construção das instalações da Vila Pan-Americana.

Relatório do TCU indicou expressiva diferença entre os quantitativos de serviços pactuados e os quantitativos efetivamente executados, cobrança em duplicidade de custos administrativos e aquisição de equipamentos de ar-condicionado em número superior ao requerido. (Acórdão nº 3.216/Plenário, de 1.12.2010, TC nº 020.983/2007-7, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).

Outras Ações

TCU regulamenta acompanhamento da Copa de 2014

O Tribunal aprovou normas para o controle exercido pelo TCU sobre os recursos públicos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014. A principal preocupação do Tribunal é o acompanhamento das ações governamentais relacionadas ao mundial, devido à materialidade, à relevância e ao risco das despesas a elas vinculadas.

Para dar efetividade ao acompanhamento, de modo a minimizar os riscos e a contribuir para êxito da realização do campeonato, **o TCU expediu a Instrução Normativa nº 62/2010,** que disciplina a alimentação do portal pelos gestores das obras, compras e atividades relacionadas à Copa de 2014.

(Acórdão nº 1.163/Plenário, de 4.5.2010, TC nº 010.856/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Adplan).

2.2.5. Defesa Nacional/Segurança Pública

TCU recomenda ao Ministério da Defesa medidas para aprimorar a prevenção de acidentes aéreos

O Tribunal recomendou ao Ministério da Defesa que adote medidas para solucionar o problema de colisões de aeronaves com pássaros. Entre as quais, a coordenação e a supervisão da atuação de entidades vinculadas, de forma mais efetiva. O Ministério também recebeu sugestão para definir melhor o papel da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Auditoria do TCU constatou que há sobreposição de competências entre a Anac e o Cenipa em relação à prevenção de acidentes aeronáuticos. O problema de colisão com pássaros recebeu ênfase no relatório de auditoria devido à quantidade

crescente de incidentes e à probabilidade dos casos resultarem em acidentes graves.

Sobre a regularidade dos voos, o TCU recomendou à Anac que realize estudos para reduzir as causas de atrasos e cancelamentos. O principal achado em relação ao assunto foi a falta de informações aos passageiros. A recomendação à Agência incluí a revisão da metodologia para cálculo de índices de pontualidade e regularidade dos voos.

Outro ponto levantado pela auditoria foi a necessidade de um sistema de proteção das informações para não inibir o relato voluntário de trabalhadores do sistema de aviação civil. (Acórdão nº 1.103/ Plenário, de 19.5.2010, TC nº 010.692/2009-2, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: 3ª Secex).

Infraero deverá apresentar solução para obras em aeroportos

O Tribunal determinou à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) que encaminhe plano de ação que estabeleça providências para solucionar as irregularidades que ocasionaram a paralisação de obras de infraestrutura aeroportuária no País. Há problemas de execução das obras dos aeroportos localizados nas cidades-sede da Copa de 2014 e em cidades que funcionarão como apoio ou alternativa ao destino final das aeronaves, como Goiânia e Vitória.

O TCU comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves contidos nos projetos dos aeroportos de Goiânia/GO, Vitória/ES e Guarulhos/SP ainda persistem. No aeroporto de Vitória, as obras foram paralisadas pela segunda vez em julho de 2008, por iniciativa do Consórcio Camargo Corrêa/Mendes Júnior/Estacon. A Infraero busca a retomada das obras após a realização de perícia técnica que definirá os serviços já executados.

Guarulhos e Goiânia passam por situação semelhante, onde os serviços de reforma e ampliação dos dois aeroportos também se encontram paralisados por iniciativa dos consórcios responsáveis. O contrato para o Aeroporto Internacional de Guarulhos está rescindido e o do Santa Genoveva, em Goiânia, está suspenso, ambos aguardando decisão judicial.

De acordo com o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "em função da paralisação das obras, os recursos previstos não foram transferidos aos empreendimentos, uma vez que não existem contratos em execução, inexistindo pagamentos ou execução física em 2009 e 2010". O Tribunal ressalta que a Infraero pode realizar nova licitação para a execução das obras. (Acórdãos/Plenário nºs 2.138, 2.139 e 2.140, de 25.8.2010; TC 007.429/2010-0; TC 007.430/2010-8; e TC 007.431/2010-4, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 3ª Secob).

2.2.6. Educação

TCU faz recomendações à Secretaria de Educação Superior do MEC

O Tribunal recomendou à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) medidas para aprimorar o acesso dos indígenas aos cursos de graduação, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Em auditoria, realizada em setembro e outubro de 2009, constatou-se que a

metodologia da lei que criou o Prouni não especifica se as etnias deveriam ter cotas próprias. Isso faz com que as bolsas sejam oferecidas em conjunto para portadores de deficiência, autodeclarados negros e indígenas. Dessa forma, os candidatos indígenas têm sido prejudicados por concorrerem com os demais cotistas.

Constatou-se, ainda, que há inconsistências nas informações prestadas pelos candidatos sobre sua etnia. Em decorrência, aumentam as chances de um candidato obter bolsa destinada às cotas como indígena, mesmo sem efetivamente pertencer a esse grupo étnico. Segundo a auditoria, a condição de indígena não pode ser efetivamente comprovada com base na autodeclaração.

Com intuito de atualizar e aprimorar o Prouni, o Tribunal recomendou que a SESu avalie a conveniência e a oportunidade de propor alteração na lei, com o objetivo de aumentar o acesso dos indígenas à universidade, por meio da previsão de critérios objetivos de comprovação da etnia. O TCU sugere, como exemplo, solicitar do candidato que se autodeclara indígena a certidão do Registro Administrativo de Nascimento e Óbito registrada na Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Tribunal recomendou, ainda, que a Secretaria avalie, no âmbito do Prouni, a criação de mecanismos que permitam assegurar aos indígenas concorrerem apenas entre si.

A Secretaria deve avaliar, também, as causas das distorções verificadas entre os percentuais das bolsas destinadas às cotas e aqueles referentes à população levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Acórdão nº 284/Plenário, de 24.2.2010, TC nº 012.348/2009-7, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: 6ª Secex)

Associação é condenada a pagar mais de R$ 8 milhões ao FNDE

O TCU condenou a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), juntamente com o Presidente e Procurador da Associação à época dos fatos, ao pagamento solidário de **R$ 8,3 milhões**, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os recursos eram destinados à alfabetização de 30 mil jovens e adultos e à capacitação de 2 mil alfabetizadores em 23 unidades da Federação, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

O Tribunal verificou que foram repassados recursos a terceiros sem previsão no plano de trabalho. Além disso, constatou a inexistência de documentos que demonstrassem a efetiva execução do objeto pactuado, tais como extratos bancários que retratassem a movimentação financeira nas secretarias estaduais, cadastro de educadores e alunos, listas de presença e relatórios de atividades desenvolvidas.

Os dois responsáveis também foram multados, individualmente, em R$ 30 mil. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 2.812/2ª Câmara, de 1.6.2010, TC nº 006.298/2006-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-SP).

TCU apura irregularidades no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Canoas/RS

O Tribunal condenou, solidariamente, um ex-Prefeito de Canoas/RS, o Secretário Municipal de Educação na época e a empresa SP Alimentação e Serviços Ltda. a **pagarem mais de R$ 4 milhões**, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O TCU verificou irregularidades na terceirização do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (Pnae) para fornecimento de merenda escolar.

Consoante o relatório, houve restrição ao caráter competitivo e direcionamento da licitação, sobrepreço, pagamentos indevidos e fornecimento de merenda em quantidade e qualidade inferiores às previstas no contrato. O relatório mostrou também manipulação dos dados utilizados para cálculo de números de refeições e inclusão, na composição de preço, de custos que seriam pagos pela Prefeitura.

Segundo o Ministro Aroldo Cedraz, "é do conhecimento de todos que as refeições servidas, principalmente no ensino fundamental, muitas vezes se constituem nas principais refeições, se não, nas únicas do dia para esses alunos".

O TCU aplicou aos responsáveis, bem como à empresa SP Alimentação e Serviços Ltda., multa no valor de R$ 200 mil. O ex-Prefeito e o ex-Secretário de Educação foram inabilitados para exercer qualquer função de confiança na Administração Pública por oito anos e a empresa SP Alimentação, impossibilitada de participar de licitação na Administração Pública Federal por cinco anos. (Acórdão nº 2.214/Plenário, de 1.9.2010, TC 003.092/2009-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-RS).

2.2.7. Energia

TCU aprecia estudos para leilão de Belo Monte

O TCU aprovou a metodologia que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizará na formação de preço do leilão de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, bacia hidrográfica amazônica, no Pará.

Entre as determinações que o Tribunal fez à EPE, está proceder ao deflacionamento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em conjunto com o *spread* bancário adotado pela instituição financeira utilizada como *benchmarking*, que no caso é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes).

O TCU determinou, ainda, que para os próximos leilões seja atualizada a série histórica do prêmio de risco de crédito ou aprofundada a metodologia de determinação desse prêmio. Isso em decorrência da recente classificação do Brasil no mercado externo quanto ao grau de risco de investimento por diferentes agências internacionais de classificação.

O Tribunal também recomendou à EPE que aprimore os critérios de análise para a aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica, de modo a exigir maior qualidade e detalhamento dos estudos e poder, assim, assegurar a adequada caracterização dos empreendimentos que subsidiam as licitações de concessão de aproveitamentos hidrelétricos.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), o TCU determinou a inclusão, nos próximos licenciamentos, como requisito para a concessão de licença ambiental, da apresentação dos planos e programas governamentais, propostos e em implementação, na área de influência do projeto. (Acórdãos nº 131/Plenário, de 3.2.2010; e nº 489/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 017.309/2009-1, Relator: Ministro José Múcio, Revisor: Ministro José Jorge; Unidades Técnicas: Sefid, Secob e 8ª Secex).

Sistema Elétrico Brasileiro: TCU adverte sobre expansão sustentável e valor da tarifa

Auditoria realizada pelo Tribunal identificou oportunidades de ganho para a segurança energética nacional, com modificações na regulação e na fiscalização do sistema. O objetivo da auditoria foi avaliar a segurança energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016. Os principais questionamentos do TCU estão na modicidade tarifária, no uso racional dos recursos e na necessidade de o Governo estabelecer diretrizes para o gás natural.

O Tribunal determinou ao Ministério de Minas Energia (MME) que, em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), verifique se iniciativas para a expansão do sistema estão trazendo menores custos, diversificação da matriz e se as usinas termelétricas têm capacidade para geração de energia em longo prazo. Nos últimos leilões de energia nova, foi observada predominância de contratação de térmicas, especialmente movidas a óleo combustível, causada por falta de projetos de hidrelétricas e de segurança no fornecimento de gás natural e por maior facilidade de licenciamento ambiental de termelétricas frente às hidrelétricas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá de apresentar ao TCU cronogramas de desenvolvimento de trabalho relativos aos estudos do custo do déficit de energia, à nova implementação da metodologia de planejamento e às ações para segurança do suprimento de gás para as termelétricas após o ano de 2011.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Augusto Sherman, a dificuldade se deve ao fato de as térmicas não operarem continuamente e nem ser possível prever com grande antecedência quanto gás será necessário para abastecer o sistema energético, o que faz com que a fornecedora Petrobrás disponibilize o produto para outros clientes.

O TCU também determinou à Empresa de Pesquisa Energética que apresente ações e cronogramas sobre a implantação de sistema informatizado, utilizado no processo de gestão e operação do setor elétrico brasileiro.

Na questão das **mudanças climáticas**, o Tribunal recomendou à EPE que avalie o aumento de vazões em bacias hidrográficas e analise a conveniência de novas pesquisas com objetivo de aproveitar as mudanças em benefício de repotencialização e modernização das usinas hidrelétricas. (Acórdão nº 1.196/ Plenário, de 19.5.2010, TC nº 021.247/2008-5, Relator: Ministro-substituto Augusto Sherman, Unidades Técnicas: Segecex, Sefid, Secob, Seprog, Semag, Arint, 1ª e 5ª Secex e Secex-MT, AM e RJ).

TCU determina que Eletronorte recupere mais de R$ 13 milhões

O Tribunal determinou à Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) a adoção de medidas administrativas e, se necessário, a instauração de ação judicial para obter o **ressarcimento de R$ 13,7 milhões**, valor atualizado.

O prejuízo apurado é referente a vantagens obtidas pelo Consórcio Themag/ Engevix ao subcontratar cooperativa para realização de serviços de acompanhamento de obras e de montagem eletromecânica. A empresa não repassou à Eletronorte valores de encargos trabalhistas que não precisou recolher, tendo em vista que fez uma subcontratação. A estatal continuou pagando os encargos como se ainda fossem devidos, configurando enriquecimento ilícito do ente particular, que recebeu por encargos que deixou de

recolher. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.717/1ª Câmara, de 6.4.2010, TC nº 008.748/2000-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: 1ª Secex).

Tribunal realiza auditoria nas ações de Infraestrutura Energética do PAC

O TCU realizou auditoria nas ações do eixo de Infraestrutura Energética no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O trabalho foi executado a partir da identificação do portfólio de investimentos, da origem dos recursos e do estágio de implementação dos empreendimentos.

A auditoria verificou que, após três anos de vigência do PAC, o eixo de Infraestrutura Energética apresentava uma relação de 2 empreendimentos concluídos para 1 desativado, segundo registros do sistema *WebPAC*, sistema de acesso restrito que permite acompanhar a execução dos empreendimentos do PAC. Em dezembro de 2009, constavam como concluídos 184 dos 327 empreendimentos ativos com prazo de conclusão previsto até final de 2010, um alcance médio de 56% da meta. As novas metas para cada quadrimestre são atualizadas nos balanços quadrimestrais publicados pela Casa Civil.

O Tribunal constatou que, proporcionalmente, os empreendimentos com *status* desativado representavam 11% (R$ 117,2 bilhões) dos investimentos programados. O relatório da auditoria também destacou que praticamente metade dos empreendimentos avaliados pela Casa Civil como "Preocupante" ou "Atenção", mesmo recebendo o selo PAC, deixaram de ser monitorados e assumiram o status de Desativado. O Ministério de Minas e Energia (MME) esclareceu que durante o processo de gerenciamento do PAC podem ocorrer, tanto na elaboração de estudos, quanto na implantação de algum empreendimento, desmembramentos que facilitam a sua execução, sem que essas eventuais mudanças desfigurem o investimento previsto. Já em outros casos, os empreendimentos podem ser excluídos do PAC sem que isso signifique que, no âmbito do Ministério, haja abandono de seu acompanhamento.

O TCU recomendou ao MME que faça aperfeiçoamentos no *WebPAC*, para que registre a execução financeira dos empreendimentos de Infraestrutura Energética, assim como a justificativa de alteração no custo previsto e o desmembramento ou a incorporação a outras ações, possibilitando a correta compreensão do andamento dos empreendimentos do PAC. (Acórdão nº 1.115/Plenário, de 19.5.2010, TC nº 024.269/2009-4, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: Seprog).

TCU encontra irregularidades em obras do gasoduto Urucu-Coari-Manaus

O Tribunal constatou irregularidades nas obras de implantação de trecho do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Segundo o relatório de auditoria do TCU, ocorreu falsificação de documentos, pois os orçamentos apresentados possuem assinaturas diferentes para o mesmo sócio. A auditoria também verificou que não houve pesquisa de preços para estimativa da despesa a ser realizada, em desacordo com a lei de licitações, bem como não há orçamento detalhado e nem projeto básico para diversos serviços.

O TCU identificou, ainda, que valores constantes em demonstrativos de preços para o serviço de mobilização de balsas estão em desacordo com a planilha de medição da obra. Além disso, a Transportadora Urucu-Manaus S.A (TUM), encarregada da construção do gasoduto, não possui autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para executar a obra.

O Tribunal determinou à Petrobras, gestora do projeto, e à Transportadora Associada de Gás S.A., detentora da autorização da ANP para a construção do gasoduto, que autorizem a TUM a realizar os serviços. Determinou, ainda, que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas elabore, antes da realização de licitações para obras e serviços, projeto básico e orçamento detalhado em planilhas com todos os custos dos serviços. Também foram aplicadas multas a três responsáveis. Cabe recurso da decisão.

O gasoduto Urucu-Coari-Manaus, com 417 km de extensão e valor total estimado de **R$ 2,4 bilhões**, é uma alternativa para o suprimento de energia ao atual sistema energético isolado de Manaus, em substituição à geração proveniente de derivados líquidos de petróleo, como óleo diesel e óleo combustível. (Acórdão nº 693/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 014.906/2007-2, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AM).

2.2.8 – Gestão de Pessoas

TCU determina constituição de grupo de trabalho prara regulamentar teto constitucional

O Tribunal fixou prazo para que o Poder Executivo constitua grupo de trabalho com o objetivo de implementar o sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais. Segundo a decisão, a Lei 10.887/2004 reduziu a aplicabilidade do artigo constitucional que estabelece o salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como teto para pagamentos de remunerações na Administração.

O relator da matéria, Ministro Augusto Nardes, ressaltou que a lei dificultou a aplicação do teto, uma vez que determinou a instituição do sistema integrado de dados. "É lamentável que a União, apenas no âmbito do Poder Executivo, ainda não tenha instituído o referido cadastro integrado de dados para incluir no Siape as informações dos servidores da carreira diplomática, do Banco Central e dos militares", observou. O Ministro lembrou que também falta inclusão dos cadastros isolados dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O Tribunal recomendou ao Presidente da República, por intermédio dos ministros da Casa Civil e do Planejamento, e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que adotem providências para permitir a aplicação plena do teto remuneratório nos casos de acumulação legal de cargos públicos. Para isso, propôs a criação de comissão a ser integrada, no mínimo, por representantes da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do STF, do Ministério Público da União e do TCU.

O Ministro Nardes destacou que a criação do cadastro integrado será o primeiro passo para, "de modo uniforme, nas três esferas de Governo, coibir-se os abusos remuneratórios". Segundo ele, não há como identificar duplicidade de pagamentos para servidores de esferas distintas: federal, estaduais ou municipais. (Acórdão nº 564/ Plenário, de 24.3.2010, TC nº 030.632/2007-5, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefip)

TCU aponta irregularidades em pagamentos de magistrados e servidores do TJDFT

O Tribunal encontrou irregularidades em pagamentos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Foram detectados

pagamentos indevidos de recomposições salariais, reajustes, vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI) e gratificações, além de concessão de remuneração acima do teto constitucional a determinados servidores.

O TCU também constatou erros em outros assuntos da área de pessoal do TJDFT, como cessões irregulares de servidores a outros órgãos, cumprimento de jornada de trabalho de profissionais das áreas de medicina e odontologia diferente do estabelecido por lei para servidores do Poder Judiciário e concessão de aposentadorias sem comprovação adequada de pagamento de contribuições previdenciárias.

O TCU fez determinações ao Órgão para a correção dos erros identificados, que deverão ser cumpridas no prazo de 60 dias. Entre as determinações, estão a adoção de providências para regularização de pagamentos que estejam acima do teto constitucional, obtendo o ressarcimento de valores pagos indevidamente, e a observância estrita de requisitos legais para a cessão de servidores.

O TJDFT também deverá instaurar processo para identificar responsáveis e calcular danos aos cofres da União referentes à cessão de duas servidoras a tribunais de justiça de outros estados. (Acórdão nº 621/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 001.205/2008-8, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Sefip)

TCU alerta TRT no Piauí quanto à despesa com pessoal

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 22ª Região atingiu 90,2% do limite máximo para despesas com pessoal no 3º quadrimestre de 2009. Por isso, o TCU determinou a expedição de alerta ao TRT, localizado no Piauí. A determinação foi feita com base em acompanhamento de relatórios de gestão fiscal referentes aos quatro últimos meses do ano passado. O trabalho teve como objetivo verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por órgãos dos três poderes.

O Tribunal também determinou à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adotem as providências necessárias para que, a partir do 2º quadrimestre de 2010, valores de contratos de terceirização referentes à substituição de servidores e empregados públicos sejam somados às despesas de pessoal para verificar o cumprimento de limite estabelecido na LRF.

As duas secretarias também deverão garantir que as unidades gestoras do Poder Executivo façam a adequada classificação orçamentária e contábil dessas despesas. (Acórdão nº 1.037/Plenário, de 12.5.2010, TC nº 028.927/2009-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Semag).

TCU responde a questionamentos sobre pensão deixada por ex-combatente

(I) O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados formulou consulta ao TCU acerca de dúvida interpretativa sobre a aplicação do normativo que trata da **pensão especial de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.**

O questionamento apresentado foi "Se as cotas-partes de pensão que vem sendo pagas a filhas de ex-combatentes, por força do art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, revertem-se, em caso de morte ou renúncia de alguma, para as demais irmãs supérstites."

O TCU respondeu que "o direito ao recebimento de cota-parte de pensão que vem sendo paga a cada uma das filhas de ex-combatentes, por força do art. 30 da Lei

nº 4.242, de 17 de julho de 1963, transfere-se, em caso de morte ou de expressa renúncia da vantagem pensional por parte de alguma daquelas beneficiárias, para as demais filhas supérstites, dividindo-se, em partes iguais, a cota-parte transferida para as referidas parentes remanescentes." (Acórdão nº 1.029/Plenário, de 12.5.2010, TC nº 007.456/2010-7, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Sefip)

(II) O Tribunal respondeu a outra consulta, também formulada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em que se requereu orientação normativa do TCU acerca da incidência de adicional nos vencimentos de beneficiários de **pensão deixada por ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB)**.

A dúvida apresentada pelo Parlamentar foi "se os beneficiários da pensão deixada pelos instituidores das vantagens estabelecidas no Decreto-lei nº 8.795, de 1946, fazem jus à percepção do adicional de 25% previsto no parágrafo único do art. 3º do mencionado diploma legal."

O TCU respondeu ao consulente que: "os beneficiários de pensão instituída por militar, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que tenha sido reformado por incapacidade laboral absoluta, causada por moléstias adquiridas ou agravadas em serviço, ou por acidentes em serviço ocorridos fora da zona de combate, também **fazem jus ao adicional de 25%** (vinte e cinco por cento) dos vencimentos, previsto no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946." (Acórdão nº 1.247/Plenário, de 2.6.2010, TC nº 007.454/2010-4, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Sefip).

2.2.9 – Habitação, Urbanismo e Saneamento

TCU aponta superfaturamento em obras de casas populares

Auditoria do TCU analisou a aplicação de recursos federais na construção de unidades habitacionais em cidades brasileiras e identificou irregularidades nas obras. Verificou-se que os projetos básicos para as cidades de Sobradinho/DF, Porto Velho/RO, Porto Alegre/RS e Colombo/PR foram alterados e havia projetos deficientes e desatualizados.

Na fiscalização, também foram apontadas irregularidades como superfaturamento, serviços executados sem cobertura contratual, inexistência de estudo de viabilidade técnica e econômica da obra, sobrepreço e inadequação dos projetos licitados.

Conhecidas como casas populares, as unidades fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O objetivo do Programa é garantir condições dignas de moradia a famílias de baixa renda. (Acórdãos/Plenário nºs 2.151, 2.152, 2.153 e 2.157, todos de 25.8.2010; TC 000.277/2010-0, TC 000.276/2010-3, TC 000.282/2010-3 e TC 000.291/2010-2; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidades Técnicas: 1ª Secob e 3ª Secob).

Ex-Governador deverá esclarecer irregularidades em obras de saneamento em RO

O TCU determinou, cautelarmente, que o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal não liberem recursos para as obras de execução do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário do Município de Porto Velho/RO. A decisão é

decorrente de irregularidades que podem comprometer a execução da obra.

Segundo o relatório do Tribunal, há indícios de **sobrepreço de cerca de R$ 120 milhões** no orçamento e no contrato, além da ausência de projeto básico, indefinição da titularidade das áreas onde serão edificados vários elementos do sistema de esgoto e o não parcelamento do objeto licitado.

Entre os responsáveis que autorizaram a licitação, o contrato e o início das obras estão o ex-Governador do Estado e o ex-Secretário de Planejamento e Coordenação-Geral de Rondônia na época de execução do contrato.

O TCU alertou o Governo de Rondônia acerca da possibilidade de o contrato firmado com o consórcio Cowan-Triunfo vir a ter sua nulidade declarada, tendo em vista os indícios de irregularidades. (Acórdão nº 2.572/Plenário, de 29.9.2010, TC 009.360/2010-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 3ª Secob).

Tribunal identifica irregularidades em obras no Sertão Alagoano

O TCU identificou irregularidades no contrato celebrado entre a Secretaria de Infraestrutura do Governo de Alagoas e a Construtora Norberto Odebrecht Ltda. Os recursos, repassados pelo Ministério da Integração Nacional, visavam à construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano.

A auditoria apontou atos de gestão antieconômicos relativos a alterações na concepção construtiva da obra e alterações contratuais acima dos limites legais, o que ocasionou prejuízo para a administração pública e desfigurou o projeto original. Houve ainda superfaturamento em diversos itens de serviço e na compra de material para construção de barragem.

O ex-Secretário e o ex-Diretor de obras, contratos e convênios, um engenheiro, e as empresas Cohidro – Consultoria, Estudos e Projetos, Hidroconsult – Consultoria, Estudos e Projetos, e Construtora Norberto Odebrecht são os responsáveis pelas irregularidades que resultaram em **débito de R$ 15,7 milhões**. (Acórdão nº 3.128/Plenário, de 24.11.2010, TC nº 014.771/2006-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU encontra irregularidades em obras de saneamento na Paraíba

O Tribunal determinou que ex-Diretor da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa) e dois engenheiros, um da Cagepa e outro da Caixa Econômica Federal, apresentem defesa ou **devolvam R$ 2,16 milhões**, valor original, ao Tesouro Nacional, em razão de indícios de irregularidade na obra de ampliação do sistema de abastecimento de água em Campina Grande/PB. A determinação deverá ser cumprida em solidariedade com a empresa CMR 4 Engenharia e Comércio.

O TCU apontou indícios de irregularidades no contrato celebrado entre a Cagepa e a empresa CMR 4, dentre eles: ausência de parcelamento da licitação, superfaturamento no contrato e no orçamento da empresa contratada, início da obra sem regularização, divergência entre as cláusulas contratuais e desatendimento de normas ambientais.

Trata-se de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Campina Grande/PB. As obras envolvem, além dessa cidade, os municípios de Alagoa Nova, Barra de Santana, Lagoa Seca, Matinhas, Pocinhos e Galante. A previsão é que as obras beneficiem 400 mil habitantes.

Os indícios de irregularidiade detectados não possuem força bastante para recomendar a paralisação das obras, conforme está previsto na Lei de Diretrizes

Orçamentárias 2010. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.021/Plenário, de 12.5.2010, TC nº 000.337/2010-2, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU apura irregularidades em obras de saneamento em Maceió/AL

O Tribunal instaurou tomada de contas especial para apurar superfaturamento de **mais de R$ 4,2 milhões** nas obras de implementação de redes de esgoto em Maceió. Além de o contrato apresentar serviços com preços excessivos frente aos de mercado, o TCU detectou deficiência e desatualização do projeto básico para a execução das obras. Também não foram definidos os critérios para aceitação dos preços unitário e global.

Para justificar o superfaturamento, foram citados, o ex-Superintendente de Obras da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra/AL), o Coordenador de Serviços de Engenharia da Caixa Econômica Federal (CEF), o atual Supervisor Técnico de Engenharia da CEF e a empresa Santa Bárbara Engenharia.

O Tribunal determinou, ainda, que a CEF e a empresa Santa Bárbara Engenharia apresentem justificativas sobre a deficiência e a desatualização do projeto básico. A empresa Santa Bárbara também deverá ser ouvida sobre o excesso de preço.

Estima-se que a obra beneficiará 38,5 mil moradores do Município. A obra foi orçada em R$ 35 milhões e, desse montante, R$ 29,75 milhões são recursos federais. A CEF e a Seinfra/AL deram contrapartida de R$ 5,25 milhões. (Acórdão nº 1.834/Plenário, de 28.7.2010, TC 000.332/2010-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 1ª Secob).

Ex-dirigentes da Casan sofrem condenação milionária

O TCU condenou um ex-Diretor Presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) a devolver **mais de R$ 8,6 milhões**, valor atualizado, aos cofres do Tesouro Nacional. O valor deve ser recolhido solidariamente com o ex-Diretor Financeiro da Companhia, o engenheiro da Divisão de Custos da Casan e a Construtora OAS Ltda.

O TCU identificou indícios de irregularidades na atualização financeira concedida pela Casan à Construtora OAS, como índices de correção maiores que os devidos e período de tempo maior que o ajustado. O contrato tinha como objetivo a construção de barragem e adutora do Rio São Bento, em Siderópolis, Santa Catarina.

Os responsáveis também foram multados individualmente em R$ 30 mil. (Acórdão nº 2.033/Plenário, de 18.8.2010, TC nº 027.447/2006-7, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-SC).

2.2.10 – Organização Agrária

TCU determina anulação de contratos de regularização fundiária em Mato Grosso

O Tribunal determinou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Mato Grosso (Incra/MT) que anule 16 contratos de promessa de compra e venda de imóveis localizados em Pontes de Lacerda/MT, fronteira Brasil-Bolívia. A determinação é relativa à regularização fundiária de ocupações da Fazenda Nacional Casalvasco. Com a anulação, os imóveis deverão retomar ao patrimônio da União.

O TCU identificou irregularidades no processo de regularização fundiária, tais

como divergências entre as áreas vistoriadas inicialmente e aquelas que estão sendo efetivamente regularizadas. Parte das áreas pretendidas está localizada no Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara. Houve também inadimplência dos beneficiários e outorga para que apenas uma pessoa pudesse dispor livremente das áreas, a qual transferiu os poderes a um terceiro.

O Incra/MT terá de informar ao TCU sobre o andamento dos processos de anulação em 90 dias. (Acórdão nº 1.099/1ª Câmara, de 9.3.2010, TC nº 019.826/2004-8, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-MT).

2.2.11. Saúde

TCU propõe ao Ministério da Saúde melhorias no combate à gripe A

O Tribunal recomendou ao Ministério da Saúde que adote ações para aprimorar o tempo de resposta do sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A.

O TCU apontou a fragilidade no sistema, que enfrentou dificuldades para oferecer avaliações clínicas dos pacientes com sintomas da doença no prazo de 48 horas. Esse prazo é considerado ideal para maximizar a eficácia dos medicamentos destinados ao combate da gripe A.

De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), é fundamental a organização de um serviço de assistência à saúde que possa oferecer resposta rápida ao indivíduo que necessite de avaliação médica, permitindo o acesso à prescrição de medicamento e/ou internação hospitalar.

Em relação à aquisição, estocagem e disponibilização de medicamentos aos pacientes, as informações levantadas pelo TCU demonstraram que, de maneira geral, as ações empreendidas no Brasil são compatíveis com as expectativas da população, pois foram adotadas com o objetivo de incrementar a disponibilização de medicamentos.

Segundo o Ministro José Jorge, relator do processo, **os estoques atuais permitem que sejam tratados cem vezes mais pacientes do que aqueles medicados no auge da pandemia de gripe A.** "Embora não seja suficiente para fazer frente às projeções mais pessimistas do Ministério da Saúde, esse número fornece certo grau de conforto, pois, ante a possibilidade de uma segunda onda da doença, há um bom estoque de medicamentos", afirmou.

O TCU ainda acompanhará os procedimentos realizados pelo Ministério da Saúde para aquisição, mediante dispensa de licitação, de vacinas destinadas à imunização contra o Vírus A (H1N1). (Acórdão nº 634/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 010.800/2009-1, Relator: Ministro José Jorge)

TCU detecta falhas no SUS

Auditoria realizada pelo Tribunal encontrou falhas na utilização dos recursos transferidos para o Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados de MG, PA, PR, PI, MT, RS, RJ e SP. Entre as deficiências mais relevantes, destacam-se a ausência de atualização física e financeira por parte das secretarias de saúde, persistência da informalidade da contratação de serviços de saúde e a falta de sistema informatizado para facilitar o processo regulatório e controlar o fluxo de informação.

O relatório de auditoria também apontou que, apesar de o Pacto pela Saúde ter

estabelecido a meta de contratualização de todos os prestadores de serviço no prazo de um ano, após três anos, 31% dos prestadores de serviços ainda não têm instrumento contratual formalizado. O Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais firmado entre as três esferas de gestão (União, estados e municípios) do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão.

O TCU determinou à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que apresente um plano com metas e cronograma para a implantação definitiva do Cartão Nacional de Saúde em todas as unidades pertencentes ou conveniadas ao SUS. O Tribunal também determinou à Secretaria de Atenção à Saúde que dê apoio técnico para que a Secretaria de Saúde do Maranhão implemente o Plano de Programação Integrada (PPI), que tem como objetivo a organização da rede intergovernamental de serviços do SUS, e que defina estratégia de fiscalização para verificar a regularidade na formalização de contratos do SUS.

Segundo o Ministro José Jorge, relator do processo, o PPI ainda é uma realidade distante de ser concretizada. (Acórdão nº 1.189/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 014.541/2009-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidades Técnicas: Seprog, 4ª Secex, Secex-MG, Secex-MT, Secex-PA, Secex-PI, Secex-PR, Secex-RJ, Secex-RS e Secex-SP).

TCU detecta problemas em programas de saúde no País

Auditoria do Tribunal encontrou problemas nos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde. Entre as principais constatações, destacam-se má organização, deficiência na estruturação dos sistemas municipais de saúde, maus sistemas de planejamento e infraestrutura e falta de trabalho voltado para a promoção de saúde.

Segundo o relatório, em diversos municípios não havia o Plano Municipal de Saúde, nem a Programação Anual da Saúde. Em outros, havia várias falhas na elaboração dos planos. "Tal constatação, demonstra que mesmo após 20 anos do sistema SUS, o planejamento da saúde continua sendo negligenciado, em que pese ser requisito básico para o seu regular funcionamento", explicou o Ministro José Jorge, relator do processo.

O TCU recomendou ao Ministério da Saúde que, ao eleger municípios para construção de postos de saúde, priorize aqueles com equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal já existentes e que estejam instaladas em locais impróprios para o atendimento à população. O Ministério deverá também, juntamente com as secretarias estaduais de Saúde, desenvolver mecanismos para garantir a contrapartida dos municípios no custeio de Farmácia Básica.

Apesar das irregularidades, a auditoria detectou um crescimento na implantação das equipes de Atenção Básica. O número de equipes multiprofissionais era 3.062 em 1998 e passou para 29.300 em 2008. A cobertura da Saúde da Família passou de 7% para 50% no mesmo período. (Acórdão nº 1.188/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 009.017/2009-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 4ª Secex).

Governo deverá rever compra de medicamentos para pacientes de doenças do sangue

O TCU recomendou ao Ministério da Saúde a reestruturação do processo de compra de medicamentos para tratamento de doenças do sangue. Segundo avaliação do Tribunal, é necessário adotar medidas para permitir fornecimento contínuo de

medicamentos derivados do sangue (hemoderivados), que tratam hemofilia e doenças hemorrágicas, e a formação de um estoque de segurança para solucionar a oferta insuficiente desses remédios no País.

A auditoria do Tribunal apontou, como principais motivos das interrupções do fornecimento: processo de compra burocrático e longo, dependência do fornecimento feito por empresas internacionais, duração dos contratos restrita à vigência dos créditos orçamentários e falta de um estoque de segurança. A atual meta do Governo visa à sobrevivência do paciente, sem estar relacionada a uma política contínua de prevenção aos sangramentos. A interrupção no fornecimento de medicamentos usados na manutenção da saúde dos hemofílicos pode provocar sangramentos em qualquer parte do corpo, levando à anemia e, em casos mais graves, à morte.

Para tratamento de portadores de doenças do sangue, o Brasil importa os fatores de coagulação por meio de pregões internacionais; opção cara e que não atende à demanda dos pacientes nacionais. Ainda não existe industrialização local no Brasil.

O Ministro José Jorge, relator do processo, destacou que a efetiva instalação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras) trará melhoras significativas no controle dos níveis dos estoques. A previsão é de que em 2014 a Hemobras entre em funcionamento. O TCU deverá examinar o termo aditivo que trata de transferência de tecnologia firmado entre a Hemobras e o Instituto Francês LBF, no valor de US$ 132 milhões. (Acórdão nº 766/ Plenário, de 14.4.2010, TC nº 006.693/2009-3, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas na oferta de leitos do SUS em Minas

O Tribunal identificou problemas na contratação de serviços de saúde e nos mecanismos de distribuição de leitos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais. Segundo o TCU, esses problemas estão relacionados à elaboração e ao acompanhamento da Programação Pactuada Integrada (PPI) para a saúde. A PPI funciona como instrumento que objetiva regular, de maneira mais efetiva, a oferta e a demanda dos serviços de saúde. Entre outras funções, a PPI busca identificar as necessidades de saúde da população e adequá-las à estrutura disponível. Esse trabalho é executado por meio de complexos reguladores que visam articular e integrar diferentes centrais de internações e de consultas.

A auditoria realizada pelo Tribunal priorizou a avaliação nas internações hospitalares, assistência que reúne o maior volume de recursos.

Com o objetivo de melhorar o acesso da população aos leitos e serviços oferecidos pelo SUS, o TCU determinou que a Secretaria Estadual de Saúde mantenha o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) atualizado, faça divulgação do Manual Estadual de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), disponibilizado pelo Ministério da Saúde, e estabeleça um sistema que monitore a execução física e financeira dos valores determinados na PPI.

A Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte deverá elaborar, juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e as secretarias municipais de saúde de Juiz de Fora, Uberlândia e Contagem, um plano para integração das suas respectivas centrais de regulação. (Acórdão nº 707/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 014.719/2009-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidades Técnicas: Seprog e Secex-MG).

TCU monitora recomendações ao Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase

O Tribunal fez o primeiro monitoramento das deliberações decorrentes da auditoria, realizada em 2005, no Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH), atualmente denominado Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNCH), conforme o Acórdão-TCU n.º 2.259/2006, do Plenário.

A Hanseníase é uma doença que, em 2008, atingiu cerca de 35 mil brasileiros, enquanto na maioria dos países ela já se encontra eliminada. O trabalho de controle da doença consiste no diagnóstico precoce e tratamento oportuno, buscando evitar a exclusão dos doentes da sociedade. A efetivação desse controle é feita pela Coordenação de Hanseníase, estrutura interna da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde.

A auditoria do Tribunal verificou se as ações do PNCH vinham proporcionando de forma sustentada a precocidade no diagnóstico da doença e a eficácia no tratamento de pacientes e na sua reabilitação física e social, além de verificar se o Programa atendia equitativamente aos grupos populacionais mais suscetíveis.

Na auditoria de 2005, o TCU proferiu recomendações no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do Programa, com a consequente redução do número de casos da doença no País.

Neste primeiro monitoramento, pôde-se constatar que 44% das recomendações estão em estágio de implementação. Foram percebidas melhorias nas áreas de comunicação e mobilização social, mensuração de informações sobre a doença por meio de indicadores de desempenho e elaboração de material informativo sobre hanseníase. No entanto, há cinco recomendações não implementadas, em especial a que trata da integração com os órgãos de assistência social de modo a prestar serviços de transporte e alimentação aos pacientes em tratamento, visando garantir sua reabilitação. (Acórdão nº 1.113/Plenário, de 19.5.2010, TC nº 001.876/2009-0, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: Seprog).

2.2.12 – Segurança Pública

Secretaria Nacional de Defesa Civil deverá adotar medidas mais eficientes

O TCU identificou falhas na estrutura física e gerencial dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil, que dificultam as ações do Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução em regiões do País. Constatou-se ausência de articulação entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), os órgãos estaduais e os municipais, responsáveis pelo processo de transferência de recursos para prevenção e soluções às catástrofes.

A auditoria apontou que não há interação entre o Ministério das Cidades, que possui ação destinada a financiar o mapeamento municipal de áreas de risco, e o Ministério da Integração Nacional, que possui um programa responsável por transferir recursos para projetos de prevenção a desastres.

O Tribunal verificou que faltam critérios objetivos e transparência na execução das ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil. A Secretaria não registra sistematicamente as informações de todas as solicitações de recursos relacionadas ao programa de resposta e prevenção.

O TCU identificou, ainda, que há insuficiência de recursos humanos e materiais necessários para a conclusão tempestiva das atividades da Sedec, o que

causa impacto tanto nas ações preventivas como nas de recuperação.

Há atraso na liberação de recursos devido ao desconhecimento sobre a legislação dos órgãos estaduais e municipais. Além da pouca capacidade técnica para elaborar planos de trabalho conforme as exigências legais, verificou-se que, mesmo quando a liberação ocorre em tempo hábil, os beneficiários atrasam no primeiro pagamento.

O TCU determinou à Secretaria Nacional de Defesa Civil que estruture processos de transferência de recursos para garantir a confiabilidade das informações, bem como, adote mecanismos que assegurem o registro de todas as solicitações por recursos, atendidas ou não, além do motivo da negativa, e divulgue as informações no sítio do Ministério para dar transparência ao processo.

A Secretaria deve adotar, também, critérios objetivos na distribuição de recursos para obras preventivas, de forma a diminuir os prejuízos humanos e materiais resultantes de eventos naturais. (Acórdão nº 729/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 008.556/2009-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidades Técnicas: Segecex e 4ª Secex)

TCU fiscalizará órgãos responsáveis por ações antidrogas

O Tribunal aprovou proposta de fiscalização nos órgãos envolvidos na prevenção do uso de drogas e na repressão ao tráfico. O objetivo é verificar a interação entre instituições e agentes responsáveis pela área, a eficiência e a eficácia das providências adotadas para implementar as ações definidas pelo Governo.

Para o Ministro Aroldo Cedraz, que propôs o trabalho, o tema do combate ao uso e ao tráfico de entorpecentes é de alcance mundial e o trabalho do TCU será uma "oportunidade singular de contribuir para o efetivo cumprimento dos preceitos constitucionais, bem como oferecer resposta a um surdo clamor de nossa sociedade".

Além da Constituição de 1988, que estabeleceu como prioridade a formação de ações contra o tráfico e o contrabando de entorpecentes e drogas, o Congresso Nacional aprovou em 2006 a Lei nº 11.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). A Lei trouxe a perspectiva de prevenção do uso de drogas por meio da educação e do tratamento aos usuários e dependentes, paralelamente ao aumento de penas. O Brasil é também signatário da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas das Nações Unidas. (Comunicação em Plenário em 19.5.2010, Ministro Aroldo Cedraz).

2.2.9. Transporte

TCU aprova estudo para licitação do trem de alta velocidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) poderá levar adiante a licitação para concessão do serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade (TAV), segundo decisão tomada pelo Tribunal. As análises técnicas do TCU resultaram na redução do valor inicialmente orçado de R$ 34,62 bilhões para R$ 33,12 bilhões, um **benefício de aproximadamente R$ 1,5 bilhão.**

O projeto inclui construção, operação, manutenção e conservação da estrada de ferro entre os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a Agência deverá estabelecer previamente, no edital que lançará a concorrência e no contrato, as

garantias para assegurar a plena execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pelo vencedor, dada a complexidade técnica do projeto, o grande vulto do empreendimento, a participação de recursos do BNDES no financiamento da obra e os riscos envolvidos, sobretudo quanto à demanda projetada.

A previsão de revisões tarifárias também deverá estar prevista no contrato, de forma a reverter parte dos benefícios obtidos com o avanço da tecnologia utilizada e outros ganhos de eficiência. O Tribunal recomendou que essa revisão seja feita a cada cinco anos. Conforme a avaliação técnica, as tarifas necessárias e suficientes para conferir rentabilidade ao serviço são de R$ 149,85 e R$ 199,73, referentes à classe econômica, para os horários normais e de pico, respectivamente.

Segundo estimado pela ANTT, o trajeto do TAV envolve cerca de 90,9 km de túneis, 103,0 km de pontes e viadutos, e o somatório de receita operacional bruta totalizará R$ 192,7 bilhões durante a vigência do arrendamento, que deverá ser de 40 anos. A análise do estudo de viabilidade técnica e econômica realizada pelo TCU visa avaliar se o modelo escolhido para implementação do projeto é o mais adequado ao fim proposto pelo Governo e se a rentabilidade do empreendedor, refletida no preço da tarifa, é garantida de forma justa também para o usuário. O estudo observa, ainda, a viabilidade ambiental da concessão.

Em face de impropriedades constatadas, o Tribunal determinou que a ANTT corrigisse os estudos de viabilidade enviados ao TCU, considerando, no mínimo, os elementos do projeto básico que permitissem a plena caracterização dos investimentos previstos, com adequado estudo geológico-geotécnico, otimização do traçado referencial e orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos e custos unitários de serviços e fornecimentos devidamente avaliados e demonstrados.

O relator do processo, Ministro Augusto Nardes, destacou que a precariedade inicial dos elementos essenciais do projeto enviado prejudicou, sobremaneira, a celeridade da auditoria feita pelo TCU. (Acórdão nº 1.510/Plenário, de 30.6.2010, TC nº 002.811/2006-6, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefid)

TCU apura superfaturamento em contrato da Ferrovia Norte-Sul/TO

O Tribunal determinou a instauração de processo para apurar débito e ouvir responsáveis sobre o superfaturamento de 11,7% em contrato firmado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A e a Construtora Norberto Odebrecht para obra de construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho Aguiarnópolis-Palmas, no Tocantins. O contrato foi rescindido e a Valec deverá manter os valores já retidos, que serão abatidos do débito a ser apurado. O TCU continuará a analisar indícios de sobrepreço em outros contratos da Valec para construção da Ferrovia.

Em futuras licitações, a Valec deverá exigir a realização de projeto para instalações de canteiros de obras e apresentação detalhada de preços para os serviços de instalação e manutenção de canteiros e mobilização de equipamentos. Deverá, ainda, inserir nos editais a proibição, aos licitantes, de incluírem em encargos financeiros impostos com alíquotas superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 462/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 018.509/2008-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secob)

TCU monitora contratos de dragagem da Secretaria Especial de Portos

O Tribunal acompanhará a execução dos contratos de dragagem firmados com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR). O objetivo é garantir a produtividade e o custo baixo das dragas à União.

O TCU analisará também a economicidade dos contratos firmados após concorrências internacionais. A SEP/PR terá de buscar informações de dragas disponíveis em países próximos aos portos brasileiros, dentro do cronograma de execução dos serviços, e convidar formalmente cada uma das empresas concorrentes do setor para as próximas licitações.

Os seis portos fiscalizados pelo Tribunal representam cerca de 38% dos investimentos do **Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)** destinadas ao Programa Nacional de Dragagem (PND). O Ministério da Justiça está averiguando indícios de formação de cartel entre as empresas do ramo de dragagem e encaminhará o resultado ao TCU. (Acórdão nº 29/Plenário, de 20.1.2010, TC nº 018.509/2008-9, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secob)

TCU faz auditoria nas obras da BR 319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho

O Tribunal realizou auditoria, solicitada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, nas obras de pavimentação e recuperação da BR 319, rodovia que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO. O objetivo da solicitação foi que o TCU verificasse a avaliação prévia de viabilidade técnica e socioeconômica e avaliasse a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade do projeto, frente às outras alternativas de transporte na região amazônica. A obra está a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A auditoria abordou os seguintes pontos: a existência de estudos de viabilidade que comprovassem a viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra; a exigência de licença ambiental para a obra e a realização de todas as etapas para o licenciamento; a suficiência dos benefícios socioeconômicos da implantação da BR 319 para cobrir os custos dela decorrentes; e a existência de estudos que indicassem que a recuperação da BR 319 seria mais vantajosa frente às outras alternativas de transporte na região. Para tanto, foram coletadas informações junto aos diversos órgãos envolvidos.

O relator da matéria, Ministro-Substituto André Luís, acolheu as conclusões da auditoria e salientou que a discussão sobre a existência ou não do interesse público nas ações do convênio celebrado não está circunscrita à esfera de competência TCU, haja vista que a identificação das ações sociais que requerem a intervenção do poder público se esgota na devida promulgação da lei orçamentária anual.

Afirmou ainda que a preocupação com o meio ambiente deve sempre pautar a tomada de decisão dos governantes, em especial na definição de obras de grande vulto, haja vista que esse tema ganha cada vez mais relevo na pauta internacional.

O TCU determinou ao Ibama que, ao definir o termo de referência para elaboração de estudo de impacto ambiental, procure determiná-lo de forma definitiva, para evitar pedidos de complementações sucessivos, os quais atrasam o desenvolvimento regular do processo de licenciamento, demandando mais recursos financeiros, humanos, patrimoniais e tecnológicos e atrasando a realização de obras necessárias para atendimento de interesses da sociedade.

Foi encaminhada cópia da deliberação à Casa Civil da Presidência da República, para que adote as medidas que considerar necessárias em relação às ações definidas pelo grupo de trabalho (GT BR 319), criado em 2008, por portaria do Ministério do Meio Ambiente. (Acórdão nº 275/Plenário, de 24.2.2010, TC nº 015.334/2009-5, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-AM)

TCU encontra sobrepreço de R$ 26,3 mi em obra de dragagem do Porto de Vitória/ES

O Tribunal determinou a suspensão, em caráter cautelar, do contrato de execução das obras de dragagem do Porto de Vitória/ES, em razão de provável **sobrepreço de R$ 26,3 milhões**. A quantia corresponde à diferença entre o valor do convênio, celebrado entre a Secretaria Especial de Portos (SEP/PR) e a Enterpa Engenharia Ltda., e o valor de mercado apurado pelo TCU.

A auditoria do Tribunal identificou indícios de irregularidade na condução da concorrência pública e na contratação da empresa Enterpa Engenharia Ltda. para execução das obras de dragagem (retirada de sedimentos) e aprofundamento dos acessos aquaviários ao Porto. As obras consistem em aprofundamento do canal de navegação e da bacia de evolução do porto até a profundidade de 14 metros e incluem ajustes na largura e geometria do canal, possibilitando o tráfego das embarcações dentro de limites de segurança estabelecidos nas normas.

De acordo com o relator do processo, Ministro Benjamin Zymler, "constata-se que não foi realizado um estudo aprofundado da composição dos preços unitários para a realização das obras. Além disso, o Centro de Excelência em Engenharia do Transporte (Centran), a serviço da SEP/PR, utilizou parâmetros discrepantes daqueles constantes no projeto básico. Considerando a grande materialidade do investimento, cujo contrato original prevê o desembolso de R$ 99 milhões, esse fato revela-se antieconômico, com grande risco de dano ao patrimônio da União".

O TCU ouvirá o pronunciamento da SEP/PR sobre os indícios de sobrepreço e realizará audiências dos integrantes da equipe técnica do Centran, responsável pela elaboração da análise do orçamento do projeto básico para a contratação das obras. (Acórdão nº 2.044/Plenário, de 18.8.2010, TC 016.343/2010-7, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU apura superfaturamento em obras na BR-317

O Tribunal apurou **superfaturamento de mais de R$ 4,2 milhões**, valor atualizado, nas obras de construção de trechos da rodovia BR-317/AC, que liga os estados do Acre e do Amazonas. A irregularidade ocasionou a abertura de tomada de contas especial e a citação solidária do ex-Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Acre (Deracre) e do atual Diretor-Geral do Departamento, além da empresa Fidens Engenharia Ltda.

O superfaturamento é referente ao transporte de material betuminoso e foi verificado pelo TCU no contrato celebrado entre o Deracre e a Tercam Ltda., empresa que teve a Fidens Engenharia Ltda. como sucessora e beneficiária dos pagamentos.

O Tribunal constatou a falta de comprovação da aquisição/transporte de todo o material asfáltico diretamente da refinaria em Betim/MG. Além disso, foi apurado que a compra desses insumos em Manaus/AM seria uma opção *economicamente mais vantajosa*.

Os responsáveis terão prazo, a contar da ciência, para apresentarem suas alegações de defesa ou devolverem a quantia referente ao superfaturamento aos cofres do Tesouro Nacional. (Acórdão nº 1.761/ Plenário, de 10.7.2010, TC nº 007.474/2003-2, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AC).

TCU convoca fiscais do Dnit para esclarecer gastos nas obras da BR-070/MT

O Tribunal determinou a audiência dos responsáveis pela fiscalização das obras de recuperação da rodovia BR-070 no Estado do Mato Grosso para que apresentem justificativas sobre as irregularidades no contrato de serviços de manutenção do trecho rodoviário na divisa GO/MT. Foram chamados em audiência seis responsáveis, que deverão esclarecer o superfaturamento na medição dos serviços de transporte de material betuminoso e o indício de contratação de fornecedores com sobrepreço.

A suspeita de superfaturamento decorreu da aprovação da medição do microrrevestimento que resultou no pagamento por serviço executado em desacordo com o contratado e com valor superior ao estabelecido pelo mercado. Além disso, a auditoria constatou que os fornecedores escolhidos estavam localizados fora do Estado do Mato Grosso, resultando em prática de sobrepreço. O montante referente aos indícios de **superfaturamento e sobrepreço totaliza mais de R$ 24,5 milhões**, valores não atualizados. O levantamento do TCU apurou, ainda, outras irregularidades na obra, tais como: projeto básico superdimensionado e fiscalização deficiente.

As empresas Construtora Sercel, Tamasa Engenharia, Lince Construtora e Incorporadora, Rodocon Construções Rodoviárias e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) serão ouvidos sobre as irregularidades detectadas nos contratos com os fornecedores.

Os serviços de manutenção na BR-070 têm a finalidade de garantir condições adequadas para o tráfego, proporcionando maior segurança nas rodovias federais. A BR-070 atravessa o Estado de Mato Grosso de leste a oeste e liga as cidades de Cuiabá, Goiânia e Brasília. (Acórdão nº 2.134/Plenário, de 25.8.2010; TC nº 011.518/2010-3, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU suspende verbas para trecho da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro

O Tribunal determinou que o Ministério das Cidades não libere recursos federais para as obras de implementação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro, Lote 2, trecho entre as estações Araribóia (Niterói) e Guaxindiba (São Gonçalo). A decisão decorreu de irregularidades apontadas no convênio firmado entre o Ministério e a Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro (Setrans/RJ) para realização de estudos e elaboração de projeto da via elevada do trecho Barreto-Alcantâra.

O TCU fixou prazo para que o Secretário Nacional de Transportes e de Mobilidade Urbana apresente justificativa sobre a aprovação do plano de trabalho, sem o detalhamento da fonte de recursos, do projeto de execução e dos estudos de viabilidade do trecho conveniado. Segundo o relatório, o projeto básico está deficiente e não há cadastramento de contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg).

O Tribunal decidiu, ainda, alertar o Ministério das Cidades e a Setrans/RJ

quanto à ausência de garantia contratual em vigor, por parte do Consórcio Construtor Fluminense. O trecho do Lote 2 não receberá dinheiro público até que o projeto seja realizado adequadamente, pois as falhas identificadas dificultam a aplicação e o controle dos recursos nessa obra.

A Linha 3 compreende a integração dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, podendo ser expandida até Itaboraí, devido à construção do Complexo Petroquímico Integrado do RJ (Comperj), que representa o maior complexo industrial do País. (Acórdão nº 2.136/Plenário, de 25.8.2010, TC 011.288/2010-8, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU ouvirá o Dnit sobre irregularidades na BR-174/RR

O Tribunal promoverá audiência do Secretário de Infraestrutura do Estado de Roraima e do Coordenador-Geral de Desenvolvimento e Projetos do Dnit sobre irregularidades nas obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-174/RR. Essa rodovia interliga a cidade de Manaus/AM à cidade de Boa Vista/RR.

Durante fiscalização do TCU foram identificados indícios de sobrepreço no fornecimento de materiais betuminosos, na utilização de areia comercial e na escavação, carga e transporte de material. Além disso, o cimento, o filler e o aço foram adquiridos em local mais distante que o ideal. O montante dos indícios de **sobrepreço é de mais de R$ 24 milhões.**

O Tribunal determinou que o Secretário da Infraestrutura de Roraima e as empresas CMT Engenharia Ltda., Delta Construções S.A, Via Engenharia e o Consórcio Seabra-Caleffi se manifestem, caso se interessem, quanto às irregularidades citadas no processo. As irregularidades poderão culminar na repactuação dos contratos. (Acórdão nº 2.408/Plenário, de 15.9.2010, TC 014.988/2010-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU faz determinações ao Dnit/MT

O Tribunal determinou, cautelarmente, que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte do Estado do Mato Grosso (Dnit/MT) bloqueie o pagamento de mais de **R$ 9,9 milhões** às empresas contratadas para a execução das obras de manutenção da rodovia BR-364 no Estado do Mato Grosso, devido à evidência de irregularidades.

O TCU identificou superfaturamento na compra de materiais para as obras da rodovia, como cimento asfáltico de petróleo e materiais betuminosos. O TCU ainda ouvirá o Dnit/MT e as empresas Cavalca Construções e Mineração Ltda., Redram Construtora de Obras Ltda. e Delta Construções S/A acerca do superfaturamento e da não-execução de serviços contratados.

O Tribunal também fez determinações para que o Dnit-MT corrija as irregularidades nas próximas medições para as obras. (Acórdão nº 1.962/Plenário, de 11.8.2010, TC nº 011.517/2010-7, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secob-2).

TCU verifica irregularidades em desapropriações no Mato Grosso

O Tribunal condenou ex-Procurador do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) no Mato Grosso, juntamente com dois ex-servidores e um dos advogados ao **pagamento solidário de R$ 30,9 milhões**, valor atualizado. Um dos ex-servidores também terá que devolver a quantia de R$ 3 milhões

A auditoria do TCU verificou que houve pagamento ilegal de indenização por desapropriação consensual de imóveis para construção da BR-163, implantada desde 1972. As áreas desapropriadas localizam-se nos municípios de Sinop e Sorriso. Uma delas já se encontrava em trecho da BR-163 quando foi adquirida pelos proprietários. A outra não poderia ser incluída entre as terras cortadas pela rodovia.

De acordo com o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, "a maior parte dos ex-donos das terras expropriadas pelo DNER era usada pelos agentes dos órgãos, para, simplesmente, emprestar o nome para viabilizar o procedimento de desvio de recursos do Órgão".

O TCU declarou os ex-serviores inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal por cinco anos. Todos os responsáveis foram multados, individualmente, em R$ 100 mil. (Acórdão nº 3.005/Plenário, de 10.11.2010, TC nº 007.740/2004-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-MT).

TCU ouvirá o Diretor-Geral do Dnit sobre irregularidades na BR-376 no Paraná

O Tribunal promoverá audiência do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) para que apresente as justificativas por não ter corrigido irregularidades no projeto das obras do Contorno Norte de Maringá, BR-376, no Estado do Paraná.

O Dnit também deverá, por medida cautelar, **reter R$ 2,5 milhões** em razão de sobrepreço no custo com transporte de cimento, previsto no contrato com a Construtora Sanches Tripoloni Ltda.

Em decisão anterior, o TCU havia determinado que o Dnit corrigisse os projetos, as memórias de cálculo e as planilhas orçamentárias do Contorno de Maringá, detalhando os elementos necessários para a execução da obra. O Dnit ainda deveria ter completado com precisão o projeto de desapropriação de imóveis, inclusive com a estimativa dos valores a serem destinados ao pagamento das indenizações. (Acórdão nº 2.860/ Plenário, de 27.10.2010, TC nº 028.677/2009-6, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-PR).

3. OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS

O Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, entregou, em 09.11.2010, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, **relatório consolidado das fiscalizações realizadas em obras públicas no ano de 2010**. O objetivo do trabalho foi verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária de 2011.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2011), Lei nº 12.309, de 09.8.2010, a Lei Orçamentária de 2011 poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo TCU. No entanto, a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios ficará condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

A LDO/2011 considera **irregularidades graves** os atos e os fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço, que sendo materialmente relevantes, tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros, possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato, ou configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

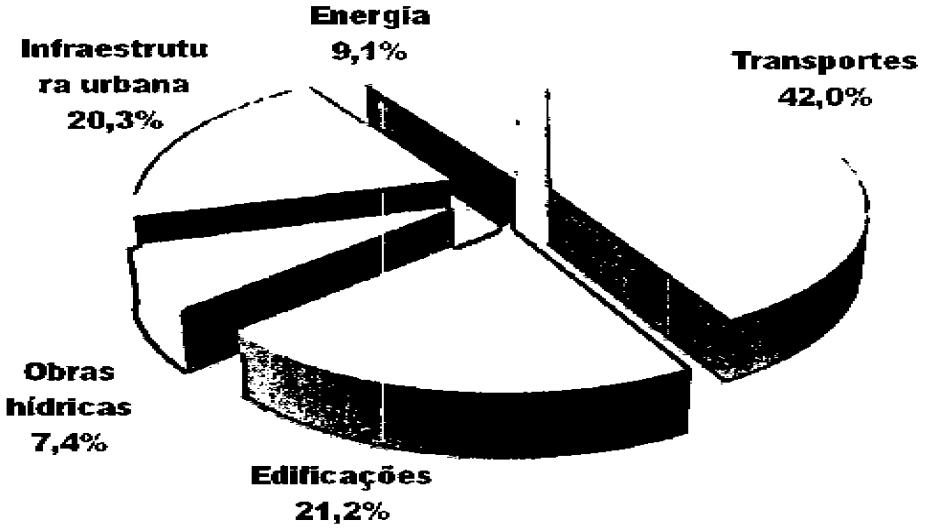
Após o encaminhamento do relatório consolidado ao Congresso Nacional, o TCU continua a análise dos processos, considerando as justificativas dos responsáveis envolvidos. Cumpridas as determinações, o Tribunal informa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso a eliminação de óbices à continuidade das obras saneadas.

O TCU realizou **231 fiscalizações** *in loco*, as quais contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento-Geral da União de 2010. Entre as auditorias destacaram-se, em relação à quantidade de fiscalizações realizadas, as funções *Transporte*, Previdência Social, Saneamento, Energia e Urbanismo, com 92, 36, 24, 22 e 21 fiscalizações, respectivamente.

O montante de **recursos orçamentários fiscalizados** foi superior a **R$ 35 bilhões**. A função Energia foi a que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R$ 22,9 bilhões – 64,5%). Em segundo lugar apareceu a função Transporte (R$ 8 bilhões – 22,5%).

Verificou-se que as subfunções Infraestrutura Urbana, com 49 fiscalizações, e Edificação – Edifícios Administrativos, com 42 fiscalizações, foram os destaques em quantidade de fiscalizações realizadas. Já a subfunção Obras Especiais, com dotação superior a R$ 20 bilhões, foi a subfunção mais expressiva sob o ponto de vista de volume de recursos fiscalizados.

Distribuição da Quantidade de Fiscalizações por Tipo de Obra



Os achados das auditorias foram classificados em "com indícios de irregularidades graves", "indício de outras irregularidades" e "fiscalizações sem ressalvas". A primeira foi subdividida em "irregularidades graves que recomendam a paralisação da obra ou a retenção cautelar (IG-P)", "irregularidade grave com retenção parcial de valores (IG-R)" e "irregularidade grave com recomendação de continuidade (IG-C)".

Das **231 obras fiscalizadas, em 30 casos (13%)** permanecem **indícios de irregularidades graves.** Desses, em 23 casos (10%), os indícios são potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra. Nos outros 7 casos (3%), recomendou-se retenção cautelar (casos em que o prosseguimento da obra é autorizado desde que haja retenção de valores suficientes para compensar o possível dano ao Erário).

Em relação às unidades orçamentárias (considerando somente aquelas com mais de três obras fiscalizadas) que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves do tipo IG-P e IG-R, a relação entre o número de subtítulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser observada na tabela* a seguir.

Unidade Orçamentária	Obras fiscalizadas	IG-P	IG-R	%IG
Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	6	3	1	66,7%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária/Infraero	5	3	0	60,0%
Ministério da Integração Nacional	10	3	1	40,0%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS	6	2	0	33,3%
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT	66	5	2	10,6%
Secretaria Especial de Portos/PR	10	1	0	10,0%

Ministério das Cidades	41	4	0	9,8%
Petróleo Brasileiro S.A./Petrobras	12	1	0	8,3%

** obs: a tabela retrata a posição em 31.12.2010.*

Verifica-se que os indícios de irregularidade grave decorreram principalmente de falhas no orçamento da obra – com consequente contratação em valor acima do de mercado – e deficiência ou desatualização de projeto básico. Essa característica tem sido observada desde 2007, pelo menos.

O somatório **dos benefícios potenciais resultantes da fiscalização de obras** em 2010 **atingiu R$ 4,067 bilhões.** O quadro a seguir apresenta a origem dos benefícios potenciais apurados em 2010.

Obra fiscalizada	Benefício estimado (R$ milhão)
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR	1.401,8
Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife (PE)	1.324,1
Construção das Unidades de PTA e PET do Complexo Petroquímico (COMPERJ) / RJ	344,0
Canal do Sertão – Alagoas	261,4
Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouro Verde de Goiás - São Simão - no Estado de Goiás	141,3
Construção de terminal de granéis líquidos no porto de Barra do Riacho/ES	92,1
BR-101/RS - Adequação Divisa SC/RS – Osório	86,5
Implantação da UHE Simplício e da PCH Anta e Sistema de Transmissão Associado - MG/RJ	56,1
Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)	47,4
BR-364/AC - Construção Sena Madureira - Cruzeiro do Sul	37,0
Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)	36,4
Restauração, Duplicação e Melhoramentos na Rodovia BR-050/MG.	24,7
Construção das Obras do Berço de Atracação do Porto de Vitória-ES	24,7
Construção da Vila Olímpica dos Jogos Mundiais Militares – RJ	23,3
Demais obras (benefícios estimados inferiores a R$ 20 milhões por fiscalização)	166,2
TOTAL	**4.067,0**

A relação das obras com indícios de irregularidades graves detectadas pelo Tribunal está disponível para consulta no Portal TCU - http://www.tcu.gov.br. (Acórdão nº 2.992/Plenário, de 09.11.2010, TC nº 027.472/2009-4, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras (1ª Secob).

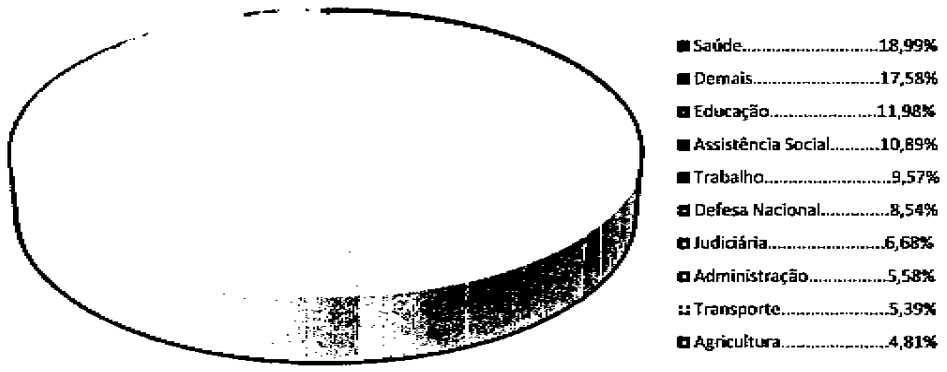
3. CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA

A emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas que o Presidente da República deve prestar anualmente constitui importante atribuição constitucional

do Tribunal de Contas da União. Compõem as contas os Balanços Gerais da União, o relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução orçamentária e os demais demonstrativos e relatórios exigidos pela legislação. Desse modo, o parecer prévio é acompanhado de relatório contendo informações sobre o desempenho dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual, bem como sobre o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País.

O Tribunal emite parecer prévio apenas sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República, pois as Contas atinentes aos poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, não são objeto de pareceres prévios individuais, mas são efetivamente julgadas pelo TCU, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, que deferiu medida cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 2.238-5/DF, Diário da Justiça de 21.8.2007.

Distribuição das despesas empenhadas em 2009 nas principais funções do Governo, excluídas as funções Encargos Especiais e Previdência Social.



Além da análise de documentos, balanços e demonstrativos contábeis encaminhados pelos órgãos dos três Poderes, o Tribunal também realiza levantamentos e auditorias para subsidiar os pareceres prévios a serem emitidos.

O relatório e o parecer prévio sobre as contas do Governo Federal referentes ao exercício de 2009 foram relatados pelo **Ministro Raimundo Carreiro**. A análise feita conduz à conclusão de que o Poder Executivo Federal observou os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, que os balanços demonstram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2009, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As contas foram aprovadas por unanimidade, mas o Plenário do TCU fez ressalvas a alguns aspectos que, embora não impeçam a aprovação das Contas, requerem a adoção de medidas saneadoras pertinentes. Entre as ressalvas estão: o baixo percentual de arrecadação das multas

administrativas aplicadas por órgãos federais, e recomendações a ministérios e órgãos da Administração para correção das falhas detectadas, como a dirigida à Secretaria da Receita Federal para que proceda ao registro dos estoques dos créditos parcelados tributários (não-previdenciários) e previdenciários instituídos pelas Leis nºs 11.960 e 11.941, ambas de 2009, nos sistemas de controle de parcelamentos.

O relatório apresentou também considerações sobre o desempenho da economia brasileira em 2009, que, apesar de ter sido bastante influenciada pela crise financeira internacional, ficou entre as seis maiores do mundo. Registrou que a queda do PIB, em 2009, de 0,2% em relação ao de 2008, foi uma das menores entre os países do G20 (maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo).

Também foi apontada a tendência de elevação da participação das operações de crédito frente ao PIB, que, ao final do exercício, chegou ao montante de 45%. Em janeiro de 2008, esse percentual correspondia a 34,2% do PIB.

Quanto aos resultados fiscais, verificou-se que a meta inicial de *superávit* primário, fixada em 2,85% do PIB, foi reduzida para 1,60% do PIB, em razão da crise econômica. A União, ao apresentar o superávit primário de apenas 1,29% do PIB (ou R$ 40,6 bilhões), embora não tenha alcançado a meta integral de resultado primário de 1,60% do PIB (ou R$ 49,5 bilhões), ainda assim superou a meta de superávit primário reduzida para R$ 30,9 bilhões, após a dedução de R$ 17,9 bilhões relativos ao PAC.

O relatório destacou ainda, dentre outros, os seguintes indicadores do desempenho da economia brasileira: a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) passou de 37,34% para 42,96% do PIB, de 2008 para 2009. Do montante total da DLSP, ao final de 2009, R$ 1,345 trilhão, R$ 907,6 bilhões pertencem à União; a taxa de desemprego, de 6,8% de desocupados em relação aos economicamente ativos foi idêntica à registrada em 2008.

Ao longo de 2009, foram criados 995.110 postos de trabalho, um aumento de 3,11%. O rendimento médio real em dezembro de 2009 foi de R$ 1.344,40; a taxa de inflação com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculada pelo IBGE, foi de 4,31%. Índice inferior à taxa de 2008, situada em 5,90% e à meta de inflação para 2009 de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional; as operações de crédito nos setores público e privado totalizaram R$ 1,4 trilhão, com crescimento de 14,9% no período. A participação dos bancos públicos na oferta de crédito foi de 41,4% em 2009, superando instituições privadas e estrangeiras que participaram com 40,4% e 18,2%, respectivamente. As operações de crédito contratadas por pessoas físicas somaram R$ 319,9 bilhões, um crescimento de 17,4 ao ano.

A íntegra do relatório e do parecer prévio, bem como das ressalvas, podem ser acessados no site: **www.tcu.gov.br/contasdegoverno** (Acórdão nº 1.306/ Plenário, de 9.6.2010, TC nº 010.243/ 2010-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Semag).

5. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, SOCIEDADE E GESTORES PÚBLICOS

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania. O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle. Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, constituem ações indispensáveis para a definição de foco de atuação, para o fortalecimento do controle externo e para o incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem servir de exemplo para utilização no âmbito de toda Administração Pública.

5.1. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

Desse modo, o TCU participou de várias audiências, as quais contaram com representantes de diversos órgãos e entidades da Administração Pública, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Esses trabalhos, que aperfeiçoam os laços entre o Tribunal e o Parlamento, estão relacionados a seguir.

Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 24 de fevereiro de 2010, de audiência pública na **Comissão que investiga a dívida pública do País** e suas implicações. Na reunião, o representante do TCU apresentou os mecanismos utilizados para controlar a dívida pública brasileira e as sugestões do Tribunal para aperfeiçoar o acompanhamento da dívida.

Entre os mecanismos de controle da dívida pública, estão o acompanhamento quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal com encaminhamento das decisões ao Congresso Nacional; auditorias específicas sobre a dívida pública federal (DPF), sua gestão e fatores de risco mais relevantes; o acompanhamento de todas as garantias concedidas pela União a estados e municípios em operações externas; e a abordagem da dívida pública em tópico específico no parecer prévio das contas do Presidente da República elaborado pelo Tribunal.

O representante do TCU citou exemplos de auditorias específicas sobre a dívida pública e apresentou as sugestões do Tribunal para o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e controle da dívida. As oportunidades de melhoria sugeridas foram a conclusão do marco regulatório fiscal e a implantação dos instrumentos de transparência e cidadania previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com o TCU, a LRF prevê a implementação, pelo Ministério da Fazenda, de sistema eletrônico centralizado de amplo acesso ao público, em que o cidadão possa acompanhar a dívida pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

No dia 9 de março, representantes do TCU participaram de reunião com o novo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, **Deputado Nelson Bornier.**

No encontro, foi apresentado ao Deputado um conjunto de publicações referentes a trabalhos do TCU nas áreas de educação, assistência social, obras, convênios e outras transferências governamentais constitucionais.

O representante do TCU abordou questões acerca dos trabalhos da subcomissão da CFFC sobre a Copa do Mundo de 2014. No Tribunal, a relatoria dos processos relativos à realização da Copa está sob a orientação do Ministro Valmir Campelo. Também foram prestados esclarecimentos sobre fiscalizações feitas pelo TCU no Aeroporto Santos Dumont e na área de concessões.

No mesmo dia, outro grupo do Tribunal apresentou ao Presidente da referida Comissão informações sobre trabalhos realizados nas áreas de concessões rodoviárias e transporte interestadual de passageiros (Trip). A reunião teve como principal assunto o acórdão do TCU que fixou prazo até 30 de novembro de 2010 para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publique os editais referentes às 1.600 linhas de transporte interestaduais de passageiros.

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, dia 17 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da *Comissão de Finanças e Tributação* da Câmara dos Deputados (CFT), Deputado Pepe Vargas. O objetivo da reunião foi apresentar trabalhos do TCU e mostrar de que maneira o Tribunal pode contribuir com a Comissão.

No encontro foi destacada a atuação do Tribunal na elaboração do relatório e do parecer prévio sobre as Contas do Governo da República e detalhadas as recomendações, provenientes de auditorias e acórdãos do TCU, relativas aos critérios de repasse para os Fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE e FPM).

O representante do TCU ressaltou, ainda, trabalhos realizados no *acompanhamento das receitas* e suas renúncias; da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); das questões orçamentárias e contábeis da União; e da dívida pública. Tratou-se, também, de fiscalizações que o Tribunal realizou em entidades de relevância para a Comissão, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Receita Federal do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional. Teve destaque a avaliação que o TCU fará do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFEM), do Governo Federal.

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados

Representantes do TCU participaram, no dia 23 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, **Deputado Marcelo Serafim.**

O objetivo do encontro foi apresentar trabalhos realizados pelo TCU e a utilidade das informações remetidas ao Parlamento para a realização de debates (audiências públicas) visando o aperfeiçoamento da Administração Pública Federal.

Teve destaque a atuação do TCU em assuntos de relevância para a Comissão, como a construção da BR-319, uma das principais do Amazonas; o projeto de integração do Rio São Francisco; e a mitigação da emissão de gases de efeito estufa na Amazônia Legal.

Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados

No dia 24 de março, representantes do Tribunal reuniram-se com o novo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, **Deputado Mário Negromonte**. O TCU apresentou trabalhos desenvolvidos na área de energia.

Foram discutidos temas como trabalhos realizados nos setores de regulação de energia elétrica e petróleo e a atuação do TCU nas principais obras da Petrobras. Os leilões de energia de Belo Monte e do Complexo do Rio Madeira, a auditoria sobre os reajustes tarifários da distribuição de energia elétrica, e as obras da Petrobras com indícios de irregularidades detectadas pelo Tribunal também receberam destaque.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 30 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), **Deputado Alex Canziani**. O objetivo do encontro foi apresentar os trabalhos do TCU ao novo titular da CTASP e oferecer subsídios às deliberações da Comissão.

O representante do TCU ressaltou dados quantitativos e qualitativos referentes às fiscalizações do Tribunal nas áreas de atuação da Comissão. Além disso, entregou um conjunto de publicações do TCU relativas, entre outros temas, ao relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional e à área de convênios, que foi um assunto de destaque na reunião.

Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados

No dia 31 de março, representantes do Tribunal participaram de reunião técnica com a nova Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, **Deputada Professora Raquel Teixeira**. O objetivo do encontro foi apresentar os trabalhos do Tribunal à nova titular da Comissão e oferecer subsídios às suas deliberações.

O principal assunto discutido no encontro foi o acompanhamento das obras relacionadas à **Copa do Mundo no Brasil em 2014**. A Deputada se mostrou preocupada com o andamento dos empreendimentos para o mundial.

O representante do TCU explicou as dificuldades de fiscalização das obras relacionadas com a Copa de 2014, uma vez

que os recursos serão descentralizados para os Estados. Segundo ele, para superar essa dificuldade, o TCU vem atuando em cooperação com os tribunais de contas dos estados e dos municípios, não só no compartilhamento de informações, mas também na transferência de metodologia de fiscalização de obras.

Foi esclarecido que, em razão das Olimpíadas de 2016, o TCU está realizando auditoria operacional nas ações relacionadas ao esporte de alto rendimento. O objetivo da auditoria é analisar a estrutura de detecção e apoio financeiro, tecnológico e de infraestrutura de treinamento a atletas de ponta no País.

Frente Parlamentar Mista em defesa do Tribunal de Contas da União

No dia 29 de junho, o Presidente do Tribunal Ministro Ubiratan Aguiar compareceu ao Congresso Nacional, onde acompanhou, juntamente com outros ministros do TCU, o lançamento e o início das atividades da Frente Parlamentar Mista em defesa do Tribunal de Contas da União. A frente foi criada com o objetivo de fortalecer as atribuições de fiscalização exercidas pelo Tribunal e reúne 203 deputados e 35 senadores.

O Deputado Paulo Bornhausen lembrou que o TCU é um dos poucos órgãos encarregados do controle externo dos atos financeiros, orçamentários, contábeis, operacionais e patrimoniais dos poderes da República e deve ser visto como um aliado dos parlamentares.

O Presidente Ubiratan Aguiar, afirmou que quem tem a ganhar com o trabalho do Tribunal é o próprio Estado brasileiro. O Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Frente Parlamentar, frisou a importância do Tribunal dentro da Administração Pública e a crescente cooperação entre o TCU e o Congresso Nacional.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Representante do TCU participou, no dia 4 de abril, de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) para esclarecer supostas irregularidades na prorrogação de contratos de arrendamento dos terminais portuários que operam dentro da área dos portos públicos.

A audiência pública contou com a presença de membros da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP) e da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABPT).

O tema principal da audiência, convocada pelo Deputado Carlos Brandão, foi a possível edição de medida provisória que iria permitir a prorrogação dos contratos de arrendamento dos terminais portuários que funcionam nos portos públicos. Geneide Machado Siqueira, Assessora Jurídica da SEP, negou a existência de tal medida provisória, o que não deu fim à discussão de que haveria outras irregularidades no setor.

O representante do Tribunal apresentou os resultados das auditorias sobre o setor portuário marítimo, realizadas durante os anos de 2008 e 2009 e apreciadas pelo Plenário do TCU nos termos dos Acórdãos nº 1904 e 2.896, ambos de 2009.

Foi esclarecido que, de acordo com a Lei 8.630, de 1993, conhecida como Lei dos Portos, os contratos de arrendamento devem ser firmados mediante prévia licitação. A auditoria constatou situações em que os contratos de arrendamento não se conformam aos parâmetros necessários à plena estruturação dos contratos administrativos e inexistência de regras suficientes para aferir o equilíbrio

econômico-financeiro dos contratos de arrendamento, bem como a periodicidade e os procedimentos para revisão contratual. A consequência da desorganização atinge o País e gera aumento dos preços cobrados dos usuários e redução no bem-estar social.

O Deputado Carlos Brandão relembrou que a falta de planejamento privilegia a renovação dos contratos. O Presidente da Comissão, Deputado Nelson Bornier, cobrou da Antaq e da SEP maior acompanhamento desses contratos de arrendamento que estão próximos de vencer.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Dia 6 de abril, o Tribunal participou de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), que discutiu os parâmetros de preços para obras públicas utilizados no País. Também participaram do encontro representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) e do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

Segundo o representante do TCU, os artigos 93 do Decreto-Lei nº 200/1967 e 66 do Decreto 93.872/1986 estabelecem que a obrigação de demonstrar que o preço de determinada obra é compatível com o mercado é de quem utiliza os recursos públicos, e não dos órgãos de controle. Dessa forma, caberia aos gestores demonstrar a adequação à lei e ao mercado de seus orçamentos, justificando as eventuais especificidades da obra contratada. Durante o debate, o Senador Jefferson Praia destacou a importância da boa orientação dos gestores, especialmente os prefeitos.

Como uma das soluções para o problema, o representante do TCU sugeriu que os gestores façam as adaptações necessárias a sistemas de custos já consagrados, como é o caso do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) utilizado pela CEF, e do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro) adotado pelo Dnit.

O representante do Tribunal explicou, que mais do que a falta de sistemas de custos, o principal problema das obras é a falta de bons projetos técnicos. Segundo ele, cerca de 80% dos projetos não possuem qualidade, comumente em decorrência da pressa com que são elaborados.

Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 8 de abril, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC), Deputado Dr. Ubialli. O objetivo do encontro foi apresentar os trabalhos do TCU ao novo titular da CDEIC e oferecer subsídios às deliberações da Comissão.

Um dos assuntos abordados na reunião foi o parecer prévio sobre as contas do Presidente da República elaborado pelo TCU. O Deputado se mostrou interessado no documento e nas suas implicações, tendo em vista que a responsabilidade de julgar as contas do Presidente da República é do Congresso Nacional. Também foram abordadas auditorias realizadas pelo Tribunal que tratam dos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como as fiscalizações que examinaram aquisições e incorporações de bancos por parte do Banco do Brasil (Nossa

Caixa, Votorantim, Besc e BEP) e o financiamento de exportações pelo Banco Central com recursos das reservas internacionais.

Foram abordados, ainda, trabalhos em andamento no Tribunal, tais como os processos que envolvem a concessão de créditos por parte da Caixa Econômica Federal (CEF) a estados e municípios para obras da Copa do Mundo de 2014 e o crescimento das operações de crédito no ano de 2009 no âmbito da CEF.

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados

A liberação de recursos do Fundo da Amazônia foi discutida em audiência pública realizada na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, no dia 4 de maio.

O representante do TCU que participou da audiência levantou os principais aspectos que devem ser considerados na gestão do Fundo da Amazônia, como a compatibilidade do projeto com os objetivos do programa, a avaliação dos custos, a análise de viabilidade e o acompanhamento da execução dos projetos. Também apontou que o Governo brasileiro conhece pouco a malha fundiária do País, principalmente na Amazônia, e que a falta de tecnologia, capacitação e apoio técnico pode ser uma dificuldade para a execução de projetos ligados à sustentabilidade na região.

O fundo foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, a proteção de áreas de conservação e o financiamento de atividades sustentáveis na Região Amazônica. Segundo representante do Ministério do Meio Ambiente, também presente na audiência, será investido no projeto mais de R$ 1 bilhão em três anos, aplicação que considera importante para apoiar o Governo brasileiro no combate ao desmatamento ilegal. Ele enfatizou a necessidade de se criarem unidades de conservação, demarcar e homologar terras *indígenas e melhorar o sistema* de monitoramento na Amazônia para controle do desmatamento ilegal. Destacou, ainda, outros biomas que estão em situação crítica, como o cerrado, com 47,8% da sua área desmatada, e a caatinga, com 45%.

A audiência contou, ainda, com representantes da área de meio ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no Bndes, e da unidade de programas governamentais do Banco da Amazônia.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

O TCU participou, no dia 12 de maio, de audiência pública realizada no Senado Federal pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O encontro teve por objetivo discutir a reformulação do Decreto nº 7.056, de 2009, que extinguiu nove regiões administrativas da Fundação Nacional do Índio (Funai) por todo o País, assim como postos de atendimento em aldeias.

O representante do TCU explicou que o Tribunal concluiu auditoria operacional na Funai com o objetivo de verificar eficiência, eficácia e efetividade na ação voltada para atividades produtivas em áreas indígenas. Nesse trabalho, constataram-se problemas de diversas naturezas, inclusive ligados à estrutura da Funai. Foi ressaltado, no entanto, que "esse trabalho foi feito há aproximadamente sete anos, portanto, reflete uma realidade daquela época que não necessariamente está presente hoje". Esclareceu, ainda, que não houve, por parte do TCU, "determinação, orientação ou

recomendação no sentido, seja de criar ou extinguir postos ou administrações regionais. Até porque isso seria uma ingerência no próprio Poder Executivo".

O encontro contou com a presença do Senador Cristovam Buarque, de um Vereador de Campinápolis/MT, do Procurador-Geral da Funai, Antônio Marcos Salmeirão, e do líder indigenista Carlos Pankararu.

Audiência pública para discussão da criação do Fundo Social do Pré-sal

O Tribunal participou, no dia 12 de maio, de audiência pública conjunta no Senado para debater o Projeto de Lei da Câmara (PLC nº 7) que cria o fundo social com recursos de exploração da camada do pré-sal. Conforme o projeto que tramita simultaneamente em seis comissões no Senado (CCJ, CCT, CAS, CMA, CE e CAE), em regime de urgência, o fundo constituirá fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Para esclarecer o tema, foram convidados, entre outros, o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, o Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda e o Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Os expositores foram unânimes ao destacar a importância do fundo para as gerações futuras. O representante do TCU ressaltou que, para o sucesso deste fundo, é necessário um planejamento prévio cuidadoso. Nesse sentido, defendeu a aplicação de parte dos recursos do fundo para estudos de planejamento, a serem desenvolvidos antes mesmo da decisão sobre a implementação da ação.

O representante do Tribunal destacou, ainda, diversos pontos positivos do projeto de lei, entre os quais a exigência de que as ações financiadas com recursos do fundo contenham metas, prazos e plano de avaliações quantitativas e qualitativas. Para permitir o adequado controle, reforçou a necessidade do acesso, por parte do TCU, a todas as informações relacionadas com as aplicações do fundo.

O Senador Flexa Ribeiro concordou com o representante do Tribunal e reforçou a questão com outros parlamentares presentes: "A transparência é um ponto que deve ser aperfeiçoado, como foi dito pelo TCU". O Senador Flávio Arns destacou que o interesse não é apenas dos parlamentares. "Toda a sociedade está exigindo saber como os recursos serão aplicados", afirmou.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados

Representante do TCU participou, no dia 11 de maio, de reunião técnica com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), Deputado Eliseu Padilha. O objetivo do encontro foi discutir os projetos de interesse do Tribunal que estão na pauta da CCJ, bem como oferecer subsídios às deliberações da Comissão.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal

Representantes do Tribunal participaram, no dia 25 de maio, de audiência com o Senador Neuto de Conto, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal. O tema principal foi a formação de parceria entre

TCU e CDR para que haja sucesso na fiscalização dos gastos com a **Copa do Mundo de 2014**, reformas dos estádios, e de outras ações relacionadas à concretização do campeonato mundial de futebol.

Foi resaltado que o Tribunal apoiará as ações do Congresso Nacional e acompanhará a repercussão dessa parceria na sociedade. Esclareceu, ainda, que a sociedade pode participar junto com os gestores por meio de denúncias de irregularidades nas obras e que essa participação trará maior transparência ao processo.

O Senador Neuto de Conto disse que a Copa do Mundo traz preocupação quanto ao processo de legalidade na administração dos gastos e que é preciso ter cautela com a escolha de obras necessárias e com investimentos em melhoria de transporte. Ele ressaltou que "é preciso evitar a implantação de grandes estádios, fazer o estudo de viabilidade de qual será o retorno dessas construções para os estados brasileiros, e também se preocupar com o investimento que será feito no transporte urbano, principalmente no transporte coletivo".

Na oportunidade, um dos representantes do Tribunal, destacou que, no segundo semestre de 2010, o TCU finalizará um diagnóstico de mobilidade urbana no País.

Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 25 de maio, de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados sobre segurança jurídica nos direitos dos servidores. A audiência foi proposta pela Deputada Fátima Bezerra, p sugestão do Sindicato dos Professores do Ensino Público Federal (Proifes).

Advogados, sindicalistas e servidores criticaram determinações do TCU ao Ministério do Planejamento para que reveja o pagamento de valores referentes a sentenças judiciais transitadas em julgado que causem distorções salariais ou enriquecimento ilícito do servidor. O representante do Tribunal esclareceu que o objetivo é impedir que as vantagens reconhecidas judicialmente continuem sendo pagas com base na estrutura remuneratória implantada por novos planos de carreiras dos servidores editados após o trânsito em julgado da decisão judicial que assegurou a percepção da vantagem.

A decisão do TCU, Acórdão nº 2.161/2005-Plenário, considera procedente representação contra distorções salariais decorrentes do incorreto processamento de vantagens, oriundas de planos econômicos. Conforme a decisão, os órgãos públicos deverão fazer o levantamento das quantias pagas indevidamente aos servidores, para que, se for o caso, sejam devolvidas aos cofres públicos.

O Deputado Maurício Rands, que coordenou a mesa de debates, disse que a tentativa de rever o pagamento de rubricas judiciais aos servidores é um "descompromisso do Estado Brasileiro com a Constituição Federal". No entanto, o representante do TCU garantiu que, em nenhum momento, o Tribunal emitiu decisões no sentido de desconstituir a "coisa julgada". Segundo ele, ao determinar a supressão dessas vantagens, o TCU nada mais fez do que aplicar a jurisprudência dos tribunais superiores no sentido de que inexiste direito adquirido a determinado regime jurídico de vencimentos e de que a coisa julgada deve se ater aos limites do que foi discutido e às partes em relação às quais foi proferida a decisão judicial. Ele informou, ainda, que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) afastou o argumento de que há ofensa à coisa julgada ao apreciar mandados de segurança impetrados contra o TCU, versando sobre questões análogas.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Presidente Ubiratan Aguiar participou, no dia 26 de maio, de audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para debater alterações no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 (PL 04/2010).

O Presidente do TCU esclareceu que recomendar ao Congresso Nacional a paralisação de uma obra é sempre a última alternativa a ser seguida pelo Tribunal. O Presidente também ressaltou a importância de manter a atuação preventiva na fiscalização das obras. "Temos conseguido evitar prejuízos irreversíveis. Por isso, a LDO tem que consignar uma ação tempestiva, em tempo real. Atuar depois é correr atrás do prejuízo", disse.

O Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, que também participou da audiência, defendeu maior interação entre os gestores públicos e os órgãos de controle, como forma de prevenir a paralisação de obras. Ele ressaltou que, para isso, seria necessária uma atitude "mais proativa e menos defensiva" de ambos os lados e defendeu a criação de regras definitivas para orientar a decisão de paralisar uma obra.

Outro representante do TCU, também presente na reunião, explicou que o Tribunal segue os princípios constitucionais estabelecidos na LDO, e que não se baseia em minutas de editais, e sim em documentos oficiais. Ele ressaltou que no ano de 2009, devido às fiscalizações de obras, o Governo teve **economia de R$ 1,2 bilhão.**

Após a audiência pública, a CMO aprovou o relatório preliminar do projeto de LDO de 2011, que teve como relator o Senador Tião Viana.

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados

A reforma da BR-319/AM e de grandes rodovias da Amazônia foi discutida em audiência pública realizada na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, no dia 26 de maio.

O representante do TCU na audiência abordou os principais aspectos que devem ser considerados durante as auditorias, como as dificuldades de transporte e estocagem de material para as obras, o regime das chuvas e os elementos que constam no projeto de proteção ambiental. Ressaltou, no entanto, que "não é papel institucional do TCU indicar onde o recurso público deve ou não ser aplicado. Mas cabe a ele, nos limites constitucionais, verificar a boa e regular aplicação desses recursos públicos".

O Secretário de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transportes, também presente na reunião, enfatizou a importância da BR-319 para a região. Segundo ele, a rodovia é a única ligação rodoviária entre os estados do Amazonas e de Roraima com o centro-sul do País, além de interceptar vários estados. Ele ainda acrescentou que "reconstituída, a rodovia será alternativa ao escoamento da produção industrial de Manaus para o centro-sul do País. Também promoverá o escoamento da produção agroextrativista local. Esse processo poderá constituir importante fator estimulador da economia dos municípios".

A audiência contou também com a participação do Deputado Marcelo Serafim e de representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados

No dia 27 de maio, o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, juntamente com outro representante do Tribunal, participaram de audiência pública na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A reunião tratou das medidas adotadas para assegurar aos servidores públicos do Poder Executivo Federal o **benefício da assistência à saúde suplementar**. Com a edição da Portaria nº 3/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que regulamenta o art. 230 da Lei 8.112/90, a padronização de planos de saúde e a universalização do benefício assistencial ganharam destaque.

Além do Presidente da Comissão, Deputado Alex Canziani, também estiveram presentes na audiência o autor do requerimento, Deputado Júlio Delgado, e representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério das Comunicações.

O representante do Tribunal apresentou o posicionamento do TCU quanto à legitimidade da contratação de administradoras de planos de saúde pelo Poder Executivo, o que motivou a regulamentação do art. 230 do Estatuto dos Servidores Públicos. Foi esclarecido que, em 2008, o Tribunal entendeu que a contratação de planos de saúde deve ser feita por meio de convênio com entidades fechadas de autogestão de assistência à saúde suplementar, com interesse recíproco e mútua cooperação.

O TCU concluiu que cabe a cada órgão, de forma discricionária, determinar de que forma prestará a assistência à saúde, que não há obrigatoriedade de se conceder mais de uma forma e que é faculdade de cada órgão cumular tipos de prestação.

Para o Procurador-Geral junto ao TCU, a portaria editada pelo Ministério do Planejamento, que estabelece orientações sobre assistência à saúde suplementar do servidor, permite a contratação sem o procedimento licitatório, desde que o plano de saúde atenda a algumas exigências definidas na Portaria do MP.

O Procurador explicou, ainda, que a Fundação de Seguridade Social (Geap), órgão que cuida da assistência à saúde do servidor, foi criada sem autorização do Congresso Nacional.

Segundo a ANS, com o crescimento da coletivização dos planos de saúde suplementar no mercado, a Agência passou a cobrar alguns requisitos dessas administradoras para que possam garantir financeiramente a assistência à saúde. O rol de procedimentos da ANS, que serve de base para a contratação, é atualizado anualmente.

Antes da tabela socializante, era definido valor único para todo servidor público federal, independentemente da idade e do salário. Em relação ao mercado, é inviável para uma operadora funcionar se cobrar o mesmo valor de um paciente com 20 anos e de um com 70 anos, por exemplo, devido às necessidades diferenciadas de cada um. A representante da ANS acrescentou, ainda, que com a tabela socializante, que passou a diferenciar as faixas salarial e etária do servidor público federal, possibilitou-se um equilíbrio tanto para operadoras quanto para o bene-ficiado. A representante disse ter havido avanço, mas acredita que será necessária reavaliação à medida que forem feitas as contratações.

O representante do MTE reforçou os avanços da tabela socializante e a ideia da livre con-corrência e acrescentou que "a tabela reembolsa mais quem tem mais idade e quem menos recebe da União". Ele

destacou que, com a edição da Portaria, abriu-se espaço para a livre escolha.

O Deputado Júlio Delgado recomendou que fosse mantida a padronização mínima da cobertura assistencial exigida pelos planos de saúde. Também sugeriu a verificação, de forma contínua, da possibilidade de adequação dos valores de custeio para acompanhar os valores de mercado dos planos de saúde privados e que os gestores sejam orientados acerca dos requisitos legais necessários à concessão do benefício.

Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados

O TCU participou de audiência pública, dia 16 de junho, na Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. O objetivo foi discutir a metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as variáveis consideradas pelo Tribunal na formação dos coeficientes para a partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre as capitais.

Também participaram da reunião o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a Deputada Maria Helena, que propôs a audiência, o ex-Reitor da Universidade de Roraima José Hamilton Gondim Silva, o Prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio e o Prefeito de Palmas, Raul de Jesus Lustosa Filho.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal

O TCU participou, no dia 29 de junho, de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, realizada, para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 30/2007, que cria o **Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC)**.

Apesar de divergências pontuais, os participantes apoiam a criação de um órgão de controle administrativo, financeiro e disciplinar dos tribunais de contas, com atuação autônoma e nos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Na audiência, o representante do TCU criticou a composição do conselho proposta pela Fenastc. Ele ressaltou que, além de não ser relevante a inclusão de representantes dos conselhos de contabilidade, engenharia, economia e administração, como defende a Federação, uma vez que os membros dos tribunais de contas possuem notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, conforme o art. 73, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, o assento de representantes dessas entidades no CNTC levaria indubitavelmente a um conflito de interesses entre essas entidades e o órgão que as fiscaliza, no caso o TCU. Destacou, também, que diversas entidades de classes dessa natureza impetraram mandados de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal no intuito de afastar a jurisdição do TCU em relação a elas.

Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados

No dia 14 de julho, representantes do TCU reuniram-se com o Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Deputado Julio Semeghini, para apresentar o resultado de inspeção na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O trabalho do TCU avaliou a atuação da Anatel e do Ministério das Comunicações na fiscalização do atendimento, pelas

prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão, dos limites de exposição humana às radiações eletromagnéticas, emitidas por estações de telecomunicação, conforme previsto na legislação do setor.

O Deputado relatou estar preocupado com o nível de radiação dos aparelhos celulares e das antenas transmissoras de sinais e com a pouca informação da Anatel para a sociedade. A equipe do Tribunal esclareceu que a inspeção constatou que há melhorias a serem empreendidas pela Agência em suas fiscalizações relativas a essa questão. Além disso, existe a necessidade de que a Anatel faça adaptações em seus processos de fiscalização e de aplicação de sanções para atender à nova legislação que trata da exposição humana às radiações.

Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados

No dia 14 de julho, representantes do TCU e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do Ministério da Defesa participaram de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. O objetivo da audiência foi esclarecer a atual situação dos aeroportos brasileiros.

O Presidente da Comissão, Deputado Milton Monti, revelou preocupação em relação aos aeroportos. Segundo ele, o crescimento da demanda interna e os eventos esportivos dos quais o Brasil será sede (Copa do Mundo de futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016) aumentam ainda mais a visibilidade do setor aeroportuário.

Na audiência, o representante da Infraero reconheceu o crescimento da demanda e ressaltou que, conforme estimativas da empresa, em 2014, o número de passageiros pode chegar a 190 milhões ao ano, um aumento de 51% em relação ao ano de 2009. Também participou do evento o Deputado Vanderlei Macris.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados

No dia 14 de julho, representante do TCU participou do **Seminário Ano Internacional da Biodiversidade – quais os desafios para o Brasil**, realizado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. O evento, uma iniciativa dos Deputados Jorge Khoury e Fernando Marroni, reuniu ambientalistas, pesquisadores e representantes da sociedade civil e do Ministério do Meio Ambiente.

O representante do TCU apresentou trabalhos realizados em órgãos envolvidos na proteção da biodiversidade e destacou, entre as constatações feitas pelo Tribunal, deficiências na fiscalização a cargo do Ministério da Agricultura e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além da subutilização da estrutura do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Foi ressaltado que o TCU faz parte do Comitê Diretor do Grupo de Trabalho em Auditoria Ambiental da Intosai e coordenará, junto com a Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) do Canadá, trabalho internacional para avaliar o que foi implementado pelos governos nos 20 anos desde a Rio-92.

Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados

O TCU participou, também no dia 14 de julho, de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. O representante do Tribunal abordou os critérios do reajuste anual das tarifas da Companhia Energética de

Pernambuco (Celpe), da Companhia Energética do Ceará (Coece) e de outras distribuidoras de energia elétrica do País.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (II)

No dia 17 de novembro, técnicos da Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU participaram de reuniões técnicas no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO). O Coordenador do COI, Deputado Leonardo Monteiro, recebeu os representantes do Tribunal para reunião com o Departamento de Gestão Portuária da Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República.

A SEP anunciou que contratará novo projeto em razão das irregularidades encontradas pelo TCU na execução do projeto de obras de dragagem no porto de Vitória. Os representantes do Tribunal também se reuniram com representante da Diretoria de Orçamento Hídrico do Ministério da Integração. Foram discutidas questões relativas a obras em Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (III)

No dia 18 de novembro, representantes do TCU participaram de reunião técnica com a Petrobras convocada pelo Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), Deputado Leonardo Monteiro. O encontro foi realizado na sala de reuniões da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional. O evento contou, também, com a presença do Senador Adelmir Santana e dos deputados Luiz Bittencourt e Geraldo Simões e, ainda, com representantes da Petrobras: os gerentes das refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Relatório do TCU apontou indícios de sobrepreços e critérios de medição inadequados na construção das refinarias Abreu e Lima e, também, na Repar. Em resposta ao relatório, o gerente de engenharia da Refinaria Abreu e Lima afirmou que a Petrobras tem como regra seguir as determinações estabelecidas pela equipe auditora do TCU.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (IV)

No dia 23 de novembro, o Deputado Leonardo Monteiro recebeu representantes do TCU, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do Ministério das Cidades na sala de reuniões da presidência da CMO.

Na reunião com representantes da Infraero, tratou-se de três contratos da empresa em que o Tribunal identificou indícios de sobrepreços. Foi assumido o compromisso de não fazer pagamentos relativos a contratos estabelecidos no passado. O Diretor de Engenharia do órgão afirmou que a discussão da questão junto ao TCU é de extrema importância, pois os aeroportos necessitam de especial atenção às vésperas de o país sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Na reunião com representantes do Ministério das Cidades discutiu-se os sistemas de esgotamento sanitário em São Luís/MA e em Porto Velho/RO e, também, a urbanização do bairro de Congós em Macapá/AP.

5.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

O Tribunal, quando solicitado, presta informação ou encaminha cópia de processo a órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou ao Ministério Público, para subsidiar ações por eles conduzidas. As demandas, nesse sentido, atendidas no ano de 2010 e no mesmo período de 2009 constam do quadro adiante.

Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

Requisitante	Informação		Cópia de processo	
	2009	2010	2009	2010
Supremo Tribunal Federal	277	237	3	2
Superior Tribunal de Justiça	2	1	-	
Tribunal Regional Federal	7	69	-	
Justiça Federal	23	20	2	2
Justiça do Trabalho (TST – TRT)	5	8	-	
Justiça Estadual	13	9	-	1
Procuradoria-Geral da República	23	40	-	7
Ministério Público Estadual	16	17	1	
Procuradoria da República nos Estados	24	18	7	4
Ministério da Justiça/DPF/Delegacias	41	118	3	2
AGU/Procuradoria da União nos Estados	25	16	-	2
Total	**456**	**553**	**16**	**20**

5.3. Acordos e Parcerias

O TCU mantém acordos de cooperação técnica com vários órgãos das diferentes esferas de governo. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas ações de treinamento de servidores, intercâmbio de informações, cooperação técnica e fiscalização de recursos públicos federais repassados a unidades estaduais e municipais. Ao fim de 2010, o TCU mantinha 34 (trinta e quatro) acordos de cooperação com diversos órgãos públicos e entidades, conforme relacionados abaixo.

Acordos de Cooperação Técnica

Entidade	Vigência
Advocacia Geral da União	18/09/12
Caixa Econômica Federal	21/06/11
Casa Civil - PR	17/06/12
Conselho Nacional de Justiça[1]	28/06/11
Conselho Nacional de Justiça[2]	19/04/14
Conselho Nacional de Justiça[3]	14/12/10
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Indeterminada
Controladoria Geral da União	04/04/15
Governo do Estado do Espírito Santo	26/05/12
Junta Comercial do Estado do Espírito Santo	13/05/11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	02/05/12
Ministério da Educação	10/10/12

Entidade	Vigência
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	04/03/15
Rede de Controle da Gestão Pública - Maranhão	13/04/15
Rede de Controle da Gestão Pública – Mato Grosso	30/03/15
Rede de Controle da Gestão Pública – Mato Grosso do Sul	10/02/15
Rede de Controle da Gestão Pública – Rondônia	19/04/15
Rede de Controle da Gestão Pública - Roraima	22/04/15
Rede de Controle da Gestão Pública – Santa Catarina	04/04/15
Rede de Controle da Gestão Pública – São Paulo	03/05/15
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Indeterminada
Senado Federal	24/06/11
Superior Tribunal de Justiça	07/03/12
Supremo Tribunal Federal	18/12/12
Tribunal de Contas do Estado do Acre	28/06/12
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	12/05/12
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	13/06/12
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará	13/10/40
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	09/05/12
Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região	07/02/12
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	09/06/12
Tribunal Superior do Trabalho	Indeterminada
Tribunal Superior Eleitoral[10]	04/10/15
Universidade do Tocantins	09/08/12

1. Promover a cooperação técnica entre os partícipes, com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais.
2. Cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesses comuns.
3. Estabelecimento de medidas que possibilitem o intercâmbio de dados e informações de interesse recíproco dos partícipes, visando reduzir demandas judiciais relacionadas à assistência à saúde.

5.4. Atividades Relacionadas a Órgãos e Entidades Internacionais

O TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

Não obstante encontrarem-se em vigor vários acordos bilaterais celebrados entre o Tribunal e outras EFS, maior ênfase tem sido dada à cooperação técnica que se desenvolve no contexto de acordos multilaterais de cooperação. Além de manter intercâmbio com entidades da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e de um de seus grupos regionais, a Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o Tribunal mantém cooperação com a Organização das Instituições Supremas de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

Participação do TCU em Organizações Internacionais de Fiscalização

Organização	Comissão técnica/grupo de trabalho/Função	TCU
Intosai	Comitê de Normas Profissionais	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Desempenho	Presidente
	Subcomitê de Auditoria de Conformidade	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Controle Interno	Membro
	Comitê de Dívida Pública	Membro
	Comitê de Auditoria de Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental	Membro
	Grupo de Trabalho de Privatização, Regulação Econômica e PPP	Membro
Olacefs	Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente – Comterna	Membro
	Comissão Técnica de Avaliação de Desempenho das EFS e Indicadores de Desempenho – Cedeir	Membro
	Comitê de Capacitação Regional	Membro
Organização das ISC da CPLP	Secretaria-Geral	Membro
Organização das EFS dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile	Secretaria-Executiva	Membro

5.5. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo **Portal TCU** - http://www.tcu.gov.br; por e-mail - ouvidoria@tcu.gov.br; pela central de atendimento - telefone 0800-6441500; e via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

Desde a criação, em 2004, a Ouvidoria recebeu cerca de 31 mil manifestações. Das mais de 6 mil registradas em 2010, a maior parte foi recebida por meio do formulário eletrônico disponibilizado no portal do TCU.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

Em 2010, foram registrados **6.266 chamados, sendo 64,95%** de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e **35,05% referentes a indício de irregularidade** na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU **autuam processos** de representação que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades na gestão de recursos públicos, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

O quadro a seguir discrimina os chamados registrados pela Ouvidoria do TCU no período de 2008 a 2010.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	2008	2009	2010
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	2.408	2.341	2.196
Outros*	3.696	3.933	4.070
Total	**6.104**	**6.274**	**6.266**

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

5.6. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

- **Portal TCU** - http://www.tcu.gov.br;
- **Página Contas Públicas** (Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br);
- **Portal da Rede de Controle da Gestão Pública** - http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole;
- **Relatórios institucionais** encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU;
- **Revista do TCU;**
- Publicação **Auditorias do TCU;**
- **Informativo TCU**; e
- Participação no programa **A Voz do Brasil**.

Foi lançado, no dia 31 de março de 2010, o **portal da Rede de Controle da Gestão Pública** na internet. O novo *site* (www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole) contém áreas com informações sobre a **Rede,** acordos de cooperação entre os órgãos, biblioteca, ações e resultados, notícias, eventos e trabalhos de capacitação, além de um fórum de discussão para os membros das diferentes instituições.

Também em 2010, foi lançado o **Portal de Fiscalização e Controle da Copa de 2014**. O *site* é uma iniciativa da Rede de Informações para a Fiscalização e o Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014. O TCU integra o rol de órgãos partícipes da Rede, juntamente com comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e tribunais de contas dos estados e municípios que irão sediar os jogos do mundial.

O objetivo do portal é instrumentalizar os trabalhos da Rede Copa 2014 e torná-los acessíveis ao conhecimento da sociedade. Endereço do site: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014

No ano de 2010, também teve destaque a inauguração da **Agência de Notícias do Tribunal de Contas da União.** A agência encontra-se em funcionamento no portal do TCU e foi criada para ampliar a divulgação de trabalhos realizados pelo Tribunal e, dessa forma, estreitar ainda mais o relacionamento com a imprensa e com a sociedade.

Além de notícias sobre as recentes decisões do TCU, na página principal da agência, é possível ler entrevistas e artigos de servidores da Casa sobre temas de destaque na gestão pública. Também podem ser acessados matérias de jornais e telejornais da mídia nacional e programas institucionais.

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- **Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU – 4ª edição.** Essa edição contempla orientações sobre licitações e contratos administrativos e constitui uma atualização das edições anteriores, incluindo a evolução das normas e da jurisprudência do TCU

sobre o assunto, as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e as Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) em obras e serviços de engenharia, entre outros.

• **Manual de Auditoria de Natureza Operacional.** Terceira versão do manual, que se diferencia das anteriores por abordar todo o ciclo de realização desta modalidade de auditoria. Assim, além da atualização dos capítulos dedicados ao planejamento, execução e elaboração do relatório, inclui orientações gerais sobre a escolha do tema a ser auditado e o monitoramento das deliberações resultantes da apreciação dos relatórios de auditoria. O documento reflete a evolução dos métodos e técnicas empregados pelo TCU, devido à acumulação de experiência na execução de auditorias operacionais, e está alinhado aos padrões de auditoria operacional adotados pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI). Foram editadas versões em português e inglês.

• **Orientações para Conselheiros de Saúde:** Publicação que tem por objetivo concorrer para a otimização do desempenho dos conselhos de Saúde, estimular o exercício do controle social e colaborar para a melhoria e evolução do SUS. Os conselhos de saúde são instrumentos de controle social que unem o cidadão-usuário aos responsáveis pela elaboração e execução das ações de Saúde, possibilitando que a coletividade participe da formulação dos planos e das diretrizes dessa importante área.

• **Revistas do TCU:** Periódico quadrimestral destinado à divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos e está disponível no portal do TCU na internet (http://www.tcu.gov.br). Foram lançadas em 2010 as **edições da Revista do TCU de nº 114 a 119.** A edição de nº 114 é referente ao período de janeiro a abril de 2009; a edição de nº 115 é referente ao período de janeiro a abril de 2009 e a de nº 116 é relativa ao período de maio a agosto de 2009. A **edição de nº 117** é referente ao período de janeiro a abril de 2010 e é um **especial sobre Tecnologia da Informação,** com artigos escritos, predominantemente, por servidores da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, unidade do TCU especializada no tema. A edição de nº 118 é referente ao período de maio a agosto de 2010 e a de nº 119 é referente ao período de setembro a dezembro de 2010.

• **Sumários Executivos - Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Publicação que traz as principais informações sobre auditoria realizada pelo TCU no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com objetivo de avaliar os sistemas informatizados que suportam a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e do pagamento dos benefícios a ele vinculados.

• **Sumários Executivos - Auditoria nos Sistemas de Informação do Diário Oficial da União.** Trata-se de publicação que apresenta as principais informações sobre auditoria realizada nos sistemas de informação que suportam o Diário Oficial da União (DOU), de responsabilidade da Imprensa Nacional, órgão subordinado à Casa Civil da Presidência da República. A auditoria verificou a situação da segurança da informação nos sistemas analisados, tendo em vista a relevância do Diário para a sociedade brasileira.

• **Sumários Executivos - Auditoria no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi):** Exemplar que apresenta as principais informações sobre auditoria realizada no Sistema Informatizado de

Controle de Óbitos (Sisobi), com o objetivo de identificar deficiências e promover correções no sistema.

De responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o principal objetivo do Sisobi é subsidiar o processo de cancelamento de benefícios em função do falecimento de segurados da Previdência Social. Por meio desse sistema os cartórios enviam informações dos óbitos que registram durante o mês, as quais são utilizadas pelo INSS para a cessação de benefícios.

• **Sumários Executivos - Auditoria Operacional no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES):** Publicação que contém as principais informações sobre a avaliação realizada no ProUni e no Fies. A opção por avaliar as duas ações, concomitantemente, advém de seus objetivos e da complementaridade entre elas introduzida na legislação, com o intuito de criar mais um mecanismo que favorecesse a permanência dos estudantes na graduação. Esse favorecimento ocorre pela priorização dos bolsistas parciais do ProUni na obtenção de financiamento por intermédio do FIES, existindo, inclusive, processo específico para os bolsistas desse programa.

• **Sumários Executivos - Auditoria Operacional no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC):** Exemplar que apresenta as principais informações referentes a auditoria realizada no sistema de concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada. Previsto na Constituição Federal, o benefício garante um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Buscou-se detectar possíveis aprimoramentos com a finalidade de que todos os beneficiários potenciais possam ser alcançados e que não haja vazamentos por meio de concessão de benefícios a pessoas que não cumpram os critérios exigidos.

• **Relatório de Auditoria Operacional Concessão e manutenção dos benefícios do Auxílio-Doença.** Trata-se do texto integral do relatório de auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o objetivo de avaliar a concessão e a manutenção dos benefícios do Auxílio-Doença.

A auditoria teve por objetivo levantar os principais fatores que determinaram o significativo crescimento observado nos gastos com o auxílio-doença e as medidas adotadas pelo INSS para administrar o problema. Buscou-se, também, avaliar os mecanismos de controle instituídos sobre a concessão do benefício e o serviço de reabilitação profissional.

• **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – 5ª edição.** Publicação que objetiva incentivar e aprimorar a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e fortalecer o controle social do Pnae, que se estende a todo o território nacional. A nova edição atualiza a fundamentação legal e incorpora as mudanças na execução do referido Programa.

• **Folder Auditoria Operacional Formação de Estoques Públicos.** Publicação editada com a finalidade de divulgar auditoria realizada pelo TCU para avaliar os processos de armazenamento dos estoques públicos, cuja aquisição é financiada por ação inserida na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Essa Política é executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A auditoria também examinou os processos de fiscalização desses ativos, os sistemas informatizados de controle de estoques

utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos, bem como o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos.

• ***Folder* Auditoria Operacional Concessão e Manutenção dos Benefícios do Auxílio-doença:** Trata-se de divulgação de auditoria desenvolvida pelo TCU no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que teve como objetivo avaliar a concessão e a manutenção do benefício de auxílio-doença. O referido benefício visa garantir renda mensal aos segurados da Previdência Social incapacitados temporariamente para o trabalho em função de doença ou acidente. A auditoria objetivou levantar os principais fatores que determinaram o significativo crescimento nos gastos com a concessão do auxílio-doença e as medidas adotadas pelo INSS para administrar esse problema, bem como avaliar os mecanismos de controle instituídos sobre a concessão e manutenção do benefício.

• **Potencial eficácia do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).** Divulgação da auditoria realizada com o objetivo de avaliar o processo de zoneamento ecológico econômico (ZEE) do território nacional no âmbito da Amazônia Legal, atualmente coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), conduzida com a participação dos estados e integrante do Plano de Fiscalização 2008 do TCU.

6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, referentes às estratégias e planos, à gestão de pessoas e à utilização dos recursos, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

6.1. Estratégias e Planos

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas, atuando também como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Torna-se imperativa a rápida identificação e a adoção de novos controle e ao alinhamento de atividades de apoio estratégico e administrativo como catalisadores do alcance das metas institucionais.

Ainda durante o período, foram definidas as prioridades gerais de atuação do TCU para o ano 2010. Essas prioridades foram expressas no Plano de Diretrizes do TCU. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal, trouxe os objetivos que pautaram as ações do TCU, além dos principais desafios enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender as expectativas e demandas da sociedade e do Congresso Nacional. O estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da organização.

No ano de 2010 foi realizado o **32º Encontro de Dirigentes do TCU**. O evento contou com participação dos principais gerentes das unidades da Sede e dos estados. No encontro foram abordados assuntos relativos ao controle externo, ao aprimoramento da articulação do Tribunal com outros órgãos responsáveis pelo

As prioridades do TCU para 2010 foram divididas em cinco grandes áreas:

- Transparências da gestão pública e das ações de controle do Tribunal;
- Estabelecimento e estreitamento de parcerias estratégicas para possibilitar maior efetividade do sistema de controle;
- Melhoria na tempestividade e na produtividade das ações de controle do Tribunal;
- Aprimoramento da Política de Gestão de Pessoas com foco no alcance de resultados;
- Melhoria do suporte logístico e administrativo oferecido aos colaboradores do Tribunal.

As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o exercício de 2010 foram distribuídas ao longo do ano, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas alcançou o valor de 100,53%.

Grau de Alcance das Metas de 2010

Indicador	Meta	Executado	% de alcance
Processos apreciados de forma conclusiva	7.681	7.353	95,73%
Processos de controle externo autuados até 2005 apreciados conclusivamente	653	685	104,90%
Processos de controle externo autuados até 2008 apreciados conclusivamente	3.299	3.011	91,27%
Apreciações de processos em grau de recurso	1.150	1.664	144,76%
Atos de pessoal apreciados conclusivamente	100.000	107.761	107,76%
Homens-dia de fiscalização	52.108	59.321	113,84%

Cabe ressaltar que uma parcela da remuneração dos servidores da instituição está atrelada ao alcance de resultados institucionais. Essa prática tem contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades do Tribunal. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com os destinos traçados para o TCU.

6.2. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.710 cargos efetivos, dos quais 2.648 estavam ocupados ao final de 2010.

Quadro de Pessoal do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.564	1.514
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	197	195
Subtotal	**1.761**	**1.709**
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	168	168
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	751	751
Subtotal	**919**	**919**
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	**2.700**	**2.648**

Desenvolvimento de competências e educação corporativa

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do TCU. A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para a consolidação da imagem de excelência da instituição.

Nas organizações, a preparação das pessoas e a criação de condições para que elas desempenhem suas atribuições funcionais, ao lado da devida valorização do esforço laboral, constituem aspectos críticos para o sucesso. São as pessoas, capacitadas e motivadas, que operam os processos de uma instituição e fazem com que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

Sintonizado com esse contexto, o TCU tem investido significativamente em ações de treinamento, desenvolvimento de competências e educação continuada de

seu corpo técnico. A profissionalização do servidor público é essencial à promoção de inovações na Administração Pública e à melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

No TCU, as atividades de seleção, capacitação e desenvolvimento profissional estão a cargo do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), criado na Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992) e instituído pela Resolução-TCU nº 19, de 09.11.1994. Como unidade gestora das ações de educação corporativa no TCU, o ISC tem, nos últimos anos, trilhado diversos caminhos de modernização técnica, administrativa e gerencial, com a vista a atender às necessidades de desenvolvimento institucional do Tribunal e às exigências da sociedade brasileira por excelência na gestão pública.

Nos últimos anos foram implementadas diversas ações de reestruturação e modernização, tais como: modelagem de processos de trabalho; estrutura organizacional matricial; adoção das diretrizes de qualidade propostas pela norma ISO 10.015; organização dos eventos educacionais em programas de desenvolvimento de competências; especialização da equipe; atualização e melhoria do referencial normativo balizador da educação corporativa; ampliação da educação a distância; aperfeiçoamento do modelo de gestão de pessoas por competências; promoção de ações de capacitação da cadeia de valor do TCU; e estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica e operacional.

6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

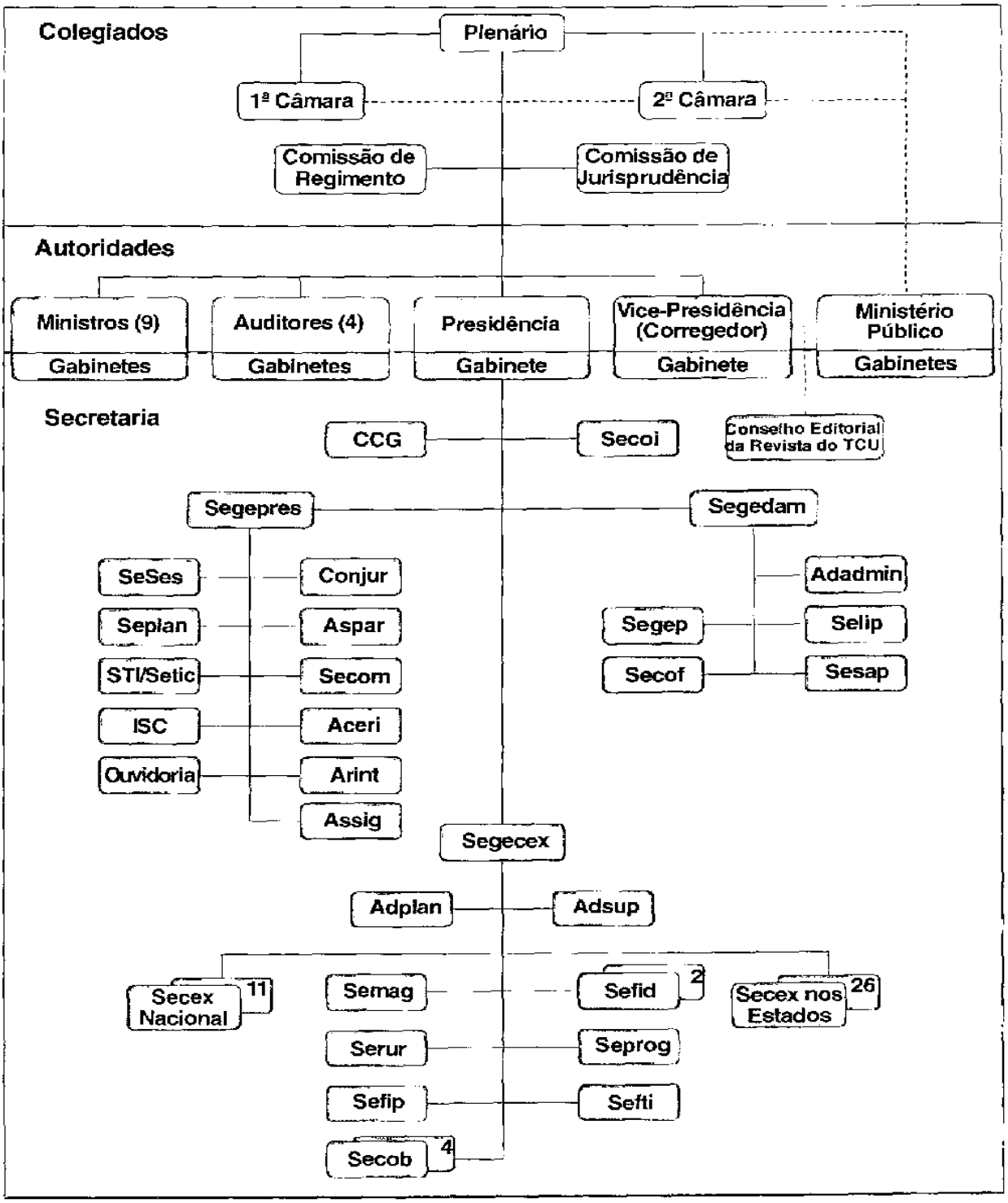
O orçamento do TCU para o ano de 2010 apresentou dotação de R$ 1.334.097.924,00. A despesa liquidada até o final do exercício foi de R$ 1.324.591.751,32 (99,28% da dotação orçamentária disponível para execução). A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 31.12.2010

Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	1.276.828.908,00	1.269.927.742,19
Pessoal	1.151.769.517,00	1.151.319.517,00
Ativo	629.019.429,00	629.019.429,00
Inativo e Pensionista	396.289.318,00	395.839.318,00
PSSS*	126.460.770,00	126.460.770,00
Juros e encargos da dívida	452.250,00	310.311,08
Outros custeios	124.607.141,00	118.297.914,11
Material de consumo	3.235.944,24	3.228.259,24
Serviços de terceiros	72.459.168,25	66.199.062,19
Auxílio financeiro	42.976.136,59	42.976.136,59
Outras despesas	5.935.891,92	5.894.456,09
Despesas de capital	57.269.016,00	54.664.009,13
Total	**1.334.097.924,00**	**1.324.591.751,32**

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

Organograma do Tribunal de Contas da União



(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Aviso nº 38, de 2011, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 39, de 2011** (nº 26/2011, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente a fevereiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 39, de 2011

Aviso nº 026/2011-BCB-Presi

Brasília, 31 de março de 2011.

Assunto: **Demonstrativo das emissões do Real**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de fevereiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso nº 026/2011 - BCB-Presi, de 31.03.2011

Demonstrativo das emissões do real – Mês de fevereiro de 2011

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

A - DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A base monetária, considerada a média dos saldos diários, alcançou R$183,9 bilhões em fevereiro, com redução de 4,3% no mês e aumento de 13,6% em doze meses. A variação mensal refletiu declínios de 3,4% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 6,7% na posição de reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real
Fevereiro - 2011

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2011[1] (Voto CMN nº 129/2010)	211,50
B - Emissão monetária realizada[2]	183,68
b.1 - Usos - saldos[2] *	183,68
b.1.1 Papel-moeda emitido	137,58
b.1.2 Reservas bancárias	46,29
b.2 - Fontes	183,68
b.2.1 Saldos em 31.01.2011	193,65
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	138,32
b.2.1.2 Reservas bancárias	55,23
b.2.2 Fluxos em fevereiro/2011[3]	-9,67
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	-0,05
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-19,30
b.2.2.3 Operações com o setor externo	8,81
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro *	0,87
C - Saldo de emissão (A - B)	27,82
D - Reservas internacionais disponíveis	510,85
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	211,50
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	299,35

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2009 Jan	107 203	-4,4	12,6	34 838	3,7	-25,4	142 042	-2,5	0,1
Fev	104 919	-2,7	14,4	31 542	-9,5	-23,7	136 861	-4,4	2,5
Mar	101 096	-3,1	11,9	31 070	-1,5	-23,2	132 169	-2,7	1,0
Abr	101 623	0,5	12,5	30 799	-0,9	-24,9	132 422	0,2	0,8
Mai	102 412	0,8	12,4	32 360	5,1	-22,1	134 772	1,8	1,6
Jun	103 770	1,3	12,5	32 477	0,4	-16,3	136 247	1,1	4,0
Jul	104 921	1,1	11,4	33 500	3,1	-17,2	138 421	1,6	2,8
Ago	106 293	1,3	11,4	32 483	-3,0	-15,7	138 743	0,2	3,6
Set	110 282	3,8	12,3	34 877	7,4	-11,3	145 138	4,6	5,5
Out	111 561	1,2	11,9	34 020	-2,5	-15,2	145 571	0,3	4,1
Nov	113 681	1,9	13,1	34 966	2,8	-16,3	148 649	2,1	13,8
Dez	128 162	12,7	14,3	39 238	12,2	-18,6	167 400	12,6	14,9
2010 Jan	124 317	-3,0	16,0	41 072	4,7	-17,9	165 388	-1,2	16,4
Fev	123 046	-1,0	16,0	38 833	-5,4	-23,1	161 879	-2,1	19,2
Mar	119 571	-2,8	18,3	39 159	0,8	-26,0	158 721	-2,0	20,1
Abr	119 462	-0,1	17,6	40 667	4,4	-32,7	160 329	1,0	21,1
Mai	119 764	0,3	16,9	40 133	-1,6	-24,0	159 897	-0,3	18,6
Jun	121 275	1,3	16,9	40 776	1,6	-25,6	162 051	1,3	18,9
Jul	123 287	1,7	17,5	43 087	5,7	-28,6	166 374	2,7	20,2
Ago	125 316	1,6	18,0	43 308	0,5	-33,3	168 625	1,4	21,6
Set	128 941	2,7	17,8	43 028	-0,6	-23,4	172 969	2,6	19,2
Out	132 105	1,7	18,4	44 836	4,2	-31,6	176 942	2,3	21,6
Nov	133 093	0,7	17,1	44 741	-0,2	-27,9	177 834	0,5	19,6
Dez	146 054	11,2	15,5	40 535	-10,9	-25,7	197 398	11,0	17,9
2011 Jan	142 414	-3,9	14,8	49 933	0,6	-20,6	192 047	-2,7	16,1
Fev	137 584	-3,4	11,8	46 293	-6,7	-19,2	183 877	-4,3	13,6

Dentre os fatores de emissão monetária, destacaram-se as operações do Tesouro Nacional, com fluxo contracionista de R$18,8 bilhões no mês. As operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, resultaram em contração de R$6 bilhões, a partir de colocações líquidas de R$24,4 bilhões de títulos do Tesouro Nacional no mercado primário e de compras líquidas de R$18,4 bilhões no mercado secundário. Em sentido oposto, as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio totalizaram R$15,2 bilhões e o fluxo de recolhimentos compulsórios compreendidos nos depósitos de instituições financeiras somou R$790 milhões.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com o Tesouro Nacional*	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2009 Jan	9 967	- 16 355	- 3 049	1 107	- 1 702	- 10 012
Fev	- 6 919	9 527	1 277	429	415	- 1 270
Mar	- 7 306	3 963	1 978	577	- 424	- 1 212
Abr	- 10 219	19 209	2 323	- 218	- 1 391	9 706
Mai	- 5 549	- 12 857	6 823	193	- 80	- 11 449
Jun	2 739	- 9 055	11 025	777	- 14	6 883
Jul	1 947	- 12 591	7 520	- 512	- 3	- 3 640
Ago	- 6 322	3 626	5 067	- 928	0	1 473
Set	5 901	- 2 929	6 419	- 712	0	8 679
Out	- 6 322	- 5 014	11 885	1 206	0	1 755
Nov	- 15 094	19 845	6 300	- 638	0	9 414
Dez	- 18 185	19 521	6 337	- 1 468	0	9 205
2010 Jan	5 879	- 16 835	3 077	- 544	0	- 10 423
Fev	- 12 286	9 978	749	242	0	- 1 316
Mar	2 644	82 893	5 256	- 86 317	0	2 326
Abr	- 9 077	63 586	5 409	- 62 001	0	- 2 083
Mai	- 8 052	5 114	7 367	- 368	0	4 060
Jun	127	- 1 266	3 685	- 1 635	0	941
Jul	8 097	- 1 831	2 763	- 4 129	0	2 900
Ago	- 6 595	10 593	7 213	- 496	0	10 714
Set	- 2 593	- 8 958	18 600	- 4 379	0	2 759
Out	1 796	- 11 612	12 949	- 1 700	0	1 433
Nov	- 6 304	8 308	- 4 209	- 5 162	0	1 051
Dez	- 22 580	111 544	4 276	- 64 572	0	28 368
2011 Jan	18 919	- 35 551	13 502	- 8 164	- 12	- 13 305
Fev	- 16 899	- 6 037	15 238	1 506	193	- 7 940

* Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R$2.469 bilhões, apresentando aumento de 0,9% no mês e de 18,5% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária cresceu 1,5%, totalizando R$1.946 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional					
		Remunerados 2/	Não remunerados 3/	Posição de carteira	Financiamento 4/	Total		Mês	12 meses
2009 Jan	137 538	54 548	2 997	1216 600	381 220	1597 820	1792 903	1,4	8,7
Fev	136 266	54 656	3 049	1241 516	366 245	1607 762	1801 735	0,5	8,9
Mar	135 056	54 709	2 963	1261 272	370 943	1632 215	1824 943	1,2	9,0
Abr	144 763	55 231	3 048	1256 073	371 437	1627 510	1830 551	0,3	8,7
Mai	133 323	55 429	3 059	1267 991	384 742	1652 733	1844 543	0,8	8,9
Jun	139 186	56 002	3 192	1309 995	391 230	1700 925	1899 305	3,0	10,8
Jul	135 546	57 394	2 993	1342 240	409 567	1751 798	1947 731	2,5	11,9
Ago	137 019	58 454	3 038	1395 088	397 519	1792 607	1991 716	2,3	14,0
Set	145 698	59 487	3 670	1380 909	429 876	1810 585	2019 440	1,4	14,7
Out	147 454	57 384	2 453	1364 042	466 244	1830 286	2037 577	0,9	16,1
Nov	156 868	58 141	2 297	1384 827	441 479	1826 306	2043 612	0,3	17,1
Dez	168 073	60 258	2 594	1394 691	427 837	1822 428	2051 351	0,4	16,0
2010 Jan	155 650	61 463	2 323	1351 776	508 708	1860 486	2079 923	1,4	16,0
Fev	154 334	61 703	2 355	1393 823	471 719	1865 542	2083 934	0,2	15,7
Mar	156 710	150 625	2 473	1398 085	404 767	1802 803	2112 611	1,4	15,6
Abr	164 627	213 960	2 413	1491 078	335 239	1827 317	2198 317	4,1	20,1
Mai	158 987	216 038	2 327	1518 959	326 904	1845 664	2222 016	1,1	20,5
Jun	159 526	219 364	2 335	1515 642	350 729	1866 371	2247 696	1,1	18,3
Jul	162 528	225 481	2 292	1507 843	375 888	1883 741	2274 042	1,2	16,8
Ago	173 243	235 002	3 565	1524 449	362 606	1887 054	2298 664	1,1	15,4
Set	176 002	241 400	3 690	1533 217	377 688	1910 905	2331 997	1,4	15,5
Out	177 435	245 048	3 839	1650 587	388 815	1939 482	2365 804	1,4	16,1
Nov	178 480	252 881	3 896	1579 247	375 655	1950 902	2385 764	0,8	16,7
Dez	206 653	319 876	3 832	1605 139	259 248	1864 387	2394 948	0,4	16,7
2011 Jan	193 547	331 495	3 493	1542 312	375 235	1917 548	2446 083	2,1	17,6
Fev	185 807	333 161	3 586	1586 853	359 509	1946 362	2468 736	0,9	18,5

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC.
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) overnight (+) undernight e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) situou-se em R$257,2 bilhões em fevereiro, ao registrar recuo de 4,1% no mês, correspondente às reduções de 3,4% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 4,6% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 avançou 11,9%, condicionado pelos acréscimos respectivos em seus componentes de 12,9% e 11,2%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2009 Jan	86 585	-4,1	13,3	122 143	-4,3	-0,5	208 028	-4,2	4,8
Fev	84 071	-3,2	14,6	114 781	-6,0	0,7	198 852	-4,4	6,2
Mar	82 025	-2,4	12,6	112 310	-2,2	-0,3	194 335	-2,3	4,8
Abr	82 168	0,2	12,5	113 827	1,4	0,0	195 994	0,9	4,9
Mai	83 103	1,1	13,3	114 585	0,7	0,3	197 688	0,9	5,4
Jun	84 186	1,3	12,9	116 160	1,4	4,0	200 349	1,3	7,5
Jul	85 251	1,3	12,1	116 237	1,8	3,6	203 489	1,6	7,1
Ago	86 115	1,0	12,0	116 324	-1,6	4,8	202 437	-0,5	7,7
Set	89 349	3,8	11,8	118 861	2,2	4,7	208 204	2,8	7,6
Out	89 628	0,3	11,2	121 671	2,4	5,5	211 299	1,5	7,9
Nov	91 631	2,2	12,9	123 426	1,4	6,2	215 056	1,8	10,1
Dez	103 273	12,7	14,0	137 144	11,1	7,4	240 417	11,8	10,1
2010 Jan	100 492	-2,7	15,7	135 157	-1,4	10,7	235 649	-2,0	12,7
Fev	98 671	-1,8	17,4	131 138	-3,0	14,3	229 808	-2,5	15,6
Mar	96 922	-1,8	18,2	130 512	-0,5	16,2	227 434	-1,0	17,0
Abr	96 649	-0,3	17,6	132 563	1,6	16,5	229 212	0,8	16,9
Mai	97 232	0,6	17,0	134 246	1,3	17,2	231 478	1,0	17,1
Jun	98 391	1,2	16,9	135 885	1,2	17,0	234 275	1,2	16,9
Jul	100 329	2,0	17,7	138 244	1,7	16,8	238 573	1,8	17,2
Ago	101 968	1,6	18,4	138 448	0,1	19,0	240 416	0,8	18,8
Set	106 676	3,6	18,2	141 578	2,3	19,1	247 154	2,8	18,7
Out	108 553	0,9	16,9	145 356	2,7	19,5	251 909	1,9	19,2
Nov*	107 488	0,6	17,3	145 749	0,3	18,1	253 237	0,5	17,8
Dez*	119 603	11,3	15,8	159 953	9,7	16,6	279 556	10,4	16,3
2011 Jan*	116 349	-3,6	14,8	152 885	-4,4	13,1	269 234	-4,1	13,8
Fev*	111 430	-3,4	12,9	146 787	-4,6	11,2	257 217	-4,1	11,9

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se estável, em 1,40.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se estável, em 1,40.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1]
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$c = \frac{PMPP}{M1}$	$d = \frac{DV}{M1}$	$r_1 = \frac{CX}{DV}$	$r_2 = \frac{RB}{DV}$	$k = \frac{1}{c + d(r_1 + r_2)} = \frac{M1}{B}$
2009 Jan	0,42	0,58	0,17	0,29	1,47
Fev	0,42	0,58	0,18	0,27	1,46
Mar	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47
Abr	0,42	0,58	0,17	0,27	1,48
Mai	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47
Jun	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47
Jul	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47
Ago	0,43	0,57	0,17	0,28	1,46
Set	0,43	0,57	0,18	0,26	1,43
Out	0,42	0,58	0,18	0,26	1,45
Nov	0,43	0,57	0,18	0,28	1,45
Dez	0,43	0,57	0,18	0,29	1,44
2010 Jan	0,43	0,57	0,18	0,30	1,42
Fev	0,43	0,57	0,18	0,30	1,42
Mar	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Abr	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30	1,46
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Set	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Out	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Nov	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Dez	0,43	0,57	0,18	0,31	1,42
2011 Jan	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Fev	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40

1/ Onde:
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos privados, apresentaram variação positiva de

1,2% no período, totalizando R$1,4 trilhão. Esse crescimento deveu-se, sobretudo, ao aumento de 2,7% no saldo de títulos privados, que atingiu R$724,7 bilhões, após captações líquidas de R$9,8 bilhões. O saldo dos depósitos de poupança elevou-se 0,2%, ao atingir R$382,8 bilhões, após registrar *resgates líquidos* de R$745 milhões.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, cresceu 2% no mês, totalizando R$2,6 trilhões, reflexo do crescimento de 2,1% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que somaram R$1,2 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevações de 1,7% no mês e de 18,1% em doze meses, atingindo R$3,1 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	M1	Depósitos		Títulos privados[1]	M2	Quotas de fundos de renda fixa[2]	Operações compromissadas com títulos federais[3]	M3	Títulos Federais (Selic)	Títulos estaduais e municipais	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança									No mês	Em 12 meses
2009 Jan	196 099	2 844	272 600	582 648	1 054 260	795 656	64 769	1 906 686	328 198	0	2 233 883	-0,4	17,6
Fev	194 383	2 647	273 853	588 196	1 060 216	796 969	61 206	1 920 390	331 078	0	2 251 476	0,8	17,0
Mar	192 268	2 790	275 496	587 483	1 058 037	806 222	67 647	1 933 786	339 006	0	2 272 792	0,9	16,5
Abr	194 452	3 069	276 044	589 557	1 062 113	819 794	76 336	1 958 244	330 382	0	2 288 627	0,7	15,0
Mai	195 758	2 917	279 463	596 740	1 074 877	828 404	85 788	1 988 068	333 459	0	2 322 527	1,5	14,1
Jun	202 225	2 820	288 036	607 058	1 096 141	857 259	87 421	2 009 821	332 437	0	2 342 258	0,8	14,0
Jul	199 240	2 862	291 041	606 479	1 096 612	862 285	86 787	2 037 685	335 581	0	2 373 265	2,3	14,7
Ago	202 574	3 004	295 605	603 532	1 104 713	874 296	93 367	2 072 365	360 081	0	2 432 447	1,6	14,4
Set	209 647	3 152	300 466	607 692	1 121 788	892 972	101 548	2 116 509	365 376	0	2 481 885	2,0	15,4
Out	209 710	3 479	302 982	600 804	1 116 968	906 753	104 166	2 130 886	365 836	0	2 496 563	1,4	17,5
Nov	220 465	3 350	309 224	598 671	1 132 009	917 567	111 974	2 160 902	369 500	0	2 561 442	1,4	16,9
Dez	250 234	9 184	319 692	594 378	1 167 424	950 456	106 439	2 208 319	389 383	0	2 605 702	2,1	16,2
2010 Jan	227 475	3 100	323 906	591 845	1 146 429	954 509	104 053	2 194 984	401 418	0	2 596 403	-0,4	16,2
Fev	225 060	3 116	328 604	595 186	1 149 968	954 616	97 860	2 202 445	417 407	0	2 619 851	0,9	16,4
Mar	228 297	3 123	328 636	601 584	1 152 640	973 064	97 873	2 233 577	427 563	0	2 661 139	1,6	17,3
Abr	226 563	3 139	331 852	594 656	1 158 508	982 273	86 422	2 227 204	428 325	0	2 655 529	-0,2	16,0
Mai	231 203	3 180	335 901	602 025	1 172 282	993 119	88 470	2 253 844	439 299	0	2 693 093	1,4	15,9
Jun	234 717	3 162	341 890	611 385	1 191 154	1 010 200	82 204	2 283 558	456 252	0	2 739 808	1,7	17,0
Jul	235 836	3 010	350 692	612 457	1 202 006	1 026 875	90 976	2 321 859	454 502	0	2 776 360	1,3	16,0
Ago	242 748	2 961	354 496	626 279	1 225 494	1 046 861	97 102	2 370 446	457 922	0	2 828 369	2,4	16,7
Set	249 742	3 109	361 242	642 444	1 255 827	1 064 761	99 365	2 427 742	515 295	0	2 943 036	3,7	16,6
Out	249 714	3 288	365 220	649 555	1 268 276	1 113 389	87 945	2 467 604	490 347	0	2 957 951	0,5	17,5
Nov	258 547	3 329	371 219	657 912	1 290 994	1 116 496	79 655	2 487 047	491 199	0	2 978 245	1,0	17,5
Dez	289 141	3 251	379 604	697 658	1 369 654	1 116 779	78 671	2 546 055	490 705	0	3 036 760	1,9	16,6
2011 Jan*	257 275	3 457	382 044	705 439	1 348 214	1 139 882	67 709	2 554 583	490 216	0	3 044 799	0,2	17,3
Fev*	254 955	3 233	382 795	724 727	1 364 814	1 162 689	77 564	2 605 067	489 807	0	3 094 874	1,7	18,1

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.
2/ - Exclui letras e títulos emitidos privadamente por instituição financeira.
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1996, quando elimina-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1995.
* Dados preliminares

V – Anexo

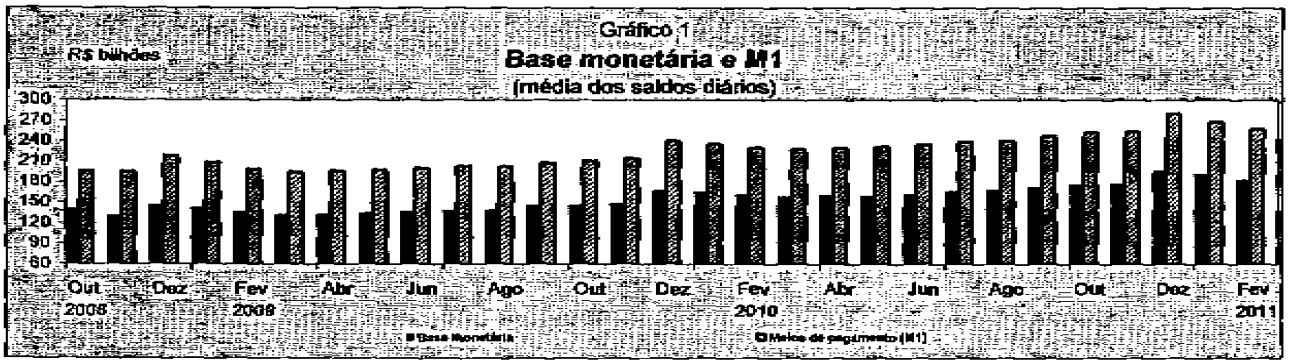


Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)
R$ bilhões
300
270
240
210
180
150
120
90
60
Out 2008
Dez
Fev 2009
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2010
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2011
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

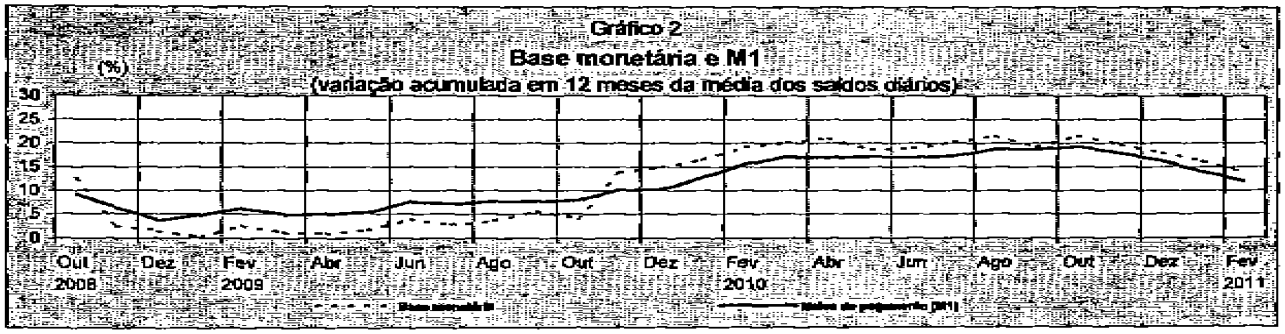


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)
(%)
30
25
20
15
10
5
0
Out 2008
Dez
Fev 2009
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2010
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2011

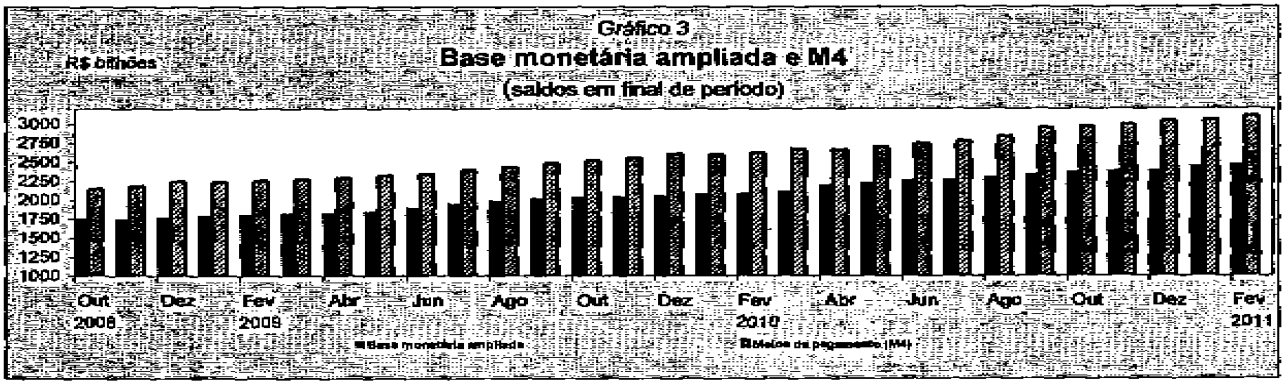


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)
R$ bilhões
3000
2750
2500
2250
2000
1750
1500
1250
1000
Out 2008
Dez
Fev 2009
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2010
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2011
Base monetária ampliada
Meios de pagamento (M4)

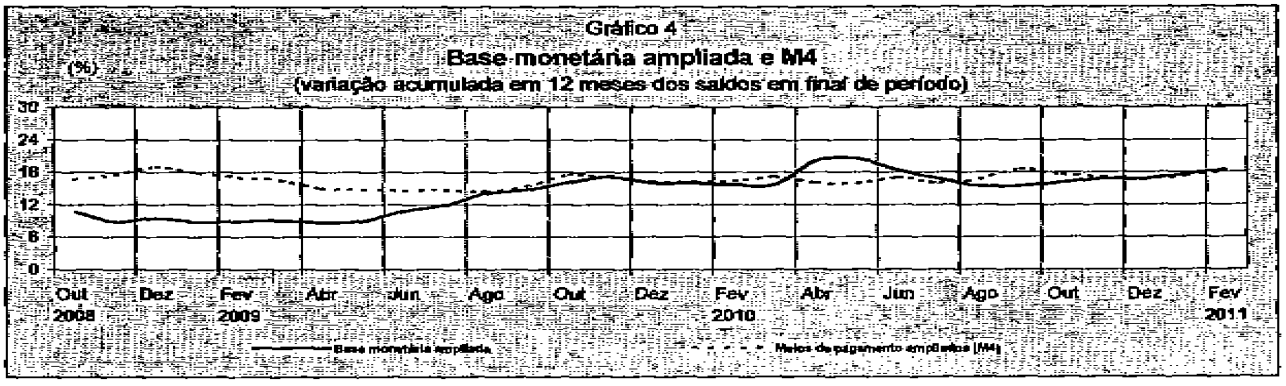


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)
(%)
30
24
18
12
6
0
Out 2008
Dez
Fev 2009
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2010
Abr
Jun
Ago
Out
Dez
Fev 2011
Base monetária ampliada
Meios de pagamento ampliados (M4)

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Aviso nº 39, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 40, de 2011** (nº 84/2011, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito

Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 40, DE 2011

Aviso nº 84/GMF

Brasília, 31 de março de 2011

Assunto: Artigo 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de fevereiro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001104/2009-21	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Araguaína	TO	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	3.000.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:			Data:	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			01/02/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001260/2010-25	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de São José do Divino	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	335.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:			Data:	
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			08/02/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000281/2010-23	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de São José do Divino	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	66	320.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:			Data:	
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			08/02/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000168/2009-27	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Boquelrão do Leão	RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	720.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:			Data:	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			11/02/2011	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000139/2011-67	Interessado:		Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Jacinto	MG	Operação Contratual Interna	4	% a.a	72	620.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				15/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
19406.000479/2010-20	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Cunhataí	SC	Operação Contratual Interna	9	% a.a	48	100.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				17/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
19406.000478/2010-85	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Cunhataí	SC	Operação Contratual Interna	9	% a.a	48	500.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				17/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
19406.000444/2009-57	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho	SC	Operação Contratual Interna	4	% a.a	54	199.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				17/02/2011	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001738/2010-17	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	RS	Operação Contratual Interna	1.9	% a.a	96	680.600,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				17/02/2011	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001269/2009-01	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Itanhaém	SP	Operação Contratual Interna	4	% a.a	54	3.000.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				18/02/2011	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000280/2009-45	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Birigui	SP	Operação Contratual Interna	4	% a.a	54	3.000.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Caixa Econômica Federal		ARQUIVADO				21/02/2011	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000152/2011-16	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:		Prazo:	Valor:	Indexador:
	Prefeitura Municipal de Sertão Santana	RS	Operação Contratual Interna	4	% a.a	72	745.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		Situação:				Data:	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				21/02/2011	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000159/2011-38	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Juros:**		**Prazo:**	**Valor:**	**Indexador:**
	Prefeitura Municipal de São José do Herval	RS	Operação Contratual Interna	4	% a.a	72	246.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		**Situação:**				**Data:**	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				23/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
17944.000165/2011-95	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Juros:**		**Prazo:**	**Valor:**	**Indexador:**
	Prefeitura Municipal de Mata Verde	MG	Operação Contratual Interna	4	% a.a	66	1.206.549,70	TJLP
	Instituição Financeira:		**Situação:**				**Data:**	
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				25/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
19406.000493/2009-90	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Juros:**		**Prazo:**	**Valor:**	**Indexador:**
	Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	SC	Operação Contratual Interna	1.9	% a.a	96	1.171.350,00	TJLP
	Instituição Financeira:		**Situação:**				**Data:**	
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				25/02/2011	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**					
19406.000485/2010-87	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Juros:**		**Prazo:**	**Valor:**	**Indexador:**
	Prefeitura Municipal de São João Batista	SC	Operação Contratual Interna	9	% a.a	48	3.515.135,77	TJLP
	Instituição Financeira:		**Situação:**				**Data:**	
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)				25/02/2011	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Interessado:	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Juros:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Indexador:**
17944.000040/2011-65	Prefeitura Municipal de Seberi	RS	Operação Contratual Interna	4 % a.a	72	444.000,00	TJLP
	Instituição Financeira:		**Situação:**			**Data:**	
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			28/02/2011	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 30/03/2011

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2011 a 28/02/2011

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	*Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A*	*3*	*4.115.135,77*
Município	*Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A*	*4*	*2.481.549,70*
Município	Banco do Brasil S/A	6	5.835.600,00
Município	Caixa Econômica Federal	4	7.370.350,00
	Totais das Operações dos Municípios:	***17***	***19.802.635,47***

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 02/03/2011

R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL												Receita Corrente Líquida - RCL											
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	30/6/10	30/9/10	31/12/10	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	30/6/10	30/9/10	31/12/10
AC	705.834	653.788	703.747	694.081	718.119	833.896	844.935	794.953	822.702	906.478	873.900	1.043.939	1.432.033	677.082	784.709	970.873	1.023.490	1.156.660	1.460.691	1.635.675	1.915.479	2.225.257	2.453.090	2.499.047	2.695.228	2.648.933
AL	2.670.510	2.451.353	2.491.788	2.482.230	2.572.920	2.487.785	2.527.277	2.219.123	2.053.432	2.309.536	2.563.340	2.398.810	2.795.649	1.193.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.359	2.442.959	2.674.802	3.105.363	3.528.416	3.397.965	3.767.005	4.104.108	4.205.565
AM	1.925.679	1.568.313	1.850.103	1.806.942	1.881.739	1.602.703	1.554.436	1.611.766	819.600	1.459.153	1.095.453	1.043.939	n.d.	1.928.171	2.289.852	2.767.781	3.034.642	3.731.410	4.394.390	4.870.314	5.331.931	6.395.905	6.161.491	6.519.919	6.695.226	n.d.
AP	31.916	35.232	230.777	260.458	373.970	151.826	(73.481	184.009	97.330	348.308	143.125	-56.482	n.d.	676.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.806	1.584.277	1.917.132	2.404.878	2.237.907	2.331.317	2.373.945	n.d.
BA	9.303.057	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.578.412	12.049.574	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	8.089.561	8.089.070	9.057.207	5.105.240	5.715.509	6.695.304	7.506.520	8.975.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.437	16.526.208	16.314.509	17.372.591
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.537	3.876.734	3.641.866	3.313.039	1.857.038	1.446.623	828.107	1.099.442	n.d.	3.103.121	3.528.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.280	6.022.606	6.360.099	7.936.593	8.400.940	8.809.266	9.215.672	n.d.
DF	1.155.478	1.260.156	1.567.300	1.599.518	1.467.462	2.128.695	2.276.953	1.931.449	1.543.196	1.777.578	1.449.999	1.306.934	3.481.761	3.209.333	3.419.969	3.987.827	4.447.493	5.109.961	6.149.618	6.949.807	8.121.686	9.026.476	10.254.999	10.412.533	10.952.736	11.485.148
ES	2.129.037	2.133.028	2.963.875	3.285.641	3.011.009	2.247.666	1.872.059	1.210.426	900.397	636.022	606.027	915.099	n.d.	2.176.256	2.365.412	2.550.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.952.713	6.567.960	7.735.570	7.466.102	7.563.721	7.700.970	n.d.
GO	9.309.621	9.029.903	10.611.339	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	13.553.278	11.699.464	11.141.558	12.813.559	13.680.116	2.691.653	3.208.372	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.995	7.618.320	8.944.439	9.168.648	9.584.396	9.982.554	10.320.493
MA	4.824.286	4.672.327	5.784.811	5.448.882	5.141.313	4.908.145	5.034.291	4.479.838	4.316.480	4.072.167	3.726.149	3.870.388	4.339.646	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.289.950	4.900.239	5.836.926	5.971.390	6.176.961	6.301.863	6.819.192
MG	13.614.394	20.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.560.639	52.264.415	51.630.529	54.244.943	60.499.483	9.629.790	11.412.936	12.542.039	14.305.970	16.693.879	19.350.334	22.083.399	23.803.078	26.242.486	28.116.470	29.733.036	31.746.326	33.170.153
MS	4.133.669	4.537.029	5.450.997	5.663.301	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	5.760.423	5.941.686	6.215.168	1.335.264	1.551.765	1.758.433	2.123.550	2.578.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.548	4.846.919	4.923.035	5.038.741	5.189.066
MT	4.379.490	4.107.291	3.995.639	5.309.364	5.017.846	4.781.493	4.859.527	4.562.966	4.154.155	3.497.798	3.492.616	3.402.795	3.928.181	1.748.543	2.085.971	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.120	4.516.921	4.932.482	6.181.777	6.467.671	6.705.579	6.896.711	7.099.677
PA	1.314.362	1.713.794	2.138.123	2.121.048	2.438.420	2.229.639	2.426.549	2.164.718	2.144.170	1.907.394	1.439.323	1.631.335	2.009.964	2.212.543	2.709.285	3.204.727	3.803.004	4.668.107	5.647.313	5.990.771	6.273.309	7.567.651	7.997.163	8.505.213	8.674.845	9.117.950
PB	2.428.927	1.977.968	2.709.785	2.618.406	2.513.817	2.564.626	2.465.920	2.201.550	2.115.180	1.585.380	1.518.531	1.514.409	1.809.843	1.599.214	1.801.118	1.944.583	2.234.882	2.755.662	2.912.054	3.254.485	3.668.685	4.391.209	4.637.840	4.818.626	5.047.672	5.067.418
PE	5.901.247	4.232.825	5.495.023	5.429.048	5.495.363	5.230.444	4.920.455	4.404.193	4.249.454	4.599.103	4.121.264	4.220.083	4.760.285	3.458.438	3.903.187	4.383.769	4.689.449	5.295.561	6.381.379	7.298.804	9.201.076	10.710.231	10.531.954	11.180.603	11.931.287	12.641.087
PI	2.003.176	2.241.799	2.602.989	2.561.526	2.791.157	2.580.393	2.362.084	2.340.781	2.508.190	2.454.575	2.486.536	2.634.453	2.643.126	1.155.252	1.390.514	1.596.525	1.689.484	1.940.461	2.557.530	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.263	4.196.971	4.460.907	4.524.858
PR	7.333.797	8.295.766	9.369.301	8.755.690	9.991.077	13.490.215	14.346.486	14.906.000	17.192.100	16.937.485	16.517.189	14.025.891	13.130.153	5.709.876	6.360.845	7.490.807	8.167.454	9.345.030	10.483.929	11.406.920	12.469.291	14.482.742	15.092.440	15.749.849	16.343.432	16.909.477
RJ	23.870.040	25.840.552	35.449.314	38.571.699	42.929.196	43.901.320	43.072.844	40.373.328	51.041.407	47.204.315	43.028.424	47.733.178	53.952.733	11.229.908	13.608.648	15.100.226	16.168.781	21.099.374	23.094.091	26.132.742	26.549.821	31.830.885	28.976.888	30.444.519	33.704.290	34.534.904
RN	1.148.636	964.036	1.291.962	1.157.033	992.857	1.003.551	970.171	870.373	879.003	841.601	797.933	792.952	n.d	1.620.144	1.784.766	1.900.524	2.166.858	2.618.091	3.144.162	3.681.537	3.956.340	4.516.137	4.833.600	5.030.162	5.270.315	n.d.
RO	1.002.804	1.070.043	1.745.381	1.781.627	1.837.978	1.774.749	1.640.206	1.666.583	1.642.828	1.716.893	1.643.103	1.807.913	2.010.036	903.789	1.033.139	1.304.801	1.467.003	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.201.913	3.230.348	3.335.203	3.387.392	3.715.154
RR	150.000	171.309	257.377	289.172	32.900	150.660	(23.991	-164.810	-204.260	-206.160	-330.615	-95.011	73.608	517.009	604.974	732.305	868.297	776.946	1.038.551	1.109.870	1.314.562	1.506.732	1.653.114	1.696.421	1.752.489	1.788.506
RS	17.740.019	18.535.183	23.496.896	27.606.813	30.333.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.158.334	38.170.677	39.509.711	40.499.692	43.437.027	6.637.896	7.378.894	8.414.927	9.239.597	10.736.738	12.349.352	13.313.273	13.991.364	16.697.783	17.387.287	18.005.439	19.113.051	20.397.847
SC	6.018.360	5.860.842	8.911.284	8.353.064	9.324.484	9.019.913	9.030.930	7.677.917	8.068.524	6.213.343	5.881.697	5.895.957	7.464.223	3.388.096	3.904.463	4.373.581	5.139.573	5.969.194	6.718.313	7.370.928	8.498.348	10.420.913	10.403.669	10.823.423	11.134.387	11.837.084
SE	1.064.375	1.066.819	1.213.477	1.230.366	1.223.030	1.149.727	1.026.893	1.312.718	929.700	1.048.669	1.027.319	1.230.043	1.341.289	1.209.301	1.395.943	1.674.710	1.803.467	2.043.177	2.330.038	2.803.674	3.102.880	3.799.764	3.934.263	4.119.998	4.305.454	4.529.387
SP	63.347.593	70.368.906	90.215.046	97.876.861	110.330.939	111.918.498	118.395.019	120.461.936	133.930.658	130.298.063	138.402.527	142.190.310	152.727.043	32.294.817	35.683.656	39.675.908	43.609.166	49.470.722	56.775.075	62.468.554	70.567.961	82.142.734	86.630.248	91.958.970	97.108.954	99.914.614
TO	383.219	291.442	515.266	403.239	607.264	313.979	308.144	253.459	340.851	374.955	206.430	468.084	634.993	923.333	1.084.734	1.301.422	1.537.833	1.745.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.594.208	3.722.774	3.881.229
Total	191.656.837	213.634.938	271.378.963	290.079.444	315.639.960	321.367.508	333.846.348	329.496.027	364.848.999	353.370.410	338.068.870	364.236.907	n.d	106.434.925	123.170.304	139.078.233	156.483.765	181.302.371	210.188.337	235.197.934	268.456.753	307.096.693	313.659.666	329.410.191	343.281.332	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 106/02.
Relatórios Fiscais disponibilizados na internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/12/2010 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010 homologados e publicados até 02/03/2011 no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 02/03/2011

UF	Relação DCL / RCL												
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	30/6/10	30/9/10	31/12/10
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,38	0,37	0,35	0,39	0,56
AL	2,25	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,74	1,53	1,62
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,17	0,39	n.d.
AP	0,05	0,05	0,28	0,25	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,06	-0,02	n.d.
BA	1,04	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,51	0,49	0,52
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,34	0,17	0,09	0,13	n.d.
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,14	0,11	0,18
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,09	0,08	0,12	n.d.
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,16	1,28	1,30
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,60	0,61	0,64
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,74	1,71	1,82
MS	2,10	2,04	2,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,17	1,18	1,20
MT	2,58	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,52	0,51	0,55
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,31	0,28	0,24	0,17	0,19	0,29
PB	1,55	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,32	0,30	0,36
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,89	0,67	0,53	0,42	0,43	0,37	0,35	0,38
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,59	0,59	0,54
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	1,05	0,86	0,89
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,50	1,42	1,56
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,16	0,15	n.d.
RO	1,11	1,05	1,43	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,49	0,42	0,54
RR	0,31	0,28	0,35	0,49	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,20	-0,02	0,04
RS	2,60	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,20	2,12	2,14
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,54	0,52	0,63
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,37	0,42	0,22	0,27	0,25	0,28	0,31
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,51	1,46	1,53
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,06	0,13	0,16
Total	1,70	1,73	1,95	1,85	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,15	1,08	1,06	n.d.

Fonte: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 100/08.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/12/2010 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010 homologados e publicados até 02/03/2011 no SISTN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2010

data-base 30/12/2010

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN **Posição: 28/03/2011**

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 3o Quadr.	RCL 3o Quadr.	%DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(7.767.794,08)	63.717.962,78	-12,19
AC	RIO BRANCO	12	40	1	(5.085.944,56)	355.138.734,40	-1,43
AL	BRANQUINHA	27	110	0	(3.180.053,32)	15.423.209,23	-20,62
AL	MESSIAS	27	520	0	921.135,03	22.218.873,76	4,15
AL	PAULO JACINTO	27	660	4	(607.503,46)	11.694.733,39	-5,19
AM	MANAUS	13	260	3	(217.536.016,66)	2.219.098.835,82	-9,80
BA	ACAJUTIBA	29	30	6	1.403.938,88	14.913.709,62	9,41
BA	AIQUARA	29	60	3	4.058.225,96	8.337.621,43	48,67
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	26.045.168,86	127.811.057,66	20,38
BA	AMERICA DOURADA	29	115	5	1.360.000,95	19.456.448,28	6,99
BA	ANGICAL	29	140	3	12.827.392,77	18.461.255,21	69,48
BA	ANGUERA	29	150	2	2.004.589,58	9.637.610,93	20,80
BA	ARACATU	29	200	5	1.826.925,29	17.633.102,81	10,36
BA	ARAMARI	29	220	3	(800.370,85)	12.085.456,10	-6,62
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	3.600.107,47	22.850.320,07	15,76
BA	BARROCAS	29	327	6	(4.302.555,27)	22.648.044,84	-19,00
BA	BOM JESUS DA LAPA	29	390	4	33.505.694,97	72.440.382,69	46,25
BA	BRUMADO	29	460	5	6.633.466,75	70.492.863,10	9,41
BA	CAATIBA	29	480	3	3.049.234,03	11.948.011,32	25,52
BA	CACHOEIRA	29	490	2	(3.261.419,76)	30.423.561,99	-10,72
BA	CACULE	29	500	8	7.241.579,14	22.392.184,57	32,34
BA	CAETITE	29	520	6	14.059.501,76	49.499.546,83	28,40
BA	CAMACAN	29	560	2	21.005.841,72	31.415.015,24	66,87
BA	CAMACARI	29	570	1	385.386.941,66	559.521.266,45	68,88
BA	CANDIBA	29	660	0	19.416,65	12.629.359,95	0,15
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	27.235.276,91	0,00
BA	CARDEAL DA SILVA	29	700	4	1.273.528,70	13.567.111,16	9,39
BA	CARINHANHA	29	710	3	14.541.088,77	31.750.366,36	45,80
BA	CATURAMA	29	755	8	1.188.074,58	10.108.282,67	11,75
BA	COCOS	29	810	1	737.546,89	27.510.974,10	2,68
BA	CONCEICAO DO COITE	29	840	8	20.908.495,43	54.919.865,47	38,07
BA	CURACA	29	900	1	(4.737.539,10)	38.039.368,00	-12,45
BA	DIAS D'AVILA	29	1005	7	26.496.310,78	81.618.202,08	32,46
BA	DOM BASILIO	29	1010	7	(2.657.271,73)	11.356.809,02	-23,40
BA	GAVIAO	29	1125	3	-	7.865.142,92	0,00
BA	GENTIO DO OURO	29	1130	3	2.742.011,85	14.479.684,17	18,94
BA	GUANAMBI	29	1170	9	14.447.531,32	70.639.846,12	20,45
BA	IBIASSUCE	29	1200	4	8.462.757,21	12.229.567,92	69,20
BA	IBITIARA	29	1300	2	(1.268.493,29)	17.073.747,20	-7,43
BA	IGAPORA	29	1340	8	871.710,29	19.046.896,02	4,58
BA	IPECAETA	29	1380	4	7.461.588,96	20.341.733,16	36,68
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(1.148.439,37)	20.908.054,80	-5,49
BA	IRECE	29	1460	4	19.964.680,34	80.067.680,50	24,93
BA	ITABUNA	29	1480	2	190.922.462,52	180.988.635,17	105,49
BA	ITAETE	29	1500	7	(365.257,27)	19.317.681,43	-1,89
BA	ITAMBE	29	1580	9	11.432.205,28	26.326.730,28	43,42
BA	ITORORO	29	1710	2	(797.478,70)	24.878.662,43	-3,21
BA	IUIU	29	1733	4	(803.480,75)	13.560.348,78	-5,93
BA	JABORANDI	29	1735	9	(8.034.207,00)	19.174.114,87	-41,90
BA	JUCURUCU	29	1845	6	11.565.456,08	13.848.894,65	83,51
BA	LAJEDINHO	29	1900	9	1.510.871,22	7.750.801,33	19,49
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(29.504.108,84)	250.890.083,70	-11,76
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	3.354.917,38	94.639.604,44	3,54
BA	MACARANI	29	1970	2	(1.084.193,44)	18.962.026,35	-5,72
BA	MAIQUINIQUE	29	2000	7	(367.973,10)	10.066.017,89	-3,66
BA	MAIRI	29	2010	6	8.310.303,21	23.078.646,36	36,01
BA	MARACAS	29	2050	2	(274.252,75)	27.976.377,97	-0,98
BA	MARAGOGIPE	29	2060	1	17.586.328,41	51.916.657,40	33,87
BA	MASCOTE	29	2090	8	(1.321.847,52)	18.067.319,27	-7,32
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	11.723.400,62	79.988.181,14	14,66

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	MATINA	29	2105	4	3.071.616,51	15.009.866,53	20,46
BA	MORRO DO CHAPEU	29	2170	8	2.104.838,67	36.601.458,63	5,75
BA	MORTUGABA	29	2180	7	4.672.365,65	14.454.298,65	32,33
BA	MUCURI	29	2200	3	47.875.805,77	77.512.140,97	61,77
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	29	2225	0	709.545,70	20.656.800,01	3,43
BA	NORDESTINA	29	2265	6	1.121.432,06	19.328.620,19	5,80
BA	NOVA FATIMA	29	2273	0	(1.996.162,99)	10.215.438,74	-19,54
BA	NOVA SOURE	29	2290	4	171.395,18	38.235.889,63	0,45
BA	NOVA VICOSA	29	2300	1	15.288.256,62	50.777.585,01	30,11
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	4.870.472,01	12.234.643,97	39,81
BA	OLINDINA	29	2310	0	1.061.492,55	26.893.262,49	3,95
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	13.815.547,23	24.559.134,45	56,25
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	8.433.383,96	25.738.947,04	32,77
BA	PARAMIRIM	29	2360	5	2.890.440,77	25.880.066,10	11,17
BA	PARATINGA	29	2370	4	588.088,49	32.344.511,21	1,82
BA	PE DE SERRA	29	2405	8	(1.929.128,08)	18.974.291,77	-10,17
BA	PINDAI	29	2450	4	10.164.718,70	19.034.412,74	53,40
BA	PIRIPIBA	29	2480	1	2.175.830,43	22.556.865,58	9,65
BA	PLANALTINO	29	2490	0	(1.331.505,85)	11.820.462,67	-11,26
BA	PLANALTO	29	2500	6	23.912.642,45	23.320.524,63	102,54
BA	POCOES	29	2510	5	14.025.396,72	58.827.249,90	23,84
BA	PRESIDENTE DUTRA	29	2560	0	(113.818,15)	16.177.767,61	-0,70
BA	REMANSO	29	2600	4	10.017.744,34	42.219.220,14	23,73
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	1.228.545,21	30.239.611,66	4,06
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.863.539.429,26	2.818.930.033,35	66,11
BA	SANTANOPOLIS	29	2830	7	(1.640.400,21)	10.517.153,67	-15,60
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(3.777.039,80)	87.320.350,99	-4,33
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	(1.064.412,21)	44.757.584,57	-2,38
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	29	2930	5	(1.660.939,43)	32.932.797,37	-5,04
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	29	2937	0	405.088,49	12.884.646,33	3,14
BA	SAPEACU	29	2960	2	3.958.382,03	20.168.494,21	19,63
BA	SATIRO DIAS	29	2970	1	(1.999.777,09)	23.597.637,94	-8,47
BA	SAUDE	29	2980	0	4.160.910,97	15.305.913,21	27,18
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	10.802.898,51	75.578.672,93	14,29
BA	SERRA PRETA	29	3040	2	3.506.350,95	21.866.029,38	16,04
BA	SERRINHA	29	3050	1	24.086.010,02	72.343.355,01	33,29
BA	SOUTO SOARES	29	3080	8	(556.795,86)	19.268.084,83	-2,89
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	4.503.680,31	18.825.585,69	23,92
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(105.246,71)	8.608.735,82	-1,22
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	4.037.119,86	24.776.968,05	16,29
BA	UBAIRA	29	3210	1	796.417,22	21.808.375,44	3,65
BA	UIBAI	29	3240	8	(537.597,26)	14.930.656,35	-3,60
BA	VALENCA	29	3290	3	(4.619.699,62)	80.826.400,18	-5,72
BA	VARZEA NOVA	29	3315	8	-	19.081.263,30	0,00
BA	VARZEDO	29	3317	4	-	10.410.245,26	0,00
BA	VEREDA	29	3325	7	4.727.494,78	10.590.718,23	44,64
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	90.572.305,79	310.901.092,58	29,13
CE	ACOPIARA	23	30	9	27.118.846,94	47.895.371,34	56,62
CE	AQUIRAZ	23	100	0	14.893.522,52	90.158.161,57	16,52
CE	ARATUBA	23	140	6	5.363.898,00	16.976.703,45	31,60
CE	BARBALHA	23	190	1	3.695.897,65	91.831.703,06	4,02
CE	BEBERIBE	23	220	6	6.869.356,31	53.988.214,21	12,72
CE	BREJO SANTO	23	250	3	(8.719.202,35)	44.982.258,44	-19,38
CE	CANINDE	23	280	0	22.837.122,00	79.851.087,00	28,60
CE	CAUCAIA	23	370	9	14.034.145,85	295.913.487,17	4,74
CE	CRATEUS	23	410	3	(5.683.789,79)	72.157.105,67	-7,88
CE	CRATO	23	420	2	25.920.423,55	116.065.805,84	22,33
CE	FORTALEZA	23	440	0	(42.247.948,24)	3.030.235.769,38	-1,39
CE	FORTIM	23	445	9	3.201.281,23	19.042.330,86	16,81
CE	HORIZONTE	23	523	3	7.316.491,46	78.789.544,34	9,29
CE	IGUATU	23	550	6	23.807.453,83	100.808.251,73	23,62
CE	IPUEIRAS	23	590	2	3.297.586,00	42.964.677,42	7,68
CE	IRAUCUBA	23	610	8	2.984.838,59	27.166.013,87	10,98
CE	ITAITINGA	23	625	6	2.945.373,32	36.955.631,26	7,97
CE	ITAPAGE	23	630	6	13.927.651,95	47.595.576,40	29,26
CE	ITAREMA	23	655	3	(10.856.679,01)	43.045.366,79	-25,22

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	JARDIM	23	710	6	(1.791.920,48)	32.649.519,87	-5,49
CE	MARACANAU	23	765	0	32.725.511,03	316.675.629,32	10,33
CE	MARANGUAPE	23	770	0	6.541.428,97	94.234.282,29	6,94
CE	MILAGRES	23	830	2	51.946,24	28.049.497,90	0,19
CE	OCARA	23	945	8	(839.302,13)	29.048.289,47	-2,89
CE	PACAJUS	23	960	7	419.143,15	59.535.857,42	0,70
CE	PENAFORTE	23	1060	5	(1.984.332,47)	13.452.566,40	-14,75
CE	PIQUET CARNEIRO	23	1090	2	2.935.612,49	16.127.524,62	18,20
CE	QUIXADA	23	1130	6	16.093.426,41	72.255.403,49	22,27
CE	QUIXELO	23	1135	5	5.586.609,20	20.547.492,97	27,19
CE	REDENCAO	23	1160	3	3.872.424,44	32.393.094,05	11,95
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	7.708.297,09	28.814.158,78	26,75
CE	SOBRAL	23	1290	8	(8.009.072,00)	285.493.054,00	-2,81
CE	TIANGUA	23	1340	1	(1.231.796,83)	74.282.606,13	-1,66
CE	TRAIRI	23	1350	3	1.389.994,88	50.410.051,66	2,76
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(53.053.109,00)	223.043.107,00	-23,79
ES	GUARAPARI	32	240	5	10.031.500,79	148.538.796,54	6,75
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(154.432,96)	18.826.180,54	-0,82
ES	MUNIZ FREIRE	32	370	0	(4.281.600,10)	34.285.651,13	-12,49
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	7.007.462,09	68.154.204,12	10,28
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(1.472.967,32)	16.671.499,09	-8,84
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	495	5	(4.652.039,78)	17.670.813,78	-26,33
ES	SERRA	32	500	2	83.552.947,74	676.684.491,23	12,35
ES	VITORIA	32	530	9	76.986.619,78	1.042.041.516,24	7,39
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	52	25	8	(8.044.341,65)	94.509.189,28	-8,51
GO	ANAPOLIS	52	110	8	40.967.217,01	440.921.831,49	9,29
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(66.067.545,26)	366.709.921,03	-18,02
GO	ARACU	52	160	3	(515.926,75)	6.609.464,43	-7,81
GO	BELA VISTA DE GOIAS	52	330	2	(2.738.697,58)	27.967.328,85	-9,79
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	(1.149.502,30)	14.370.110,04	-8,00
GO	CACU	52	430	0	(6.346.832,12)	21.330.847,47	-29,75
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(2.229.604,00)	21.322.313,00	-10,46
GO	CAMPINORTE	52	470	6	3.654.339,20	14.215.497,30	25,71
GO	CHAPADAO DO CEU	52	547	1	(2.324.567,00)	29.444.962,00	-7,89
GO	DAMOLANDIA	52	680	0	(436.780,09)	6.633.177,37	-6,58
GO	GOIANIA	52	870	7	260.975.101,00	2.112.265.078,39	12,36
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	398.476,28	11.446.557,38	3,48
GO	ITAGUARU	52	1060	4	1.056.201,33	7.834.266,80	13,48
GO	JANDAIA	52	1170	1	(1.831.486,05)	13.082.725,28	-14,00
GO	JATAI	52	1190	9	(8.726.525,80)	154.167.210,33	-5,66
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	(2.163.866,89)	6.528.460,85	-33,15
GO	JUSSARA	52	1220	4	(815.943,34)	25.687.140,33	-3,18
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	(244.971,00)	6.716.420,08	-3,65
GO	NOVA AURORA	52	1480	4	(430.209,70)	6.039.552,64	-7,12
GO	NOVA ROMA	52	1490	3	(650.863,00)	6.782.639,00	-9,60
GO	PALESTINA DE GOIAS	52	1565	2	2.403.786,89	7.193.614,20	33,42
GO	RIALMA	52	1860	7	960.284,89	12.571.716,47	7,64
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	(305.001,00)	8.160.677,27	-3,74
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	52	1930	8	(26.029.547,06)	35.923.574,25	-72,46
GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(6.535.681,43)	13.097.828,22	-49,90
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	52	2010	8	4.544.724,35	36.338.809,87	12,51
GO	SENADOR CANEDO	52	2045	4	(26.279.223,10)	188.849.635,66	-13,92
GO	SILVANIA	52	2060	3	(1.973.586,63)	28.889.311,21	-6,83
GO	TRINDADE	52	2140	3	8.386.114,74	75.729.080,98	11,07
GO	TURVELANDIA	52	2155	1	(218.235,20)	14.529.989,44	-1,50
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	81.530.838,04	280.678.287,53	29,05
MA	PINHEIRO	21	860	3	(1.631.215,64)	72.094.560,44	-2,26
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(7.927.956,53)	123.744.848,76	-6,41
MA	SAO LUIS	21	1130	0	32.259.833,25	1.397.069.577,98	2,31
MG	ALFENAS	31	160	7	18.906.037,15	116.396.781,36	16,24
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	6.036.285,69	17.099.521,60	35,30
MG	ARAGUARI	31	350	4	(2.440.810,07)	142.576.644,24	-1,71
MG	ARAUJOS	31	390	0	(720.406,42)	10.268.064,09	-7,02
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	(1.616.110,58)	11.854.591,69	-13,63
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.269.294.225,65	4.742.711.721,11	26,76
MG	BETIM	31	670	5	334.718.685,21	977.407.338,84	34,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	BURITIZEIRO	31	940	2	10.003.096,20	31.409.255,62	31,85
MG	CABO VERDE	31	950	1	1.495.208,08	14.126.486,62	10,58
MG	CAIANA	31	1010	3	(2.478.338,48)	8.267.591,01	-29,98
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	2.555.940,62	20.493.225,72	12,47
MG	CAMPO BELO	31	1120	0	(6.280.055,84)	56.090.696,18	-11,20
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(622.922,93)	15.192.015,10	-4,10
MG	CAPELINHA	31	1230	7	4.944.278,14	31.219.109,12	15,84
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(2.290.900,08)	15.167.130,24	-15,10
MG	CARMO DA MATA	31	1400	6	3.008.461,48	13.298.939,51	22,62
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	2.439.328,04	31.651.570,93	7,71
MG	CATAGUASES	31	1530	0	3.000.185,69	73.388.092,16	4,09
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	5.227.976,42	39.772.061,64	13,14
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(648.126,52)	24.364.199,30	-2,66
MG	CONTAGEM	31	1860	1	413.568.749,47	809.047.875,23	51,12
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	1.204.210,23	10.696.308,99	11,26
MG	CORONEL FABRICIANO	31	1940	1	(8.773.651,00)	85.982.028,00	-10,20
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	2.025.473,81	17.052.742,87	11,88
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(1.746.368,85)	13.599.458,98	-12,84
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(8.691.549,50)	50.958.617,94	-17,06
MG	FORMIGA	31	2610	9	(25.312.344,71)	70.349.498,28	-35,98
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	(1.577.694,22)	15.029.210,23	-10,50
MG	GONZAGA	31	2750	3	(1.243.911,38)	9.389.891,77	-13,25
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	103.091.696,97	352.997.638,46	29,20
MG	GUAPE	31	2810	5	1.474.781,53	19.152.841,30	7,70
MG	IJACI	31	3040	8	(656.353,08)	15.180.702,72	-4,32
MG	IPATINGA	31	3130	7	85.365.702,22	479.383.423,35	17,81
MG	ITABIRA	31	3170	3	(37.016.481,88)	275.878.103,27	-13,42
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(4.269.970,86)	96.617.962,29	-4,42
MG	ITAUNA	31	3380	8	27.634.668,05	125.375.133,37	22,04
MG	ITURUTABA	31	3420	2	17.043.851,00	117.841.369,00	14,46
MG	JANAUBA	31	3510	0	11.736.633,21	61.825.496,62	18,98
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	5.169.703,00	119.888.630,00	4,31
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(25.981.782,74)	760.965.246,58	-3,41
MG	LAVRAS	31	3820	3	17.267.916,73	122.183.934,51	14,13
MG	MACHADO	31	3900	3	(1.663.231,23)	41.617.006,79	-4,00
MG	MARIANA	31	4000	1	(39.438.722,58)	148.509.951,18	-26,56
MG	MARLIERIA	31	4030	8	(413.600,48)	8.321.951,13	-4,97
MG	MATA VERDE	31	4055	5	(475.002,36)	10.152.500,91	-4,68
MG	MATIPO	31	4090	2	8.068.014,39	18.477.097,14	43,66
MG	MOEMA	31	4240	3	(831.541,60)	8.971.148,58	-9,27
MG	MONTE SIAO	31	4340	1	(294.082,40)	27.668.528,24	-1,06
MG	NOVA ERA	31	4470	6	(4.629.360,16)	26.252.144,52	-17,63
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(7.593.378,74)	90.061.271,87	-8,43
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	2.261.341,30	26.391.999,56	8,57
MG	PATROCINIO	31	4810	3	849.178,57	117.864.753,92	0,72
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(180.649,58)	6.305.986,37	-2,86
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	(5.979.732,60)	81.166.847,49	-7,37
MG	POCOS DE CALDAS	31	5180	0	30.027.344,81	366.037.486,31	8,20
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	964.212,85	179.381.776,32	0,54
MG	POUSO ALTO	31	5260	0	684.260,63	9.904.663,37	6,91
MG	SABARA	31	5670	0	(431.214,10)	122.745.599,80	-0,35
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	16.423.977,60	188.141.874,03	8,73
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	1.359.959,14	42.420.074,52	3,21
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	-	7.880.541,07	0,00
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	11.747.299,86	94.507.218,66	12,43
MG	SAO JOSE DA BARRA	31	6294	8	(284.393,85)	16.162.570,41	-1,76
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	9.420.719,00	79.100.550,00	11,91
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(516.381,47)	8.345.719,69	-6,19
MG	TEOFILO OTONI	31	6860	6	25.571.714,99	145.115.625,80	17,62
MG	TIMOTEO	31	6870	5	121.085.018,13	141.337.464,86	85,67
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	10.335.180,88	83.432.151,64	12,39
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	4.234.497,71	36.781.678,14	11,51
MG	TURMALINA	31	6970	3	148.347,98	20.403.108,97	0,73
MG	UBA	31	6990	1	(37.581.377,08)	89.473.373,63	-42,00
MG	UBERABA	31	7010	7	100.323.433,80	463.960.435,89	21,62
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	2.312.528,00	942.644.909,00	0,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	UNAÍ	31	7040	4	11.669.950,99	100.913.376,74	11,56
MG	VARGINHA	31	7070	1	25.950.210,72	182.305.173,23	14,23
MG	VESPASIANO	31	7120	4	8.895.438,00	102.697.854,00	8,66
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(1.008.506,45)	18.687.108,55	-5,40
MS	CAARAPÓ	50	240	7	(654.687,75)	39.129.375,23	-1,67
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(47.397.182,34)	1.469.966.765,07	-3,22
MS	NAVIRAÍ	50	570	7	1.946.763,79	78.889.395,14	2,47
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(6.033.410,14)	21.534.015,31	-28,02
MS	TRÊS LAGOAS	50	830	5	10.471.403,06	187.934.178,36	5,57
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	7.357.429,00	66.549.138,47	11,06
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(1.906.342,14)	43.910.805,86	-4,34
MT	ALTO BOA VISTA	51	35	9	951.627,80	10.261.562,85	9,27
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	(362.096,33)	28.537.798,25	-1,27
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(534.117,65)	8.731.651,48	-6,12
MT	ARIPUANÃ	51	140	7	(8.986.676,90)	29.409.959,93	-30,56
MT	BARRA DO GARÇAS	51	180	3	7.680.014,96	81.332.328,54	9,44
MT	CÁCERES	51	250	4	23.486.501,46	81.633.696,65	28,77
MT	CAMPO VERDE	51	267	8	(8.758.853,05)	52.058.933,71	-16,82
MT	CARLINDA	51	279	3	(6.075.961,43)	14.565.410,75	-41,72
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(2.556.481,20)	10.935.443,76	-23,38
MT	CLÁUDIA	51	305	6	(5.958.715,74)	16.066.908,05	-37,09
MT	COLÍDER	51	320	5	(11.632.847,32)	36.201.187,82	-32,13
MT	COLNIZA	51	325	4	114.888,54	32.637.141,04	0,35
MT	CONFRESA	51	335	3	762.113,98	26.451.408,31	2,88
MT	DIAMANTINO	51	350	2	10.188.742,87	36.825.604,93	27,67
MT	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	51	380	9	(657.434,92)	7.553.961,18	-8,70
MT	GUIRATINGA	51	420	3	(1.769.763,42)	16.507.030,67	-10,72
MT	JAURU	51	500	2	(7.936.277,01)	17.165.570,50	-46,23
MT	JUÍNA	51	515	0	11.337.532,93	50.798.861,70	22,32
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(34.006.376,75)	79.350.489,76	-42,86
MT	MARCELÂNDIA	51	558	0	(4.571.803,50)	18.381.020,51	-24,87
MT	MATUPÁ	51	560	6	(5.289.061,51)	21.332.679,05	-24,79
MT	NOBRES	51	590	3	-	25.229.320,77	0,00
MT	NOVA BRASILÂNDIA	51	620	8	(4.013.751,71)	8.528.960,83	-47,06
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	(3.736.624,32)	15.873.287,61	-23,54
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	11.363,49	8.081.640,15	0,14
MT	NOVA MONTE VERDE	51	895	6	(1.754.661,74)	12.063.331,08	-14,55
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(6.685.400,88)	60.041.965,35	-11,13
MT	NOVA UBIRATÃ	51	624	0	843.522,32	16.203.157,68	5,21
MT	PARANAÍTA	51	629	9	(4.633.021,99)	15.784.833,23	-29,35
MT	PARANATINGA	51	630	7	1.595.293,81	30.696.420,54	5,20
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	3.867.977,37	22.144.966,36	17,47
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	51	642	2	(7.503.421,34)	33.134.650,85	-22,65
MT	POCONÉ	51	650	5	11.178.646,70	28.656.467,52	39,01
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(1.096.091,47)	11.476.173,03	-9,55
MT	QUERÊNCIA	51	706	5	(4.191.338,11)	23.493.783,54	-17,84
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(4.562.427,89)	10.090.707,77	-45,21
MT	RONDONÓPOLIS	51	760	2	29.493.851,03	304.433.285,20	9,69
MT	SALTO DO CÉU	51	775	0	(992.160,16)	8.093.867,04	-12,26
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(893.964,31)	9.800.067,64	-9,12
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	-	9.944.530,60	0,00
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	51	730	5	(7.076.492,08)	22.566.508,05	-31,36
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(11.970.894,89)	21.500.349,88	-55,68
MT	SINOP	51	790	9	(1.588.452,87)	153.719.272,67	-1,03
MT	TESOURO	51	810	5	(94.933,66)	6.778.805,61	-1,40
MT	VERA	51	850	1	(6.039.323,22)	14.250.171,96	-42,38
MT	VILA RICA	51	860	0	636.355,08	24.864.152,94	2,56
PA	BELÉM	15	140	2	(25.315.567,00)	1.548.473.172,00	-1,63
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	(53.469.257,31)	105.067.692,89	-50,89
PA	PARAUAPEBAS	15	553	6	(55.212.287,52)	464.045.479,02	-11,90
PA	SANTARÉM	15	680	7	(35.289.225,01)	252.697.737,76	-13,96
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	37.156.187,06	0,00
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	23.461.285,83	71.464.251,40	32,83
PE	AFRÂNIO	26	20	3	(165.286,82)	23.795.840,11	-0,69
PE	AGRESTINA	26	30	2	3.448.696,89	24.908.931,17	13,85

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	AGUA PRETA	26	40	1	1.210.798,07	35.199.281,89	3,44
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.441.194,81	36.525.048,98	31,32
PE	ALAGOINHA	26	60	9	1.860.667,37	15.891.597,03	11,71
PE	ALIANCA	26	70	8	-	35.255.243,00	0,00
PE	ALTINHO	26	80	7	8.129.649,18	20.469.328,41	39,72
PE	ANGELIM	26	100	3	-	13.058.895,48	0,00
PE	ARCOVERDE	26	120	1	6.944.098,93	55.648.955,48	12,48
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	11.709.416,63	15.691.403,38	74,62
PE	BARREIROS	26	140	9	10.400.084,78	37.576.951,20	27,68
PE	BELO JARDIM	26	170	6	(2.271.232,59)	73.701.286,89	-3,08
PE	BEZERROS	26	190	4	3.631.725,76	47.603.189,26	7,63
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	(1.268.748,57)	39.584.556,87	-3,21
PE	BONITO	26	230	8	17.110.291,58	38.260.479,40	44,72
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	6.122.673,62	41.422.922,60	14,78
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(2.012.021,29)	14.093.712,91	-14,28
PE	BUIQUE	26	280	3	(1.292.363,80)	46.030.302,23	-2,81
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(47.620.876,81)	339.078.874,79	-14,04
PE	CABROBO	26	300	9	9.825.547,24	30.168.204,60	32,57
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	5.839.811,37	17.848.803,47	32,72
PE	CALUMBI	26	340	5	(1.056.173,26)	9.551.539,92	-11,06
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	15.155.930,20	141.833.294,16	10,69
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	-	17.672.489,82	0,00
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.209.796,71	15.250.497,06	14,49
PE	CANHOTINHO	26	370	2	525.267,12	26.169.638,31	2,01
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	2.579.462,58	21.828.251,66	11,82
PE	CARPINA	26	400	7	9.033.997,21	52.545.608,48	17,19
PE	CARUARU	26	410	6	978.172,28	288.663.304,63	0,34
PE	CATENDE	26	420	5	21.137.790,13	39.045.601,76	54,14
PE	CEDRO	26	430	4	(942.183,57)	14.347.665,15	-6,57
PE	CHA GRANDE	26	450	2	2.123.898,14	26.279.505,66	8,08
PE	CONDADO	26	460	1	20.266.013,45	23.796.674,90	85,16
PE	CORRENTES	26	470	0	1.035.954,48	17.612.903,39	5,88
PE	CUPIRA	26	500	4	5.086.243,61	24.060.960,89	21,14
PE	CUSTODIA	26	510	3	8.375.062,00	46.156.143,00	18,15
PE	DORMENTES	26	515	2	4.272.409,13	19.436.233,00	21,98
PE	EXU	26	530	1	(3.248.734,13)	34.276.762,25	-9,48
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	3.514.968,38	20.448.081,14	17,19
PE	FLORESTA	26	570	7	10.866.055,71	44.090.798,06	24,64
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.961.509,03	14.742.521,10	26,87
PE	GARANHUNS	26	600	2	2.909.463,91	108.855.560,82	2,67
PE	GOIANA	26	620	0	(12.443.377,33)	91.762.452,62	-13,56
PE	GRAVATA	26	640	8	-	71.518.801,00	0,00
PE	IATI	26	650	7	2.591.409,18	24.639.268,07	10,52
PE	IBIMIRIM	26	660	6	5.804.575,33	27.551.303,21	21,07
PE	IGARASSU	26	680	4	(12.999.341,56)	88.190.178,18	-14,74
PE	INAJA	26	700	0	161.730,31	17.380.112,38	0,93
PE	INGAZEIRA	26	710	9	69.186,46	8.477.002,06	0,82
PE	IPOJUCA	26	720	8	(70.040.925,35)	303.736.486,53	-23,06
PE	IPUBI	26	730	7	2.167.279,72	33.012.820,00	6,56
PE	ITAMBE	26	765	3	5.222.295,41	31.327.566,02	16,67
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	36.742.643,23	0,00
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	3.732.054,66	27.361.913,68	13,64
PE	JAQUEIRA	26	795	0	1.669.944,19	13.098.625,80	12,75
PE	JATAUBA	26	800	8	2.034.758,27	18.856.203,71	10,79
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	-	22.199.085,44	0,00
PE	JUCATI	26	825	5	-	14.617.098,78	0,00
PE	JUPI	26	830	5	962.482,32	17.188.468,41	5,60
PE	JUREMA	26	840	4	5.039.237,46	15.992.633,54	31,51
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	5.841.618,86	16.246.980,04	35,96
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	2.523.734,23	26.067.324,13	9,68
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(1.755.676,29)	16.811.745,30	-10,44
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	786.542,49	17.300.647,70	4,55
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	(1.460.130,19)	25.353.973,02	-5,76
PE	LAJEDO	26	880	0	(718.559,24)	37.693.715,16	-1,91
PE	LIMOEIRO	26	890	9	6.099.567,18	48.941.350,34	12,46
PE	MANARI	26	915	4	807.447,18	20.663.866,92	3,91

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	MARAIAL	26	920	4	(388.151,82)	16.129.121,75	-2,41
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(2.423.140,86)	14.737.141,01	-16,44
PE	MORENO	26	940	2	-	53.852.150,54	0,00
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	2.891.453,19	28.092.318,19	10,29
PE	OLINDA	26	960	0	(39.230.466,36)	332.033.934,31	-11,82
PE	OROCO	26	980	8	754.497,63	18.567.853,00	4,06
PE	OURICURI	26	990	7	23.294.266,02	56.150.348,00	41,49
PE	PALMARES	26	1000	4	(3.586.451,64)	71.451.452,31	-5,02
PE	PANELAS	26	1020	2	8.078.047,92	30.443.494,91	26,53
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.202.675,10	14.653.096,07	8,21
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	2.876.903,55	23.160.453,00	12,42
PE	PAULISTA	26	1070	7	75.207.064,26	213.419.417,51	35,24
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	(1.021.949,78)	55.592.709,37	-1,84
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(4.154.548,06)	60.267.932,90	-6,89
PE	PETROLINA	26	1110	1	832.983,64	279.459.499,84	0,30
PE	POMBOS	26	1130	9	-	25.122.256,79	0,00
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	-	16.090.505,97	0,00
PE	RECIFE	26	1160	6	565.782.184,58	2.262.474.926,49	25,01
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	4.352.217,62	21.649.674,94	20,10
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	7.356.227,61	42.014.057,49	17,51
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	6.621.923,22	32.304.676,80	20,50
PE	SAIRE	26	1200	0	9.195.901,31	17.154.756,24	53,61
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	(3.730.549,86)	54.575.742,89	-6,84
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(3.634.532,34)	13.389.348,98	-27,14
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	8.452.501,32	64.222.778,79	13,16
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	6.047.460,86	42.312.292,74	14,29
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	4.449.593,73	13.101.043,53	33,96
PE	SAO BENTO DO UNA	26	1300	8	5.023.167,90	41.255.844,08	12,18
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	9.414.305,24	30.460.118,98	30,91
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.697.114,79	23.683.052,85	28,28
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	1.101.958,58	29.317.376,58	3,76
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	10.238.341,15	80.080.313,51	12,79
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	-	66.358.532,04	0,00
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.291.843,05	9.422.936,71	13,71
PE	SURUBIM	26	1450	1	(8.155.597,96)	52.863.721,39	-15,43
PE	TABIRA	26	1460	0	-	23.985.824,41	0,00
PE	TACAIMBO	26	1470	9	2.177.883,77	12.929.313,53	16,84
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	11.157.770,48	21.871.724,23	51,01
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(637.141,06)	10.092.184,02	-6,31
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	18.168.188,48	46.255.936,92	39,28
PE	TORITAMA	26	1540	9	(1.789.295,47)	29.830.067,86	-6,00
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	(1.234.953,41)	12.655.768,76	-9,76
PE	TRINDADE	26	1560	7	3.639.740,11	27.993.647,32	13,00
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	546.400,38	26.397.492,74	2,07
PE	VENTUROSA	26	1600	1	2.245.349,14	17.952.629,52	12,51
PE	VERTENTES	26	1620	9	(7.172.744,63)	20.494.975,81	-35,00
PE	VICENCIA	26	1630	8	5.571.127,01	27.853.210,13	20,00
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	14.184.910,23	97.194.122,81	14,59
PE	XEXEU	26	1650	6	3.266.152,80	19.456.287,88	16,79
PR	ANTONINA	41	120	0	1.305.307,65	25.237.648,20	5,17
PR	APUCARANA	41	140	8	57.037.136,41	137.945.098,24	41,35
PR	ARAPONGAS	41	150	7	8.625.469,61	99.053.810,33	8,71
PR	CAFEARA	41	340	4	100.340,87	6.539.118,25	1,53
PR	CAMBARA	41	360	2	5.533.622,00	23.278.918,00	23,77
PR	CAMBE	41	370	1	3.395.976,00	99.894.355,00	3,40
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(197.213,92)	7.209.254,36	-2,74
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	121.963,70	26.631.073,07	0,46
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	3.792.728,21	120.594.582,85	3,15
PR	CASTRO	41	490	7	9.217.412,95	83.798.591,94	11,00
PR	CIANORTE	41	550	8	(2.532.357,61)	86.368.961,24	-2,93
PR	CURITIBA	41	690	2	259.235.496,94	3.400.113.347,80	7,62
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	5.485.096,12	43.921.717,61	12,49
PR	FAZENDA RIO GRANDE	41	765	2	5.161.413,97	62.528.679,71	8,25
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	67.790.000,00	323.003.009,35	20,99
PR	GUAIRACA	41	890	8	6.385.562,04	9.875.307,78	64,66

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	GUARAPUAVA	41	940	1	16.572.246,18	162.894.489,95	10,17
PR	GUARATUBA	41	960	9	18.517.220,49	50.336.628,80	36,79
PR	IBAITI	41	970	8	(68.885,60)	26.789.080,41	-0,26
PR	IRATI	41	1070	6	3.583.186,82	56.133.251,69	6,38
PR	LONDRINA	41	1370	0	215.394.366,99	531.750.963,52	40,51
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(2.740.658,32)	70.903.899,01	-3,87
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	743.738,87	7.598.412,19	9,79
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(1.774.053,82)	11.244.442,98	-15,78
PR	PARANAGUA	41	1820	4	31.556.681,95	190.192.959,35	16,59
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(7.271.013,10)	113.276.428,72	-6,42
PR	PEROBAL	41	1885	7	488.778,11	9.568.334,26	5,11
PR	ROLANDIA	41	2240	4	11.533.873,74	61.323.841,54	18,81
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	(245.627,86)	7.486.106,40	-3,28
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	23.875.811,97	40.998.708,15	58,24
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	1.703.887,08	21.444.996,29	7,95
PR	SENGES	41	2630	6	(2.125.991,50)	22.414.220,93	-9,49
PR	TOLEDO	41	2770	0	6.419.135,15	150.286.584,87	4,27
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	12.954.444,20	656.734.699,10	1,97
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	4.614.593,50	136.167.622,74	3,39
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(17.019.777,80)	137.850.031,60	-12,35
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	30.362.969,80	254.510.651,80	11,93
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	(45.554.735,90)	385.794.251,72	-11,81
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	136.373.700,00	1.301.979.353,90	10,47
RJ	ITAGUAI	33	200	7	(2.925.418,30)	322.593.772,90	-0,91
RJ	ITALVA	33	205	6	3.992.458,60	32.614.475,14	12,24
RJ	MACAE	33	240	3	(120.935.613,30)	1.288.063.094,30	-9,39
RJ	MESQUITA	33	285	8	(43.507.255,20)	146.167.251,61	-29,77
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(670.407,40)	149.187.424,30	-0,45
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	352.274.847,80	662.709.769,00	53,16
RJ	PARACAMBI	33	360	9	10.611.526,60	80.474.006,00	13,19
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(37.822.765,20)	123.833.033,50	-30,54
RJ	RESENDE	33	420	1	80.818.443,80	231.193.906,90	34,96
RJ	RIO CLARO	33	440	9	11.978.493,00	48.366.860,00	24,77
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	2.537.823.736,99	12.642.577.862,14	20,07
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	33	470	6	19.452.488,50	54.705.779,70	35,56
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	(8.394.885,50)	296.578.516,70	-2,83
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(1.644.020,10)	40.073.725,40	-4,10
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(5.161.510,50)	104.801.421,80	-4,93
RJ	VALENCA	33	610	7	21.823.342,00	89.868.696,40	24,28
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	348.713.000,00	587.948.600,00	59,31
RN	CAICO	24	200	6	6.668.561,97	58.005.374,48	11,50
RN	NATAL	24	810	2	146.615.315,28	1.069.464.769,83	13,71
RO	CACOAL	11	4	9	6.956.986,28	98.135.964,94	7,09
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(265.783,63)	22.804.894,89	-1,17
RO	CORUMBIARA	11	7	2	(572.185,61)	15.379.204,23	-3,72
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	6	1.915.418,54	45.158.568,59	4,24
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(1.327.996,94)	13.510.941,18	-9,83
RO	JARU	11	11	4	8.155.805,40	62.278.582,95	13,10
RO	JI-PARANA	11	12	2	11.412.364,68	117.414.283,33	9,72
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	11.724.895,00	37.124.388,85	31,58
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(26.458.104,01)	624.080.349,81	-4,24
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	3.258.750,95	25.109.089,46	12,98
RO	VILHENA	11	30	4	25.330.554,19	102.672.651,02	24,67
RS	ALEGRETE	43	40	6	(18.416.068,99)	93.098.003,05	-19,78
RS	ALVORADA	43	60	4	(54.151.452,22)	148.227.163,04	-36,53
RS	ARARICA	43	87	7	(755.533,06)	10.204.337,61	-7,40
RS	BAGE	43	160	2	(760.775,66)	159.012.428,18	-0,48
RS	BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(1.376.563,39)	11.989.341,29	-11,48
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(22.239.061,52)	186.761.031,69	-11,91
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	9.886.599,66	93.186.611,41	10,61
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	21.648.169,71	172.998.558,60	12,51
RS	CAMAQUA	43	350	9	(3.080.617,49)	70.746.152,57	-4,35
RS	CAMPO BOM	43	390	5	5.728.965,80	99.549.912,49	5,75
RS	CANGUCU	43	450	7	537.358,33	64.667.607,29	0,83

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CANOAS	43	460	6	74.187.612,64	551.518.697,71	13,45
RS	CARAZINHO	43	470	5	(2.804.805,31)	77.658.628,28	-3,61
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(112.586.564,66)	830.705.975,62	-13,55
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(332.835,52)	6.574.113,64	-5,06
RS	ERECHIM	43	700	5	(13.664.330,96)	117.038.037,27	-11,68
RS	ESTEIO	43	770	8	(22.883.417,58)	130.646.105,33	-17,52
RS	FARROUPILHA	43	790	6	35.206.938,45	99.098.698,87	35,53
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	245.368,67	9.305.448,62	2,64
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.129.244,77)	7.468.518,42	-28,51
RS	GENERAL CAMARA	43	880	5	525.357,38	10.431.028,83	5,04
RS	GRAVATAI	43	920	9	312.935.508,14	338.354.416,25	92,48
RS	GUAIBA	43	930	8	100.548.270,17	110.858.690,26	90,70
RS	IJUI	43	1020	7	(22.333.179,07)	134.434.483,36	-16,61
RS	IMBE	43	1033	0	24.680.283,73	46.758.143,22	52,78
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.322.378,72)	54.012.078,04	-6,15
RS	LAJEADO	43	1140	3	(24.057.153,15)	99.774.700,56	-24,11
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(951.873,35)	12.274.186,33	-7,76
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	44.037.396,86	93.796.396,62	46,95
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	11.492.254,05	34.287.296,92	33,52
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	62.650.898,76	398.887.471,85	15,71
RS	PAROBE	43	1405	0	5.812.183,04	60.056.221,36	9,68
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(30.243.855,48)	237.336.395,86	-12,74
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	234.141,59	21.751.303,67	1,08
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	46.560.282,87	3.082.019.442,73	1,51
RS	RELVADO	43	1545	3	(661.617,61)	6.998.714,54	-9,45
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	13.477.298,88	261.742.659,71	5,15
RS	RIO PARDO	43	1570	1	11.390.377,39	38.637.406,55	29,48
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(786.781,13)	9.331.037,91	-8,43
RS	ROLANTE	43	1600	6	1.300.030,43	25.372.840,82	5,12
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	1.432.077,28	23.083.945,19	6,20
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	12.579.514,70	193.327.980,41	6,51
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	-	7.926.721,18	0,00
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	36.044.057,47	264.286.078,35	13,64
RS	SANTIAGO	43	1740	0	9.501.069,06	54.344.469,45	17,48
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(2.214.238,30)	81.825.194,77	-2,71
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	43	1770	7	(1.532.949,28)	16.666.584,84	-9,20
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(3.638.206,00)	64.300.224,33	-5,66
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	104.876.668,28	353.577.210,08	29,66
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	1.838.807,44	31.445.054,27	5,85
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(530.504,78)	6.960.980,05	-7,62
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.195.698,33)	11.129.217,41	-10,74
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(20.141.502,86)	100.112.341,10	-20,12
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	27.144.855,09	174.106.348,57	15,59
RS	SENTINELA DO SUL	43	2035	4	(152.074,71)	7.908.105,47	-1,92
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	(323.914,72)	6.025.396,36	-5,38
RS	SOLEDADE	43	2080	0	851.846,02	35.787.667,15	2,38
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.930.012,52	59.500.339,24	6,61
RS	TORRES	43	2150	1	15.478.384,49	55.901.482,13	27,69
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.954.017,28)	9.528.809,99	-20,51
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	18.944.982,30	133.386.386,96	14,20
RS	VACARIA	43	2250	9	(497.689,85)	78.726.987,23	-0,63
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(13.360.447,57)	76.078.109,91	-17,56
RS	VIAMAO	43	2300	2	93.554.162,00	174.814.993,00	53,52
RS	VILA FLORES	43	2330	9	(15.280,36)	9.174.121,80	-0,17
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(10.010,31)	5.794.157,22	-0,17
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	5.160.490,16	41.279.520,70	12,50
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(993.459,42)	8.564.995,83	-11,60
SC	APIUNA	42	125	7	(469.775,02)	17.842.553,40	-2,63
SC	ARARANGUA	42	140	6	5.384.254,68	58.514.996,53	9,20
SC	ASCURRA	42	170	3	(490.128,81)	9.973.043,06	-4,91
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(107.237.201,37)	317.796.242,03	-33,74
SC	BIGUACU	42	230	5	(11.872.037,66)	81.108.441,33	-14,64
SC	BLUMENAU	42	240	4	98.583.874,82	614.336.692,57	16,05
SC	BOTUVERA	42	270	1	(919.295,56)	8.114.315,51	-11,33
SC	BRUSQUE	42	290	9	40.582.782,27	161.608.399,06	25,11
SC	CACADOR	42	300	6	5.628.300,92	84.820.066,12	6,64

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	CAMBORIU	42	320	4	(10.286.365,61)	72.056.349,96	-14,28
SC	CANOINHAS	42	380	8	(5.647.939,88)	63.972.044,47	-8,83
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(928.732,63)	7.886.005,12	-11,78
SC	CHAPECO	42	420	2	22.649.029,88	303.174.405,11	7,47
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.662.041,81)	115.345.179,28	-10,11
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	(294.354,74)	6.691.543,87	-4,40
SC	CRICIUMA	42	460	8	77.757.369,72	299.409.065,60	25,97
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(2.291.800,99)	19.066.669,55	-12,02
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	210.062.511,63	818.076.922,44	25,68
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.101.369,33)	7.221.064,64	-15,25
SC	GALVAO	42	560	5	(783.701,94)	7.807.925,11	-10,04
SC	GASPAR	42	590	2	(23.232.586,64)	89.710.652,69	-25,90
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	402.875,55	21.645.501,13	1,86
SC	GRAO PARA	42	610	8	7.619,13	10.364.018,19	0,07
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.216.262,18)	24.508.840,98	-13,12
SC	INDAIAL	42	750	2	(8.596.774,91)	78.744.283,02	-10,92
SC	IPIRA	42	760	1	(933.849,90)	9.204.605,97	-10,15
SC	IPUACU	42	768	4	296.003,07	12.540.025,79	2,36
SC	IRANI	42	780	9	(466.430,37)	14.600.522,01	-3,19
SC	IRATI	42	785	8	-	5.928.737,75	0,00
SC	ITAJAI	42	820	3	(388.778,50)	529.010.117,25	-0,07
SC	ITAPEMA	42	830	2	5.636.065,35	92.989.144,03	6,06
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(27.043.500,79)	317.255.736,46	-8,52
SC	JOACABA	42	900	3	(11.489.003,67)	64.388.451,33	-17,84
SC	JOINVILLE	42	910	2	441.478.771,31	857.467.427,94	51,49
SC	LAGES	42	930	0	23.090.648,28	212.639.773,29	10,86
SC	LAGUNA	42	940	9	(1.909.598,78)	51.330.217,89	-3,72
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.544.776,17)	10.622.919,83	-14,54
SC	MAFRA	42	1010	0	(4.471.159,33)	69.668.721,88	-6,42
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	495.096,37	6.771.670,98	7,31
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(339.990,05)	7.457.320,52	-4,56
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(6.155.155,19)	93.569.784,43	-6,58
SC	PALHOCA	42	1190	0	(28.669.936,01)	154.281.832,16	-18,58
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(693.390,14)	8.691.022,05	-7,98
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(510.199,43)	21.557.071,56	-2,37
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(447.584,98)	6.666.935,75	-6,71
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(2.606.312,26)	120.254.099,44	-2,17
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	(647.369,43)	69.258.362,26	-0,93
SC	SALETE	42	1530	7	(855.512,72)	11.776.776,37	-7,26
SC	SANTA TEREZINHA	42	1567	9	(2.808.256,24)	11.532.919,87	-24,35
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	3.676.628,07	138.449.878,08	2,66
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(2.064.315,49)	17.638.925,25	-11,70
SC	TAIO	42	1780	8	(3.091.368,66)	26.414.056,60	-11,70
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	(1.137.288,65)	29.288.319,01	-3,88
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	117.496,25	13.921.728,05	0,84
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(389.508,70)	12.068.166,70	-3,23
SC	TUBARAO	42	1870	7	2.795.947,87	128.891.903,68	2,17
SC	URUBICI	42	1890	5	(1.327.484,99)	15.423.272,88	-8,61
SC	VARGEAO	42	1910	1	(1.304.838,75)	9.110.389,91	-14,32
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(318.772,24)	10.791.103,74	-2,95
SC	XANXERE	42	1950	7	8.247.504,87	57.173.481,22	14,43
SE	AQUIDABA	28	20	9	-	20.888.475,79	0,00
SE	ARACAJU	28	30	8	42.210.002,57	800.235.394,59	5,27
SE	ESTANCIA	28	210	6	18.444.836,00	94.505.126,00	19,52
SE	LAGARTO	28	350	0	20.188.124,00	93.928.272,00	21,49
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	(6.430.251,18)	33.034.839,79	-19,47
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	28	480	5	(23.898.523,00)	126.853.464,00	-18,84
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(4.886.216,36)	69.885.051,65	-6,99
SP	AGUAI	35	30	3	2.061.424,95	46.123.540,90	4,47
SP	AGUAS DE LINDOIA	35	50	1	1.328.397,00	35.596.356,00	3,73
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	(1.544.561,75)	34.537.532,91	-4,47
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(706.151,48)	10.309.074,31	-6,85
SP	AMPARO	35	190	5	(11.151.776,37)	125.275.649,66	-8,90
SP	ANALANDIA	35	200	2	(1.974.460,00)	15.234.013,00	-12,96

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	ANDRADINA	35	210	1	7.336.842,91	80.774.799,69	9,08
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(740.802,53)	44.649.970,31	-1,66
SP	ARANDU	35	310	9	831.310,96	13.495.197,00	6,16
SP	ARARAQUARA	35	320	8	3.633.386,53	412.691.070,68	0,88
SP	ARARAS	35	330	7	17.677.549,37	247.464.868,35	7,14
SP	AREIOPOLIS	35	360	4	(740.776,83)	17.211.226,36	-4,30
SP	ARUJA	35	390	1	(12.626.003,75)	123.669.856,02	-10,21
SP	ATIBAIA	35	410	7	(12.379.607,01)	245.743.162,16	-5,04
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.743.382,73	17.856.804,42	9,76
SP	BARRETOS	35	550	0	55.515.930,22	248.298.806,12	22,36
SP	BARUERI	35	570	8	(270.831.985,30)	1.390.141.888,51	-19,48
SP	BASTOS	35	580	7	(1.765.628,24)	31.007.179,53	-5,69
SP	BATATAIS	35	590	6	22.056.667,03	88.152.499,45	25,02
SP	BAURU	35	600	3	77.526.079,45	525.437.016,87	14,75
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(1.453.546,66)	124.406.665,07	-1,17
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(1.559.552,35)	16.015.778,87	-9,74
SP	BERTIOGA	35	635	9	(120.231.891,97)	187.073.300,37	-64,27
SP	BIRIGUI	35	650	8	(9.342.699,05)	166.554.917,48	-5,61
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	4.911.427,98	37.423.450,44	13,12
SP	BOITUVA	35	700	1	(5.167.094,91)	91.677.628,88	-5,64
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	(503.486,00)	8.239.867,00	-6,11
SP	BORACEIA	35	730	8	(816.127,96)	12.666.620,25	-6,44
SP	BORBOREMA	35	740	7	2.429.103,44	22.784.646,11	10,66
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	760	5	(62.928.117,16)	245.068.738,05	-25,68
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(1.389.587,27)	8.400.846,99	-16,54
SP	BRODOWSKI	35	780	3	11.471.864,24	35.229.233,13	32,56
SP	CABREUVA	35	840	5	(4.381.987,33)	74.094.849,34	-5,91
SP	CAIUA	35	910	6	(2.358.034,94)	15.394.806,77	-15,32
SP	CAJOBI	35	930	4	2.529.995,06	16.953.263,26	14,92
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.134.738.050,28	2.263.822.646,56	50,13
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	26.678.655,49	108.181.956,36	24,66
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	980	9	4.601.638,43	11.061.183,13	41,60
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	18.302.553,00	70.218.278,00	26,07
SP	CARAGUATATUBA	35	1050	0	-	257.428.104,93	0,00
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	71.981.109,00	241.706.263,00	29,78
SP	CARDOSO	35	1070	8	676.095,52	21.861.459,12	3,09
SP	CASTILHO	35	1100	3	(3.677.901,84)	50.520.604,73	-7,28
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	1.475.774,00	27.555.385,00	5,36
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.198.981,58	45.853.280,05	11,34
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	1.193.314,56	70.143.701,75	1,70
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(455.811,00)	12.722.344,00	-3,58
SP	COSMORAMA	35	1290	2	1.275.313,78	14.327.667,96	8,90
SP	CRUZALIA	35	1330	6	129.563,30	9.131.895,49	1,42
SP	CUBATAO	35	1350	4	(210.541.128,52)	701.005.721,09	-30,03
SP	DESCALVADO	35	1370	2	(2.944.825,00)	63.218.796,00	-4,66
SP	DIADEMA	35	1380	1	376.678.560,98	640.756.832,45	58,79
SP	DOURADO	35	1430	4	(2.045.361,35)	14.280.390,48	-14,32
SP	EMBU	35	1500	4	(13.526.238,34)	260.712.033,45	-5,19
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(5.520.259,51)	59.043.575,51	-9,35
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4	-	11.870.478,94	0,00
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(1.699.363,12)	11.737.089,16	-14,48
SP	FLORINIA	35	1610	1	(246.377,59)	9.699.329,94	-2,54
SP	FRANCA	35	1620	0	(43.228.114,89)	354.630.377,92	-12,19
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(52.429.239,17)	148.821.789,14	-35,23
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	35.021.544,66	21.512.644,14	162,80
SP	GETULINA	35	1700	0	(1.201.073,40)	16.577.290,90	-7,25
SP	GLICERIO	35	1710	9	554.855,89	10.797.425,85	5,14
SP	GUAIRA	35	1740	6	(41.841.570,52)	83.708.391,69	-49,98
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.727.610,50)	36.771.284,56	-7,42
SP	GUARACI	35	1790	1	5.922.348,93	24.655.691,84	24,02
SP	GUARARAPES	35	1820	6	8.025.394,85	42.515.406,80	18,88
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(17.724.165,00)	110.964.350,81	-15,97
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	46.900.144,52	169.476.089,86	27,67
SP	GUARUJA	35	1870	1	433.367.356,01	667.663.943,45	64,91
SP	GUARULHOS	35	1880	9	1.461.343.924,90	2.186.327.623,04	66,84
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	48.051.599,69	378.230.679,00	12,70
SP	IBATE	35	1930	3	(4.189.506,18)	44.587.574,56	-9,40

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	IBIRAREMA	35	1950	1	1.243.901,08	12.728.978,65	9,77
SP	IEPE	35	1990	7	89.064,46	17.942.459,21	0,50
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	2.286.824,80	34.075.536,67	6,71
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(376.883.559,19)	484.056.989,30	-77,86
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(900.245,61)	8.685.057,86	-10,37
SP	IPAUSSU	35	2090	5	348.565,12	24.377.011,05	1,43
SP	IPEUNA	35	2110	1	(1.892.884,30)	15.906.705,73	-11,90
SP	IPUA	35	2130	9	(1.405.147,55)	30.159.974,99	-4,66
SP	ITAI	35	2180	4	(16.523.666,07)	46.089.340,01	-40,19
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	4.568.817,96	218.402.071,82	2,09
SP	ITAPEVA	35	2240	6	30.075.064,28	154.934.122,13	19,41
SP	ITAPEVI	35	2250	5	(29.871.649,87)	269.353.417,43	-11,09
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	7.695.390,05	55.828.114,97	13,78
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	-	22.024.695,22	0,00
SP	ITARARE	35	2320	6	7.057.268,86	63.711.182,62	11,08
SP	ITATIBA	35	2340	4	(31.862.814,26)	186.935.899,35	-17,04
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	1.598.239,00	31.551.471,00	5,07
SP	ITU	35	2390	9	35.133.550,04	303.453.102,68	11,58
SP	ITUPEVA	35	2400	6	4.110.709,09	97.670.594,95	4,21
SP	JACAREI	35	2440	2	(70.877.036,07)	375.444.980,83	-18,88
SP	JANDIRA	35	2500	3	36.696.398,32	144.879.115,40	25,33
SP	JARINU	35	2520	1	(520.149,41)	44.243.253,94	-1,18
SP	JUNDIAI	35	2590	4	152.287.481,81	939.993.159,84	16,20
SP	LEME	35	2670	4	7.199.047,98	144.705.393,27	4,97
SP	LOURDES	35	2725	6	-	7.391.212,05	0,00
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(150.538.470,12)	214.641.473,92	-70,13
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(1.451.584,29)	7.761.086,19	-18,70
SP	LUIS ANTONIO	35	2760	3	1.431.323,29	38.847.685,65	3,68
SP	LUTECIA	35	2790	0	65.132,24	9.674.648,78	0,67
SP	MACEDONIA	35	2820	5	170.252,33	9.369.417,40	1,82
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	2.300.026,19	78.801.925,15	2,92
SP	MARACAI	35	2880	9	517.293,04	25.283.446,76	2,05
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(607.457,33)	7.897.302,09	-7,69
SP	MARILIA	35	2900	5	124.190.246,79	414.528.883,43	29,96
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	16.079.574,42	39.578.147,05	40,63
SP	MATAO	35	2930	2	42.417.385,27	124.582.882,15	34,05
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	4.079.263,33	16.467.418,63	24,77
SP	MOCOCA	35	3050	8	9.344.673,54	93.750.801,18	9,97
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	922.086,53	190.639.565,78	0,48
SP	MONGAGUA	35	3110	0	5.506.521,86	103.468.080,04	5,32
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	1.022.718,68	9.593.701,01	10,66
SP	MONTE MOR	35	3180	3	(743.521,87)	101.513.465,41	-0,73
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	(198.747,46)	9.058.071,69	-2,19
SP	NARANDIBA	35	3220	7	243.580,57	13.225.343,13	1,84
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(843.454,07)	17.133.585,07	-4,92
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.076.656,59)	6.910.483,42	-15,58
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(7.557.684,07)	85.991.374,63	-8,79
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(3.154.579,41)	12.109.728,94	-26,05
SP	ORINDIUVA	35	3420	3	-	16.031.623,23	0,00
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(2.699.170,65)	40.116.862,66	-6,73
SP	OURINHOS	35	3470	8	4.190.765,84	189.326.911,47	2,21
SP	PACAEMBU	35	3490	6	2.414.422,16	18.578.773,62	13,00
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	7.946.513,40	14.725.157,44	53,97
SP	PALMITAL	35	3530	9	(3.911.763,98)	39.453.862,64	-9,91
SP	PEDRINHAS PAULISTA	35	3715	6	-	9.626.590,08	0,00
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	21.194.757,95	106.275.763,34	19,94
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	12.456.616,25	0,00
SP	PIEDADE	35	3780	0	(2.164.861,63)	58.293.496,04	-3,71
SP	PILAR DO SUL	35	3790	9	(1.591.844,36)	33.543.975,69	-4,75
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(16.179.666,58)	260.761.254,35	-6,20
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	659.723,00	10.604.183,00	6,22
SP	PIQUETE	35	3850	1	157.415,28	15.550.620,76	1,01
SP	PIRACAIA	35	3860	0	478.138,44	37.893.411,34	1,26
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(41.724.350,25)	751.189.460,08	-5,55
SP	PIRAJU	35	3880	8	914.182,85	44.270.536,18	2,06
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(25.192.191,86)	125.765.356,61	-20,03
SP	PIRATININGA	35	3940	0	325.374,46	18.045.503,90	1,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	8.585.617,63	56.267.097,47	15,79
SP	PLATINA	35	3970	7	(764.474,35)	8.924.467,18	-8,57
SP	POA	35	3980	6	(41.194.554,76)	234.521.982,34	-17,57
SP	POPULINA	35	4040	8	1.325.761,27	12.002.761,59	11,05
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	19.642.553,40	96.568.849,17	20,34
SP	POTIM	35	4075	4	531.213,41	24.458.540,50	2,17
SP	PRADOPOLIS	35	4080	3	-	33.874.163,03	0,00
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	32.037.326,43	588.358.829,33	5,45
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	(13.457.386,71)	323.079.901,04	-4,17
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	35	4150	5	(14.138.538,13)	51.278.761,59	-27,57
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(3.691.890,75)	51.335.884,34	-7,58
SP	REGISTRO	35	4260	2	(21.619.087,37)	75.778.763,55	-28,53
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(6.507.004,02)	22.782.401,29	-28,56
SP	RIBEIRAO DO SUL	35	4320	4	(1.441.246,26)	8.926.048,94	-16,15
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(8.192.087,12)	15.758.133,30	-51,99
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	825.575,34	148.594.655,64	0,56
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	545.443.338,42	1.108.058.472,66	49,32
SP	RIO CLARO	35	4390	7	105.534.179,09	372.626.324,21	28,32
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	12.585.256,77	60.735.810,92	20,72
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	17.449.372,49	36.480.624,94	47,83
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(1.585.351,31)	18.614.654,91	-8,52
SP	ROSEIRA	35	4430	1	7.868.622,74	16.168.960,18	48,59
SP	RUBINEIA	35	4450	9	598.747,16	11.710.231,88	5,11
SP	SALTO	35	4520	9	17.490.172,61	170.320.781,37	10,27
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	1.971.979,99	58.854.279,23	3,35
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.722.636,94	14.175.908,40	19,20
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(387.124,95)	12.020.304,84	-3,22
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	121.090,00	11.550.431,00	1,05
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	6.758.107,15	64.132.744,34	10,54
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	1.831.001,10	66.475.679,86	2,75
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(11.291.443,56)	84.180.583,35	-13,41
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	16.316.929,22	37.445.699,48	43,58
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	28.200.688,56	0,00
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	78.371,21	11.051.754,99	0,71
SP	SANTOS	35	4850	0	103.223.283,98	1.171.310.936,16	8,81
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	388.300.586,59	2.253.901.832,60	17,23
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(57.342.015,74)	140.303.039,79	-40,87
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(6.986.000,34)	7.997.873,19	-87,35
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(36.892.473,22)	725.547.306,01	-5,08
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(192.590.471,54)	1.457.613.452,94	-13,21
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	(26.052.668,49)	61.496.956,22	-42,36
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(51.239.137,27)	141.441.151,26	-36,23
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(7.687.694,27)	390.081.146,25	-1,97
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	57.246.680,91	518.719.716,12	11,04
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.153.249,18)	11.596.329,87	-9,94
SP	SERTAOZINHO	35	5170	2	(12.448.819,39)	232.313.386,86	-5,36
SP	SETE BARRAS	35	5180	1	(817.904,00)	20.339.681,81	-4,02
SP	SOROCABA	35	5220	5	23.767.183,16	1.148.028.675,69	2,07
SP	TABOAO DA SERRA	35	5280	9	9.245.227,00	381.067.548,00	2,43
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.428.016,93)	15.078.491,93	-9,46
SP	TAIUVA	35	5320	3	187.083,00	10.723.269,00	1,74
SP	TAMBAU	35	5330	2	3.647.723,56	40.547.580,33	9,00
SP	TAQUARAL	35	5365	8	-	6.857.468,05	0,00
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	3.755.821,94	32.238.146,39	11,65
SP	TARUMA	35	5385	5	(539.028,54)	30.623.803,80	-1,76
SP	TATUI	35	5400	3	2.737.162,67	169.115.597,14	1,62
SP	TAUBATE	35	5410	2	(7.785.033,46)	517.212.004,83	-1,51
SP	TIETE	35	5450	8	(3.174.286,58)	75.682.436,81	-4,19
SP	TUPA	35	5500	0	(9.849.578,02)	79.231.289,63	-12,43
SP	TUPI PAULISTA	35	5510	9	-	22.513.202,61	0,00
SP	UBATUBA	35	5540	6	166.139,53	168.737.603,81	0,10
SP	UCHOA	35	5560	4	(305.656,44)	17.886.202,33	-1,89
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(330.243,86)	7.658.480,80	-4,31
SP	URU	35	5590	1	(900.261,83)	7.269.365,49	-12,38
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	331.277,45	15.306.004,85	2,16
SP	VALINHOS	35	5620	6	219.932.008,20	266.786.076,51	82,75
SP	VALPARAISO	35	5630	5	900.829,00	36.809.709,00	2,45
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	9.509.416,62	127.947.622,70	7,43
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	611.766,34	15.296.397,18	4,00
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	140.742,20	123.222.088,29	0,11
TO	ARAGUAINA	17	210	9	(20.107.557,86)	137.674.632,72	-14,61
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	5.040.268,49	0,00
TO	GURUPI	17	950	0	(3.831.017,08)	76.013.386,58	-5,04

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2010

data-base 30/12/2010

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN **Posição: 28/03/2011**

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Sem	RCL 2º Sem	DCL/RCL
AL	CACIMBINHAS	27	120	9	-	13.930.447,07	0,00
AL	COQUEIRO SECO	27	220	7	-	9.587.075,80	0,00
BA	ABAIRA	29	10	8	5.922.565,09	10.388.067,12	57,01
BA	AGUA FRIA	29	40	5	1.262.396,65	20.572.392,52	6,14
BA	BARRA DO CHOCA	29	290	6	22.399.054,99	42.949.481,82	52,15
BA	BELMONTE	29	340	9	(2.395.528,29)	31.863.154,95	-7,52
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(962.666,06)	20.408.969,39	-4,72
BA	CORIBE	29	910	9	8.862.072,64	20.153.493,28	43,97
BA	IBITITA	29	1310	1	(1.805.972,54)	20.848.472,00	-8,66
BA	ITIUBA	29	1700	3	6.542.640,89	37.392.685,51	17,50
BA	MACURURE	29	1990	0	4.155.459,06	10.864.723,54	38,25
BA	MURITIBA	29	2230	0	5.360.771,70	25.576.108,16	20,96
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	4.205.147,03	19.813.541,57	21,22
BA	PAU BRASIL	29	2390	2	6.921.768,27	14.533.980,22	47,62
BA	PINTADAS	29	2465	2	1.200.265,38	13.105.463,77	9,16
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.560.041,08)	17.909.506,96	-19,88
CE	AIUABA	23	40	8	(1.150,32)	19.500,97	-5,90
CE	ARACOIABA	23	120	8	993.175,57	32.214.419,20	3,08
CE	ARARENDA	23	125	7	2.751.895,96	14.297.576,35	19,25
CE	BANABUIU	23	185	1	(44.432,84)	23.006.166,60	-0,19
CE	BARRO	23	200	8	511.145,00	24.163.468,59	2,12
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(923.248,21)	13.028.853,53	-7,09
CE	EUSEBIO	23	428	5	(32.405.343,86)	88.778.842,64	-36,50
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	6.042.779,65	10.544.461,76	57,31
CE	IBIAPINA	23	530	8	3.701.468,52	29.227.587,58	12,66
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	683.221,00	13.409.105,12	5,10
CE	IPU	23	580	3	20.750.858,17	45.740.373,24	45,37
CE	ITAPIUNA	23	650	4	5.324.667,38	21.501.294,12	24,76
CE	MARCO	23	780	9	2.310.907,70	31.951.765,81	7,23
CE	MAURITI	23	810	4	150.224,00	45.059.424,76	0,33
CE	MERUOCA	23	820	3	(2.537.952,68)	16.614.249,87	-15,28
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	7.316.390,24	36.056.094,59	20,29
CE	PACOTI	23	980	5	3.540.479,88	14.967.022,47	23,62
CE	PALHANO	23	1000	1	1.813.397,69	10.841.462,24	16,73
CE	PARAIPABA	23	1025	8	4.915.819,95	31.974.520,19	15,37
CE	SANTANA DO ACARAU	23	1200	7	7.131.410,54	32.671.345,51	21,83
CE	SOLONOPOLE	23	1300	5	6.387.741,57	22.227.913,87	28,74
CE	UBAJARA	23	1360	9	2.969.155,59	34.333.098,34	8,65
CE	UMIRIM	23	1375	7	2.713.199,72	21.253.722,28	12,77
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.007.823,90)	45.821.002,96	-24,02
ES	ALEGRE	32	20	1	3.204.928,23	48.917.392,74	6,55
ES	ANCHIETA	32	40	9	(38.683.199,85)	155.951.528,22	-24,80
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	1.396.691,92	15.343.567,14	9,10
ES	CASTELO	32	140	7	(7.273.688,38)	53.778.044,60	-13,53
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(5.384.570,44)	22.314.461,24	-24,13
ES	IBIRACU	32	250	4	868.118,30	20.596.882,88	4,21
ES	ITARANA	32	290	0	(2.429.880,37)	19.230.532,68	-12,64
ES	MARATAIZES	32	332	0	(12.168.463,00)	52.190.423,00	-23,32
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.622.137,19)	19.398.992,46	-8,36
ES	MUQUI	32	380	9	2.512.992,82	20.944.306,77	12,00
ES	PANCAS	32	400	5	(5.579.213,46)	29.822.689,59	-18,71
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(159.661,96)	34.772.181,49	-0,46
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	245.969,31	51.948.001,34	0,47
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	1.219.314,71	36.425.486,15	3,35
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.638.559,24)	35.235.405,57	-18,84

ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.526.919,03	25.675.522,99	9,84
GO	ABADIANIA	52	10	0	(4.834.956,85)	16.880.855,22	-27,46
GO	COCALZINHO DE GOIAS	52	551	3	-	19.560.098,80	0,00
GO	ITAGUARI	52	1056	2	(1.205.039,08)	7.315.824,04	-16,47
GO	JARAGUA	52	1180	0	(2.207.373,74)	48.002.168,58	-4,60
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	6.969.589,28	32.491.243,73	21,45
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(1.943.612,76)	21.835.169,88	-8,90
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1180	7	(1.324.780,80)	20.360.843,61	-6,51
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	1.089.324,41	10.039.368,62	10,85
MG	ACAIACA	31	40	1	(1.778.696,53)	6.987.642,47	-25,45
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	(147.203,12)	9.312.654,16	-1,58
MG	AGUANIL	31	80	7	116.209,00	7.439.139,00	1,55
MG	ALBERTINA	31	140	9	(755.528,23)	8.058.852,96	-9,36
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	(2.133.962,33)	38.695.409,59	-5,51
MG	ALTEROSA	31	200	1	(198.701,78)	15.426.674,41	-1,29
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	1.082.391,84	8.585.467,41	12,59
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	(53.283,27)	8.367.966,21	-0,64
MG	ANDRADAS	31	260	5	5.273.066,60	40.215.282,35	13,11
MG	ANDRELANDIA	31	280	3	1.242.290,76	12.789.540,74	9,71
MG	ANTONIO DIAS	31	300	9	-	18.610.117,70	0,00
MG	ARACUAI	31	340	5	828.591,73	28.665.817,78	2,89
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(1.544.798,68)	13.980.332,32	-11,05
MG	AREADO	31	430	4	(2.093.179,44)	14.785.385,90	-14,16
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	6.846.135,62	0,00
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.147.709,50)	7.127.980,83	-16,10
MG	ARINOS	31	450	2	(216.580,98)	21.745.676,83	-1,00
MG	AUGUSTO DE LIMA	31	480	9	175.053,22	9.002.650,42	1,94
MG	BAEPENDI	31	490	8	(174.291,07)	22.263.337,56	-0,78
MG	BAMBUI	31	510	3	3.140.070,63	23.630.664,04	13,29
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	(17.775.177,00)	55.609.840,00	-31,96
MG	BELO VALE	31	640	8	119.568,38	12.566.306,94	0,95
MG	BERTOPOLIS	31	660	6	2.017.485,48	9.440.582,27	21,37
MG	BOCAIUVA	31	730	7	19.533.904,67	51.527.195,95	37,91
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(6.798.507,02)	8.378.978,35	-81,14
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	569.281,06	7.755.280,18	7,34
MG	BOM JESUS DO GALHO	31	780	2	(332.141,98)	14.077.476,69	-2,36
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	927.320,19	11.497.734,64	8,07
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	1.479.512,25	8.242.270,53	17,95
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(523.169,84)	14.730.259,52	-3,55
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(13.946.896,92)	99.683.994,31	-13,99
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	541.401,00	10.803.993,79	5,01
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	267.558,94	12.529.285,72	2,14
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	1.039.695,22	14.217.202,66	7,31
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(5.850.210,63)	7.534.083,79	-77,65
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(1.020.810,14)	12.098.516,50	-8,44
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	870.753,80	21.015.543,69	4,14
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(188.384,05)	10.820.306,87	-1,74
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.185.812,46)	27.213.960,05	-15,38
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.166.513,10)	32.049.589,37	-47,32
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	2.163.020,10	7.768.158,99	27,84
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	(5.724,38)	16.383.286,60	-0,03
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	498.856,89	9.214.809,87	5,41
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	3.842.790,08	20.425.800,19	18,81
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	(327.773,13)	8.293.099,52	-3,95
MG	CARANDAI	31	1320	6	(2.455.844,04)	28.298.369,93	-8,68
MG	CARBONITA	31	1350	3	(74.369,56)	12.305.395,50	-0,60
MG	CAREACU	31	1360	2	(116.365,05)	8.496.483,10	-1,37
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	434.954,22	16.903.792,15	2,57
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(4.503.713,41)	24.573.713,28	-18,33
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	(1.413.616,02)	19.660.291,09	-7,19
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	2.971.485,85	30.942.089,70	9,60
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(414.012,64)	7.356.103,83	-5,63
MG	CARVALHOS	31	1480	8	651.578,89	6.520.440,56	9,99
MG	CASA GRANDE	31	1490	7	-	6.194.836,09	0,00
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	249.626,76	9.932.608,40	2,51

MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(5.468.017,41)	18.440.204,06	-29,65
MG	CATUTI	31	1547	4	(129.296,42)	8.074.179,55	-1,60
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(389.221,62)	5.783.721,93	-6,73
MG	CHACARA	31	1590	4	143.272,19	6.534.800,49	2,19
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	426.923,84	15.953.079,67	2,68
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.662.906,02	7.653.550,98	21,73
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	8.703.019,35	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.920.632,75	12.341.839,71	15,56
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(506.583,00)	6.069.384,99	-8,35
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	(890.439,78)	9.146.354,88	-9,74
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	2.150.256,04	7.137.337,62	30,13
MG	CORACAO DE JESUS	31	1880	9	8.319.633,23	24.083.898,00	34,54
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.653.594,71	8.540.558,20	31,07
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(620.110,42)	6.562.655,05	-9,45
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(4.998.528,79)	32.344.868,91	-15,45
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(282.218,91)	10.913.394,23	-2,59
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(882.155,79)	6.333.275,30	-13,93
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(1.764.905,00)	10.097.483,00	-17,48
MG	CORREGO NOVO	31	2000	3	(1.367.733,75)	6.946.695,43	-19,69
MG	CRISTAIS	31	2020	1	285.581,88	15.043.223,23	1,90
MG	CRISTALIA	31	2030	0	338.226,56	9.479.413,55	3,57
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.657,38	9.674.388,45	0,03
MG	CUPARAQUE	31	2083	9	310.649,72	7.502.515,36	4,14
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	171.582,25	7.672.206,41	2,24
MG	DIVINESIA	31	2190	2	38.078,82	6.409.885,20	0,59
MG	DIVINO	31	2200	9	316.449,27	19.976.511,25	1,58
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	35.322,03	9.702.488,92	0,36
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.533.417,39)	7.572.068,50	-20,25
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(501.953,17)	5.820.054,05	-8,62
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	(339.079,63)	8.206.002,70	-4,13
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	6	(1.454.494,30)	9.748.521,17	-14,92
MG	DORESOPOLIS	31	2340	3	3.186.438,53	6.185.726,98	51,51
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.053.220,63	6.727.898,17	15,65
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(47.739,41)	7.717.636,03	-0,62
MG	FELISBURGO	31	2560	6	209.512,89	9.372.885,31	2,24
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	42.620,10	10.855.353,80	0,39
MG	FRANCISCO SA	31	2670	3	8.866.247,06	25.910.169,16	-34,22
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	1.577.453,94	10.030.286,17	15,73
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	585.383,36	10.574.269,92	5,54
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	6.483.940,52	0,00
MG	FRONTEIRA	31	2700	8	4.293.875,26	27.573.384,42	15,57
MG	GONCALVES	31	2740	4	(155.467,33)	7.438.039,97	-2,09
MG	GRAO MOGOL	31	2780	0	75.104,75	21.694.363,12	0,35
MG	GUARACIABA	31	2820	4	1.978.828,73	10.614.905,52	18,64
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(1.056.291,11)	24.907.303,37	-4,24
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(330.085,15)	13.053.073,60	-2,53
MG	HELIODORA	31	2920	2	233.621,14	8.225.270,01	2,84
MG	IAPU	31	2930	1	3.722.675,43	11.457.957,89	32,49
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(828.129,46)	8.380.503,63	-9,88
MG	IBIAI	31	2960	8	1.603.985,19	9.168.159,50	17,50
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.318.235,91)	18.892.992,00	-17,56
MG	IGARAPE	31	3010	1	3.844.930,69	38.183.211,05	10,07
MG	IGUATAMA	31	3030	9	964.874,23	12.869.974,26	7,50
MG	ILICINEA	31	3050	7	418.933,45	13.190.258,45	3,18
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	21.226,31	8.691.958,46	0,24
MG	IPANEMA	31	3120	8	(220.633,71)	19.174.722,12	-1,15
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(2.874.045,03)	103.718.675,22	-2,77
MG	ITAGUARA	31	3220	6	(1.658.656,84)	15.222.224,01	-10,90
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	3.719.178,41	31.705.638,79	11,73
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	482.804,32	8.809.356,34	5,48
MG	ITAMOGI	31	3290	9	1.752.269,27	13.416.328,82	13,06
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	859.151,58	23.132.095,62	3,71
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	1.064.249,15	19.490.204,46	5,46
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(924.973,56)	12.553.417,64	-7,37
MG	ITAU DE MINAS	31	3375	8	2.218.948,49	28.992.668,39	7,65
MG	ITAVERAVA	31	3390	7	109.985,74	6.679.376,52	1,65

MG	ITUMIRIM	31	3430	1	554.360,45	7.181.955,51	7,72
MG	ITURAMA	31	3440	0	17.837.420,32	73.093.752,76	24,40
MG	ITUTINGA	31	3450	9	295.025,40	8.781.716,54	3,36
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(1.623.385,98)	18.229.464,48	-8,91
MG	JACINTO	31	3470	7	917.158,31	12.948.411,52	7,09
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(2.603.042,54)	32.805.450,98	-7,93
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	8.612.525,28	0,00
MG	JAMPRUCA	31	3507	6	478.657,91	7.484.364,39	6,40
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(160.022,98)	7.250.696,60	-2,21
MG	JENIPAPO DE MINAS	31	3545	6	(36.523,33)	8.912.091,17	-0,41
MG	JEQUITIBA	31	3570	4	-	8.740.997,34	0,00
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	10.854.971,82	24.015.570,11	45,20
MG	JESUANIA	31	3590	2	507.075,39	8.172.860,32	6,20
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	4.459.348,29	55.284.023,09	8,07
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.450.286,77	9.875.321,61	45,06
MG	LADAINHA	31	3700	7	1.570.353,58	17.058.354,25	9,21
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(412.275,18)	48.264.294,43	-0,85
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	342.199,24	7.693.515,02	4,45
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	10.508.998,55	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	5.630.192,75	81.675.693,95	6,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.955.396,65	22.160.684,12	22,36
MG	LAMBARI	31	3780	9	2.178.547,05	22.301.449,84	9,77
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(224.831,82)	8.444.497,94	-2,66
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3882	5	3.358.331,83	14.800.870,97	22,69
MG	LONTRA	31	3865	8	3.427.853,85	9.723.460,68	35,25
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	8.029.879,97	0,00
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(736.014,47)	7.865.220,79	-9,36
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	31	3910	2	197.243,84	7.412.172,70	2,66
MG	MANTENA	31	3960	7	12.232.784,86	31.439.098,25	38,91
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(142.384,09)	14.036.030,32	-1,01
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.158.155,28)	12.383.474,09	-17,43
MG	MARIPA DE MINAS	31	4020	9	(75.765,59)	6.788.120,68	-1,12
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.315.946,27)	18.856.537,81	-6,98
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	265.215,11	9.071.213,32	2,92
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(637.668,18)	7.722.775,41	-8,26
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	16.423.237,31	39.596.286,46	41,48
MG	MEDINA	31	4140	5	9.788.492,19	20.183.788,02	48,50
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	860.740,86	10.123.780,60	8,40
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	2.501.258,16	27.477.197,56	9,10
MG	MINDURI	31	4190	0	-	6.907.615,37	0,00
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.485.579,12)	14.018.977,91	-17,73
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.639.123,12)	29.833.301,03	-8,85
MG	MONTE BELO	31	4300	5	108.078,66	12.699.006,62	0,84
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	8.965.819,79	53.806.636,51	16,66
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(1.556.393,30)	23.578.581,55	-6,60
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(1.380.957,26)	9.690.366,87	-14,25
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	6	451.703,47	18.997.818,66	2,38
MG	MORRO DA GARCA	31	4380	9	554.020,89	7.874.944,96	7,04
MG	MUNHOZ	31	4388	7	3.186.105,33	7.451.125,17	42,49
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(2.125.750,53)	20.977.802,66	-10,13
MG	NAQUE	31	4435	9	1.672.824,14	8.102.229,34	20,65
MG	NATERCIA	31	4440	9	(224.966,80)	7.811.439,30	-2,88
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(21.063,58)	7.125.704,54	-0,30
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	-	8.087.022,14	0,00
MG	OLHOS-D'AGUA	31	4545	5	(529.282,50)	9.837.227,02	-5,38
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(513.781,44)	7.798.008,15	-6,59
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(1.019.643,92)	46.548.223,36	-2,19
MG	ORATORIOS	31	4585	1	720.000,00	8.575.847,47	8,40
MG	ORIZANIA	31	4587	7	(284.986,14)	9.261.379,30	-3,08
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	2.734.554,75	76.381.181,17	3,58
MG	OURO FINO	31	4600	8	(1.858.844,02)	33.034.338,89	-5,63
MG	PADRE PARAISO	31	4630	5	1.561.235,78	20.690.922,52	7,55
MG	PAINS	31	4650	3	837.213,00	15.283.166,00	5,48
MG	PALMA	31	4670	1	571.788,79	7.889.832,25	7,25
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(1.290.887,19)	19.467.019,47	-6,63
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	-	26.335.787,77	0,00
MG	PASSABEM	31	4750	1	-	5.433.673,25	0,00

MG	PATROCINIO DO MURIAE	31	4820	2	212.538,86	7.819.500,86	2,72
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	937.287,29	26.088.516,09	3,59
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	477.247,23	10.021.408,21	4,76
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4890	5	(596.093,98)	8.069.046,53	-7,39
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	141.579,28	6.939.849,66	2,04
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(1.175.141,06)	11.761.558,80	-9,99
MG	PEDRINOPOLIS	31	4920	0	479.201,58	10.016.594,07	4,78
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.897.522,34	28.278.644,87	27,93
MG	PERDOES	31	4990	3	(129.961,06)	23.485.225,71	-0,55
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(876.480,90)	7.069.476,31	-12,40
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	889.146,19	7.562.664,74	11,76
MG	PIMENTA	31	5050	5	582.067,00	11.965.599,00	4,86
MG	PINTOPOLIS	31	5057	0	217.821,39	9.521.976,46	2,29
MG	PIRACEMA	31	5060	4	1.702.604,32	8.107.376,22	21,00
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	(1.705.695,80)	11.757.545,08	-14,51
MG	PIRANGA	31	5080	2	281.129,00	17.846.042,00	1,58
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(1.470.980,72)	7.032.823,27	-20,92
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(468.620,64)	9.407.709,70	-4,98
MG	PITANGUI	31	5140	4	13.315.185,93	21.672.855,42	61,44
MG	PIUMHI	31	5150	3	(347.493,00)	40.200.164,00	-0,86
MG	PLANURA	31	5160	2	(736.349,02)	17.141.773,99	-4,31
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.025.671,02)	16.230.772,28	-55,61
MG	POMPEU	31	5200	6	10.179.299,79	36.109.919,84	28,19
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	(449.133,92)	14.846.864,23	-3,03
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.988.799,76	9.154.646,59	21,72
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	11.065.443,32	12.102.535,20	91,43
MG	PRATINHA	31	5300	4	(230.456,37)	7.252.140,52	-3,18
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	31	5330	1	1.315.052,44	6.568.318,63	20,02
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	745.450,00	25.162.441,36	2,96
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	2.495.174,49	10.690.239,52	23,34
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.022.475,50)	6.231.226,11	-16,41
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	4.239.517,69	24.513.219,44	17,29
MG	REDUTO	31	5415	0	116.280,98	8.666.617,26	1,34
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(353.277,75)	10.832.963,88	-3,26
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.753.944,05	20.712.828,61	18,12
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(666.226,53)	7.602.718,57	-8,76
MG	RIO MANSO	31	5530	6	20.927,74	7.663.852,41	0,27
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	7.594.846,00	19.209.751,00	39,54
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(1.399.792,85)	23.030.636,10	-6,08
MG	RIO PRETO	31	5590	0	(218.249,19)	8.947.906,35	-2,44
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	7.853.618,42	13.697.291,63	57,34
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.382.029,45)	8.589.571,34	-16,09
MG	ROMARIA	31	5640	3	(160.367,27)	10.362.799,55	-1,55
MG	SABINOPOLIS	31	5680	9	1.724.154,41	18.046.198,38	9,55
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(1.250.602,68)	55.056.993,55	-2,27
MG	SALTO DA DIVISA	31	5710	4	(2.440.999,64)	12.295.276,34	-19,85
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	31	5727	8	(283.649,12)	7.121.790,76	-3,98
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	31	5737	7	(851.933,80)	9.282.816,13	-9,18
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	186.105,14	8.650.582,76	2,15
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	4.208.856,76	20.725.602,24	20,31
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	292.275,39	15.668.604,56	1,87
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	14.263.152,08	0,00
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	(792.398,69)	8.364.207,29	-9,47
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	6	174.768,11	7.788.886,20	2,24
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	14.136.835,17	52.150.984,03	27,11
MG	SANTANA DE CATAGUASES	31	5840	9	455.878,49	7.018.747,35	6,50
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5850	8	-	8.514.853,42	0,00
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	2.201.818,43	9.289.145,15	23,70
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	-	7.438.682,59	0,00
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(387.498,89)	7.975.462,84	-4,86
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(4.530.386,90)	43.234.444,83	-10,48
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	(357.426,11)	8.422.853,29	-4,24
MG	SAO FELIX DE MINAS	31	6105	6	273.685,35	6.585.188,68	4,16
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	171.778,38	8.424.126,49	2,04
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	31	6165	0	(779.773,48)	6.729.316,25	-11,59
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	2.222.555,54	13.312.935,40	16,69

MG	SAO GONCALO DO PARA	31	6180	9	2.764.659,83	13.024.552,44	21,23
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.482.802,39	7.324.239,68	33,90
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(1.445.920,25)	22.528.420,33	-6,42
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	6.142.059,23	32.357.236,82	18,98
MG	SAO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	65.000,04	8.239.512,53	0,79
MG	SAO JOAO DA MATA	31	6230	2	(939.523,59)	6.430.060,79	-14,61
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	31	6245	0	3.057.817,38	13.951.577,76	21,92
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	31	6257	5	693.761,13	7.679.656,35	9,03
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	31	6260	9	(180.460,42)	7.989.442,02	-2,26
MG	SAO JOAO DO PACUI	31	6265	8	(655.844,70)	8.061.497,71	-8,14
MG	SAO JOAO DO PARAISO	31	6270	8	(2.193.976,57)	21.347.817,88	-10,28
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.970.943,09	30.580.178,94	6,45
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(271.764,93)	28.701.257,10	-0,95
MG	SAO JOSE DA SAFIRA	31	6300	3	(1.264.611,05)	7.155.655,03	-17,67
MG	SAO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	(230.367,79)	7.015.016,69	-3,28
MG	SAO JOSE DO JACURI	31	6350	8	2.817.673,21	7.608.790,10	37,03
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	107.184,26	6.112.306,59	1,75
MG	SAO LOURENCO	31	6370	6	16.991.886,18	58.251.057,46	29,17
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(633.845,31)	8.085.039,65	-7,84
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	720.948,31	7.669.817,21	9,40
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	891.382,72	7.798.534,85	11,43
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	31	6450	6	679.587,89	9.700.819,90	7,01
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	175.244,68	6.811.592,04	2,57
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	1.732.217,79	10.150.688,72	17,07
MG	SAO VICENTE DE MINAS	31	6530	5	(1.471.477,89)	9.437.759,04	-15,59
MG	SARDOA	31	6550	3	(1.232.081,22)	8.259.136,03	-14,92
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	718.688,53	6.732.850,50	10,67
MG	SENADOR CORTES	31	6560	2	(1.710.705,99)	6.566.352,18	-26,05
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(337.324,19)	5.713.015,44	-5,90
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	2.526.118,13	8.874.181,66	28,47
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.551.587,19)	8.130.176,97	-19,08
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(626.327,06)	9.372.379,17	-6,68
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.782.859,51	0,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	2.026.474,39	7.120.324,94	28,46
MG	SERRANIA	31	6690	7	29.669,00	9.196.745,39	0,32
MG	SERRO	31	6710	3	(1.901.747,74)	20.137.106,57	-9,44
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	184.985,49	6.265.598,00	2,95
MG	TABULEIRO	31	6790	5	(174.904,24)	6.971.685,24	-2,51
MG	TAPARUBA	31	6805	1	277.645,90	6.128.098,93	4,53
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.038.957,25	8.886.812,36	34,20
MG	TIRADENTES	31	6880	4	497.548,23	9.924.805,30	5,01
MG	TIROS	31	6890	3	1.043.146,92	10.092.717,27	10,34
MG	TOLEDO	31	6910	9	(1.072.211,97)	7.782.032,11	-13,78
MG	TOMBOS	31	6920	8	(952.623,03)	11.465.371,43	-8,31
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(303.008,19)	7.448.628,88	-4,07
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.408.362,20	9.310.168,70	15,13
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.331.898,03	12.572.688,11	26,50
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	1.347.695,46	6.929.756,16	19,45
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	3.541.334,93	17.585.537,97	20,14
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(108.889,16)	8.142.245,97	-1,34
MG	VERISSIMO	31	7110	5	368.408,67	9.313.689,49	3,96
MG	VIRGINIA	31	7170	9	101.101,89	8.579.826,46	1,18
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	2.212.612,57	36.942.944,27	5,99
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	-	17.867.144,89	0,00
MS	AMAMBAI	50	60	9	5.216.339,84	54.732.392,16	9,53
MS	ANASTACIO	50	70	8	888.515,43	27.121.046,86	3,28
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	2.442.202,27	41.627.868,94	5,87
MS	BELA VISTA	50	210	0	4.705.200,00	32.964.320,00	14,27
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	34.719.623,61	0,00
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	939.146,28	49.912.505,86	1,88
MS	COSTA RICA	50	325	6	(8.722.942,26)	49.011.070,49	-17,80

MS	COXIM	50	330	6	-	43.893.417,52	0,00
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.957.979,94)	9.716.628,36	-20,15
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.872.539,94)	23.461.796,32	-12,24
MS	INOCENCIA	50	440	3	(3.127.272,48)	20.978.718,31	-14,91
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	1.468.121,62	26.907.248,95	5,46
MS	JARDIM	50	500	4	(17.748,77)	37.896,67	-46,83
MS	JATEI	50	510	3	2.054.388,60	16.392.705,09	12,53
MS	LADARIO	50	520	2	6.048.768,62	25.928.773,96	23,33
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	701.678,75	31.997.972,71	2,19
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	2.978.238,56	47.476.675,90	6,27
MS	ROCHEDO	50	750	5	(1.661.064,32)	11.061.700,61	-15,02
MS	SELVIRIA	50	780	2	(1.069.235,12)	20.033.996,09	-5,34
MS	VICENTINA	50	840	4	604.267,34	10.882.504,78	5,55
MT	CANARANA	51	270	2	451.836,99	27.761.693,84	1,63
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(376.777,36)	4.817.630,92	-7,82
PA	OURILANDIA DO NORTE	15	543	7	(11.660.771,25)	70.190.890,89	-16,61
PA	XINGUARA	15	840	7	(8.376.467,80)	45.153.969,25	-18,55
PB	POCO DANTAS	25	1203	6	(648.621,00)	9.110.783,00	-7,12
PB	QUEIMADAS	25	1250	7	(44.142,04)	34.589.005,81	-0,13
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-	32.071.089,73	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.630.587,70	13.698.368,20	33,80
PE	BETANIA	26	180	5	-	15.864.346,31	0,00
PE	BODOCO	26	200	1	2.104.858,16	37.211.888,26	5,66
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.055.378,54)	34.015.317,40	-11,92
PE	BREJAO	26	240	7	1.950.240,08	12.829.340,60	15,20
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.109.332,18)	12.263.360,08	-17,20
PE	CAETES	26	320	7	-	28.667.656,90	0,00
PE	CARNAIBA	26	390	0	3.442.898,76	21.386.811,91	16,10
PE	CASINHAS	26	415	5	(2.146.167,50)	19.251.858,28	-11,15
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.688.373,88	14.871.556,01	11,35
PE	CUMARU	26	490	8	9.294.202,42	21.038.788,32	44,18
PE	FERREIROS	26	550	9	(268.689,46)	13.555.027,75	-1,98
PE	FLORES	26	560	8	3.423.059,01	24.431.652,76	14,01
PE	GRANITO	26	630	9	(1.872.227,26)	11.892.655,11	-15,74
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.196.704,63	10.643.398,20	48,83
PE	IGUARACI	26	690	3	(426.003,16)	12.884.196,14	-3,31
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	6.265.973,00	25.338.877,45	24,73
PE	ITACURUBA	26	740	6	3.056.027,89	17.910.132,77	17,06
PE	ITAPETIM	26	770	3	(3.443.622,68)	15.733.111,98	-21,89
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.745.508,69	0,00
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	2.123.863,29	21.558.235,08	9,85
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.561.777,04)	24.381.568,16	-6,41
PE	MACHADOS	26	910	5	(2.295.137,95)	14.236.436,96	-16,12
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	-	16.253.205,00	0,00
PE	OROBO	26	970	9	(105.673,98)	27.477.949,23	-0,38
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.979.839,66	27.829.143,60	10,71
PE	PAUDALHO	26	1060	8	511.457,79	41.725.583,61	1,23
PE	PEDRA	26	1080	6	(2.763,72)	21.649.118,05	-0,01
PE	QUIXABA	26	1153	3	(44.088,44)	9.839.281,46	-0,45
PE	SALGADINHO	26	1210	9	1.104.816,74	10.124.698,02	10,91
PE	SALOA	26	1230	7	2.940.613,50	18.130.493,37	16,22
PE	SANHARO	26	1240	6	-	20.881.249,63	0,00
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	21.093.469,73	0,00
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(79.523,79)	14.486.962,86	-0,55
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	605.161,48	11.799.415,35	5,13
PE	SAO JOAO	26	1320	6	1.369.901,62	24.074.567,08	5,69
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.862.006,56	31.823.786,73	8,99
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	-	20.473.656,37	0,00
PE	SERRITA	26	1400	6	841.739,17	23.547.824,00	3,57
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	12.009.086,42	40.628.782,85	29,56
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.493.227,52)	19.712.995,68	-7,57
PE	TAMANDARE	26	1485	7	8.317.419,43	27.285.918,91	30,48
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.189.633,56)	11.219.993,77	-10,60
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.888.000,52)	16.909.321,63	-28,91
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.953.460,74	0,00
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(260.209,34)	11.031.189,31	-2,36

PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.610.814,49	12.191.726,07	29,62
PR	AGUDOS DO SUL	41	30	1	1.248.642,03	8.192.644,88	15,24
PR	AMPERE	41	100	2	117.224,64	19.484.294,10	0,60
PR	ANAHY	41	105	1	787.456,27	6.999.011,06	11,25
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	4.471.495,66	41.465.981,26	10,78
PR	BALSA NOVA	41	230	7	(1.543.055,12)	21.305.951,52	-7,24
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	306.055,69	10.722.312,83	2,85
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	116.500,59	8.011.422,36	1,45
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.539.320,45	13.352.845,24	19,02
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	545.087,73	8.780.074,15	6,21
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	3.923.812,37	49.645.279,40	7,90
PR	CANDOI	41	442	8	(16.138.721,88)	29.623.781,36	-54,48
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.521.051,11	34.958.830,08	10,07
PR	CEU AZUL	41	530	0	(1.722.623,92)	21.370.413,15	-8,06
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	3.241.887,17	35.247.660,69	9,20
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.540.581,79	18.603.067,78	8,28
PR	CORNELIO PROCOPIO	41	640	7	14.918.550,73	48.986.249,81	30,45
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.036.276,28	31.267.630,63	6,51
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	41	657	1	419.156,12	10.736.063,67	3,90
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(292.392,77)	9.350.893,87	-3,13
PR	DOURADINA	41	725	6	(2.018.414,16)	11.785.823,61	-17,13
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	3.284.200,92	7.588.735,49	43,28
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(150.031,11)	11.282.659,85	-1,33
PR	FAROL	41	755	3	1.950.407,95	7.609.635,13	25,63
PR	FENIX	41	770	2	2.117.548,55	8.077.215,66	26,22
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	406.727,40	8.776.012,17	4,63
PR	GUAIRA	41	880	9	(11.160.988,80)	37.403.009,35	-29,84
PR	GUAPOREMA	41	910	4	874.834,30	6.573.753,03	13,31
PR	GUARANIACU	41	930	2	202.644,47	21.297.917,17	0,95
PR	IGUATU	41	1005	2	337.121,06	5.990.476,78	5,63
PR	IPIRANGA	41	1050	8	797.684,84	19.376.790,84	4,12
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	264.121,78	5.934.305,48	4,45
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.346.852,93	14.847.357,55	36,01
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	238.988,36	10.597.063,94	2,26
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(535.461,23)	18.469.703,20	-2,90
PR	IVAIPORA	41	1150	6	7.838.839,29	26.261.677,90	29,85
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	6.951.551,57	43.057.191,01	16,14
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	676.360,79	13.737.458,72	4,92
PR	JESUITAS	41	1275	1	1.379.190,29	11.594.192,86	11,90
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(366.787,91)	13.823.773,27	-2,65
PR	KALORE	41	1310	6	287.033,98	6.790.661,19	4,23
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	7.997.390,85	33.457.862,98	23,90
PR	LOANDA	41	1350	2	(384.260,77)	21.173.596,99	-1,81
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	4.602.198,07	8.686.856,99	52,98
PR	MAMBORE	41	1400	5	(19.165,77)	20.129.090,85	-0,10
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	14.564.418,85	43.185.676,38	33,73
PR	MARIALVA	41	1480	7	5.174.626,07	37.224.046,17	13,90
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	(297.619,08)	12.719.159,19	-2,34
PR	MARILUZ	41	1510	1	3.082.176,51	13.689.197,40	22,52
PR	MATINHOS	41	1570	5	(4.211.616,31)	52.333.168,50	-8,05
PR	MERCEDES	41	1585	3	34.323,42	11.499.478,56	0,30
PR	MISSAL	41	1605	9	(771.614,37)	18.639.995,40	-4,14
PR	NOVA ALIANCA DO IVAI	41	1650	5	438.006,78	5.771.773,17	7,59
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	3.496.762,28	26.641.647,01	13,13
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	329.151,52	8.295.048,40	3,97
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	5.021.539,63	14.809.940,27	33,91
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	77.518,29	6.318.757,72	1,23
PR	PALOTINA	41	1790	9	2.235.949,72	38.102.142,20	5,87
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	449.261,19	9.033.206,45	4,97
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	105.283,80	8.390.494,11	1,25
PR	PIEN	41	1910	3	36.459,92	19.030.708,14	0,19
PR	PINHAO	41	1930	1	(245.008,76)	35.467.790,17	-0,69
PR	PLANALTO	41	1980	6	347.047,60	16.244.100,61	2,14

PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	416.100,36	7.356.165,84	5,66
PR	PORTO RICO	41	2020	0	178.549,04	7.547.145,21	2,37
PR	PRANCHITA	41	2035	8	148.178,92	8.382.797,89	1,77
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	(1.016.376,70)	33.658.642,01	-3,02
PR	QUEDAS DO IGUACU	41	2090	3	4.049.492,83	35.249.750,25	11,49
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	339.853,75	9.231.416,98	3,68
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.846.756,31	15.835.607,98	17,98
PR	REALEZA	41	2140	6	(837.817,08)	17.161.555,29	-4,88
PR	RENASCENCA	41	2160	4	445.993,25	11.466.800,14	3,89
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(2.625.716,53)	16.514.231,10	-15,90
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(1.118.837,24)	34.969.529,76	-3,20
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	2.266.958,65	15.569.333,75	14,56
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	109.831,30	7.756.470,53	1,42
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(614.168,85)	7.354.957,93	-8,35
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2460	8	1.168.704,70	10.557.968,98	11,07
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	3.939.084,96	14.082.157,37	27,97
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(259.433,78)	21.210.351,27	-1,22
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	530.941,69	13.494.154,17	3,93
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	5.006.491,16	9.595.837,37	52,17
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	1.268.940,01	12.503.377,65	10,15
PR	SULINA	41	2665	2	417.919,84	8.545.402,49	4,89
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	707.973,44	13.314.613,73	5,32
PR	TERRA RICA	41	2730	4	5.417.787,40	17.374.580,22	31,18
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	4.471.370,41	20.767.134,41	21,53
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	55.194,55	11.114.141,87	0,50
PR	VERE	41	2860	9	1.503.894,67	11.928.558,52	12,61
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	563.761,00	34.593.888,10	1,63
RJ	ITAOCARA	33	210	6	4.885.399,60	40.312.748,60	12,12
RJ	ITATIAIA	33	225	4	1.015.361,70	73.050.038,90	1,39
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	1.468.740,00	26.034.891,00	5,64
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(16.080.120,10)	130.801.599,10	-12,29
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	6.723.393,50	35.877.820,70	18,74
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(5.367.833,50)	65.674.757,30	-8,17
RN	CRUZETA	24	300	4	(51.598,72)	9.151.922,25	-0,56
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	747.369,81	35.914.873,87	2,08
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.749.206,75)	18.392.586,97	-9,51
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(3.596.319,34)	22.594.775,25	-15,92
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(2.791.299,06)	25.550.145,95	-10,92
RO	CABIXI	11	3	1	(1.473.958,33)	10.639.696,50	-13,85
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(370.152,51)	10.245.593,17	-3,61
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(469.427,02)	21.001.264,95	-2,24
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	11	14	8	(5.497.323,80)	24.345.102,66	-22,58
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(26.808.875,44)	48.085.639,55	-55,75
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(1.367.423,99)	8.598.238,46	-15,90
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	11	32	0	(2.885.229,34)	29.013.608,65	-9,94
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(2.240.505,60)	16.716.424,84	-13,40
RO	TEIXEIROPOLIS	11	155	9	(2.975.372,00)	9.295.895,94	-32,01
RS	ACEGUA	43	3	4	(3.224.951,74)	12.679.915,02	-25,43
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(366.115,10)	9.685.712,90	-3,78
RS	AGUDO	43	10	9	1.738.041,74	25.608.419,11	6,79
RS	AJURICABA	43	20	8	(981.620,50)	12.781.581,47	-7,68
RS	ALECRIM	43	30	7	(1.776.371,94)	9.110.069,37	-19,50
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(487.047,72)	7.462.410,14	-6,53
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.650.585,27)	16.183.298,83	-16,38
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	(1.666.534,01)	8.284.409,22	-20,12
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.304.120,43)	7.561.457,86	-17,25
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	142.915,87	9.747.204,74	1,47
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(538.258,00)	10.330.722,00	-5,21
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.344.895,87)	5.948.479,65	-22,61
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(2.443.781,83)	11.446.044,70	-21,35
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.335.621,75	20.324.735,09	6,57
RS	ARAMBARE	43	85	1	(1.434.259,36)	9.621.632,75	-14,91
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.863.757,37)	32.092.854,53	-27,62

RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	3.281.837,65	30.671.597,43	10,70
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(108.224,81)	19.974.879,92	-0,54
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(1.173.159,18)	17.414.453,26	-6,74
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	116.464,83	25.124.151,30	0,46
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.247.427,88)	12.833.202,65	-9,72
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	192.277,13	24.717.950,01	0,78
RS	BARAO	43	165	1	1.003.534,00	9.550.765,00	10,51
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.640.318,00)	11.071.078,00	-14,82
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(2.740.920,04)	7.634.723,86	-35,90
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.751.904,70)	11.901.682,25	-14,72
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(618.638,76)	7.100.801,84	-8,71
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(298.943,96)	8.719.396,23	-3,43
RS	BARRACAO	43	180	0	942.750,78	11.469.668,58	8,22
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	408.118,01	17.037.549,71	2,40
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(969.372,03)	7.181.153,46	-13,50
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	641.483,99	11.307.872,34	5,67
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.296.830,70)	9.143.800,42	-14,18
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(869.680,38)	9.200.915,07	-9,45
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.903.518,87)	10.791.359,62	-17,64
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.007.217,14	16.604.460,11	66,29
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.805.354,93	20.148.918,36	8,96
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(286.007,23)	6.483.230,90	-4,41
RS	BOSSOROCA	43	250	1	46.947,72	12.544.809,29	0,37
RS	BOZANO	43	258	4	(1.183.299,18)	6.869.632,68	-17,23
RS	BRAGA	43	260	0	(706.104,27)	7.778.929,91	-9,08
RS	BROCHIER	43	265	9	(43.559,01)	9.249.213,76	-0,47
RS	BUTIA	43	270	9	4.447.128,29	25.162.132,38	17,67
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(15.223.867,85)	41.616.521,63	-36,58
RS	CACEQUI	43	290	7	2.478.957,02	16.823.870,62	14,73
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(1.506.095,00)	8.194.754,13	-18,38
RS	CAIBATE	43	330	1	247.868,49	8.695.546,88	2,85
RS	CAICARA	43	340	0	(124.032,35)	8.906.860,96	-1,39
RS	CAMARGO	43	355	8	(5.971.018,05)	8.911.827,70	-67,00
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(517.106,79)	9.391.884,49	-5,51
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.170.830,65)	10.020.756,39	-11,68
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	11.063.167,80	0,00
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(218.936,44)	9.674.030,29	-2,26
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	141.006,26	10.684.402,17	1,32
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.902.399,04)	32.284.002,37	-5,89
RS	CANELA	43	440	8	(6.118.003,52)	62.617.866,16	-9,77
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(1.337.007,77)	6.308.239,86	-21,19
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(991.212,71)	7.502.325,06	-13,21
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(5.651.641,38)	73.320.470,15	-7,71
RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	-	9.967.005,20	0,00
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(4.904.466,54)	12.807.184,20	-38,29
RS	CAPITAO	43	469	7	(13.730,33)	9.485.626,34	-0,14
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(4.122.981,29)	11.246.838,90	-36,66
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(8.882.750,20)	45.609.494,09	-19,48
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(54.047,11)	5.646.360,14	-0,96
RS	CASCA	43	490	3	(2.808.863,11)	14.242.412,73	-19,72
RS	CATUIPE	43	500	9	311.852,68	13.513.618,30	2,31
RS	CENTENARIO	43	511	6	(958.572,50)	7.635.688,70	-12,55
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(440.070,00)	6.719.747,00	-6,55
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.037.360,03)	15.732.313,68	-12,95
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	7.446.951,90	56.343.154,58	13,22
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.070.704,00)	8.388.335,00	-36,61
RS	CHIAPETTA	43	540	5	2.475.447,54	9.404.833,75	26,32
RS	CHUVISCA	43	544	7	(965.927,00)	9.118.447,00	-10,59
RS	CIDREIRA	43	545	4	7.828.901,27	25.333.152,02	30,90
RS	COLINAS	43	558	7	(714.125,33)	7.993.424,08	-8,93
RS	COLORADO	43	560	3	(4.807.741,54)	10.278.711,73	-46,77
RS	CONDOR	43	570	2	(1.219.793,46)	13.288.084,30	-9,18
RS	CONSTANTINA	43	580	1	(1.240.071,39)	15.123.983,44	-8,20
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.354.481,55)	8.238.883,83	-16,44
RS	COTIPORA	43	595	9	462.841,00	8.499.181,00	5,45
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(1.056.352,04)	20.389.174,73	-5,18

RS	CRISTAL	43	605	6	(2.572.763,20)	9.723.770,32	-26,46
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(286.438,69)	15.742.276,95	-1,82
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.247.803,36)	8.743.064,26	-14,27
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(8.637.075,28)	40.325.275,35	-21,42
RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	43	642	9	61.627,45	8.817.760,13	0,70
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.711.403,54)	22.287.572,89	-7,68
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(5.957.252,56)	49.467.943,66	-12,04
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(841.205,87)	7.187.106,39	-11,70
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	561.950,92	7.440.721,65	7,55
RS	CARDOSO	43	673	4	(499.422,00)	11.217.683,00	-4,45
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(533.887,22)	6.921.415,95	-7,71
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.380.643,32)	64.454.265,38	-9,90
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	762.232,91	33.131.307,67	2,30
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(4.006.006,38)	10.616.185,88	-37,73
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	249,45	12.545.511,84	0,00
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(382.647,93)	9.040.643,68	-4,23
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.406.502,00)	10.168.471,00	-23,67
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(1.921.185,64)	62.270.265,19	-3,09
RS	ESTRELA	43	780	7	(6.738.839,10)	46.667.758,19	-14,44
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-	8.229.656,81	0,00
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(158.650,60)	8.366.665,51	-1,90
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(138.676,52)	7.264.384,72	-1,91
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(163.395,00)	8.915.680,00	-1,83
RS	FELIZ	43	810	2	(3.806.225,46)	19.770.858,94	-19,25
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(10.181.292,98)	44.113.029,69	-23,08
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.609.262,24)	6.534.953,57	-55,23
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(1.485.264,00)	17.357.580,04	-8,56
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.796.967,15)	10.117.508,36	-57,30
RS	GARIBALDI	43	860	7	(7.224.062,37)	49.481.432,42	-14,60
RS	GAURAMA	43	870	6	(2.505.158,51)	9.983.971,00	-25,09
RS	GENTIL	43	885	4	(1.009.708,00)	7.323.253,31	-13,79
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	867.217,84	19.878.788,91	4,36
RS	GIRUA	43	900	1	1.098.307,96	30.199.692,56	3,64
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.064.194,58)	16.744.756,69	-24,27
RS	GRAMADO	43	910	0	409.703,81	72.983.871,12	0,56
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	1.014.894,50	6.801.484,70	14,92
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(2.190.111,64)	9.677.381,44	-22,63
RS	GUABIJU	43	925	8	(887.554,06)	6.193.527,55	-14,33
RS	HARMONIA	43	955	5	1.190.888,84	10.722.749,72	11,11
RS	HERVAL	43	710	4	541.841,14	11.907.539,53	4,55
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.761.080,10)	7.566.692,22	-23,27
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.273.136,66)	31.357.019,18	-10,44
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.892.622,71)	10.489.491,18	-18,04
RS	IBARAMA	43	975	3	(978.356,17)	9.382.229,08	-10,43
RS	IBIACA	43	980	3	898.242,47	10.079.443,80	8,91
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	539.419,81	11.672.159,59	4,62
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(1.180.060,01)	8.934.003,27	-13,21
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.173.984,20)	17.623.693,41	-6,66
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(196.520,20)	49.590.954,54	-0,40
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.989.684,63)	8.518.136,74	-23,36
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.272.029,62)	10.762.581,32	-11,82
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	582.064,58	10.395.611,14	5,60
RS	IPE	43	1043	9	769.751,70	11.716.346,40	6,57
RS	IRAI	43	1050	4	497.802,25	10.071.626,93	4,94
RS	ITAARA	43	1053	8	94.932,51	9.179.594,58	1,03
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(403.440,30)	6.758.899,43	-5,97
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	485.296,93	8.484.799,12	5,72
RS	IVORA	43	1075	1	(1.280.853,24)	6.124.383,32	-20,91
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.754.869,80)	30.002.455,33	-29,18
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(687.456,04)	7.317.556,30	-9,39
RS	JARI	43	1113	0	(1.939.084,69)	8.309.610,27	-23,34
RS	JOIA	43	1115	5	(785.162,79)	16.485.474,12	-4,76
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.508.011,70)	29.912.342,00	-5,04
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.009.781,10)	6.020.955,72	-16,77
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.771.753,03)	14.465.493,73	-12,25
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(939.633,41)	9.766.350,07	-9,62

RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(123.223,92)	9.092.822,32	-1,36
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.641.614,18)	5.649.724,52	-46,76
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(4.886.930,29)	11.855.843,16	-41,22
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.274.765,94)	6.854.396,56	-18,60
RS	MAQUINE	43	1177	5	(2.676.805,19)	12.172.048,94	-21,99
RS	MARATA	43	1179	1	(2.777.491,18)	7.968.241,83	-34,86
RS	MARAU	43	1180	9	(4.759.680,10)	58.286.009,96	-8,17
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(834.420,34)	9.619.875,72	-8,67
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	376.856,26	12.220.856,20	3,08
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.814.649,18)	8.151.796,10	-22,26
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(5.249.489,33)	9.344.069,64	-56,18
RS	MATA	43	1210	4	1.178.940,44	9.391.996,57	12,55
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(617.287,11)	8.054.312,54	-7,66
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(2.035.869,29)	9.767.828,18	-20,84
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(535.712,24)	7.003.489,86	-7,65
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(182.673,17)	10.106.943,11	-1,81
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(3.533.466,55)	11.803.206,64	-29,94
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	3.193.270,87	7.973.467,26	40,05
RS	MONTAURI	43	1235	1	(1.717.611,22)	6.854.990,26	-25,06
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	440.561,50	7.908.899,67	5,57
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(1.328.441,14)	7.888.188,61	-16,84
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.142.737,34)	7.801.827,61	-14,65
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(448.676,47)	6.712.916,81	-6,68
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.589.667,38)	9.418.194,28	-38,11
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(257.833,51)	10.450.273,25	-2,47
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.171.963,27)	19.472.643,37	-6,02
RS	MUCUM	43	1260	9	1.445.099,61	9.495.942,23	15,22
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(243.840,25)	10.888.534,72	-2,24
RS	MULITERNO	43	1262	5	-	7.023.174,58	0,00
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(3.419.944,10)	26.873.935,54	-12,73
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.997.536,96)	6.922.411,57	-28,86
RS	NONOAI	43	1270	8	3.616.985,11	16.427.013,51	22,03
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(871.200,88)	9.849.160,74	-8,85
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.158.606,70)	10.122.239,88	-21,33
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(2.481.949,03)	16.125.504,87	-15,39
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(624.471,22)	8.378.376,03	-7,45
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	(1.302.353,90)	9.975.534,58	-13,06
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(519.787,73)	25.013.248,99	-2,08
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	(361.472,77)	9.411.921,87	-3,84
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(352.483,01)	14.199.923,93	-2,48
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.096.436,41)	30.354.024,48	-13,50
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(3.902.559,93)	42.657.472,02	-9,15
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.015.877,49)	8.146.456,74	-24,75
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(55.703,65)	10.200.746,18	-0,55
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.232.090,67)	9.238.781,30	-24,16
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	97.218,97	8.132.575,31	1,20
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(774.923,27)	6.978.170,26	-11,10
RS	OSORIO	43	1350	8	(17.881.930,20)	141.438.025,55	-12,64
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(514.295,87)	9.000.649,57	-5,71
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	24.973.607,81	39.633.565,07	63,01
RS	PALMITINHO	43	1380	5	557.633,17	10.446.656,88	5,34
RS	PANAMBI	43	1390	4	(3.882.452,72)	63.858.633,40	-6,08
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	397.546,61	15.105.061,75	2,63
RS	PARAI	43	1400	1	211.738,06	12.646.860,25	1,67
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.384.229,69)	9.379.389,84	-14,76
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(562.906,71)	10.957.092,72	-5,14
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(857.213,41)	6.608.175,68	-12,97
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(513.654,00)	10.142.560,00	-5,06
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.373.476,62)	8.834.429,55	-49,50
RS	PEJUCARA	43	1430	8	302.736,24	10.594.193,56	2,86
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(488.612,79)	12.971.618,76	-3,77
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(2.853.551,52)	15.967.860,21	-17,87
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(831.602,99)	15.282.738,50	-5,44
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(732.391,88)	8.032.769,74	-9,12
RS	PIRAPO	43	1455	5	(455.863,04)	7.719.144,81	-5,91
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.290.241,09	27.163.763,73	4,75

RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.377.369,63)	13.226.305,85	-10,41
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(383.778,40)	7.584.117,22	-5,06
RS	PONTAO	43	1477	9	(4.380.718,00)	10.797.385,00	-40,57
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.635.699,00)	7.012.107,00	-23,33
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.420.528,92)	6.750.392,56	-21,04
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.462.773,10)	15.995.700,70	-9,14
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(968.561,53)	6.861.004,81	-14,12
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(3.434.442,49)	11.635.797,06	-29,52
RS	PUTINGA	43	1520	6	(215.706,60)	10.986.489,13	-1,96
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(773.957,07)	6.184.223,06	-12,52
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(337.394,93)	9.970.219,24	-3,38
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.535.398,85)	22.411.836,45	-20,24
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	140.410,68	8.063.892,77	1,74
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.148.353,36)	15.787.120,95	-7,27
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(1.183.877,65)	9.964.499,87	-11,88
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	37.077,90	15.511.524,57	0,24
RS	RONDINHA	43	1620	4	(798.101,56)	9.440.068,75	-8,45
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	297.027,82	11.642.854,29	2,55
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	7.912.981,09	40.711.761,06	19,44
RS	SAGRADA FAMILIA	43	1642	8	(24.578,78)	7.041.469,70	-0,35
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(413.735,43)	8.358.589,45	-4,95
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.430.540,34)	9.297.317,13	-15,39
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.777.034,00	13.346.746,00	13,31
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(232.172,31)	21.154.080,67	-1,10
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	2.308.746,88	16.733.741,97	13,80
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.817.375,64)	7.124.411,68	-25,51
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	985.065,32	10.239.078,57	9,62
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.484.215,98)	6.289.476,99	-23,60
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.305.590,12	44.369.162,51	9,70
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(773.692,39)	13.375.732,69	-5,78
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(1.215.260,03)	47.486.337,19	-2,56
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.445.448,04)	7.204.716,32	-20,06
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	34.945,03	20.804.301,00	0,17
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	210.426,05	7.094.940,10	2,97
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(568.034,11)	7.595.400,22	-7,48
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	6.006.170,21	29.410.345,64	20,42
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.012.428,67)	29.901.160,56	-13,42
RS	SAO JERONIMO	43	1840	8	2.794.321,60	26.974.983,46	10,36
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	265.712,39	8.729.081,96	3,04
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.103.470,63)	7.102.446,10	-15,54
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(1.351.218,59)	8.557.684,86	-15,79
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	9.776.279,31	0,00
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	219.310,35	6.890.046,85	3,18
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(500.166,96)	10.230.628,54	-4,89
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.665.075,86)	8.637.635,57	-19,28
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(9.655.947,14)	51.278.626,97	-18,83
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	26.039,63	9.787.982,29	0,27
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.084.694,08)	15.114.779,46	-13,79
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(461.790,54)	8.957.916,35	-5,16
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	478.994,49	7.547.541,87	6,35
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.765.717,12)	23.682.820,97	-24,35
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(14.824.008,00)	35.566.757,00	-41,68
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	217.051,98	8.201.170,78	2,65
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.028.087,38)	7.200.276,78	-14,28
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	1.667.927,61	6.700.622,58	24,89
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(961.640,00)	7.626.584,00	-12,61
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.728.546,33)	13.084.432,15	-20,85
RS	SARANDI	43	2010	7	(1.662.057,04)	26.574.100,80	-6,25
RS	SEBERI	43	2020	6	411.820,00	14.252.385,66	2,89
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.286.806,90)	7.967.930,70	-16,15
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.413.792,22)	12.537.986,32	-11,28
RS	SELBACH	43	2030	5	(465.836,55)	9.706.003,59	-4,80
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.393.125,42)	7.208.366,50	-19,33
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	738.072,46	25.042.940,84	2,95
RS	SERIO	43	2045	3	(1.938.752,60)	7.614.031,19	-25,46
RS	SERTAO	43	2050	3	(491.088,06)	11.253.535,87	-4,36

RS	SERTAO SANTANA	43	2055	2	(4.420.647,09)	10.200.188,02	-43,34
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(2.430.278,26)	9.321.566,82	-26,07
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(244.879,43)	6.840.522,69	-3,58
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.973.974,18)	16.950.005,77	-35,24
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	6.028.051,94	19.388.309,12	31,09
RS	TABAI	43	2085	9	245.677,00	7.919.866,00	3,10
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.535.400,61)	28.024.298,97	-9,05
RS	TAPERA	43	2100	6	1.173.625,75	16.017.508,92	7,33
RS	TAPES	43	2110	5	222.568,00	22.304.580,90	1,00
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.072.599,45)	7.026.313,94	-15,27
RS	TAVARES	43	2135	2	1.662.224,24	9.107.069,33	18,25
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(3.106.025,80)	16.067.440,37	-19,34
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(4.659.814,60)	40.591.071,73	-11,48
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(41.040,15)	7.684.522,30	-0,53
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.538.443,91)	10.039.393,04	-25,28
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.601.491,83)	6.932.126,75	-37,53
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	6.799.210,91	84.053.309,01	8,09
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(1.705.965,36)	7.468.592,92	-22,84
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.167.044,90)	8.936.763,08	-13,06
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.830.560,06)	13.251.815,59	-28,91
RS	TRES COROAS	43	2170	9	(7.424.010,62)	37.452.045,41	-19,82
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.074.424,01)	11.449.962,65	-9,38
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(179.719,74)	32.544.510,41	-0,55
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(364.923,89)	10.444.862,58	-3,49
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(451.896,99)	6.730.251,69	-6,71
RS	TUPANDI	43	2225	1	216.689,80	13.469.421,21	1,61
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(816.608,14)	11.760.431,15	-6,94
RS	TURUCU	43	2232	7	(1.239.861,44)	8.077.739,81	-15,35
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.389.931,17	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	6	221.588,10	7.623.408,35	2,91
RS	VALE REAL	43	2254	1	728.276,81	8.995.550,57	8,10
RS	VANINI	43	2255	8	(2.049.194,04)	7.164.651,12	-28,60
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.773.466,83)	35.029.714,32	-13,63
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(2.544.060,93)	35.152.665,55	-7,24
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.258.443,08)	6.990.947,21	-32,31
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(292.067,20)	9.028.382,76	-3,23
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	663.928,13	9.244.448,96	7,18
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	173.731,79	7.846.275,77	2,21
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(187.004,72)	11.795.839,91	-1,59
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(1.225.210,57)	8.113.032,16	-15,10
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.187.702,48)	9.224.444,86	-12,88
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	673.625,51	8.237.126,67	8,18
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	(222.819,09)	7.265.754,37	-3,07
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	4.029.804,27	29.875.894,79	13,49
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(684.260,69)	11.982.562,53	-5,71
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(2.900.744,00)	14.892.720,71	-19,48
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.790.475,01)	11.238.162,10	-15,93
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(662.469,47)	7.575.565,98	-8,74
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(196.572,77)	9.061.113,32	-2,17
SC	ANCHIETA	42	80	4	223.864,70	8.623.730,28	2,60
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(756.497,45)	14.145.481,01	-5,35
SC	ANITAPOLIS	42	110	9	(60.519,49)	6.765.106,21	-0,89
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(4.216.701,22)	16.817.039,38	-25,07
SC	ARABUTA	42	127	3	(614.347,00)	9.471.058,00	-6,49
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.778.568,40)	31.394.585,15	-12,04
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(426.572,92)	9.458.489,06	-4,51
SC	ARVOREDO	42	165	3	(6.642,00)	7.223.756,00	-0,09
SC	ATALANTA	42	180	2	(121.692,74)	6.768.181,53	-1,80
SC	AURORA	42	190	1	(438.830,93)	9.182.426,93	-4,78
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(684.928,83)	13.364.952,89	-5,12
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(85.588,50)	12.678.837,44	-0,68
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(548.493,76)	10.529.302,82	-5,21
SC	BELMONTE	42	215	6	(127.623,06)	7.115.489,71	-1,79
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(1.955.982,91)	13.785.101,47	-14,19
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(945.355,19)	8.315.674,36	-11,37

SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(8.561.035,40)	8.413.961,58	-101,75
SC	BOM JESUS	42	253	7	(26.359,83)	7.288.823,45	-0,36
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(280.345,52)	6.364.466,65	-4,40
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.516.760,87)	11.417.135,68	-13,28
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.495.327,43)	9.417.161,42	-26,50
SC	CAIBI	42	310	5	(612.360,90)	10.276.495,13	-5,96
SC	CALMON	42	315	4	2.952.009,30	8.490.974,40	34,77
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.694.701,03)	17.828.128,54	-20,72
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.382.016,64)	12.003.249,33	-11,51
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.954.519,30)	16.563.584,76	-11,80
SC	CANELINHA	42	370	9	(7.128,80)	13.644.064,96	-0,05
SC	CAPINZAL	42	390	7	(3.271.724,09)	37.253.989,26	-8,78
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(504.193,36)	15.855.444,12	-3,18
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(551.187,49)	9.505.802,02	-5,80
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(587.138,54)	8.484.380,54	-6,92
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	476.023,39	25.816.279,00	1,84
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(734.840,01)	10.632.630,68	-6,91
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.103.944,65)	15.819.885,81	-6,98
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(1.087.332,17)	24.344.455,55	-4,47
SC	CORUPA	42	450	9	(56.358,09)	20.693.231,67	-0,27
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.227.229,51)	14.909.565,95	-8,23
SC	CUNHATAI	42	475	6	(791.171,30)	6.427.890,74	-12,31
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.087.849,48)	44.033.760,05	-16,10
SC	DESCANSO	42	490	5	(283.322,02)	11.871.795,32	-2,39
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(1.696.241,51)	18.380.484,65	-9,23
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(361.846,88)	7.105.896,87	-5,09
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(855.052,07)	7.415.386,89	-11,53
SC	ERMO	42	519	1	(321.968,14)	6.616.103,14	-4,87
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.189.791,08)	9.062.501,67	-13,13
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(2.214.000,50)	7.072.481,78	-31,30
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(3.192.147,46)	32.986.217,10	-9,68
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(8.737.862,23)	53.584.791,47	-16,31
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.950.804,56)	27.299.987,62	-14,47
SC	GARUVA	42	580	3	(1.682.241,11)	22.882.723,42	-7,35
SC	GUARACIABA	42	640	5	596.010,74	13.989.312,29	4,26
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(2.481.692,78)	62.596.495,61	-3,96
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(903.819,50)	8.780.518,80	-10,29
SC	GUATAMBU	42	665	2	(606.245,34)	10.840.259,41	-5,59
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(2.905.156,18)	26.641.066,19	-10,90
SC	IBIAM	42	675	1	39.927,43	7.011.778,65	0,57
SC	IBICARE	42	680	1	(570.740,79)	7.864.132,20	-7,26
SC	IBIRAMA	42	690	0	(4.840.915,60)	27.401.624,06	-17,67
SC	IOMERE	42	757	7	(1.244.733,17)	9.157.521,44	-13,59
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(2.790.189,56)	13.194.125,53	-21,15
SC	IPUMIRIM	42	770	0	391.831,76	14.061.486,15	2,79
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(744.486,69)	15.085.482,85	-4,94
SC	ITA	42	800	5	(3.280.457,45)	28.947.636,38	-11,33
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(1.419.839,88)	28.758.320,08	-4,94
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(1.077.617,49)	27.938.210,97	-3,86
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(1.108.338,91)	25.769.833,09	-4,30
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	464.042,67	14.503.955,57	3,20
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.950.247,00	23.903.583,00	12,34
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	(151.485,38)	6.198.111,08	-2,44
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	(142.445,14)	9.625.915,61	-1,48
SC	JUPIA	42	917	7	(806.144,49)	6.758.818,68	-11,93
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(174.391,88)	6.612.761,05	-2,64
SC	LAURENTINO	42	950	8	(525.122,73)	8.829.701,63	-5,95
SC	LAURO MULLER	42	960	7	(502.982,20)	20.808.818,34	-2,42
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(806.832,64)	7.703.587,58	-10,47
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.688.286,25)	9.688.593,05	-27,75
SC	LONTRAS	42	990	4	(634.901,79)	11.836.517,30	-5,36
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(2.771.884,12)	15.199.544,54	-18,24
SC	MACIEIRA	42	1005	0	68.458,58	6.924.172,33	0,99
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	58.368,76	7.452.562,57	0,78
SC	MAJOR VIEIRA	42	1030	8	2.022.909,77	11.943.526,80	16,94
SC	MARAVILHA	42	1050	6	801.580,20	31.089.555,69	2,58

SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(7.172.847,30)	21.297.951,97	-33,68
SC	MELEIRO	42	1080	3	624.624,62	12.187.761,35	5,13
SC	MODELO	42	1090	2	140.401,26	8.459.534,82	1,66
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	767.365,51	12.027.406,68	6,38
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.400.501,62)	24.746.181,02	-5,66
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(829.329,81)	8.241.372,20	-10,06
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(213.417,72)	9.684.540,86	-2,20
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.327.202,77)	9.591.166,06	-13,84
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(2.638.408,89)	21.157.821,05	-12,47
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(762.834,70)	7.626.041,95	-10,00
SC	ORLEANS	42	1170	2	353.894,17	31.819.868,21	1,11
SC	OURO	42	1180	1	(1.525.402,78)	11.180.290,27	-13,64
SC	OURO VERDE	42	1185	0	451.811,92	7.888.118,38	5,73
SC	PAIAL	42	1187	6	(518.946,14)	6.405.543,68	-8,10
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	308.393,13	14.328.936,30	2,15
SC	PALMITOS	42	1210	6	(1.851.160,90)	22.749.345,03	-8,14
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(5.679.501,25)	24.899.246,18	-22,81
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.935.554,78)	11.304.316,75	-25,97
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	819.589,54	10.785.773,83	7,60
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(489.244,77)	7.433.402,27	-6,58
SC	PENHA	42	1250	2	(3.750.965,51)	37.100.370,93	-10,11
SC	PERITIBA	42	1260	1	(287.179,86)	7.297.847,96	-3,94
SC	PICARRAS	42	1280	9	(916.219,54)	31.765.407,88	-2,88
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.729.320,52)	24.597.049,03	-7,03
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	181.399,03	8.146.089,03	2,23
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(915.054,30)	9.252.038,40	-9,89
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(792.603,00)	8.386.519,00	-9,45
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(830.914,85)	15.380.558,58	-5,40
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.900.655,01)	36.702.192,24	-5,18
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(613.668,95)	23.045.063,38	-2,66
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(749.725,59)	7.302.338,51	-10,27
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.146.415,61)	6.739.013,17	-17,01
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(458.451,42)	16.436.695,90	-2,79
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(837.676,32)	7.906.449,37	-10,59
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.113.514,46)	12.827.993,32	-8,68
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.090.833,38	9.162.386,85	11,91
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(2.441.976,80)	10.164.091,26	-24,03
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.428.559,49)	13.537.967,98	-17,94
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(893.449,17)	8.571.468,52	-10,42
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(572.081,56)	8.141.399,33	-7,03
SC	RODEIO	42	1510	9	(663.620,67)	13.485.205,55	-4,92
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	(302.436,04)	8.032.298,96	-3,77
SC	SANGAO	42	1545	5	(134.677,00)	13.072.645,00	-1,03
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.594.198,92	22.681.252,79	7,03
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.203.781,66)	6.934.201,21	-17,36
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(732.335,07)	10.416.038,74	-7,03
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(65.434,72)	6.652.554,61	-0,98
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.238.068,25)	6.156.379,38	-20,11
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.033.515,56	24.944.286,65	4,14
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(827.463,36)	6.712.516,61	-12,33
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.731.174,01)	16.177.132,15	-10,70
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.742.315,22)	14.289.809,94	-12,19
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.422.440,80)	123.324.001,76	-16,56
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(28.157,24)	35.886.087,82	-0,08
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	169.974,68	7.325.459,62	2,32
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(1.614.428,26)	11.650.624,27	-13,86
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.764.951,64)	10.363.952,27	-17,03
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	3.876.239,74	29.595.644,84	13,10
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.777.889,01)	18.547.720,67	-14,98
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	172.464,74	11.737.255,70	1,47
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(8.408.420,12)	30.559.376,02	-27,52
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(833.562,81)	6.969.765,75	-11,96
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	12.897.764,60	45.520.399,01	27,89
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.285.370,00)	8.227.120,17	-39,93

SC	SAUDADES	42	1730	3	(348.221,58)	12.594.843,01	-2,76
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(1.782.526,34)	22.141.221,82	-8,05
SC	SEARA	42	1750	1	1.223.081,55	27.006.354,15	4,53
SC	SOMBRIO	42	1770	9	7.561.008,73	31.857.255,00	23,73
SC	TANGARA	42	1790	7	515.468,37	17.342.252,21	2,97
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(427.091,67)	4.990.856,19	-8,56
SC	TIJUCAS	42	1800	4	764.851,72	44.870.488,63	1,70
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(538.099,12)	8.938.644,95	-6,02
SC	TIMBO	42	1820	2	(16.072.202,80)	69.569.131,86	-23,10
SC	TREVISO	42	1835	0	(531.084,48)	12.078.386,45	-4,40
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	98.444,01	10.012.005,32	0,98
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(723.559,24)	9.291.612,08	-7,79
SC	TURVO	42	1880	6	(1.423.950,26)	19.096.804,26	-7,46
SC	URUPEMA	42	1895	4	(707.649,67)	6.082.131,69	-11,63
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(971.649,30)	12.766.530,45	-7,61
SC	VIDEIRA	42	1930	9	2.166.706,70	80.605.884,06	2,69
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(594.472,93)	8.833.711,93	-6,73
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.936.316,60)	7.589.778,71	-25,51
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(957.286,62)	9.588.866,02	-9,98
SC	XAXIM	42	1970	5	1.346.565,86	45.197.617,07	2,98
SE	ARAUA	28	40	7	-	15.989.327,30	0,00
SE	CANHOBA	28	110	8	(994.033,55)	7.817.945,43	-12,71
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(5.061.951,69)	91.582.565,89	-5,53
SE	CRISTINAPOLIS	28	170	2	641.628,00	21.485.612,75	2,99
SE	CUMBE	28	190	0	-	7.313.502,24	0,00
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(19.427.658,27)	41.918.169,57	-46,35
SE	MACAMBIRA	28	370	8	825.520,52	9.827.485,75	8,40
SE	PIRAMBU	28	530	7	(1.331.981,16)	14.082.307,00	-9,46
SE	SALGADO	28	620	6	5.723.811,72	20.374.862,62	28,09
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	28	630	5	(1.425.332,00)	19.400.836,81	-7,35
SE	SIMAO DIAS	28	710	5	(11.324.705,00)	37.483.270,29	-30,21
SE	SIRIRI	28	720	4	(3.296.637,00)	14.909.125,01	-22,11
SP	ADOLFO	35	20	4	(327.203,88)	11.770.108,40	-2,78
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	1.774.991,31	13.213.636,42	13,43
SP	AGUDOS	35	70	9	12.758.747,50	67.607.883,03	18,87
SP	ALTAIR	35	90	7	-	10.773.749,37	0,00
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(701.001,56)	9.830.921,13	-7,13
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	1.226.491,33	48.265.541,97	2,54
SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.037.543,00)	35.833.029,00	-5,69
SP	ARIRANHA	35	370	3	(3.075.573,03)	27.754.275,89	-11,08
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	2.958.654,14	64.332.867,38	4,60
SP	BADY BASSITT	35	460	2	316.940,02	24.034.806,23	1,32
SP	BARBOSA	35	510	4	579.547,76	11.314.112,99	5,12
SP	BARRINHA	35	560	9	-	41.456.926,68	0,00
SP	BILAC	35	640	9	(1.855.711,81)	13.028.746,34	-14,24
SP	BOCAINA	35	680	5	(818.245,57)	22.504.321,71	-3,64
SP	BORA	35	720	9	(439.575,00)	7.131.291,00	-6,16
SP	BURITAMA	35	810	8	(2.034.957,76)	33.573.068,34	-6,06
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	(1.956.699,40)	25.866.806,28	-7,56
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(458.013,63)	13.695.034,97	-3,34
SP	COLINA	35	1200	1	10.448.154,85	37.603.757,62	27,78
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(5.119.946,83)	56.120.366,56	-9,12
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.912.969,77	0,00
SP	CUNHA	35	1360	3	553.830,03	34.814.929,41	1,59
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(784.275,48)	6.776.025,72	-11,57
SP	DOIS CORREGOS	35	1410	6	(860.991,90)	38.653.753,50	-2,23
SP	DRACENA	35	1440	3	4.606.972,07	61.630.313,47	7,48
SP	DUMONT	35	1460	1	(715.136,27)	14.480.659,77	-4,94
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.076.808,28	26.116.761,69	11,78
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(850.174,16)	8.366.799,59	-10,16
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(63.354,91)	15.639.724,39	-0,40
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	11.719.017,45	0,00
SP	GUARANTA	35	1810	7	(581.121,47)	12.568.897,25	-4,62
SP	GUATAPARA	35	1885	9	840.957,79	16.088.910,04	5,23
SP	IACANGA	35	1910	5	(1.566.449,05)	19.918.420,96	-7,86
SP	IACRI	35	1920	4	-	11.794.863,94	0,00

SP	IBIRA	35	1940	2	3.747.943,00	19.200.837,00	19,52
SP	ILHABELA	35	2040	0	(5.837.640,01)	89.615.914,78	-6,51
SP	INDIAPORA	35	2070	7	669.539,38	10.336.831,68	6,48
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	1.896.044,30	37.481.196,79	5,06
SP	IRAPUA	35	2150	7	(839.556,92)	12.148.577,41	-6,91
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.832.078,74)	24.999.852,25	-7,33
SP	ITAJOBI	35	2190	3	950.208,18	28.113.811,17	3,38
SP	ITAJU	35	2200	0	-	9.297.945,54	0,00
SP	ITOBI	35	2380	0	3.017.086,29	8.588.226,92	35,13
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.632.868,40	14.485.494,76	11,27
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(3.045.346,83)	18.657.756,57	-16,32
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.171.840,86)	11.457.606,98	-10,23
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(3.934.796,05)	51.467.598,47	-7,65
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(1.726.333,47)	9.393.190,59	-18,38
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	2.091,29	28.956,36	7,22
SP	JUQUITIBA	35	2620	9	20.677.385,12	39.400.581,91	52,48
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(220.940,95)	9.446.804,41	-2,34
SP	LAVINIA	35	2650	6	(1.011.104,48)	13.783.046,84	-7,34
SP	LUCELIA	35	2740	5	(2.906.868,37)	31.607.727,93	-9,20
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	46.691,29	8.386.402,37	0,56
SP	MIRACATU	35	2990	6	(2.127.755,00)	36.521.513,04	-5,83
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	2.045.826,49	74.352.644,93	2,75
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(451.682,48)	9.143.418,29	-4,94
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	567.734,85	14.299.036,98	3,97
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(198.476,02)	10.827.290,22	-1,83
SP	NOVAIS	35	3325	4	123.337,04	9.074.865,80	1,36
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	-	46.321.702,27	0,00
SP	PARAPUA	35	3600	0	618.695,39	16.021.134,64	3,86
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	726.943,30	26.303.320,67	2,76
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(105.269,31)	8.076.060,86	-1,30
SP	PIRANGI	35	3900	4	(595.910,61)	16.240.910,30	-3,67
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	1.393.015,95	28.274.755,36	4,93
SP	QUADRA	35	4165	3	(569.340,82)	9.937.281,57	-5,73
SP	QUATA	35	4170	3	(2.778.293,30)	24.749.788,75	-11,23
SP	RIFAINA	35	4360	0	(490.606,93)	13.979.904,07	-3,51
SP	RINCAO	35	4370	9	2.845.188,78	18.603.268,62	15,29
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.292.950,26)	13.592.296,84	-9,51
SP	SAGRES	35	4470	7	(415.658,95)	6.637.346,30	-6,26
SP	SALES	35	4480	6	1.408.276,33	14.530.280,23	9,69
SP	SALMOURAO	35	4510	0	798.381,78	8.569.603,99	9,32
SP	SALTINHO	35	4515	9	(1.065.013,00)	14.075.539,66	-7,57
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(554.640,45)	24.120.282,07	-2,30
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(588.517,26)	8.359.719,42	-7,04
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	309.497,28	9.479.116,43	3,27
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(1.256.228,19)	6.547.056,02	-19,19
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(3.772.060,65)	7.271.112,09	-51,88
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	139.145,53	13.833.469,75	1,01
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(2.125.463,66)	9.022.567,12	-23,56
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	-	7.436.198,96	0,00
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(817.607,37)	7.725.493,91	-10,58
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	8.381.887,08	64.814.431,52	12,93
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(7.445.987,89)	24.975.234,94	-29,81
SP	SERRANA	35	5150	4	1.242.501,66	64.655.603,32	1,92
SP	SOCORRO	35	5210	6	(1.862.700,19)	44.126.153,25	-4,22
SP	TABATINGA	35	5270	0	(617.611,51)	22.633.503,41	-2,73
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	1.655.999,03	11.883.892,01	13,93
SP	TORRINHA	35	5470	6	135.151,49	13.861.561,48	0,98
SP	UBARANA	35	5535	6	1.071.232,23	13.766.228,91	7,78
SP	URUPES	35	5600	8	-	20.778.095,83	0,00
SP	VIRADOURO	35	5680	0	51.847,48	29.290.576,79	0,18
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(364.278,36)	5.146.777,00	-7,08
TO	JUARINA	17	1180	3	760.075,96	4.599.634,49	16,52
BA	BELMONTE	29	340	9	(2.395.528,29)	31.863.154,95	-7,52
BA	CORIBE	29	910	9	8.862.072,64	20.153.493,28	43,97
BA	ITIUBA	29	1700	3	6.542.640,89	37.392.685,51	17,50
BA	MACURURE	29	1990	0	4.155.459,06	10.864.723,54	38,25

30/03/2011 Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN até 28/03/2011

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	NILO PECANHA	29	2260	7	4.205.147,03	19.813.541,57	21,22
BA	PINTADAS	29	2465	2	1.200.265,38	13.105.463,77	9,16
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.560.041,08)	17.909.506,96	-19,88
BA	BARRA DO CHOCA	29	290	6	(2.276.027,80)	42.949.481,82	-5,30
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	6.042.779,65	10.544.461,76	57,31
CE	UMIRIM	23	1375	7	2.713.199,72	21.253.722,28	12,77
CE	SOLONOPOLE	23	1300	5	6.387.741,57	22.227.913,87	28,74
CE	PARAIPABA	23	1025	8	4.915.819,95	31.974.520,19	15,37
CE	PACOTI	23	980	5	3.540.479,88	14.987.022,47	23,62
CE	IBIAPINA	23	530	8	3.701.468,52	29.227.587,58	12,66
CE	EUSEBIO	23	428	5	(32.405.343,86)	88.778.842,64	-36,50
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(923.248,21)	13.028.853,53	-7,09
CE	BANABUIU	23	185	1	(44.432,84)	23.006.166,60	-0,19
CE	MARCO	23	780	9	2.310.907,70	31.951.765,81	7,23
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.622.137,19)	19.398.992,46	-8,36
ES	MUQUI	32	380	9	2.512.992,82	20.944.306,77	12,00
ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.526.919,03	25.675.522,99	9,84
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.638.559,24)	35.235.405,57	-18,84
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	1.219.314,71	36.425.486,15	3,35
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	245.969,31	51.948.001,34	0,47
ES	PANCAS	32	400	5	(5.579.213,46)	29.822.689,59	-18,71
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.007.823,90)	45.821.002,96	-24,02
ES	ITARANA	32	290	0	(2.429.880,37)	19.230.532,68	-12,64
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(159.661,96)	34.772.181,49	-0,46
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(5.384.570,44)	22.314.461,24	-24,13
ES	MARATAIZES	32	332	0	(12.168.463,00)	52.190.423,00	-23,32
ES	CASTELO	32	140	7	(7.273.688,38)	53.778.044,60	-13,53
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	1.396.691,92	15.343.567,14	9,10
ES	ANCHIETA	32	40	9	(38.683.199,85)	155.951.528,22	-24,80
ES	ALEGRE	32	20	1	3.204.928,23	48.917.392,74	6,55
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(1.943.512,76)	21.835.169,88	-8,90
GO	JARAGUA	52	1180	0	686.425,11	47.979.461,61	1,43
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	(1.324.780,80)	20.360.843,61	-6,51
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	31	5330	1	1.315.052,44	6.568.318,63	20,02
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(468.620,64)	9.407.709,70	-4,98
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.897.522,34	28.278.644,87	27,93
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(876.480,90)	7.069.476,31	-12,40
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	141.579,28	6.939.649,66	2,04
MG	PIMENTA	31	5050	5	582.067,00	11.965.599,00	4,86
MG	PASSABEM	31	4750	1	-	5.433.673,25	0,00
MG	PINTOPOLIS	31	5057	0	217.821,39	9.521.976,46	2,29
MG	PIRANGA	31	5080	2	281.129,00	17.846.042,00	1,58
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(1.470.980,72)	7.032.823,27	-20,92
MG	PITANGUI	31	5140	4	13.315.185,93	21.672.855,42	61,44
MG	PIUMHI	31	5150	3	(347.493,00)	40.200.164,00	-0,86
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.025.671,02)	16.230.772,28	-55,61
MG	POMPEU	31	5200	6	10.179.299,79	36.109.919,84	28,19
MG	PRATINHA	31	5300	4	(230.456,37)	7.252.140,52	-3,18
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	745.450,00	25.162.441,36	2,96
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.022.475,50)	6.231.226,11	-16,41
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	-	26.335.797,77	0,00
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(142.384,09)	14.036.030,32	-1,01
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.988.799,76	9.154.646,59	21,72
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(2.125.750,53)	20.977.802,66	-10,13
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.970.943,09	30.580.178,94	6,45
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.158.155,28)	12.383.474,09	-17,43
MG	REDUTO	31	5415	0	116.280,98	8.666.617,26	1,34
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	16.423.237,31	39.596.286,46	41,48
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	2.501.258,16	27.477.197,56	9,10
MG	MINDURI	31	4190	0	-	6.907.615,37	0,00
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.485.579,12)	14.018.977,91	-17,73
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.639.123,12)	29.833.301,03	-8,85
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.315.946,27)	18.856.537,81	-6,98
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(1.380.957,26)	9.690.368,87	-14,25
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(1.290.887,19)	19.467.019,47	-6,63

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	NATERCIA	31	4440	9	(224.966,80)	7.811.439,30	-2,88
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	-	8.087.022,14	0,00
MG	OLHOS-D'AGUA	31	4545	5	(529.282,50)	9.837.227,02	-5,38
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(513.781,44)	7.798.008,15	-6,59
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(1.019.643,92)	46.548.223,36	-2,19
MG	ORATORIOS	31	4585	1	720.000,00	8.575.847,47	8,40
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	2.734.554,75	76.361.181,17	3,58
MG	PAINS	31	4650	3	-	15.283.166,00	0,00
MG	MONTE BELO	31	4300	5	108.078,66	12.899.006,62	0,84
MG	SERRANIA	31	6690	7	29.669,00	9.196.745,39	0,32
MG	SAO GONCALO DO PARA	31	6180	9	2.764.659,83	13.024.552,44	21,23
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	107.184,26	6.112.306,59	1,75
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(633.845,31)	8.085.039,65	-7,84
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	891.382,72	7.798.534,85	11,43
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	31	6450	6	679.567,89	9.700.819,90	7,01
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	175.244,68	6.811.592,04	2,57
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	1.732.217,79	10.150.688,72	17,07
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	718.688,53	6.732.850,50	10,67
MG	SAO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	(230.367,79)	7.015.016,69	-3,28
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.782.859,51	0,00
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(271.764,93)	28.701.257,10	-0,95
MG	TAPARUBA	31	6805	1	277.645,90	6.128.098,93	4,53
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.029.521,92	8.157.355,66	37,14
MG	TIRADENTES	31	6880	4	497.548,23	9.924.805,30	5,01
MG	TIROS	31	6890	3	1.043.146,92	10.092.717,27	10,34
MG	TOMBOS	31	6920	8	(952.623,03)	11.465.371,43	-8,31
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.331.898,03	12.572.688,11	26,50
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	3.541.334,93	17.585.537,97	20,14
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(108.889,16)	8.142.245,97	-1,34
MG	SENADOR CORTES	31	6560	2	(1.710.705,99)	6.566.352,18	-26,05
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	14.263.152,08	0,00
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(666.226,53)	7.602.718,57	-8,76
MG	RIO MANSO	31	5530	6	20.927,74	7.663.852,41	0,27
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	7.594.846,00	19.209.751,00	39,54
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(1.399.792,65)	23.038.636,10	-6,08
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	7.853.618,42	13.697.291,63	57,34
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.382.029,45)	8.589.571,34	-16,09
MG	ROMARIA	31	5640	3	(160.367,27)	10.362.799,55	-1,55
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(1.250.602,68)	55.056.993,55	-2,27
MG	SAO JOSE DO JACURI	31	6350	8	2.817.873,21	7.608.790,10	37,03
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	292.275,39	15.868.604,56	1,87
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(353.277,75)	10.832.963,88	-3,26
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	14.136.835,17	52.150.984,03	27,11
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	2.231.270.376,00	9.020.681,70	24735,05
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	-	7.438.682,59	0,00
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(387.498,89)	7.975.462,84	-4,86
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	171.778,38	8.424.126,49	2,04
MG	MANTENA	31	3960	7	12.232.784,86	31.439.098,25	38,91
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(1.445.920,25)	22.526.420,33	-6,42
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	554.360,45	7.181.955,51	7,72
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	186.105,14	8.650.582,76	2,15
MG	CHACARA	31	1590	4	143.272,19	6.534.800,49	2,19
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	8.029.879,97	0,00
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	498.856,89	9.214.809,87	5,41
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	3.842.790,08	20.425.800,19	18,81
MG	CAREACU	31	1360	2	(116.365,05)	8.496.483,10	-1,37
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(4.503.713,41)	24.573.713,28	-18,33
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	2.971.465,65	30.942.089,70	9,60
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(414.012,64)	7.356.103,83	-5,63
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	249.626,76	9.932.608,40	2,51
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	2.163.020,10	7.768.158,99	27,84
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(389.221,62)	5.783.721,93	-6,73
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.166.513,10)	32.049.589,37	-47,32
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.662.906,02	7.653.550,98	21,73

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	8.703.019,35	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.920.632,75	12.341.839,71	15,56
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(506.583,00)	6.069.384,99	-8,35
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.653.594,71	8.540.558,20	31,07
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(620.110,42)	6.562.655,05	-9,45
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(1.623.385,98)	18.229.464,48	-8,91
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(882.155,79)	6.333.275,30	-13,93
MG	CATUTI	31	1547	4	(129.296,42)	8.074.179,55	-1,60
MG	BOCAIUVA	31	730	7	19.533.904,67	51.527.195,95	37,91
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	1.089.324,41	10.039.368,62	10,85
MG	AGUANIL	31	80	7	115.209,00	7.439.139,00	1,55
MG	ALTEROSA	31	200	1	(198.701,78)	15.426.674,41	-1,29
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	1.082.391,84	8.595.467,41	12,59
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(1.544.798,68)	13.980.332,32	-11,05
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	6.846.135,62	0,00
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.147.709,50)	7.127.980,83	-16,10
MG	BAEPENDI	31	490	8	(174.291,07)	22.263.337,56	-0,78
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	(5.724,38)	18.383.286,60	-0,03
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	(17.775.177,00)	55.609.840,00	-31,96
MG	CRISTALIA	31	2030	0	338.226,56	9.479.413,55	3,57
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	927.320,19	11.497.734,64	8,07
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	541.401,00	10.803.993,79	5,01
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	1.039.895,22	14.217.202,66	7,31
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(5.850.210,63)	7.534.083,79	-77,65
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(1.020.810,14)	12.098.516,50	-8,44
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	870.753,80	21.015.543,69	4,14
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(188.384,05)	10.820.306,87	-1,74
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.185.812,46)	27.213.960,05	-15,38
MG	BALDIM	31	500	4	3.140.776,53	8.797.759,35	35,70
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.450.285,77	9.875.321,61	45,06
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.657,38	9.674.388,45	0,03
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	1.064.249,15	19.490.204,46	5,46
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(282.218,91)	10.913.394,23	-2,59
MG	VERISSIMO	31	7110	5	368.408,67	9.313.689,49	3,96
MG	ITUTINGA	31	3450	9	295.025,40	8.781.716,54	3,36
MG	JACINTO	31	3470	7	917.158,31	12.948.411,52	7,08
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	8.612.525,28	0,00
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(160.022,98)	7.250.696,00	-2,21
MG	ITAMOGI	31	3290	9	1.752.269,27	13.416.328,82	13,06
MG	JESUANIA	31	3590	2	507.075,39	8.172.860,32	6,20
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	859.151,58	23.132.095,62	3,71
MG	LADAINHA	31	3700	7	1.570.353,59	17.058.354,25	9,21
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	10.508.998,55	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	5.630.192,75	81.675.693,95	6,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.955.396,65	22.160.684,12	22,36
MG	LAMBARI	31	3780	9	2.178.547,05	22.301.449,84	9,77
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(224.631,82)	8.444.497,94	-2,66
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	3.358.331,83	14.800.870,97	22,69
MG	LONTRA	31	3865	8	3.427.853,85	9.723.460,66	35,25
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	10.854.971,82	24.015.570,11	45,20
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(1.056.291,11)	24.907.303,37	-4,24
MG	DELFIM MOREIRA	31	2110	0	(832.350,31)	10.540.928,38	-7,90
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	171.582,25	7.672.206,41	2,24
MG	DIVINO	31	2200	9	354.041,88	19.976.511,25	1,77
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	35.322,03	9.702.488,92	0,36
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.533.417,39)	7.572.068,50	-20,25
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(501.953,17)	5.820.054,05	-8,62
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.053.220,63	6.727.898,17	15,65
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(924.973,56)	12.553.417,64	-7,37
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	6.483.940,52	0,00
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	3.719.178,41	31.706.638,79	11,73
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(330.085,15)	13.053.073,60	-2,53
MG	HELIODORA	31	2920	2	233.621,14	8.225.270,01	2,84
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(828.129,46)	8.380.503,63	-9,88
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.318.235,91)	18.892.992,00	-17,56
MG	IGARAPE	31	3010	1	3.844.930,69	38.183.211,05	10,07
MG	ILICINEA	31	3050	7	416.933,45	13.190.258,45	3,18

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	21.226,31	8.691.958,46	0,24
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(2.874.045,03)	103.718.675,22	-2,77
MG	ITAGUARA	31	3220	6	(1.658.656,84)	15.222.224,01	-10,90
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(47.739,41)	7.717.636,03	-0,62
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.957.979,94)	9.716.628,36	-20,15
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	2.978.238,56	47.476.675,90	6,27
MS	JATEI	50	510	3	2.054.388,60	16.392.705,09	12,53
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.872.539,94)	23.461.796,32	-12,24
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	939.146,28	49.912.505,86	1,88
MS	CAMAPUA	50	260	5	(342.338,23)	24.740.284,18	-1,38
MS	AMAMBAI	50	60	9	5.216.339,84	54.732.392,16	9,53
MS	ANASTACIO	50	70	8	888.515,43	27.121.046,86	3,28
MS	COSTA RICA	50	325	6	(8.722.942,26)	51.351.091,41	-16,99
MT	CANARANA	51	270	2	451.836,99	27.761.693,84	1,63
PB	POCO DANTAS	25	1203	6	(648.621,00)	9.110.783,00	-7,12
PE	OROBO	26	970	9	(105.673,98)	27.477.949,23	-0,38
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(79.523,79)	14.486.962,86	-0,55
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	21.034.347,00	0,00
PE	SANHARO	26	1240	6	-	20.881.249,83	0,00
PE	SALGADINHO	26	1210	9	1.104.816,74	10.124.698,02	10,91
PE	QUIXABA	26	1153	3	(44.088,44)	9.839.281,46	-0,45
PE	PEDRA	26	1080	6	(2.763,72)	21.649.118,85	-0,01
PE	SANTA TEREZINHA	26	1260	2	605.161,48	11.799.415,35	5,13
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.979.839,66	27.829.143,60	10,71
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	12.009.086,42	40.628.782,85	29,56
PE	PAUDALHO	26	1060	8	511.457,79	41.725.583,61	1,23
PE	SAO JOAO	26	1320	6	1.369.901,62	24.074.567,08	5,69
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.862.008,56	31.823.786,73	8,99
PE	MORELANDIA	26	1430	3	-	16.253.205,00	0,00
PE	SERRITA	26	1400	6	841.739,17	23.547.824,00	3,57
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.853.460,74	0,00
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.493.227,52)	19.712.995,68	-7,57
PE	TAMANDARE	26	1485	7	8.317.419,43	27.285.918,91	30,48
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.189.633,56)	11.219.993,77	-10,60
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.888.000,52)	16.909.321,63	-28,91
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(260.209,34)	11.031.189,31	-2,36
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	-	20.473.656,37	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.630.587,70	13.698.368,20	33,80
PE	MACHADOS	26	910	5	(2.295.137,95)	14.236.436,96	-16,12
PE	BETANIA	26	180	5	-	15.864.346,31	0,00
PE	BODOCO	26	200	1	2.104.858,16	37.211.888,28	5,66
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.055.378,54)	34.015.317,40	-11,92
PE	BREJAO	26	240	7	1.950.240,08	12.829.340,60	15,20
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.109.332,18)	12.263.360,08	-17,20
PE	CAETES	26	320	7	-	28.667.656,90	0,00
PE	CARNAIBA	26	390	0	3.442.896,76	21.388.811,91	16,10
PE	CASINHAS	26	415	5	(2.146.167,50)	19.251.858,28	-11,15
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.688.373,88	14.871.556,01	11,35
PE	CUMARU	26	490	8	9.294.202,42	21.038.788,32	44,18
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	2.123.863,29	21.558.235,08	9,85
PE	FLORES	26	560	8	3.423.059,01	24.431.652,76	14,01
PE	GRANITO	26	630	9	(1.872.227,26)	11.892.655,11	-15,74
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.196.704,63	10.643.396,20	48,83
PE	IGUARACI	26	690	3	(426.603,16)	12.884.196,14	-3,31
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	6.265.973,00	25.338.877,45	24,73
PE	ITACURUBA	26	740	6	3.056.027,89	17.910.132,77	17,06
PE	ITAPETIM	26	770	3	(3.443.622,68)	15.733.111,98	-21,89
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.745.508,69	0,00
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.561.777,04)	24.381.568,18	-6,41
PE	FERREIROS	26	550	9	(268.689,46)	13.555.027,75	-1,98
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	449.261,19	9.033.206,45	4,97
PR	PALOTINA	41	1790	9	2.235.849,72	38.102.142,20	5,87
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	77.518,29	6.316.757,72	1,23
PR	MISSAL	41	1605	9	(771.614,37)	18.639.995,40	-4,14
PR	MERCEDES	41	1585	3	34.323,42	11.499.478,56	0,30
PR	MATINHOS	41	1570	5	(3.130.292,57)	52.332.087,23	-5,98

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	PRANCHITA	41	2035	8	148.178,92	8.382.797,89	1,77
PR	MARIALVA	41	1480	7	5.174.626,07	37.224.046,17	13,90
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	5.006.491,16	9.595.837,37	52,17
PR	MARILUZ	41	1510	1	3.082.176,51	13.689.197,40	22,52
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	339.853,75	9.231.416,98	3,68
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.846.756,31	15.835.607,98	17,98
PR	REALEZA	41	2140	6	(837.817,08)	17.161.555,29	-4,88
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(1.118.837,24)	34.969.529,76	-3,20
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	4.471.370,41	20.767.134,41	21,53
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(614.168,85)	7.354.957,93	-8,35
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	1.268.940,01	12.503.377,65	10,15
PR	SULINA	41	2665	2	417.919,84	8.545.402,49	4,89
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	707.973,44	13.314.613,73	5,32
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(366.787,91)	13.823.773,27	-2,65
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	3.284.200,92	7.588.735,49	43,28
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	2.266.958,65	15.569.333,75	14,56
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	3.241.887,17	35.247.660,69	9,20
PR	ANAHY	41	105	1	787.456,27	6.999.011,06	11,25
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	306.055,69	10.722.312,83	2,85
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	116.500,59	8.011.422,36	1,45
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.539.320,45	13.352.845,24	19,02
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	545.087,73	8.780.074,15	6,21
PR	GUAIRA	41	880	9	(11.160.988,80)	37.403.009,35	-29,84
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.521.051,11	34.958.830,08	10,07
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	676.360,79	13.737.458,72	4,92
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.540.581,79	18.603.067,78	8,28
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.036.276,28	31.267.630,63	6,51
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(535.461,23)	18.469.703,20	-2,90
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	3.913.027,55	49.645.348,17	7,88
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	6.951.551,57	43.057.191,01	16,14
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	41	657	1	419.156,12	10.736.063,67	3,90
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.346.852,93	14.847.357,55	36,01
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	264.121,78	5.934.305,48	4,45
PR	IPIRANGA	41	1050	8	797.684,84	19.376.790,84	4,12
PR	GUARANIACU	41	930	2	202.644,47	21.297.917,17	0,95
PR	AMPERE	41	100	2	117.224,64	19.484.294,10	0,60
PR	FAROL	41	755	3	1.950.407,95	7.609.635,13	25,63
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(292.392,77)	9.350.893,87	-3,13
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	563.761,00	34.593.888,10	1,63
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	1.468.740,00	26.034.891,00	5,64
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	6.723.393,50	35.877.820,70	18,74
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(5.367.833,50)	65.674.757,30	-8,17
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(469.427,02)	21.001.264,95	-2,24
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(2.240.505,60)	16.716.424,84	-13,40
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(370.152,51)	10.245.593,17	-3,61
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	747.369,81	35.914.873,87	2,08
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(2.791.299,06)	25.550.145,95	-10,92
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.749.206,75)	18.392.586,97	-9,51
RS	CASCA	43	490	3	(2.808.863,11)	14.242.412,73	-19,72
RS	CONDOR	43	570	2	(1.219.793,46)	13.288.084,30	-9,18
RS	COLORADO	43	560	3	(4.807.741,54)	10.278.711,73	-46,77
RS	COLINAS	43	558	7	(714.125,33)	7.993.424,08	-8,93
RS	CIDREIRA	43	545	4	7.828.901,27	25.333.152,02	30,90
RS	CHUVISCA	43	544	7	(965.927,00)	9.118.447,00	-10,59
RS	CHIAPETTA	43	540	5	2.475.447,54	9.404.833,75	26,32
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.070.704,00)	8.388.335,00	-36,61
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	7.446.951,90	56.343.154,58	13,22
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.037.360,03)	15.732.313,68	-12,95
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(440.070,00)	6.719.747,00	-6,55
RS	CATUIPE	43	500	9	311.852,68	13.513.618,30	2,31
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(1.056.352,04)	20.389.174,73	-5,18
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(54.047,11)	5.646.360,14	-0,96
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(8.882.750,20)	45.609.494,09	-19,48
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(4.122.981,29)	11.246.838,90	-36,66
RS	CAPITAO	43	469	7	(13.730,33)	9.485.626,34	-0,14

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(4.904.466,54)	12.807.184,20	-38,29
RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	-	9.967.005,20	0,00
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(5.651.641,38)	73.320.470,15	-7,71
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(1.337.007,77)	6.308.239,86	-21,19
RS	CENTENARIO	43	511	6	(958.572,50)	7.635.688,70	-12,55
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(533.887,22)	6.921.415,95	-7,71
RS	FELIZ	43	810	2	(3.806.225,46)	19.770.858,94	-19,25
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	6	(163.395,00)	8.915.660,00	-1,83
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(138.676,52)	7.264.384,72	-1,91
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(158.650,60)	8.366.665,51	-1,90
RS	ESTRELA	43	780	7	(6.738.839,10)	46.667.758,19	-14,44
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(1.921.185,64)	62.270.265,19	-3,09
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.406.502,00)	10.168.471,00	-23,67
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(382.647,93)	9.040.643,68	-4,23
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	249,45	12.545.511,84	0,00
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(4.006.006,38)	10.616.185,88	-37,73
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.354.481,55)	8.238.883,83	-16,44
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.380.643,32)	64.454.265,38	-9,90
RS	COTIPORA	43	595	9	482.841,00	8.499.181,00	5,45
RS	CARDOSO	43	673	4	(499.422,00)	11.217.683,00	-4,45
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	561.958,92	7.440.721,65	7,55
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(841.205,87)	7.187.106,39	-11,70
RS	DOM PEDRITO	43	860	1	(5.957.252,56)	49.467.943,86	-12,04
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.711.403,54)	22.287.572,89	-7,68
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(8.637.075,28)	40.325.275,35	-21,42
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.247.803,36)	8.743.064,26	-14,27
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(286.438,69)	15.742.276,85	-1,82
RS	CRISTAL	43	605	6	(2.572.763,20)	9.723.770,32	-26,46
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	141.006,26	10.684.402,17	1,32
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	762.232,91	33.131.307,67	2,30
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(538.258,00)	10.330.722,00	-5,21
RS	CANELA	43	440	8	(6.118.003,52)	62.617.866,16	-9,77
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(2.740.920,04)	7.834.723,86	-35,90
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.640.318,00)	11.071.078,00	-14,82
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	559.765,78	24.717.950,01	2,26
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.247.427,88)	12.833.202,65	-9,72
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	116.464,83	25.124.151,30	0,46
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(1.173.159,18)	17.414.453,26	-6,74
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.863.757,37)	32.092.854,53	-27,62
RS	ARAMBARE	43	85	1	(1.434.259,36)	9.621.632,75	-14,91
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(618.638,76)	7.100.801,84	-8,71
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(2.443.781,83)	11.446.044,70	-21,35
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(298.943,96)	8.719.396,23	-3,43
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	142.915,87	9.747.204,74	1,47
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.304.120,43)	7.561.457,86	-17,25
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	(1.666.534,01)	8.284.409,22	-20,12
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.650.585,27)	16.183.298,83	-16,38
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(487.047,72)	7.462.410,14	-6,53
RS	AJURICABA	43	20	8	(981.620,50)	12.781.581,47	-7,68
RS	AGUDO	43	10	9	-	25.608.419,11	0,00
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(366.115,10)	9.685.712,90	-3,78
RS	ACEGUA	43	3	4	(3.224.951,74)	12.679.915,02	-25,43
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	6	(1.485.264,00)	17.357.580,04	-8,56
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.335.621,75	20.324.735,09	6,57
RS	BOZANO	43	258	4	(1.183.299,18)	6.869.632,68	-17,23
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(218.936,44)	9.674.030,29	-2,26
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	11.063.167,80	0,00
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.170.830,65)	10.020.756,39	-11,68
RS	CAMARGO	43	355	8	(5.971.018,05)	8.911.827,70	-67,00
RS	CAICARA	43	340	0	(124.032,35)	8.906.860,96	-1,39
RS	CAIBATE	43	330	1	247.868,49	8.695.546,88	2,85
RS	CACEQUI	43	290	7	2.478.957,02	16.823.870,62	14,73
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(15.223.867,85)	41.616.521,63	-36,58
RS	BUTIA	43	270	9	4.447.128,29	25.162.132,38	17,67
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.751.904,70)	11.901.682,25	-14,72

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	BRAGA	43	260	0	(706.104,27)	7.778.929,91	-9,08
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.902.399,04)	32.284.002,37	-5,89
RS	BOSSOROCA	43	250	1	46.947,72	12.544.809,29	0,37
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(286.007,23)	6.483.230,90	-4,41
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.805.354,93	20.148.918,36	8,96
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.007.217,14	16.604.460,11	66,29
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.903.518,87)	10.791.359,62	-17,64
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(869.680,38)	9.200.915,07	-9,45
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.296.830,70)	9.143.800,42	-14,18
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	641.483,99	11.307.872,34	5,67
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	408.118,01	17.037.549,71	2,40
RS	BARRACAO	43	180	0	942.750,78	11.469.668,58	8,22
RS	BROCHIER	43	265	9	(43.559,01)	9.249.213,76	-0,47
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.765.717,12)	23.682.820,97	-24,35
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(568.034,11)	7.595.400,22	-7,48
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	6.006.170,21	29.410.345,64	20,42
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.012.428,67)	29.901.160,56	-13,42
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.103.470,63)	7.102.446,10	-15,54
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(1.351.218,59)	8.557.684,86	-15,79
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	9.776.279,31	0,00
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	219.310,35	6.690.046,85	3,18
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(500.166,96)	10.230.628,54	-4,89
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.665.075,86)	8.637.635,57	-19,28
RS	SEGREDO	43	2028	3	(1.413.792,22)	12.537.986,32	-11,28
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	478.994,49	7.547.541,87	6,35
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.445.448,04)	7.204.716,32	-20,06
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(14.824.008,00)	35.566.757,00	-41,68
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	217.051,98	8.201.170,78	2,65
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.028.087,38)	7.200.276,78	-14,28
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	(410.740,92)	6.700.622,58	-6,13
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(961.640,00)	7.626.594,00	-12,61
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.728.546,33)	13.084.432,15	-20,85
RS	SARANDI	43	2010	7	(1.662.057,04)	26.574.100,80	-6,25
RS	SEBERI	43	2020	6	411.820,00	14.252.385,66	2,89
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.635.699,00)	7.012.107,00	-23,33
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.084.694,08)	15.114.779,46	-13,79
RS	RONDINHA	43	1620	4	(798.101,56)	9.440.058,75	-8,45
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.420.528,92)	6.750.392,56	-21,04
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.462.773,10)	15.996.700,70	-9,14
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(968.561,53)	6.861.004,81	-14,12
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(3.434.442,49)	11.635.797,06	-29,52
RS	PUTINGA	43	1520	6	(215.706,60)	10.986.489,13	-1,96
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(773.957,07)	6.184.223,06	-12,52
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.535.398,85)	22.411.836,45	-20,24
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	140.410,68	8.063.892,77	1,74
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.148.353,36)	15.787.120,95	-7,27
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	210.426,05	7.094.940,10	2,97
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	37.077,90	15.511.524,57	0,24
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	34.945,03	20.604.301,00	0,17
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	7.912.981,09	40.711.761,06	19,44
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.430.540,34)	9.297.317,13	-15,39
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.777.034,00	13.346.746,00	13,31
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(232.172,31)	21.154.080,67	-1,10
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	985.065,32	10.239.076,57	9,62
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.484.215,98)	6.289.476,99	-23,60
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.305.590,12	44.369.162,51	9,70
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1709	4	(773.692,39)	13.375.732,69	-5,78
RS	PATRULHA	43	1760	8	(1.215.260,03)	47.486.337,19	-2,56
RS	SELBACH	43	2030	5	(465.836,55)	9.706.003,59	-4,80
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(1.183.877,65)	9.964.499,87	-11,88
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(2.568.598,21)	35.152.665,55	-7,28
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(179.719,74)	32.544.510,41	-0,55
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(364.923,89)	10.444.862,58	-3,49
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(451.896,99)	6.730.251,69	-6,71
RS	TUPANDI	43	2225	1	216.669,60	13.469.421,21	1,61
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(816.608,14)	11.760.431,15	-6,94

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	TURUCU	43	2232	7	(1.239.861,44)	8.077.739,81	-15,35
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.388.931,17	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	6	221.588,10	7.623.408,35	2,91
RS	VALE REAL	43	2254	1	728.276,81	8.995.550,57	8,10
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.286.906,90)	7.967.930,70	-16,15
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.773.466,83)	35.029.714,32	-13,63
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.830.560,06)	13.251.815,59	-28,91
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.258.443,08)	6.990.947,21	-32,31
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(292.067,20)	9.028.382,76	-3,23
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	663.928,13	9.244.448,96	7,18
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(167.004,72)	11.795.839,91	-1,59
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(1.225.210,57)	8.113.032,16	-15,10
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.187.702,48)	9.224.444,86	-12,88
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	673.625,51	8.237.126,67	8,18
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.609.262,24)	6.534.953,57	-55,23
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(10.181.292,98)	44.113.029,69	-23,08
RS	VANINI	43	2255	8	(2.049.194,04)	7.164.651,12	-28,60
RS	TAPERA	43	2100	6	1.173.625,75	16.017.508,92	7,33
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.393.125,42)	7.208.366,50	-19,33
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	738.072,46	25.042.940,84	2,95
RS	SERIO	43	2045	3	(1.938.752,60)	7.614.031,19	-25,46
RS	SERTAO	43	2050	3	(491.088,06)	11.253.535,87	-4,36
RS	SERTAO SANTANA	43	2055	2	(4.420.647,09)	10.200.188,02	-43,34
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(2.430.278,26)	9.321.566,82	-26,07
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(244.879,43)	6.840.522,69	-3,58
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.973.974,18)	16.960.005,77	-35,24
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	6.028.051,94	19.389.309,12	31,09
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.074.424,01)	11.449.962,65	-9,38
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.535.400,61)	28.024.298,97	-9,05
RS	TRES COROAS	43	2170	9	(7.424.010,62)	37.452.045,41	-19,82
RS	TAPES	43	2110	5	222.568,00	22.304.580,90	1,00
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.072.599,45)	7.026.313,94	-15,27
RS	TAVARES	43	2135	2	1.662.224,24	9.107.069,33	18,25
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(3.108.025,80)	16.067.440,37	-19,34
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(4.659.814,60)	40.591.071,73	-11,48
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(41.040,15)	7.684.522,30	-0,53
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.538.443,91)	10.039.393,64	-25,28
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.601.491,83)	6.932.126,75	-37,53
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.167.044,90)	8.936.783,06	-13,06
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(9.655.947,14)	51.278.626,97	-18,83
RS	TABAI	43	2085	9	245.677,00	7.919.866,00	3,10
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.274.765,94)	6.854.396,56	-18,60
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(182.673,17)	10.106.943,11	-1,81
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	485.296,93	8.484.799,12	5,72
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.754.869,80)	30.002.455,33	-29,18
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(667.456,04)	7.317.556,30	-9,39
RS	JARI	43	1113	0	(1.939.084,69)	8.309.610,27	-23,34
RS	JOIA	43	1115	5	(785.162,79)	16.485.474,12	-4,76
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.508.011,70)	29.912.342,00	-5,04
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.771.753,03)	14.465.493,73	-12,25
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(939.633,41)	9.766.350,07	-9,62
RS	ITAARA	43	1053	8	94.932,51	9.179.584,58	1,03
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(4.886.930,29)	11.855.843,16	-41,22
RS	IRAI	43	1050	4	497.802,25	10.071.626,93	4,94
RS	MAQUINE	43	1177	5	(2.676.805,19)	12.172.048,94	-21,99
RS	MARATA	43	1179	1	(2.777.491,18)	7.968.241,83	-34,86
RS	MARAU	43	1180	9	(4.759.680,10)	58.286.009,96	-8,17
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(834.420,34)	9.619.875,72	-8,67
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	376.856,26	12.220.856,20	3,08
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.814.649,18)	8.151.795,10	-22,26
RS	MATA	43	1210	4	1.178.940,44	9.391.996,57	12,55
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(617.287,11)	8.054.312,54	-7,66
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(2.035.869,29)	9.767.828,18	-20,84
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(535.712,24)	7.803.489,86	-7,65
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.641.614,18)	5.649.724,52	-46,76
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.781.080,10)	7.566.692,22	-23,27
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.796.967,15)	10.117.508,36	-57,30

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	GARIBALDI	43	860	7	(7.224.062,37)	49.481.432,42	-14,60
RS	GAURAMA	43	870	6	(2.505.158,51)	9.983.971,00	-25,09
RS	GENTIL	43	885	4	(1.009.708,00)	7.323.253,31	-13,79
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	867.217,84	19.878.788,91	4,36
RS	GIRUA	43	900	1	1.098.307,96	30.199.692,56	3,64
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.054.194,58)	16.744.756,69	-24,27
RS	GRAMADO	43	910	0	409.703,81	72.983.871,12	0,56
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(2.190.111,64)	9.677.381,44	-22,63
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(403.440,30)	6.758.899,43	-5,97
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(461.790,54)	8.957.916,35	-5,16
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.273.136,66)	31.357.019,18	-10,44
RS	PONTAO	43	1477	9	(4.380.718,00)	10.797.385,00	-40,57
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.892.622,71)	10.489.491,18	-18,04
RS	IBARAMA	43	975	3	(978.356,17)	9.382.229,08	-10,43
RS	IBIACA	43	980	3	898.242,47	10.079.443,00	8,91
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	539.419,81	11.672.159,59	4,62
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.173.984,20)	17.623.693,41	-6,66
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(196.520,20)	49.590.954,54	-0,40
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.989.684,63)	8.518.136,74	-23,36
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.272.029,62)	10.762.581,32	-11,82
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	582.064,58	10.395.611,14	5,60
RS	GUABIJU	43	925	8	(887.554,06)	6.193.527,55	-14,33
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(562.906,71)	10.957.092,72	-5,14
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(55.703,65)	10.200.746,18	-0,55
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.232.090,67)	9.238.781,30	-24,16
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	97.218,97	8.132.575,31	1,20
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(774.923,27)	6.978.170,26	-11,10
RS	OSORIO	43	1350	8	(17.881.930,20)	141.438.025,55	-12,64
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(514.295,87)	9.000.649,57	-5,71
RS	PALMITINHO	43	1380	5	557.633,17	10.446.656,88	5,34
RS	PANAMBI	43	1390	4	(3.882.452,72)	63.858.633,40	-6,08
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	397.546,61	15.105.061,75	2,63
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.015.877,49)	8.146.456,74	-24,75
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.384.229,69)	9.379.389,84	-14,76
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(488.612,79)	12.971.618,76	-3,77
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(513.654,00)	10.142.560,00	-5,06
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.373.476,62)	8.834.429,55	-49,50
RS	PEJUCARA	43	1430	8	302.736,24	10.594.193,56	2,86
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(831.602,99)	15.282.738,50	-5,44
RS	PIRAPO	43	1455	5	(455.863,04)	7.719.144,81	-5,91
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.290.241,09	27.163.763,73	4,75
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.377.369,63)	13.226.305,85	-10,41
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(3.533.466,55)	11.803.206,64	-29,94
RS	HERVAL	43	710	4	541.841,14	11.907.539,53	4,55
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(383.778,40)	7.584.117,22	-5,06
RS	PARAI	43	1400	1	211.738,06	12.646.860,25	1,67
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(448.676,47)	6.712.916,81	-6,68
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	3.193.270,87	7.973.467,26	40,05
RS	MONTAURI	43	1235	1	(1.717.611,22)	6.854.990,26	-25,06
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	440.561,50	7.908.899,67	5,57
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(732.391,88)	8.032.769,74	-9,12
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(3.902.559,93)	42.657.472,02	-9,15
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.142.737,34)	7.801.827,61	-14,65
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.589.667,38)	9.418.194,28	-38,11
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(257.833,51)	10.450.273,25	-2,47
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.700.540,17)	19.472.643,37	-8,73
RS	MUCUM	43	1260	9	1.445.099,61	9.495.942,23	15,22
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(2.481.949,03)	16.125.504,87	-15,39
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(1.328.441,14)	7.888.188,61	-16,84
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	(1.302.353,90)	9.975.534,58	-13,06
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(624.471,22)	8.378.376,03	-7,45
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(519.787,73)	25.013.248,99	-2,08
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(352.483,01)	14.199.923,93	-2,48
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(871.200,88)	9.849.160,74	-8,85
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.997.536,96)	6.922.411,57	-28,86
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(3.419.944,10)	26.873.935,54	-12,73

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.096.436,41)	30.354.024,48	-13,50
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(243.840,25)	10.888.534,72	-2,24
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(830.914,85)	15.380.558,58	-5,40
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(2.441.976,80)	10.164.091,26	-24,03
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(613.668,95)	23.045.063,38	-2,66
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(749.725,59)	7.302.338,51	-10,27
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.146.415,61)	6.739.013,17	-17,01
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(458.451,42)	16.436.695,90	-2,79
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.900.655,01)	36.702.192,24	-5,18
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(837.676,32)	7.906.449,37	-10,59
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.090.833,38	9.162.386,85	11,91
SC	SANGAO	42	1545	5	(134.677,00)	13.072.646,00	-1,03
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.428.559,49)	13.537.967,98	-17,94
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(893.449,17)	8.571.468,52	-10,42
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(792.603,00)	8.386.519,00	-9,45
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(5.679.501,25)	24.899.246,18	-22,81
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(572.081,56)	8.141.399,33	-7,03
SC	RODEIO	42	1510	9	(663.620,67)	13.485.205,55	-4,92
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	(302.436,04)	8.032.298,96	-3,77
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.113.514,46)	12.827.993,32	-8,68
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	308.393,13	14.328.936,30	2,15
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(2.638.408,89)	21.157.821,05	-12,47
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.327.202,77)	9.591.166,06	-13,84
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(538.099,12)	8.938.644,95	-6,02
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.594.198,92	22.681.252,79	7,03
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(762.834,70)	7.626.041,95	-10,00
SC	OURO	42	1180	1	(1.525.402,76)	11.180.290,27	-13,64
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	819.589,54	10.785.773,83	7,60
SC	PAIAL	42	1187	6	(518.946,14)	6.405.543,68	-8,10
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(915.054,30)	9.252.038,40	-9,89
SC	PALMITOS	42	1210	6	(1.851.160,90)	22.749.345,03	-8,14
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.935.554,78)	11.304.316,75	-25,97
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(489.244,77)	7.433.402,27	-6,58
SC	PERITIBA	42	1260	1	(287.179,85)	7.297.847,96	-3,94
SC	PICARRAS	42	1280	9	(916.219,54)	31.765.407,88	-2,88
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.729.320,52)	24.597.049,03	-7,03
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	181.399,03	8.146.089,03	2,23
SC	OURO VERDE	42	1185	0	451.811,92	7.888.118,38	5,73
SC	URUPEMA	42	1895	4	(707.649,67)	6.082.131,69	-11,63
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(427.091,67)	4.990.856,19	-8,56
SC	TIJUCAS	42	1800	4	764.851,72	44.870.488,63	1,70
SC	TIMBO	42	1820	2	(16.072.202,80)	69.569.131,86	-23,10
SC	TREVISO	42	1835	0	(531.084,48)	12.078.386,45	-4,40
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	98.444,01	10.012.065,32	0,98
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(723.559,24)	9.291.612,08	-7,79
SC	SOMBRIO	42	1770	9	7.561.008,73	31.857.255,00	23,73
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	(93.698,21)	7.360.586,86	-1,27
SC	XAXIM	42	1970	5	1.346.565,86	45.197.617,07	2,98
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(971.649,30)	12.766.530,45	-7,61
SC	VIDEIRA	42	1930	9	2.166.706,70	80.605.884,06	2,69
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(594.472,93)	8.833.711,93	-6,73
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.936.316,60)	7.589.778,71	-25,51
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(957.286,62)	9.588.866,02	-9,98
SC	BELMONTE	42	215	6	(127.623,06)	7.115.489,71	-1,79
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(213.417,72)	9.684.540,86	-2,20
SC	TURVO	42	1880	6	(1.423.950,26)	19.096.804,26	-7,46
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	3.876.239,74	29.595.644,84	13,10
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(65.434,72)	6.652.554,61	-0,98
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.238.068,25)	6.156.379,38	-20,11
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.033.515,56	24.944.286,65	4,14
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(827.463,36)	6.712.516,61	-12,33
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.731.174,01)	16.177.132,15	-10,70
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.742.315,22)	14.289.809,94	-12,19
SC	TANGARA	42	1790	7	515.468,37	17.342.252,21	2,97

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(28.157,24)	35.886.087,82	-0,08
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.203.781,66)	6.934.201,21	-17,36
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.777.889,01)	18.547.720,67	-14,98
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	172.464,74	11.737.255,70	1,47
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(8.408.420,12)	30.559.376,02	-27,52
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(833.562,81)	6.969.765,75	-11,96
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.285.370,00)	8.227.120,17	-39,93
SC	SAUDADES	42	1730	3	(348.221,58)	12.594.843,01	-2,76
SC	SEARA	42	1750	1	1.223.081,55	27.006.354,15	4,53
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.422.440,80)	123.324.001,76	-16,56
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(551.187,49)	9.505.802,02	-5,80
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(280.345,52)	6.364.466,65	-4,40
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.516.760,87)	11.417.135,68	-13,28
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.495.327,43)	9.417.161,42	-26,50
SC	CAIBI	42	310	5	(612.360,90)	10.276.495,13	-5,96
SC	CALMON	42	315	4	2.952.009,30	8.490.974,40	34,77
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.954.519,30)	16.563.584,76	-11,80
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.227.229,51)	14.909.565,95	-8,23
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(504.193,36)	15.855.444,12	-3,18
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(548.493,76)	10.529.302,82	-5,21
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(587.138,54)	8.484.380,54	-6,92
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	476.023,39	25.816.279,00	1,84
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(734.840,01)	10.632.630,68	-6,91
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.103.944,65)	15.819.885,81	-6,98
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(1.087.332,17)	24.344.455,55	-4,47
SC	CORUPA	42	450	9	(56.358,09)	20.693.231,67	-0,27
SC	CANELINHA	42	370	9	(7.128,80)	13.644.064,96	-0,05
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(756.497,45)	14.145.481,01	-5,35
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(945.365,19)	8.315.674,36	-11,37
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(829.329,81)	8.241.372,20	-10,06
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	4.029.804,27	29.875.894,79	13,49
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(2.900.744,00)	14.892.720,71	-19,48
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.790.475,01)	11.238.162,10	-15,93
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(662.469,47)	7.575.565,98	-8,74
SC	BOM JESUS	42	253	7	(26.359,83)	7.288.823,45	-0,36
SC	ANCHIETA	42	80	4	223.864,70	8.623.730,28	2,60
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(1.955.982,91)	13.785.101,47	-14,19
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(4.216.701,22)	16.617.039,38	-25,07
SC	ARABUTA	42	127	3	(614.347,00)	9.471.058,00	-6,49
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.778.568,40)	31.394.585,15	-12,04
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(426.572,92)	9.458.489,06	-4,51
SC	ATALANTA	42	180	2	(121.692,74)	6.768.181,53	-1,80
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(684.928,83)	13.364.952,89	-5,12
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(85.588,50)	12.678.837,44	-0,68
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(196.572,77)	9.061.113,32	-2,17
SC	JUPIA	42	917	7	(806.144,49)	6.758.818,68	-11,93
SC	CUNHATAI	42	475	6	(791.171,30)	6.427.890,74	-12,31
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.400.501,62)	24.746.181,02	-5,66
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(1.077.617,49)	27.938.210,97	-3,86
SC	AURORA	42	190	1	(438.830,93)	9.182.426,93	-4,78
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	464.042,67	14.503.955,57	3,20
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.950.247,00	23.903.583,00	12,34
SC	ITA	42	800	5	(3.280.457,45)	28.947.636,38	-11,33
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	(142.445,14)	9.625.915,61	-1,48
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(744.486,69)	15.085.482,85	-4,94
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(174.391,88)	6.612.761,05	-2,64
SC	LAURENTINO	42	950	8	(525.122,73)	8.829.701,63	-5,95
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.688.286,25)	9.688.593,05	-27,75
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(2.771.884,12)	15.199.544,54	-18,24
SC	MACIEIRA	42	1005	0	68.458,58	6.924.172,33	0,99
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(7.172.847,30)	21.297.951,97	-33,68
SC	MELEIRO	42	1080	3	(421.132,82)	12.187.761,35	-3,46
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	(151.485,38)	6.198.111,08	-2,44
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(2.481.692,78)	62.596.495,61	-3,96
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.087.849,48)	44.033.760,05	-16,10
SC	DESCANSO	42	490	5	(283.322,02)	11.871.795,32	-2,39

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(1.696.241,51)	18.380.484,65	-9,23
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(361.846,88)	7.105.896,87	-5,09
SC	ERMO	42	519	1	(321.968,14)	6.616.103,14	-4,87
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(2.214.000,50)	7.072.481,78	-31,30
SC	ITAIOPOLIS	42	610	4	(1.419.839,88)	28.758.320,06	-4,94
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.950.804,56)	27.299.987,62	-14,47
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	767.365,51	12.027.406,68	6,38
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(903.819,50)	8.780.518,80	-10,29
SC	GUATAMBU	42	665	2	(606.245,34)	10.840.259,41	-5,59
SC	IBIAM	42	675	1	39.927,43	7.011.778,65	0,57
SC	IBIRAMA	42	690	0	(4.840.915,60)	27.401.624,06	-17,67
SC	IOMERE	42	757	7	(1.244.733,17)	9.157.521,44	-13,59
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(2.790.189,56)	13.194.125,53	-21,15
SC	IPUMIRIM	42	770	0	391.831,76	14.061.486,15	2,79
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(8.737.862,23)	53.584.791,47	-16,31
SE	CANHOBA	28	110	8	(994.033,55)	7.817.945,43	-12,71
SE	ARAUA	28	40	7	-	15.989.327,30	0,00
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(19.427.858,27)	41.918.169,57	-46,35
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(5.061.951,69)	91.582.565,89	-5,53
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(198.476,02)	10.827.290,22	-1,83
SP	QUATA	35	4170	3	(2.778.293,30)	24.749.788,75	-11,23
SP	QUADRA	35	4165	3	(569.340,82)	9.937.281,57	-5,73
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	1.393.015,95	28.274.755,36	4,93
SP	PIRANGI	35	3900	4	(595.910,61)	16.240.910,30	-3,67
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(105.269,31)	8.076.060,86	-1,30
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	726.943,30	26.303.328,67	2,76
SP	PARAPUA	35	3600	0	618.695,39	16.021.134,64	3,86
SP	NOVAIS	35	3325	4	123.337,04	9.074.865,80	1,36
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.292.950,26)	13.592.296,84	-9,51
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	567.734,85	14.299.036,98	3,97
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(451.682,48)	9.143.418,29	-4,94
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	2.045.826,49	74.352.644,93	2,75
SP	MIRACATU	35	2990	6	(2.127.755,00)	36.521.513,04	-5,83
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	46.691,29	8.386.402,37	0,56
SP	LUCELIA	35	2740	5	(2.906.868,37)	31.607.727,93	-9,20
SP	LAVINIA	35	2650	6	(1.011.104,48)	13.783.046,84	-7,34
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	-	46.321.702,27	0,00
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(2.125.463,66)	9.022.567,12	-23,56
SP	URUPES	35	5600	8	-	20.778.095,83	0,00
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(220.940,95)	9.446.804,41	-2,34
SP	TORRINHA	35	5470	6	135.151,49	13.861.561,48	0,98
SP	TABATINGA	35	5270	0	(617.611,51)	22.633.503,41	-2,73
SP	SOCORRO	35	5210	6	(1.862.700,19)	44.126.153,25	-4,22
SP	SERRANA	35	5150	4	1.242.501,66	64.655.603,32	1,92
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	8.381.887,06	64.814.431,52	12,93
SP	RIFAINA	35	4360	0	(490.606,93)	13.979.904,07	-3,51
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	-	7.436.198,96	0,00
SP	RINCAO	35	4370	9	2.845.188,78	18.603.268,62	15,29
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(3.772.060,65)	7.271.112,09	-51,88
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	309.497,28	9.479.116,43	3,27
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(588.517,26)	8.359.719,42	-7,04
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(554.640,45)	24.120.282,07	-2,30
SP	SALTINHO	35	4515	9	(1.065.013,00)	14.075.539,68	-7,57
SP	SALMOURAO	35	4510	0	798.361,78	8.569.603,59	9,32
SP	SAGRES	35	4470	7	(415.658,95)	6.637.346,30	-6,26
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(817.607,37)	7.725.493,91	-10,58
SP	BILAC	35	640	9	(1.855.711,81)	13.028.746,34	-14,24
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	1.774.991,31	13.213.636,42	13,43
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(784.275,48)	6.776.025,72	-11,57
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.912.969,77	0,00
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(5.119.946,83)	56.120.366,56	-9,12
SP	COLINA	35	1200	1	10.448.154,85	37.603.757,82	27,78
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	(1.956.699,40)	25.866.806,28	-7,56
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.076.808,28	26.116.761,69	11,78
SP	BOCAINA	35	680	5	(818.245,57)	22.504.321,71	-3,64
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(850.174,16)	8.366.799,59	-10,16

Relação Dívida Consolidada Liquida/Receita Corrente Líquida dos Municipios (DCL/RCL)

SP	BADY BASSITT	35	460	2	316.940,02	24.034.806,23	1,32
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	2.958.654,14	64.332.867,38	4,60
SP	ARIRANHA	35	370	3	(3.075.573,03)	27.754.275,89	-11,08
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(701.001,56)	9.830.921,13	-7,13
SP	ALTAIR	35	90	7	-	10.773.749,37	0,00
SP	AGUDOS	35	70	9	12.758.747,50	67.607.883,03	18,87
SP	ADOLFO	35	20	4	(327.203,68)	11.770.108,40	-2,78
SP	BORA	35	720	9	(439.575,00)	7.131.291,00	-6,16
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	1.896.044,30	37.481.196,79	5,06
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	2.091,29	28.956,36	7,22
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(1.726.333,47)	9.393.190,59	-18,38
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(3.934.796,05)	51.467.598,47	-7,65
SP	ITOBI	35	2380	0	3.017.086,29	8.588.226,92	35,13
SP	ITAJU	35	2200	0	-	9.297.945,54	0,00
SP	ITAJOBI	35	2190	3	950.208,18	28.113.811,17	3,38
SP	DRACENA	35	1440	3	4.606.972,07	61.630.313,47	7,48
SP	IRAPUA	35	2150	7	(839.556,92)	12.148.577,41	-6,91
SP	JUQUITIBA	35	2620	9	20.677.385,12	39.400.581,91	52,48
SP	INDIAPORA	35	2070	7	669.539,38	10.336.831,68	6,48
SP	ILHABELA	35	2040	0	(5.837.640,01)	89.615.914,78	-6,51
SP	IBIRA	35	1940	2	3.747.943,00	19.200.837,00	19,52
SP	IACRI	35	1920	4	-	11.794.863,94	0,00
SP	GUATAPARA	35	1885	9	840.957,79	16.088.910,04	5,23
SP	GUARANTA	35	1810	7	(581.121,47)	12.568.697,25	-4,62
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	11.719.017,45	0,00
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(63.354,91)	15.839.724,39	-0,40
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.832.078,74)	24.999.852,25	-7,33
TO	JUARINA	17	1180	3	760.075,96	4.599.634,49	16,52

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Aviso nº 40, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 13/2011**, da Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico sobre o inteiro teor do Acórdão nº 2.406/2010 do Tribunal de Contas da União e recomendando seu arquivamento.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 13/2011-CI

Brasília, 1º de abril de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, informo a Vossa Excelência que na Reunião do dia 24 de março de 2011 foi dado conhecimento aos membros da Comissão do Acórdão nº 2.406, de 2010, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à realização de inspeção da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, sobre a extinção do Contrato 01-88, de 2010 – MME, referente ao atendimento do pleito do Município de Barcelos – AM. Despachado à esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em 14-9-2009.

O referido expediente é uma resposta ao Requerimento (RQS) nº 247, de 2010, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Desse modo, solicito o arquivamento do RQS nº 247, de 2010, por já se ter atingido o objetivo proposto na solicitação.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência designa o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Sergio Guerra, como membro titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o **Ofício nº 352/2011/PSDB**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 352/2011/PSDB

Brasília, 8 de abril de 2011

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Sergio Guerra, como membro titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – **Duarte Nogueira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 393, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja inserido em voto de pesar pelo falecimento das crianças vitimadas no atentado ocorrido em 7 de abril de 2011, na Escola Municipal Tarso da Silveira no Município de Realengo no Estado do Rio de Janeiro e, nos termos do art. 221, inciso I, seja apresentado condolências às famílias das crianças por intermédio do Sr. Luis Marduk, Diretor da Escola supramencionada, localizada na Rua General Bernardino de Matos S/N, Bairro Realengo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21750-480. Telefones (21) 3371-7620 – (21) 3465-9242.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senador **Cristovam Buarque.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência comunica o recebimento do **Aviso nº 144**, de 8 de abril do corrente, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, solicitando a substituição da Exposição de Motivos nº 37, de 18 de março de 2011, anexa ao aviso, referente à **Medida Provisória nº 528, de 25 de março 2011**, por ter saído com incorreção.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 144 – C.Civil

Em 8 de abril de 2011

Assunto: Substituição de Exposição de Motivos

Senhor Primeiro Secretário,

Solicito a Vossa Excelência o Obséquio de substituir a Exposição de Motivos nº 37, de 18 de março de 2011, em anexo, referente à Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011, por ter saído com incorreção.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho,** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM nº 37/2011 – MF

Brasília, 18 de março de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória que altera os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – IRPF.

2. Inicialmente cabe ressaltar que o Governo Federal, ao longo dos últimos anos, vem adotando diversas medidas com vistas a fortalecer o mercado doméstico de consumo, com a política de valorização do salário mínimo e a expansão das transferências de renda para as famílias dentre outras. Essas medidas foram essenciais para o enfrentamento da crise financeira mundial e para a rápida retomada do crescimento em 2010, com expansão dos empregos, da renda e, por conseguinte, da base de arrecadação dos impostos.

3. Nesse sentido, é relevante destacar que a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, ao elevar a renda disponível para as famílias consumirem e investirem, com efeitos multiplicadores sobre a demanda agregada, representa uma importante política de manutenção do dinamismo da atividade econômica, sustentando o ciclo atual de crescimento econômico com inclusão social.

4. Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória tem como objetivo atualizar os valores constantes na tabela progressiva mensal para fim de apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, das deduções e dos limites de isenção previstos na legislação do IRPF no percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) anual para os seus calendários de 2011 a 2014.

5. Com relação ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe informar que a renúncia de receita decorrente do disposto nesta Medida Provisória será de R$1,61 bilhão (um bilhão, seiscentos e dez milhões de reais) no ano de 2011, de R$2,36 bilhões (dois bilhões, trezentos e sessenta milhões de reais) no ano de 2012 e de R$2,58 bilhões (dois bilhões, quinhentos e oitenta milhões de reais) no ano de 2013.

6. O impacto da presente medida para o ano-calendário de 2011, deverá ser absorvido pela estimativa de acréscimo de receita de R$948 milhões (novecentos e quarenta e oito milhões de reais), advindo do aumento da arrecadação decorrente da atualização dos preços de referência para fins de tributação das chamadas “bebidas frias”, bem como pela estimativa do acréscimo de receita da ordem de R$802,43 (oitocentos e dois milhões, quatrocentos e trinta mil reais), advinda das alterações de alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas

a Títulos ou Valores Mobiliários-IOF incidente nas operações de empréstimo externo de câmbio destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito.

7. Para os anos de 2012 e 2013, a renúncia fiscal será considerada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para os referidos anos.

8. Com relação à relevância, cabe destacar que o imposto em questão impacta a renda disponível das famílias, afetando diretamente sua capacidade de consumo.

9. A urgência dos dispositivos aqui propostos é plenamente atendida em função de que, com o reajuste da tabela para os anos-calendários de 2011 a 2014, é necessário interromper a utilização da tabela do imposto sobre a renda de 2010 para o imposto retido na fonte e para os recolhimentos efetuados por meio do Carnê-Leão.

10. Essas, Senhora Presidente, são as razões de relevância e urgência que justificam a proposição de edição de da Medida Provisória que ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Guido Mantega.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O expediente lido será juntado ao processado da Medida Provisória nº 528, de 2011, e serão publicados novos avulsos da matéria.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência comunica ao Plenário que, por lapso, quando da abertura do prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011**, constou referência a outra proposição.

Neste sentido, fica reaberto o prazo para apresentação de emendas perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, *b*, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Blairo Maggi, do PR de Mato Grosso, Estado vizinho ao nosso Estado de Rondônia.

Estamos todos na Amazônia trabalhando para desenvolver aquela região importante do País.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Ocupo hoje a tribuna, Sr. Presidente, para cumprimentar todos os cuiabanos, todos aqueles que vivem na cidade de Cuiabá, que hoje completa 292 anos e que tem uma importância bastante grande no cenário nacional. Uma cidade que nasceu do garimpo, quando os portugueses, por intermédio dos bandeirantes, começaram a andar para o oeste à procura do ouro, à procura das riquezas que, naquela época, valiam e era o que a Coroa portuguesa procurava.

Desde, então, passaram-se várias décadas, e Cuiabá acabou ficando esquecida por um determinado tempo. Muito afastada do oceano, muito afastada de São Paulo, na época sem estradas, sem comunicação, a não ser o caminho dos bandeirantes e, um pouco mais tarde, o caminho pelo rio Paraguai, depois pela bacia do Prata, saindo lá na Argentina, Buenos Aires, pegando o navio, o vapor, para o Rio de Janeiro.

Essa foi a história de Cuiabá e do seu isolamento do resto do País; até que na, década de 1970, 1980, começaram a chegar para o Estado de Mato Grosso novos migrantes atrás de novas oportunidades. E Mato Grosso, então, com aqueles que lá viviam e aqueles que lá chegavam, começou a construir uma nova capital, uma nova identidade, uma mistura de cultura centenária da baixada cuiabana com aqueles que lá chegaram. Aliás, quando eu cheguei também, fui muito bem recebido pelos mato-grossenses, pelos cuiabanos.

Desde então, esse somatório fez com que a cidade de Cuiabá crescesse muito, se modernizasse e chegasse ao ponto de hoje, no dia do seu aniversário, ser uma cidade que ainda tem muitos problemas. Todos nós, do meio político, do meio empresarial, os governos, todos nós ainda temos muita responsabilidade, muita coisa por fazer e fazer para a cidade de Cuiabá. Mas, neste momento, a cidade passa por uma transformação, porque ela é e representa todos nós mato-grossenses, ela é a nossa capital, ela é a cidade que representa, que tem a síntese de todo mato-grossense.

Então, no dia do aniversário da cidade, nós estamos nos preparando para sediar uma das etapas da Copa do Mundo em 2014. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa dispendiosa, cara, mas que fará com que a cidade de Cuiabá dê um salto nos próximos três ou quatro anos, praticamente três anos e meio, que estão faltando para a Copa do Mundo. E foi importante o momento de sermos escolhidos sede da Copa porque, assim como no Brasil e no Estado do Mato Grosso, também faltam recursos para muitas obras de infraestrutura na cidade de Cuiabá. No momento em que nós ganhamos o direito de disputar a Copa do Mundo, todos os mato-grossenses de todos os Municípios, de todos os cantos do Mato Grosso compreenderam que

este é o momento de o Governo do Estado dar uma parcela maior para cidade de Cuiabá, para a baixada cuiabana.

O Governo Federal também entende assim, ele terá que priorizar as 12 cidades que serão sedes da Copa do Mundo em 2014 e, portanto, Cuiabá está dentro.

Portanto, neste dia de aniversário de Cuiabá, quero comemorar com todos os cuiabanos e dizer a eles o que já disse várias vezes, como Governador por dois mandatos daquele Estado: esse é o momento da nossa capital. Esse é o momento da cidade de Cuiabá aproveitar para fazer a infraestrutura necessária para a Copa do Mundo, que também ficará de legado para aquela comunidade. E aquela capital, como eu já disse antes, representa e é a síntese de todos nós mato-grossenses.

Portanto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna hoje para comemorar, junto com todos os cuiabanos, o dia do aniversário da nossa capital, uma cidade que tem crescido...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero, digamos assim, intrometer-me no pronunciamento de V. Exª, no bom sentido, para me associar aos cumprimentos, aos parabéns que V. Exª dá a Cuiabá, capital daquele belo Estado do Mato Grosso, que V. Exª governou por dois mandatos. Sou testemunha, até porque, por coincidência, estamos aqui quatro Senadores da Amazônia – Senador Acir, de Rondônia, presidindo, V. Exª, de Mato Grosso, na tribuna, eu e o Senador Geovani, ele, do Amapá, eu, de Roraima – nesta sessão de sexta-feira. Eu sou um apaixonado e um defensor ardoroso da Amazônia, como todos nós, e quero dar o testemunho aqui, com V. Exª na tribuna, de que, antes de V. Exª ser Governador, havia no seu Estado o chamado "Nortão do Mato Grosso", um sentimento muito grande de desatendimento, de abandono. Inclusive, isso ensejou a defesa, porque defendi isso na Constituinte, da criação de novos Estados na Amazônia, dada a dimensão dos Estados, notadamente o Amazonas, o Pará e Mato Grosso. Lembro-me que, naquela altura, nós defendíamos a criação do Estado do Araguaia, e havia um sentimento muito forte a favor. Depois do seu Governo, V. Exª inverteu essa expectativa, porque realmente investiu de maneira uniforme no Estado, até priorizando a parte norte de Mato Grosso, e, hoje, digamos assim, aqueles ardorosos defensores da criação do novo Estado já estão revendo ou reviram essa posição. Portanto, quero parabenizar os cuiabanos e V. Exª, pelo bom trabalho que fez à frente do Governo de Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo, pelo seu aparte e sua lembrança.

Talvez, Senador, um dos maiores presentes para o dia do aniversário da nossa cidade, que nós podemos comemorar como mato-grossenses – e isso é muito bom para Cuiabá –, é a unidade que nós vivemos hoje, a forma como Mato Grosso se vê por inteiro.

De fato, V. Exª tem toda razão. Naquele período em que se propôs a criação de novos territórios no Mato Grosso, os que viviam mais ao norte do Estado estavam completamente abandonados pelo governo. De fato, havia uma vontade muito grande de se criar uma nova unidade da federação naquela região, pois abandonados já estavam e o pouco que viria para a nova unidade seria muito melhor do que aquilo que eles estavam recebendo.

Com a minha chegada ao Governo, procurei entender esse movimento. Já havia placas, em todas as regiões de Mato Grosso: "O futuro Estado do Araguaia". E chamei os companheiros todos daquelas regiões e mostrei a eles que o Estado do Mato Grosso seria forte se permanecesse unido e que, para permanecer unido, o Estado tinha que se fazer presente, mostrar sua presença nessas regiões. E fizemos um grande pacto político. Tanto é, Senador Mozarildo, que o Governador atual do Estado do Mato Grosso, o Governador Sinval Barbosa, que foi meu vice – e ele veio ser meu vice dentro de um contexto de unidade do Estado do Mato Grosso –, hoje é o Governador do Estado, ele que, na época, liderou o movimento separatista do Estado do Mato Grosso. Então, o senhor vê como o mundo dá voltas, como na política as coisas acontecem – mas elas podem ser mais duras, mais graves ou mais suaves, dependendo da condução política.

Portanto, Mato Grosso vive, hoje, um momento de extrema importância, um momento de unidade. Não se fala mais em separação, não se fala mais em criação de novos territórios e não se falará nesse assunto enquanto o governo central de Cuiabá estiver olhando para aqueles que moram no norte, no Araguaia, no leste e no sul.

Penso que o Brasil também é assim. Nós não temos movimentos separatistas no País, mas temos muitas vezes vontade de reclamar da ausência do Estado, do Governo Federal, principalmente na nossa região da Amazônia, no Centro-Oeste, na questão das ferrovias, nas questões de infraestrutura. E aí nós nos perguntamos: Puxa, não somos todos brasileiros, não temos o mesmo direito, assim como o nosso "sul maravilha", como tantos dizem, de receber os recur-

sos? Será que nós não podemos receber? E esse era o pensamento que o mato-grossense tinha.

Portanto, quero agradecer aqui o seu aparte e a sua lembrança. O senhor pode ter certeza de que um dos maiores presentes do cuiabano hoje é podermos comemorar a unidade em torno de um só Estado, de uma só capital, que é a nossa capital Cuiabá.

Quero deixar aqui meus cumprimentos a todos os cuiabanos e que tenhamos um dia de festas pela comemoração do aniversário da nossa capital.

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado.

O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, pela Liderança do PDT, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, os nossos amigos de Rondônia que nos acompanham neste momento pela TV Senado.

Quero também estender os cumprimentos à sua cidade, à sua capital, Senador Blairo Maggi, pelo seu aniversário. Tive o prazer de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da sua cidade, principalmente depois que sua família migrou do Paraná para Mato Grosso. É um marco na história daquele Estado. O desenvolvimento chegou junto com sua família naquela região, e sua passagem pelo Governo, de fato, fez uma transformação muito grande no Estado do Mato Grosso. Nós, de Rondônia, acompanhamos de perto toda a evolução e o desenvolvimento que aconteceu naquele Estado e entendemos que o sucesso de Mato Grosso também serve para o sucesso do nosso Estado de Rondônia, um Estado vizinho, que tem as mesmas características do seu Estado, principalmente no setor agrícola.

Buscamos o desenvolvimento para a nossa Amazônia, a Amazônia do Mato Grosso, a Amazônia de Rondônia, que é diferente da Amazônia do Pará, que é diferente da Amazônia do Amazonas. Lembro sempre que a Amazônia corresponde a 61% do território brasileiro, e, dentro da Amazônia, há vários Estados, cada um com sua característica, tanto ambiental quanto produtiva. É assim que queremos mostrar a Amazônia a todo o povo brasileiro.

O que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, é um tema que o PDT defende há muitos anos, que é a educação. "Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é assim: vida no sentido mais autêntico da palavra", são essas as palavras do grande educador Anísio Teixeira. E nós, do PDT, sentimos e desejamos que a educação em nosso País esteja voltada para a vida da criança, levando-a a ter direito à escola de qualidade, a uma escola que lhe ofereça ambiente agradável, confortável, capaz de despertar na criança o desejo de retornar às aulas todos os dias.

Desejamos uma escola que ofereça condições de ser assistida no aspecto nutricional, fornecendo merenda saborosa e nutritiva, capaz de suprir as necessidades que as crianças têm para obter melhor aprendizagem.

Essa é a escola que o PDT quer, e o Brasil precisa ser capaz de formar professores capacitados, aptos e desejosos de aplicar metodologias modernas, que levem às crianças a preparação necessária para enfrentar os desafios que a vida apresenta.

Desejamos uma escola que forme integralmente a criança, preparando cada uma delas como ser humano de caráter inabalável, oferecendo informações e conteúdos, construindo um cabedal de conhecimento que a prepare para a vida digna, uma escola capaz de entender que o trabalho dignifica o homem e que, por meio dele, cada cidadão colabora para o progresso do nosso País.

Sonhamos com uma escola que eduque e forme alunos capazes de pensar, de refletir e de avaliar situações, a ponto de levá-los a despontar no cenário nacional, equiparando o nosso nível de desenvolvimento com o de outros países, tal como a Finlândia, a Coréia do Sul e o Chile.

> Sabiamente, afirmou o educador Paulo Freire:
>
> Não é possível refazer este País, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação, sozinha, não transformar a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda.

Sabemos que, sem a preparação do ser humano, jamais haverá desenvolvimento. Sabemos, Sr. Presidente, que a educação de qualidade é o caminho para o desenvolvimento de um povo. Cremos nós que um povo bem preparado contribuirá para o desenvolvimento do nosso Brasil. Com certeza, essa mesma educação funcionará como freio para a violência, exatamente porque esta é fruto da falta de educação.

Como brasileiro, amo este País; como cidadão, desejo trilhar um caminho em prol ao desenvolvimento do Brasil; como Senador, meus amigos de Rondônia, quero lutar para que a educação brasileira, especial-

mente a de meu Estado, desponte entre os índices dos países mais desenvolvidos. Quero lutar incansavelmente para que as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação 2011/2020 sejam todas alcançadas.

Chega de vermos a violência crescendo em todos os pontos do nosso País! Chega de presenciarmos crianças frequentando escolas decaídas em sua infraestrutura, sem salas de aula adequadas, sem quadras de esporte, sem bibliotecas, sem merenda nutritiva, sem atendimento odontológico, sem atendimento médico! Chega de vermos escolas, enfim, sem professores desejosos de educar a geração que, muito em breve, dirigirá os destinos do nosso Brasil! Chega, Sr. Presidente, de apenas fazermos de conta que nos preocupamos com o futuro do nosso educando! Precisamos olhar agora para o futuro e procurar conquistá-lo com os louros por meio da educação de qualidade, oferecida a essa geração.

Para isso, é necessário, portanto, enfatizar o programa do PDT para as nossas crianças, para a educação neste País, que foi idealizado pelos saudosos Darci Ribeiro e Leonel Brizola, qual seja, a escola voltada totalmente para a formação e a educação integral de toda criança, indistintamente, independentemente do nível social e da região em que mora. Educação para todos, para que todos se tornem cidadãos capazes de elevar o nome do nosso País por meio do seu trabalho! Como político compromissado com a educação, fico triste com os dados de avaliação da educação que aparecem em índices como Ideb, Saeb, Prova Brasil, Pisa, Enem e Encceja.

Reconhecemos que demos um passo à frente e que a Presidenta Dilma está preocupada com o nível da educação nacional, tem feito um trabalho muito importante com relação a isso e muito deseja avançar, para que possamos alcançar as metas determinadas pelo PNE 2011/2020. Porém, necessitamos reverter esse quadro com urgência, trabalhando em ritmo de passos gigantescos, a fim de reconquistar jovens professores que acreditem no trabalho que desenvolvem, para que eles se sintam respeitados pela sociedade como profissionais da educação. Isso será possível somente com a valorização do profissional da educação. É preciso valorizar o educador, proporcionando-lhe meios de aprimorar continuamente seus conhecimentos e estabelecendo um piso salarial condizente com sua formação acadêmica.

É preciso reverter essa situação, ampliando as ações pedagógicas que atendam aos anseios de estudantes e de professores nas escolas. É preciso reverter esse cenário ainda negativo, buscando nivelar o Ideb em todo o território nacional, indistintamente, uma vez que questionamos o porquê de tamanha desigualdade de região para região. Afinal de contas, somos todos brasileiros, e o que queremos é educação de qualidade para todos.

É hora de pensarmos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que queremos para o nosso Brasil, para o futuro do nosso País. Não há outro meio de melhorar o futuro senão o de investirmos no presente, nas nossas crianças, que irão administrar nosso País num futuro muito breve. O ponto não é olharmos para trás, tentando identificar o que não foi feito, mas, sim, olharmos para o futuro, assim como faz a nossa Presidenta Dilma. Devemos olhar para o futuro e realizar agora o que precisamos para o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.

Concedo um aparte à nobre Senadora Gleisi Hoffmann, do nosso querido Paraná.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Senador Acir, meu conterrâneo paranaense, a gente tem muito orgulho de estar aqui ao seu lado neste mandato no Senado. Eu queria parabenizar V. Exª pelo pronunciamento. Ninguém tem dúvidas de que a educação é o caminho. Falo da educação na escola, mas também da educação na família e na sociedade. Penso que devemos nos tornar uma sociedade educadora, em que os espaços públicos possam passar mensagens positivas e de valores para as nossas crianças. A educação formal é importante: ir para a escola, receber o conhecimento, receber a formação. Mas precisamos discutir outros espaços da vida em sociedade, como estamos cuidando das nossas famílias para educar nossas crianças. O papel da família mudou muito nos últimos tempos, até em consequência da mudança do papel da mulher na sociedade. Por isso, precisamos de políticas públicas que sustentem também a ação familiar, que deem apoio e condições para que a família possa, junto com a escola, educar seus filhos. Mas é preciso também que os espaços públicos passem mensagens positivas. Às vezes, passamos por *outdoors*, por placas, por praças, por espaços públicos nos quais as mensagens não são as melhores. Estamos cansados de ver nas ruas propagandas incentivando o consumo do álcool, que é uma droga lícita, mas que é uma das drogas que mais afeta a nossa realidade cotidiana. E há muitos outros incentivos à sexualidade e à banalidade da violência nos programas televisivos destinados às nossas crianças. Tenho dois filhos pequenos, um de nove anos e outra de cinco anos. Então, conheço bastante a programação infantil. Às vezes, fico olhando aqueles desenhos e digo: "Que mensagem nossas crianças estão recebendo dos desenhos que resolvem tudo na violência, no matar, no explodir, no atacar?". Há poucas programações de qualidade, a não ser em rede fechada de televisão. Penso que tínhamos

de fazer um debate nesta Casa, para ajudar que, nos espaços públicos, houvesse mensagens positivas de valores que enaltecessem a solidariedade, o respeito, a tolerância e a diversidade. Só a escola não vai dar conta de tudo isso, e essa nem é sua função, seu papel. Precisamos reforçá-la, precisamos remunerar bem nossos professores. Tivemos uma vitória importante na semana passada junto ao Supremo Tribunal Federal, que foi o reconhecimento do piso nacional, da hora atividade – isso é fundamental para a qualidade do ensino –, mas precisamos cuidar dos outros espaços. É preciso que haja uma sociedade educadora, que, realmente, oriente nossas crianças, que possa dar às nossas crianças e aos nossos jovens referências positivas da vida. Eu queria saudar o pronunciamento de V. Exª e mostrar essa preocupação não só como Senadora, mas também como mãe, porque temos de acompanhar o cotidiano dos nossos filhos e saber o que eles estão absorvendo, para que, mais tarde, possam ser cidadãos que melhorem o mundo, que não o piorem. Essa é uma grande preocupação que tenho. Parabéns por esse pronunciamento! Saiba que vamos estar lado a lado nessa caminhada, para que a educação seja fortalecida, para que haja uma sociedade educadora.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu aparte, que muito contribui para nosso pronunciamento. Essa é nossa preocupação. De fato, não é só a escola a responsável pela educação das nossas crianças, mas, sobretudo, as famílias.

Neste dia de hoje, em que encontramos todo o País de luto pelo que aconteceu ontem no Rio de Janeiro, quero me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos, aquelas mães que perderam seus filhos naquele trágico incidente de ontem pela manhã.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Acir, permita-me um aparte, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Primeiro, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e, já que estamos falando da questão do Rio de Janeiro, quero manifestar aqui minha solidariedade às famílias, ao Estado do Rio de Janeiro, ao Governo do Estado e também ao Governo municipal por essa tragédia. É uma coisa que a gente não compreende. Ontem, à noite, ao chegar a casa, conversei com minha esposa, que estava, assim como todos nós, chateada, preocupada. E se isso acontecesse na escola dos nossos filhos, dos nossos netos? Esse tipo de coisa, quando acontece, trazemos para dentro de casa; todos sofremos com isso. Quero aqui me somar a todas as manifestações de solidariedade às famílias, ao Estado do Rio de Janeiro. Que, dessa tragédia, dessa desgraça – nem temos nome para dar a isso –, tiremos lições! Precisamos conversar com nossos filhos. Já vi que um médico disse que o cara era desequilibrado, não sei o quê. Mas o fato aconteceu, e não queremos que ele se repita. Então, mais uma vez, levantamos a questão da segurança, Senador Acir. É muito diferente do que muitas pessoas imaginam, que a segurança é responsabilidade somente do Estado, da União. Não é bem assim. Se não nos preocuparmos com a célula familiar, com o que acontece dentro das nossas casas, com o que acontece com nossos filhos; se não nos preocuparmos com as pessoas com quem eles andam, com o que estão fazendo; se não começarmos a fazer essas observações dentro da família – e família não é só a de sangue, mas também aquela com quem se convive –, teremos problemas na sociedade. Aliás, eu diria que grande parte dos problemas que existem na nossa sociedade decorre hoje da desagregação familiar. Vivemos um momento de transição extremamente importante, muito diferente do que acontecia no passado, quando havia famílias mais ou menos quadradas, vamos dizer assim: você casava e vivia com a esposa por 30 anos, por 50 anos, até o final da sua vida. Aliás, é o que estou fazendo. Mas não é mais comum isso hoje. O que é comum são as separações: o pai está de um lado; a mãe, do outro; e o filho fica meio perdido. Parece que a gente ainda não conseguiu achar uma forma de conviver com tudo isso. Então, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e me solidarizar aqui com todos aqueles que vivem no Rio de Janeiro e têm essas preocupações. É um tema importante para, um dia desses, ser debatido nesta Casa, a exemplo do que aconteceu nesta semana, em que, durante uma tarde inteira, discutimos política, quando o Senador Aécio fez o seu pronunciamento. Também penso que deveríamos fazer esses debates aqui de forma aberta, franca, transparente, sobre uma questão como esta, a questão da segurança pública. Tenho a certeza de que as Senadoras e os Senadores têm muito a contribuir, muito a colaborar, para que possamos evitar esse tipo de problema. Parabéns!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço-lhe o aparte. Assim como V. Exª chegou a casa ontem, à noite, e falou com sua esposa sobre o ocorrido no Rio de Janeiro, eu também cheguei a casa – recebemos, com muito carinho, a visita da minha mãe em minha casa –, e, reunidos, minha esposa, minha mãe e eu conversamos sobre essa tragédia havida no Rio de Janeiro. Praticamente a noite toda, cada um ficou com

seu pensamento. Passei, a noite toda, pensando no que fazer.

Entendo que o que aconteceu ontem é um sinal para todos nós brasileiros de que precisamos voltar nosso pensamento para a educação das nossas crianças por meio da família, por meio de ações sociais no âmbito municipal, estadual e federal e, principalmente, entre a sociedade brasileira. A educação das nossas crianças, como disse a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, não é uma questão apenas da escola, mas é uma questão que passa pela família, que passa pela sociedade, que passa pelo meio em que vivemos: no nosso bairro, no nosso Município, no nosso Estado, no nosso País.

Portanto, entendo que um sinal foi dado, é a luz vermelha que se acendeu no nosso País. Esse debate tem de se dar no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas associações de bairros, com toda a sociedade brasileira. Em que nós, seres humanos, pais de família, estamos errando? O que precisamos fazer para consertar as nossas ações? As nossas ações de hoje vão dar resultado daqui a cinco anos, daqui a dez anos, daqui a vinte anos. Mas precisamos identificar em que precisamos mudar, em que estamos errando.

É um dia triste para todos nós, pois temos de falar sobre esse assunto. Mas precisamos dele tratar.

Era esse o tema que eu queria trazer aqui hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Acir, eu quero incorporar a minha solidariedade, a minha adesão ao tema que V. Exª aborda aqui, que é o da educação. Principalmente nós da Amazônia precisamos insistir muito para termos um tratamento igualitário no que tange à educação. Parabéns, portanto.

Concedo agora a palavra ao Senador Geovani Borges, do Amapá, por permuta com o Senador Wilson Santiago.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, permitam-me trazer, em breve comentário, um apelo e uma preocupação sobre a qual todos precisamos refletir e, de alguma forma, buscar soluções. Eu me refiro à situação dos idosos, vítimas de violência doméstica.

Há poucos dias impressionou-me o relato num jornal daqui da capital do País feito por um senhor de 66 anos, vítima constante de agressões físicas que lhe são impostas pelo filho, viciado em cocaína, álcool e, por fim, *crack*. O filho, de 45 anos, constantemente grita, empurra, soca; e já apontou faca para os pais, que vivem constantemente temendo o pior.

Sem forças físicas para se defender do filho, nem suporte psicológico para aguentar as agressões, o pai apelou à Jjustiça.

Agora, vejam bem os senhores: ele conseguiu, há dois anos, uma determinação judicial obrigando o Governo local a custear a internação compulsória do filho agressor para desintoxicação. Mas, até agora, nada aconteceu, apesar da insistência do idoso com as autoridades.

Esse senhor, de 66 anos, faz um curioso desabafo, que repito aqui na íntegra: "Toda vida ouvi dizer que decisão judicial não se discute, se cumpre. Pelo jeito, isso só serve para o cidadão, não para o governo."

Trata-se de uma triste realidade. E o pior é que o problema enfrentado por ele é um dos mais frequentes e dos mais complicados casos de violência contra os idosos que chegam todos os dias ao Ministério Público do Distrito Federal, valendo lembrar que, embora o caso aqui citado esteja ambientado em Brasília, na verdade, o mal campeia pelo País afora, e em cada canto, em cada cidade, pessoas idosas são vitimadas pela mesma violência.

E para casos como esse, em que o filho agressor pratica os seus atos desumanos sob o efeito de drogas, parece mesmo não haver solução, porque, infelizmente, é preciso reconhecer que o Estado está longe da excelência e se exime da tarefa de oferecer atendimento de saúde, e as vítimas, por outro lado, não querem ver os seus filhos ou netos na rua.

Embora ocorra com pessoas de todas as faixas etárias, a violência praticada por parentes que fazem uso de álcool e drogas se torna mais dramática quando o agredido é um idoso, em função da fragilidade por causa da idade. O fenômeno das agressões contra os idosos vem sendo tema de importantes estudos e investigações na área do comportamento humano.

Cabe, inclusive, aqui citar o trabalho do doutor em sociologia Vicente Faleiros, que produziu o maior estudo do gênero no país, com base em 61.930 denúncias formalmente registradas em todas as capitais do Brasil no período de um ano. A pesquisa, assustadora, se enquadra na máxima segundo a qual o inimigo dorme ao lado, indicando que cerca de 54% dos agressores são filhos ou filhas. Ou seja, os velhos são vitimados justamente por aqueles que mais lhes deveriam proteger.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, também investigou, por meio de entrevista, e não por ocorrência documentada, o problema, projetando quase 120 mil agressões sofridas por idosos anualmente, cerca de 10 mil por mês.

Abro um parêntese. O IBGE fez uma projeção de que até o ano de 2050 vai se inverter a pirâmide da população brasileira e a maioria será da população será de idosos.

A certeza da existência da violência está, portanto, evidente. No entanto, os registros são apenas a ponta do *iceberg*, porque denunciar é muito difícil. Há uma espécie de conluio do silêncio. A família silencia e o próprio idoso tem vergonha de denunciar, achando que vai perder o tênue afeto que tem com o filho, além do medo de represálias.

E veja bem os senhores que a violência física é apenas uma vertente dessa triste realidade vivenciada pelas pessoas idosas. Existem outras violências que, se não agridem o corpo, violentam a alma. A negligência, o abandono, a indiferença são, igualmente, suplícios dolorosos. O abandono nos asilos, a falta de carinho, a pressão psicológica e o descaso são formas de agressão que muitas vezes passam desapercebidas.

É verdade que algumas dessas realidades podem estar associadas ao próprio comportamento daquele idoso quando era mais jovem. Nem todos foram bons pais, nem todos foram boas mães e pode ser que hoje estejam relegados ao abandono justamente pela fragilidade dos laços familiares. Mas, no meu ponto de vista, mesmo isso não justifica que sejam abandonados pela família.

O número de idosos que sofrem algum tipo de abuso é tão grande que esse caso já se tornou um problema de saúde pública.

Pesquisas pioneiras realizadas nos últimos anos já tornam possível descrever o perfil da vítima e do agressor e os fatores de riscos mais prevalentes em maus tratos e negligência em idosos. Elas apontam o seguinte perfil da vítima: mulher, com 75 anos de idade ou mais, viúva, física ou emocionalmente dependente, na maioria das vezes residindo com familiares, um dos quais é o seu agressor.

O perfil básico desse agressor é um adulto de meia idade, geralmente um filho, em geral financeiramente dependente da vítima e com problemas mentais e/ou dependente de álcool ou de drogas.

Sabe-se que, nos próximos anos, a população brasileira será uma população idosa. Em consequência desse envelhecimento populacional, o idoso torna-se alvo da violência.

Há uma previsão estatística, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, de que, até 2050, a população do Brasil talvez acompanhe o ritmo da população japonesa, que tem a maioria idosa.

Na verdade, o aumento da longevidade, que deveria ser motivo de júbilo, tornou-se um dos maiores desafios para a saúde púlbica, visto que se exige a efetiva implementação da estratégia de educação em saúde como possibilidade de manutenção da capacidade funcional do idoso.

Infelizmente, vivemos numa sociedade que tem se caracterizado por uma visão utilitarista do ser humano. Frequentemente, as pessoas são valorizadas pelo critério de ter ou de poder mais do que pelo de ser.

O idoso, frequentemente improdutivo materialmente e intelectualmente diminuído, corre o risco de ser considerado um indivíduo menos útil e, portanto, menos digno não só pela sociedade, mas também, infelizmente, pelos próprios profissionais de saúde.

Fica, pois, aqui o meu registro, com a esperança de poder suscitar nesta Casa o debate em torno dessa questão.

Nossos velhinhos estão pedindo socorro. Impõe-se, portanto, a todos nós definir e defender quando necessário essa dignidade humana.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo que V. Exª me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geovani, quero cumprimentar V. Exª porque a questão do idoso é outro tema atual. Antigamente, a população tinha uma quantidade, eu diria, quase insignificante de idosos, já que as pessoas morriam muito cedo. A expectativa média de vida do brasileiro era de 50 anos de vida; hoje essa expectativa é de 75 anos. Minha mãe completa, no dia 14, 87 anos. Então, realmente, se as famílias não se preocuparem com as crianças e com os iodos, vai ser difícil haver realmente uma família tranquila e sadia.

Portanto, parabéns pelo tema.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Quebrando um pouquinho o Regimento, quero dizer a V. Exª que a Dª Cícera, minha mãe, também já com 75 anos, está nos assistindo neste momento. Só que a minha é mais nova que a sua 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Parabéns a V. Exª!

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria de pedir a gentileza do Senador Blairo Maggi ou do Senador Geovani para presidir a sessão, porque sou o próximo orador inscrito e não há nenhum outro Senador presente à sessão. (*Pausa.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exª registrasse o meu pedido para falar como Líder do Governo, assim que possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geovani Borges, do Amapá, é uma honra falar tendo V. Exª presidindo esta sessão, nós, que fomos Colegas como Deputados Federais, como Constituintes, trabalhamos pela transformação do Amapá e de Roraima em Estados, e hoje nos encontramos aqui, neste Senado, e nesta sessão de sexta-feira, que é uma sessão, para muitos, desimportante, mas, na verdade, é uma sessão que considero muito importante, porque é a oportunidade que temos de abordar, com calma, já que não há reuniões de comissões, não há deliberações na Casa, temas que são importantes para os nossos Estados, para as nossas regiões e para o País.

Hoje, por exemplo, quero abordar um tema que é muito importante para a Amazônia, pela praticidade, mas também pelo simbolismo que tem, e para o Brasil.

Refiro-me, Senador Geovani, à construção da usina de Belo Monte, no Pará. Esta usina mostra como os interesses internacionais na Amazônia estão tão atuais quanto em 1947, quando havia projeto que contava com o apoio da Unesco propondo a criação do Instituto Internacional da Hilea Amazônica – internacional, na verdade, sob o comando dos Estados Unidos. A ideia principal deste instituto era fazer um grande lago na Amazônia, o chamado Lago de Hudson, que iria alagar quase um terço da Amazônia. Não havia problema de eles fazerem isso na Amazônia, que era uma forma de engessá-la.

Como isso não prosperou – vou abordar com mais detalhes essa questão –, sucessivamente, está havendo movimentos, é lógico, muito mais modernos, mais sofisticados de potências internacionais – e aí, quero dizer que, lamentavelmente, envolve, geralmente, grandes figuras internacionais famosas. Vimos, lá atrás, na Constituinte, o cantor Sting vir aqui, em 1988, defender os interesses das comunidades indígenas do Brasil. O Sting, que mora na Inglaterra, aliás, tem residência em vários países, veio aqui cuidar disso e, obviamente, chamar o foco da imprensa nacional e mundial sobre o tema.

Agora, na questão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, também vimos a OEA ir à ONU, mandar um observador e fazer declarações sobre a questão da demarcação.

Agora temos a OEA se intrometendo na questão da construção da usina de Belo Monte. Mas já tivemos ações prévias. Vimos a atriz e o produtor do filme Avatar virem aqui fazer mobilização contra a construção da usina de Belo Monte. Recentemente houve um encontro em Manaus, em que estiveram presentes o ex-Presidente Bill Clinton, o ex-Governador da Califórnia, e vários atores e produtores cinematográficos, com uma preocupação de dar emoção com relação às comunidades indígenas, pela preservação da Amazônia.

Quando eu era criança, ouvia meu pai dizer que "quando a esmola é grande o santo desconfia". Ora, por que essa tão decantada, tão enfaticamente colocada "preocupação" com a Amazônia?

Ontem, na Comissão de Relações Exteriores, da qual sou membro, tivemos a oportunidade, Senador Geovani, de aprovar moção, de iniciativa do Presidente da Comissão, o ex-Presidente Fernando Collor, contestando a atitude da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre Belo Monte. Inclusive a Comissão aprovou esse voto de solidariedade ao Governo brasileiro em função da manifestação feita pelo Ministro das Relações Exteriores, contestando e não aceitando a ingerência da OEA em assuntos que o Governo brasileiro tratou com muito cuidado.

Aliás, isso o Presidente Lula disse uma vez, que não são os gringos que vêm dar lição como é que o Brasil deve cuidar dos índios ou de suas florestas. Ora, basta ler a história dos Estados Unidos, a história de todos os países da Europa para ver como eles não cuidaram dos seus nativos, daqueles que estavam lá quando os poderosos chegaram. Eles não cuidaram de suas florestas. Pelo contrário, devastaram-nas.

Recentemente, em uma reunião de grandes fazendeiros dos Estados Unidos, eles cunharam a frase que, para nós, da Amazônia, para nós, do Brasil, é emblemática. Em resumo, eles disseram o seguinte, Senador Geovani: "Florestas lá", isto é, aqui, tinham de manter florestas aqui, e, lá, fazendas; fazendas lá, e florestas aqui.

Então, essa preocupação com uma usina que é limpa, que não corre o risco de ter o desastre que aconteceu em Chernobyl, em *Three Miles Island* ou agora no Japão, um usina que vai fazer o Brasil se tornar completamente independente de qualquer energia poluente, é combatida de maneira, primeiro, como disse, cinematográfica, com a presença de cineastas, de atores, de atrizes, de ex-presidentes dos Estados Unidos, de ex-governadores de estados americanos, como é o caso da Califórnia, do ator Schwarzenegger. Ficamos pensando: afinal de contas, eles têm moral para dizer como é que temos que nos comportar em relação a nossa Amazônia e com relação aos nosso índios? Nenhuma moral. É só olhar o que eles fizeram. Nós, ao contrário, 511 anos depois do Descobrimento do Brasil, ainda temos Mata Atlântica, embora tenha-

mos perdido muito, mas temos a Amazônia praticamente intocada, porque a Amazônia durou esse tempo todinho e apenas 19% de sua área foi utilizada para criar cidades, rodovias, vilas, vilarejos e, obviamente, para a atividade agrícola e pecuária. Mas, quero, antes de prosseguir, ouvir, com muito prazer, o Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Mozarildo, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento. Tivemos, ontem, a oportunidade, na Comissão de Relações Exteriores, de falar sobre este assunto: a questão da intromissão, vamos chamar assim, da OEA em assuntos internos nosso, o que considero uma forma muito deselegante de tratar o Brasil, uma vez que o nosso País tem primado por todas as questões relativas a direitos humanos, direitos trabalhistas e tudo o mais. Evoluímos muito nesses últimos anos e temos sido reconhecidos mundo afora pelo esforço que fizemos. Isso nos diz claramente que temos tido um respeito muito grande pelas comunidades indígenas. Alguns problemas ainda existem, e provavelmente existirão no futuro também, mas isso faz parte do processo de acomodamento, do processo de construção de um país. Agora, abrir mão da soberania, abrir mão de usarmos os recursos naturais que temos para a geração de energia ou de mineração, ou de qualquer outra coisa, é uma situação que o Brasil não pode levar em conta e tem que repudiar essa intromissão nas nossas políticas internas. Se o Brasil, o nosso País, tivesse simplesmente patrolando as coisas, não levando em consideração, não ouvindo as comunidades, não ouvindo os cientistas, aí tudo bem, nós teríamos que repensar ou fazer uma nova análise sobre a situação. Mas, no caso de Belo Monte, de forma alguma está sendo atropelado. Já faz mais de doze, quinze anos que os estudos estão acontecendo. Todos tiveram a possibilidade de se manifestar. O Governo foi muito complacente com todos, ouvindo e dando oportunidade para que todos se manifestassem, mas chega o ponto em que o Executivo tem que tomar uma decisão, e é um ônus do Executivo. Quem é do Executivo tem que executar. Escuta, ouve, mas há um momento em que ele tem que tomar a decisão. E o Governo tomou a decisão de fazer Belo Monte, que levará adiante e, com certeza, não dará ouvido a esse tipo de coisa. Agora, é lamentável, Senador Mozarildo, que fiquemos perdendo tempo dando ouvidos a essas – vamos chamar assim – personalidades que vêm de fora e usam da sua fama, por meio de artistas e coisas parecidas, para se intrometerem nos assuntos internos do Brasil. Oxalá os outros países mundo afora tivessem a mesma responsabilidade ambiental que o Brasil está tendo e teve até agora, porque se, no passado, também não tivesse cuidado, nós não estaríamos aqui para cuidar do que nós temos neste momento. Sempre defendi e fiz um grande trabalho no Estado do Mato Grosso no sentido de buscar entendimento entre a preservação e a produção. Não se pode deixar de produzir, sob hipótese alguma, porque nós temos que alimentar quase 200 milhões de habitantes, temos uma responsabilidade de alimentar milhões e milhões de pessoas fora do Brasil, fora do nosso País, mas também temos a responsabilidade de cuidar. E nós sabemos cuidar do que é nosso. Então, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e me somar, mais uma vez, a essas vozes contrárias ao que está aí. A política interna do Brasil compete ao Brasil, e não aos outros de fora, que não compreendem e, muitas vezes, ouvem uma história sem verificar o que acontece, e ainda ficam propagando mundo afora como se aquilo fosse a única e a pura verdade sobre os fatos, quando, na verdade, não o é. Nessa questão de Belo Monte, ouvimos dizer que vai inundar a floresta. Ora, o sítio – vou chamar assim – onde será feita essa usina, perto do território, é absolutamente nada, é insignificante o território, mas, infelizmente, as pessoas que mexem nessa área ambiental sempre têm a mania de focar. Vão focando, focando, baixando e acham que o que acontece no metro quadrado é o que representa uma Amazônia, que é bem maior que toda a Europa. Parabéns ao seu pronunciamento. Não é fácil fazer infraestrutura neste País, até porque – a pesquisa já mostrou –apenas 1% dos brasileiros defende, entende que infraestrutura é necessário, só que todos querem luz em casa, querem asfalto em frente de casa, querem rodovias boas, querem linhas de transmissão, querem Internet, todos querem tudo, mas não pensam que tudo isso é infraestrutura, que precisa ser feito, e o Governo tem que levar adiante. Parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço e fico muito honrado com o aparte de V. Exª, Senador Blairo Maggi, porque realmente nós, Senadores da Amazônia, principalmente, mas todos os Senadores dos outros Estados, todos os Senadores do Brasil, temos que nos posicionar.

Felizmente o Governo brasileiro tomou uma posição muito altiva, porque não são, como disse o ex-Presidente Lula, eles, os gringos – como se diz – que vão dizer o que nós devemos fazer na Amazônia ou como fazer na Amazônia, ou como fazer no Brasil.

Nós temos, pela questão do meio ambiente e das populações indígenas, um respeito que nenhum país tem – nenhum, nenhum país tem ou teve. Nos Estados Unidos, as reservas indígenas são todas no meio do país, Senador Geovani. Não há uma reserva indígena nas fronteiras. E no Brasil, nós temos quase

a grande maioria das reservas indígenas nas linhas de fronteiras. Então, veja que até isso de levar em conta a soberania nacional, o risco para a integridade territorial, nós não temos seguido.

Eu repito que não são eles, não é a OEA que resolve fazer uma resolução, desrespeitando a nossa Constituição, porque a nossa Constituição diz que é, sim, possível fazer hidrelétrica em área indígena – que não é o caso de Belo Monte, que está apenas próxima –, desde que haja autorização do Congresso Nacional; que é permitido explorar minerais, desde que haja autorização do Congresso Nacional. E no caso não há discussão.

Agora, eu quero aqui ler, até porque desejo aplaudir a posição do Governo da Presidente Dilma nessa questão, a declaração do Governo brasileiro:

"O Governo brasileiro tomou conhecimento, com perplexidade, das medidas que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos[...]". E aqui eu quero falar de direitos humanos. Direitos humanos de quem? Dos humanos de lá ou dos humanos daqui? Porque essa declaração da OEA é a favor dos humanos de lá, dos interesses econômicos dos humanos de lá.

E continua a nota do Governo:

> [...] que a Comissão Internacional de Direitos Humanos [da OEA] solicita sejam adotadas [medidas] para "garantir a vida e a integridade pessoal dos membros dos povos indígenas" supostamente ameaçados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
>
> O Governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos da jurisdição interna. [Isto é, nós não estamos descumprindo lei nenhuma do Brasil, nem a Constituição nem qualquer lei abaixo da Constituição.]
>
> A autorização para implementação do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte foi concedida pelo Congresso Nacional [de acordo com a Constituição] por meio do Decreto Legislativo nº 788, de 2005 [portanto, desde 2005 o Congresso Nacional brasileiro autorizou a construção de Belo Monte], que ressalvou como condição da autorização a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, em especial "estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento", com a devida consulta a essas comunidades. Coube aos órgãos competentes para tanto, Ibama e Funai, a concretização dos estudos de impacto ambiental e de consulta às comunidades em questão, em atendimento ao que prevê o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal.
>
> O Governo brasileiro está ciente dos desafios socioambientais que projetos como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte podem acarretar. Por essa razão, estão observadas, com rigor absoluto, as normas cabíveis para que a construção leve em conta todos os aspectos sociais e ambientais envolvidos. O Governo brasileiro tem atuado de forma efetiva e diligente para responder às demandas existentes.
>
> [Por fim], o Governo brasileiro considera as solicitações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA precipitadas e injustificadas.

Ora, é até elegante a Nota do Governo brasileiro, porque caberia – e eu quero dizer com palavras minhas: eles deveriam cuidar muito mais de países onde direitos humanos elementares não estão sendo observados. E aí não dá para excluir nenhum dos chamados países ricos.

E quero retornar dizendo a questão da nossa decisão também. O Governo brasileiro tomou uma postura altiva. E o Congresso Nacional, por sua Comissão de Relações Exteriores, também não só fez uma Nota de Repúdio à recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), como se solidarizou com a íntegra da posição adotada pelo Governo brasileiro.

E mais, Senador Blairo Maggi: essa questão de a OEA falar de comunidades indígenas, por que ela não disse, por exemplo, que o Brasil é o único país em que as comunidades indígenas estão tendo um crescimento, quer dizer, estão aumentando a sua população numa média maior que a população não indígena do País? É preciso ver que isso demonstra que o Governo tem políticas de atendimento às comunidades indígenas, seja o Governo Federal, sejam governos estaduais ou municipais de onde existem as comunidades indígenas.

Então, quero registrar, nesta sexta-feira, o meu protesto, até porque, Senador Blairo Maggi e Senador Geovani, defendo a construção de uma usina hidrelétrica lá na região do Cotingo, no meu Estado, que está dentro de uma reserva indígena e que é uma hidrelétrica que parece que foi feita por Deus, porque já tem as duas paredes laterais, são duas montanhas, e basta fazer uma barragem na foz, na saída dessas duas montanhas onde passa o rio Cotingo, na Cachoeira do Tamanduá.

Eu apresentei um projeto de decreto legislativo, que já foi aprovado pelo Senado, está na Câmara, e lá os movimentos dessas organizações transnacionais querem impedir a aprovação do projeto de decreto legislativo, que faz o quê? Autoriza o Governo brasileiro a construir. Quando vai construir? Quando o Governo tiver recursos, quando o Governo tiver reestudado o projeto que já existe e quando o Governo tiver consultado as comunidades indígenas, que vão se beneficiar da produção da energia de lá, e parte da receita, do dinheiro que vai ser ganho, com a geração da energia vai ser investida na comunidade indígena, como *royalties*.

Encerro, Senador Geovani, pedindo a V. Exª a transcrição da Nota do Governo brasileiro que repudiou ou estranhou, pelo menos, a posição da OEA. Também peço que fique registrado que a Comissão de Relações Exteriores do Senado já se posicionou, repudiando a intromissão da OEA e solidarizando-se com o Governo brasileiro. Peço também a transcrição, porque não vou ler, é um pronunciamento relativamente longo, que fala, Senador Geovani, das iniciativas que começaram em 1947, com o apoio da Organização das Nações Unidas, por meio da Unesco, para criar o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. E um dos projetos desse Instituto é criar o famoso lago chamado Lago de Hudson, que eles já haviam batizado inclusive, que ia alagar quase um terço da Amazônia.

Ora, de há muito, essas ações internacionais sobre a Amazônia vêm sendo feitas, antigamente, de maneira mais escancarada, agora, de maneira mais aprimorada, sofisticada, através de organizações humanitárias, que estão preocupadas com as nossas árvores da Amazônia, preocupadas com os nossos animais da Amazônia, preocupadas com os nossos índios da Amazônia e despreocupadas com os 25 milhões de habitantes que moram na Amazônia, pegando doenças difíceis, como malária, febre amarela, dengue, oncocercose e outras que não vou aqui como médico enumerar, apesar de tomar conhecimento.

Quero dizer que precisamos, sim, nos manter altivos e não ceder a pressões de quem quer que seja, porque vou, encerrar, inclusive, com a fala do Presidente Lula: "Não são eles, os gringos – dizem que foi assim que o Presidente Lula disse –, que vão nos dar receita de como é que devemos cuidar do meio ambiente ou dos nossos índios." Somos um exemplo para eles terem remorso do que fizeram com o meio ambiente deles e com os índios que existiam lá.

Muito obrigado a V. Exª.

SEGUE, NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a Amazônia, há muito tempo, vem sendo objeto de cobiça internacional. Para dar uma melhor idéia dessa atração, é preciso dizer que existiu um projeto que visava criar uma entidade denominada Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Isso ocorreu em 1947, e o projeto contava com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Apesar de o Instituto não ter sido implantado à época, devido à polêmica gerada e à existência de uma corrente que defendia a soberania do Brasil sobre a região, a internacionalização da Amazônia tornou-se um tema recorrente, que, de tempos em tempos, volta à baila.

Temos de estar atentos a uma idéia que vem sendo difundida, segundo a qual a Amazônia é um "patrimônio da humanidade". Essa visão demonstra claramente o interesse em diminuir a autonomia e limitar a soberania dos países da região sobre o vasto território ainda intacto em grande parte.

A idéia do IIHA foi apresentada por um cientista brasileiro, Paulo Estevam de Berredo Carneiro, que viveu entre 1901 e 1982. Na época, era o representante do Brasil na UNESCO. Propunha ele que o Instituto desenvolvesse pesquisas nas áreas de botânica, zoologia, geologia, meteorologia, medicina e antropologia. Além dos países da região (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia), o projeto previa a participação de outras nações interessadas, como França, Grã-Bretanha e Holanda.

O projeto do IIHA foi tema da dissertação de mestrado do historiador Rodrigo César da Silva Magalhães, em cujo texto, afirma: "Nos planos também estava a instalação de um conjunto de laboratórios voltados para a química vegetal e animal; para a geofísica, a fisiologia e a microbiologia."

A criação do IIHA foi objeto de discussão no Congresso Nacional, mas o surgimento de visões conflitantes, especialmente no que se referia à participação estrangeira, resultou no arquivamento do projeto, com a vitória da corrente nacionalista.

As polêmicas pelo menos tiveram o condão de provocar a criação de dois importantes órgãos no início da década de 50 do século passado: o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que depois veio a transformar-se na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica foi proposto pela pri-

meira vez, por Paulo Berredo, em maio de 1946, época de reconstrução das relações internacionais, bastante sacrificadas pela Grande Guerra. Em maio de 1947, um ano depois, portanto, a UNESCO transformou essa idéia em uma das suas prioridades.

Em agosto de 1947, em Belém do Pará, uma conferência científica estabeleceu as linhas mestras para o Instituto realizar um amplo programa de estudos sobre a Amazônia. Em abril de 1948, nova reunião em Iquitos, no Peru, dotou o IIHA de uma base jurídica e financeira; um comitê provisório, com uma presidente brasileira (Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional) e um secretário-geral (Edred John Henry Corner, botânico inglês); e um escritório em Manaus, no Amazonas.

Teve início, então, a polêmica, liderada pelo ex-Presidente da República Artur Bernardes, espalhando-se na imprensa, no Congresso Nacional e em outras instituições brasileiras. Artur Bernardes afirmava que o IIHA era a ponta de lança de uma intervenção colonial das grandes potências para tomar a Amazônia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Amazônia se tornou mais conhecida com o ciclo da borracha, mas já era visitada e estudada muito antes dessa importante etapa econômica.

Em 1736, o cientista e explorador francês Charles-Marie de La Condamine visitou a região e descreveu o uso do "cautcho" (a borracha natural) pelos índios, e como eles o preparavam e utilizavam. Também estiveram na região outros estudiosos célebres, como Humboldt, Wallace, Bates, Agassiz e Darwin.

O Imperador D. Pedro II, ciente de sua importância, já havia criado a Companhia de Navegação do Amazonas, em 1850, com o objetivo de explorar os recursos naturais e estimular a criação de núcleos urbanos.

Ainda no século XIX, em 1866, Tavares Bastos publicava seu livro *O Vale do Amazonas*, em que defendia a livre navegação no rio Amazonas, concluindo que a prosperidade real da região começaria com sua "liberdade".

Portanto, não é recente a preocupação com o desenvolvimento da Amazônia e com o interesse de órgãos internacionais e outras nações sobre a região.

Quando a UNESCO se propôs a patrocinar o projeto de Paulo Carneiro logo após a Segunda Guerra, visava exatamente dar impulso à cooperação científica internacional. Oficialmente, o projeto para a criação do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Amazônia foi apresentado na 1ª Conferência da UNESCO, em Paris, no ano de 1946.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pode-se dizer que o projeto de Paulo Carneiro, além de interessante, foi apresentado no momento certo. Os objetivos incluíam a produção de conhecimentos científicos em várias disciplinas, de interesse geral para o mundo tropical úmido. E o modo de desenvolvimento previsto se preocupava com a preservação da natureza e dos índios da Amazônia.

A polêmica em torno do assunto cresceu quando a imprensa começou a noticiar a adoção do projeto pela UNESCO. De início, o Instituto deveria estudar a vida do homem da região, que, à época, contava com cerca de 200 mil índios.

Entretanto, é necessário destacar que o projeto suscitava entendimentos diferentes. Moniz Aragão, que deu apoio ao IIHA na qualidade de embaixador do Brasil em Londres, tinha a seguinte explicação para o projeto: "O Brasil se beneficiará enormemente com a iniciativa, que transformará as maiores florestas virgens do mundo numa zona agrícola." A controvérsia era indisfarçável.

Artur Bernardes, no seu ardor nacionalista, conseguiu a adesão do Instituto Brasileiro de Geopolítica, cujo parecer sobre a convenção do IIHA foi extremamente duro na sua crítica à criação do instituto internacional. Além de questionar o poder de Paulo Carneiro para defender a criação de um instituto internacional de pesquisas para a Amazônia, entre outras coisas, podia-se ler, no texto do parecer, que essa entidade feriria os princípios da soberania brasileira, numa tentativa de colonização. Havia, ainda, a alegação de que "a concorrência estrangeira de séculos vem estudando e sugando nossas fontes de riqueza". E mais: "Possuímos um império sem rotas oceânicas a separar a metrópole da colônia, que é o nosso interior despovoado que vamos colonizando aos poucos, conforme nossas necessidades. Não há razão alguma que indique a necessidade de superlotamento da escória da Europa dos nossos reservatórios de expansão futura."

O relatório buscava tornar transparente a existência de um jogo de poder sobre a região amazônica. E estávamos vivendo uma época de nacionalismo exacerbado, resultante dos efeitos da Segunda Guerra.

Paulo Carneiro ainda tentou salvar a idéia do IIHA. Em 26 de abril de 1951, com o objetivo de ganhar a confiança do exército brasileiro, ele fez uma conferência na Escola Superior de Guerra, justificando a necessidade de criação do Instituto da Hiléia. Dirigia-se a militares que se haviam manifestado contra a sua criação por meio de diversas instituições: o Instituto Brasileiro de Geopolítica, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados e o Clube Militar. Não conseguiu apoio, mas, em 1952, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

O fracasso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica tornou-se inevitável com a recusa brasileira para ratificar a Convenção de Iquitos e seu Protocolo adicional em 1950. A criação do INPA pode ser encarada como uma resposta nacionalista, no bojo do grande projeto de valorização da Amazônia do Governo Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos temos observado a fase de grande evolução que a Amazônia viveu no período posterior à tentativa de criação do IIHA. Sobreveio uma época de muita prosperidade e também de muitas contradições. Continuam constantes as denúncias de desmatamento para implantação de atividades que poderão prejudicar os ecossistemas da região, mas muito tem sido feito em seu benefício.

Observamos a implantação da Zona Franca de Manaus e seu pólo industrial, e o desenvolvimento de atividades supervisionadas de exploração dos recursos naturais. Atualmente os habitantes da região são beneficiados por vários programas ou políticas de governo.

A Amazônia constitui uma grande parte de nosso território e continua a merecer um olhar agudo e atento. Com a consciência do seu valor, estão sendo tomadas medidas importantes para manter a soberania brasileira na região, como a implantação dos dois importantes mecanismos representados no Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Dessa forma, o Estado brasileiro tem contribuído para o desenvolvimento salutar dessa imensa região, e adotado as medidas necessárias à manutenção da soberania e do controle de ações ilícitas a que ela está sujeita.

Creio que todos estamos cientes do dever de zelar pelos interesses brasileiros no que se refere à Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

INTER - AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS
COMISION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
COMMISSION INTERAMÉRICAINE DES DROITS DE L'HOMME

CIDH 50 anos em defesa dos DIREITOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
WASHINGTON, D.C. 20006 E U A

1° de abril de 2011

REF: Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará
MC-382-10
Brasil

Prezadoes Senhores:

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Senhorias em nome da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com referência a sua solicitação de medidas cautelares em favor das Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará no Brasil.

Nesta oportunidade, cabe-me informar-lhes que na dia de hoje a CIDH se dirigiu ao Estado em virtude do artigo 25 do seu Regulamento, a fim de solicitar a adoção de medidas urgentes para proteger a vida e a integridade pessoal dos membros das seguintes comunidades indígenas da bacia do Rio Xingu: Arara da Volta Grande do Xingu; Juruna de Paquiçamba; Juruna do Kilômetro 17; Xikrin de Trincheira Bacajá; Asurini de Koatinemo; Kararaô e Kayapó da terra indígena Kararaô; Parakanã de Apyterewa; Arawetê do Igarapé Ipixuna; Arara da terra indígena Arara; Arara da Cachoeira Seca; e as comunidades indígenas em isolamento voluntário da bacia do Xingu. Concretamente, a Comissão solicitou ao Governo de Brasil:

Portanto, a CIDH solicita ao Governo de Vossa Excelência que suspenda imediatamente o processo de licenciamento do projeto da UHE de Belo Monte e impeça a realização de qualquer obra material de execução, até que sejam observadas as seguintes condições mínimas:

1. Cumprir a obrigação de realizar processos de consulta, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a jurisprudência do sistema interamericano, no sentido de que a consulta seja prévia, livre, informada, de boa-fé, culturamente adequada, com o objetivo de chegar a um acordo, e com observância dos demais requisitos anteriormente enunciados, em relação com cada uma das comunidades indígenas afetadas, as quais são beneficiárias das presentes medidas cautelares.

2. Garantir que, de forma prévia à realização de tais processos de consulta, para garantir que a consulta seja informada, as comunidades indígenas beneficiárias tenham acesso a um Estudo de Impacto Social e Ambiental do projeto, num formato acessível tanto em relação à sua extensão, como no que diz respeito à sua tradução aos respectivos idiomas indígenas.

3. Adotar medidas vigorosas e abrangentes para proteger a vida e integridade pessoal dos membros dos povos indígenas em isolamento voluntário da bacia do Xingu, cuja presença foi reconhecida pelo próprio Estado brasileiro, assim como sua existência coletiva como comunidades indígenas.

4. Adotar medidas vigorosas e abrangentes para prevenir a disseminação de doenças e epidemias entre as comunidades indígenas beneficiárias das presentes medidas cautelares como consequência da implantação do projeto da UHE de Belo Monte, tanto no que diz respeito àquelas doenças derivadas do fluxo populacional massivo

Além disso, solicitou-se a apresentação de informações sobre o cumprimento das medidas cautelares adotadas, dentro do prazo de 15 dias, e a atualização periódica dessas informações. Ouvidas as observações das partes, a CIDH decidirá se é procedente prorrogá-las ou suspendê-las.

A Comissão publica em sua página de internet (www.cidh.org) uma síntese sobre as medidas cautelares adotadas. Nesta síntese, consta a identidade dos beneficiários das medidas cautelares, com exceção do nome de crianças, adolescentes e vítimas de violência sexual. Caso os beneficiários destas medidas cautelares prefiram que seu nome completo não seja divulgado na página de internet, deverão informar à Comissão por escrito imediatamente.

Santiago A. Canton
Secretário Executivo

Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA

05/04/2011 -

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com perplexidade, das medidas que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicita sejam adotadas para "garantir a vida e a integridade pessoal dos membros dos povos indígenas" supostamente ameaçados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O Governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna.

A autorização para implementação do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte foi concedida pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 788/2005, que ressalvou como condição da autorização a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, em especial "estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento", com a devida consulta a essas comunidades. Coube aos órgãos competentes para tanto, IBAMA e FUNAI, a concretização de estudos de impacto ambiental e de consultas às comunidades em questão, em atendimento ao que prevê o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal.

O Governo brasileiro está ciente dos desafios socioambientais que projetos como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte podem acarretar. Por essa razão, estão sendo observadas, com rigor absoluto, as normas cabíveis para que a construção leve em conta todos os aspectos sociais e ambientais envolvidos. O Governo brasileiro tem atuado de forma efetiva e diligente para responder às demandas existentes.

O Governo brasileiro considera as solicitações da CIDH precipitadas e injustificáveis.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti e congratular-me com seu brilhante pronunciamento. S. Exª, como grande amazônida que é, pois conhece a realidade da Amazônia e do nosso País, brindou-nos com esse tema dessa tribuna.

Convido o Senador Romero Jucá a falar pela Liderança e, ao mesmo tempo, solicito ao Senador Marcelo Crivella que assuma a Presidência e conduza os trabalhos desta Casa.

V. Exª dispõe do tempo que desejar.

O SR ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer, aqui, o registro de um encontro que considero extremamente importante para o meu Estado de Roraima, a reunião que tive com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, nesta semana, no sentido de discutir e buscar fórmulas para reforçar a atuação da educação no Estado de Roraima.

Todos sabemos que a educação é o grande motor de transformação da sociedade. É por meio da educação que vamos mudar a realidade do nosso País, do nosso Estado, das nossas cidades.

Portanto, fui ao encontro do Ministro da Educação, para tratar de dois temas importantes. O primeiro deles diz respeito ao programa que, no final deste mês, vai ser lançado pela Presidenta Dilma Rousseff: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). Solicitamos que Roraima fosse contemplada, e o Ministro confirmou que o Estado de Roraima receberá mais uma escola do Instituto de Formação Técnica. Essa escola está sendo definida e deverá ser construída no Município de Rorainópolis ou no Município de Alto Alegre. O Ministério da Educação vai fazer os estudos necessários para definir em qual desses dois Municípios vai ser construída a escola. Os dois Municípios precisam da escola técnica. Fizemos, inclusive, o pleito ao Ministro, para que houvesse duas escolas técnicas em Roraima dentro dessa programação. Uma já está garantida, e outra vai ficar para uma futura etapa de ampliação. Mas, sem dúvida, os dois Municípios necessitam dessa escola técnica, e o Ministro se comprometeu comigo de que, no final do mês, a Presidenta Dilma anunciará mais de 160 novas escolas técnicas no Brasil e que haverá uma dessas escolas no interior do Estado de Roraima.

Tratei também com o Ministro da Educação de uma ação conjunta entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação do Estado de Roraima, para que pudéssemos melhorar a atuação, a qualificação, a qualidade do ensino no Estado. E o Ministro Fernando Haddad colocou à disposição do Governo de Roraima uma equipe técnica. Serão colocados à disposição, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), técnicos experientes do Ministério da Educação, para darem suporte ao Programa de Recuperação da Educação do Estado de Roraima. O Ministro disse que já está fazendo ação nessa linha no Estado de Alagoas e no Estado do Maranhão, e pedimos também para que o Estado de Roraima fosse contemplado com essa assistência técnica, porque é algo extremamente importante. O Ministro concordou, já comuniquei ao Governador Anchieta, e, portanto, dentro de mais alguns dias, haverá o contato do Ministério da Educação com a Secretaria de Educação do Estado, para se implementar esse auxílio técnico importante para ampliarmos a qualidade do ensino no nosso Estado.

Para concluir, ainda na área de educação, Sr. Presidente, dou uma boa notícia: hoje, na localidade indígena de Boca da Mata, no Município de Pacaraima, pela primeira vez, em Roraima, estudantes indígenas de uma área indígena receberão 277 computadores do programa Um Computador por Aluno, do Governo Federal. Estamos atendendo alunos do Estado de Roraima com um computador. O aluno recebe esse computador, leva-o para casa, a família também o utiliza. Essa é uma questão importante por ser a primeira comunidade indígena a receber esses computadores por meio da Fundação Universidade Virtual de Roraima, a Univirr.

Então, quero parabenizar a Univirr, o Reitor Jairo Araújo e o Governador e dizer que esse Programa, que chega agora à comunidade da Boca da Mata, precisa chegar a todas comunidades indígenas do nosso Estado, porque é fundamental que exista essa aparelhagem tecnológica, para atender os alunos que estão também nas comunidades indígenas. Os alunos das cidades, os alunos das áreas urbanas estão recebendo os computadores, e é importante esse passo que está sendo dado agora, para que alunos indígenas, nas comunidades indígenas, recebam também esses computadores. Vamos trabalhar para universalizar esse atendimento e ampliar a distribuição desses computadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Parabéns a V. Exª por essa extraordinária conquista para o seu Estado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que, antes da abertura do prazo de recurso previsto no art.

91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno, encaminhará o **Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008**, à Comissão de Assuntos Sociais para análise do texto final aprovado, não cabendo mais nenhuma alteração no mérito, uma vez que está finalizada a apreciação terminativa da matéria naquele Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de convidar o nobre Senador pelo PT do Acre, Anibal Diniz, para, como orador inscrito, pronunciar seu discurso.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, faço uma permuta com a Senadora Gleisi Hoffmann e falo em seguida. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Pois não.

Concedo a palavra, então, à nobre Senadora Gleisi Hoffmann, pelo bravo Estado do Paraná.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Hoje, subo a esta tribuna para me dirigir especialmente ao Governador do meu Estado, Beto Richa, que governa o Estado do Paraná desde o dia 1º de janeiro deste ano. Dirijo-me a ele para registrar a minha surpresa com o fim do programa Eureka, um programa televisivo voltado à preparação do vestibular, comandado pelo professor Marlus Geronasso, na TV Educativa do meu Estado. E também registrar a minha solidariedade a todos aqueles, principalmente os jovens e as jovens do Paraná, que querem o retorno na grade de programação da TV Educativa do programa Eureka.

Após sete anos e três meses no ar, Sr. Governador, o programa Eureka, o único programa pré-vestibular televisivo do País, segundo seus organizadores, foi retirado da programação da emissora. Trata-se de um programa extremamente importante para os estudantes do nosso Estado. São inúmeros os casos de sucesso de vestibulandos que, acompanhando sua programação, obtiveram êxito nos seus exames.

Aproveito para destacar a figura do professor Marlus Geronasso, uma pessoa que conheço há muito tempo, idealizador, apresentador e coordenador do Eureka e, certamente, o principal responsável, com uma equipe de grande qualidade, pelo sucesso do programa ao longo desses sete anos.

A emissora, que foi rebatizada de TV Educativa para E-Paraná, alegou mudanças na sua grade para justificar a retirada do Eureka. Porém, o professor Marlus contesta, e, mais, reclama da arbitrariedade com que o programa foi retirado do ar desde o dia 20 de fevereiro passado. Em suas próprias palavras: "Oficialmente, não temos nada que explique o motivo do programa ter sido retirado do ar. Temos apenas uma carta, repassada no dia 21, mas datada do dia 7 de fevereiro, na qual se lê que está sendo desenvolvida uma nova programação, com um novo estilo, e, como uma nova casa que está sendo construída, é necessário derrubar algumas coisas" – conta ele.

Mas derrubar logo um programa educacional, um programa que preparava, de forma gratuita e tão competente, os nossos jovens para o vestibular?

De acordo com a emissora, a nova programação da E-Paraná deve ser composta, em grande parte, pela retransmissão de programas da Rede Cultura de São Paulo. Segundo o Presidente da TV Cultura, João Sayad, para manter um programa na grade, ele deve atender a cinco critérios: custo, ineditismo, repercussão na sociedade, abrangência temática e audiência. O problema é que, na visão do professor Marlus Geronassu, o programa se encaixa perfeitamente. Afinal, é feito por voluntários e tem custos apenas de veiculação e, mesmo assim, tem apoios culturais de três instituições de ensino para se manter.

Convém ressaltar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que não existe um programa similar no País. Somente a página na Internet do Eureka teve mais de 312 mil *downloads* e visualizações. Ele é assistido em todo o Paraná e em mais 32 cidades de 13 Estados do País.

Em suas explicações, talvez já influenciadas pela mobilização organizada no "Volta Eureka", a direção da E-Paraná informou que o programa não foi cortado da programação, apenas suspenso. Disseram que os programas locais estariam todos passando por uma repaginação, para adequar os conteúdos antigos para uma nova e diferente linguagem e, por isso, estavam tirando a programação antiga do ar. E que haveria uma possibilidade de retorno do Eureka com novo formato, pois entendem que o modelo atual estava ultrapassado.

Entretanto, o que inquieta a todos é que não há qualquer previsão para o retorno ou mesmo para a reformulação do Eureka, o que parece muito ruim.

Para ilustrar um pouco o que foi este programa para muitos estudantes e homenagear aqueles que, como eu, querem o seu retorno, registro a seguir alguns depoimentos de estudantes sobre o Eureka:

> Na minha época de vestiba, ele foi o responsável por me encorajar a não desistir. Eu pude ver que eu não era o único que enfrentava dificuldades. Ele supria a minha impossibilidade de pagar um cursinho preparatório [...] O mais bacana de tudo é que havia professores de todos os cantos e cursinhos. E todos sempre estavam juntos, com respeito, caridade e a missão de ensinar.

Esse é o depoimento do Luciano Marcel Semprebom Gonçalves, 18 anos, hoje estudante de administração.

Diz outra:

> Eu fico um pouco indignada com tal situação, pois os jovens como eu, que estudam para prestar vestibular podem sair prejudicados. E, se o Governo diz que educação é a base de tudo, com certeza tirar o programa não é uma boa solução! [...] No Enem, o programa me ajudou de uma forma incrível com a dinâmica dos professores e a capacidade que eles tinham de me fazer ficar atenta naquela hora. [...] Na minha opinião, é de programas como esses que o Paraná precisa.

Stephanie Yuca Matwijsyn Nagano, 17 anos, vestibulanda de Medicina.

> O Eureka é uma programa único em seu gênero, não existe outro na televisão que trate de assuntos como o vestibular, uma época difícil que nos anseia e nos exige ao Maximo. O programa é um grande auxilio nessa hora de dificuldade. Lembro-me de acordar cedo no sábado de Enem apenas para assisitir ao programa, e lhe garanto que valeu apena!

Felipe Carneiro Fonseca, 17 anos, estudante de Direito.

> Após uma longa jornada trabalhando no shopping, como vendedora, resolvi retomar os estudos[...] O programa Eureka, liderado pelo Professor Marlus, é um projeto brilhante que sempre me chamou a atenção pela sua importância. O Eureka é um programa que, além de transmitir conhecimento e direcionamento vocacional, motiva e encoraja o jovem [...] Devo ao programa Eureka a descoberta de minha verdadeira vocação: esse ano tentarei Letras. Quero ser professora.
>
> Isis Passos Silveira,32 anos, vestibulanda de Letras.

Listei aqui apenas quatro depoimentos entre inúmeros estudantes que veem o Eureka como um programa fundamental para incentivar a melhoria da educação nacional.

São experiências pessoais atestando seus resultados bastante positivos.

Espero, sinceramente, que a nova TV E-Paraná possa, o quanto antes, recolocar o programa em sua grade ou, pelo menos, anunciar sua previsão de retorno, caso deseje, realmente, repaginá-lo. Mas que, em ambos os casos, ele possa continuar prestando o mesmo serviço de sempre: incentivar e auxiliar os estudantes paranaenses.

Mais do que pedir à TV E-Paraná, eu quero fazer aqui um apelo ao Governador Beto Richa, que durante a sua campanha falou muito de educação, falou de investimentos educacionais, do preparo de nossos jovens. Por favor, Governador, faça com que esse programa volte. É um programa que tem a ver com a natureza de nossa TV Educativa e que tem ajudado milhares de jovens ao longo desses quase oito anos de sua existência. Tenho certeza de que a TV prestará um enorme serviço para nossa juventude. É um apelo que faço, como Senadora do Paraná, a V. Exª, para que recoloque na programação da TV Educativa o Programa Eureka,

E quero aqui, na segunda parte do meu pronunciamento desta manhã de sexta-feira no Senado, dirigir-me ao Senador Alvaro Dias. Ontem, tive a oportunidade de falar deste plenário e, também, fazer a ele um direcionamento no meu discurso, para tratar exatamente do problema que estamos tendo para reabertura das agências do INSS.

Foi publicado no jornal do meu Estado, *Gazeta do Povo,* de ontem – e que também peço ao Jornal que faça esse esclarecimento ao seu leitor e ao seu público –, uma matéria intitulada: "Sem servidores, novas agências do INSS não abrem". Em síntese, a reportagem denuncia que o Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS, as novas agências que foram inauguradas pelo País, ainda seguem a passos lentos no Paraná, embora muitas tenham sido criadas a partir de 2008, porque não tem pessoal para abri-las.

Menciona que, das 38 novas agências previstas, apenas quatro estão funcionando. Porém informa que, em outras sete cidades, as instalações físicas já estão prontas. Cita casos pontuais, como a agência de Astorga, cujas obras foram concluídas no final do ano passado e já poderia estar atendendo a 6,5 mil beneficiários. Menciona também as unidades de Andirá, Arapoti e Cambará, todas prontas, aguardando inauguração para poderem ser abertas.

A matéria atribui, de forma errônea, o não funcionamento das agências ao corte orçamentário, dizendo que essas dificuldades existem exatamente porque não tem dinheiro para contratar pessoal. Faz-se aqui necessário restabelecer a verdade, porque, de fato, é por falta de pessoal que essas agências não estão funcionando. Mas não é porque falta contratar pessoas. O INSS tem pessoas para colocar nessas agências. O que falta é designar gerências para essas agências e ter o plano de cargos no âmbito do INSS aprovado por esta Casa. Porque não há como um servidor que não

tem a função de gerente, de coordenador de agência, poder abrir esses estabelecimentos. E nós temos um protejo que está tramitando no Congresso Nacional desde agosto de 2009 e já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, criando os cargos necessários para que as pessoas possam assumir as agências. Ele foi aprovado lá e enviado ao Senado da República no dia 9 de novembro de 2010. Desde novembro de 2010, o projeto está parado nesta Casa, não foi para frente. Aqui no Senado, a matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo, não precisaria ir a plenário.

O Senador Romero Jucá, relator da matéria, fez seu parecer rapidamente, e foi votado naquela Comissão também de forma rápida pelo Senador Eunício Oliveira, que colocou na pauta tão logo o parecer estivesse pronto. Entretanto, um requerimento feito pelos Senadores Alvaro Dias, do meu Estado, Demóstenes Torres e Vital do Rêgo pediu vista, atrasando a votação da matéria em uma semana.

Voltando ao plenário da Comissão, o que possibilitaria a votação, deram entrada a um outro requerimento, para pedir que a matéria viesse a plenário. Não havia necessidade de a matéria ser votada no plenário, porque a decisão era terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Bom, não bastasse a matéria ter vindo a Plenário, ficou uma sessão para análise, o Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, fez uma emenda à matéria para que ela voltasse novamente à Comissão de Constituição e Justiça, recebesse um novo parecer e aí viesse a plenário novamente. Esse ato de protelação está fazendo com que a gente demore a definir essa matéria, que é essencial e que vai dar condições de abrir as agências do INSS.

Penso que é parte do jogo democrático, Sr. Presidente, a oposição tentar bloquear ou atrasar o andamento de matérias de interesse do Governo. Porém, acredito que, neste caso, estamos diante de prejuízos evidentes para todos os brasileiros e brasileiras, não só para os paranaenses, que aguardam as agências do INSS serem abertas e precisam da designação de chefias para isso acontecer.

Por isso fiz ontem, e faço novamente, um apelo ao Senador Alvaro Dias, meu colega aqui no Senado da República, Líder do PSDB, que também é do Estado do Paraná, que, por favor, faça com que a matéria seja votada. Retire o recurso para que venha a plenário, para que possamos discutir, com urgência urgentíssima, no plenário da CCJ.

Sei que o Senador Eunício tem a responsabilidade dessa votação. Isso está impedindo que as novas agências do INSS sejam abertas – não é por falta de contratação de pessoal, pois o INSS tem pessoal. Nós precisamos estabelecer os cargos, para que a gente tenha as chefias e coordenadorias de agência do INSS.

Então, faço um apelo ao Senador Alvaro Dias, no sentido de que, na segunda-feira, nesta Casa, já possa contatar a Comissão de Constituição e Justiça e a Mesa desta Casa e apresentar um requerimento para que a matéria possa ser votada em caráter terminativo na CCJ, sem a emenda que foi apresentada, porque ela, de fato, não acarreta mudança significativa no projeto de lei.

Faço um apelo à Comissão de Constituição e Justiça, ao meu colega Senador Eunício, que coloque essa matéria na pauta com a máxima urgência possível e que, se ela tiver que vir a plenário, se o Senador Alvaro Dias não retirar seu recurso, que ela possa ser votada ainda esta semana nesta Casa, porque isso tem a ver com o bom atendimento das pessoas junto à rede da seguridade social.

Portanto, deixo aqui o meu apelo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, porque isso é de interesse da população do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós é que agradecemos a V.Exª pelo pronunciamento tão lúcido e tão importante.

Eu gostaria de passar o comando da Presidência desta Casa ao Senador Mozarildo, enquanto faço um pronunciamento de cinco minutos pela Liderança. Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito e, logo depois, o Senador Ivo Casol. Como V.Exª trocou com a Senadora, será o último orador inscrito, pois ela era a última oradora inscrita.

O Sr. Marcelo Crivella deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos todos estarrecidos. As notícias que chegam do Rio são de estraçalhar o coração. As mães velaram seus filhos esta noite e foram sepultá-los agora de manhã, e outras crianças serão sepultadas à tarde.

Quero chamar atenção, Senador Cristovam Buarque, para dois aspectos.

Fui visitar, a pedido, o maníaco do parque. O que me disse esse homem condenado a trezentos anos de cadeia num presídio em Avaré, onde há mil estuprado-

res e pedófilos, só estupradores e pedófilos? Ele me disse que se escondia nas matas dos parques de São Paulo, onde via homens e mulheres tendo relações sexuais, e que passou a ter uma imagem de repugnância à mulher, a odiar as mulheres.

Senador Cristovam Buarque, quando um menino tem acesso a imagens de mulheres nuas tendo relações com outras mulheres e animais, um menino que, em sua índole e intuição primária, vê nas mulheres o reflexo da própria mãe... E é por amor a uma mulher que um homem vence todos os obstáculos, se forma, vence dificuldades mil para poder sustentar os sonhos dessa mulher pela qual se apaixona, sonhos de ser mãe e esposa – e isso move o mundo: a mulher quer ser mãe, e o homem, apaixonado pela mulher quer satisfazer seus sonhos, seus desejos, esse é o combustível primário da alma que move o mundo. Quando esses meninos são expostos a imagens repugnantes, eles começam a ter alucinações e demência. Fiquei com essa imagem clara, quando saí da visita ao maníaco do parque.

Esse louco, que assassinou crianças, tinha acesso ao mesmo tipo de imagens que o maníaco do parque – na época do maníaco não havia computador, não havia Internet –, quando acessava *sites* pornográficos. Saiu para assassinar crianças, meninas, que, na sua loucura, seriam, no futuro, a impureza, a devassidão e tudo o que ele, na sua loucura, reputava como objeto de ódio.

Sr. Presidente, tenho um projeto nesta Casa. As crianças hoje saem da escola – pouquíssimas têm horário integral – e voltam para as comunidades carentes. Ali, têm acesso às *lan houses,* que, por três ou quatro reais a hora, possibilitam o acesso dessas crianças aos *sites* mais decadentes, a uma verdadeira Sodoma e Gomorra planetária, o que traz consequências equivalentes às de uma hecatombe, um dilúvio, algo que nós não podemos dimensionar.

Mais que isso: o Brasil tem uma fábrica de munição desde João VI, e sempre fomos monopolistas nesse setor. Essa fábrica se modernizou e hoje é a Companhia Brasileira de Cartuchos.

Ela produz cartuchos, munição para pistola, revólver, fuzil e metralhadora. Acima desse calibre, nós importamos. Ela é a maior produtora do Brasil. Não só fornece para todas as nossas polícias como para o Exército. Estou desconfiado que ela exporte também, tanto para os países africanos que são grandes consumidores de armas do Brasil, quanto para os países como Peru, Colômbia, Bolívia e Paraguai .

Propus também, Sr. Senador, uma CPI das Fronteiras. Por que a CPI das fronteiras? Porque esta Casa, em 2005, me deu a honra de aprovar uma lei de minha autoria, que dava poder, atribuição de polícia ao Exército, às fronteiras. De lá para cá, o Exército, que deveria guardar nossas fronteiras, não sei se por falta de recursos – quero crer que por falta de recursos – não tomou as medidas necessárias, porque continua grande a oferta de cocaína nas grandes cidades brasileiras e também grande a posse e o porte de armas e munição na mão de traficantes, assassinos e loucos.

Eu não sei por que aquela lei que aprovamos e o Presidente Lula sancionou não surtiu os efeitos desejados. Mas vamos descobrir quando tivermos aqui uma CPI, quando este Senado se debruçar, quando os Senadores forem para a fronteira e conversarem com os empresários, com as autoridades locais, com os políticos locais, quando atravessarem a fronteira e falarem com seus colegas no Peru, na Bolívia, na Colômbia e no Paraguai, quando trouxerem aqui a Polícia Federal, o Ministério Público, o Sindacta, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Nós precisamos tomar providências. Os Estados Unidos tomaram providências nas fronteiras com o México. Eu vi, eu fui lá, eu visitei. Ali tem ronda de motocicleta, tem ronda de carro, tem radares de calor, tem aviões, tem helicópteros patrulhando e, não satisfeitos com isso, criaram um muro. Fizeram um muro de milhares de quilômetros.

Os países reafirmam sua soberania. O Brasil não pode se dizer um país soberano enquanto tiver nossas fronteiras completamente abertas. Aquilo é um deserto aberto, e nós temos disparidades imensas com o nosso crescimento econômico e o dos nossos vizinhos.

O Sr. Blario Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Crivella, por favor, um aparte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Blairo.

O Sr. Blario Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Crivella, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e aqui externar a minha solidariedade a V. Exª, que é um dos representantes do Rio de Janeiro, pela tragédia que ocorreu na escola estadual. Mas quero aqui me somar ao seu esforço na questão da CPI. Acho que não é mais possível, não podemos mais adiar a entrada do Senado Federal para verificar o que acontece nas nossas fronteira e por que acontece nas nossas fronteiras. V. Exª já tem as assinaturas suficientes para a instalação de uma CPI. Temos que pedir ao Presidente Sarney que instale essa CPI, para que possamos nos debruçar sobre esse assunto e trazer para a sociedade brasileira o raio X do que acontece nas fronteiras. O meu Estado tem mais de mil quilômetros de fronteira seca com a Bolívia e, se não for a presença do Estado de Mato Grosso, com seus par-

cos recursos financeiros e de pessoal, fazer a guarda daquela fronteira, não teríamos nada. Mas o muito que nós podemos colocar é pouco perto daquilo que é necessário. Muitas e muitas vezes, já foi reclamado ao Governo que tomasse providências. Se nós não fecharmos as fronteiras – e aí vai lá por Rondônia, pelo Amazonas, pelo Mato Grosso do Sul, descendo para o Paraná, sai no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e aí tem todo o nosso litoral para cuidar também –, se nós não cuidarmos da fronteira, o Rio de Janeiro, São Paulo, todas as cidades brasileiras... Essa questão da droga, Senador Crivella, não é uma coisa do Rio de Janeiro. Se o fosse, era fácil resolver. O senhor vai ao Mato Grosso, à cidade de Sapezal, onde eu planto soja, onde meu pai fundou a cidade, e há problema de drogas. Você vai à sede de uma fazenda e há problema de drogas. A droga se generalizou por todos os lugares. Enquanto não tomarmos providências, nós não teremos paz, não teremos sossego. Quero aqui me somar ao seu esforço, quero me colocar à disposição para trabalhar, primeiro, para implantar a CPI e, depois, pular dentro da CPI e lá fazer o que tem que ser feito. Não significa crucificar o Governo, mas dizer o que tem de errado, o que nós temos que fazer para melhorar. A sociedade terá que escolher. Eu acho, sinceramente, Senador, que é muito mais barato cuidar da fronteira que fazer a guerra nos morros do Rio de Janeiro, com pessoas inocentes que não têm nada a ver com isso pagando parte dessa conta. Quero aqui cumprimentar V. Exª. Até telefonei para V. Exª hoje de manhã e, depois, conversei aqui, porque li no jornal do nosso Senado – eu não estava aqui ontem quando V. Exª falou sobre isso –, para dizer que estou de pleno acordo com a implantação da CPI. Espero que ela seja implantada e espero poder estar junto para ajudar a resolver este assunto, pelo menos indicar um caminho. Parabéns!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Governador. A palavra de V. Exª é lúcida. Nós não podemos combater as drogas no varejo. Nós temos que combatê-las no atacado. Depois que elas se dividem por milhares de papelotes e são oferecidas até na porta das escolas, no momento em que o ser humano tem a sua curiosidade aguçada, meninos caem nessa armadilha e, depois, não conseguem se libertar. V. Exª me dá um apoio extraordinário, porque, no dia em que o Presidente ia ler, o Ministro da Justiça, o nobre e ex-Deputado Eduardo Cardozo, ligou para mim e disse: "Crivella, espera um mês". Eu disse: "Está bom, vou esperar. Agora, espero que o senhor depois não me ligue pedindo mais um mês". Então, chegou a hora – V. Exª sabe; nós não podemos mais esperar – de nos debruçarmos, irmos para lá, olharmos, conversarmos com todos, inclusive com os Parlamentares do outro lado da fronteira, trazermos um raio X, fazermos um relatório, mostrarmos ao Governo, de tomarmos as providências que temos que tomar.

Eu ouço, com muito prazer, o Senador Ivo Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado. É com alegria que quero aqui agradecer ao nobre colega, nosso Senador Marcelo Crivella. Quero aqui, primeiramente, solidarizar-me com todo o povo carioca por esta tragédia que aconteceu nesta semana, que não só abalou as famílias cariocas, mas, com certeza, mexeu com o sentimento de todo o povo brasileiro. Episódio jamais visto na história brasileira. Vimos isso em filmes, em outros países, como aconteceu nos Estados Unidos, país de Primeiro Mundo. Infelizmente, acabou atingindo o nosso País também. Mas, além disso, também quero aproveitar essa oportunidade por ser de um Estado que tem 1.470 quilômetros de faixa de fronteira e, ao mesmo tempo, por ser parceiro de V. Exª nessa CPI das Fronteiras. Eu assisti e vejo. Fui Governador por dois mandatos e sei a dificuldade por que passei. Agora há pouquinho, no aparte, eu ouvi o Senador, meu colega, ex-Governador também, Blairo Maggi, falar do Mato Grosso. E lá também tem milhares de quilômetros de divisa com outros países, igual ao caso da Bolívia. Eu vi, há pouco tempo, Senador Marcelo Crivella, o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, juntamente com o Governo Federal, fazer um trabalho extraordinário nos morros do Rio de Janeiro, trabalho que envolveu a sociedade e que levou para aqueles morros a presença da polícia e do Governo. Aí, quero aqui deixar uma pergunta para a sociedade carioca, para o povo lá do Rio que viveu momentos piores que os de guerra. Os traficantes correram, todo mundo assistiu àquelas imagens na televisão, mas, agora, é como se não existisse mais traficante no Rio de Janeiro. Eu quero dizer para o senhor que o mal se elimina pela raiz. O mal se acaba pela raiz. O trabalho que foi feito no Rio de Janeiro é um trabalho que simplesmente levou os traficantes – do Rio de Janeiro, de São Paulo, dessas favelas – a se especializarem. A exemplo disso, antes os traficantes comandavam essas favelas; hoje, eles elitizaram essas favelas. Hoje, eles não querem mais comandar as favelas, mas estão vendendo drogas nas favelas, sem precisar mandar, como se fossem um governo paralelo ao Governo constituído pela nossa Constituição. De que maneira podemos acabar com isso e ajudar o Rio de Janeiro, para que a Copa do Mundo seja um modelo em nível mundial? Para que os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, da sua cidade, do seu Estado, sejam um modelo mundial? Só há uma maneira: combater nas fronteiras. Eu dei-

xo aqui meu abraço para o nosso Comandante Maior das Forças Armadas, General Enzo, que nos recebeu nesta semana, na última quarta-feira, em seu gabinete. Ali eu dizia para ele sobre a propositura deste Parlamentar. Eu dizia para o General que precisávamos, urgentemente, das Forças Armadas – Aeronáutica e Exército – presentes nas faixas de fronteira. Ao que nós assistimos hoje, nobre colega Senador Marcelo Crivella, Senador Pedro Taques, Senador Blairo Maggi, demais Senadores e Sr. Presidente? O que a gente vê hoje? Muitas vezes, a gente assiste ao nosso Exército brasileiro se estruturando dentro das capitais. Até você sair da capital e ir à faixa de fronteira, acabou o combustível da aeronave! Até você sair e se deslocar com esses aviões – os caças que há em Porto Velho – e chegar em Guajará-Mirim, já acabou o combustível! Então, nós, Guajará-Mirim, precisamos fortalecer o nosso Exército que está lá. O Forte Príncipe da Beira, que tem uma base, precisa ser fortalecido com pista asfaltada para os aviões fazerem a nossa guarda nacional lá na divisa. É preciso também fazer uma estrutura lá em Pimenteiras e outra em Porto Rolim de Moura, como também no Mato Grosso, como também no Acre, como também no Estado do Mozarildo, do nosso Presidente, em Roraima, enfim, em todos esses pontos principais, para podermos cuidar das nossas faixas de fronteira. Aí, ouvi há poucos dias alguém dizer o seguinte: "Ex-Governador e Senador, o Exército brasileiro não está preparado para isso, para ficar na divisa". Eu disse: "Espere aí: se ele está preparado para uma guerra, não vai estar preparado para botar bandido e traficante e contrabandista de armas para correr?" Isso é conversa para boi dormir. Não concordo com V. Exª. Nós temos condições, sim. O nosso Exército brasileiro precisa de mais dinheiro, precisa de condições. Volta e meia, estão cortando o orçamento do Exército brasileiro. Eu pactuo aqui para não cortarem. Em vez de cortar, esse dinheiro tem que estar lá em novas bases na faixa de fronteira. Saíram armas que foram armar os traficantes no Rio de Janeiro? Saíram da nossa cidade, passaram por Ji-Paraná, aí, mais uma vez, fica o Estado de Rondônia manchado. Da mesma maneira, nós fizemos a Operação Muralha no nosso Estado. Começou por mim, e depois o Governador João Cahulla deu continuidade. Quantos quilos de cocaína nós apreendemos? Numa pegada, foram 250 kg; na outra, mais 100 kg, mas quase não mostraram na mídia nacional, porque quem fez foi o Estado. Se fosse a Polícia Federal, talvez a imprensa nacional estaria toda presente. Porque foi o governo do Estado que fez, então não dão cobertura, não querem manchete. É o contrário. Quero pedir aqui para as televisões brasileiras que deem cobertura aos governantes, independentemente de partido, para combatermos essa droga. E aí só temos um caminho, e o caminho o senhor está nos trazendo: é uma CPI com participação dos Senadores das faixas de fronteira, para darmos condições ao Exército brasileiro. São 1.470 km de faixa de fronteira em Rondônia, Senador, e quem estava cuidando lá era o Estado, com as suas dificuldades. A maioria dos presos nas cadeias de Rondônia é preso federal, por causa de drogas. E está lá o Estado sustentando, pagando, não tem espaço, com toda dificuldade que tem. Pactuo com o senhor: precisamos urgentemente dar condições, dar legalidade para que o Exército brasileiro faça toda a guarda nacional nas faixas de fronteira, para que se evite na raiz, para que a droga não entre. A droga acaba com a nossa família, a droga acaba com nossos filhos, a droga acaba com a sociedade, e sem contar o contrabando de armas. E é tão fácil passar naquele rio Guaporé, mas é tão ruim para nós, brasileiros. Portanto, parabéns pelo trabalho que vocês fizeram no Rio de Janeiro, ao Governador Sérgio Cabral, ao prefeito, pelo combate nos morros, mas quero dizer ao governador do Rio: só isso não basta. É preciso que nos ajudem a combater na raiz, e a raiz é lá na faixa de fronteira. Muito obrigado pela concessão do aparte, e sucesso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador, Governador.

O Governador Cabral me pediu para fazer essa CPI. Ele sabe que a operação no Rio de Janeiro é mais espanador. O que faz o espanador? Espana o pó, espalha o pó. Mas temos mil comunidades carentes, e a boca de fumo vai para as outras comunidades, e a cocaína é vendida, o papelote, a R$4,00. Como é que um produto importado das serras da Colômbia, da Bolívia e do Peru, que produz 95% da cocaína do mundo, chega a R$4,00? É muito barato. Mas por que é barato? É barato porque é fácil trazer. É barato porque vêm em trens, nos lombos de mula, vêm em carros, atravessam nossas fronteiras e chegam às grandes capitais e em todas as cidades para destruir nossas famílias.

Ouço, com prazer, o nobre Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Crivella, em nome da honestidade da fila, o Senador Cristovam pediu antes de mim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, com o maior prazer.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Terei o maior prazer em ceder.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador. Quero apartear V. Exª, e obrigado por conceder-me o aparte. Sr. Presidente, Srs. Sena-

dores, vou dividir o meu aparte em três partes, muito rápido, porque o discurso é de V. Exª. A primeira parte, quero emprestar a V. Exª, como Senador do Estado do Rio de Janeiro, representante daquele Estado, a solidariedade por esse acontecimento terrível da data de ontem, que não pode ser reduzido a algumas causas. Há muitas causas, que precisam ser debatidas por esta Casa sem palpites, sem achismos. Devemos debater as causas com a tranquilidade que é devida. E quero emprestar também a solidariedade aos familiares dessas crianças, adolescentes que foram vitimadas no Rio de Janeiro. Coloco-me à disposição para me somar a V. Exª no debate dessas causas, para que possamos não mais ter consequências dessas causas. Essa é a primeira parte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – O que me preocupa, nesse acontecimento do Rio, é o chamado fenômeno da repetição. Temos que nos preocupar muito com isso. Em fenômenos como esse, fenômenos criminosos como esse que ocorrem no mundo todo, a primeira preocupação que devemos ter é com a repetição. Então, devemos pensar para a frente. Esse é o primeiro ponto do meu aparte. O segundo é somar a V. Exª para a necessidade dessa CPI. O que ocorre no Rio de Janeiro não é privilégio do Rio de Janeiro. Apesar de sua beleza, o que ocorre no Rio de Janeiro ocorre também nas grandes cidades brasileiras. É a falta da presença do Estado — União, Estados membros e Municípios —, porque os crimes, Sr. Senador Crivella, ocorrem por várias causas, mas temos o vezo de entender que só existe uma causa para todos os crimes. Alguns crimes ocorrem por causas sociais, é a falta de uma educação de qualidade, é a falta de dignidade para o cidadão. Esses crimes ocorrem por essas causas. Agora, há outros crimes, outros crimes como esse que aconteceu ontem no Rio de Janeiro, cujas causas são diferenciadas. Como temos causas diferentes, os remédios devem ser diferentes também. Essa CPI da Fronteira pode nos revelar as verdadeiras causas do que ocorre no Rio de Janeiro. A questão do tráfico de substância entorpecente nós precisamos tratar com repressão. Perceba que eu não tenho medo das palavras. As palavras são símbolos, são signos, devem ser pronunciadas de acordo com seu momento histórico. Repressão, até a década de 80, tinha um conteúdo político-ideológico. Hoje, repressão não tem mais esse conteúdo político-ideológico, porque a Constituição, no art. 144, fala que cabe à Polícia Federal fazer a repressão e a prevenção do tráfico de drogas. Repressão ao tráfico de drogas sem violação a direitos fundamentais do cidadão. É disso que nós precisamos. Agora, aquele que é consumidor de substância entorpecente nós precisamos tratar devidamente, porque é um mal, quem sabe até psicossocial. Esta é a segunda parte do meu aparte. Quero me somar a V. Exª, porque faço parte de um Estado que tem uma extensão muito grande de fronteira seca com a Bolívia, por onde também entra a substância entorpecente, ficando muita quantidade no nosso Estado, o Estado de Mato Grosso, o que traz a prática de outros crimes que estão ao derredor do tráfico de substância entorpecente e também do contrabando de armamentos, porque o Rio de Janeiro não fabrica as armas que lá são utilizadas. Por fim, quero também dizer que as Forças Armadas, não só o Exército, têm uma função importante na Constituição, uma função histórica, desde a proclamação da República, e até antes, por ocasião da Independência. As Forças Armadas têm funções diferentes da Polícia. A Polícia Militar e a Polícia Civil têm a função de prender para que Justiça julgue, para que o cidadão possa ser ressocializado, para que ele volte à sociedade. As Forças Armadas têm função diversa. As Forças Armadas são treinadas para eliminar o inimigo, abatê-lo. Essa é a função das Forças Armadas. Mas nós temos que fazer com que as Forças Armadas tenham uma nova participação na atual realidade em que nós vivemos. Temos que dar às Forças Armadas – e a Constituição já fez isso desde 1988 – uma outra função. Se formos tratar de geopolítica, as Forças Armadas hoje não tem essa função de uma guerra externa e nós também não temos mais o que a Escola Superior de Guerra denomina de guerra ideológica interna. Nós temos que buscar nas Forças Armadas uma nova função, como ocorre na participação das Forças Armadas no Haiti, por exemplo. Se nós formos acompanhar os postos, as guarnições militares das Forças Armadas no território nacional, no Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina e o Uruguai, nós temos muitas guarnições das Forças Armadas. Por que isso? Porque, naquele momento histórico, nós temos uma pendência na geopolítica com a Argentina e com o Uruguai. Essa pendência já restou superada, a pendência com o Paraguai já restou superada, daí Itaipu, as causas para que as guarnições lá fossem instaladas já foram superadas. Agora, a região Norte do Brasil e a região Centro-Oeste do Brasil precisam de uma nova visão das Forças Armadas. Eu quero me somar a V. Exª e dizer que concordo com a CPI das Fronteiras e em rediscutir o papel das Forças Armadas. Muito obrigado e parabéns por sua fala.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu que agradeço o aparte de V. Exª, que tem toda razão. Eu fui oficial do Exército e nossa hipótese de guerra era contra a Argentina, contra o Uruguai, contra o Paraguai

ou contra os três. Esse era o estudo dos capitães na Esao e dos majores e coronéis na Eceme. Não existe mais essa hipótese de guerra, ela resta superada. Agora, temos um inimigo, que é o narcotráfico.

Este Senado me deu a honra de aprovar uma lei minha que dava papel de polícia federal, nas fronteiras, ao Exército. O Presidente sancionou em 2005 e estamos em 2011. Por que ainda temos quartel em Copacabana, Grupo de Artilharia, muitos militares no Forte Copacabana, no Leme, o Forte Imbuí, a Vila Militar imensa? Por que a nossa Brigada de Paraquedistas? Eu fui paraquedista, é a nossa tropa mais operacional. Por que o nosso quartel de Comandos? Os Comandos são aqueles militares treinados para pilotar helicóptero, são submarinistas, são paraquedistas, têm curso de guerra na selva, são capazes de fazer operação a qualquer momento e em qualquer ponto, são os militares mais treinados. Nossas Forças Especiais, acima do Comando, têm treinamento, inclusive no estrangeiro, guarnições no Rio de Janeiro, na avenida Brasil...

Mas, por que, eu pergunto, se o Congresso Nacional, detentor das esperanças do povo brasileiro, entregou às Forças Armadas o papel de polícia federal nas fronteiras, e isso já faz anos, por que ainda temos tanta cocaína oferecida a R$5,00, R$3,00, papelotes que, num momento de desilusão, num momento de infelicidade, de amargura, um desempregado ou seu filho acaba cheirando aquilo e se tornando um viciado?

Essas coisas deviam ser raras, deviam ser carísimas. Infelizmente, elas estão banalizadas, e o Rio de Janeiro e as grandes cidades do Brasil barbarizados. Precisamos tomar uma providência! "Mas, Crivella, o que está acontecendo?" Eu não sei, mas vou descobrir. Eu, o Mozarildo e os meus colegas vamos descobrir. Quando? Quando tivermos uma CPI.

O Brasil, repito, tem uma fábrica de munição, sempre tivemos, monopolista desde D. João VI. Era aquela fábrica que ficava no Jardim Botânico. Foi D. João quem fundou. Hoje, ela se chama Companhia Brasileira de Cartuchos. Fabrica revólver, pistola, fuzil, metralhadora. Não fazemos projetil de canhão, de morteiro, que nós importamos, mas os armamentos leves fazemos todos. Fazemos também explosivos, dinamite, etc., para fazer túneis. O trem-bala terá dez bilhões de túneis. Quem vai explodir essas rochas todas? Nossas dinamites. Eu pergunto a V. Exª: será que essa fábrica, que vende muito para a África... O nosso maior comércio com a África, desgraçadamente, um dos maiores comércios, é de armas. Os africanos compram muitas armas e munição, mas vendemos também para a América do Sul... Eu pergunto a V. Exª: munição em profusão, caminhões, cargas, lotes imensos para o Paraguai, será que isso não volta ? Porque, no Rio de Janeiro, nas comunidades há paióis enormes, não falta munição. Agora, só vamos saber isso com a CPI.

Eu gostaria de ouvir o Senador Cristovam Buarque, do bravo Estado do Distrito Federal.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Crivella, vou falar daqui a pouco, logo depois do senhor, e vou continuar, retomar o assunto de ontem, questionando o porquê de uma tragédia como aquela, porque numa escola e o que fazer. E o que fazer, Senadores, está espalhado neste Senado em projetos de lei parados, como eu próprio tenho alguns. Um deles é a criação de uma agência de segurança dedicada à escola, dentro e ao seu arredor. A gente tem que criar uma agencia que se preocupe com isso. Não é a PM que é capaz de fazer isso. A PM é capaz de cooperar. E tem que ser dentro do Ministério da Educação, não tem que ser dentro de um ministério repressor. Mas quero falar sobre um assunto que o senhor abordou, que acho muito importante sob o ponto de vista educacional, que é a erotização precoce das crianças brasileiras. Não vou dizer que isso provoque esses crimes, embora em alguns casos eles possam ser fruto de mal-educação nesse sentido. Mas independentemente disso, desvia a criatividade, desvia a sensibilidade da criança para algo que ainda não está no nível da curiosidade dela. A gente tem que adaptar o que se mostra. O que se faz, o que se ensina a uma criança do ponto de vista de sexo, de erotismo, tem que ser adaptado ao nível da criança. Hoje não é assim. Hoje, pela televisão, a criança é surpreendida antes da idade vendo coisas que ainda não tinha curiosidade. Isso cria, cada vez mais, uma deformação nas nossas crianças, que chega à nossa juventude. Ou cuidamos de evitar esse processo da erotização precoce das crianças ou vamos ter consequências muito negativas, na pornografia, no pedofilismo, até mesmo, por frustração de alguns, transformando pessoas que poderiam ser calmas em violentas. Então, é importante esse assunto que o senhor trouxe, independentemente mesmo do que aconteceu no Realengo. Mas é uma preocupação que devemos ter, os preocupados com a educação, no que se refere a essa característica hoje muito forte no Brasil. É muito mais forte no Brasil do que em outros países. Você comparar uma criança norte-americana e uma brasileira da mesma idade, você verá como a nossa tem muito mais precocidade em relação ao erotismo e ao sexo em geral. Portanto, foi bom o senhor trazer esse assunto, e eu espero que a gente continue defendendo uma forma de evitar isso. E não venham me dizer que isso tira a liberdade. Isso dá ética. E vamos ver como é que faz, sem afetar os fundamentos básicos da liberdade, sobretudo os da imprensa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador, agradeço muito a V. Exª.

Sem dúvida não podemos generalizar, mas fiquei marcado com o depoimento que ouvi do maníaco do parque, que me disse haver desenvolvido uma imagem pejorativa e de ódio às mulheres, observando as cenas que via, escondido, no parque. E esse louco, assassino, no Rio de janeiro, passava horas e horas na Internet, que é hoje, alguns a chamam de infernet, uma Sodoma e Gomorra de proporções planetárias. É impressionante a que ponto chega a decadência humana em imagens que afrontam, que agridem e que, na mão de um adolescente desocupado, lhe tomam a mente e, às vezes, são gatilhos ou pavios para detonar todo tipo de devassidão de uma natureza já com inclinações psicóticas.

Eu acho que nossas escolas deveriam se transformar em verdadeiros santuários de nossa Pátria. Nossos meninos e meninas protegidos, muito mais do que qualquer riqueza natural, muito mais do que a nossa petrosal.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª que tem sido para nós um ícone, uma referência, um gladiador, um bandeirante, com uma fibra enorme nesse discurso, a fé de um mártir em defesa da educação no Brasil como o maior dos direitos, V. Exª tem razão, nós precisamos ter segurança nas escolas. Isso é o mínimo que a nossa civilidade nos impõe.

Eu, outro dia, peguei as minhas recordações – eu já vou terminar, mas deixe-me extravasar isso –, que eu guardo numa mala, as coisas que me são caras. Tinha lá as cartas que recebi da minha namorada, minha esposa, a conheci quando tinha 15 anos. Até nos casarmos, as cartas todas da minha esposa se relacionavam ao casamento, ao lar, à família, a lutarmos juntos, a construirmos a vida. São dezenas de cartas de uma beleza enorme. Depois que nos casamos, tem o diário dela, aí já começa a preocupação: "eu quero ter uma filha", "meu Deus me ajude", "fui ao médico", "não estou grávida". Até que as cartas, as páginas do diários começam a dizer: "hoje tive a maior notícia da minha vida: estou esperando neném", "pela primeira – mais na frente – senti a mãozinha, senti o pezinho, senti um chute", "fiz a ultrassonografia; vai ser uma menina", "estou pensando em escolher o nome", "fui ao médico", "não está hora ainda", "voltei", "tive minha filha! É a cosia mais linda do mundo!". Enfim, a vida de uma mulher. Eu fico imaginando como se fosse aqueles cachoeiras do Iguaçu, a natureza, a vocação, a índole que vinca a alma feminina é o sonho de ter um lar e ser mãe. Elas não nos associam, nos deslumbram com seus sonhos e sua beleza, e nós movemos o mundo, nos formamos, conseguimos emprego, fazemos empresas, pesquisamos e somos partidários e financiadores desse sonho por uma coisa genética, biológica, espiritual. E assim move-se o mundo.

Eu fico pensando o que acontece com as minhas irmãs de Realengo, essas senhoras que agora vão ficar na porta da escola, esperando aquela filhinha que elas tanto sonharam em ter, e que durante um certo tempo não sabiam quem era mãe e quem era ela, onde começava e onde terminava uma e outra, e essa mãe já não terá mais essa menina nos seus braços.

Olha, este ano, o Rio não vai ter primavera. Em 2011, no Rio de Janeiro, nós vamos ter inverno, outono, verão, mas primavera não vamos ter, porque perdemos nossas crianças.

Que Deus guarde essas meninas e esses meninos que nós, desgraçadamente, não soubemos guardar!

Muito obrigado, Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Crivella, acho que a prioridade é prestar a minha solidariedade ao sofrimento que V. Exª e toda a população do Rio de Janeiro está atravessando e o Brasil, em segundo lugar. Quero dizer a V. Exª que, até em homenagem aos acontecimentos no Rio de Janeiro, devemos implementar rapidamente essa CPI das fronteiras, porque não estaremos combatendo só o narcotráfico ou até o tráfico de pessoas, mas lutando pela segurança e desenvolvimento daquela área. É incompreensível que a gente não consiga avançar. Acho que CPI é uma CPI do bem, não é uma CPI contra ninguém, é uma CPI que vai ser propositiva. Eu assinei a proposta e quero integrar essa comissão, com muito prazer.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria, estando presidindo a sessão, de registrar que hoje, dia 8 de abril, é o Dia Mundial de Combate ao Câncer. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção de todos os Parlamentares e de toda a população brasileira para que nos engajemos nessa luta.

A Presidente Dilma, recentemente, deu uma demonstração, fez um gesto muito positivo ao lançar, em Manaus, um programa nacional de combate ao câncer. Precisamos, realmente, até em homenagem à própria Presidente – que foi vítima dessa doença e se curou, graças a um diagnóstico precoce –, nos empenhar, todos nós: Governo, Parlamento e sociedade no combate ao câncer.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, creio que o que aconteceu ontem no Rio de Janeiro justifica – e até nos obriga a isto – que

façamos a repetição de discurso, que toquemos outra vez no mesmo assunto. Vou voltar a insistir no assunto, na tentativa não apenas de analisar o que é quase impossível explicar, mas também de ver como, com propostas concretas, podemos tentar evitar tragédias desse tipo.

Ontem, fiz a pergunta: por que essa pessoa escolheu uma escola para cometer a chacina? E insisto que as escolas têm sido relegadas no Brasil, desprezadas no Brasil, fazendo com que os professores percam a autoestima, fazendo com que as crianças se desmotivem, fazendo com que, sobretudo, sejam geradas frustrações nos milhões que dela são excluídos. Lembrei, aqui, que são 60 crianças por minuto que abandonam a escola durante os Ensinos Fundamental e Médio. Obviamente, insisto: são 60 crianças por minuto do ano letivo, que compreende 200 dias, com quatro horas por dia. É como se um navio negreiro jogasse escravos ao mar por que eles morreram. Fazemos isso, mas não jogamos fora o corpo, mas, sim, o cérebro dessas crianças, e essas crianças vão criando raiva da escola, porque outros chegaram lá em cima, e eles não chegaram. Mesmo nos Estados Unidos, a gente percebe que foi a frustração com a escola que levou a crimes como esse.

Sugeri aqui cinco coisas que a gente podia fazer, e todas elas, Senador Mozarildo, estão em andamento no Senado: algumas estão paradas, outras já chegaram à Câmara. A primeira é a criação de uma agência presidencial para cuidar da criança e do adolescente. Há secretarias para cuidar de negros, de mulheres, de índios e de jovens, mas não para cuidar de crianças. A Presidenta, quando chegou ao Planalto ontem e tomou conhecimento do que houve, não tinha para quem ligar. Ela podia ligar para a Polícia, para o Ministro da Educação, para a Ministra dos Direitos Humanos, que foi quem a representou lá. Mas não havia uma pessoa de quem ela dissesse: esta é a pessoa que cuida de criança, vou ligar para ela, e ela cuidará de mobilizar o resto do Governo. Por que as crianças não têm direitos – e reconheço que elas têm direitos – se negros, jovens, mulheres e índios – por meio da Funai – têm direitos? Não dá para adiar mais! Fiquei satisfeito porque a Câmara encaminhou esse projeto que estava parado. Esse projeto saiu daqui e estava parado.

Segundo, há um projeto que continua parado, há mais de um ano, na Comissão de Constituição e Justiça: o projeto que cria uma agência de segurança escolar. Não proponho criar mais uma polícia, mas criar um órgão que se preocupe com o estado de violência que há nas escolas.

Temos falado aqui, desde ontem, no assassinato de doze crianças, mas nos esquecemos das crianças assassinadas nos últimos anos individualmente, do professor assassinado por aluno. Nós nos esquecemos dos assassinatos individualizados e só despertamos quando eles são coletivizados.

Então, Senador Gim, por que não existe uma agência que se preocupe com a segurança dentro e ao redor das escolas? São duzentas mil neste País! Mas não falo de uma agência na Polícia e, sim, de uma agência no Ministério da Educação que coopere com a Polícia, mas que tenha uma filosofia, que tenha um comportamento, que entenda que a violência da escola, a violência praticada na escola não é a mesma violência praticada na rua.

Outra questão é a transformação do Ministério da Educação em um Ministério dedicado à educação de base, às crianças. Faríamos como se faz em muitos lugares no mundo: pega-se a universidade e a coloca no Ministério de Ciência e Tecnologia. Nem proponho criar mais um Ministério. É assim em muitos lugares. Deveria haver um ministro que se ocupasse com a educação de base, porque o nosso... E, quando digo "nosso", não me refiro ao atual. Eu, quando fui Ministro, percebi que a gente não tem tempo de pensar em educação de base; a educação de base, a gente jogou para Municípios e Estados. E quem foi Governador – vejo dois aqui – sabe que os Estados não têm condições de pagar aquilo que o professor merece, nem tem condições de fazer com que todas as escolas funcionem em horário integral. É o Governo Federal que deve adotar as escolas do Brasil; para isso, deve haver um Ministério que cuide da educação de base, e o nosso só cuida de universidade, um pouquinho de escolas técnicas e quase nada da educação de base.

Além disso, falei da necessidade de se criar uma carreira nacional de magistério. Por que funcionário do Banco do Brasil, que cuida de dinheiro, é federal, enquanto professor, que cuida de criança, é municipal? Por que os salários dos professores são tão desiguais no Brasil, enquanto os salários dos órgãos federais é o mesmo?

A outra proposta minha é um programa federal de qualidade escolar em horário integral. O Governo Federal tinha de implantar isso. O Senador Collor, quando Presidente, tentou fazer isso, espalhando Cieps, do Brizola, no Brasil. Mas não é com quinhentos Cieps que a gente enfrenta o problema de duzentas mil escolas. E, a meu ver, não é espalhando Cieps soltos pelo Brasil, sem mudar o professor, que a gente faz a revolução. Minha ideia é o concurso para selecionar professores de uma carreira nacional e concentrar todos eles em escolas das mesmas cidades. E que, nessas escolas, todos os professores sejam federais! Não dá para fazer isso em um ano, nem em dois anos, nem em três anos.

Calculo que vamos precisar de vinte anos, não só por falta de dinheiro, não, mas por falta de pessoas qualificadas para serem grandes professores neste País. Elas não existem! Hoje, a gente explica isso em função do salário, mas, mesmo pagando esse bom salário que sugiro – suponhamos R$5 mil – para o professor federal, a gente não vai conseguir encontrar pessoas que mereçam esse salário. Pode até ser que pessoas se candidatem, mas, chegando lá, já estão procurando sair da escola, fazer concurso para outra atividade, porque não têm vocação. A gente tem de escolher pessoas que, segundo tudo indica, vão se aposentar como professores. Essa carreira nacional do magistério, junto com um programa federal de qualidade escolar, os dois juntos significariam, a cada ano, novas 250 cidades, cem mil professores, três milhões de crianças, dez mil escolas. Em vinte anos, a gente resolve.

Finalmente, propus também que a gente trabalhasse a ideia – vou apresentá-la agora – que poderia ter evitado o que aconteceu. Trata-se de algo que comecei a fazer quando era Ministro: criar um cartão de acompanhamento escolar no Brasil, mas um cartão federal, como o que, acredito, já está sendo implantado na Saúde, como é o do nosso imposto, que existe há mais de trinta anos, o CPF. Por que não há um cartão para acompanhar as crianças? Pelo computador do presidente, pelo computador do governador ou pelo computador do prefeito, saberíamos como essa criança está avançando, como está evoluindo e quais são os problemas que ela tem.

Se esse bandido, se esse louco que cometeu essa chacina tivesse sido acompanhado desde pequeno, teríamos identificado o risco de ele cometer esse tipo de crime. Não vamos dizer que o que aconteceu poderia ter sido evitado, que, certamente, teríamos conseguido impedi-lo, mas isso seria muito provável, Senador Mozarildo.

Acompanhamos hoje quase tudo. Temos uma preocupação imensa com o acompanhamento dos nossos aviões no ar, mas não nos preocupamos, Senador Cassol, com o acompanhamento das crianças na terra. No máximo, a escola faz uma avaliação e faz anotações numa cadernetinha. Está na hora de implantarmos um sistema nacional, que acompanhe cada criança, que identifique seus problemas, que tente corrigir esses problemas. Na maior parte dos casos, são problemas corrigíveis, e, quando for um problema incorrigível, a gente tira a criança desse lugar na escola e a encaminha para um atendimento médico, psicanalítico, psiquiátrico, psicológico. Ocorre que a gente não identifica as crianças que vão ter problemas ou não; no máximo, a gente identifica as que têm problemas físicos, porque são cegas, porque não conseguem se locomover. E o problema de a criança não acompanhar as aulas? E o problema de a criança não aprender? E o problema da repetição? E o problema de desvios psicológicos? A gente não acompanha isso.

Quero deixar aqui, mais uma vez, essas medidas que estão todas em andamento e que não saem do lugar, Senador Gim. Não houve medida provisória para nenhum desses itens. A Presidenta está mandando uma medida provisória para criar uma secretaria da indústria, da micro e pequena indústria, um Ministério novo. Eu acho que é bom um ministério da pequena indústria, mas por que não haver uma secretaria da criança, por que não haver um cartão de acompanhamento, um cartão federal? Aí, dizem: "Como conseguir acompanhar cinquenta milhões de crianças?". Com a informática! A gente consegue fazer até um cartão mundial para acompanhar as crianças se a gente quiser. Eu, antes de concluir, concedo um aparte ao Senador Gim, com muito prazer.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Muito obrigado. Senador Cristovam Buarque, nosso Governador e Ministro, o senhor tem experiência suficiente nesse campo. Essa bandeira da educação no País, depois de Calmon, pertence ao senhor. O senhor sempre tem essa preocupação, e todo o Pais o respeita e admira muito, assim como nós, de Brasília. Mas como é que seria isso? Gostei muito dessa divisão do Ministério da Educação, que, hoje, se preocupa muito com o Terceiro Grau, com as universidades. Eu queria perguntar para o senhor, que foi Ministro: hoje, essa divisão é possível? A criação do ministério da educação de base é muito importante. Estamos vendo, no Distrito Federal, que o senhor conhece tão bem – graças a Deus, também conheço muito bem o Distrito Federal! –, essa preocupação, porque, nas nossas cidades vizinhas, nas cidades do entorno, é grande a dificuldade na educação básica. Em Brasília, estamos atravessando esse problema. Até hoje, não conseguimos implantar – e veja o senhor que é a unidade da Federação que mais recursos tem para isso – a nossa escola integral. Algumas estavam muito bem colocadas até o ano passado, mas, agora, isso desandou um pouco. Vamos falar com o Governador, para ver se ele acelera esse compromisso de colocar, até o final desses três anos, todas as escolas em tempo integral. Mas, quando a gente vai às cidades do entorno, às cidades vizinhas, enxergamos essas dificuldades. Concordo com o senhor que esse ministério da educação de base é muito, muito importante. Não digo que as outras medidas provisórias que foram criando outros espaços, como a secretaria da micro-indústria, como a Secretaria de Aviação, não sejam importantes, mas é muito importante esse ministério da educação de base. O senhor

tem os dados na cabeça. Hoje, quanto tem o Ministério da Educação em volume de recursos para a educação em nível superior e para a educação de base?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O último dado que eu tinha, e isso pode ter evoluído para pior ou para melhor, é que o Ministério da Educação gastava 6% ou 7% com a educação de base e o restante com universidade, porque todo o restante está nas mãos dos Municípios e dos Estados. Mas, se se faz a proporção não do quanto é gasto do Ministério, mas do quanto do total é gasto pelo MEC, aí posso dizer com certeza: 11%. Ou seja, quase 90% da educação de base no Brasil é financiada com recursos dos Municípios e dos Estados. Isso não tem futuro.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Não tem futuro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso não tem futuro, porque eles são pobres e porque são desiguais. Mas, para criar um ministério da educação só para criança, bastava pegar um órgão chamado Sesu, a Secretaria de Educação Superior, não sei se por lei ou por decreto presidencial, e dizer: "A partir de hoje, a Sesu faz parte do Ministério da Ciência e Tecnologia".

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Cristovam Buarque, permita-me interromper um pouco seu pronunciamento, uma vez que está falando de educação, para registrar aqui a presença dos estudantes do projeto A Escola na Câmara, que são de várias localidades e que nos estão abrilhantando com suas presenças nas galerias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado pela presença de todos.

Sr. Presidente, creio que, apesar de este discurso ser repetição do que falei ontem, foi importante vir aqui. Quem sabe terei de repetir isso na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, até que nos despertemos?

Temos responsabilidade com o que aconteceu em Realengo. Não vou dizer que somos culpados, mas responsabilidade temos. Uma coisa é culpa; outra, responsabilidade. Somos responsáveis por tudo o que acontece neste País. Quando digo "nós", digo a liderança: Presidenta, Senadores, Deputados, Prefeitos, Governadores. Não adianta dizer que o homem era louco e que não temos culpa. Ou até alguns podem dizer: "Não temos culpa". Mas responsabilidade nós temos. Por isso, talvez, seja necessário continuar falando disso, porque sabemos quais são os caminhos. Basta querer fazer.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para falar. Agradeço o aparte ao Senador Gim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, ao Senador Anibal Diniz e, em seguida, ao Senador Ivo Cassol.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é com bastante pesar que ocupo a tribuna neste momento para também externar o meu sentimento como pai de duas filhas, como cidadão brasileiro e como Senador da República, militante da política, que tem sempre que estar dando respostas para os problemas que afligem a população.

O episódio de ontem, no Rio de Janeiro, mexeu profundamente com a gente porque é algo que não acontecia no Brasil, pelo menos nesse formato e dessa maneira. Isso já havia acontecido, repetidas vezes, em países do primeiro mundo, nos Estados Unidos, mas nunca havia acontecido no Brasil.

Estou ainda em estado de choque e quero externar minha solidariedade profunda às famílias dessas crianças que foram vitimadas por esse jovem insano, numa atitude insana, que não se sabe por que motivo tomou tal atitude. Eu quero compartilhar o meu sentimento de pesar com todas essas famílias, com as autoridades do Rio de Janeiro, que estão tendo que dar resposta à situação, e dizer que me somo aos esforços no sentido de buscar saída, seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista de ação de governo, de ação de segurança pública, para garantir a segurança plena das crianças.

Sei que, diante de um momento de abalo, muitas propostas surgem, muitas ideias até atropeladas aparecem querendo dar uma resposta imediata, e não é fácil, porque é um tipo absolutamente excepcional de crime. E uma situação que transcende a normalidade a gente não pode imaginar ou prever.

É uma situação absolutamente imponderável e, diante do imponderável, não adianta querer pensar em solução fácil, em querer dar uma resposta imediata que vá garantir a segurança das pessoas, porque isso não vai acontecer. Acho que o momento é de profunda reflexão. A gente precisa refletir muito sobre essa situação, sobre a segurança dos brasileiros, principalmente dos brasileirinhos que estão na escola, porque, com certeza, vai haver um choque psicológico profundo nesse próximo período, pois as crianças todas que saem para sala de aula, que vão para escola, nas manhãs e tardes, com certeza, vão estar pensando na sua segurança, se vão ou não estar seguras – e os próprios pais estarão também nessa insegurança.

Então, quero deixar aqui a minha solidariedade aos familiares, o meu sentimento de pesar e a minha

disposição em ajudar naquilo que for possível, para combater a violência, seja por intermédio do combate ao tráfico de armas e de drogas, seja criando mecanismo para que as polícias tenham condições efetivas de combater o crime e impedir que tais situações aconteçam e causem mais dores às famílias brasileiras.

Era esse o meu sentimento inicial, Sr. Presidente. Agora passo ao teor do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, esta tribuna do Senado Federal é a tribuna por onde os brasileiros podem se informar, com alguma precisão, sobre tudo o que acontece nos Estados, porque o Senado Federal é a Casa do equilíbrio. É aqui onde todos os Estados são igualmente representados; é nesta tribuna e nesta Casa do Senado Federal que o menor dos Estados brasileiros se iguala ao maior dos Estados brasileiros.

Aqui a gente pode dizer que o meu Estado do Acre, com uma população de 700 mil habitantes, é do tamanho de São Paulo, porque São Paulo é representado aqui por três Senadores e o Acre também é representado por três Senadores. A gente pode dizer que aqui o Estado de Roraima, do Sr. Presidente Mozarildo, é do tamanho do Estado do Rio Grande do Sul. Então, se existe um espaço onde os temas dos Estados brasileiros são discutidos e as pessoas podem ter maior conhecimento sobre tudo que acontece nos Estados, sobre as políticas públicas que são encaminhadas nos Estados, sobre a troca de experiências, é neste ambiente do Senado Federal.

Com a presença da TV Senado na maioria das capitais, fica ainda mais fácil para as pessoas acompanharem. Por isso, eu digo que a TV Senado, a equipe da TV Senado, os jornalistas todos, a equipe técnica que trabalha na transmissão dessas sessões, na realidade, prestam um grande serviço ao Brasil, porque fazem acontecer a transparência nas ações que são desenvolvidas aqui nesta Casa.

Eu queria, aproveitando este momento, trazer uma reflexão especial sobre um assunto que está em pauta aqui no Senado e que diz respeito a todos os Estados brasileiros, particularmente os Estados da Amazônia – Acre, Rondônia, Amazonas e outros que compõem a Amazônia brasileira, a Amazônia legal –, que é o Código Florestal.

Falo aqui da tribuna do Senado e sei que há pessoas acompanhando em vários lugares do Brasil e também no Estado do Acre. Sei que o Governador Tião Viana, hoje, está no longínquo Município de Santa Rosa, no alto do rio Purus, na divisa com a República do Peru, levando as ações de governo, levando políticas públicas para as populações isoladas, para as comunidades indígenas, levando, neste final de semana, a inauguração do Luz Para Todos, mesmo numa comunidade isolada.

Então, essas pessoas que estão mesmo nos lugares mais isolados do Brasil podem acompanhar essa nossa conversa, essa nossa discussão sobre um tema que é da máxima importância para os Estados brasileiros e para todo o povo brasileiro.

Inicio, Sr. Presidente, falando sobre a reformulação do Código Florestal, uma lei de 1965, que aliás teve a sua origem em 1934, e que precisa ser reformulada para poder dar um uso sustentável, um uso adequado ao solo brasileiro.

Mas o projeto de reformulação que está em discussão, a partir do substitutivo à Lei nº1.876, de 1996, que tem como relator o Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, é uma lei que precisa ser refletida com profundidade pelos Srs. Senadores e pelas comissões atinentes por onde essa matéria vai passar.

Caberá a nós, Senadores, encontrar o caminho da mediação entre o desenvolvimento, o aumento da produção, que é fundamental para o nosso superávit comercial e para a alimentação de uma população sempre crescente, tanto do Brasil como em âmbito mundial, porque temos que pensar nas exportações, não só para a nossa balança comercial, mas, fundamentalmente, para alimentar as pessoas. Mas não podemos perder de vista a imprescindível defesa da sustentabilidade, com a proteção das nossas florestas e do meio ambiente como um todo.

A proposta do Deputado Aldo Rebelo, que tende a ser aprovada nos próximos 60 dias na Câmara Federal, na maioria dos aspectos é aplaudida pela bancada e pelas organizações ruralistas, mas ela terá que ser melhorada em alguns aspectos, tanto para atender à bancada ruralista quanto para atender à exigência do mundo e, PR

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Anibal, permita-me só uma breve interrupção do seu pronunciamento para registrar a presença aqui, nas galerias do Senado, dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do Colégio Coração de Jesus e do Bicho da Terra, aqui de Brasília.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sejam bem-vindos ao Senado, alunos!

Não falo isso, Sr. Presidente, como um ambientalista dogmático, mas como um brasileiro preocupado com as futuras gerações, porque não podemos pensar apenas na produção, na geração de renda e nas condições de vida da nossa geração atual. Temos que pensar nas gerações futuras, e pensar nas gerações futuras é pensar na sustentabilidade e no equilíbrio do planeta.

Sei que a flexibilização, em alguns aspectos, e a necessidade de melhoria do Código Florestal são inevitáveis. Mas daí a falar da redução da reserva legal na Amazônia de 80% para 50%, em área de floresta, e de 35% para 20%, em área do cerrado, é algo que considero de extrema gravidade. Isso não quer dizer que não estamos abertos à discussão.

Os números falam por si só. O senhor mesmo tem feito referências repetidas aqui de que a Amazônia significa 61% do território nacional. Imagine com tudo o que a gente tem de repercussão nacional e internacional, a cada ano, quando chega no período do verão e vem a emissão de CO^2, a partir das queimadas; com tudo o que temos sofrido de advertências por conta da fumaça que sobe das queimadas na Amazônia, e a gente ainda tem uma limitação legal de 80%. Imagine se a gente reduzir isso para 80%, o tanto que a gente vai ficar em situação delicada, no sentido de como se explicar para a comunidade nacional e internacional.

Diz-se que a reserva legal impede o desenvolvimento da Amazônia e o aumento da produção, mas o Código Florestal já permite, por meio de zoneamento ecológico-econômico, que sejam identificadas as áreas com maior aptidão agrícola para as quais a reserva legal pode ser reduzida a 50% para fim de recomposição.

O debate sobre as áreas de proteção, as APPs, é outro que vai exigir de nós, Senadores, uma postura de absoluto equilíbrio e sensatez. Por quê? Porque o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo propõe a redução de 30 para 15 metros nas áreas de APPs, como se estas fossem também um impeditivo ao aumento da produção nas propriedades. Mas, na realidade, como pudemos ver, na audiência pública que fizemos com a sociedade científica brasileira esta semana, as áreas de proteção, as APPs, significam apenas 7% da área agricultável do Brasil.

Se o Deputado Aldo Rebelo, que realizou audiências públicas em todos os Estados brasileiros e dispõe de conhecimento e autoridade para debater qualquer um dos temas do Código Florestal, ele tem razão ao dizer que é preciso considerar as especificidades de cada uma das regiões e que medidas fundamentais na Amazônia não têm o menor sentido, por exemplo, para o cerrado, para o Centro-Oeste brasileiro.

Mas há que se convir que apresentar propostas de choque numa situação como essa não é adequado. Há que se ter abertura para refletir sobre a manutenção das dimensões das áreas de proteção. Reduzir essa extensão de 30 para 15 metros é algo que tem que ser refletido com muita serenidade, porque há uma variedade enorme de benefícios garantidos pelas APPs, como a preservação da fauna e da flora aquáticas e terrestres, a manutenção climática, o controle biológico de oxigênio e diversos outros fatores para o equilíbrio do ecossistema. Esses aspectos todos estariam ameaçados com a redução da extensão das APPs.

Há um outro aspecto, Sr. Presidente, que às vezes tem a sua discussão desvirtuada, como, por exemplo, a questão das multas. Mobilizam-se pequenos, médios e até grandes produtores, para dizer que o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo tem que ser aprovado a toque de caixa para livrar milhares de produtores das multas. Mas, na realidade, há que se discutir cada questão em particular.

Em relação às multas enquadradas no art. 50 da Lei nº 6.514, de 2008 – aliás, o art. 50 é o único não incluído na lista dos artigos contemplados pelo Programa Mais Ambiente, criado pelo Decreto nº 7.029, de 2009 –, participei, há poucos dias, de um encontro com o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sr. José Gaetani, e também com o Presidente do Ibama, Dr. Curt Trennepohl, para discutir sobre uma solução para essa questão das multas. Porque, Sr. Presidente, verdadeiramente há muitas propriedades multadas e há muitos pequenos agricultores multados, seja na Amazônia, seja em outros lugares, que não têm condições de pagar essas multas, ainda que vendessem a sua propriedade.

Há multas que em muito excedem o valor de uma propriedade, e isso tem que ser discutido. E quando a gente foi conversar com as autoridades do Ibama e do Ministério de Meio Ambiente, junto com o Secretário de Estado do Meio Ambiente do Governo do Acre, o professor Edgar de Deus, nós levamos uma proposta concreta. Porque o Governo brasileiro já tem uma proposta concreta por meio do Programa Mais Ambiente. Porque o Programa Mais Ambiente procura dar solução para os problemas no sentido de que, se há uma multa a ser paga por um agricultor, por um produtor, ele pode tranquilamente converter essa multa em práticas sustentáveis e, dessa maneira, ele não vai ter que dispor da sua propriedade para pagar uma multa. Só que o art. 50, a que me refiro, não estava incluído. As pessoas enquadradas nesse artigo não têm acesso ao benefício ao Programa Mais Ambiente.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Permite um aparte, Senador?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Por favor, Senador Ivo Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, nobre colega, Senador Anibal Diniz, do vizinho Estado do Acre. Quero parabenizar quando o senhor entra especialmente nessa área do Código Florestal. Pactuo contigo em vários pontos. Quero parabenizar o Deputado Federal Aldo Rebelo pela condução até este momento da reforma do Código Florestal. Ao mesmo

tempo, nós precisamos dar condições para que o setor produtivo brasileiro possa produzir. Eu falei na Comissão do Meio Ambiente e Agricultura, na semana passada, que o primeiro passo necessário é que os ambientalistas e os produtores precisam ter consciência de viver em harmonia. Sei que tem muitos ambientalistas que, na verdade, defendem a natureza, mas sei que tem muitos ambientalistas que são pagos com notinha verde chamada dólar – olha lá se não é Euro, olha lá se não é outro dinheiro –, para tentar inviabilizar o nosso País na produção agrícola, para vivermos do passado. O que defende este humilde Senador? Defendo que temos de colocar um marco zero. Esse marco é começar uma vida nova e, começando essa vida nova, com uma legislação que a população respeite. A exemplo disso, o Estado de Rondônia serviu de berço para a reforma agrária, nas décadas de 70 e 80. O que o Incra dizia? Dizia para os nossos agricultores: "Se vocês não derrubarem, vocês não terão o título; se vocês não produzirem, vocês não terão documento." E dizia o Governo Federal o seguinte: "Vamos ocupar a Amazônia para não entregar a Amazônia. Vamos integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia." Se formos hoje punir todos os produtores que cometeram irregularidade, não vai sobrar um na face da Terra para contar a história no nosso País, porque estão todos na irregularidade. É a nossa sorte, tanto para o Acre quanto para Rondônia. Por mais que o Governo do Acre diga que é o governo da floresta, passei de ponta a ponta no Acre e lá também os produtores estão na ilegalidade, a maioria, os pequenos, os médios e os grandes. Do que precisamos? Precisamos dar condições a esses que já estão produzindo, para o que já está desmatado. Ao mesmo tempo, ter uma legislação rígida, em que as instituições do Governo andem na frente e não venham sempre de carona, de reboque, como tem acontecido. O desmatamento aconteceu porque, infelizmente, os órgãos ambientais sempre chegam depois. A exemplo disso – quando ouvi V. Exª falando nas multas –, nós fizemos um acordo com a ex-Ministra Dilma, a nossa Presidenta do Brasil, uma mulher de rocha, determinada, que sempre teve a minha admiração, independente de cores partidárias – porque lá no meu Estado o partido dela, o seu, nunca andou comigo, mas não por isso deixaria de apoiá-la, pelo seu trabalho, pela conduta que sempre teve, porque em todos os partidos sempre tem gente de bem, gente séria, gente boa, como também sei que V. Exª, Senador, assim o faz. Fizemos a permuta da Flona do Bom Futuro em troca dos parques estaduais de Rio Vermelho I, II e III. Cento e oitenta mil hectares de terra em troca de 140. Depois, o Instituto Chico Mendes pediu mais 63 mil hectares de terra e demos de novo. Fizemos um acordo assinado com o Palácio, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Instituto Chico Mendes e com o Ibama. Esse documento rodou os quatro cantos de Rondônia, e a fiscalização entrava na Flona do Bom Futuro e, desculpem-me a expressão, metia taca naqueles agricultores, mais de cinco mil famílias: multas exorbitantes de R$2 milhões, R$3 milhões, como foi dito há pouco, que o agricultor não tem como pagar, desestimulando eles de tudo quanto é maneira. Depois, este Senado, no ano passado, aprovou uma lei, uma emenda a uma medida provisória, a permuta, pela primeira vez, para regularizar aquelas famílias da Flona do Bom Futuro, com a Rio Vermelho, para que se pudesse fazer a Usina de Jirau como forma de compensação. Mas quero aqui dizer mais para o senhor: eu, Ivo Cassol, ex-Governador de Rondônia, sou cobaia do Ibama. Eu sou cobaia! Tenho quatro multas do Ibama no meu CPF sem dever. Olha como é a injustiça. Imagina um proprietário que tenta cumprir... A minha propriedade, dos meus filhos, tem 50% de reserva e as últimas têm 80% de reserva. Mas, como ação de Governo, eu abri uma estrada, e o IBAMA ia lá, botava uma multa no CPF do Ivo Cassol. E aí era fumo, fumo, fumo, Sr. Presidente. Tenho quatro multas. Uma de R$ 9 mil. Pode pegar as coordenadas e verificar. Tenho a segunda multa de R$ 328 mil. Também o Ibama, em vez de ir lá pedir para o órgão estadual se tinha licença para fazer aquela estrada, a reabertura – não é abertura, é reabertura – da estrada, eles iam com o talão, com o auto de infração e colocavam a multa no CPF do então Governador Ivo Cassol. Aí vem a segunda multa de R$328. Não bastasse isso, fizeram outra de R$528 mil, numa propriedade vizinha da minha propriedade. Pegou duas coordenadas. Uma coordenada, porque o cidadão montou uma usina de álcool, arrancou o pasto, botou a máquina e mecanizou para plantar cana. O Ibama entrou na propriedade, foi lá, pegou uma coordenada onde ele tinha o pasto e botou cana e pegou um outro local dentro da minha propriedade, depois de 28 anos desmatada, na sede dos peões, e deu outra multa de R$528 mil no meu CPF. Lá no plantio de cana autorizado para poder produzir álcool, para poder produzir açúcar. É um direito que nós temos. Não bastasse isso, pelo acho, pelo talvez, deram a quarta multa no meu CPF. Se for cumprir a legislação que não pode comprar gado de um produtor que tem multa, eu estou fora. Tenho, na verdade, que fazer uma tabelinha com outro produtor. Me deram mais uma multa de R$800 mil no meu CPF e na propriedade dos outros. Estou brigando na Justiça. O Ibama do meu Estado, recorri e provei e mostrei para o Ibama, para o procurador do Estado do Ibama, que aquelas multas não eram minhas. Mas,

infelizmente, por determinação política de quem os nomeou – a pior coisa que tem no governo é o QI, quem indica, Presidente Pedro Taques –de alguma maneira alguma tentaram "melar" e expor o Senador Ivo Cassol. Não estou aqui legislando em causa própria. Eu só quero uma coisa, eu não aceito injustiça. Eu ainda posso me defender, posso correr, posso pagar advogado. Mas quantos produtores não conseguem pagar advogado? Quantos produtores neste País que estão na ilegalidade, estão com o CPF sujo, porque o próprio Governo, a própria instituição o estimulou, de alguma maneira, a produzir? Sou contra quem desmata, sou contra o desmatamento ilegal. E eu, como o Governador Blairo Maggi, como os demais governadores, Eduardo Braga, na época o Jorge Viana, lutamos com o Governo Federal para que legalizasse aquelas terras em torno de Porto Velho, nessas regiões, para poder ao mesmo tempo cobrar de quem era o proprietário e punir quem desmatar. Mas um grande problema na região amazônica é o das terras sem dono. E algumas pessoas vão lá, botam em nome de laranjais, ou aqueles considerados sem-terra que invadem e derrubam. Então, portanto, o que temos que trabalhar? Temos que produzir, nós precisamos de alimentos, o mundo inteiro precisa de alimento, o Brasil precisa de alimento.. Eu vi os dados essa semana do ex-Ministro da Agricultura, Presidente da Embrapa, que mostravam que, no País, há 40 anos, 46% a 48% do salário do povo brasileiro era gasto com comida – 46% a 48% –; 80% do povo estava na zona rural, hoje 80% está na cidade. E nós precisamos continuar incentivando, dando estrada, educação, para que quem está lá na zona rural possa continuar produzindo. Esta Casa tem que debater urgentemente a reforma do Código Florestal, tirar os empecilhos, mas um passo fundamental, os que defendem a questão ambiental, os que produzem, têm que andar juntos, lado a lado, porque o País é um só e a produção é fundamental para a sobrevivência. Então parabenizo V. Exª pela iniciativa. E pode contar com este nobre colega, para que juntos possamos tirar... Ah, outra coisa aqui, Sr. Presidente, a título de sugestão, e já estou trabalhando no projeto, isso para o futuro, preparando para o futuro, de repente pode ser inserido até no Código Florestal: todas as multas, quando dadas sem responsabilidade, sem legalidade pelo auditor ou fiscal, ele terá que responder civil e criminalmente, ele terá que pagar as custas judiciais. Aí alguém diz o seguinte: "Mas então não vai dar mais multas?" Não, ele fez concurso público, ele se preparou para isso e tem que conhecer a legislação. Ele não pode chegar com o auto de infração, com a multa e dando multa como bem der e vier, de qualquer maneira, só para mostrar para as pessoas e com isso dando trabalho para frente. Então, uma sugestão em cima disso aí, para que evitem isso, evitem os abusos, assim mais ninguém, mais nenhum fiscal, nem do Ibama nem auditor fiscal de secretaria de Fazenda... Eu fui governador, eu nunca autorizei nenhum auditor fiscal ir a um comércio de oposição e multar quem era meu adversário. Não aceitava isso. Liderança e respeito se conquistam. Comigo fizeram o contrário. E nós precisamos evitar isso no futuro, para que os políticos que têm a liderança continuem representando o povo sem precisar estar com um porrete na mão para ganhar, conquistar a confiança de alguém. Obrigado pelo aparte.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, pela contribuição.

Como eu estava dizendo, o nosso trabalho junto ao Ministério do Meio Ambiente e junto ao Ibama tem sido no sentido de convencer a equipe técnica e a equipe jurídica do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente de que todas as multas enquadradas no art. 50 também sejam contempladas pelo programa Mais Ambiente. À medida que essas multas forem contempladas com o atenuante contido no programa Mais Ambiente, todas as multas devidamente estudadas poderão ser convertidas em práticas ambientais.

É claro que uma situação como essa que o senhor mencionou requer, sim, uma ação de justiça para fazer valer aquilo que é direito e justo, porque não se pode também admitir um Estado autoritário que venha a aplicar multas à revelia sem que tenha um amparo legal. Tem que ter amparo legal. Quando não tem amparo legal, as pessoas têm que ser chamadas à responsabilidade.

Como eu estava dizendo, Sr. Presidente Pedro Taques, nós aqui do Senado temos a responsabilidade de fazer a mediação, porque há consenso de que nós temos que aumentar a produção, tanto para atender a demanda atual quanto para atender a demanda futura. No futuro nós vamos ter que produzir muito mais.

Se hoje nós já somos uma referência importante no agronegócio, certamente seremos essa referência com maior força ainda no futuro, mas para isso temos que seguir a orientação da comunidade científica. E o que ela diz? Ela não se contrapõe à tese de que nós temos que aumentar a produção. Ao contrário, ela reforça isso.

A exposição da equipe da Embrapa feita pelo Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira mostra claramente o quanto as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa contribuem para o aumento da produção com o mínimo impacto ambiental. Ele mostra que, se antes a gente precisava de dois hectares para engordar um boi, a Embrapa desenvolveu tecnologia que hoje permite

colocar até dois bois em um hectare, ou seja, é possível produzir mais com menos impacto ambiental, com menos pressão sobre a floresta. É nesse sentido que a gente chama à reflexão.

Se a comunidade científica, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e a Embrapa, que estiveram conosco na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Reforma Agrária, têm consenso de que é possível produzir mais com menos impacto ao ambiente, por que a gente tem que fazer a defesa cega de que a reserva legal na Amazônia tem que ser reduzida de 80% para 50%? Se a comunidade científica nos dá respaldo de que é possível produzir mais com menos impacto ambiental, então vamos aprofundar a reflexão à luz do que sugere a comunidade científica.

O Brasil tem que continuar investindo mais na tecnologia, tem que continuar investindo mais na busca de conhecimento para que a gente melhore cada vez mais os nossos índices de produtividade. E isso é possível de ser feito porque já está sendo feito. O pessoal da Embrapa merece todo o nosso respeito, porque tem desenvolvido tecnologias da máxima relevância para aumento de produtividade no País.

Com relação ao passivo ambiental, temos que buscar saídas propositivas; não é fiscalização, não é excesso de multas que vai nos dar uma saída em favor do meio ambiente. Temos que trabalhar com a correção do passivo ambiental à luz daquilo que prevê o programa Mais Ambiente. Temos que fazer com que mais pessoas que tenham passivo a corrigir adotem práticas ambientais que permitam fazer essa correção.

Outro aspecto, Sr. Presidente, que eu gostaria de abordar é que a Agência Nacional das Águas tem observação profunda sobre o substitutivo proposto pelo Deputado Aldo Rebelo. A Agência Nacional das Águas já emitiu posição dizendo que o Código Florestal Brasileiro, do ponto de vista dos recursos hídricos, não necessita neste momento de alterações em relação às exigências estabelecidas, notadamente no que tange à largura mínina de 30 metros das APPs.

É necessário aprimorar a forma de aplicação do código, dando ênfase maior à proteção das áreas de recargas dos aquíferos. A assistência técnica precisa ser fortalecida para que o setor possa contar com técnicos capacitados em número suficiente ao atendimento de suas demandas.

O manejo florestal sustentável da reserva legal precisa ser intensificado para possibilitar sua recuperação ou permitir o desenvolvimento de políticas públicas que facilitem o financiamento de recuperação dessas áreas. E a adoção de uma política de pagamento por serviços ambientais é de fundamental importância para a recuperação das áreas de proteção.

Veja só, Senador Cassol: o senhor disse que passou pelo Acre e viu situações de agricultores que passam por dificuldades. Nós temos no Acre um território aproximado de 16 milhões de hectares; temos pouco mais de 2% dessa área convertida; significa que temos cerca de 2 milhões de hectares já convertidos. Na realidade, não temos esses 2 milhões de hectares plenamente produtivos. E nós podemos nos associar a esse esforço de tecnologia da Embrapa, da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, o esforço todo que o ex-ministro da Agricultura, o Sr. Alysson, descreveu para nós no sentido de buscar possibilidade de produzir mais para tornar essa área já convertida muito mais produtiva. Muito antes de a gente falar em ampliar o desmatamento, em fazer pressão sobre a floresta, nós temos que nos preocupar em como dar plena produtividade para as áreas já convertidas.

Nesse sentido, o Governo Acre está dando um bom exemplo; está dando um bom exemplo porque tem uma política para a floresta em pé e tem uma política para áreas degradadas, aquelas áreas já convertidas.

No que diz respeito à floresta que está intacta, que chega a quase 88% do nosso território, o nosso governo tem trabalhado no sentido de desenvolver, sim, esse programa de remuneração por serviços ambientais. Nós temos leis nesse sentido, isso já foi aprovado pela nossa Assembleia, já foi sancionado pelo Governador Binho Marques e já foi objeto de parceria de estado subnacional com o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e com o Estado de Chiapas, no México.

Nós temos dado passos importantes no sentido de fazer a proteção da floresta que está em pé, mas também demos passos importantes ao empreender no sentido de valorizar as áreas degradadas, seja com políticas de reflorestamento, seja com ações política e ambientalmente corretas no sentido de fazer uma proteção sustentável.

O Governador Tião Viana, por exemplo, está agora com um megaprojeto, um grande projeto de piscicultura, e um projeto desse tem muito a contribuir para a questão da sustentabilidade, porque trata do aproveitamento adequado das águas e trata do aumento da produtividade, tanto para elevar a renda das pessoas que se envolvem nesse projeto, quanto para contribuir para essa política, para esse esforço da Presidente Dilma de fomentar a produção de mais alimentos para combater a miséria e a fome.

Então, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que nós, Senadores, podemos, sim, empreender esse esforço. Nós temos condição de fazer essa me-

diação entre a preocupação com a sustentabilidade e a necessidade de aumento da produção. Para isso, a sociedade científica é imprescindível, e nós temos de ter a humildade de seguir os aconselhamentos dos cientistas quanto ao melhor caminho a seguir.

E temos, sim, a possibilidade de discutir em profundidade a reformulação do Código Florestal nesta Casa, e não precisamos fazê-lo a toque de caixa. Aliás, mesmo a comunidade científica sugere que não façamos isso imaginando que, em dois ou três meses, vamos resolver o problema. Provavelmente, vamos precisar de muito mais tempo para ouvir muitos outros cientistas, para ouvir a orientação de quem entende para adotarmos o melhor caminho. O fundamental é que encontremos uma solução para os agricultores que estão hoje impedidos de obter financiamento por conta de multas e situações que precisam ser resolvidas.

Para o que é pontual, temos de dar uma resposta pontual. Mas o que é estratégico depende de uma resposta estratégica. E a discussão sobre a utilização adequada e sustentável do solo brasileiro é um assunto extremamente estratégico para o Governo brasileiro e para todos nós, brasileiros. Para isso, temos de dedicar o tempo que for necessário: se for necessário, seis meses; se for necessário, um ano; se for necessário, dois anos, porque temos de dar a resposta adequada, compatível com a necessidade e com as exigências do momento, porque nós não estamos legislando apenas para a nossa geração. Nós estamos legislando para nós, mas, fundamentalmente, para as futuras gerações, e nós temos obrigação com o pacto de gerações, que significa fazer com que, no futuro, o planeta esteja tão habitável para a atual geração quanto está agora para nós.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço muito pela tolerância de tempo concedida e espero que a gente aprofunde, Sr. Senador Pedro Taques, Sr. Senador Mozarildo, esse debate exatamente na dimensão que ele precisa, com toda a seriedade, com toda a serenidade e com total disposição de fazer essa mediação e a compatibilização das necessidades: a necessidade de produção e a necessidade de equilíbrio e de sustentabilidade do Brasil, para nós e, fundamentalmente, para as gerações futuras.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Anibal, parabenizo V. Exª pela sua fala. Esse tema é muito importante. Temos de compatibilizar a produção com a preservação ambiental, não só para este momento histórico. E, para isso, precisamos, sim, ouvir a ciência. A ciência não é estática, ela é dinâmica. Parabenizo V. Exª pela sua fala!

Com muito orgulho e alegria, passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, pelo tempo regimental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, cumprimento V. Exªs, a população do Brasil que nos assiste, o povo do meu Estado de Rondônia, que vem acompanhando, passo a passo, o trabalho deste filho da terra. É extraordinário o povo do meu Estado, essa população aguerrida e lutadora em todos os caminhos.

Ao mesmo tempo, eu queria aqui dizer que, nesta semana, recebi em meu gabinete o Prefeito da cidade de São Miguel da Boa Vista, do Estado de Santa Catarina, onde vivi parte da minha infância, perto de Maravilha. Foi um prazer ter recebido aqui o Sr. Milton Luis Muller, Prefeito daquela cidade, acompanhado também da Vereadora e de demais lideranças.

Mas, hoje especialmente, neste dia 8 de abril, eu queria fazer um chamamento especial às pessoas que estimulam a nossa sociedade, estimulam os nossos empresários, estimulam os nossos comerciantes, estimulam tanto a classe política, como também os profissionais liberais, falando de um amigo do povo de Rondônia, um colunista social, uma pessoa humilde, uma pessoa simples, mas que soube ganhar o carinho da minha família, da família do povo de Rondônia.

No último sábado, na cidade de Vilhena, na cidade do nosso Prefeito José Rover, que é o portal da Amazônia, houve uma homenagem às pessoas que se destacaram em nosso Estado e no Estado de Mato Grosso. Sr. Presidente Pedro Taques, vários prefeitos e vice-prefeitos do Mato Grosso foram homenageados na cidade de Vilhena.

Ao mesmo tempo, esse colunista social, o Tergon, que vem trabalhando há vinte anos junto à sociedade da região amazônica e do meu Estado, no próximo dia 28 de maio, mais uma vez, vai fazer, se não me engano, o vigésimo evento, o Oscar Mulher, na cidade de Ji-Paraná. Minha esposa, Ivone, como primeira-dama, quando eu era Governador, pelo seu trabalho social realizado por vários anos, como mãe, como parceira, como mulher, como companheira, está sendo homenageada novamente, junto com outras pessoas do Estado que se destacaram.

Lá estará, novamente, o ex-Prefeito de Rolim de Moura, por dois mandatos, ex-Governador do Estado de Rondônia, por dois mandatos, hoje ocupando esta tribuna, o Senador Ivo Cassol, mais uma vez sendo homenageado pelo trabalho que venho fazendo pelo nosso Estado.

Parabéns a todas as pessoas que foram ou estão sendo homenageadas. Para as que não foram digo que continuem lutando e trabalhando e, com certeza, em breve também ocuparão esse espaço e serão reconhecidas por esse trabalho que vem acontecendo para o desenvolvimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, também queria aproveitar esta oportunidade de hoje fazer uma retrospectiva: hoje, dia 8 de abril, temos 99 dias de um novo Governo no meu Estado. Amanhã serão cem dias.

A população, o povo do meu Estado está se perguntando: "o que aconteceu nesses 99 dias – amanhã, dia 9 de abril, cem dias? Levaram o Jornal Nacional para o nosso Estado, colocaram-no na mídia nacional como se a saúde do nosso Estado fosse a mais precária do Brasil, jogaram contra o próprio patrimônio.

Quando nós fizemos e concluímos o Hospital de Cacoal, com 160 leitos e mais 30 leitos de UTI, houve um acordo no Palácio do Planalto para liberaçõa de R$35 milhões do Governo Federal, Senador Mozarildo, Sr. Presidente Pedro Taques, Sr. Blairo Maggi e demais Senadores, para compra de equipamentos. Por questões políticas, não liberaram. Liberaram R$12,750 milhões, porque disseram que ia viabilizar o candidato à reeleição do futuro Senador Ivo Cassol e também o mandato que daria para o Senador Ivo Cassol. Portanto, prejudicaram a ida desses recursos para o Estado de Rondônia. E se passaram 99 dias do novo Governo, desta nova Rondônia, porque era propaganda: "Queremos uma nova Rondônia".

Mas nesses 99 dias, nos cem dias de amanhã, o que aconteceu de fato? Sem segurança. Ó, sem segurança! Eu fiz uma denúncia aqui ontem. Na cidade de Costa Marques, o Ministério Público, o promotor, juntamente com os policiais, teve que sair com o preso, acompanhando-o na rua, para poder fazer a ocorrência e prender ou transportar.

Mas não é só isso. Várias cidades do Estado de Rondônia já ficaram por vários dias sem combustível. São cem dias. Então, vamos fazer o sem agora. Ficou sem combustível, mas já está também sem peça para as viaturas, Senador Mozarildo. Não tem peça. Também já está sem.

Ó, voltou a viver o pesadelo do passado! No passado, antes de eu ser Governador, no Estado, quem comprava e consertava as viaturas era a sociedade, a comunidade, os comerciantes. O que eu recebi de ligação ontem e hoje de comerciante dizendo que já botou a mão no bolso pra comprar peça e consertar as viaturas não é fácil.

Em algumas cidades, as viaturas são alugadas e o Estado paga o aluguel. Em algumas cidades é diferente. Mas, como são 52 Municípios, temos, no máximo, meia dúzia de cidades com esses carros contratados, para facilitar o conserto.

Criamos secretarias regionais para consertar um carro da polícia, porque é lá na região que está o cidadão. Lá na região, antigamente, quando um carro estragava, um passava para o outro, que passava para o outro, e assim demorava de 60 a 90 dias pra se consertar uma viatura.

Com a instalação das secretarias regionais, nós demos vida para aquelas regiões. Amanhã o Governo completará cem dias e a população está ficando sem carros, está ficando sem assistência.

O que nós deixamos, nesse tempo todo, de estoque de pneus nos almoxarifados já foi consumido. Não se comprou mais nada. Além de não terem comprado, a própria Polícia, que esteve acompanhando essa nova Rondônia, hoje está sentindo na pele que todo esse trabalho que fazíamos não era para ser maior ou melhor do que ninguém, mas simplesmente para administrar com responsabilidade. E conseguimos, com sucesso. Contratamos novos policiais civis e militares e hoje fizemos a diferença.

Mas quando falei "sem segurança", recordei-me aqui do discurso do dia da posse do hoje Governador do Estado de Rondônia. E ele tem quatro grandes motivos para fazer uma grande gestão na saúde do nosso Estado.

Primeiro motivo: foi Deputado Federal por três mandatos! Segundo motivo: foi Prefeito da cidade de Ariquemes por dois mandatos. Terceiro motivo: é médico, tem hospital. E o quarto motivo: é Governador do Estado de Rondônia. Então, pode e tem condições de fazer uma boa gestão na saúde.

E dizia, naquele instante, meus amigos, minhas amigas do meu querido Estado, do nosso querido Estado de Rondônia, dizia, no dia da posse, que em 90 dias não haveria mais nenhum doente no chão. Dizia que em 90 dias não voltaria mais ninguém pra sua casa sem ser tratado. Hoje, são 99 dias. Amanhã serão cem dias. Mas hoje já está sem. É o contrário!

No João Paulo II tem gente nos corredores. O Deputado Euclides Maciel esteve lá nos corredores e filmou. Teve que levar uma câmera escondida. O Wilson de Cerejeira, um comunicador de rádio, ficou mais de três dias no chão. Eu sei da superlotação, todo mundo sabe. Parte dela é causada pelas usinas, mas parte dela é causada pela incompetência de alguns prefeitos que só mandam para a capital.

Ao mesmo tempo, falando em capital, é a única capital do Brasil cuja Prefeitura Municipal não tem hospital público para atender o povo. Mas nós deixamos um legado positivo. Pegamos desses mesmos que estão aí do passado com cinco leitos de UTI e entregamos

com 127 leitos de UTI. Pegamos as compensações das usinas e está lá quase pronta a ampliação do hospital de base para mais de 80 leitos, tirando a lavanderia, tirando a área de refeitório, de trabalhos, para, naquele local, fazer mais enfermarias para mais 80 leitos. O Hospital Infantil Cosme e Damião está quase pronto para mais 70 leitos.

Eu sei que é um trabalho difícil, mas, já que foi assumido o compromisso, é preciso cumpri-lo urgentemente. Tenho muitos amigos que voltaram de Porto Velho por não ter tratamento. Eu sei que há muitos servidores públicos da área da saúde que estão me assistindo. Esses dias faltou seringa no hospital, esses dias faltou muita coisa no hospital, e hoje está sem a expectativa que foi dada na área da saúde.

Eu fiz questão de hoje, que está com 99 dias, de vir aqui fazer um retrato dos cem dias que vai fazer amanhã. Eu queria que o Jornal Nacional fosse visitar hoje a saúde do Estado de Porto Velho. E não adianta a equipe deste governo querer dizer que não pode fazer porque foram deixadas dívidas do governo passado, dívidas que eles próprios deixaram quando eram o Governo do Estado de Rondônia.

Não pagaram as contas, disseram até que precatório era resto a pagar do nosso governo, meu e do Cahulla. Precatório é dívida feita há 10, 12, 20 anos, deles, que não pagaram e quiseram repassar para nós. Olha, mas ficaram R$17 milhões que nós parcelamos para a Assembléia. Parabéns ao Deputado Valter, com esse dinheiro vai pagar o Imposto de Renda dos Deputados estaduais lá de trás, quando denunciei a bandalheira que tinha naquela Casa. Mas a Assembleia economizou mais de R$100 milhões na mão do Presidente Neldir. Então, também não é resto a pagar. Mandaram-me um documento de R$169 milhões de restos a pagar, incluindo R$17 para a Assembleia, incluindo trinta e poucos milhões de reais em precatórios. Isso não é resto a pagar, Governador Confúcio. O senhor, infelizmente, está comendo pela mão de Secretários que não serviriam sequer para ser secretário do secretário. A minha equipe já está levantando todos os pontos. Mas vamos fazer aqui uma simplificação. Quero que vocês, que estão em casa, me acompanhem. No documento que mandaram para mim disseram que tínhamos deixado R$359 milhões em caixa. E que deixamos uma dívida de R$329 milhões. Então, R$359 menos R$329, sobrou dinheiro. Mas não vamos discutir isso não. Isso está no documento, Secretário da Fazenda, está no documento, Secretário da Casa Civil, está no documento, Governador Confúcio, que vocês mandaram para mim. Mas vamos fazer de conta que ficaram, na verdade, R$69 milhões.

Mas o que são essas contas? É alimentação de preso, de doente, é energia, é água, é luz, é telefone, que são ações continuadas, que só podem ser pagas no mês subsequente. Aí falaram, Sr. Presidente, que não podem pagar esses fornecedores porque não tem dinheiro. Mas quero lembrar ao povo do meu Estado, nestes 99 dias, amanhã são 100, é tudo sem, tudo sem, que, nesse tempo, no mês de janeiro do ano passado, arrecadou R$265 milhões de impostos no Estado de Rondônia, no mês de janeiro. No mês de janeiro deste ano, arrecadou 386 milhões. Olha o que estou falando para vocês. No ano passado, em janeiro, arrecadou R$265 milhões. Este ano, em janeiro, arrecadou R$386 milhões, R$121 milhões a mais. No mês de fevereiro, arrecadou mais R$121 milhões, não, R$101, somados R$101 com R$121 milhões dão exatamente R$222 milhões. É fácil. É só pagar as contas. Pague os fornecedores, pague os prestadores de serviços. Não tenho paixão por nenhum fornecedor ou prestador de serviço, mas tenho paixão pelo meu Estado, deste eu não abro mão. Porque a partir do momento, vocês que estão me assistindo – Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, todos os Estado de Rondônia –, que se cria o aspecto negativo e esse dinheiro deixa de circular, deixa de gerar emprego e imposto e cria-se o pessimismo nos empreendedores.

Presidente, todos os prestadores de serviços, todos os fornecedores do Estado são Governo. Se hoje estou no cargo, eles são Governo; se amanhã é você, Governador Confúcio, eles são você; se amanhã é o Vice, eles são o Vice; e se amanhã for o Pedro Taques, eles são Pedro Taques. Todos os prestadores de serviços, fornecedores, que vendem para o Governo, são Governo, por mais que tenham paixão política, mas são Governo, porque sobrevivem e trabalham, querem fazer e querem receber. Com o que eu não posso concordar é com a perspectiva que venderam para os nossos cidadãos rondonienses e não entregaram. E assim é na agricultura também. Estão tirando o estímulo dos nossos produtores. Tem muito produtor perdendo a safra de arroz, soja, por falta de estradas.

E, por falar em estradas, vi, há poucos dias, a equipe do Governador inaugurando a segunda... inaugurando não, a Residência do Alvorada, Deputado Luizinho, você que trabalhou lá, e hoje é Deputado Estadual pelo segundo mandato, deu o exemplo de trabalho. Quando assumimos, não tinha nenhuma máquina. Tudo em cima do cepo, pegamos máquinas dos outros, arrumando emprestado. A Residência da Alvorada já está aberta há muito tempo. Eu nunca trabalhei defendendo maquinas na Residência.

Eu vou pedir para o Sr. Presidente mais uns 10 minutos de acréscimo hoje, como compensação para os assuntos que tenho de colocar em pauta ainda.

Mas, aqui, eu quero dar um exemplo. É exatamente do que o povo precisa. O povo precisa dos equipamentos, Senador Pedro Taques, Presidente, das máquinas nas estradas, recuperando-as e arrumando-as, não em residência desfilando. Mas essas máquinas que levaram para o Alvorada, Sr. Prefeito, o senhor que criticou, que falou mal do seu ex-companheiro aqui, essas máquinas fui eu quem comprei, porque o Estado não tinha nenhuma. Ao mesmo tempo, foi na Prefeitura de Alvorada que eu fiz parceria, para limpar, cascalhar a cidade, arrumar as linhas, fazendo convênio, aumentando o asfalto, recapeando o asfalto. Não posso concordar quando, em pleno mês de janeiro e fevereiro, diz o Diretor do DER, diz o Governo que economizou R$3 milhões com as máquinas paradas. Tinha de ter gastado R$6 milhões, mas as estradas de qualidade. Deixaram as máquinas paradas, máquinas existem; máquinas não haviam na época de vocês, não haviam equipamentos, vocês acabaram e vão acabar com essas também. E aí eu vejo, com tristeza, as nossas estradas se acabando; são várias estradas. Colocaram os bandos de puxa-sacos, os políticos aliados sem competência nenhuma, que muitas vezes não entendem o que é uma troca de óleo de um carro, para cuidar de residência, para cuidar das Secretarias Regionais. Nós dávamos manutenção nas viaturas da polícia, trocávamos uma fechadura, trocávamos uma caixa de água, trocávamos uma caixa de descarga, trocávamos vidro. Colocaram só pessoas... Eu acho que o Governador tinha de fazer o contrário, tinha que bater uma foto das pessoas e colocar num quadro na parede, que, talvez, a despesa fosse menor.

Mas, tudo bem, é outra administração. Essa administração não me pertence. É como diz o ditado: "Isso não lhe pertence mais, Ivo Cassol".

Mas eu estou aqui no Senado, estou com o estilingue na mão, jogando pedrinha no telhado dos outros. É o que a Oposição fez comigo o tempo inteiro. Foram oito anos. Essas mesmas pessoas, Sr. Presidente, vieram aqui no Superior Tribunal de Justiça, anos atrás, pedir o meu afastamento e minha cassação. Não bastasse, eu sirvo de exemplo para o Brasil. Eu fui o único Governador autorizado por uma Casa Legislativa, pela Assembleia Legislativa, a ser processado. E processo foi feito para homem. E eu estou provando a minha inocência em várias instâncias e vou buscar como cidadão. Mas quero aqui fazer um agradecimento ao povo do Estado por sempre estar orando para que possamos, juntos, fazer uma Rondônia cada vez melhor.

Mas não são só as estradas que estão sem. Olha que são 100 amanhã, gente, amanhã são 100 dias. Amanhã, dia 9 de abril, são 100 dias de governo. Bom, já está sem saúde, quer dizer, está com as dificuldades que estão aí, sem as promessas cumpridas, a segurança está sem. O povo já está me ligando, Governador. Secretário, o povo está ligando para cá! Não tem contato. Por que comigo dava certo? Porque os Secretários ligavam para mim e eu atendia imediatamente. O Secretário Regional ligava para mim. Eu despachava toda semana, não dava moleza. Mas hoje, na verdade, virou um cabide de emprego.

Mas vamos agora falar um pouco da educação. Eu ouvi o Senador Cristovam Buarque, que foi Ministro da Educação, falar agora há pouco sobre as dificuldades do Estado. Quero aqui deixar o meu abraço a todos os professores, a todo o pessoal de apoio, da educação no Brasil e no Estado de Rondônia. Tive divergência, sim, mas não foi com o pessoal da educação. Tive divergência, sim, com o Sindicato, o Sintero, que, na verdade, em vez de defender os servidores públicos, defendia uma sigla partidária, e sempre foi assim. Essa foi a minha briga. Agora, quero aqui mexer com os brios dos professores. Na época, lá atrás, incorporei 33% de gratificação no salário deles, e o Sintero, a Presidente Claudir, mandou um documento dizendo que com 4% de aumento estaria satisfeito o setor de educação, além da incorporação dos 33%. Mas fiz o contrário, dei 4,5%, 0,5% a mais.

(Interrupção do som)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Uns dez minutos está bom, Sr. Presidente. O Aécio Neves, nosso colega, conseguiu cinco horas. Eu, com duas horas, dou-me por satisfeito. Mas quero dizer que, além dos 4,5% que dei a todos os servidores no ano passado, fiz algo diferente. Junto com a Secretária de Educação, a professora Marli, dei mais R$ 200,00 de gratificação para cada professor. Dei um aumento de 18,48% para todos os professores que estivessem na sala de aula e, mesmo assim, fui crucificado. Agora, deixo aqui para toda a área da educação do Estado de Rondônia: vimos, poucos dias atrás, darem um aumento de 28% para o secretariado; vimos, pouco tempo atrás, um aumento para o governador de não sei quantos por cento, e o Sindicato vai trocar em troca de uma portaria? Vai continuar em troca de um cargo? Vai continuar em troca do quê? E a promessa que fizeram para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para a educação? Cadê o aumento? Estão só aumentando os cargos, que já tinha demais. Eu já tinha criado o bastante. A exemplo de Brasília...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – A exemplo de Brasília, Sr. Presidente, na Secretaria de Representação de Brasília, tinha treze cargos, na época em que fui Governador. Eu só tinha sete pessoas nomeadas, seis cargos vazios, e no Estado de Rondônia não é diferente. Cargos, estão criando bastante. Quero aqui aproveitar porque queria que o Governador Confúcio estivesse me assistindo, a equipe dele, porque quero ajudar, Confúcio, quero fazer diferente do que vocês fizeram comigo. Sei que você autorizou a sua equipe a fazer uma reforma administrativa. Da maneira como está sendo conduzida, vai ser um desastre. O senhor está deixando para cada secretário fazer com sua pasta o que quer. E aí, quem vai pagar a conta são vocês, servidores, é o povo do Estado de Rondônia, porque quantas e quantas vezes vinha pedido de meus secretários colocando cargos em excesso, querendo colocar apadrinhado. E eu botava eles no toco. E a reforma administrativa, acompanhava passo a passo. Mandei, na época, mais de três mil pessoas embora no meu Estado, e boa parte das pessoas que mandei embora não trabalhava. Isso foi logo no começo, quando assumi, sem barulho, sem escândalo. Pessoas que viviam encostadas em político a, b ou c.

E nesses dias, Sr. Presidente, assisti a uma matéria sobre o Senado, toda a mídia nacional mostrou, o Jornal Nacional, mostrando servidor que vinha aqui, batia o ponto e ia embora. Eu pedi para o Presidente Sarney: nomeie a mim e me dê um cargo aqui para acompanhar, para fazer esse trabalho junto a esta Casa, valorizar quem trabalha, quem continua, quem presta serviço. Mas temos que dar um basta de toda semana, todo mês, estarmos sendo chacota de apresentadores de televisão e de rádio.

Fiz isso no Estado, como governador. "Ah, mas você vai criar...", eu só quero criar confusão com preguiçoso, com vagabundo, com quem quer ganhar sem trabalhar. Com quem trabalha, pode ficar tranquilo. Esses não vão ter dor de cabeça. Esses podem ficar sossegados. Aqui se tem medo até de dar uma hora extra para os servidores que acompanham os Senadores até 10, 11 horas da noite. Mas por quê? Porque no passado pagavam pessoas que não trabalhavam. Até no carnaval, na Páscoa, o cara ganhava hora extra aqui! Isso é caso de polícia! Agora, trabalhou, tem que ganhar. Eu defendo assim, independente de cores partidárias. Não é que eu seja polêmico não, gente. Nada disso. É que o dinheiro é público e, por ser publico, nós temos que pegar em cima com mais garra do que se fosse o nosso. Nós temos que brigar por isso, para que possamos servir sempre de modelo, de exemplo nacional.

Por isso, Sr. Presidente, falei de educação no meu Estado, da dificuldade que tem e do que precisa melhorar, e do que esta Casa precisa fazer para contribuir para que os nossos professores do Brasil inteiro possam ganhar melhor. Mas, infelizmente, amanhã se completam cem dias de governo e já estamos sem merenda nas escolas do meu Estado. Já estão fazendo bingo, estão fazendo vaquinha para poder comprar merenda.

Governador Confúcio, tome providência urgente. Pegue a sua equipe e dê condições. Mas, para isso, o senhor precisa saber quanto o Estado arrecada, o senhor precisa acompanhar passo a passo para que o Estado possa continuar crescendo, progredindo, desenvolvendo, e que esses cem dias não fiquem sem esperança, para que esses cem dias não fiquem sem...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É porque está-se colocando um minuto só. Se colocarem dez minutos, com certeza, Sr. Presidente, vai dar certo.

E eu sou modesto. O grande Governador Aécio Neves – o povo está me assistindo – um grande líder, ocupou esta tribuna e quebraram o Regimento, dando para ele cinco horas de tribuna. Eu não quero cinco horas não, gente, eu troco só por essa meia hora aqui, eu já me dou por satisfeito.

Mas eu quero aqui só dizer que esses cem dias estão ficando sem esperança por parte da população de Rondônia, porque esses cem dias estão ficando sem perspectiva. Que a equipe que está no poder no meu Estado faça uma reflexão. Não venha aqui atender ao discurso do Senador Ivo Cassol. Nada disso. Eu venho aqui ...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Agora melhorou, agora colocaram cinco minutos, agora funcionou direto.

Mas eu venho aqui pedir para a equipe ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Mas a máquina calculadora aqui está contando todos os acréscimos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Que beleza! Obrigado. Eu agradeço, Sr. Presidente, a sua compreensão;

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Já chegamos a trinta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Trinta? Que maravilha! Eu fico feliz, então vou já para o encerramento.

Quero aqui pedir para a equipe do Governo que não perca os recursos que nós conseguimos com tanta dificuldade. Estive esta semana com o Senador Raupp,

porque estamos fazendo um trabalho integrado aqui nesta Casa, e pedi para ele que interviesse junto ao Governo do Estado, Sr. Presidente, que não perdesse os R$650 milhões que conseguimos num acordo das usinas com, na época, a ex-Ministra da Casa Civil, a mãe do PAC, Dilma, hoje a nossa Presidente Dilma Rousseff. Não percam esse dinheiro!

Nós precisamos que seja nomeado urgentemente alguém do governo do Estado, que se sente à mesa e tenha conhecimento de todo o procedimento que tem que ser feito; precisamos urgentemente que tirem as pendências existentes. Dizem: "Ah, mas está faltando parte do projeto". A parte da Região Norte está pronta, mas precisamos de alguém que conheça para vir aqui e tirar as pendências que existem tanto no Tribunal de Contas como no Ministério da Cidades. O Ministério das Cidades que é do nosso Partido, eu fiz parte da indicação do Ministro Mário Negromonte e de toda a equipe.

Como cidadão rondoniense, não queremos perder nenhum recurso!

Da mesma maneira, estaremos, no próximo dia 16, na cidade de Vilhena, com o Prefeito José Rover, às cinco horas da tarde, dando a ordem de serviço, numa emenda dos Deputados e Senadores, comandado pelo Deputado Natan e pelo Senador Valdir Raupp, que está empenhada e documentada, e hoje tem a ajuda deste Senador, para que seja liberado esse recurso e para que a Avenida Tancredo Neves como as demais avenidas sejam pavimentadas e feito o saneamento, para dar condições de vida melhor para o povo de Vilhena.

Mas, ao mesmo tempo, quero aqui pedir à população de Jaru,... Quando era governador, colocamos uma equipe para fazer projetos tanto para Ariquemes, R$19 milhões, para Jaru, R$44 milhões para saneamento básico e mais R$$11 milhões para água tratada, como para a cidade de Rolim de Moura, R$36 milhões. Por interesses escusos de alguns, infelizmente estão perdendo esse dinheiro. Ji-Paraná, senão me engano, mais trinta e poucos milhões de reais. Rolim de Moura está privatizando o saneamento, vai perder R$$36 milhões a custo zero, de graça. Não é a fundo perdido, porque fundo perdido é quando se perde e não se acha mais. É a fundo achado. Há dificuldade para achar no Ministério, e, quando se acha, os políticos da região não querem. Foi o trabalho que fiz como Governador à época. Está perdendo R$36 milhões. Ariquemes está perdendo R$19.

Eu queria pedir ao Prefeito Jean, de Jaru, aos Vereadores, ao Vice-Prefeito Flávio, à sociedade de Jaru, à Associação Comercial, à Associação dos Produtores Rurais, ao Lions, ao Rotary, à Maçonaria: são R$55 milhões a fundo "achado". É só aprovar na Câmara Municipal, repassar a exploração para a Caerd, empresa estadual que nós tentamos resgatar, e dar condições para que não se perca esse dinheiro e tenha uma vida digna esse povo. Portanto, com a participação da sociedade!

Não percam esse dinheiro, gente! É tão difícil conseguir! Já está no PAC 2. Está tudo pronto. É só autorizar. É só aprovar. Dizem: "Mas e se eles não aplicarem, se o Governo do Estado não aplicar?" Volta a concessão para o Município, e está tudo bem.

Façam uma emenda, Vereadores, mas não percam esse dinheiro. Não o façam por mim, mas por vocês. Quem é candidato ano que vem? Não serei eu. São vocês, na cidade de vocês.

Por isso vim à tribuna nesta sexta-feira agradecer o carinho especial do povo do meu Estado e pedir à população que continue orando, continue rezando, pedindo sempre a Deus que me ilumine, que me proteja e que me guie nas minhas caminhadas, porque aqui estarei defendendo o interesse do povo brasileiro, o interesse do povo do meu Estado.

Um abraço.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ivo Casol.

Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago, do PMDB da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, profissionais da imprensa e público presente, o Brasil está de luto. Esse luto nos deixa tristes como estão tristes todos aqueles que acompanharam e tomaram conhecimento do fato ocorrido no Rio de Janeiro.

No *blog* Palavra Plena, do Sr. Antonio Carlos Costa, Presidente do Rio de Paz, ele escreveu, Sr. Presidente, um trecho, digo até um resumo do que ocorreu no Rio de Janeiro. Diz o seguinte:

Massacre de Realengo: por que é tão fácil matar?

O Rio de Janeiro amanheceu com gosto e cheiro de sangue. Vidas interrompidas onde esperava-se prepará-las para viver. Crianças mortas e feridas. Famílias devastadas. Obviamente há coisas urgentíssimas a serem feitas imediatamente:

Socorro às vítimas que sobreviveram, e parentes, doação de sangue e expressão

pública de tristeza. Sim, todos temos que nos juntar aos enlutados, demonstrando solidariedade. Chorando com eles.

Urge também, entretanto, que as causas dessa tragédia, em especial os meios encontrados pelo assassino para destruir vidas inocentes, sejam esclarecidas [especificamente à população brasileira]. Jamais conheceremos a mente do rapaz de modo perfeito. Como penetrar [é a pergunta que se faz] em tamanha escuridão? Mas sabemos que todo o seu plano diabólico só pode ser levado a cabo por dois motivos:

1. Não havia segurança adequada para uma escola municipal repleta de crianças numa área reconhecidamente violenta. É assim que queremos os nossos filhos em sala de aula? [É a pergunta que se faz.]

2. A facilidade com que se consegue arma e munição [neste País] é a causa principal do ainda altíssimo índice de homicídio do Estado do Rio de Janeiro [e em outras partes do território nacional]. Quais os principais responsáveis pelo tráfico de arma e munição [pelo Brasil afora? É mais uma pergunta que se faz, Sr. Presidente].

Sem tratarmos desse dois graves problemas, continuaremos a enterrar vidas humanas que mal chegaram a desabrochar [enfim, parte da população], para a dor incurável e sofrimento indizível de pais, mães, irmãos, [amigos e parentes próximos; é um trauma, enfim, para toda a população brasileira].

Era o registro, Sr. Presidente, no primeiro instante, que eu gostaria de fazer. Peço a V. Exª que seja publicado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, outro ponto para o qual eu gostaria da atenção de V. Exª e dos demais Pares.

Quero destacar, no dia de hoje, a importância da Defensoria Púbica da União e das Defensorias Públicas de todos os Estados da Federação no atendimento à população carente, especificamente, que é a sua missão.

Todos nós temos conhecimento, Sr. Presidente, de que a Constituição de 1988 não só criou a Defensoria Púbica da União como também criou a Defensoria Púbica dos Estados, ficando a critério dos Estados da Federação, por meio de repetição daquilo que determinou a Constituição Federal, incluí-las nas suas próprias constituições estaduais.

Por essa razão é que foram criadas Defensorias Públicas em quase todos os Estados da Federação. Apenas um Estado hoje não tem Defensoria Púbica ainda criada, e está atendendo a classe mais pobre do País no que se refere à assistência jurídica gratuita, por intermédio de convênios com a OAB e nomeações de advogados ou causídicos provisoriamente.

Em 2009, o Congresso Nacional aprovou a criação de 230 novas Varas da Justiça Federal, a serem instaladas na proporção de 46 Varas ao ano até 2014.

Participei, como Deputado Federal, Sr. Presidente, da discussão e da aprovação dessa proposta, consequência do reconhecimento de todos nós da necessidade de se criar essas Varas e dar um incentivo maior no que se refere à interiorização da Justiça em todo o Brasil. A proposta foi de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, e o Congresso Nacional a transformou, no ano de 2009, na Lei nº 12.011.

Um pouco antes, em 2003, o Congresso Nacional já havia aprovado a criação de outras 183 Varas da Justiça Federal por meio da Lei nº 10.772.

Desde então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cresceu bastante o processo de interiorização da Justiça Federal, que agora será intensificado com mais essas 230 novas Varas em fase de implantação em todos os Municípios designados pelo Supremo Tribunal Federal e pela lei que as criou.

Atualmente, já há 743 Varas Federais instaladas no País. E todos querem que esse número seja ampliado por conta da necessidade de termos mais Varas Federais e, assim, proporcionar melhor atendimento à população com assistência jurídica gratuita. Todos assim querem, Sr. Presidente, porque isso significa que a Justiça estará se aproximando daqueles que dela necessitam a toda hora e a todo instante de suas vidas.

Com mais órgãos jurisdicionais no interior, o cidadão terá mais facilidade para saciar sua fome de justiça, porque agora não precisará mais se deslocar para uma capital para iniciar um processo judicial – refiro-me ao caso específico da Justiça Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como sabemos, a Justiça Federal é responsável pelo julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés.

Sabemos também que uma Vara Federal, ao ser implantada numa cidade do interior, traz consigo outros órgãos federais, tais como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Receita Federal, a Advocacia Geral da União e a Defensoria Púbica da União.

É neste ponto que eu gostaria de chegar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Atualmente, a Justiça Federal está instalada em 175 cidades do interior do

País e, aparentemente, esse crescimento leva a crer que ela está realmente mais próxima do cidadão. Entretanto, penso que não adianta termos a estrutura da Justiça fisicamente presente em tantos lugares sem haver o acesso efetivo da população à prestação jurisdicional.

A Justiça só será realmente Justiça quando ela estiver ao alcance dos mais pobres. E os pobres só podem acessar seus direitos quando contam com o apoio de um defensor público. No caso da Justiça Federal, de um Defensor Público Federal e, no caso da Justiça Estadual, de um Defensor Público Estadual.

Sem a Defensoria Púbica, um pobre não tem instrumentos para reivindicar direitos junto ao Poder Judiciário.

O que acontece hoje é que a Justiça Federal se implanta numa cidade do interior, e a Advocacia Geral da União consegue chegar, o Ministério Público Federal também consegue colocar um representante para atuar em todas essas comarcas, mas sequer 20% dessas Varas Federais instaladas no interior do País já contam com um Defensor Público Federal. Da mesma forma acontece com as comarcas e com as Defensorias Públicas dos Estados da Federação.

São raros os Estados em que a Defensoria Púbica, Sr. Presidente, abrange todas as comarcas e, por essa razão, não atende toda a demanda da população. E o que acontece é que 90% dos feitos que tramitam na própria Justiça dos respectivos Estados são patrocinados por defensores públicos.

Isso é comprovado e o resultado consta no próprio relatório do Ministério da Justiça, segundo o qual o trabalho da Defensoria Púbica em favor do cidadão brasileiro mais pobre é essencial não só para o alcance e conquista dos seus direitos, como também para o seu próprio exercício de cidadania.

Vejam a disparidade. No caso da Justiça Federal, são cerca de 175 cidades do interior com ao menos uma Vara da Justiça Federal, enquanto a Defensoria Púbica da União alcança pouco mais de 30% dessas cidades interioranas.

O mesmo, Sr. Presidente, dependendo do Estado, acontece com as Defensorias Públicas Estaduais. Quem perde com isso é a população mais carente, quem perde com isso são aqueles que precisam de um patrocinador, de um advogado para reclamar os seus direitos, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual.

Sr. Presidente, eu sou advogado e também Defensor Público no meu Estado, a Paraíba. Só quem esteve num serviço público de Defensoria, ou também quem acompanha, no dia a dia, a magistratura e o Ministério Público, pode entender o sofrimento das pessoas pobres que buscam justiça. E eu conheço de perto, como tantos outros, a fome do povo por direitos num País tão desigual como o nosso.

Na Câmara dos Deputados, fui Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer ao projeto de lei complementar da conhecida Lei Orgânica da Defensoria Púbica. Também sou autor da PEC que solicitou, naquela Casa, o fortalecimento da Defensoria Púbica, inclusive com melhoria salarial. Por isso, tenho autonomia para falar neste assunto, por conviver com ele no dia a dia como Defensor Público. Estou afastado dessa missão tão honrosa há 17 anos em decorrência de ocupar cargo legislativo. Mas, graças a Deus, durante o tempo em que passei na Defensoria Púbica, jamais deixei de reconhecer a importância daquele órgão e a missão dos defensores públicos de salvar os direitos dos menos favorecidos deste País, já que, na maioria das vezes, são negados, são esquecidos e são jogados na gaveta, e anos e anos se passam sem serem reconhecidos.

Estou certo de que aqui, no Senado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assim como fui na Câmara dos Deputados, sou mais do que tudo um Defensor Público do meu Estado, a Paraíba, e também dos interesses da minha terra e dos interesses do Brasil.

No entanto, aquele Defensor Público Estadual continua vivendo dentro de mim. Eu sei o quão importante é a justiça que chega no momento certo para qualquer uma das populações carentes deste País.

Ora, Sr. Presidente, na "Oração aos Moços", Rui Barbosa já disse que a justiça quando não é justa comete, mais uma vez, injustiça com as pessoas. O que diria então Rui Barbosa sobre a falta de acesso de multidões de pobres à própria justiça!?

É na Justiça Federal, é na Justiça Estadual, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o pobre consegue garantir acesso a medicamentos para uma doença grave ou rara que nem o SUS consegue fornecer. Ai de grande parte da população brasileira, se não fosse a Defensoria Púbica reivindicar os direitos dos pobres em muitos dos recantos deste País, até o próprio medicamento e os direitos elementares do cidadão comum e pobre deste País! Imaginem se não fosse a Defensoria Púbica conclamando, reivindicando os direitos dessa população.

É na Justiça Federal e também na Estadual que o trabalhador explorado consegue ter direito à sua aposentadoria. Seja na esfera estadual, seja até no próprio auxílio-doença, no INSS, quantos e quantos milhares e milhões de pessoas não são atendidas neste País até com o auxílio-doença, ou até com a aposentadoria rural, ou qualquer uma das suas respectivas aposentadorias, que seus direitos deixaram de ser conquistados

ou assegurados administrativamente. Foi necessário que o defensor público recorresse à própria Justiça Federal ou Estadual, para assegurar o direito desse cidadão ou dessa cidadã.

É na Justiça Federal que os benefícios, no caso do INSS, assistenciais do idoso – também na Justiça Estadual – ou do deficiente são garantidos, por meio dessas proposituras, dessas petições, dessas ações ali impetradas pelos defensores públicos. Sem o apoio de um defensor, esses benefícios com certeza poderiam não chegar, porque a Justiça não teria como reconhecer essas demandas se não fossem provocadas. Por isso, Sr. Presidente, a necessidade é a única forma de se atender à população de forma geral no que se refere aos mais carentes. Imagine os milhões de brasileiros que são dependentes, carentes e estão abaixo do índice de pobreza, já que a própria Lei Orgânica da Defensoria Púbica e também os limites determinados por ela permitem ao trabalhador brasileiro até dez salários mínimos ter direito à Justiça gratuita, não só custeada pelo Estado, como também pela própria União, para defender e reivindicar os direitos de qualquer cidadão que precisa, sim, do apoio da Defensoria Púbica, em que, com certeza, estão sendo negados seus direitos no momento e na hora em que ele está reclamando.

Não só direito a advogados, mas, além de tudo, direito às custas processuais, às custas judiciais, que são elevadíssimas na grande maioria dos Estados da Federação, que é um assunto que temos de debater nesta Casa, Sr. Presidente.

Nós não podemos permitir. O Conselho Nacional de Justiça, os próprios tribunais superiores, a maioria deles já se levantou contra esse excesso de cobrança de custas judiciais que inibe o cidadão de comparecer à Justiça. Inibe e até distancia o cidadão da Justiça, já que em muitos dos Estados da Federação as custas judiciais chegam a ser cobradas, ou custa ao impetrante de qualquer ação em torno de 10% do valor total da causa. E muitos, a grande maioria, não têm condições de arcar com esses custos, que de fato são essenciais para que se assegure o próprio direito.

Então, essa razão é mais um motivo da necessidade, além de tantos outros, de não só baixar as custas judiciais neste País, para que todos, mesmo os que podem pagar, tenham acesso à Justiça no que se refere à impetração de ações de direitos até então considerados negados administrativamente.

Mas o que nos interessa, Sr. Presidente, é que a Constituição brasileira reconhece expressamente a Defensoria Púbica como instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Justamente por essa razão, no âmbito do sistema da Defensoria Púbica, todas as defensorias públicas, inclusive as estaduais e digo até também a Federal, precisam ser fortalecidas para que lá haja defensores públicos cada vez mais preparados, cada vez mais incentivados, por meio das suas conquistas salariais garantidas para defender os interesses da classe mais pobre deste País.

Há, no entanto, uma fragilidade ainda maior na Defensoria Púbica da União, que hoje está presente em menos de 20% das Varas Federais do interior deste País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o segundo pacto republicano, assinado em 2009 pelos chefes de poder da República, consolidou o ideal de uma justiça mais acessível à própria população brasileira. Nesse sentido, estava lá a previsão para o fortalecimento da Defensoria Púbica e dos mecanismos destinados a garantir assistência jurídica integral aos mais necessitados em todos os recantos deste País.

Precisamos, no entanto, fazer mais e muito mais. Ainda há Estados da federação que não criaram suas defensorias públicas estaduais, muitos deles gastam muito mais com advogados ou com convênios, alguns com a própria OAB dos seus respectivos Estados, deixando de dar este poder, de dar este direito à população mais carente e, felizmente, apenas um deles ainda não implantou. O penúltimo foi o Estado de São Paulo, que pagava honorários altíssimos a advogados conveniados pela OAB e reconheceu que a criação da Defensoria Púbica para atender à população daquele Estado era menos oneroso para o próprio Estado do que custear e conveniar advogados pagos ou conveniados com o próprio Estado.

Precisamos, no entanto, Sr. Presidente, fazer muito mais. Precisamos, além de tudo, ou por tudo isso, realizar aquilo que a população brasileira espera desta Casa, espera de todos nós e, além de tudo, espera da Presidenta da República e também dos presidentes dos tribunais superiores, para serem parceiros desta causa, causa esta que se refere ao fortalecimento da Defensoria Púbica.

Não se justifica, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que de fato se crie Varas e mais Varas e também se fortaleça o Poder Judiciário e também o Ministério Público sem fortalecer a Defensoria Púbica, já que os três para a sociedade só têm sentido se o tripé criado pela Constituição Federal e considerados como serviços essenciais da própria Justiça, a Defensoria Púbica seja reconhecida como essencial pelos tribunais superiores, pelo Ministério Público e, além de tudo, reconhecida, como já é, pela própria sociedade brasileira.

Peço, Sr. Presidente, ao Poder Legislativo que lidere a apresentação de propostas, todos nós tenhamos condições de liderar propostas fundamentais para o fortalecimento da Defensoria Púbica, se Deus quiser,

nos próximos anos, para, pelo menos, chegarmos ao terceiro pacto da República que garanta mais acessibilidade à Justiça aos mais vulneráveis desta sociedade. Nesse sentido, portanto, vamos convocar os demais Poderes a fortalecer e a dar autonomia à Defensoria Púbica da União e às Defensorias Públicas dos Estados, e, assim, alcancem essa população tão necessitada de Justiça. De fato, é para isso que apelamos.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª a compreensão de discutirmos este tema, este assunto e de reconhecermos, como já é reconhecido em todos os momentos em que estes assuntos são discutidos nesta Casa e também no Congresso Nacional, a importância de termos condições de construir uma sociedade mais justa e com seus direitos assegurados. Esses direitos só serão preservados e garantidos se fortalecermos a Defensoria Púbica, para, com isso, a interiorização da Justiça ser repleta e completa, se a Justiça Federal for implementada e fortalecida, se o Ministério Público for fortalecido e também a Defensoria Púbica defender os interesses da grande maioria da população deste País, que é a classe mais pobre.

Vamos, se Deus quiser, dar continuidade deste tema em outra oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Wilson Santiago, os cumprimentos da Mesa pelo seu brilhante pronunciamento.

Informo a V. Exª que, na próxima quarta-feira, haverá uma audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, para tratar com juízes federais de assuntos que dizem respeito à constitucionalidade. Creio que, pela importância com que V. Exª tratou, hoje, desse assunto relacionado aos Defensores Públicos, aos advogados dos pobres, possa também ter interesse em participar.

Muito obrigado por sua participação com esse pronunciamento de grande importância na manhã de hoje, aqui, no Senado Federal.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência encerra os trabalhos da sessão de hoje, lembrando que, pela TV Senado, somos acompanhados por todos os Estados brasileiros, seja em canal aberto na TV Senado, seja através de parabólica. Então, damos um alô especial a todos os Estados brasileiros, às pessoas que estão nos acompanhando, sempre em nome de toda equipe técnica e dos jornalistas da TV Senado que fazem esta transmissão.

Damos um alô especial ao Estado do Paraná, para as cidades de Campo Mourão e de Luziânia, onde há muitas pessoas nos acompanhando agora, e, em especial, ao Estado do Acre também, onde hoje o Senador Tião Viana se encontra no interior do Estado, no Município de Santa Rosa, no Alto Purus, na fronteira com a República Federativa do Peru, onde acontece uma série de atividades do Governo do Acre.

E também fazemos uma saudação especial a todo o povo do Acre que nos acompanha pela TV Senado, seja pelo canal aberto em Rio Branco, no canal 16, seja pela parabólica em todos os outros Municípios do Estado.

Então, os nossos agradecimentos e a convocação para a próxima sessão, em horário regimental, na segunda-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebi a edição especial do Jornal do Incra, editado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no qual é apresentado um amplo e preciso balanço sobre suas atividades.

Ao longo de suas páginas, toma-se conhecimento de cada uma das múltiplas facetas da ação governamental em favor da reforma agrária em nosso País, nos últimos 8 anos.

Não pretendo, neste breve pronunciamento, ficar recitando números, mas é preciso admitir que eles se tornam indispensáveis para evidenciar o sério e profícuo trabalho conduzido pelo presidente Rolf Hackbart e sua grande equipe no Incra.

Assim, vejamos:

No período compreendido entre 2003 e 2010, o volume de terras para fins de reforma agrária registrou um crescimento de 129%, permitindo ao País contabilizar hoje um total de 85,8 milhões de hectares incorporados, nos quais se distribuem quase 9 mil assentamentos, abrigando perto de um milhão de famílias brasileiras.

No que se refere à regularização fundiária, passo essencial para que os pequenos produtores se fixem na terra com segurança jurídica, foram emitidos títulos de propriedade para 167 mil famílias, representando um investimento de R$ 82 milhões.

Em observância a mandamento constitucional, o Incra viabilizou a instauração de quase 1.000 processos de regularização de comunidades quilombolas, grupos étnicos em que predominam comunidades negras rurais e urbanas.

Além dessas ações, nos últimos 8 anos o Instituto atuou fortemente em aspectos infraestruturais da refor-

ma agrária. Assim, mais de 145 mil famílias ganharam acesso à água, enquanto 218 mil famílias passaram a desfrutar dos benefícios da energia elétrica.

Com o objetivo de assegurar o acesso aos assentamentos, o Incra executou 53 mil quilômetros de obras em estradas vicinais, ligando as comunidades assentadas aos centros de consumo.

Em termos de habitação, foram construídas ou reformadas cerca de 405 mil moradias em áreas de reforma agrária. O crédito para aquisição de material de construção foi ampliado em 384%.

Aspecto essencial em todo o projeto de reforma agrária, a assistência técnica aos pequenos agricultores alcançou 295 mil famílias, a partir da atuação do Ates – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental.

Na educação, foram atendidos pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) 346.629 jovens e adultos, inclusive em estudos de pós-graduação, em nível de especialização.

De tudo o que se vê no relato produzido pelo Incra sobre suas ações nos últimos 8 anos, o que mais impressiona e sensibiliza é a clara e indesmentível promoção social dos assentados.

É que a conquista da terra, por meio da reforma agrária, tem-se mostrado instrumento fundamental no combate à pobreza, levando qualidade de vida aos brasileiros que vivem e produzem no meio rural.

Sr. Presidente, quero externar meus parabéns ao Incra e aos milhões de brasileiros que se beneficiam de suas ações.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta oportunidade, gostaria de unir minha voz aos milhões de vozes que, em todo o planeta, comemoram, na data de hoje, o Dia Mundial da Saúde.

Em 1948, a recém-criada Organização Mundial da Saúde (OMS), agência subordinada à Organização das Nações Unidas, instituiu o dia 7 de abril como o Dia Mundial da Saúde, a ser comemorado por todas as nações como uma ocasião privilegiada para a reflexão sobre a saúde humana e os principais desafios enfrentados por aqueles que lutam pelo bem-estar físico e mental das pessoas.

O tema escolhido pela OMS para pautar as comemorações deste ano foi "A Resistência aos Antimicrobianos e Sua Disseminação Global". Mais uma vez, a OMS demonstra uma grande sensibilidade em definir o foco dos debates realizados por ocasião do Dia Mundial da Saúde e nos convida a voltar nossa atenção para um assunto cuja importância fica mais evidente a cada dia.

De fato, Sr. Presidente, a resistência aos antibióticos e antimicrobianos é um fenômeno que repercute em várias dimensões.

A mais óbvia delas são os efeitos deletérios do uso irracional de antibióticos e da automedicação. A resistência microbiana desenvolvida por aqueles que abusam desse tipo de medicação é um problema de todos, pois a disseminação dos patógenos resistentes é um fenômeno que não respeita os limites dos corpos nem das fronteiras nacionais.

A dimensão econômica da resistência aos antimicrobianos também não deve ser desprezada, dados os bilhões de dólares gastos mundialmente para enfrentar o problema. A questão movimenta os governos e os departamentos nacionais de saúde de vários países, que vêm buscando harmonizar suas políticas públicas de modo a enfrentar conjuntamente este que é, definitivamente, um problema supranacional.

Essa harmonização das políticas públicas compreende a aplicação de diversas medidas. A mais visível talvez seja o controle da prescrição de medicamentos antimicrobianos, assunto que é tratado de maneiras diferentes em cada país.

Na maioria dos países ocidentais, a prescrição desses medicamentos, a rigor, só pode ser feita por médicos, dentistas, veterinários e outros profissionais da saúde humana e animal devidamente licenciados para tal.

Na Europa e nos Estados Unidos, é obrigatória a apresentação de licença médica para a aquisição desses medicamentos. Na América Latina, apenas dois países – El Salvador e Honduras – dispensam a apresentação de receita médica na venda de antimicrobianos. Nos demais países do subcontinente latinoamericano, a apresentação da receita é exigida, e no Brasil vamos um pouco além, pois nossa legislação determina que a receita médica deve ficar retida na farmácia.

Esse controle, que em tese é bastante eficiente, tem sido insuficiente, na prática, para combater o mal da resistência aos antimicrobianos. É comum, inclusive nos países desenvolvidos, a prática da venda descontrolada desses medicamentos. Há relatos de que a venda sem prescrição é fenômeno relativamente comum em países como Portugal e Espanha. No Brasil, volta e meia somos surpreendidos por denúncias veiculadas pela imprensa que mostram situações em que antibióticos são vendidos ilegalmente, sem retenção nem apresentação de receita.

São situações como essa, Srªs e Srs. Senadores, que têm preocupado as autoridades da área da

saúde em todo o mundo. Na Europa, por exemplo, comemorou-se, em novembro passado, o Dia Europeu dos Antibióticos, ocasião em que várias providências foram tomadas e defendidas para combater a resistência aos antimicrobianos.

No Brasil, nossas preocupações passam pelo controle mais efetivo da compra e venda de antibióticos nas farmácias, é claro – houve providências recentes da ANVISA nesse sentido –, mas também por vias menos visíveis e menos óbvias pelas quais se dá a disseminação do problema. Exemplo disso é o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2009, de autoria do médico e então Senador Tião Viana, que propõe a proibição do uso não terapêutico de antimicrobianos em animais. Seriam absolutamente inúteis quaisquer medidas para controlar a venda de antimicrobianos para uso em humanos sem o devido controle do uso desses medicamentos em animais destinados à indústria alimentícia. O projeto tramita atualmente na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa e merece toda a nossa atenção.

Assim sendo, Sr. Presidente, a OMS foi extremamente feliz na escolha do tema deste ano. Trata-se de um problema sério, grave, que cresce visivelmente, que não respeita fronteiras nacionais e que afeta, igualmente, países ricos, pobres e emergentes. Que a ocasião nos faça refletir sobre o papel que podemos desempenhar nessa luta pela saúde e pelo uso responsável e racional dos medicamentos antimicrobianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão à 13 horas e 24 minutos.)

ATA DA 28ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE MARÇO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 36**, de 17 de março de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 7041, 1ª coluna, republique-se o Requerimento nº 232, de 2011 (publicado, por erro gráfico, à página 7040), após o seguinte texto:

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2011

Senhor Presidente, requeiro nos termos dos Artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado voto de Solidariedade ao povo japonês pela calamidade que assolou o País.

Requeiro ainda que este Voto seja encaminhado às seguintes autoridades:

1. Sua Majestade o Imperador **AKIHITO**;
2. Exmº Sr. **NAOTO KAN**. Primeiro-Ministro do Japão;
3. Exmº Sr. **AKIRA MIWA**, Embaixador do Japão no Brasil.

O Brasil e o Japão tecem ao longo do tempo uma convivência de muita amizade, por isso, Senhoras e Senhores Senadores, não poderíamos furtar-nos de prestar nossa solidariedade ao povo japonês pela catástrofe ocorrida no dia 11/03.

Em vista desta história que se inaugurou com o desembarque de imigrantes japoneses em Santos, a bordo do vapor Kasato Maru em 18 de junho de 1908, como Vice Presidente da Frente Parlamentar Brasil - Japão e, em especial, diante da relação Pará-Japão instaurada nos anos 20, é que peço a meus Pares o apoio para a aprovação deste Voto de solidariedade. Obrigado.

Sala das Sessões em de março de 2011

Senador Flexa Ribeiro

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

ATA DA 29ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE MARÇO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 37**, de 18 de março de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 7237, 2ª coluna, republique-se, na íntegra, a **Consulta nº 2, de 2011**, para fazer constar o título da proposição:

Consulta nº 2, de 2011

QUESTÃO DE ORDEM

(do Líder do PMDB – Senador Renan Calheiros)

Considerando a tramitação, no Senado Federal do PLV nº 04, de 2011, que dispõe sobre sanções disciplinares para violação de sigilo fiscal;

Considerando o questionamento deste Senador na Sessão Plenária de 15.03.2011 do Senado Federal e a informação da Presidente da referida Sessão, no sentido de que a "Mesa aguarda a formalização" desse questionamento;

Considerando o artigo 62 da Constituição Federal, que trata das Medidas Provisórias, os dispositivos da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, que versa sobre a tramitação das Medidas Provisórias, bem como os artigos 403 e seguintes do RISF, que dispõem sobre a Questão de Ordem;

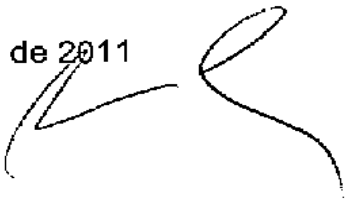
Considerando a necessidade de aperfeiçoamento do processo de tramitação das Medidas Provisórias no Congresso Nacional;

Considerando o princípio da segurança jurídica que deve nortear o processo legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional;

FORMULO A SEGUINTE QUESTÃO DE ORDEM:

É possível transformar o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 04, de 2011, em projeto de lei, após deliberação parlamentar acerca da admissibilidade da respectiva Medida Provisória?

Brasília(DF), 15 de março de 2011



ATA DA 32ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE MARÇO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 39**, de 22 de março de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 7567, por erro gráfico na cmenta do Parecer nº 44, de 2011:

Onde se lê:

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2210, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.

Leia-se:

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobrc o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.

ATA DA 34ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE MARÇO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 41**, de 24 de março de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 7938, 2ª coluna,

Onde se lê:

(Às Comissões de assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

Leia-se:

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, DESTINADA A ELABORAR UM ANTEPROJETO DE REFORMA POLÍTICA, INSTITUÍDA PELO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 24, DE 2011.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 29 de março de 2011, às dezoito horas e dezessete minutos, na Sala nº 2 da ala Alexandre Costa do Senado Federal. Sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Jorge Viana, Pedro Taques, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Aécio Neves, Lúcia Vânia, Fernando Collor, Demóstenes Torres, Itamar Franco, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Ana Amélia e Aloysio Nunes Ferreira. Deixou de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Na reunião foram discutidos os seguintes temas: sistemas eleitorais e coligação na eleição proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srªs e Srs. Senadores, ao declarar aberta a 6ª Reunião da Comissão de Reforma Política, quero fazer uma homenagem ao Vice-Presidente José Alencar, pedindo um minuto de silêncio e, antes disso, dizer que trabalho era o outro nome do Vice-Presidente José Alencar. De modo que nós aqui estamos honrando aquilo que ele sempre representou, realizando a reunião.

Um minuto de silêncio em homenagem a esse grande brasileiro.

(Faz-se um minuto de silêncio)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nós submetemos à votação os sistemas eleitorais. E, dentro dos sistemas, o sistema proporcional com lista fechada obteve a preferência de cinco Senadores; o sistema majoritário, chamado distritão, e o sistema distrital misto, quatro Senadores cada um. Então, houve um entendimento, que eu queria deixar bem claro, de que nós faríamos hoje exclusivamente a votação dessas três propostas. Ou seja...

Na última reunião, o sistema proporcional com lista fechada obteve a preferência de cinco Senadores; o sistema majoritário obteve a preferência de quatro, e a distrital misto com lista fechada, de quatro.

Então ficou entendido que nós repetiríamos a votação dessas propostas num primeiro momento, e a

terceira seria desqualificada. Nós faríamos a discussão entre as duas que obtivessem o primeiro e o segundo lugar. Eu acredito que esse é o caminho e queria ver se estão de acordo. Foi isso que foi decidido e se mantemos essa decisão.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: a minha opinião é que a única decisão ruim é não ter decisão. Nós devíamos ter um esforço grande para a tomada de decisão. Essa é uma decisão política que vai ser submetida à Comissão de Justiça e ao plenário. De modo que acho que a única decisão contra nós é não tomar decisão. Qualquer que seja ela, acho que seria importante uma tomada.

Por isso, apresento aqui para saber se todos estão de acordo e se foi isso o combinado, se foi isso o acertado.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, veja, eu queria novamente insistir num argumento que foi utilizado por outros companheiros aqui, até porque alguns dos votos que não entraram na computação daquelas propostas mais votadas guardam similaridades com algumas dessas propostas, em especial com o voto proporcional com lista fechada ou até mesmo com o distrital misto.

Eu me lembro, por exemplo, do nosso Senador Jorge Viana, que votou pela manutenção do modelo atual, assim como o Senador Vicentinho, e que, no final das contas, terminaram sem ter uma influência nesse desenho final, apesar de terem uma grande semelhança com a proposta de número dois, embora a diferença seja grande também.

Eu queria apelar para V. Exª para que nós pudéssemos – até porque o voto na Comissão tem um aspecto muito mais simbólico do que de efetividade, pois, afinal de contas, lá no plenário, cada partido vai se posicionar – simplesmente divulgar o resultado na forma em que ele se deu e, mais à frente, lá no plenário, nós faríamos a discussão envolvendo todos os Senadores.

Essa é uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, eu acho que na decisão, qualquer que seja ela, a Comissão tem preferência por esse sistema.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Essa é a minha primeira proposição. Se V. Exª não aceitar tenho uma proposição a fazer aos representantes do PSDB aqui.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, por favor, Deputado Aécio Neves, aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Talvez até antes da própria sugestão, o que eu levaria em conta, Sr. Presidente... Concordo com V. Exª que deveríamos nos esforçar para aqui termos uma decisão. Acho que esse é o papel da Comissão, obviamente ressalvada a liberdade de todos nós, que nos sentirmos voto vencido, de nos manifestarmos e de debatermos nas etapas seguintes desta discussão, na Comissão de Justiça e, depois, no plenário.

O que eu sugeriria a V. Exª e, se houver a concordância dos Srs. Senadores... Gostaria, Senador Luiz Henrique, de ter aqui a atenção dos Srs. Senadores, Senador Demóstenes, porque temos aqui, na verdade, três propostas, que seriam discutidas, conforme acertado na última reunião, mas na eventualidade, Senador Dornelles, de nenhuma dessas três propostas alcançar, porque é uma possibilidade... Ninguém está obrigado a votar em outra proposta diferente da sua. Pode até evoluir para outra proposta, mas pode-se abster, enfim, não votar. Deveríamos considerar como alternativa, em não havendo uma posição majoritária, claramente majoritária de nenhuma dessas propostas, a manutenção do sistema atual com o fim das coligações. Acho apenas que essa é uma alternativa que deve também em determinado momento ser analisada por V. Exª, se não houver posição majoritária, claramente majoritária de alguma das três propostas. Mas o Senador Humberto Costa gostaria de fazer uma proposta que acho temos que ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, a pior decisão é não tomar a decisão. Acho que temos que temos que tomar uma decisão e temos que manter aquilo que foi acertado na última vez, de modo que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Senador Aécio, acho que devemos manter o que ficou acertado. Se cada vez mudarmos, vou botar em votação as três propostas. Vamos por ordem alfabética. *(Pausa.)*

Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas o Senador Humberto faz aqui uma proposta que me parece importante para o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Acho que já houve uma tomada de decisão. Por favor.

Senador Aloysio Nunes.

Senador Aécio Neves, V. Exª tem direito a voto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Já? Vai ficar suspeita essa preferência escancarada de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não. Estou por ordem alfabética.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É a única forma de eu estar em primeiro lugar em alguma lista, Sr. Presidente.

Voto no misto, com lista fechada, conforme já tive oportunidade de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sigo o Senador Aécio, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Francisco Dornelles, fiquei ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos respeitar a posição de cada Senador.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Para evitar o isolamento em uma matéria tão complexa quanto essa e por lealdade à liderança do meu Partido, vou votar com o voto majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, o meu voto é para o sistema proporcional, com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Voto distrital misto, com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu voto com o sistema majoritário. Voto, portanto, com a primeira proposta do distritão, como é conhecida.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sistema majoritário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sistema proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sistema majoritário, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, V. Exª me permite dar um complemento? Eu queria sugerir a V. Exª e à digna Comissão que, nas duas últimas sessões, e V. Exª está tão bem conduzindo as nossas reuniões, examinássemos a possibilidade de, nos temas mais difíceis, ouvir a soberania popular.

Eu gostaria de, nas últimas reuniões ...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nós vamos levar em consideração essa sua proposta.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Distrital misto, lista fechada, seguindo o Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Partidária, proporcional, lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Lista fechada.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, sistema distrital misto com lista fechada. E me associo à posição do Senador Itamar Franco: necessidade de que tenhamos uma consulta popular, que poderá ser debatida lá para frente, nas duas últimas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A minha proposta desapareceu do relatório da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, as três mais votadas é que estão sendo colocadas em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu, como vou apresentá-la em plenário, insisto no voto proporcional, com lista mista, aberta e fechada. É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas não está em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, o meu voto é pela abstenção em relação às propostas que vão perder no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, infelizmente não pudemos estar na sexta-feira passada e não pudemos participar do debate, porque acompanhamos a nossa Presidenta a

Manaus, quando lançou um programa importante para a saúde da mulher.

Mas eu deixei o meu voto por escrito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas não se tomou voto por escrito.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu deixei até por respeito a V. Ex, para que pudesse conhecer antecipadamente a minha posição.

Nós temos uma posição fechada no Partido, quanto à defesa do voto proporcional com lista fechada, porque entendemos que esta é a única forma de viabilizar o financiamento público de campanha.

Sistema proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sistema proporcional com lista fechada.

Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, sistema majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sistema majoritário e também defendo a consulta popular, que vai dar voto majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, como faço a defesa do financiamento público, também entendo que a única alternativa aqui é o sistema proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Quais foram os Senadores que não votaram ainda? *(Pausa.)*

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O sistema proporcional com lista pré-ordenada se casa melhor com o financiamento público de campanha, por isso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Algum Senador não votou ainda? *(Pausa.)*

O meu voto é o distritão.

Eu vou repetir a votação, para ver se está errado. Votaram pela majoritária: Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Braga, Senador Fernando Collor, Senador Itamar Franco, Senador Vicentinho, Senador Moka e Senador Dornelles. Sete votos. Votaram pelo proporcional com lista: Ana Rita, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias e Antonio Carlos Valadares. O Senador Luiz Henrique votou no sistema proporcional com lista fechada? *(Pausa.)* Então, com o Senador Luiz Henrique, seis votos. Eu vou repetir: Senadora Ana Rita, Senador Humberto Costa, Senador Luiz Henrique, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Wellington Dias e Senador Antonio Carlos Valadares. Seis votos. Votaram no sistema misto, distrital misto com lista fechada: Senador Aécio, Senador Aloysio, Senador Demóstenes, Senadora Lúcia Vânia, Senador Pedro Taques. E houve uma abstenção do Senador Requião.

De modo que uma segunda votação agora será feita entre o sistema majoritário e o sistema proporcional com lista fechada. Por favor, Srs. Senadores.

Senadora Ana Amélia.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sinceramente, eu me perdi aqui. Nós fomos convocados para decidir...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos decidir aqui entre os dois mais votados. Foi eliminada a terceira.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Mas por que os dois mais votados?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Porque foi o acerto que fizemos na última reunião, Senador.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Os dois mais votados?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agora, vamos decidir entre os dois mais votados.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

A votação será feita agora entre o voto majoritário e o voto proporcional em lista.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou-me abster e dizer qual a razão objetiva. Não tivemos nem tempo para conversar – V. Exª está numa velocidade hoje também supersônica. Mas vou me abster, ainda com a expectativa de que, não havendo maioria absoluta para nenhuma das duas...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A maioria dos votos presentes...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não. Não havendo a maioria absoluta, como era o entendimento anterior de V. Exª, pode-se abrir espaço aqui para um novo entendimento, que, dentro da política, é sempre salutar. Voto pela abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aqui, vou deixar bem claro o que foi escrito da última vez: ratificado pela maioria dos votos válidos presentes.

Senador Aécio Neves: abstenção.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sistema proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sistema proporcional com lista pré-ordenada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Majoritário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Majoritário, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Francisco Dornelles.

Majoritário.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Proporcional com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, majoritário, insistindo, futuramente, na consulta popular para os temas polêmicos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

Eu darei o voto a V. Exª.

Eu vou lhe dar no final o voto.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Proporcional, com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não posso, em dois minutos, mudar a minha convicção, Sr. Presidente. Eu me abstenho de votar porque não concordo com nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Proporcional, com lista fechada?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Majoritário proporcional é proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Proporcional, com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Majoritário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Majoritário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Proporcional, com lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Proporcional, Sr. Presidente. Como o Senador Requião, sem a lista, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a lista fechada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É proporcional. Eu tenho uma proposta de emenda, então é proporcional.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A aliança do Paraná e do Acre vai se revelar imbatível.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos repetir aqui.

Senador Aécio Neves, abstenção.

Senador Aloysio Nunes, abstenção.

Senadora Ana Amélia, majoritário.

Senadora Ana Rita, lista fechada.

Senador Antonio Carlos Valadares, lista fechada.

Está dando para acompanhar?

Senador Demóstenes Torres, lista fechada.

Senador Eduardo Braga, majoritário.

Senador Fernando Collor, majoritário.

Senador Francisco Dornelles, majoritário.

Senador Humberto Costa, lista fechada.

Senador Itamar Franco, majoritário.

Senador Jorge Viana, lista fechada.

Senadora Lúcia Vânia, abstenção.

Senador Luiz Henrique, lista fechada.

Senador Pedro Taques, abstenção.

Senador Roberto Requião, lista fechada.

Senadora Vanessa Grazziotin, lista fechada.

Senador Vicentinho Alves, majoritário.

Senador Moka, majoritário.

Senador Wellington Dias, lista fechada.

A lista fechada, eu devo dizer, teve nove votos. O majoritário teve sete votos. Prevaleceu à posição da Comissão, com a lista fechada. Proporcional com lista fechada, por nove votos a sete.

Eu quero cumprimentar, fui derrotado, mas eu acho que o mais importante é tomar a decisão; tomar a decisão dentro de um campo democrático. Prevaleceu proporcional com lista fechada.

Eu quero cumprimentar aqueles que defenderam essa posição e dizer que, agora, vamos continuar.

Gostaria de apresentar aos senhores, para que nós continuássemos esses nossos trabalhos e fôssemos, agora, na próxima reunião, discutir o financiamento eleitoral, cláusula de desempenho, candidatura avulsa, filiação partidária e domicilio eleitoral e fidelidade partidária.

Eu gostaria de perguntar o seguinte...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quando vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria de perguntar o seguinte: fazemos isso na quinta-feira próxima? Parece que não há sessão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO)– Tem, tem sessão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Fazemos na próxima terça-feira.

Agora, vamos ver se encerramos todos estes assuntos na próxima terça-feira: financiamento eleitoral, cláusula de desempenho, candidatura avulsa, filiação partidária e domicílio e fidelidade partidária. Aí terminaríamos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Um minutinho, por favor. Deixe-me terminar a proposta. Se poderíamos terminar na próxima...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É um adendo à sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como são muitos os temas, pelo que nós vimos aqui, nos debates anteriores, eu acho que poderemos, na terça, fazer dois momentos. Fazemos um no momento...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, nós podíamos fazer o seguinte: vamos tentar fazer na terça. Se não for possível cobrir, nós jogamos para quinta. Vamos tentar fazer isso na terça-feira.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que pode ser feito na próxima terça. É possível fazer às 14 horas, como vínhamos fazendo, e, em seguida, às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos fazer se nós conseguirmos catorze seguidas. Se não houver possibilidade...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu estou concordando com a sua proposta. Estou apenas sugerindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu quero cumprimentar a Comissão pela decisão tomada. Eu acho da maior importância, como eu disse. O pior que podia acontecer é a não tomada de decisão. Eu me considero vitorioso pelo fato de a Comissão ter chegado a uma decisão e cumprimento pela maneira democrática como foi conduzido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas um registro. Eu compreendo e concordo com V. Exª no esforço para que haja a tomada de decisões. Acho que esse deve ser o ritmo daqui até o final. Mas apenas para que fique um registro: o PSDB, obviamente, em plenário, vai insistir ainda no voto distrital misto, buscando, quem sabe, até lá, o convencimento de V. Exª e de outros adeptos da opção derrotada aqui, hoje, no plenário.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu tinha a expectativa de que, nessa discussão do sistema eleitoral, nós discutíssemos também a cota de mulheres. E não foi possível fazermos essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nós faremos nas últimas duas sessões.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isso está incluído nas próximas discussões?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nas últimas duas reuniões, nós vamos pegar todos esses pontos específicos, inclusive esse levantado por V. Exª. Nas duas últimas reuniões.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) –Nas duas últimas discussões?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É verdade.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aprovada a ata da 5ª Reunião, como nós já havíamos dito, e encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 45 minutos.)

Senador **Francisco Dornelles –** Presidente

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 05 de abril de 2011, às quatorze horas e vinte e sete minutos, na Sala nº 2 da ala Alexandre Costa do Senado Federal. Sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Jorge Viana, Pedro Taques, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Aécio Neves, Fernando Collor, Demóstenes Torres, Itamar Franco, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Ana Amélia e Aloysio Nunes Ferreira. Deixou de comparecer a Senadora Lúcia Vânia. Na reunião foram discutidos os seguintes temas: ***Financiamento Eleitoral e Partidário, e Candidatura Avulsa***.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Declaro aberta esta reunião da Comissão de Reforma Política.

Coloco em votação a dispensa da leitura da Ata da sexta reunião da Comissão, que aprovou a votação em lista.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A reunião de hoje tem como pauta os seguintes temas: financiamento eleitoral, candidatura avulsa, filiação partidária, fidelidade partidária e cláusula de desempenho.

Eu gostaria de dizer às senhoras e aos senhores que abordaríamos esses pontos que estão faltando e, no término da deliberação em torno deles, faríamos um projeto executivo, dizendo o que foi aprovado. Levaríamos esse projeto ao Presidente Sarney. E, posteriormente, dentro do prazo, eu solicitaria ao Presidente Sarney que nos desse mais um prazo de 15 dias ou de 30 dias, para que pudéssemos aprovar os textos.

Então, eu sugeriria que esses textos fossem enviados ao gabinete dos senhores até o dia 15. Posteriormente, teríamos até os dias 26 e 27 para examiná-los e aprová-los.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores concordam com essa proposta?

Tem a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, quero recordar, com o devido respeito, que havíamos levantado o problema do referendo. Eu gostaria que V. Exª verificasse como ficou essa questão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria também que fosse informado que o Senador Itamar, o Senador Moka, parece-me, e eu fizemos referência à necessidade de uma consulta popular. Penso que poderíamos adotar o gênero "consulta popular" por hora, sendo votado aqui. Posteriormente, poderíamos decidir se seria um referendo ou um plebiscito, para que a sociedade, destinatária dessa reforma, pudesse se manifestar.

Aproveito a oportunidade e dou conta a V. Exª e aos demais Senadores presentes nesta Comissão de que, ontem, no Estado de Mato Grosso, realizamos a segunda audiência pública para discutir essa reforma política, tendo em conta os pontos aqui levantados, com mais de seiscentas pessoas, em uma universidade na cidade de Rondonópolis, no sul do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª, o Senador Itamar e também o Senador Moka, já que vamos discutir os sistemas eleitorais, apresentam a necessidade de uma consulta pública. Eu deveria ter colocado isso em pauta imediatamente. Reconheço meu equívoco.

Submeto a necessidade de uma consulta pública à deliberação dos Srs. Senadores, para aprovação do sistema eleitoral.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho me batido aqui grandemente contra as chamadas consultas públicas. Reconheço que esse é um avanço da democracia. Em muitos casos, essa consulta deve ser efetuada. A própria Constituição disciplinou que deveria haver uma consulta para se decidir efetivamente qual o regime que queríamos, republicano, monarquista, presidencialista ou parlamentarista. Mas há uma disposição cada vez maior do Congresso Nacional de transferir para a sociedade essas consultas. É a chamada democracia direta. Isso diminui mesmo a importância do Congresso Nacional.

Quase sempre, vejo propostas de consulta sobre alistamento militar, se este deve ser obrigatório ou não; sobre voto, se ele deve ser obrigatório ou não; sobre aborto, se este deve ou não haver. Penso que a população nos elegeu para isso. Somos os representantes do povo. O povo votou em Deputados e em Senadores, para que eles tivessem a coragem efetiva de representar a população.

Nesse caso específico, penso que, se tivermos de votar a reforma, deveremos fazer um plebiscito apenas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Somente sobre sistema eleitoral. A proposta dos Senadores Pedro Taques e Itamar é sobre sistema eleitoral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se deve ser misto, se deve ser fechada a lista. É a única consulta que deve ser realizada, sob pena de se vulgarizar a consulta popular.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, Senador, a proposta do Senador Itamar é justamente isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, concordo perfeitamente com ela.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Demóstenes Torres, estamos aqui representando a população brasileira. Aliás, todos esses temas da reforma eleitoral e partidária foram objeto das nossas campanhas eleitorais. Eu mesmo coloquei essa reforma como foco principal da minha atuação no Senado Federal, entendendo que a reforma política é a reforma das reformas, a principal reforma a ser feita neste País. Ela é o fundamento principal para que possamos alçar ao desenvolvimento nacional.

Por isso, voto contra a consulta popular, data vênia, respeitando a opinião dos seus propositores, porque entendo que seria uma *capitis diminutio* das prerrogativas do Senado e da Câmara, já que todos nós fomos eleitos pregando a necessidade dessa reforma, pelo menos a grande maioria, e nós não podemos abrir mão dessa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer, então, uma última colocação: sou a favor do referendo, não do plebiscito, porque no plebiscito a gente pode consultar e depois não fazer o que o povo quer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu também, em que pese o respeito que tenho pela opinião dos ilustres Senadores proponentes do referendo, queria manifestar o meu voto contrário. Não creio que a consulta popular seja necessariamente sinônimo de democracia. Aliás, a história registra caso de regimes autoritários que se legitimaram mediante sucessivos referendos, a começar por Napoleão III.

Mas, para não ir tão longe na história, lembro-me de três, na história brasileira, que vivi, acompanhei, nos quais votei. Pareceu-me que apenas um tinha um objeto claro, politicamente claro, que era o plebiscito convocado para pôr fim ao esbulho que foi cometido pela força de direita contra a posse do Presidente João Goulart na sucessão de Jânio Quadros. Ali havia uma questão política claramente colocada. Os outros dois plebiscitos – a respeito das armas e a respeito do parlamentarismo/presidencialismo ou monarquia – confundiram mais a opinião pública do que esclareceram. Os pontos das alternativas não estavam claramente colocados, objetivados.

Eu não penso que uma matéria tão técnica quanto a do sistema eleitoral possa ser compreendida em um ambiente que envolva a participação e o debate de mais de 100 milhões de eleitores, especialmente porque essa reforma política está sendo feita, se for feita, dentro de um clima muito diferente do que aconteceu, por exemplo, na Itália, no início dos anos 2000, ou na França, na ascensão de De Gaulle ao governo, quando tivemos nesses países o desmoronamento do sistema político vigente. Na Itália, o sistema político-partidário desabou.

Na França, a quarta república desabou. No Brasil, não. No Brasil, o nosso sistema político tem funcionado Tem problemas de legitimidade, tem problemas de financiamento, problemas que possam ser objeto de melhorias, mas não creio que o nosso sistema político tenha desabado a tal ponto de justificar o interesse cívico e a paixão cívica de milhões de brasileiros para acorrerem às urnas para decidirem se vão votar em lista fechada, lista aberta, ou lista mista, ou isso ou aquilo. Por essa razão, Sr, Presidente, com todo o respeito, eu me manifesto contra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pois não, Presidente Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, é incrível que a gente escute aqui, com todo o respeito que eu tenho, o *capitis diminutio.* A própria Constituição prevê o plebiscito ou o referendo. É a Constituição nossa que diz isso. Agora, o nosso Senador

falou na França. Ela caiu por outros motivos, não foi por causa de plebiscito. Havia outros. Nós não vamos aqui discutir com o governo francês, mas estaríamos dispostos a debater, se fosse o caso. Eu insisto porque qual é o medo da consulta popular? Não entendo esse medo da consulta popular. Nós estamos vendo aí que a maioria não quer o voto obrigatório. Por que não se pode consultar? Qual é o problema? Eu não sei qual é o receio que nós temos, aqui no Congresso Nacional. Qual é a *capitis diminutio* de eu consultar a opinião pública, pois se nós estamos aqui por causa da opinião pública, nós fomos votados, porque fomos a uma eleição, nos apresentamos como candidatos? Qual é o receio de chamar a opinião pública num debate importante como este? Voto obrigatório...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sr. Senador, está em pauta somente o item que foi objeto que faltou da sessão anterior. É um referendo sobre o sistema eleitoral.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, eu estou argumentando porque a minha proposta vai além, mas aceito o referendo. Mas isso não quer dizer que nós não possamos consultar, amanhã, sobre outras questões. Eu só não acho que estamos infringindo a nossa Constituição. Isso é que eu quero deixar bem claro, e saber qual é o medo da consulta popular. O que é que ofende o Congresso nacional se eu fizer uma consulta popular? Não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agora é o Senador Requião. Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Dornelles, eu tenho feito algumas tentativas de discussão pública da reforma política. Em discurso no plenário, logo, com o apoio da TV Senado, eu chamei para a Internet a discussão. Eu tenho um Twitter muito movimentado. Algumas dezenas de milhares de pessoas circulam por ele. E a resposta que eu tive foi de duas ou três opiniões muito pouco consistentes.

Então, eu gostaria de fazer uma análise rápida da história da democracia, a democracia que garante a liberdade das minorias, a democracia direta, evoluindo para a democracia representativa, que é a que nós vivemos hoje, e esta para a democracia participativa. A democracia participativa está em funcionamento neste momento. Nós temos grupos de pessoas, e, cá entre nós, grupos menores do que o grupo que nós representamos como parlamentares eleitos, discutindo esse processo fazendo sugestões. E temos um alienamento absoluto da opinião pública em relação a detalhes de uma reforma política ou eleitoral, um desejo muito grande de uma reforma tributária. Se nós estamos colhendo as opiniões dos grupos organizados da sociedade, nós estamos abrindo um caminho para a democracia participativa. E, se engendrarmos um projeto que possa ser votado e aprovado no Congresso nacional, daí eu me alinho entre aqueles que acham que, neste caso, com o projeto pronto e montado, nós devemos submetê-lo, aí, sim, depois de uma discussão interna de esclarecimentos exaustivos, a um referendo popular e não a um plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Requião, eu queria explicar a V. Exª e aos Senadores que estão chegando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu vou dar a palavra.

O Senador Itamar Franco e o Senador Pedro Taques levantaram, e eu reconheci a minha falta, que, quando se discutiu o sistema eleitoral, havia a proposta de ser submetido a referendo, a uma consulta. E nesse momento aqui levantei a situação, coloquei em pauta para que os senhores decidam. Nós aprovamos o voto de lista, de modo que entendo que o que seria submetido a referendo é a proposta de voto de lista.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ou o que for aprovado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não. O que for aprovado pela Casa. Quer dizer, o que for aprovado no Plenário será... Embora esse referendo estaria ligado àquele sistema eleitoral que foi aprovado pela Casa. Somente aquele tópico, de acordo ou não? Quer dizer, não haveria, como o Senador Aloysio levantou, problema de tecnicalidade de outras matérias, seria um sim ou não para uma...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para o sistema total aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Isso.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É outra coisa, Sr. Presidente. Se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu pediria o seguinte... Eu pediria, para uma questão de raciocínio... Um minutinho, eu darei a palavra a V. Exª. Por uma questão de economia processual, à medida que os Senadores forem falando, eles já vão dizendo sim ou não, para que a gente... Se os senhores concordarem com essa proposta. Porque aí já vamos avançar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, Presidente. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Excelência, eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu vou dar a palavra. Eu queria que V. Exª utilizasse a palavra e já desse o seu voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E quem não falou ainda, Presidente?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu vou dar a palavra a todos.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, eu estou só dizendo... Estou pedindo aqui pela ordem, porque veja: nos outros pontos, estou sabendo o que estou discutindo. Estou discutindo sobre financiamento eleitoral e partidário; estou discutindo se sou favorável ou não a candidatura avulsa. Nesse caso, a gente precisa saber exatamente para o que vamos dizer sim ou não. Estou compreendendo que há duas propostas aqui: uma que é de referendo e outra que é de plebiscito – já começa por aí; a segunda é sobre um ponto só, que é lista fechada; e outro, que é tudo o que o Congresso aprovar.

Então, precisamos saber se é exatamente isso, e vamos dizer sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – ...quando nós estávamos discutindo sistema eleitoral, exclusivamente sistema eleitoral, dentro daquelas alternativas feitas, os Senadores Itamar Franco e Pedro Taques levantaram um ponto que só foi levantado neste momento: de ser submetido a uma consulta o sistema eleitoral aprovado. De modo que, no meu entender...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Todo o sistema?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O sistema aprovado, o sistema que for aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu quero a palavra aqui. Quero me inscrever.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, aí vou entender que, se for aprovado alguma coisa que discordei, vou jogar para o plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Se for aprovado como?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou dizendo que vou sentir isso como sendo uma apelação do tipo: foi aprovado um sistema que não sou favorável e jogo para o plebiscito. Então, estão sendo aprovadas outras propostas aí que eu também não fui favorável e não estou pedindo plebiscito. Então, ou a gente aprecia tudo ou não aprecia. Esse é que é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Foi apresentada uma proposta em relação ao sistema eleitoral, não foram apresentados os outros pontos. De modo que não posso colocar em votação o que não foi aprovado anteriormente. De modo que a posição de V. Exª é votar contra ou a favor.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, eu acho que essa questão, em primeiro lugar, só deveria ser objeto de um debate se haverá algum tipo ou não de plebiscito ou referendo ao final dos trabalhos, que seria o momento adequado de se fazer essa discussão. Depois que aprovasse uma proposta, se discutiria se vai submeter ou não. Segundo, acho que é um erro se formos submeter um pedaço da proposta aprovada pelo Senado e não submeter o todo. Por que isso? Sinceramente, quero manifestar aqui minha... Mas nós vamos discutir só o voto em lista? É isso o que vai ser? Não, não pode.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, só o voto que for aprovado pelo Congresso, o sistema. Se for distrital puro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas eu acho que há outros problemas, há outras questões que são muito relevantes também para serem decididas pela população.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor, respeito a opinião.

Vou dar a palavra ao Senador Valadares.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só vou concluir. Só vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vou colocar em votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ou se submete tudo ao plebiscito ou não se submete nada. Acho que isso, realmente, é um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É uma posição que vai ser tomada pela Comissão. Darei a palavra ao Senador Valadares e, em seguida, colocarei em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu pedi a palavra pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu darei a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou com a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, acho que tem total validade e procedência a iniciativa dos Senadores que querem ouvir a população sobre o sistema eleitoral que foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, de vez que o sistema proporcional, tal como o aprovamos, com lista fechada, constituir-se-á, se convertido em lei, numa novidade no sistema eleitoral brasileiro, de vez que o eleitor, desde a década de 30, vota acompanhando o sistema proporcional com lista aberta, e nós aprovamos o sistema proporcional com lista fechada, inclusive com o meu voto.

Ouvir a população é um dever do Congresso Nacional, de vez que a própria Constituição diz que a nossa democracia é exercida por intermédio dos nossos representantes ou diretamente, com a utilização dos institutos de consulta popular, como o plebiscito, o referendo e a própria iniciativa popular. Portanto, eu voto favoravelmente. A minha opinião é a de que os Senadores que querem ouvir a população têm toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Valadares.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só para este ponto logicamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Porque o sistema eleitoral antigo está sendo mudado agora.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que concordo com o Líder Humberto Costa: poderíamos pular este assunto e deixá-lo para o final. Temos uma pauta estabelecida desde o início e, além disso, ganha força aqui na Comissão a opinião daqueles que pensam o seguinte: se há de haver o referendo popular, que não seja apenas para o sistema, que não seja dada oportunidade para as pessoas apenas para dizerem se concordam com lista aberta, com lista fechada. Não só isso. Voto facultativo, acho que entra; financiamento de campanha entra. Se formos fazer um referendo, tem de ser sobre algo muito mais amplo, sobre reforma política e sistema político-eleitoral do Brasil. Acho que é sobre isso que devemos ouvir a população.

Agora, eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente. O Senador Valadares acabou de falar: a última reforma político-eleitoral que houve no Brasil, profunda, significativa, vem da década de 30. Ou seja, desde 1935 o povo brasileiro vota no mesmo sistema. Então, ele não conhece outros sistemas. E eu pergunto: como alguém vai se manifestar sem conhecer? Então, quanto ao plebiscito, temos de definir mesmo um grande sistema de debate com a população. Por isso, sugiro que deixemos esse assunto lá para o final, Sr. Presidente. Vamos seguir a pauta e, no final, decidimos sobre o plebiscito e sobre o que ouvir no referendo popular.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar com a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Na última sessão, propus exatamente isto: que V. Exª deixasse as duas últimas sessões – a seu critério – para discutirmos o problema do referendo e do plebiscito. Isso eu propus. Então, faríamos duas reuniões só para tratar desse aspecto. Por quê? V. Exª disse desde o início: nós podemos aprovar aqui e, no plenário, outra decisão ser tomada, como a de ampliar a consulta popular. Só queria lembrar a V. Exª que não seria necessário votar hoje, mas gostaria que V. Exª já confirmasse que as duas últimas sessões seriam para debater o plebiscito e o referendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu concordo inteiramente com o Senador Itamar Franco

Mas não posso, Sr. Presidente, deixar de argumentar com a necessidade dessa consulta popular. Se nós formos retroceder na história, nós não precisaremos ir apenas à França; nós precisaremos ir aos éditos de César e mais modernamente, à Constituição chilena de 76, à Constituição da Venezuela de 98, que estabelece a consulta popular. Agora, a nossa Constituição de 1988, no seu parágrafo único do art. 1º e regulamentado pelo art. 14, inciso III, estabelece a consulta popular. Então, de nenhuma maneira, isso significa que nós estejamos diminuindo o papel dos representantes do povo, que se encontram na Câmara, e dos representantes dos Estados, que aqui se encontram. Isso faz parte do sistema previsto na Constituição da República.

Portanto, concordo com a posição do Senador Itamar Franco, de que este tema merece ser discutido, sim. E eu gostaria que ele fosse discutido nessas duas últimas reuniões. Se ele será somente para o sistema eleitoral ou para o todo, nós discutiremos isso na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Gostaria de dizer, para encerrar o assunto e irmos ao debate, que os dois autores da proposta,

Senador Itamar Franco e Senador Pedro Taques, propõem que nós...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Exª me omitiu o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Um minutinho, Senador. Eu darei a palavra a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é que eu também fui um daqueles que propuseram que tinha de haver um referendo. Por isso, estou estranhando, mas agora...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Peço milhões de desculpas. V. Exª foi um dos proponentes do referendo, do plebiscito, Senador Moka. Realmente, foi um lapso da minha parte. Peço a V. Exª todas as desculpas do mundo.

Mas a proposta existente é a de que este assunto seja levado como o último assunto da Comissão, que nós entremos na pauta de hoje e que, posteriormente, antes do término dos trabalhos, venhamos a examinar esta matéria do plebiscito.

V. Exª está de acordo, Senador? *(Pausa.)*

Então, considero aprovado.

Vamos entrar no primeiro tópico de hoje, que é o financiamento eleitoral e partidário.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje nós temos aqui no Brasil o sistema misto de financiamento eleitoral. O financiamento público é formado por recursos do fundo partidário repassados aos partidos e, indiretamente, pela compensação fiscal a que emissora de rádio tem pela cessão do horário gratuito. O financiamento privado é formado por recursos advindos de pessoas físicas e jurídicas aos partidos e candidatos.

As propostas existentes, cujo levantamento foi feito pela Consultoria, estabelecem... Eu descobri três alternativas, se houver outras... O primeiro é a manutenção do sistema atual: financiamento público e privado, sistema misto, que existe hoje. O segundo é o financiamento público para todas as eleições. E o terceiro, que é uma proposta existente também, é o financiamento público exclusivo para as eleições do Executivo, mantendo-se o sistema atual para as eleições do Legislativo.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, eu colocaria em votação essas três proposições, ou seja, a manutenção do sistema atual, misto; sistema público exclusivo para todas as eleições e sistema público exclusivo para as eleições majoritárias, deixando para as proporcionais o financiamento atual, para o Legislativo.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É lógico. Na hora da votação, pode defender.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª está nos propondo uma decisão de três temas. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Poderia haver o quarto, o quinto, está em aberto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É porque eu tenho um tema, que eu tenho procurado discutir com os colegas, que é o estabelecimento de teto para as candidaturas. Porque hoje existe teto para quem é financiador das campanhas, e os candidatos estabelecem o teto de suas campanhas. Eu gostaria de saber se não poderia ser considerada essa proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Seria a situação atual com teto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso não pode ser discutido nos ajustes finais?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Se V. Exª concordar, nós colocaremos... Eu acho que o teto só cabe se ficar o privado no sistema atual. Então ficamos para as duas últimas reuniões, se V. Exª concordar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso seria nas duas últimas sessões?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Exatamente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Concordo plenamente. Ficamos para as duas últimas sessões, como o Senador Itamar propôs, a mesma discussão sobre referendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, nós vamos ficar com as três propostas. O Senador Requião pediu a palavra? Já quer dar o voto? Porque eu estava pensando em seguir a ordem alfabética.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu tenho proposto que o financiamento...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) *(Fazendo soar a campainha.)* – Senador Requião com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que passamos a palavra, antes, para

o Moka, para ele completar essa veemente interpelação. (*Pausa.*)

Não? Obrigado, Moka.

Eu tenho proposto que o financiamento de campanha tenha uma moeda, e que esta moeda seja a comunicação.

Não vejo por que nós entregarmos dinheiro a candidatos, em véspera de eleição, ou mesmo aos partidos. Nós já temos o Fundo Partidário; nós temos o sistema de comunicação gratuita pela televisão. O que eu vejo é que esse sistema tem sido diminuído pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nós tínhamos, Collor, um espaço estadual de 10 minutos para uma tese desenvolvida e isso foi transformado em pequenas "pílulas" de 30 segundos, pelo próprio Tribunal, acabando com qualquer possibilidade de um raciocínio mais complexo. Financiamento público de campanha, ou misto. Não vejo por que não o misto numa semelhança com a Lei Rouanet. As empresas poderiam doar, dentro do estabelecido nas normas atuais, mas com o teto para os receptores; e a empresa poderia doar para três, quatro, cinco, mas, para um determinado, não poderia doar quando o seu limite estivesse atingido. Mas, fundamentalmente, a moeda deveria ser espaço na mídia, na televisão, na rádio e nos jornais.

O que nós queremos? Nós não queremos comprar voto. Nós queremos comunicação com o eleitorado, e se essa for a moeda estabelecida nós acabamos com a corrupção eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Posso tomar o voto dos Senadores? Eu não sei se V. Exª já deu o seu voto pelo financiamento misto, em primeiro lugar, com os ajustes que serão feitos nas últimas três reuniões. É esse? Mas eu darei ainda o voto a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para esclarecer melhor.

Financiamento público com a moeda da comunicação; e financiamento privado – e por isso é misto – com limite de doação em relação ao doador. A empresa pode doar conforme a regra... Ela pode doar 50 milhões, mas eu e o Luís Henrique só poderemos receber um milhão cada um. Então, para nós, ela não pode dar mais do que isso porque o nosso teto foi atingido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Seria o financiamento misto e, depois, nós faríamos os ajustes.

Então, vamos lá.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Bem objetivamente, Sr. Presidente, para contribuir com V. Exª.

Eu acredito que a proposta do financiamento público exclusivo – e confesso que tenho até uma simpatia por ela – só tem condições de ser discutida no Brasil real se nós tivermos o voto em lista fechada, aprovada. Fora isso, nós estaríamos desorganizando, expondo ainda mais o nosso sistema.

Como acho difícil, seja por decisão do Congresso, seja por meio de uma consulta popular, como aqui alguns, legitimamente, propõem, que haja essa alteração, eu fico com o sistema atual, mas essa sugestão extremamente adequada do Senador Jorge Viana, de que possa ser estabelecido também um teto que atinja não apenas os doadores, como existe hoje, mas também os beneficiários dessas doações. Então, é o sistema misto, com um teto que possa ser estabelecido, para que haja uma isonomia mínima entre as candidaturas em disputa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, colocaríamos hoje em votação somente o misto e o público e depois faríamos os ajustes?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Tudo bem, mas acho que esse registro já pode até sinalizar alguma direção...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Poderia até sinalizar o misto com o teto para...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para ser discutido...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas para quem? Para o Partido ou para o candidato?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Acho que para candidaturas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E para os Partidos?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por isso é que penso...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É um ajuste que pode ser feito. A menção do teto é uma novidade interessante.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela legislação brasileira, os sindicatos não podem participar de campanhas eleitorais, não podem confeccionar materiais, não podem apoiar nenhuma candidatura, por uma razão: porque os sindicatos são financiados com um recurso que sai do bolso de todos os trabalhadores, o chamado Im-

posto Sindical, que, por pertencer a todos, não pode ser utilizado pelos dirigentes sindicais para prover tal e tal candidatura.

O mesmo raciocínio, em minha opinião, aplica-se ao tema do financiamento público de campanha. Eu, cidadão brasileiro contribuinte, não quero que uma fração do imposto que pago financie a campanha de um candidato que não desejo ver eleito, pura e simplesmente. Não vejo por que usar dinheiro dos impostos para financiar candidaturas. Financiar atividade de partidos políticos vá lá! Isso já existe em larga escala hoje no Brasil. Mas financiar candidaturas com dinheiro dos impostos? Sou contra. E mais: isso não acaba com o financiamento ilegal, não acaba com compra de lideranças, não acaba com compra de votos, não acaba com caixa dois, não acaba com enriquecimento de políticos que fazem negócios com seus mandatos, para ficarem ricos, para porem dinheiro no bolso, não para financiarem suas campanhas.

Desse modo, penso que não contribui o financiamento público para combater a corrupção, que tem outras causas. A corrupção pode ser combatida com outros instrumentos, inclusive na linha da legislação sobre captação de sufrágios, na linha do estabelecimento de tetos.

Sou contra o financiamento público. Sou pela manutenção do atual, com aperfeiçoamentos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, nossa posição é pelo financiamento público exclusivo para as eleições, e quero, aqui, fazer uma defesa.

Já votamos, nesta Comissão, o voto em lista. Defendo que seja voto em lista fechada. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Isso já foi aprovado.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sei que isso já foi aprovado, Sr. Presidente. Mas por que defendo o financiamento público de campanha? Considerando que já votamos o voto em lista – em minha opinião, tem de ser em lista fechada –, é essencial o financiamento público de campanha principalmente por causa das mulheres. Como mulher, faço essa defesa. Nós, mulheres, temos muitas dificuldades de obter recursos para as campanhas eleitorais. Normalmente, os homens obtêm o maior volume de recursos. O financiamento público de campanha possibilita que as mulheres participem do processo eleitoral.

Além disso, Sr. Presidente, entendo que o financiamento público também – e é importante debater isto com a sociedade, para a que sociedade compreenda o que estamos dizendo – torna a eleição muito mais transparente. O modelo que está posto hoje possibilita a criação de caixa dois, e caixa dois é sinal de corrupção. Então, não podemos permitir que, no processo eleitoral, persista ainda caixa dois, que contribui para a corrupção, que tanto a sociedade rejeita. A sociedade cobra de nós, parlamentares, que mudemos esse modelo.

Considerando que o financiamento público de campanha combate a corrupção, possibilita maior controle por parte da sociedade, evita o caixa dois, evita o uso da máquina pública, evita o favorecimento de determinados candidatos, em detrimento de outros, somos pelo financiamento público exclusivo de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em períodos passados da discussão da reforma política, o Senado já se pronunciou favoravelmente ao financiamento público de campanha. Eu o faço novamente, afirmando que esse processo de financiamento público de campanha ajuda – não vou dizer que resolve – a fortalecer os candidatos e os partidos menos aquinhoados. Ou seja, ajuda a promover a igualdade na disputa e também ajuda a combater a corrupção. Quem quiser sujeitar-se a averiguações ou fiscalizações durante um pleito eleitoral, arrecadando recursos ilegais ou de caixa dois, que assuma os riscos. Mas o financiamento público de campanha é justamente para isso. Vai haver, sem dúvida, um enxugamento partidário com aprovação do sistema eleitoral, muito embora, prego, como disse a V. Exª e volto a pedir a V. Exª, a aprovação da federação de partidos políticos para abrigar os partidos menores porque eles estão diante de uma situação real. Existem, no Brasil 27, partidos; teremos mais um, ou seja, seremos 28 partidos políticos que serão registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Peço a V. Exª, aproveitando a minha fala, que, quando for oportuno, coloque a federação de partidos políticos a reunião de dois ou mais partidos. Ao final, V. Exª fará essa consulta ao plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V. Exª. Avisaram-me que começou a reunião de líderes. Eu preciso ir, mas quero deixar todos os meus votos, se V. Exª não se importar. Serei brevíssimo.

Em relação são financiamentos. Como sou favorável ao sistema distrital puro não homogêneo – fui o

único que votei desse jeito – é óbvio que no plenário vou defender o financiamento privado de campanha. Pelo que aprovamos aqui, lista fechada, vou votar no financiamento público. Pela decisão da comissão, só tem como votar no financiamento público, embora eu duvide muito que, mesmo na lista fechada, isso funcione porque acho que as pessoas vão comprar internamente, dentro do partido, a sua vaga. Infelizmente, acho que via acontecer isso.

Quanto à cláusula de desempenho, sou favorável porque – vou deixar anotado – a Constituição deixa claro, no art. 17 inciso IV que uma lei vai disciplinar o desempenho partidário. Então, o Ministro Marco Aurélio, quando derrubou a lei ou pedaços de uma lei que falava sobre desempenho partidário, ele o fez alegando que a Constituição precisa dessa lei.

Quanto á filiação partidária, o DEM – fizemos uma reunião ontem – é favorável à filiação partidária de três anos com domicílio eleitoral de um ano. Candidatura avulsa, somos contra. Fidelidade partidária, somos a favor e contra "janela".É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

Presidente Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Ministro Dornelles, o meu voto é favorável ao item 1 – manutenção do sistema atual, financiamento público e privado. E gostaria também de lembrar, Sr. Presidente, que, com a aprovação da lista fechada, ela não é incompatível com o atual sistema, até porque ele já pressupõe esse financiamento público e privado atualmente. Então, o meu voto é pelo item 1 da proposta existente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Presidente Fernando Collor.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu também, daqui a pouco, tenho que ir para essa reunião, mas quero discorrer um pouco sobre a questão do financiamento público, que é a posição do nosso partido, posição partidária. Primeiro, acho que é importante combatermos essa visão do senso comum, de que vamos tirar dinheiro da educação, da saúde, para colocar em financiamento de campanha eleitoral. Primeiramente, isso já existe. Já temos o financiamento direto dos partidos por intermédio do fundo partidário.

Este ano serão R$150 milhões, e temos também o financiamento indireto, que se deve exatamente às isenções, às renúncias fiscais que acontecem em relação aos meios de comunicação que concedem especialmente os horários eleitorais. Segundo, é que sai mais barato para o Estado brasileiro o financiamento público que a continuidade desse modelo que está aí.

Se alguém tiver o cuidado de olhar a relação de quem são os financiadores de campanha no Brasil, verá que são empreiteiras, são prestadores de serviços, são bancos, são exatamente as empresas que, de alguma forma, guardam alguma relação de interesse com o público. É comuníssimo a gente encontrar, por exemplo, numa eleição municipal quem financia. São as empreiteiras, as empresas que recolhem e tratam o lixo urbano e por aí vai.

Então, quem financia o faz porque, de alguma forma, tem interesse em se aproximar daquele que foi eleito, quando não é para praticar efetivamente atos de corrupção. Então, se a gente quer, no Brasil, reduzir a corrupção, eu entendo que nós temos que adotar o financiamento público, que sai mais barato para o Estado brasileiro.

Outra inverdade é dizer que só há compatibilidade do financiamento público com o modelo proporcional de lista fechada. Não! O modelo misto, o voto distrital misto pode muito bem permitir que haja financiamento público de campanha, embora eu não defenda o voto distrital misto.

E o mais importante do financiamento público é que se começa a criar um mínimo de independência para quem é eleito, com igualdade de participação. Hoje, um militante dos movimentos sociais, alguém que faz um trabalho social, um intelectual, qualquer um deles não tem condições de disputar uma eleição porque não tem como arrecadar os recursos para poder participar. Enquanto isso, gente que não tem qualquer militância política, que não desenvolve qualquer trabalho para a sociedade, que não tem qualquer representatividade social pode conquistar um mandato simplesmente pagando. E o mais grave, Sr. Presidente, é que muita coisa que foi feita para reduzir o custo da campanha eleitoral termina mudando o custo. Então, hoje é o vereador, é o deputado que quer um recurso para fazer a campanha, e pensa-se que retirando o *outdoor*, fazendo isso ou aquilo se vai diminuir o custo da campanha.

Além disso, há uma grande vantagem: a fiscalização muito mais fácil. Na eleição de 2008, por exemplo, foram 380 mil candidatos fiscalizados pela Justiça Eleitoral. Se a gente tiver financiamento público com lista fechada, serão 27 partidos. E, mesmo que a gente tenha no distrital misto, a quantidade de campanhas que será fiscalizada é muito menor.

Então, eu defendo o voto com financiamento eleitoral público exclusivo para o processo eleitoral no Brasil.

Sobre candidatura avulsa, sou contra...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria propor o seguinte... Uma proposta que estou fazendo aos dois Líderes. Eu preferia, para não tumultuar a reunião, com toda a liberdade...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Colocar no papel...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Posteriormente, no papel, ou eu tomaria o seu voto e o do Senador Demóstenes Torres que são... Para não entrar no tema antes do momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sem problema.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só um aparte ao Senador Humberto. O financiamento público com ou sem fundo partidário?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas nós temos um...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu acredito que essa é uma questão que nós podemos aprofundar mais para frente. Podemos ter o fundo partidário e ter uma legislação que defina claramente como será a distribuição desses recursos. Se for por lista...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aí será sujeito a regulamentação. Vamos à tese aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Tudo bem. Depois eu passo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, então também posteriormente V. Exª toma o meu voto, porque eu vou à reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os três Líderes têm que participar...

Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, isso tudo é muito bonito, mas nós estamos vendo aí o Mensalão. Nós ficamos discutindo financiamento público, isso e aquilo, mas a realidade brasileira é outra, Sr. Presidente. Então, o que adianta eu votar aqui financiamento público e não ter o fundo partidário? Vai adiantar? Não vai; primeiro que não se aprova. O nobre Senador já saiu aqui falando em candidatura avulsa. Nós ainda não chegamos à candidatura avulsa. Aí vem um aspecto. Eu também fui convocado para a reunião de Líderes, mas estou aqui nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ficarão os dois aqui.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Então, se for assim, a gente tem que suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, por favor, a posição de V. Exª é fundamental para que nós possamos continuar o trabalho.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Então, está bem. Eu, desiludido com esse aspecto – está aí o Mensalão voltando, fica tudo no mesmo –, vou votar por votar. Vou votar no financiamento público, eliminando o fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª é a favor do financiamento misto?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Não. Vou votar no financiamento público porque fui contra a lista fechada. Tendo lista fechada, eu tenho que ter financiamento público. Sou contra a lista fechada e vou defender, no Plenário, a argumentação contra essa lista fechada. Então, vamos votar o que está aqui. Financiamento público, acaba-se o fundo partidário, e voto porque há uma lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, V. Exª vota a favor do financiamento. O problema de regulamentação se discute posteriormente.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Voto, se terminarmos com o fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está perfeito.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Se não terminar, não voto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O voto de V. Exª, o financiamento público, está condicionado ao fim do fundo partidário?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Ao fim do fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas esse assunto não está sendo discutido no momento.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Bom, eu tenho só que complementar meu pensamento porque, se na frente, mantiver-se o fundo partidário, eu não voto pelo financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que, lamentavelmente, exatamente neste dia em que nós estamos discutindo financiamento de campanha, que, de certa forma, tem carregado a agenda do nosso País, está tendo certo desencontro com outras agendas aqui na Casa. Agora mesmo, estão nos chamando para ir a outra Comissão e depois voltarmos. Mas eu vou votar com o meu partido, até porque, com a decisão da Comissão do voto proporcional com lista fechada, o correto, o adequado é, então, financiamento público

de campanha. Mas, como nós vamos ter uma sessão final ou duas de ponderação, como disse o Senador Aécio, eu gostaria de ver apreciado por esta Comissão o estabelecimento de teto para candidaturas. Tanto faz o financiamento público ou o sistema hoje misto o estabelecimento de teto, porque o País assiste a uma cena deprimente a cada eleição. Parece que dinheiro brota do chão, parece que o país é outro, quando chega o período eleitoral. E aí, talvez, esteja a origem de muitos males que nós temos que, sem justificativa, justificar depois de cada eleição no nosso País, que é a enxurrada de recursos, de dinheiro, a escassa possibilidade de fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª é a favor do financiamento público?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concluo. E, especialmente, acho que o estabelecimento de um limite nesses recursos daria oportunidade para aqueles que têm boas plataformas políticas, boas propostas para o País e não conseguem estabelecer condições de competitividade. Então, sou favorável, por conta do voto proporcional com lista fechada, do financiamento público de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Jorge Viana é a favor do financiamento público exclusivo..

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Por tudo que já foi dito, Sr. Presidente, financiamento público exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós já votamos o sistema proporcional com lista fechada. Eu não vejo como nós possamos fugir do financiamento público de campanha. Mas, se V. Exª me permite uma argumentação sobre isso, no Brasil, nas últimas eleições, o percentual de doação para os candidatos a presidente, feito por pessoas jurídicas, é um absurdo, diferente de outros países, como os Estados Unidos da América, em que o número de doadores pessoas físicas é muito maior do que pessoas jurídicas.

Nós todos sabemos – e aqui eu vou pedir licença para usar uma expressão pedestre – que não existe almoço de graça. Quem financia vai querer alguma coisa em troca, com raríssimas exceções que só confirmam a regra. Muito bem. Eu não vejo como nós possamos aplicar um sistema proporcional com lista fechada sem o financiamento público de campanha. Ele tem as suas vantagens, pontos favoráveis, porque, em tese, ele vai igualar àqueles que participam da disputa eleitoral, e isso faz com que nós possamos impedir que o Congresso Nacional, os cargos eletivos sejam privilégio daqueles mais abastados.

Então, o financiamento público de campanha tem essa vantagem. Agora, eu não concordo que ele teria o benefício de acabar com o caixa dois. Ele não acaba com o caixa dois, caixa três, seja lá o número que se dê.

Então, por uma questão de lógica, como nós votamos o sistema proporcional com lista fechada, eu sou favorável ao financiamento público de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Senador Requião, não computei seu voto anteriormente, por isso...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu não vou me limitar a condicionante da lista fechada. Acho que a lista fechada, a fim e a cabo, não prevalecerá. Eu voto pela manutenção do sistema atual.

O financiamento público é o financiamento do partido, ele não pode ser usado em campanha eleitoral. E eu sou a favor do misto, do privado, com as condicionantes levantadas pelo Senador do Acre, o Senador Viana, ou seja, uma limitação para o doador e uma limitação para o receptor. Esse é o financiamento da campanha. E o financiamento público utilizado na campanha tem uma única moeda, que é tempo na mídia, comunicação, e não dinheiro vivo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Requião.

Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu também vou ser bem econômica nas palavras, mesmo porque considero que fui contemplada com os argumentos daqueles que defenderam o financiamento público exclusivo de campanha.

Eu só quero, Senador Dornelles, chamar a atenção dos meus companheiros parlamentares, e não só dos parlamentares, aqui nós temos uma sala lotada. A gente está debatendo reforma política, não é reforma eleitoral. É uma oportunidade muito grande de debater a situação da mulher também, Sr. Presidente, a maior de todas. Eu não sei, eu não me conformo, Presidente Dornelles, com o fato de a gente viver numa sociedade em que a mulher está tão sub-representada e não haver uma indignação. Olhe aqui, nós temos um Senado Federal com apenas 15% de mulheres; temos uma Câmara de Deputados, Senador Requião, que tem 7% de representação feminina. Esse não é o espelho da sociedade. E se não é, definitivamente a sociedade é dividida no meio, entre o gênero masculino e feminino. As mulheres hoje têm nível de escolaridade, as

mulheres têm capacidade, elas são responsáveis por quase metade de tudo que se produz no País, mas tem uma barreira que tem que ser debatida por esta Comissão, Presidente.

Então, quando a gente define pela lista fechada e financiamento público, entendemos que estamos dando um grande passo, caso haja alternância entre homens e mulheres.

Então, conclamo V. Exª, que sei que é um Senador, um político da mais extrema sensibilidade: vamos nos indignar, Senador Dornelles! Porque não é possível. Não vamos dizer que isso é natural. Não, não é. Não é assim na Colômbia, não é assim na Argentina. As mulheres lá estão entre 30% e 40%. Então, se estamos sub-representadas, em grande parte é por conta do sistema eleitoral brasileiro, em grande parte.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Esse assunto levantado por V. Exª foi levantado pela Senadora Ana Rita também.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E somos só duas que o levantam.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ele vai ser discutido nos últimos dias da convenção.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu chamo a indignação da sociedade, porque nos temos o índice de países...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – No dia de hoje, V. Exª é a favor do financiamento público?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu sou a favor do financiamento público exclusivo de campanha por todas as razões que aqui já foram ditas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o nosso partido, depois de um debate muito forte internamente, a maioria se posicionou pelo financiamento público exclusivo para as eleições, o Item 2.

E eu consulto a V. Exª: os outros quatro votos eu encaminharei, se V. Exª consentir, em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, eu proponho V. Exª em seguida. Nós votaremos a candidatura avulsa e deixaremos os outros itens para amanhã, em decorrência de uma série de comissões que estão tendo aqui.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pois não.

Item 2, Sr. Presidente: Financiamento público exclusivo para as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, Waldemir Moka, minhas desculpas, mais uma vez, pela falha que tive. V. Exª foi um daqueles que mais lutaram e defenderam a tese do *referendum*, juntamente com o Senador Itamar Franco, com o Senador Pedro Taques, de modo que eu devia ter feito imediatamente uma moção à proposta de V. Exª, mas V. Exª sabe às vezes a gente pisa na bola. Peço que V. Exª me desculpe.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou convencido de que – não vai ser o caso – se perguntasse à população qual o sistema que ela gostaria que fosse adotado, ela iria dizer que queria que se elegessem os Parlamentares mais votados. Eu não tenho a menor dúvida disso, mas já não é essa a discussão e vamos aqui – sou disciplinado – deixar para discutir isso nas duas últimas sessões.

O meu voto é pelo financiamento público exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu não posso me calar.

Meu companheiro Waldemir Moka, primeiro, se perguntar ao povo se ele é favorável a fechar o Senado, ele vai dizer que é. Está certo? Depende do modo como se fizer o debate. Se perguntar se é a favor de voto obrigatório ou de voto facultativo... Estou dizendo isso para a gente entender. Vamos discutir com o povo? Também sou favorável a isso. Não há ninguém aqui que defenda mais do que eu a participação popular; pode haver igual a mim, mais do eu não.

Vamos discutir tudo. Não pode é ficar aqui a tese... Porque perdeu no voto, já estão pondo um plebiscito lá na frente. O Senador Aécio já deu o resultado aqui: o Congresso vai aprovar contra. Está adivinhando agora? É dono do Parlamento? Manda nos Parlamentares? O que está acontecendo aqui?

Então, é preciso ter cuidado. Acho isso um desrespeito, inclusive à própria Comissão, que tem uma posição. Não posso me calar também diante disso. Veja: primeiro, para clarear algumas coisas que são ditas aqui e que às vezes ficam como verdade, defendo a tese de que não tem regra de financiamento eleitoral que impeça a corrupção. Aí concordo com o Senador Aloysio. Corrupção tem a ver com muitas outras coisas e não se resolve nem com financiamento público, nem privado. Não é esse o remédio que está sendo colocado aqui. Espero que nosso País melhore.

Nós aprovamos aqui lista fechada no sistema proporcional. Esse sistema tem uma vantagem: barateia a campanha. Se agente esperar... Aí tem razão o debate que o Senador Itamar puxa aqui, nosso Presidente

Itamar, que é em relação a financiamento público, ou seja, como fica a questão do Fundo Partidário. Acho que cabe à Comissão tratar desse tema. Claramente, em minha opinião, hoje temos uma coisa inaceitável em nosso país e em outros poucos países – reconheço. Qual é o interesse, tendo em vista a cidadania, de um financiamento de uma pessoa jurídica numa campanha? Só para a agente refletir. Até um cidadão eu entendo, porque é uma coisa da cidadania. De uma empresa, é isso que foi dito aqui, o interesse que nós temos é a participação na coisa pública. É muito raro alguém que está apoiando um partido ou apoiando um candidato que não seja por um interesse como esse. Então, estamos colocando aqui uma chance de ter um sistema que para a população é mais barato, é mais fácil de controlar e, por essa razão, defendo o financiamento público das eleições. Acho, sim, que cabem os dois debates, tanto o debate do Senador Jorge Viana, no sentido de ter um limite por candidato, como o debate em relação a garantir que se tenha, da mesma forma, colocado pelo Senador Itamar, a discussão sobre o que fazer do Fundo Partidário com a existência do Fundo Eleitoral. É uma fusão para um fundo único, com recursos para as duas finalidades, são dois fundos distintos ou apenas o fundo para a campanha eleitoral?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Votaram a favor da manutenção dos sistema atual o Senador Aécio, o Senador Aloysio, o Presidente Fernando Collor, o Senador Roberto Requião, o Senador Francisco Dornelles. Cinco votaram a favor do financiamento público exclusivo a Senadora Ana Rita, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Humberto Costa, o Senador Itamar Franco, discutindo posteriormente, o Senador Jorge Viana, o Senador Luiz Henrique, O Senador Pedro Taques, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Vicentinho, o Senador Moka e o Senador Wellington Dias. Doze votos.

Prevaleceu o financiamento público exclusivo.

Vamos, ainda hoje, apreciar a candidatura avulsa. Em seguida, deixaremos as três outras matérias para amanhã, às duas horas, se V. Exªs estiverem de acordo.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Amanhã, ao que parece, haverá uma reunião da Comissão de Orçamento às duas e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu sou membro da Comissão de Orçamento também, mas tenho impressão de que a reunião dessa Comissão de Orçamento de amanhã não vai ser deliberativa, o que vai permitir que se realize esta reunião sem criar problema para nós dois.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Só estou lembrando porque a candidatura avulsa é um projeto meu que vou querer defender.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu estava querendo colocar em votação hoje.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agora.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agora.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Está bem. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Dentro do esquema apresentado a V. Exªs existem quatro situações. Existe a proposta de manutenção da vedação para a candidatura avulsa, existe a proposta, do Senador Cristovam, que exige um percentual mínimo de eleitores na circunscrição para a candidatura avulsa, existe uma proposta de permitir candidatura avulsa para Presidente da República e para Governador, estabelecendo condições e limites para essa apresentação e existe a proposta, do Senador Itamar Franco, de permitir candidatos avulsos para as eleições municipais.

Assim, Senador Itamar Franco, vou ouvir V. Exª, que defende a proposta, e em seguida colocar em votação, se V. Exª concordar.

Concorda?

Pois não, Senador. Posso passar a palavra a V. Exª?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Presidente Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado, Presidente.

Vou pedir apenas um pouquinho de paciência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Toda a paciência... Com o senhor não é paciência. Ouvir V. Exª é um privilégio.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Porque vou defender uma tese muito difícil. Espero tentar convencer.

Sr. Presidente, fiz um pequeno resumo, para ser bem objetivo, para lembrar que em apenas 9,68 de 217 países as candidaturas avulsas não são permitidas.

Então, veja V. Exª que 9,68 de 217 países a candidatura avulsa não é permitida.

O meu resumo é o seguinte, Sr. Presidente:

Por que eu defendo inicialmente para prefeitos e vereadores? É preciso que em cada eleição e antes dela, em cada convenção, possamos extrair experiência em eleição para nossos objetivos superiores. Objetivos superiores são aqueles que deságuam no sempre desejado aperfeiçoamento da democracia. Quem ousaria negar que o exercício sadio da política não é outro senão melhorar instituições a serviço da cidadania?

Foi pensando assim, procurando identificar novos ensinamentos e como convertê-los em benefício dos brasileiros que refleti sobre o quanto ainda precisamos melhorar as decisões partidárias nas quais os convencionais têm hoje o seu papel limitado à simples homologação de decisões que lhes chegam prontas e acabadas.

Há, nos partidos, uma conformação estrutural que, ao tornar as bases reféns das decisões impostas, limita igualmente as postulações de novas vocações políticas quase sempre desejáveis para as oligarquias.

Isto, Sr. Presidente, eu ouvi quando fiz uma pequena palestra para alguns universitários, que diziam que não se sentiam bem nesse ou naquele partido e falavam na candidatura avulsa.

Os agentes políticos novos ou veteranos – e nisto eles se igualam – foram ao menos uma vez vítimas de decisões verticais de dirigentes partidários.

Volto a pensar nas lições recentes e proponho que, em nome da desejada liberdade dos candidatos, reabra-se a discussão sobre a candidatura avulsa, aquela espontânea, livre das manipulações de gabinete, mas nascida da decisão do cidadão que se considera apto a reivindicar a delegação popular. Para se tornar candidato bastaria registrar-se na Justiça Eleitoral, onde provaria estar em dias com as obrigações civis. Seria o bastante.

Quando se elegeu o Constituinte em 1934, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, fez-se tal experiência no Brasil, a do parlamentar avulso. Não é preciso dizer que, ao perceber que poderia escapar à exclusividade de indicação dos candidatos, os partidos de então cuidaram logo de sepultar a recém-nascida inovação.

A candidatura avulsa não seria novidade brasileira. Entre outros, Portugal, Itália, Canadá e Chile praticam-na com êxito. No Brasil, além da distante tentativa de 1934, o Deputado Leo Alcântara, da bancada do Ceará, submeteu a proposta de alteração do art. 9º da Lei nº 9.504/97, criando a figura do candidato liberto da filiação e da indicação partidárias. Ignoro, Sr. Presidente, o estágio em que está essa proposta do Deputado do Pará.

Precisamos criar a coragem e discutir com a Nação esse outro tema de uma reforma política cada vez mais urgente e indispensável, razão pela qual, Sr. Presidente, estou propondo que, na eleição municipal do próximo ano, no âmbito apenas municipal, o candidato a prefeito e os candidatos a vereador sejam candidatos avulsos e independentes da filiação partidária. Seria uma experiência que faríamos no campo municipal. E justifico, Sr. Presidente: temos hoje 27 a 28 partidos; num pequeno Município de 10 mil habitantes – e temos, em Minas Gerais, muitos deles -, como é que vão discutir 27 a 28 partidos? Lá se discute normalmente o problema às vezes até pessoal – "não gosto de fulano, eu gosto de fulano; então, vou me filiar a esse partido" -, mas não por problema ideológico. E isso está sendo mais além hoje no Brasil, quando se está tentando criar um partido; para interesse nacional? Não. Para o interesse do candidato que pretende se candidatar nas próximas eleições.

Então, Sr. Presidente, é uma tese difícil? É. Mas eu gostaria que as nossas Colegas e os nossos Colegas que aqui estão examinassem essa pequena experiência no campo municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Itamar Franco.

Vamos colocar em votação.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tinha resistência, mas me rendo à argumentação do Senador Itamar Franco. Apoio a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Por favor, a proposta do Senador Itamar Franco é em relação aos Municípios? É essa? Registro de candidato avulso para as eleições municipais, ou seja, para o cargo de prefeito e de vereador; é essa a proposta de V. Exª?

A proposta do Senador Itamar Franco é de candidato avulso para as eleições municipais, para o cargo de prefeito e de vereador. É essa a proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E eu voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu apoio sempre o Presidente Itamar Franco. Tenho juízo, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu sou pela Proposta nº 1, pela manutenção da vedação atual, portanto, contra a candidatura avulsa. Entendo que é preciso fortalecer os partidos, e a candidatura avulsa não possibilita isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu voto pelo fortalecimento dos partidos; portanto, voto contra a candidatura avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Apoio o Item nº 4, patrocinado pelo Presidente Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os dois líderes que saíram, Senador Humberto Costa e Senador Demóstenes, deixaram votos que serão computados no final. Foi uma concessão que fizemos a dois líderes.

Senador Jorge Viana.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só a democracia forte, estável, madura, consolidada, quando existem partidos fortes, partidos ideológicos, partidos programáticos, partidos que representam, como diz a semântica do nome, uma parte da sociedade. A candidatura avulsa, ela, assim como outras propostas que já foram colocadas aqui, vai na contramão da democracia feita com partidos. Aliás, a candidatura avulsa já existe na prática. Eu mesmo já fui vítima disso. Em duas campanhas de governador, pessoas que queriam simplesmente aparecer na mídia se candidataram a governador para participar dos debates, para participar dos horários eleitorais sem nenhuma proposta, sem nenhuma visibilidade, sem nenhuma possibilidade de obterem qualquer resultado na eleição.

Então, Sr. Presidente, já disse aqui em outra votação: não há pesquisa política neste País que mostre que mais do que 30% dos brasileiros acreditam em partido, votam em partido, têm simpatia por partido. Tudo que temos que fazer nesta reforma política é fortalecer os partidos. Por isso, votei no voto em lista, acabei de votar no financiamento público exclusivo de campanha e voto contra, *data vênia,* com o maior respeito ao nosso grande Presidente Itamar Franco, voto contra a candidatura avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, partido político no Brasil, com todo respeito, é uma farsa. Não existe ideologia. Na maioria das vezes o que existe é arranjo de cacique. Não existe ideologia e o que comprova isso são as coligações. Você encontra partido de direita coligado com partido de esquerda. Se você analisar os dois programas, pelos estatutos, vamos demonstrar essa farsa.

Partido político é muito importante, desde que tenha ideologia.

Se V. Exª me permite, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O tempo todo que V. Exª desejar. Se for possível ser mais sucinto, mas, do contrário, gostaria de ouvir V. Exª horas e horas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só quero saber se posso continuar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

É uma farsa. E partido político é importante, desde que tenha ideologia e respeite o programa. Penso que a Constituição garante ao indivíduo o direito de se manifestar, exercer a capacidade política passiva, ser candidato.

Portanto, voto favorável à candidatura avulsa.

Com todo respeito ao Presidente Itamar, não concordo aqui com o ponto quatro. Voto no ponto dois, exigindo um percentual mínimo de eleitores para que nós aqui possamos estabelecer um requisito para a existência de candidaturas avulsas. Se nós tivéssemos no Brasil partidos ideológicos que respeitassem seus programas, a candidatura avulsa não seria possível neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou me suportar no velho mestre Otto Maria Carpeux, no seu conceito moderno de democracia: democracia tradicional é o regime que procede pela vontade da maioria. A democracia evoluída na sociedade judaico-cristã se define pela sua essência, que é a liberdade, as liberdades das minorias se manifestarem. Precisamos, sim, de partidos fortes, mas estamos num processo de engendrar o cerceamento para as pequenas legendas de aluguel, e a possibilidade da candidatura avulsa, respaldada por um número considerável de eleitores, garante a sobrevivência da visão democrática.

Voto pelo Item nº 2: candidatura avulsa com número mínimo de apoiadores e eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, é óbvio! Fui provocada pelo Senador Taques, que fez uma observação sucinta, mas dura contra os partidos políticos. Acho que temos muitos problemas. Não só nos partidos políticos, no sistema eleitoral e, por isso, estamos discutindo a reforma política, para melhorar as instituições que temos, inclusive os partidos políticos.

Quero entender como se pode fazer política sem partido. Repito o que eu disse: o coletivo representa as ideias individualmente, mas a maioria das ideias, como vamos instituir um sistema em que, individualmente, as pessoas vão se colocar? Vai ser difícil organizar, vai ser pior ainda.

Então, diante disso, sou também radicalmente contra a candidatura avulsa, em qualquer termo, em qualquer nível.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, contra a candidatura avulsa. Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, fico imaginando convenções partidárias para escolher um candidato. E penso, vejo um candidato derrotado inconformado com as decisões do seu partido. Ele vai se desfiliar e vai para uma candidatura avulsa. Estou falando sobre questões práticas, que todos nós sabemos.

Confesso que a argumentação do Presidente Itamar é uma argumentação... Mas, quando me reporto para o que tenho presenciado, fico preocupado, porque existe, nessa questão do horário político, gente que vai se candidatar, como disse o Governador Luiz Henrique, sem a menor condição, a prefeito, pelo simples prazer de ir lá, na televisão, pegar uns minutos.

Mas a gente tem que decidir, e voto contrariamente à candidatura avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, acho que toda a defesa que vejo todos fazerem aqui é a de que o objetivo da reforma é o fortalecimento dos partidos. A candidatura avulsa, por mais que possa parecer uma ideia de liberdade, na verdade, numa frase só, é a própria negação da existência dos partidos. Quero defender o fortalecimento dos partidos, a valorização da organização partidária e, por essa razão, sou contra a candidatura avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Francisco Dornelles acompanha a proposta do Senador Itamar Franco, votando no nº 4, permitindo a candidatura avulsa a prefeito e vereador.

Senador Itamar Franco, acabei de dar meu voto a favor da sua proposta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Presidente, pela ordem. Como eu sou letra "L", estou no meio, posso fazer esta proposição: que, nas próximas votações, V. Exª inverta a ordem alfabética, começando pelo 'W", do Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Estará aceito.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O Senador Aécio agradece!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se o senhor não for inverter, meu nome é Waldemir, mas o senhor pode me chamar de Abigail!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está bom. Aceita a proposta, da próxima vez haverá inversão.

Eu queria dizer aqui o seguinte: a manutenção da vedação teve 9 posições: Senador Demóstenes... O Senador Demóstenes e o Senador Humberto Costa, como Líderes, antes, pediram, aqui, para participar da votação. Posso computar o voto deles?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Contra a minha opinião, Sr. Presidente. Contra a minha opinião.

V. Exª vai abrir um precedente que perigoso. Por isso que estou colocando aqui. Eu quero encaminhar, Sr. Presidente. Se V. Exª computar o voto dos dois líderes que deixaram a reunião – eu não deixei, outros vão deixar – V. Exª vai abrir um precedente perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Evitamos esse problema não fazendo o compito dos votos.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Acho que não podemos computar os votos. Com todo o respeito que tenho aos outros, não podemos computar o voto de quem está ausente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento. Acho que está correta a posição do Senador Itamar Franco, mas é preciso lembrar aqui que naquele instante foram os primeiros a expressar seu voto. Não tinha sido lançado ainda... Aliás, a pauta veio com cinco temas. Não estava decidido que iríamos tratar de um tema único.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Este tema está na pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estamos tratando de um tema único.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Este tema está na pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sei, eu sei. Estou dizendo é que no momento em que o Senador Demóstenes Torres e o Senador Humberto Costa fizeram isso, o Presidente fez o encaminhamento. Queria apenas clarear que foi na Comissão e antes do encaminhamento nos fixamos em só um tema.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos em um primeiro momento... Depois discutimos este problema: ignorar o voto dos dois.

Votaram a favor da manutenção atual a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Braga, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Vicentinho, o Senador Moka e o Senador Wellington Dias. Portanto, sete votos.

Votaram a favor da proposta do Senador Itamar Franco o próprio Senador Itamar, o Senador Aloysio, o Senador Aécio, o Senador Fernando Collor e o Senador Francisco Dornelles. Portanto, cinco votos.

Votaram a favor da proposta de um apoio mínimo – dois votos – Senador Pedro Taques e Senador Roberto Requião.

Dentro da sistemática que temos aqui...

O voto de V. Exª tem quatro proposições

Dentro da sistemática que adotamos aqui, prevaleceu inclusive na discussão e na votação dos sistemas eleitorais, foi rejeitada a proposta do Senador Itamar Franco.

Não computei o voto dos dois.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – É lamentável, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O meu voto é pela abertura. Se eu sou pela abertura máxima, sou pela mínima.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quem pode o mais, pode o menos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quem pode o mais, pode o menos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Argumento Apari.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Acho que o meu voto e o voto do Senador Pedro Taques devem ser computados com o voto do Senador Itamar Franco.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos admitir que tivemos um empate. O Presidente não vai dar voto minerva.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O problema é o seguinte: quando os dois líderes saíram daqui, eles levantaram a situação se poderia ser computado seus votos.

Vamos fazer assim, se V. Exªs concordarem: vamos deixar a votação para a próxima reunião.

Eles perguntaram se podiam fazer e nós dissemos que poderiam.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de propor que V. Exª renove esta votação na abertura da reunião de amanhã, para que tenhamos uma decisão madura da Comissão.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Vamos computar dois votos contra. Eles são contra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Queria propor o seguinte, Senador. Quero dar a minha mão à palmatória. Cometi um equívoco quando o Senador Demóstenes Torres e o Senador Humberto Costa pediram para sair, esta Presidência concordou. Agora, houve uma posição do Plenário em não considerar esses dois votos. De modo que vou chegar ao meio termo e fazer esta votação na reunião de amanhã.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, V. Exª está cansado de saber os dois votos. Vai levar para amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas hoje estaria empatado.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Toda hora estamos fazendo um ajustamento aqui. Empatou, vai levar para amanhã... Já sabemos o voto dos dois: votaram na candidatura avulsa. Esse ajuste não é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco, se houver outros Senadores ausentes, eles também poderão votar, do outro jeito.

A posição é a seguinte: o Plenário havia concordado que se computasse o voto dos dois. Certo ou errado, concordou, quando fizeram a proposta aqui. De modo que é difícil mudar as regras. A forma intermediária é deixar essa votação para amanhã.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Levanta-se a reunião às 15h56min.)

Senador **Francisco Dornelles –** Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 06 de abril de 2011, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da ala Alexandre Costa do Senado Federal. Sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Jorge Viana, Pedro Taques, Ana

Rita, Vanessa Grazziotin, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Lúcia Vânia, Demóstenes Torres, Itamar Franco, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Ana Amélia e Aloysio Nunes Ferreira, e dos Senhores Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, não membros da Comissão. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores Aécio Neves e Fernando Collor. Na reunião foram discutidos os seguintes temas: ***Candidatura Avulsa, Filiação Partidária e Domicílio Eleitoral, Fidelidade Partidária, Cláusula de Desempenho, Limite de Gastos e Federação de Partidos.***

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Reforma Política e coloco em votação a ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Srªs e Srªs Senadores, nessa documentação em anexo há três matérias com as quais V. Exªs estão totalmente familiarizados.

A primeira diz respeito à filiação partidária e ao domicílio eleitoral. Hoje é de um ano o prazo para filiação e de um ano para o domicílio. A proposta que trago, do Senador Aloysio, é de que mantenhamos a situação atual.

Os Senadores estão de acordo? *(Pausa)*

Está mantida, no Item nº 3, o prazo de um ano para a filiação partidária e domicílio eleitoral.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, deve ser assim, até porque a lei partidária possibilita que o partido político, em seu estatuto, desde que não seja no ano da eleição, estabeleça prazos de filiação diversos. As exceções estão na Lei Complementar nº 64/90 para categorias próprias.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está mantido, então, em relação ao domicílio eleitoral e à filiação partidária, o prazo de um ano.

O Item nº 2 diz respeito à fidelidade partidária. O Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal determinaram que o mandato pertence aos partidos, razão pela qual o abandono da sigla acarreta a perda do mandato, exceto nos casos de incorporação, fusão ou criação de novo partido, desvio reiterado do programa e grave discriminação. O STF entendeu que a referida norma deve viger até que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria.

A proposta é convalidar, através de lei, as regras do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – De pleno acordo, Sr. Presidente, só que apresentarei para discussão, nas últimas duas sessões, uma combinação ainda superior: a de que o eleito infiel que trocar de partido, além de se submeter à perda do mandato, seja submetido também à inelegibilidade na eleição seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas V. Exª concorda que seja aprovada no momento?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A cláusula de desempenho. O Supremo Tribunal Federal quer, na lei que trate do tema, a aplicação das seguintes regras transitórias.

Têm direito ao funcionamento parlamentar os partidos com o mínimo de três representantes de diferentes estados. Quanto ao direito à propaganda, é considerado que um representante na Câmara implica o direito a um programa; três representantes, um programa anual e dez minutos; partidos com cinco representantes têm direito a um programa por semestre por dez minutos. São as regras atuais.

Propõe-se a manutenção das regras atuais.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado. Permanecem as regras atuais.

Nós teríamos agora quatro pontos que foram adicionados durante a discussão da matéria. Aliás, ainda há a candidatura avulsa, que estava em votação. Estou esperando aumentar o número de Senadores para podermos decidir a matéria.

O limite de gastos foi uma proposta do Senador Jorge Viana. A federação de partidos foi a proposta levantada pelo Senador Valadares.

Pelo Senador Valadares, consulta popular que foi levantada pelo Senador Moka, pelo Senador Pedro Taques e pelo Senador Itamar; e cotas para mulheres que foram estabelecidas pela Senadora Ana Rita.

De modo que pergunto a V. Exªs o seguinte: Senador Itamar, sobre o problema da candidatura avulsa, houve uma proposta que V. Exª apresentou que uniu a sua proposta, a proposta do Senador Pedro Taques e a do Senador Requião.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – A quem está entendendo que ao apresentar a candidatura avulsa, os partidos ficarão impedidos de lançar candidatos, digo que não tem problema nenhum. A candidatura avulsa é apresentada e os partidos políticos

poderão apresentar candidatos, independentemente da candidatura avulsa.

Essa é a explicação que eu preciso dar, senão... Imaginem, candidatos avulsos e os partidos políticos que não têm candidatos. Ao contrário, candidato avulso mais os partidos políticos, se quiserem apresentar candidatos.

Essa é a emenda que anexamos do nosso Senador e do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Requião, a proposta apresentada é aquela que realmente une a proposta de V. Exª e do Senador Pedro Taques com a do Senador Itamar Franco.

Está no item 4, permitir que o registro de candidatos avulsos exclusivamente para eleições municipais, ou seja, para o cargo de prefeito e vereador, porém exigindo, como garantia de representatividade, o apoio de um percentual mínimo de eleitores da circunscrição para o qual o candidato pleiteia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Atingimos a perfeição com a proposta do Senador Itamar Franco.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Qual seria o percentual mínimo? Temos que definir. O percentual mínimo pode ser 0,5%, 0,10%, 30%? Acho que teremos que fixar o percentual mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, entendi a proposta número 4 do Senador Itamar Franco, mas a que eu defendo não é exclusivamente para prefeitos...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Para prefeitos e vereadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... não é exclusivamente nas eleições municipais. Aliás, existe uma PEC neste sentido, apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. Não é exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A proposta que chegou diz que é exclusivamente para as eleições municipais: prefeitos e vereadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É a quarta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É a quarta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É dele. Mas não é esse o meu encaminhamento. Eu defendo a número 2.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Qual?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A número 2.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, eu tinha feito a proposta mais abrangente e o Senador Pedro Taques também. Mas temos que começar de alguma forma. A proposta do Senador Itamar Franco dá um início em nível do Município e me parece adequado isso. Aliás, ela coincide de certa forma com a proposta anterior do Senador Aloysio, que era começarmos algumas modificações experimentais em nível do Município. É o guerreiro Ramos propondo uma alteração continuada, sem destruir a situação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria me associar a essa proposta do Senador Itamar Franco em relação a esta matéria, ou seja, em relação à candidatura avulsa. Penso que essa indicação e essa referência do Senador Aloysio e do Senador Requião sobre o aprendizado pela base é bastante fundamentada, por isso estou apoiando também, já que na outra reunião eu não pude votar por conta de outro compromisso. Agora voto apoiando a posição do Senador Itamar Franco.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi esse argumento. Na reunião passada desta Comissão, eu não tinha entendido que isso seria uma transição. Então, se estamos a tratar de uma transição, a própria emenda constitucional ou uma lei precisam de um período de maturação ou decantação.

Então, vejo como razoável. E imitando-se a natureza, vamos fazer uma decantação ou um amadurecimento primeiro nas eleições municipais. Rendo-me, portanto, a essa possibilidade de decantação nessa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, proponho...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique, ele já está na sua frente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É importante um esclarecimento. Acabamos de votar, Sr. Presidente, filiação partidária por um ano. O senhor fez isso no início da...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Manutenção da situação atual.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Manutenção da situação atual, que inclui filiação partidária por um ano. Eu gostaria que a Mesa, consultando o Plenário, ou mesmo na compreensão da Mesa, como poderemos estar votando essa outra questão, já que acabamos de aprovar filiação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Isso, como explicou o Senador Itamar Franco, não impede que os partidos apresentem seus candidatos. Uma pessoa que não é filiada, se obtiver, participe. Uma pessoa que não é filiada a partido nenhum não quebra a fidelidade. Está mantida a filiação.

Senador Luiz Henrique, V. Exª estabeleceria um percentual?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Proponho que o percentual seja igual ao número de assinaturas necessário para a fundação do partido no Município.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Percentual de 30%?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Percentual já estabelecido em lei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Qual é esse número, Senador?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não sei se cega a 10% do eleitorado. É mínimo, mas é um percentual importante.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Então, vamos fixar 10%.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É, 10%.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – De um percentual mínimo de 10% dos eleitores da circunscrição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Acho que é razoável. Dez por cento é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, quero fazer só um raciocínio aqui.

Veja só: a Comissão, aqui, dentro da temática de valorização dos partidos, aprova manter uma regra de filiação partidária por, no mínimo, um ano. Vamos ter um problema de interpretação legal.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Vamos deixar bem claro que o fato de se permitir a candidatura avulsa nesses termos propostos pelo Senador, em nada modifica a filiação partidária de um ano...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas é que é completamente incoerente. É só isso!

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Essa é a opinião de V. Exª, que respeito mais do que nunca.

Vamos botar em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo com a proposta do Senador Itamar Franco, Requião e Senador Pedro Taques levantem as mãos. Com o mínimo de 10%.

Senador Luiz Henrique.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Essa foi boa!

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Aprovada. Aprovada a proposta do Senador Itamar Franco, que permite os candidatos avulsos.

Eu pediria a V. Exª o seguinte: temos aqui...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, me permita!

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Um minutinho só.

Eu queria dizer a V. Exª que, dentro das discussões aqui, ficaram quatro temas pendentes: o limite de gastos, proposta do Senador Jorge Viana; a federação dos partidos, do Senador Valadares; a consulta popular, feita pelo Senador Pedro Taques, Itamar Franco; e a cota para mulheres, da Senadora Ana Rita.

De modo que queria perguntar a V. Exª o seguinte: continuamos mais um desses temas aqui?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! Pedi que pudesse nos repassar, porque, na contagem que fiz aqui, teve seis votos, na proposta anterior. Não tive o direito nem de me abster, nem de ser contra...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – V. Exª foi contra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como V. Exª sabe?

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PP – RJ) – Vamos continuar aqui.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente, com todo o carinho e com todo o respeito a V. Exª, mas a forma como estão sendo conduzidas as votações aqui... Não está muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Acho que o Senador Wellington está reclamando e com razão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aceito a crítica de V. Exª.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vamos disciplinar o processo de votação, para a gente ter clareza de quem está votando a favor, quem está votando contra, quem se abstém.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos disciplinar.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isso é necessário, até porque essas reuniões são públicas, e as pessoas precisam compreender o que está acontecendo aqui. Então, se agente não tiver clareza no processo de votação, fica parecendo que estamos "tratorando", e acho que não é esse o sentido, nem o objetivo da nossa Comissão, nem de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado. Vamos deixar as coisas bem claras...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, não tem nenhum problema que façamos por votação nominal. Sugiro que, alternativamente, hoje comece pela letra "w", do Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) –Vamos votar primeiro o tema de votação nominal, começando pelo inverso. A proposta do Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um esclarecimento de V. Exª. Eu tinha entendido que os temas pendentes iriam para as últimas sessões...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – As últimas duas são hoje e amanhã.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas não esgotamos ainda os temas...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Já esgotamos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Todos eles?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Todos eles.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Filiação partidária, domicílio?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A decisão foi permanecer tudo como está. Foi a votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Cláusula de desempenho também?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com validade e decisão do TSE.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas cláusula de desempenho o TSE não votou.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Supremo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo disse só que precisa de uma lei. O Supremo disse que precisa de uma lei. É só pegar o artigo... Cadê a Constituição Federal?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes, vamos ter calma aqui. Art. 17, inciso IV. O Supremo diz que precisa de uma lei para disciplinar o funcionamento partidário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, essa a proposta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo diz que, decidir fora da lei, que a Constituição reclama, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, o que decidiu é que lei vai convalidar decisão do Supremo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, nós vamos elaborar a lei?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos elaborar a lei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pelo desempenho partidário?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pelo desempenho partidário, convalidando a decisão do Supremo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos lá, Senador, o Supremo decidiu o seguinte: o Supremo decidiu que desempenho partidário não pode ser tratado em leis referentes à eleição. Tem que ser feita uma lei nos termos do art. 17, inciso IV, da Constituição Federal, que fala que lei regulará o desempenho partidário.

Então, o Supremo não decidiu nem que pode, nem que não pode.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente Dornelles, V. Exª me permite? O que nós aprovamos foram as regras; a forma como as regras serão postas, isso é uma questão de técnica legislativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não tem nada a ver com técnica legislativa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem. Isso vai ser um projeto de lei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, senhora! Quando a Constituição reclama lei, temos que fazer a lei.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Fazer a lei, mas fazemos a regra o conteúdo da lei, porque é isso que importa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª tem que entender qual foi a proposta: editar lei que mantenha o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do TSE sobre a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas o Supremo não tem entendimento sobre essa matéria, nem o TSE.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Qual é o entendimento?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Regra de desempenho elevada. Essa seria inconstitucional, porque uma regra que limita a atuação de partidos políticos e fere o princípio de liberdade de organização partidária.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Posso ler aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª me permitira que eu lesse para V. Exª?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Supremo mantém 1% hoje.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A Senadora Vanessa tem razão. O Supremo Tribunal tem determinado, até que nova lei trate do tema...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso. Nova lei. Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor! ...até que nova lei trate do tema, aplicação das seguintes regras – então, até que nova lei aplique as seguintes regras: tem direito ao funcionamento parlamentar apenas os partidos com o mínimo de três representantes de diferentes Estados a decisão. O direito à propaganda partidária é concedido nos termos da Resolução TSE nº 22.503 e do Acórdão de 16/02/2010, proferido no Processo de Propaganda Partidária nº 3947. Partidos com representantes na Câmara têm direito a um programa por semestre e cinco minutos. Partidos com três representantes têm direito a um programa anual de dez minutos. Partidos com cinco representantes, que tenham obtido 1% dos votos válidos no País e elegido um representante na eleição anterior, têm direito a um programa por semestre de dez minutos e vinte minutos.

Quanto à distribuição do fundo partidário, já foi editada a norma definitiva, que determina que 5% serão distribuídos em partes iguais a todos os partidos que têm registro no TSE.

Então, o que se decidiu é que deve ser editada uma lei convalidando essas decisões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso é o que diz a Constituição. Agora, não somos uma reforma parlamentar? Não estamos fazendo aqui uma reforma eleitoral? Nós não vamos fazer essa lei? Quem vai fazer essa lei senão nós? Decidiu-se, então, que não vai fazer nada, vai continuar do jeito que está.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vai continuar como está.

Aprovado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então pronto. Aí está certo. Quem quiser que apresente uma lei. É claro, tranquilo. Então, esta Comissão não tem função nenhuma, me perdoe. Dizer que o Supremo decidiu essa questão! O Supremo não a decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O nosso entendimento é que o Supremo entendeu como inconstitucional o art. 13 da Lei Partidária.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por que não foi tratado em uma lei específica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

E nós temos, sim, que, nesta Comissão, tomar uma posição, porque é a Casa de trabalhá-la e não deixar como está.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Supremo arguiu a inconstitucionalidade e baixou atos, portanto, precisamos de uma lei convalidando...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se não existe lei, daí ser inconstitucional, temos de tratar de fazer a lei.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – ...baixando uma lei convalidando o que o Supremo decidiu.

O assunto está decidido.

Vamos entrar no limite de gastos.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srªs e Srs. Senadores, eu trouxe para esta Comissão uma proposta: tomarmos uma atitude e fazer cumprir a lei. Como o sumário da própria Comissão traz, a cada eleição cabe à lei fixar até o dia 10 de junho os limites de gastos de campanha para os cargos em disputas. Não sendo editada a lei até a data estabelecida, caberá a cada partido fixar o limite de gastos e comunicar à Justiça Eleitoral.

Penso que esse é um dos temas mais importantes para darmos uma satisfação para a sociedade brasileira.

Em toda eleição, a grande discussão é se houve corrupção, se houve compra de votos, como funcionou a entrada e saída de dinheiro, se as prestações de contas são reais ou irreais. Ou seja, este é um tema da maior importância para o eleitor. Este é um tema que desequilibra as disputas. Há candidatos que só sabem fazer campanha com muito dinheiro. Outros candidatos

têm boas propostas e não têm a mínima condição, fazendo com que o jogo da disputa seja absolutamente desigual. Está estabelecido que tem de ter uma lei que estabeleça os limites de gastos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não foi aprovado o financiamento público?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Aí, nobre Senador Demóstenes, o que coloco é que um financiamento público também não estabelece que tenha teto. A única preocupação que eu trago, até porque a minha proposta é absolutamente adequada às duas alternativa, é se manter o voto proporcional como está hoje, a proposta é direta. Hoje tem limites para doação mas não tem limite para quem gasta. E, no sistema público, que foi aprovado aqui, também queria que constasse que se estabeleça um teto de gastos para as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A proposta existente, à qual V. Exª está submetendo, diz: Propostas existentes. Foi aprovado, como disse o Senador Demóstenes, o voto em lista. De modo que as propostas que podem existir é manter a situação atual, o que eu acho que realmente, não tem muito nexo; fixar limite de gastos para os partidos; fixar limite de gastos para os candidatos, ou fixar limite de gastos para os candidatos e para os partidos.

Qual é a proposta de V. Exª?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A proposta é que as candidaturas têm de ter limite de gastos no País, até porque está na lei. Se não for estabelecido, os partidos, hoje, estabelecem o teto que querem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor, desculpe, eu não posso correr com a votação. Eu tenho de fazer um debate amplo para que todos participem, para eu não ser acusado de estar atropelando.

Vamos discutir com calma, com serenidade.

Senador Pedro Taques, V. Exª pediu a palavra e falará logo depois, em seguida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu quero só concluir dizendo a V. Exª, meu caro Senador Demóstenes, minhas caras colegas, meus caros colegas, o seguinte: se prevalecer, no plenário, na decisão do Congresso, financiamento público de campanha, se prevalecer lista fechada, nós vamos precisar ter uma lei que estabeleça quanto se vai ter para que esses partidos possam receber e acessar para financiar suas campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana, peço um aparte apenas para esclarecer a votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só estou querendo pôr um adendo para que se estabeleça teto para esses gastos no nosso País, porque hoje não tem teto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É só para esclarecer a votação.

Aqui nós temos que raciocinar, se V. Exª me permitir, que foi aprovado voto em lista.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Um minutinho. Voto em lista e financiamento público. Fui derrotado nas duas, por isso estou deixando bem claro aqui: voto em lista e financiamento público.

Agora, eu entendo, se foi voto em lista e financiamento público, que o limite só pode ser feito para os partidos. É claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria que constasse que o Brasil, o nosso País estabeleça um teto para as candidaturas. Nós vamos ter que fazer muitas coisas depois disso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Se V. Exª permite, vou colocar em votação. Há quatro itens: fixar limite em gastos para os partidos...

Ana Paula, anote aqui, para não dizerem que estou atropelando.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está aqui na lista, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas não está colocado para as candidaturas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tem, tem. O item 3 é fixar limite de gastos para os candidatos.

Quais são as alternativas? Fixar limite de gastos para os partidos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É a única proposta que pode ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Então, vamos colocar em votação, de trás para frente.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, mesmo sem entender direito aqui, vou acompanhar o meu amigo e companheiro Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que isso é tão óbvio, Presidente, pode ser por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aqueles que concordam que o limite de gastos seja fixado por partido permaneçam como estão.

Aprovado o limite de gastos por partido.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para o partido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Para o partido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – No desdobramento, vai se dar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Federação de partidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não pode ser votado, porque foi proibida a coligação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Correto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, como é que vai votar?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, aí no caso...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor, por favor!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu queria um esclarecimento de V. Exª, se me permitir.

O Senador Demóstenes está ajudando bastante aqui na reunião também. Eu não estava presente na reunião que aprovou o fim da coligação. Eu só queria saber se a coligação foi proibida para todos os níveis – proporcionais e majoritários. Ah! Só proporcional.

Agora, tem sobre a mesa, sim, Senador Demóstenes, a proposta que ficou para *posteriori.* A coligação já está proibida, não há como voltar atrás, pelo menos na Comissão. Mas há a possibilidade da criação de federação, que não é exatamente uma coligação. Não, não é exatamente uma coligação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A federação é para funcionamento partidário. Para funcionamento partidário, temos que regulamentar a cláusula de desempenho; já ficou decidido que ficou como lei.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não. Mas nós já aprovamos os critérios da regra de funcionamento de partido, que é manter o que está hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não senhora!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É! Foi isso que nós aprovamos aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Vai manter provisoriamente, enquanto se edita uma lei.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, vamos regulamentar em lei o que está mantido hoje. Esta foi a proposta.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, posso falar? Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre a federação de partidos políticos, mesmo durante o período em que o Senado acabou com as coligações, e eu estava presente naquele momento, a federação de partidos políticos foi admitida pelo Senado e depois pela Câmara dos Deputados. Mesmo acabando com o sistema de coligação nas eleições. Então, eu volto à tona com este assunto porque nós temos que enfrentar – não é, Senadora Vanessa? – uma realidade no Brasil: nós temos 27 partidos. E agora estamos prestes a assistir a criação de um novo partido, lá em São Paulo, por iniciativa do Prefeito de São Paulo. Vinte e oito partidos. Ora, se nós não tomarmos uma atitude mais aberta, mais democrática, pode acontecer que, com essa reforma política, nós passemos a, no máximo, dois ou três partidos, o que, a meu ver, será altamente prejudicial ao funcionamento de muitas siglas que têm dado uma contribuição enorme ao nosso País. Ora, já vai ter a cláusula de barreira ou a cláusula de desempenho, já vai ter a queda da coligação, e não se permitir a federação é extinguir, de cima para baixo, os partidos políticos que não atingirem essa cláusula de desempenho. Numa federação de partidos políticos, essa cláusula pode ser atingida sem maiores dificuldades, e nós teremos a federação como um partido, funcionando pelo menos durante três anos, e pode-se estabelecer a obrigatoriedade de que os partidos que integrarem essa federação não poderão desconstituí-la, não poderão sair dela, sob pena de cassação de mandato de todos os parlamentares que a integrarem. É a questão da fidelidade partidária. A fidelidade, casada também na federação. Então, eleito um deputado federal, esse deputado federal, participando de uma federação, vai ter um líder, Presidente. Vai ter um líder.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª quer que eu acelere, não é?

Então, acelerando, colocando o pé no acelerador, Presidente, essa federação é para democratizar a reforma que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Favorável à aprovação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, a federação de partidos só tem existência, só tem lógica, se tiver cláusula de desempenho. Por quê? Suponhamos que... Vamos pegar a proposta vigente – não estou dizendo que vai ser aprovada – na Câmara. O partido, para ter funcionamento partidário, precisa ter cinco por cento dos votos nacionais, divididos esses votos em no mínimo nove Estados, sendo que ele pode ter no mínimo dois por cento de votos em cada Estado. Deve ter. Caso contrário, ele não tem funcionamento partidário. Quer dizer, os parlamentares que forem eleitos por esse partido não têm função nenhuma. Eles não podem formar blocos, eles não podem constituir liderança, eles não podem ter espaço no rádio e na televisão, eles não podem receber fundo partidário. Então, se houver a cláusula de desempenho, o que vai acontecer com esses parlamentares? Eles vão ser zumbis? Então, para que eles não sejam zumbis, estabelece-se o seguinte: em decorrência de eles não terem alcançado a possibilidade de poderem desempenhar suas funções, abre-se uma exceção. Qual é a exceção? Esses partidos podem juntar dois, três, quatro, cinco, constituir uma federação e agir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E agirem... Só para concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A federação é constituída...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A palavra está com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...antes das eleições, Presidente. A federação é constituída antes das eleições. Não é *a posteriori* não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ou depois. Ou depois. Ou depois. Antes ou depois. E pode ser constituída também para disputar eleição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Fora do microfone.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Aí, veja só, com a proibição da coligação, se constituir antes, funciona...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Fora do microfone.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, escuta...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Funciona como coligação partidária. A coligação foi proibida. A federação, que é constituída antes, é coligação. Então, essa está vedada já. Pelo que eu sei, nós já aprovamos, não pode ser assim.

A federação só existe, se aprovarmos aqui a cláusula de desempenho.

Como dissemos que a cláusula de desempenho vai ficar para uma lei – não é isso que foi decidido? –, então, como vamos discutir federação partidária?

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu entendo, se V. Exª me permite... Concordo com V. Exª no sentido de que, se foi votado o voto de lista e se não foi permitida a coligação nas eleições proporcionais, está praticamente o voto de lista incompatível com a federação.

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Não, Sr. Presidente. Não, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, gostaria que fossem ouvidos os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, pelos argumentos... Vamos ouvir aqui e botar em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Federação só existe com cláusula de desempenho. Se não existir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está escrito onde? Onde está escrito isso?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero discutir.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pergunto a V. Exª: existe federação hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Onde está escrito que existe?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Então...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nós estamos fazendo uma *(inaudível)* de uma federação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, vamos estabelecer uma ordem nos trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não existe. Federação existe como?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O partido já existe hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tanto não existe, que estamos querendo criar a federação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos ter de suspender a reunião, se não houver... Ou botamos uma ordem nela ou não dá. Aqui cada um se expressa livremente, cada um de uma vez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas, Presidente, estão destoando...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Assim não dá.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em respeito a V. Exª e aos companheiros, vou ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero concordar... Mas estou bem no microfone... Só se...

Quero concordar com a ideia daqueles que dizem que não há necessidade, que não está escrito em canto nenhum que tenha de haver cláusula de desempenho, para que possa existir a coligação. Em lugar nenhum. Ou melhor, a federação.

Não há nada que diga também que federação só existe após as eleições, porque, se for antes das eleições, ela se caracteriza como coligação. Não há em lugar nenhum, em lugar nenhum, escrito isso.

A diferença qual é? Ambas são o sinônimo... Senador Valadares, veja se estou correta, se estou pensando como V. Exª: ambas têm o mesmo princípio, que é ligar partidos, juntar partidos, forças. Essas se juntam por afinidades políticas, que não são permanentes, mas que podem ser momentâneas.

Agora, qual é a diferença da coligação para a federação, que existe em vários países do mundo? A federação tem um tempo de vida longo, maior do que a coligação, que dura apenas naquele período eleitoral. O período eleitoral se inicia com as convenções partidárias e se encerra com o resultado das eleições. A federação se inicia e se encerra aí, e a federação, não, Sr. Presidente.

Federação o que é? É a forma de fazer com que partidos políticos pequenos não apenas tenham uma sobrevida, mas que tenham a possibilidade, diante de uma afinidade política, de se juntarem.

Já acho exagerado proibirmos coligação no Brasil. Aliás, o Supremo achou isso, também achou exagerado, porque isso fere o princípio da liberdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Coligação? O Supremo nunca decidiu sobre coligação.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Fere o princípio da liberdade.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E cláusula de desempenho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, bem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque fere o mesmo princípio da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu só pediria que falasse um de cada vez.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E a própria coligação foi analisada também. Ela já foi analisada do ponto de vista jurídico.

Então, Sr. Presidente, acho que o mínimo que poderíamos fazer, em nome da liberdade de organização, da liberdade de opção partidária, é manter a federação. Acho que isso, sim, dá condições de governabilidade, e seria importante. É um instrumento importante.

Então, acho que a federação é muito importante. Muitos países do mundo adotam esse método como um método importante. Nós podemos fazer o mesmo aqui, também.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares... Senador Valadares, eu pediria a V. Exª que permitisse que ouvíssemos os outros Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Faça esse favor para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o que estou fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Faça esse favor para mim. Quando V. Exª fala, todo mundo olha para V. Exª. V. Exª atrai a atenção da Casa. De modo que cada palavra que V. Exª dá, todos olham para V. Exª, pela sua competência, pelo seu conhecimento.

Se V. Exª falar, os outros Senadores não serão ouvidos.

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, me parece uma questão inequívoca que se aprovarmos alguma reforma será a proibição de coligações nas eleições proporcionais.

Ora, se nós vamos aprovar o fim das coligações, vejo muito mérito na proposta do Senador Valadares, mas como uma providência pós eleitoral e parlamentar. Aliás, relativamente à proposta de federação, os regimentos internos já prevêem a formação de blocos partidários. Parece-me que a proposta de federação seria a reedição em lei de disposições regimentais propondo a formação de blocos parlamentares. Nesse sentido, sou favorável à matéria. Agora, acho incompatível com a vedação de coligação a formação, a ordenação de federação ou bloco pré eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A posição de V. Exª é contrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Minha posição é contrária se o conteúdo for de atuação pré e não pós eleitoral.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, deixe eu tentar explicar ao Senador Valadares, com todo respeito.

Eu gostaria só de ser preciso na tese da federação dos partidos.

Coligação é algo que existe apenas para efeito da classificação durante a eleição.

No caso da federação de partido, vai além. Por isso que é diferente de coligação. A federação de partidos tem compromisso programático e é feita durante o processo eleitoral...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Antes do processo eleitoral.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Antes do processo eleitoral, para o processo eleitoral, e são obrigados a ser mantidos esses compromissos durante o mandato.

Estou colocando aqui que é uma alternativa, ela é diferente. Sou favorável à aprovação do texto da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Wellington afirmou que a federação de partido é feita antes do processo eleitoral, pelo prazo do mandato, formação de lista de candidato antes do processo eleitoral e que é obrigatório permanecer durante um período de três anos.

Senador Pedro Taques.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É obrigado a permanecer durante três anos. E se não permanecer, o que acontece?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Cassa-se o mandato.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, que fique clara a perda do mandato na proposta. Porque, daí, na verdade, estamos abrindo um caminho para a constituição de um novo partido, dentro dos coeficientes. Mas, tem que haver a penalidade explícita.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós estamos fazendo desta Comissão um instrumento para fortalecer os partidos políticos. O que conta no partido político não é a quantidade de partidos políticos que existe. Podem ser dez, vinte... Não é a quantidade, é a qualidade programática, ideológica desses partidos políticos. Nós acabamos com as coligações, agora vamos criar uma federação de partidos.

Tenho a ideia de que federação de partidos existe em Estados que são regionais, onde existe a possibilidade na Constituição de que partidos políticos possam ser regionais e por um objetivo nacional eles se unem no Parlamento. Essa federação de partidos aqui não passa de um bloco de sustentação parlamentar, de uma coalizão.

Com todo respeito, estamos votando aqui algo que já existe, é a coalizão estabelecendo prazos para que essa coalizão, ou esse bloco parlamentar permaneça. Isso não é federação de partidos, com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, esse tema tem origem nesta Casa em 1999. Depois, foi aprovado aqui, foi para a Câmara e tem deliberação da Comissão de Reforma Política. Eu queria aqui, só para colaborar com essa discussão de maneira objetiva, ler aqui algo que pode esclarecer, porque entendo – e votei a favor do fim das coligações proporcionais – que não podemos misturar um combate às coligações espúrias e ilegítimas, que enganam o eleitor, feitas às vésperas de eleição em busca de coeficiente eleitoral, com algo que é salutar na política, que são as alianças políticas, partidárias, seja para formar blocos, seja para que os partidos possam somar forças e defender suas plataformas comuns.

Aqui – só um pouquinho, Presidente –, ficaria estabelecido:

"Fica facultado a dois ou mais partidos celebrar coligação para as eleições de candidatos a deputado federal, deputado estadual, distrital e vereadores, atuando como se fosse uma única agremiação.

§ 1º A coligação será constituída como federação de partidos políticos identificada com nome, obedecendo às seguintes três regrinhas: 1) só poderão integrar as federações partidos com registro definitivo; 2) os partidos e coligações em federação deverão permanecer por três anos [como estabeleceu o nobre Senador Valadares]; 3) nenhuma federação poderá ser constituída nos três meses anteriores à eleição".

Com isso, vamos estar disciplinando algo que é a própria política, as alianças, as coligações, mas que elas venham acompanhadas de compromisso partidário, que se assuma esse compromisso por três anos, perante os eleitores, para evitar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Jorge Viana, me permita.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No voto que V. Exª leu, V. Exª mesmo está dizendo: a federação é uma espécie de coligação. Pode ler no voto de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas a coligação nós já dissemos que não pode acontecer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – São distintas. Nós estamos combatendo as coligações feitas de maneira cartorial, tendo em vista a legislação atual, que empurra partidos que têm posições ideológicas e compromissos absolutamente diferenciados em busca de coeficiente eleitoral.

Agora, fazer bloco de formação de partidos para poder governar... E aqui acho que a criação da federação disciplina essa matéria e cria um ambiente duradouro para que o próprio eleitor entenda que há blocos ideológicos se formando para disputar a eleição e, depois, para governar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria abordar o tema da federação indo exatamente em socorro ao que já disse o Senador Demóstenes, ao que já disseram aqui o Senador Pedro Taques e outros Senadores.

Vejam: esta Comissão já votou pelo fim da coligação para proporcionais na eleição. Esta Comissão também deixou para a legislação ordinária a questão de cláusula de barreira. Portanto, se não houvesse a previsão de que, no Brasil, tivéssemos partidos regionais, como bem disse o Senador Pedro Taques, e que, num objetivo nacional, esses partidos pudessem juntar-se para se tornar um partido numa federação em âmbito nacional para tal poder representar numa eleição majoritária nacional aqueles partidos, sem isso, Presidente, votar a federação de partidos é votar a coligação. É votar a coligação dos partidos. Significa dizer que estamos mudando o nome de coligação para federação, porque terminada a eleição, surgem blocos. Blocos.

Hoje mesmo, aqui no Senado, temos blocos formados por diversos partidos que dão sustentação. Mais ainda: os blocos podem durar durante todo o mandato. Aqui, estamos dizendo que é pelo prazo de três anos. Portanto, estamos estabelecendo prazos. Nós não avançaremos se não mantivermos a decisão que tivemos anteriormente, ou seja, de não aprovarmos a coligação proporcional. Se não aprovamos a coligação proporcional, não podemos agora aprovar a federação dos partidos.

Portanto, voto contra a formação de federações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu não queria ser impertinente, mas eu acho que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não queria ser impertinente, mas eu acho que, no começo desta sessão, tivemos duas ou três intervenções para chamar nossa atenção para que deveríamos, com calma, nos posicionar. São as duas últimas reuniões desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Hoje e amanhã.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Esta Comissão tem uma responsabilidade enorme, está todo o Brasil nos assistindo, esperando que algum sinal saia daqui para que o Congresso possa aprovar uma reforma política.

E há três temas, os três últimos, que vão requer um tempo adequado para que possamos discuti-los: federação de partidos – aqui já estamos vendo que é polêmico e importante –, consulta popular e cota para as mulheres. Eu gostaria que esses três temas não ficassem prejudicados e gostaria de saber, após aprecia-

ção do plenário, se não deveríamos tratar esses temas, já que amanhã temos ainda uma última reunião, com calma, com a atenção devida, para não atropelarmos, principalmente, os outros dois pontos, últimos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Poderíamos votar esse, da federação dos partidos, e deixar os outros dois para amanhã.

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Presidente, há um tema que eu tinha colocado, que é o seguinte. Na questão do domicílio: se, durante o mandato, alguém...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Já foi aprovado isso.

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Se, durante o mandato, alguém mudar de domicílio, perde o mandato, porque não tem sentido... Isso aqui permite o tal do prefeito itinerante. Você ainda é prefeito, muda o domicílio, e continua prefeito. Isso não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Já foi aprovada a proposta de V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS(Bloco/PT – PI) – Já foi aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Já foi aprovada.

Então, vamos colocar em votação só a federação dos partidos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Serei breve.

Tomei a iniciativa de apresentar essa proposta, repetindo o que o Senado e a Câmara dos Deputados já fizeram em outra época. Falou-se aqui que é uma coalizão para atender interesses meramente parlamentares, formação de blocos. Muita gente esquece o que aprovamos aqui e a Câmara, em todas as comissões, adotou: a federação é registrada no Tribunal Superior Eleitoral, com um programa, com estatuto, e os partidos que integrarem a federação terão de ter afinidades ideológicas, programáticas. Quer dizer, não é uma coisa aleatória que, depois da eleição, como eu não tenho direito de entrar na comissão, sou deputado de um partido só, o outro também não tem, a deputada também não tem e, então, decide-se fazer um bloco da conveniência, sem nenhum estatuto, sem nenhuma obrigação, sem nenhum compromisso político-partidário ou ideológico. Não é isso que estamos propondo.

Parece que aqui falei latim ou inglês macarrônico, porque ninguém entendeu. V. Exª, nobre Senador Pedro Taques, falou em coalizão, coalizão temporária, momentânea, depois das eleições. Eu não falei nada disso. Falei na formação de um bloco político antes das eleições para ter funcionamento parlamentar durante pelo menos três anos, e aquele parlamentar que sair do bloco da federação vai perder o mandato. Se um partido político que tem três deputados resolver sair antes dos três anos, perde o mandato. Estou falando claro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares, V. Exª já fez sua exposição brilhante...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não é brilhante, é objetiva

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Um aparte, Valadares, um aparte breve.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estão dizendo tudo o que eu não disse e estou desdizendo o que estão dizendo que falei.

Concedo um aparte ao Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É a falta de atenção ao Senador Líder do Partido, do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Para não dizerem que não dei atenção ao Senador Inácio Arruda, eu vou...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... por falta de atenção ao Senador Líder do Partido, do PCdoB...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou pedindo aqui um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não é que não tenha dado atenção ao Senador Inácio Arruda. Eu vou renunciar ao partido. Quero apenas, como ele estava falando, começar uma votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É um detalhe muito pequeno, Sr. Presidente, mas só para demonstrar a importância da inovação que iríamos introduzir na legislação eleitoral com a proposta do Senador Valadares. O tempo que se estabeleceu de três anos é o tempo mínimo; pode durar 30 anos. Não tem problema se isso funcionou, deu certo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os partidos podem até se fundir mais tarde e formar um partido só.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A Frente Ampla uruguaia funciona há mais de 20 anos, quase 30 anos tem a Frente Ampla. Funcionou, deu certo, reuniu um conjunto grande de partidos. Acho que é uma grande inovação para a legislação eleitoral brasileira

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação a federação dos partidos. (Pausa.)

Começando mudando a ordem, como sempre, a pedido.

Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Waldemir Moka?

Senador Vital do Rêgo?

Senador Vicentinho Alves?

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA.. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sou a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Contrário, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Lúcia Vânia?

Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Não

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Fernando Collor?

Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto com a bancada, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira?

Senador Aécio Neves?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se for empate, o voto de minerva... (intervenção fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Seis votos a favor: Antonio Carlos Valadares, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Humberto Costa e Ana Rita. Houve mais algum voto a favor?

Votos contra: Pedro Taques, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Itamar Franco, Ana Amélia. Sete votos, portanto, sem computar o meu.

Foi derrotada a federação dos partidos.

Amanhã, iremos apreciar dois temas: a fidelidade partidária...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Amanhã, às 14 horas, vamos apreciar dois temas: a consulta popular e a proposta das Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin sobre a cota das mulheres.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Relativamente à candidatura avulsa, verifiquei a lei eleitoral que dispõe sobre a organização dos partidos políticos e ela estabelece, no art. 7º, § 1º, que só é admitido registro do partido que conte com 0,5% dos eleitores.

Gostaria de propor a simetria da regra para a candidatura avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Já foi aprovado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi votado com destaque para o percentual mínimo

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Dez por cento.

Declaro encerrada a reunião e convoco outra para amanhã às 14 horas.

(Levanta-se a reunião às 15h27min.)

Senador **Francisco Dornelles –** Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 07 de abril de 2011, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, na Sala nº 2 da ala Alexandre Costa do Se-

nado Federal. Sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Jorge Viana, Pedro Taques, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Aécio Neves, Lúcia Vânia, Fernando Collor, Demóstenes Torres, Itamar Franco, Vicentinho Alves, Ana Amélia e Aloysio Nunes Ferreira, e do Senhor Senador Eduardo Suplicy, não membro da Comissão. Na reunião foram discutidos os seguintes temas: Consulta Popular e ***Quotas para Mulheres.***

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srªs e Srs. Senadores, eu peço dispensa da leitura da Ata. *(Pausa.)*

As Srªs e Srs. Senadores que a aprova permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Eu queria dizer às Srªs e aos Srs. Senadores o seguinte: nós fazemos hoje a última reunião desta comissão. Na reunião do dia 15, nós aprovamos novas regras para a suplência de Senador e a modificação das datas de posse dos chefes dos Executivos. Na do dia 17 de março, foi mantido o voto obrigatório, foi estabelecido um mandato de cinco anos para o Presidente, sem reeleição.

No dia 22, foi abolida a coligação proporcional e foi adotado o voto de lista.

Na reunião do dia 5 de abril, foi decidido o financiamento público exclusivo para as campanhas, foi mantida a candidatura avulsa para prefeito, para vereador, nos termos propostos pelo Senador Itamar Franco, foram mantidas as cláusulas de filiação partidária, domicílio, fidelidade, cláusula de desempenho.

Hoje, depois de discutidos esses dois pontos restantes, vamos mandar para o gabinete dos senhores um memorando dos temas debatidos, para que, se houver alguma dificuldade redacional, os senhores mandem para o nosso gabinete. A ideia é que nós possamos, até semana que vem, levar esse documento ao Presidente Sarney, a quem vou solicitar que seja concedido mais trinta dias, para que possamos apresentar os textos das matérias aprovadas.

Estão de acordo?

(Pausa.) (Comentários inaudíveis no Plenário da comissão.)

Há dois temas na reunião de hoje. O primeiro deles diz respeito à consulta popular, ou seja, se vamos submeter à consulta popular, em plebiscito ou referendo – o plebiscito é anterior à aprovação e o referendo, posterior. Isso seria sobre o sistema eleitoral, ou seja, sobre o sistema de lista ou não lista, ou sobre tudo que for aprovado.

As cinco alternativas estão colocadas aqui no documento enviado. De modo que vou fazer o seguinte: dentro daquela sugestão que me foi feita, eu começaria do *w* para o a. Mas, como essa proposta é do Senador Moka, do Senador Itamar Franco e do Senado Pedro Taques, eu chamarei os três em primeiro lugar.

Senado Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, depois desse trabalho, uma vez aprovado o texto antes, essa consulta é fundamental. Esse seria o tema sobre o qual devo me manifestar. Tenho comigo, posso estar enganado, que a opinião pública pode ter alguma dificuldade. Acho até que a consulta ou referendo vai servir para que se possa explicar até a forma com que se daria a votação, por exemplo, em lista fechada. Eu acho que isso seria fundamental, até para se explicar como se daria isso, como seria feito isso.

De tudo que discutimos, o que a população vai ter sem, dúvida nenhuma, mais dificuldade para assimilar é o chamado voto ilícito.

Eu quero dizer que sou disciplinado. A comissão decidiu, e eu acho que é esse texto que nós vamos evidentemente apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – De modo que V. Exª, pelo que disse, é o referendo sobre o sistema eleitoral?

Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu, de regra, sou contra consulta popular, mecanismo inserido na Constituição, como disse o Senador Itamar Franco, mas é algo que deve ser utilizado com muita moderação. Nesse caso específico do sistema eleitoral, entendo que seja válido, porque mesmo os especialistas têm dificuldade em explicar como é que vai se dar a votação, como é que é esse sistema. Então, qualquer que seja o sistema adotado ao final, especialmente se for esse proporcional com lista fechada, sou favorável a que, nesse item, somente nesse, se faça consulta popular, ou seja, o referendo. Depois de aprovado, submeter à população se aceita ou não esse novo sistema. Então, pontualmente, eu voto favorável ao referendo para o sistema eleitoral novo, que será implantado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Excelência, eu defendo a consulta popular conforme está na Constituição. O PDT, Partido de que faço parte, defende a consulta popular para toda reforma política. Eu me reservo o direito de defender isso em plenário e na CCJ posteriormente, mas aqui, neste instante,

defendo a consulta popular apenas para o sistema eleitoral. Portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O referendo? O referendo sobre o sistema eleitoral?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, estou colocando consulta popular como gênero, não é? E, dependendo da situação, pode ser plebiscito ou referendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Perfeito. Com o número três?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sempre tivemos uma dificuldade particularmente aqui, meu caro amigo e mestre, Senador Demóstenes. Mas eu gostaria de ler rapidamente, apenas para recordação – e estou certo de que todas as Srªs e os Srs. Senadores vão se recordar –, a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, Sr. Presidente, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei [e das normas constitucionais pertinentes], mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular."

E aí, Sr. Presidente, vem a lei, examinando cada caso do plebiscito, referendo e da iniciativa popular. Nós não estamos inovando nada. A consulta popular é uma obrigação de ordem até constitucional. Quando o eminente Senador Demóstenes se insurge logo contra a consulta popular, a soberania popular, e ele hoje está de acordo de que seja com o sistema eleitoral, para o nosso mérito, isso é uma evolução. Mas essa evolução, Sr. Presidente, com todo respeito, tem que ter uma evolução maior. Eu não sei qual é o medo, particularmente dos partidos. Do PT, por exemplo, e do PMDB. Por que o medo de consulta à soberania popular? Eu, sinceramente,... Nós todos estamos aqui por quê? Porque fomos eleitos. Por quem? Pelos eleitores. Houve realmente uma consulta popular, com os nossos votos. Eu acho que nós não precisamos nos amedrontar com isso. Nós precisamos resguardar a Constituição sim, mas precisamos também ver que ela preconiza determinadas obrigações que devemos cumprir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente, eu vou me adiantar – não deveria fazê-lo, V. Exª pode até me chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas o voto de V. Exª é pelo referendo?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Certo. Mas eu só queria, já me adiantando... Se eu estiver saindo um pouquinho, V. Exª pode me cortar a palavra.

Mas S Exª falou praticamente na última reunião. Eu queria aproveitar o ensejo, porque estou com a palavra, para, em nome do meu partido, levar uma mensagem de aplauso a V. Exª pela maneira democrática, cordial com que dirigiu os trabalhos desta Comissão. Em nome do PPS e em meu próprio nome, quero lhe dar meu abraço fraternal e cumprimentá-lo pela condução difícil desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Itamar Franco.

Vamos agora, em termos de lista, dar a palavra ao primeiro, começando de frente para trás, de trás para frente. A última vez começamos de frente para trás.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) –Estamos votando as opções referendo, plebiscito. É isso, não?

Sem muita argumentação, vou acompanhar os votos do Senador Demóstenes, do Senador Pedro Taques, do Senador Waldemir Moka. No caso do sistema eleitoral, voto a favor do referendo, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero dizer, primeiro em nome do Partido dos Trabalhadores, que nós defendemos a posição da consulta popular. A discordância que temos é em relação a fazer apenas sobre um dos tantos itens que discutimos aqui. É somente essa a diferença. Então se vamos fazer, façamos sobre todas as propostas. Defendo o referendo, mas sobre todas as propostas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, foi uma circunstância feliz para mim a votação não ter sido concluída na reunião anterior porque me deu tempo para refletir sobre o argumento dos Senadores favoráveis ao referendo, à consulta popular sobre o sistema eleitoral. Mudei de opinião: sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, item 3: referendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) –Sr. Presidente, da mesma forma, referendo sobre o sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Vanessa Graziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu defendo referendo não apenas para o sistema eleitoral, mas também para todas as propostas de uma reforma política porque considero tão importante quanto o sistema eleitoral o financiamento público de campanha e uma série de outras questões que envolvem a matéria que estamos aqui analisando e votando. É a nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, da mesma forma, entendo que a população precisa debater e precisa conhecer a reforma política de modo geral. Então, é importante que façamos o referendo sobre todas as propostas. Eu também defendo a proposta nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, hoje muito pouca gente no Brasil conhece em detalhe o sistema político que usamos. Sou a favor do referendo, que é uma ferramenta para tornar o sistema aprovado com o conhecimento geral da população. Só acho que devemos submeter a referendo as questões mais polêmicas. Existem questões que serão absolutamente consensuais no Congresso e na sociedade, mas como a opção que se me coloca é a do referendo específico para o sistema eleitoral ou o completo, eu voto pelo completo, embora eu ache que para algumas questões é dispensável o referendo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sou favorável a uma consulta popular uma vez que referendo ou plebiscito, representam o respeito à autonomia popular, à soberania popular, envolvendo todas as propostas que forem aprovadas pelo Congresso Nacional.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, levanta também a tese de que a reforma política, já que haverá mudanças substanciais na escolha de candidatos eletivos a Governadores, Presidente, Deputados, Vereadores e Prefeitos, deveria ser objeto de consulta popular.

Portanto, aprovada a matéria pelo Congresso – lista fechada, financiamento público de campanha, etc. –, todas essas matérias deveriam ser objeto de apreciação pelo povo brasileiro, pelos eleitores do Brasil.

É isto aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Número 3 ou 4?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É geral. Geral e irrestrita.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, sem maior argumentação, voto pelo referendo no sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pelo referendo no sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, acho que houve uma manifestação do Presidente Itamar, nosso colega Senador, e eu certamente não tomarei muito tempo, mas eu queria que ficasse registrado que ontem fiz uma consulta a V. Exª e o senhor nos informou que hoje, formalmente, é a última reunião da Comissão. Depois, provavelmente podemos ter uma reunião para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. Exª não estava aqui no início. Hoje seria a última reunião nesses dois temas. Em seguida, até o final da tarde, ou amanhã, eu enviarei a cada um dos senhores um resumo que fiz da matéria aprovada, para o caso de existir algum reajuste, e na próxima semana nós entregaremos esse, digamos, resumo executivo ao Presidente Sarney e solicitaremos a ele mais 30 dias para aprovação dos textos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, dentro desse encaminhamento eu queria fazer só este registro e cumprimentar V. Exª pela condução. Eu sei que poderia alguém criticar ou estabelecer algum parâmetro ou algum outro encaminhamento que, certamente – não estou dizendo que seria o mais adequado –, mas tratar desse tema que o Brasil inteiro discute e fazer com que Senadores e Senadoras que participam desta Comissão se posicionassem, respeitassem inclusive o momento em que perderam voto ou que ganharam é um mérito que tem que ser registrado, e graças à sua condução nós já temos, sobre reforma política, um posicionamento de uma Comissão importante desta Casa que sinaliza para o próprio Senado e para o Congresso sobre 11 temas pelo menos sobre os quais nos posicionamos.

Então, quero parabenizar V. Exª e dizer que, sobre a matéria, eu, sinceramente, também, ontem, não tinha um convencimento, como meu colega Senador Aloysio, mas acho que, de todos os temas, esse diz

respeito diretamente ao eleitor, que é a figura mais importante desse processo.

A mudança do sistema eleitoral tem uma relação direta com o eleitor. Eu acho que nesse caso nós deveríamos fazer a consulta ao eleitor, que é a figura mais importante no processo da democracia que nós temos, graças a Deus consolidada no País.

Então, fico com a proposta de número 3, de fazermos um referendo sobre o sistema eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, fico também com a proposta número 3, referendo sobre o sistema eleitora. Acredito que é uma forma de respeitar o eleitor e também de dar conhecimento do que nós discutimos e votamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador Fernando Collor. (Pausa.)

Senador Francisco Dornelles.

Apenas para dizer que ganhei uma, vou respeitar a maioria. Número 3.

Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)

Doze Senadores votaram a favor do referendo sobre o sistema eleitoral: Senadores Waldemir Moka, Demóstenes Torres, Pedro Taques, Itamar Franco, Aécio Neves, Aloysio Nunes, Vicentinho, Ana Amélia, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Jorge Viana e Lúcia Vânia.

E votaram no referendo sobre todas as matérias: Senador Wellington Dias, Senadora Vanessa, Senadora Ana Rita, Senador Roberto Requião, Senador Antonio Carlos Valadares.

Foi aprovada a realização do referendo sobre os sistemas eleitorais. Muito obrigado a todos.

O segundo tópico da matéria está relacionado com as cotas, que foi uma proposta da Senadora Ana Rita, que teve o apoio da Senadora Ana Amélia, Senadora Vanessa, Senadora Lúcia Vânia, e que submeto aqui...

Se eu pudesse, inicialmente, dar a palavra à Senadora Ana Rita...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria também de discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Rita. As mulheres hoje aqui têm preferência. Os homens só falam depois de todas as mulheres terem falado. Estão de acordo? (*Risos.*)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas queremos contar com o apoio dos homens, não é Senador? Obrigada, Senador Francisco. Muito obrigada.

Na verdade, a proposta que apresentamos aqui é uma proposta construída coletivamente com as mulheres e, neste momento, construída com as mulheres que estão presentes na Comissão: a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa, a Senadora Lúcia Vânia; tivemos a oportunidade de conversar também com outras Senadoras: a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Gleisi. E o que nós queremos assegurar é que tenhamos a possibilidade de ampliar o espaço das mulheres nos espaços de poder, não só no processo eleitoral, mas entendendo que ocupando mais os espaços de poder no Executivo, no Legislativo, também possamos criar, entre as mulheres, a possibilidade de ocupar outros espaços na sociedade.

A gente percebe que as mulheres têm ocupado, a cada dia, mais espaços, e o exemplo é termos hoje uma Presidenta da República, a Presidenta Dilma, com um amplo ministério com a participação de muitas mulheres. Isso é muito importante.

Quando a gente olha para o restante do mundo, percebemos que os países que adotaram o sistema de cotas são países que conseguem ter um número maior de mulheres ocupando os espaços de poder. E aqui podemos citar vários exemplos, mas não vou fazer isso agora em função do nosso tempo.

Então, o que nós gostaríamos de colocar e contar com a colaboração dos Srs. Senadores que aqui estão, com o apoio, com a defesa de todos vocês, é que haja alternância entre homens e mulheres na lista pré-ordenada de candidaturas. Nós já aprovamos o voto em lista, que a lista seja construída de forma pré-ordenada, assegurando a participação de homens e mulheres de forma igual: 50% de homens, 50% de mulheres.

Então, a redação que mais nos, que pode... A redação foi reconstruída, Senador Francisco Dornelles? Este texto que está aqui foi modificado, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Foi retirada a expressão, a pedido de V. Exª, "de cada dois nomes".

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "De cada dois nomes". Então, só para esclarecer os Srs. Senadores, a proposta que estamos defendendo é a proposta nº 2, que diz o seguinte: Estabelecer a alternância entre homens e mulheres na lista pré-ordenada de candidaturas, de forma que haja um candidato de cada sexo na lista pré-ordenada. Não teria "a cada dois nomes", porque dá um sentido de dupla interpretação, sob pena de indeferimento do registro da lista.

O que nós queremos é que a lista seja construída de forma pré-ordenada, uma mulher, um homem, uma mulher, um homem.

É essa a nossa defesa, Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É a proposta nº 2?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É a proposta nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP-RJ) – Com a palavra a Senador Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM) – Obrigada Presidente. Vou ser rápida também porque acho que entre nós já estamos chegando a uma conclusão, a um consenso. Qual é o consenso? É a necessidade de que a mulher esteja mais presente no Parlamento brasileiro.

A primeira vez em que se discutiu a situação da mulher na política de forma formal foi na Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, realizada na China. Na época eu era vereadora na cidade de Manaus e participei dessa conferência. Na ocasião, a Senadora Marta Suplicy e uma delegação importante e significativa do Brasil esteve presente. Àquela época, quem liderou a Bancada brasileira foi a Srª. Ruth Cardoso. Ela liderou e coordenou a bancada que não era composta só de parlamentares: mulheres de movimento, empresárias, enfim. Ali nós aprovamos que a meta que o mundo deveria buscar para uma participação mínima da mulheres no Parlamento seria de 30%. E cada país buscou o seu caminho. Aqui no Brasil, Senador Aloysio, foi a determinação de uma quota das candidaturas, na lista de candidaturas. Como nós temos uma lista aberta, não ordenada, cabe à população o ordenamento dessa lista. E, de acordo com todos os estudos feitos no mundo inteiro, Senador Taques, este é o método menos eficaz. Por isso, que depois de 13 anos a própria Nações Unidas, por meio da União Interparlamentar, fez um levantamento, e 13 anos de aplicação dessa regra, já estou concluindo Senador, apenas 20 nações alcançaram o percentual mínimo de 30%, sendo que no Brasil a média é de 9% a participação no Parlamento, o que nos coloca na centésima quinta posição, para um país que é a sétima economia do mundo.

Não tenho dúvidas de que nós, homens e mulheres, estamos convencidas da necessidade desse avanço.

A Argentina alcançou 40% de mulheres, adotando exatamente o método de lista fechada, com alternância de mulheres.

Presidente, quero dizer aqui que talvez essa vá ser, nacionalmente, a maior notícia da comissão. Não vai ser o referendo, não vai ser a lista, não vai ser a quota de mulheres. A maior notícia que essa Comissão pode dar para o Brasil, a maior manchete, vai se esta: "Senadores aprovam um congresso igual, com a participação equitativa de homens e mulheres."

Não adianta levantar a tese de que mulher não é política, ou porque não tem capacidade. Ela não é porque a sociedade não lhes dá condições de ser. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP-RJ) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, sua posição é o item.

Com a palavra a Senador Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP-RS) – Sr. Presidente, esta foi a solução revolucionária que esta Comissão está encontrando para dar igualdade de participação às mulheres, portanto numa condição do debate sobre gênero no Sistema Eleitoral Brasileiro.

Mas eu gostaria, embora a matéria não esteja em discussão e o dado que ficasse registrado na Ata, porque recebi, pouco antes de começar esta reunião, a última para discussão da Reforma Eleitoral Brasileira, do Frei David Santos, que é o Líder da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, a seguinte mensagem: "O percentual de negros no Brasil é de 54% da população brasileira e quando olhamos para o Parlamento a realidade é distinta e a realidade não chega a 5% em todo o Brasil. Na Câmara dos Deputados esse percentual é menor do que 10%. no Senado Federal, e não chega a 3% dos Senadores.

Creio que a representatividade de mulheres e negros é essencial. Então faço apenas um registro, mesmo que o tema não esteja em discussão para a questão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP-RJ) – Muito obrigado Senadora.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou favorável ao voto distrital. Acredito que o voto distrital possibilitaria a ascensão das mulheres na atividade política, sem grandes dificuldades, uma vez que os distritos aproximam o eleitor do candidato. Em geral, nós temos um número já expressivo de mulheres prefeitas. Isso daria condições a que elas pudessem pleitear outros cargos. No entanto, como não passou o voto distrital, eu acredito que o distrital não demandaria a cota, porque a ascensão da mulher seria, na minha visão, normal. Em havendo a lista fechada, eu sou favorável a que haja, sim, as cotas para que nós não sejamos surpreendidas com os donos de partido que vão colocar aqueles de seu agrado.

Portanto, sou favorável às cotas, da forma como foi colocado: um homem e uma mulher na lista.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Pediu a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, de fato, muita gente imagina que a lei atual destina 30% das vagas a mulher. Não é verdade, ela destina 30% das vagas ao gênero. Então, na eleição, pode haver o máximo de 70% de mulheres ou de homens na eleição proporcional.

Fecho integralmente com a proposta da Senadora Lúcia Vânia, afinamos nisso, também sou favorável ao voto distrital, defendi e perdi, mas acho que resolveria porque, inclusive, a eleição proporcional se transformaria em majoritária sem o vício do distritão.

Nesse caso, eu vou votar favorável, só acho que o grande problema chama-se recrutamento. Muitas vezes não se consegue preencher a cota mínima de 30% por gênero. E quase sempre é a mulher que não se inscreve para se candidatar. Então, se nós não tivermos inscritas no partido como candidatos 50% de homens e 50% de mulheres, como é que vamos resolver esse problema?

Então, voto favoravelmente e acho que tem que se encontrar uma solução quando não houver o alistamento de 50% de cada gênero. Só isso. Voto favorável à proposta;

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Pediu a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. Fazendo soar a campainha.) – Senador Suplicy, quando V. Exª fala todo mundo olha para V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, o senhor acha que o Senador Suplicy está indisciplinado na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não. Nós é que estamos indisciplinados; ele está correto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não está se comportando adequadamente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está se comportando adequadamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu fui Governador do Paraná e havia uma tentativa de liminar a participação das mulheres na política militar. Uma discriminação horrenda. Era uma cota mínima de mulheres. E eu, simplesmente, acabei com isso.

Eu estabeleci a possibilidade absoluta do ingresso das mulheres a partir de concurso público. O resultado foi excepcional: o número de mulheres na polícia militar do Paraná hoje é enorme, supera tranquilamente a cota de 30% das candidaturas por gênero nas listas eleitorais.

Aliás eu gostaria de lembrar que essa luta pela candidatura por gênero foi minha também. Lembro que foi minha no Senado, e da Senadora Marta Suplicy, na Câmara, a exigência de 30% por gênero.

Mas eu acredito que a cota é extraordinariamente discriminadora; por que a metade e não 80%? Por que restringir a participação de um gênero? Por que as mulheres não podem ultrapassar, segundo esta proposta, 50% das vagas? Eu vejo uma irracionalidade e uma discriminação brutal contra as mulheres.

Portanto, se eu admito que tenhamos uma chapa inteira de mulheres – por que não, se isso for oportuno e necessário? – eu quero me colocar claramente contra a demagogia da cota.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero ser coerente com a minha vida política. Quando eleito prefeito de Juiz de Fora, há muito anos, muito jovem, numa câmara de vereadores, foi eleita uma mulher. E eu propus que, em vez de ser uma mulher, fossem todas as mulheres vereadoras. Todas! Àquela época. Hoje é fácil defender as mulheres.

Então, eu quero lembrar aqui, inclusive, Sr. Presidente, o personagem que está muito hoje no problema político do Oriente Médio, do norte da África, o Presidente Kadafi, que só tem segurança de mulheres. E ele explica por que só tem segurança de mulheres: porque acredita ele que as mulheres são mais leais na segurança, nunca vão atentar contra a vida dele, como ao longo da história tivemos alguns exemplos com relação ao Egito, com relação à Índia.

Portanto, Sr. Presidente, para ser coerente, sou contra a lista fechada. Totalmente contrário à lista fechada. Mas, já que existe a lista fechada, eu acho que toda a lista deveria ser só de mulheres.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por que restringir?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Por que restringir? Nós temos uma Presidenta. Eles não estão satisfeitos com uma Presidenta mulher; já querem mais. Tudo bem. Se querem mais, vamos dar tudo de uma vez. Por que não? Já têm o cargo maior do País, que é a Presidência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero mudar meu voto para aderir à proposta do Senador Itamar Franco. (*Risos.*)

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O voto de V. Exª qual é?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Todas as mulheres.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, o voto do Senador Itamar Franco chama-se redução ao absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tudo bem.

...Senador Itamar Franco e Senador Roberto Requião que tudo devia ser só mulher.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Reafirmando, Sr. Presidente: nós temos uma Presidenta; não está satisfazendo; querem mais cota, mais cota; então, vamos dar tudo de uma vez, Sr. Presidente. Para quê?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu acho que no Brasil ainda existem diferenciações, pelo menos em termos de participação política, entre homens e mulheres. Essa diferenciação decorre de vários fatores que aqui não cabe analisar. Mas um deles é a influência do poder econômico, a influência do machismo, que ainda existem em nosso País.

Mas eu quero repetir o argumento do Senador Demóstenes Torres de que é muito difícil a gente estabelecer percentuais, desde quando corremos o perigo de não encontrar o percentual exigido em determinado pleito.

Eu mesmo já fui presidente de partido no Estado de Sergipe e comprovei, apesar dos esforços dispendidos, que as mulheres não queriam participar das chapas. Poder ser que agora, com o financiamento público de campanha e a lista fechada, seja mais fácil encontrar candidatas do gênero feminino.

De modo que eu seria mais favorável ao seguinte: a chapa que não tivesse um homem e uma mulher fosse anulada pela Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Qual é o voto de V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como não existe essa proposta, estou apenas dizendo que uma chapa que fosse organizada e não tivesse pelo menos um homem e pelo menos uma mulher, essa chapa não existe. Deveria ser anulada.

Então, a proposta é a da Senadora Ana Rita. Estou com ela. Não abro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, estou aqui, como se diz, meio abismado com o rumo do debate. Primeiro, porque eu acho que ninguém pode deixar de ter duas constatações: a primeira, no Brasil há mais mulheres do que homens; a segunda, precisamos ter formas de incentivo.

O fato é que não se muda a exclusão. Não faz muito tempo, a mulher nem votava. Não faz muito tempo, a mulher não podia exercer muitas coisas. Isso é um fato e uma realidade. Todo mundo aqui já foi presidente, governador, parlamentar em diversas áreas e sabe que é claro que há uma dificuldade. Mas, se não houver uma forma de incentivo, uma forma de motivação, nós não vamos chegar aonde queremos alcançar.

Eu fiz uma ponderação, Senadora Vanessa, e queria ver aqui com a Ana Rita.

Tem um fato que o Senador Demóstenes coloca que é verdadeiro, que é a dificuldade que têm alguns partidos, partidos como PCdoB, PSB, como o próprio PT tem dificuldade, outros partidos também têm dificuldade de completar a cota dos 30%.

Então veja, estamos saindo de uma cota de 30 diretamente para uma de 50, que está sendo aqui defendida pelas mulheres. Sou levado a acompanhar essa proposta, mas eu queria ponderar, e farei isso mediante concordância com as mulheres, de que pudéssemos evoluir de 30 para 1/3, de 30 para 33...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – (*Fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente. É do mínimo. Aí está errado o seu argumento, Senador Requião, porque aqui é no mínimo. Se quiser colocar 100%, coloca. O mínimo é que está se estabelecendo ou em 50% ou em 1/3, que está colocado aqui. Se eu for votar em 1/3, que é o que acho sensato para a realidade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Um terço é o Item 3.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sei. Eu quero aqui me colocar a favor do avanço. O meu receio é o meu voto ser um a menos favorável ao avanço que se pretende. Então, eu faço aqui às mulheres que defendem aqui essa proposta esse entendimento. Do contrário, para poder discutir no plenário, sou favorável á cota de 50%. O meu receio é que, em nome de um avanço para 50%, pela dificuldade encontrada

com 30, a gente perca a possibilidade de a gente ter um limite mínimo. É basicamente isso.

Se houver um entendimento aqui, sou favorável a essa tese de 1/3, que seria a 2. Se não, sou levado a votar aqui na de 50% para poder levar para o plenário para ver se o meu voto ajuda nessa direção.

Eu queria só ouvi-las aqui...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O voto de V. Exª é o nº 2, que dá 1/3, ou o nº 3, que de 66?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero só ouvi-las aqui.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Elas já votaram.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mantenho, então, a posição? Então, eu voto em 50%; voto na proposta de nº 2.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho um receio, quero repetir a argumentação do Senador Wellington, eu tenho o receio de, ao passar de 30 para 50%, ter uma transição. Mas, por outro lado, sempre estimulei isso no meu Estado. As pessoas conhecem, aliás no nosso de Estado, do Governador André Puccinelli, 50% do seu secretaria é constituído de mulheres. Isso é uma prática nossa lá no Estado. Eu acho que dar poder, é dar poder no Executivo, onde a mulher vai decidir, vai comandar. Agora, é ridícula a participação das mulheres. Onde as mulheres participam, elas melhoram e eu não tenho a menor dúvida que a presença das mulheres no parlamento vai melhorá-lo em muito.

Então, só quero dizer que o Senador Wellington pode ter razão, mas aqui tem um argumento usado pela Vanessa de que numa lista fechada, se você alternar, nós não vamos ter dificuldades para encontrar essa quantidade de mulheres para ser candidata.

E também, no financiamento público de campanha nós teríamos uma dificuldade menor das mulheres, que é essa questão financeira.

De forma que, conscientemente, defendendo realmente uma maior participação das mulheres, eu voto na proposta da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, acho que há um consenso entre todos nós de que quanto maior a participação da mulher na política, mais qualificada ficará a vida pública. E o Brasil vem vivendo um processo de introdução lenta e gradual dessa discussão até no seio dos partidos. Eu acho que por todas as razões, seja pela qualificação da vida pública, que é de alguma forma, discriminatória ainda em relação à mulher, acho que o reflexo da presença maior de mulheres no Congresso é importante, como eu disse, na sua qualificação, ouso dizer até no ambiente; arrisco até, receio até que, ao aprovarmos essa proposta, sejamos aqui, nós, homens, acusados de estarmos votando em causa própria, porque, sem dúvida alguma, se tivermos aqui um ambiente um pouco mais equilibrado, até os nossos trabalhos certamente serão mais agradáveis, além de qualificados.

Vou seguir a posição da Senadora Lúcia Vânia e das Senadoras que nos acompanharam, mas devo aqui externar uma preocupação – essa séria – que é aquela que o Senador Demóstenes trouxe. Não pensamos apenas, ou não devemos pelo menos pensar apenas na quantidade, mas, na qualidade. Acho que não podemos correr o risco de ficarmos no limite dos prazos de inscrição de candidaturas, a lançar candidatos, a buscar candidatos ou candidatas apenas para cumprir essa exigência. Acho que alguma coisa no sentido de: sempre que houver o número de candidatas inscritas em cada partido. O que coloco apenas, Senadora, é que, na eventualidade de um determinado Estado ou numa determinada circunstância, determinado partido não tiver esse número de mulheres para preencher a totalidade da lista de forma intercalada, considerar essa lista inválida, não sei se seria benéfico. Eventualmente, você vai ter quatro, cinco ou seis mulheres, alternadamente, cumprindo a lista, mas pode ser que não tenha – estou um pouco aqui constatando a nossa realidade –, que não tenha, para o fecho da lista, o número de mulheres que realmente estejam ali, não apenas para cumprir tabela, não apenas para colocar o seu nome.

Acho que alguma coisa, Senador Dornelles, na direção de garantir essa preferência, mas talvez, como sugere o Senador Demóstenes, um "sempre que possível", até para não inviabilizar uma lista que pode eventualmente ter nos seus cinco primeiros, ou oito primeiros nomes, intercalados, homens e mulheres, mas que possa ter um só gênero a finalizá-la pela ausência de candidatos postulantes do outro gênero – não vamos aqui nem estabelecer que seja mulher.

Então, voto por esta alternância, mas com essa ressalva, com esse cuidado, para que não tenhamos que buscar pessoas que até desqualificam um pouco a apresentação da chapa, a apresentação dos partidos.

Fica um pouco essa ressalva porque, como está aqui, a lista é considerada inválida se não houver, até o final, pelo que entendi, os gêneros intercalados.

Voto a favor da proposta da Senadora Lúcia, mas com essa ressalva de que não podemos inviabilizar uma

lista porque determinado gênero não se apresentou na quantidade adequada.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Ana Rita, depois é preciso um pequeno aperfeiçoamento dos dois lados, não é só mulher; não. Vamos admitir que todos os homens, ou nenhum homem queira entrar num partido: aí não tem chapa. Se os homens boicotarem um partido, não tem chapa, porque, obrigatoriamente, tem que ser homem e mulher. Se houver uma revolução dos homens contra um partido; vamos dizer que os homens decidam não entrar no PT: o PT não terá chapa.

De modo que a tese está feita, mas depois fazemos um ajuste, de acordo com a posição de V. Exª, para evitar isso. Mas, posteriormente. Vamos, primeiro, continuar a votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para colocar, no sentido de alertar – viu, Senadora Vanessa? – hoje temos uma posição que é de 30% e é obrigatória. No máximo…

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Hoje não é obrigatório. Pode ficar em branco.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, vou completar: no máximo, pode deixar em branco. No processo de lista, não pode. Então, quero só chamar a atenção aqui, para que não tenhamos problema.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) –Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um registro, para tranquilizar o Senador Wellington. Posso?

Senador Wellington, na verdade, a proposta que trazemos para a Comissão não é uma proposta pessoal. Estamos trazendo aqui uma reivindicação do movimento de mulheres do Brasil inteiro. Temos documentos, temos deliberações sobre isso. As mulheres reivindicam maior participação. E essa é uma proposta construída por mulheres, que nos demandaram para que pudéssemos assegurar essa alternância da participação no poder, tanto de homens quanto de mulheres. E, quando nós olhamos as pesquisas, os dados de outros países, nós percebemos que, nos países que adotam o sistema de cotas, o número de mulheres é muito maior. Eu tenho dados aqui de que, em média, é em torno de 21,7% das cadeiras nos parlamentos. Nos países que não adotam o sistema de cotas, essa média fica muito mais reduzida, em torno de 11,8%. E nós podemos aqui citar dois exemplos: o caso da Argentina e da Costa Rica, dois países que adotaram o sistema de cotas e conseguiram ampliar.

Gostaria de finalizar a minha fala e, de certa forma, responder o questionamento de alguns Senadores ou, talvez, a preocupação que alguns expressaram aqui de forma muito justa, porque na verdade o sistema de cotas tem que ser acompanhado de outras formas. Então, é lista fechada, é financiamento público de campanha, ou seja, assegurando condições para que as mulheres possam ocupar esses espaços. Então, entendemos que as mulheres querem, sim. Se, hoje, não temos a possibilidade de um número maior de mulheres é porque os partidos ainda não se prepararam e não dão o tratamento necessário. Então, se garantirmos financiamento público de campanha e as condições necessárias, com certeza, teremos...inclusive as mulheres precisam ser motivadas e estimulada.

(*Interrupção do som.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia observou com muita agudeza que o sistema eleitoral distrital oferece, mais do que o sistema proporcional, uma oportunidade muito grande para as mulheres se afirmarem na política, especialmente o voto distrital majoritário para a eleição de vereadores nas cidades que têm mais de 200 mil eleitores. É a ocasião de a mulher dar o primeiro passo nisso que todos nós sabemos que é uma carreira.

Então, eu gostaria que as feministas meditassem sobre isto: a possibilidade de uma abertura maior de espaço à participação da mulher a partir da base. Aí, sim, teremos a construção de lideranças sólidas.

Bem, feita essa observação, fico com a proposta nº 2. Reconheço que há uma dificuldade levantada por vários Senadores, e por meu querido colega e amigo Aécio Neves, na composição da chapa, mas isso existe também no sistema atual. Nós sabemos todos que, na hora de compor a chapa, no sistema proporcional de lista aberta, é um inferno para se conseguirem nomes representativos para ocupar todos os lugares nas chapas, principalmente nos grandes partidos. É uma dificuldade, portanto, que existe para homens e mulheres, mesmo no sistema atual. Eu fico com a proposta nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, acredito, pelas falas que tivemos, que aqui dá para se perceber a distorção da lista fechada. A lista fechada demanda algumas preocupações, e uma delas é em relação à mulher realmente. Acho que a questão das cotas na lista fechada é importante, e temos

que nos preocupar com a qualificação não apenas da mulher, mas também dos homens que vão para essa lista. Então, ela demanda desacerto no sentido de não dar força à presença da mulher, porque é pequena ainda na atividade política, como também na questão da qualificação. A lista pode conter nomes que não estejam qualificados para uma disputa, tanto de homens quanto de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar, em primeiro lugar, meu integral apoio ao movimento das nossas Senadoras e o movimento das mulheres no Brasil de ter cada vez mais participação na política brasileira.

Quero dizer que ouvi atentamente todos os nossos Senadores e diria até que a propositura do nosso Presidente Itamar é extremamente encantadora, porque termos, numa lista fechada, 100% de mulheres, obviamente, enobreceria e engrandeceria o Parlamento brasileiro, mas não é possível, não é viável – na minha casa, Presidente Itamar, já estou acostumado, sou minoria absoluta: tenho três filhas e minha esposa.

Comentava ainda há pouco com o Senador Aécio que deveríamos votar, tal qual o nosso Presidente Itamar, numa lista mais ampla da participação da mulher. Não havendo essa proposta aqui no nosso cardápio, eu gostaria de dizer que fico na solidariedade com o nosso Presidente Itamar, mas voto na proposta nº 2. Reconheço, Sr. Presidente, que as mulheres estão cada vez mais participativas na política brasileira, mas é verdade que nós precisaremos debater mais ainda esse tema no plenário do Senado. Creio que a votação neste momento coloca na propositura desta Comissão essa questão, e nós poderemos discuti-la amplamente no nosso plenário. Portanto, voto na proposta nº 2, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco. PPS – MG) – Muito obrigado, Senador.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Excelência, eu queria saber qual é o critério para votar. É nome? É altura? Peso? Eu não entendi até agora.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco. PPS – MG) – No primeiro dia, começamos da letra "a" para a "w". No segundo, fomos da "w" para a "a". Agora, começa no "a" e outro no "w".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pela informação, Presidente. Então, não chegou no "p" ainda?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco. PPS – MG) – Chegou de trás para frente.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. O critério, então, é beleza.

Sr. Presidente, vou apoiar a proposta, mas gostaria de argumentar o seguinte. Imagine um município em que não encontrarmos mulheres que tenham liderança política, um município onde não achemos mulheres que tenham interesse na participação política. A lei – é lista fechada preordenada – vai determinar a variação, um gênero, sexo masculino e feminino, e essas mulheres na lista preordenada serão eleitas, mas não terão legitimidade nenhuma. A questão não é de gênero, a questão é de legitimidade. Vou apoiar a proposta, mas gostaria de argumentar nesse sentido.

O segundo ponto: no mundo todo, se você estudar a política de cotas, de Ruanda até a Suíça, verá que não existe nenhum critério objetivo que diga que países mais desenvolvidos, mais civilizados, mais democráticos, tenham melhorado em razão dessa política de cotas. Não é verdade que, onde as cotas foram criadas, a participação das mulheres aumentou. Por exemplo: na Venezuela diminuiu, na República Dominicana diminuiu, no Paraguai diminuiu. Ao contrário do que ocorreu na Costa Rica e na Bolívia.

Então, o critério não é único, somente cotas. Cota é uma política, que pode ser pública ou privada, para superar as discriminações históricas e culturais que nós possuímos. Então, a política de cota aqui, dessa forma alternada como se encontra no projeto, ela sozinha, não se apresenta como bastante para mudar o que nós queremos: o aumento da participação das mulheres.

Então, sugiro, em sendo o caso, se esta Comissão assim entender, que o ponto nº 2, que votarei – estou já manifestando a minha concordância com o segundo tópico, é este ponto que voto –, seja associado, para que cheguemos à conclusão que todos desejam, com o financiamento público de campanha, a diminuição do valor repassado ou você proibir, impedir que o partido que não cumpra a cota possa disputar eleição. Se estamos querendo mudar seis por meia dúzia, só isso basta. Agora, se nós estivermos aqui com o objetivo de chegarmos a uma maior participação das mulheres, como todos nós desejamos, só isso não basta.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco. PPS – MG) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto no documento número 2, voto no item nº 2, estabelecer alternância entre mulheres na lista preordenada de candidatura, de forma que haja candidatos de cada sexo na lista preordenada, sob pena de indeferimento do registro da lista.

Não sei, Sr. Presidente, se é possível coletar o meu voto em relação ao item anterior que foi levado à votação. Mas gostaria, de qualquer maneira, de deixar registrado que caso eu aqui estivesse e não em plenário, em função da inscrição para fazer um pronunciamento, votaria e voto favoravelmente ao item 3, referendo sobre o sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O voto de V. Exª será computado, Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Itamar Franco. Acho que todos os presentes já votaram. Mas o Senador Itamar Franco pediu a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, para uma explicação pessoal do motivo do meu voto. Hoje é muito fácil defendermos as mulheres, mas em 1968, quando fui prefeito, ninguém as defendia.

Eu inovei, por exemplo, na Prefeitura de Juiz de Fora, colocando uma chefe de gabinete mulher. Todo mundo estranhou, e estranharam tanto que ela foi perseguida pela Revolução, tendo que se exilar na França.

Mas quero dar alguns exemplos, Sr. Presidente. A mulher não precisa ser discriminada hoje. Por exemplo, quando Governador de Estado, tive um dia uma dor de dente e fui procurar o serviço da polícia militar de Minas Gerais. Chegando lá, fui atendido só por mulheres, todas as mulheres. Aí chamei o coronel comandante da parte dentária e perguntei: o que é isto? Só tem mulher aqui? Ele respondeu: Governador, é que todas elas passam em primeiro lugar. Então, não há como concorrer. Os homens chegam aqui para fazer o concurso na Polícia Militar e perdem para as mulheres. Podemos ir hoje em uma faculdade de Medicina, e digo pela minha terra, e a maioria é de mulheres. Vai-se no Colégio Militar, por exemplo, de Juiz de Fora e em outros Colégios Militares, e a maioria é de mulheres. Temos uma Presidenta mulher. Portanto, não vejo essa preocupação fácil hoje de estar se defendendo a mulher. Queria ver esta defesa no passado. Aqui são muito jovens e vão dizer que não defenderam. O nosso Senador Demóstenes ficou defendendo a minha tese. E não é uma tese de brincadeira, não. Elas querem tudo. E se querem tudo, Sr. Presidente, vamos dar tudo. Mas não posso dizer, de repente, que se vai colocar que para ser mulher tem que ter vestido, porque aí é perigoso, pois pode aparecer alguém que não seja mulher, mas esteja vestido de mulher.

Sr. Presidente, precisamos ter muito cuidado com essa administração. E vou dizer o porquê? Se vamos aprovar isso, V. Exª terá que comunicar ao Presidente da Casa que, em 11 comissões permanentes, nós só temos uma mulher presidindo, que é a Senadora Lúcia Vânia. Só ela. Então, temos que começar a dividir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ela vale por muitas.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, não estou levando na brincadeira. Acho que a partir de amanhã o Presidente do Senado tem que dividir as comissões permanentes. Vamos dar 50% das comissões permanentes para as mulheres presidirem e os outros 50% para os homens.

Do jeito que está, só uma mulher... A Comissão tem que ser coerente. Se está aprovando a cota de 50%, vamos pedir amanhã ao Presidente do Senado que comece dando o exemplo em Casa, mudando a presidência das comissões permanentes: 50% de mulheres, 50% de homens.

Essa era a explicação que eu queria dar com muita sinceridade. Comecei muito jovem na política e sei o que acontecia com as mulheres; havia a maior discriminação, ninguém acreditava na participação das mulheres em nada.

Citei o exemplo da Câmara de Vereadores, citei o exemplo da minha faculdade de Engenharia, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Na minha turma de engenheiros civis e eletrotécnicos só tínhamos uma mulher. Hoje, as mulheres estão em todos os campos.

O Senador Aécio Neves saiu, mas quero relatar um fato: estávamos fazendo uma campanha e entramos no avião. Quem estava pilotando? A comandante era uma mulher.

Mas será que a mulher vai dar certo? Bom, ficava preocupado. Era aquela preocupação que a gente tinha, Sr. Presidente, sem qualquer problema com a Igreja Católica: quando a gente estava no avião, sentava-se um padre, quando eles usavam batina, aquela batina preta, e a gente ficava assustado. Padre aqui, perto de mim, no avião! A gente mudava de lugar. O sujeito já ia para outro lugar.

Então, Sr. Presidente, precisamos ter cuidado. Eu pediria a V. Exª – que fosse até no meu nome – que, a partir de amanhã, o Sr. Presidente do Senado modificasse as comissões permanentes: 50% de mulheres, 50% de homens, para que déssemos o exemplo que estamos defendendo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, a prática é o critério da verdade. Essa frase é do bisavô do Senador Moka, extraordinariamente conhecido na literatura política do mundo.

Quero, numa preliminar, questionar a legitimidade desta Comissão para votar qualquer assunto sobre reforma eleitoral. Tem uma prevalência absoluta de gênero na Comissão. Temos uma maioria escandalosa de homens, quando, na verdade, o Senado podia ter feito uma comissão paritária. Nossas Senadoras estão participando aqui numa proporção muito pouco significativa. Não temos aqui a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Gleisi e outras Senadoras.

O que estou querendo dizer é que me parece que, de certa forma, perdemos um pouco a seriedade diante da opinião pública. Discriminação de mulheres é uma tolice absoluta, como qualquer discriminação. Por que não 51% de mulheres ou 70%, ou 80%, numa lista partidária? Por que não 100%, se isso for possível e se a participação for significativa?

Então, eu quero é me colocar completamente à margem de uma decisão dessa; e me sinto mal numa discussão desse nível no Senado da República.

Que fique aqui uma recomendação, então, irônica, à Mesa do Senado, ao Senador Sarney, que organizou esta Comissão. Ela é escandalosamente do gênero masculino, e isso tira, segundo o raciocínio da própria Comissão, na votação que os Srs. Senadores fizeram, toda a sua legitimidade para discutir qualquer assunto referente à reforma eleitoral e política.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Requião.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – PB) – Presidente, primeiro, eu disse que tenho algum tempo, 30 anos, de mandato seletivo. E, raramente, participei de uma comissão em que o presidente conduziu com tamanha objetividade. E olha que o tema é muito complexo.

Quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – PB) – Sinceramente, eu conhecia V. Exª muito pouco. Há muita objetividade.

E, para terminar, entendo, Sr. Presidente, que alguns podem achar que haja brincadeira aqui, ou que não se está levando a sério. Quero dizer que, quando votei na cota de 50%, eu o fiz com muita convicção e com muita seriedade. E acho que a participação de homens e de mulheres aqui não é do Presidente Sarney; é indicação da líderes partidários. E é claro que, pelo fato de as mulheres estarem em menor número no Senado, dificilmente as mulheres poderiam estar em todas as comissões.

De forma que quero referendar a decisão aqui tomada e dizer que, da minha parte, fiz isso com muita seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, no encerramento, quero abordar três tópicos. O primeiro: da mesma forma do Senador Moka, quero registrar aqui que não pode sobrar dúvida, primeiro, da importância que há no que estamos votando aqui. Acho que, se tivéssemos aqui, como lembra o Senador Requião, metade homens, metade mulheres, a gente não estava nem nessa discussão. Já estava aprovado. É exatamente por conta dessa realidade que estamos buscando uma forma de incentivar para alterá-la. A lógica é mais ou menos meio a meio com ligeira vantagem na população, maioria de mulheres. E é por isso que se está colocando a tese de metade/metade.

Registro aqui que também é sério. Reconheço, assim, os alertas feitos aqui pelo Senador Demóstenes e outros, além de mim, de que precisamos encontrar um mecanismo – e aí eu concordo com V. Exª – de não impedir que um partido possa participar de um processo eleitoral por um problema real de não poder preencher a quota, acho que isso é algo sério e que precisa ser considerado por conta do processo democrático.

Parabenizo V. Exª pela condução dos trabalhos. Tivemos, aqui, em muitos momentos, posições diferentes, mas a sua condução...O mineiro mais acelerado que eu conheço. Um mineiro que, de forma elegante, sempre fazendo a boa condução aqui. Meus parabéns! Eu mesmo era um dos que tinha dificuldade de compreender a possibilidade de chegarmos, agora, em abril, vencendo essa pauta, pela complexidade dela, e não era um pensamento vão, basta ver como está lá na Câmara...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É tão mineiro quanto carioca.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que a forma como V. Exª conduziu, utilizando-se desse critério de ouvir todo mundo e pegar posição nos ajudou a chegar até aqui com essa contribuição.

Faço apenas uma pergunta. Durante o debate, quando a gente discutiu a questão do mandado, do fim da reeleição, que foi aprovado a proposta de cinco anos, embora tivesse outras, ali também, lembro-me, que eu e outros Parlamentares citamos também a proposta do esforço para coincidência de mandato...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Terá de ser examinado posteriormente. Não foi aprovado ainda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como é que vai se dar isso posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Isso vai ser discutido em outra instância. Aqui, realmente, não houve apreciação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ficaram aqui acertados os mandatos para o Executivo, de cinco anos, e ficamos de tratar, em outro momento, sobre os mandatos do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, aqui não foi tratado. Isto terá de ser tratado posteriormente, quando chegar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esse assunto. Aqui, praticamente, o nosso mandato terminou hoje. Esse ponto realmente ficou...Eu queria dizer a V. Exª que esta Comissão foi criada para ter uma posição política sobre esses temas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Como toda posição política, há momentos em que precisamos fazer alguns reajustes. Por exemplo, nesse caso das quotas – vamos nos esquecer desse problema da mulher –, como está escrito, se os homens desejarem sabotar um partido, se os homens decidirem que nenhum homem vai entrar em determinado partido, este partido não poderá apresentar candidatos. De modo que tem de haver um ajuste posterior para que a gente possa evitar que uma cláusula dessa, realmente, seja impossível de ser implementada. Da maneira como está escrito aqui, se um partido não tiver 50% de homens, ele não pode participar. Aí haveria até uma discriminação contra os homens. Isso não me preocupa. Discriminação contra os homens não me preocupa. Estou dizendo que seria uma situação de fato, que tem de ser reajustada, porque como está aqui...

Senadora Ana Rita, V. Exª julgou uma tese, que eu considero extremamente importante, um princípio, eu vejo isso como uma série de princípios de teses, que vão ter que ser implementadas, temos aqui dois especialistas: o Senador Demóstenes e o Senador Pedro Taques, que conhecem isso melhor do que ninguém, e, em determinado momento, isso vai ter de ser ajustado para adquirir a forma técnica legislativa. De modo que ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu posso fazer uma sugestão acerca desse tema abordado por S. Exª? V. Exª é autor de uma PEC de coincidências de mandatos de Prefeito, Governador, Deputado Federal e Vereador; de Presidente da República, Senador, Deputado Federal. Talvez se V. Exª acelerasse a votação, pedisse ao presidente, nós poderíamos discutir isso também no bojo da reforma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sou favorável, Sr. Presidente. Somos favoráveis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Discutir. Somente colocar a PEC de V. Exª

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É uma boa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Quero dizer a V. Exªs que foi uma honra trabalhar nesta Comissão. Peço desculpas por quaisquer equívocos ou erros na condução dos trabalhos. Vi que o Presidente Sarney nomeou a Comissão com data, eu acho muito importante que essas datas estivessem sido marcadas, e quando se marca uma data e a remarcamos, muitas vezes não significa que essa seja a última edição do trabalho. Lembro-me de que era Secretário da Receita, encomendei a um dos mais competentes técnicos para fazer um livro sobre legislação aduaneira. E ele me falou, o livro está pronto. "Você pode me entregar para publicar." "Não, quero fazer uns ajustes". "Você quer fazer a segunda edição antes da primeira?" Ele, antes de publicar a primeira, ele quis completar a quarta. Morreu, morreu. Então, eu acho o seguinte: esta aqui não é a última edição, não é hoje que vamos fazer a reforma política. Nós hoje mandamos uma manifestação em linhas gerais, é o começo de um debate, é o início de um amplo e profundo debate. Eu diria a V. Exª que em 60% das decisões eu fui vencido. Eu pergunto: V. Exª acha que eu não vou lutar em outras frentes para que a minha posição seja restabelecida? Eu sou contra o voto obrigatório, sou contra o voto em lista, sou contra o fim da reeleição. Em 60% dos casos eu fui vencido. Isso não significa, por que eu fui vencido, que eu não respeito a posição vencedora. Acho que, no campo das ciências não exatas, todo problema tem três lados: o meu, o seu e o certo. E o certo é aquele que prevalecer no final.

Isso é o início de um grande debate cuja duração ninguém sabe. Muitas vezes, como o Senador Demóstenes tem dito, o final pode ser uma situação menor que se pensa, alguns pontos menor. Mas ninguém pode chegar aqui e dizer que nós terminamos hoje. Hoje nós começamos o trabalho.

Eu quero dizer a V. Exª que até hoje à tarde ou até amanhã eu enviarei aqui um memorando sobre as matérias decididas. Na semana que vem, eu pediria ao Senador Sarney que recebesse os membros desta Comissão e que nos desse mais um prazo, se V. Exª concordar, de trinta dias, para preparar atos. Nós os submeteríamos a cada um de V. Exªs e depois tentaríamos aprovar o que fosse possível. Está bem assim?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, perdoe-me, acho que seria bom pelo menos constar no relatório... Acho que essa proposta do Senador Demóstenes mostra que há um interesse de membros da Comissão nesta direção. Que pudéssemos recomendar pelo menos para a Comissão de Constituição e Justiça, para onde vai, que houve um interesse, não dando mais tempo para tratar do tema. Mas que foi levantado aqui, na última reunião, o interesse, pela importância, pela relevância que tem para o povo, em minha opinião, essa proposta da coincidência de mandato e do mandato dos outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Concordo plenamente. Inclusive, se for possível ainda, durante esses trinta dias em que teremos os atos – viu, Senador Demóstenes –, durante esse período, se houver concordância, nós terminamos. Vamos pedir mais trinta dias para preparar os atos. Se houvesse contradições durante a edição desses atos – um desses é o da coincidência dos mandatos –, nós poderíamos, com o acordo de todos, já corrigir durante esse período. Do contrário, a correção será feita posteriormente. Muito obrigado a todos. Coloco em votação a Ata da presente reunião, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada. Muito obrigado a todos. Foi uma satisfação muito grande. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 15h41min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

Leitura: 16/03/2011

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:
1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) (4)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 07.04.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) (3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (18)	4. José Agripino (DEM) (19)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (7)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (9)	5. Demóstenes Torres (DEM) (8)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, doSenador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) (5)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (9)
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO (7)
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (5)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) (2)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) (4)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (7)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (6)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (2)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:
1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ivo Cassol (RO) (6)
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17 de março de 2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (7)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amelia (RS) (6)
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (5)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) (7)
PV

Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Marco Maia (PT/RS)	José Sarney (PMDB/AP)
1ª VICE-PRESIDENTE	**1ª VICE-PRESIDENTE**
Rose de Freitas (PMDB/ES)	Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Eduardo da Fonte (PP/PE)	Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Inocêncio Oliveira (PR/PE)	João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Júlio Delgado (PSB/MG)	Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DA MINORIA**
Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
João Paulo Cunha (PT/SP)	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**
Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 316 páginas
OS: 2011/11371